Maria Lucinda Fonseca

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

DO PAÍS À ÁREA METROPOLITANA

LISBOA

1988

PE-137
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
LISBOA

MARIA LUCINDA FONSECA

028

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO
do País à Área Metropolitana

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
EM GEOGRAFIA HUMANA APRESENTADA
À FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Inst. de Geografia
FACULDADE DE LETRAS

LISBOA
1988

IGOTUL001063

PREFÁCIO

Muitas das dissertações de doutoramento que conheço começam por contar a história do tema que tratam. Acabado o trabalho, sente-se necessidade de o justificar. Rebuscam-se as causas (mesmo as mais remotas) que interferiram na escolha do objecto de estudo, apontam-se os acidentes de percurso, agradecem-se os apoios institucionais e pessoais, enfim, procura-se uma justificação para o produto final.

Confesso que até há bem pouco tempo encarei estes prefácios como meras formalidades académicas perfeitamente dispensáveis. No entanto, na fase final deste trabalho, quando analisava e procurava entender e agrupar a diversidade de percursos residenciais e sociais das pessoas que inquiri, dei por mim a reflectir sobre a minha trajectória pessoal. - Que factores a determinaram? Em que grupo me incluo?... Afinal a minha tese contém a minha história...

Natural de uma pequena aldeia da Beira Interior, filha de pais camponeses que, como tantos outros, nos anos sessenta, emigraram para Lisboa, cheguei à Capital em 26 de Setembro de 1966 para, no mês de Outubro seguinte, iniciar os meus estudos secundários.

Concluído o curso complementar do liceu, em Julho de 1973, comecei a frequentar o curso de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, no mês de Outubro.

No ano lectivo seguinte, face à indefinição que reinava ainda nos planos curriculares (por causa das reestruturações decorrentes do 25 de Abril de 1974), as aulas começaram mais tarde, mas os professores organizavam cursos livres sobre temas da sua especialidade.

Tive o meu primeiro contacto com a Geografia Humana, na Faculdade, num desses cursos - Geografia Urbana - dirigido pela Professora Teresa Barata Salgueiro e nele nasceu o meu interesse pelo estudo das desigualdades, segregação social do espaço e, de forma mais genérica, pelas questões que trata a Geografia Social e Urbana.

Contudo, a influência decisiva no meu gosto pela análise dos problemas urbanos, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa, veio do contacto com o Professor Jorge Gaspar. Primeiro como sua aluna na disciplina de "Geografia Humana Geral" e, mais tarde, como colaboradora da Linha de Acção que dirige no Centro de Estudos Geográficos (C.E.G.), aluna do seu seminário sobre As Cidades Portuguesas, participante em numerosas excursões que orientou e até mesmo nas conversas que com ele fui tendo ao longo de vários anos de convívio no C.E.G.

Concluída esta dissertação e descobertas as suas origens, cumpre-me agora agradecer a todas as pessoas que, de algum modo, contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu agradecimento ao Professor Jorge Gaspar não só pelo muito que tem contribuído para a minha formação científica e pela orientação deste trabalho, mas também pela sua total disponibilidade para me ajudar a resolver as sucessivas dificuldades com que tive de me defrontar e ainda pelo empenhamento na obtenção dos meios financeiros de que beneficiei, na elaboração deste estudo, na qualidade de colaboradora da Linha de Acção "Estudos para o Planeamento Regional e Urbano" do C.E.G.

Um Mestre e amigo que não posso deixar de referir é o Professor Manuel Viegas Guerreiro junto de quem tenho encontrado desde que, em Outubro de 1974, comecei a frequentar o seu "Curso Livre de Antropologia Cultural", além da sabedoria e gosto de ensinar, a juventude, o entusiasmo, a

confiança e a amizade com que, nos momentos de desânimo, fez nascer uma coragem renovada para prosseguir.

Ao meu colega e amigo João Ferrão, devo o incentivo constante, a leitura atenta de parte do original e múltiplas observações e ideias que permitiram melhorá-lo.

À Isabel Margarida André,outra colega e amiga, dirijo um agradecimento muito especial não só pelo longo tempo que gastou a ajudar-me em tarefas demoradas e aborrecidas como sejam a gravação dos dados dos inquéritos, o processamento do texto e a preparação final dos exemplares, mas também pelo interesse com que acompanhou todo o trabalho e discutiu comigo algumas questões mais complexas.

Imprescindível foi também a ajuda dos amigos Isabel Jorge, José António Oliveira, Maria Alexandre Lousada, Deolinda Reis Correia, Manuel Carlos Patrício e José Manuel Simões. Os dois primeiros colaboraram no registo em suporte informático dos elementos recolhidos nos trabalhos de campo. Os restantes ajudaram-me na gravação e revisão final das provas do texto. Além disso, deles e de todos os outros colegas da "Linha Um" recebi ainda incentivos, sugestões e ajudas várias muito proveitosas.

Elementos fundamentais foram também os alunos que com entusiasmo e eficácia colaboraram nos inquéritos e na codificação da informação.

Ao Doutor Carlos Morais, chefe do Centro de Informática do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (L.N.E.C.) , expresso o meu agradecimento pelas facilidades concedidas na utilização do computador e dos programas existentes no departamento que dirige.

À minha amiga Maria João Roquette, analista de sistemas, no L.N.E.C., agradeço todo o apoio que me deu no apuramento informático dos resultados dos inquéritos.

O meu "muito obrigada" vai também para o Dr. Castro Vasco do Departamento Central de Planeamento e para o meu colega e amigo Fernando Honório, que dispenderam vários dias de intenso trabalho na transformação do ficheiro original de dados, para posterior utilização do *package* estatístico SPAD (Système portable pour l'analyse des données) e aplicação da análise de correspondências múltiplas.

Entre os funcionários do Centro de Estudos Geográficos de quem sempre recebi pronta colaboração é justo salientar António Eanes e Conceição Dâmaso. O primeiro, permanentemente disponível para resolver as minhas dificuldades na utilização do programa de tratamento de texto que utilizei, tomou ainda a seu cargo o trabalho de desenho dos meus esboços e a montagem do texto para reprodução dos exemplares. A segunda, habituada às máquinas de escrever, adaptou-se facilmente ao computador e gravou grande parte do texto original.

Antes de terminar esta longa lista das pessoas que me ajudaram, devo ainda referir o precioso auxílio da minha irmã desde o início até ao final deste trabalho. Seguiu sempre com o maior interesse o prosseguimento das minhas pesquisas, acompanhou-me muitas vezes nos trabalhos de campo, colaborou nalgumas tarefas morosas e pouco aliciantes da recolha e tratamento da informação estatística, gravação e validação dos resultados dos inquéritos e, mesmo não sendo geógrafa, foi leitora atenta dos meus rascunhos, chamando várias vezes a atenção para a necessidade de rever frases menos claras.

Deixo para o fim três pessoas que, apesar de não terem contribuído com críticas, nem sugestões, nem sequer executado nenhuma tarefa específica, foram os principais obreiros deste trabalho - os meus pais e a minha professora da instrução primária (Senhora D. Armandina Augusta Amante).

Se, por acaso, fossem um dos 2250 indivíduos cujos percursos analisei, o meu pai e a minha mãe diriam que o motivo da migração para Lisboa foi a procura de melhores condições de vida que permitissem pôr a filha a estudar. Na Vila, era impossível!... só havia O Colégio...

À minha primeira professora, que despertou em mim o interesse e o gosto pelo estudo, devo ainda a dedicação e a iniciativa de me preparar para o exame de admissão ao liceu, mesmo sabendo que as probabilidades de ingresso no ensino secundário, naquela época e naquele lugar, eram praticamente nulas.

Aos três dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho contribuir para a análise das diferentes formas de mobilidade da população da Área Metropolitana de Lisboa no período posterior a 1950.

A Capital tem constituído, nas últimas três décadas, o principal foco de convergência das migrações internas de população e a área de maior concentração das actividades económicas do País. Deste modo, entendemos que o estudo da mobilidade dos habitantes da Área Metropolitana de Lisboa deve ser integrado numa análise global da mobilidade geográfica interna e internacional da população do Continente e suas relações com as mudanças na estrutura do emprego e na composição social da população do País e das regiões portuguesas.

Assim, procuraremos identificar, para o período em estudo, alguns dos tipos de percursos mais característicos em termos geográficos e socioprofissionais e, desta forma, perceber melhor as transformações na organização da Área Metropolitana de Lisboa.

A palavra *mobilidade* corresponde a um conceito extremamente amplo utilizado para designar ocorrências muito variadas:

1) Deslocações no território - *mobilidade geográfica* - onde se incluem todos os tipos de *migrações* (mudanças de residência), qualquer que seja a amplitude do movimento (internacional, inter e intra-regional ou local); os percursos entre a residência e o emprego - *migrações pendulares diárias* e as deslocações para *compras, recreio* e *turismo*.

2) Quando referida apenas à população activa, a mobilidade, além das deslocações territoriais pode ainda designar *transferências intersectoriais* da força de trabalho, mudanças de profissão ou *situação socioprofissional* ou simplesmente uma mudança de *entidade empregadora*.

3) Além dos aspectos já referidos, o termo *mobilidade* também se emprega para indicar a diferença entre o *estatuto social* de um indivíduo e o da família de onde provém - *mobilidade social* entre gerações.

Deste modo, a mobilidade da população, na sua acepção mais lata, ultrapassa largamente a ideia de movimento espacial, designando um *processo social e económico*, extremamente complexo e multifacetado que engloba, além dos diferentes tipos de deslocações no território, as transferências de população activa entre *regiões, sectores, empresas* e *grupos sociais*.

As migrações internas e internacionais constituem um dos factos mais salientes do processo de mobilidade da população e um dos aspectos mais frequentemente analisado por geógrafos (CLARK, 1982; KOSINSKI e PROTHERO, 1975; WHITE e WOODS, 1980). Todavia, a mobilidade sectorial e socioprofissional, além de se encontrar muitas vezes associada à mobilidade geográfica, mesmo quando não há migração, é também extremamente frequente.

À falta de números para Portugal referiremos alguns resultados do Inquérito *Formação-Qualificação Profissional*, realizado em França, em 1970 pelo *Institut National d'Économie et Statistique*: no período compreendido entre 1965 e 1970, 44,8% dos homens e 36,2% das mulheres mudaram a sua situação

profissional, sendo essa percentagem de cerca de 65% para as idades inferiores a quarenta anos (GAUDEMAR, 1976).

No nosso País, embora não existam inquéritos desta natureza, as transformações que se têm verificado na estrutura da população activa constituem um bom indicador da importância das transferências intersectoriais da mão-de-obra.

No que se refere à mobilidade socioprofissional, os dados dos últimos Recenseamentos da População, relativos à distribuição dos activos por profissões e situação na profissão, permitem identificar alguns dos principais factores de evolução, global e regional, da estrutura social da população portuguesa e, indirectamente, definir alguns dos percursos individuais mais típicos.

Além da mobildiade socioprofissional ao longo da vida de cada indivíduo, importa ainda salientar a mobilidade social entre gerações. Este tema, embora tenha sido abordado principalmente por sociólogos, parece-nos extremamente importante para compreender a dinâmica de transformação das estruturas sociais de cada território e ver até que ponto a origem geográfica e familiar interferem no destino pessoal de cada indivíduo.

A conceptualização da componente geográfica da mobilidade da força de trabalho tem-se orientado por duas perspectivas antagónicas: neoclássica e marxista. A primeira considera-a um mecanismo de ajustamento, que leva a um estado de equilíbrio da economia ao nível regional e que resulta de um processo de liberdade de decisão individual; a segunda, pelo contrário, encara-a como um instrumento ao serviço do desenvolvimento do capitalismo, representando a sujeição cada vez maior do trabalho ao capital (GAUDEMAR, 1976; HARVEY, 1982).

As interpretações marxistas pecam pelo carácter demasiado rígido da sua formulação, pois, para além dos factores estruturais determinados pela evolução do processo de valorização do capital, que, sem dúvida, detêm um papel decisivo em todo o processo de mobilidade da força de trabalho, há também que ter em conta a interferência de

factores individuais como sejam as aspirações e os contactos pessoais de cada indivíduo.

Em relação aos modelos neoclássicos levantam-se algumas questões sobre a validade das premissas em que assentam: excluem os movimentos intersectoriais dentro da mesma região(*) e, como se sabe, este tipo de mobilidade tende a ser maior dentro das regiões mais desenvolvidas, não só porque as oportunidades em termos económicos são em maior número, mas também porque a informação circula muito mais facilmente devido à existência de múltiplos canais de informação e de maior intensidade de contactos; não há necessariamente flexibilidade perfeita no preço dos factores de produção, capital e trabalho, já que os governos podem tomar medidas de uniformização do salário nas diferentes regiões (fixação do salário mínimo e tecto salarial); não tomam em conta os efeitos das economias de escala, mas a escala de produção interfere no valor da taxa de lucro. Além disso, se a mobilidade fosse um mecanismo de ajustamento, de procura de equilíbrio, como explicar as diferenciações regionais existentes?

Efectivamente, as transferências regionais, intersectoriais ou profissionais (dentro do mesmo sector), bem como modificações importantes ao nível organizativo-tecnológico, tornam-se imprescindíveis para responder às exigências criadas pelo processo de acumulação de capital.

Percebe-se deste modo, que, com as crescentes necessidades de maior flexibilidade da força de trabalho, os governos nacionais sejam chamados a desempenhar um importante papel no sentido de promover e planificar a mobilidade da mão-de-obra. Assim, além da criação de incentivos ou barreiras às migrações inter-regionais ou internacionais, tornam-se cada vez mais frequentes os cursos de formação profissional promovidos quer pelo Estado, quer pelas empresas directamente

---

(*)É importante referir aqui a noção de escala de análise. Neste caso específico,o conceito de região associa-se a uma unidade territorial relativamente vasta, com uma certa coerência interna e que, em última análise, pode até corresponder a um país, quando se analisa a mobilidade geográfica internacional.

Para uma apresentação geral da teoria neoclássica dos factores de produção, veja-se:ARMSTRONG e TAYLOR, 1985; RICHARDSON, 1975.

interessadas, melhoram-se as infraestruturas de transporte e tomam-se medidas que reduzem o seu preço (passe social) para minorar o problema da habitação, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas, uma vez que os elevados custos do alojamento obrigam os trabalhadores a residir em áreas cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho, e, simultaneamente, cultiva-se a ideia de ascensão social através da promoção profissional.

Em Portugal tem-se registado uma certa contradição entre o discurso oficial que advogava uma certa "imobilidade" da população, nomeadamente no período salazarista, e a realidade dos factos. Ao mesmo tempo que assistíamos a uma migração maciça dos campos para alimentar a indústria, a construção civil e as actividades terciárias dos centros urbanos, sobretudo da A.M.L., a burguesia agrária que detinha ainda fortes posições no aparelho de Estado, difundia o ideal ruralizante como forma de reter mão-de-obra barata para as suas terras. Por outro lado, no que se refere à emigração, enquanto se impunham fortes medidas restritivas à saída de gente para o estrangeiro, para atrair as poupanças dos emigrantes, salientava-se e dignificava-se o esforço com que lutavam por uma vida melhor fora do seu país.

Em todo o processo de acumulação capitalista, o desenvolvimento das redes de transporte e comunicação detém um papel preponderante. As facilidades de circulação de pessoas, ideias ou mercadorias aproximam de tal modo os lugares, que a distância vai-se diluindo e o espaço tende a ser vencido pelo tempo. Contudo, este progresso não é uniforme. As redes de transporte e comunicações são altamente hierarquizadoras e, por conseguinte, o espaço longe de se tornar isotrópico, é cada vez mais diferenciado (GASPAR e JENSEN-BUTLER, 1988; HARVEY,1982).

Os efeitos das deseconomias de escala e de aglomeração, associados à hipermobilidade do capital e à expansão das novas tecnologias de informação, apontam para a desconcentração produtiva e geográfica do sector industrial; mas, paralelamente, a centralização do capital e a integração económica de territórios cada vez mais amplos tende a acentuar-se.

Em consequência de tudo isto assiste-se actualmente a uma mudança contínua dos padrões locativos das actividades produtivas, quer à escala nacional quer internacional, em função das vantagens comparativas das diferentes localizações.

Assim, nuns casos, quase sempre quando há economias de aglomeração, grande volume de investimentos em capital fixo dificilmente renovável, infraestruturas de transporte, equipamentos variados no domínio da saúde, educação, habitação, recreio, etc. promove-se a mobilidade geográfica e/ou profissional da força de trabalho; noutros, é o capital que se desloca ao encontro de mão-de-obra barata e com fraco poder reivindicativo - veja-se à escala mundial a transferência de indústrias, nomeadamente as intensivas em mão-de-obra, como por exemplo os têxteis, vestuário, electrónica, etc. dos países economicamente mais avançados para o Terceiro Mundo e, consequentemente, a emergência dos *New Industrialized Countries* (N.I.C.) (DICKEN, 1986 FERRÃO,1985-a; MATEUS e DUARTE,1983; LAPPLE,1985).

Ao nível de cada país, observam-se também reestruturações importantes na localização, nos processos organizativo-tecnológicos e na força de trabalho dos diferentes ramos de actividade económica e, por conseguinte, intensifica-se a mobilidade sectorial e socioprofissional da população activa nas áreas mais dinâmicas do ponto de vista económico e registam-se modificações importantes na composição e estrutura regional dos fluxos migratórios da força de trabalho, ao nível interno e internacional. A título de exemplo, podemos referir as transformações observadas nas migrações internacionais e inter-regionais de trabalhadores na Europa Ocidental, em consequência da crise dos anos setenta.

No que se refere aos estudos já efectuados sobre a mobilidade geográfica da população, conforme documentam os trabalhos de SIMMONS (1968), GREENWOOD (1975), RITCHEY (1976), QUIGLEY e WEINBERG (1977) e CLARK (1982), são numerosas e diversificadas as obras que tratam esta matéria.

No entanto, por W. A. V. Clark, na publicação atrás referida, apresentar uma síntese das investigações realizadas a partir da segunda metade dos anos setenta e por existirem trabalhos semelhantes relativos a períodos anteriores, para

evitarmos repetições, remetemos o leitor para os estudos acima indicados(**). Salientaremos apenas, que, durante muito tempo, os estudos migratórios se centraram em três questões fundamentais: *Quem, porquê* e *para onde* se move?

Actualmente, embora estes aspectos continuem a merecer a atenção de numerosos investigadores, caminha-se no sentido da procura das relações entre a mobilidade geográfica e os mercados de trabalho e de habitação e ainda a segregação social do espaço urbano, suburbanização, estrutura das redes de transporte e gestão do território.

Assim, numa tentativa de sistematização dos trabalhos sobre a mobilidade geográfica, de acordo com a classificação adoptada em CLARK (1982) em nosso entender, há que considerar dois parâmetros fundamentais: 1) escala de observação; 2) temática fundamental e metodologia de análise.

1 - Escala de observação:
- internacional
- inter-regional
- intra-urbana

2 - Temática fundamental e metodologia de análise

2.1. Migrações internacionais:

- Descrição e interpretação dos fluxos migratórios mais importantes, particularmente da Europa Ocidental;
- impactes nas estruturas demográficas das áreas de origem e de destino dos emigrantes;
- consequências da mobilidade da mão-de-obra no mercado de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores;
- políticas migratórias;
- efeitos económicos da emigração nos países de origem e de destino.

(**)As referências mais recentes e que consideramos de maior importância encontram-se assinaladas ao longo do trabalho.

2.2. Migrações inter-regionais

a) Macro-análises:
- análises dos fluxos origem-destino
- análises demográficas
- causas das migrações
- impactes na economia regional

b) Micro-análises
- estudos do comportamento humano
- influência da informação e dos contactos pessoais.

c) Políticas migratórias

2.3. Mobilidade intra-urbana

a) Análises agregadas
- fluxos origem - destino
- impactes na estrutura demográfica e social das áreas envolvidas no processo migratório.

b) Micro-análises
- modelos do comportamento humano
- interferência de barreiras à mobilidade residencial: mercado de habitação, estrutura familiar e acessibilidade.
- frequência de mudanças de residência

No presente trabalho, consideraremos diferentes escalas de análise (internacional, nacional e urbana), dando especial ênfase à A. M. L., quer ao nível da sua integração no sistema das migrações e das transferências intersectoriais da mão-de-obra no interior do País, quer à mobilidade residencial intrametropolitana e às modificações na estrutura do emprego e na composição social da população deste território.

Além disso, retomando algumas das ideias desenvolvidas em HAGERSTRAND (1957 e 1963), LENNTORP (1976),

MARTENSSON (1979), PARKES e THRIFT (1980) e CARLSTEIN (1982), procuraremos analisar algumas trajectórias individuais.

Dividimos o estudo em três partes, dedicando a primeira à análise da *mobilidade geográfica*, a segunda às *transformações na estrutura do emprego e na composição social da população* e a terceira à tentativa de definir alguns *tipos de percursos individuais* mais característicos (em termos geográficos e socioprofissionais) da população residente na A.M.L. .

Esta dissertação tem, por conseguinte, uma estrutura que parte do geral para o particular: começa-se com a análise dos grandes traços da mobilidade geográfica, ao nível interno e internacional, para, em seguida, ver de que forma a A.M.L. se integra nesse sistema global e perceber a sua estrutura interna.

O estudo das modificações no emprego e na composição social da população, que constitui o objecto da segunda parte do trabalho, tem uma estrutura semelhante à anterior: no primeiro capítulo analisam-se as principais *modificações sectoriais do emprego ao nível nacional e regional* e as suas relações com a mobilidade geográfica e socioprofissional da força de trabalho e, no segundo estudam-se as componentes mais importantes da organização do território da A. M. L. : processo de suburbanização, migrações pendulares residência-trabalho e transformações na estrutura e localização do emprego e composição social da população.

Finalmente, a pesquisa centra-se ao *nível individual*, procurando ver de que forma os *factores estruturais* se articulam com as *motivações individuais* da mobilidade geográfica e socioprofissional, ao longo da vida de cada indivíduo e entre gerações.

Os dados que serviram de base às duas partes iniciais do trabalho foram colhidos em fontes estatísticas oficiais, nacionais e internacionais, de que se salientam os *Recenseamentos da População*, as *Estatísticas Demográficas* , os *Boletins da Emigração*, os diversos *Anuários da O.N.U.* e os *Relatórios do Banco Mundial*.

Na última parte recorremos a um *inquérito*, por amostragem, que efectuámos a 1000 famílias residentes em nove

áreas previamente seleccionadas, na cidade e nos subúrbios de Lisboa.

PARTE I
MOBILIDADE GEOGRÁFICA

A complexidade do fenómeno da mobilidade geográfica da população, quer quanto à diversidade de escalas em que ocorre, quer quanto à sua variação com características particulares dos indivíduos (idade, sexo, estatuto socioprofissional, etc.), associada à escassez de informação estatística disponível,torna o seu estudo extremamente difícil.

Dos três vectores que compõem a mobilidade geográfica: emigração, imigração e migrações internas, em Portugal, dispomos de dados ao nível concelhio apenas para a emigração legal. Contudo, o número de partidas clandestinas, nomeadamente para França, nalguns anos da década de sessenta e princípios de setenta atingiu valores semelhantes ou mesmo superiores aos legais (quadro 1)(1).

Este facto, aliado à quase inexistência, ao nível regional, de informação numérica sobre a imigração, movimento com as ex-colónias africanas e fluxos internos de população, obrigou-nos a recorrer a métodos indirectos de estimação.

Na impossibilidade de quantificar com rigor as deslocações existentes, as estimativas a que chegámos deverão apenas ser consideradas como indicadores globais dos principais movimentos internos e internacionais e da sua evolução no período em estudo, não podendo ser tomadas em valor absoluto.

---

(1) Deve notar-se que a emigração clandestina relativa aos anos 1969, 1970 e 1971 está sobreavaliada em virtude de muitos emigrantes que tinham saído clandestinamente do País, em anos anteriores, só nessa época terem conseguido regularizar a sua situação.

Quadro 1 - Emigração de Portugal Continental - 1960-1984

Anos	Emigração legal	Emigração clandestina para França*
1960	20 161	414
1961	24 767	1 270
1962	26 143	4 671
1963	32 604	14 451
1964	48 537	30 636
1965	82 231	27 918
1966	105 880	12 595
1967	78 077	13 778
1968	64 712	23 697
1969	54 648	83 373
1970	54 099	106 907
1971	38 576	100 797
1972	42 966	50 892
1973	66 636	40 502
1974	26 631	26 876
1975	14 106	20 107
1976	12 053	15 753
1977	14 052	11 763
1978	16 333	5 846
1979	20 499	11 867
1980	20 376	13 710
1981	20 086	14 721
1982	15 570	5 324
1983	12 041	5 521
1984	12 335	5 000

Fonte: I.N.E.; RIBEIRO, 1986, p. 102.

* A estimativa da emigração clandestina refere-se ao total do País (Continente, Açores e Madeira).

Assim, após uma breve análise da evolução demográfica de Portugal Continental, ao longo deste século, estudaremos as variações do número de habitantes de cada concelho, nos períodos intercensitários entre 1950 e 1981 e, a partir da equação de concordância demográfica, faremos uma estimativa dos saldos migratórios concelhios.

Em seguida, tomando como base os saldos migratórios globais, as taxas de emigração e os dados dos Recenseamentos

de 1970 e 1981 relativos à mobilidade interdistrital da população, em períodos determinados, procuraremos caracterizar as principais correntes migratórias internas e internacionais.

Finalmente, dedicaremos um capítulo ao estudo particular das migrações para a Área Metropolitana de Lisboa nas décadas de sessenta e setenta.

1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

1.1.DINÂMICA GLOBAL

Segundo o último recenseamento da população, em 16 de Março de 1981 residiam em Portugal Continental 9336760 pessoas, o que equivale a uma densidade populacional média de 105,5 hab./km^2.

Ao longo deste século apenas os períodos de 1920--1930, 1930-1940 e 1970-1981 registaram taxas de crescimento anual médio superiores a 1%. Entre 1911 e 1920 e entre 1950 e 1960 a população cresceu a um ritmo muito lento, atingindo, no primeiro período, valores próximos de zero e, na década de sessenta verificou-se mesmo uma diminuição absoluta de 186761 habitantes, o que equivale a um decréscimo anual médio de -0,23% (quadro 2).

Esta evolução resulta dos efeitos combinados da variação dos saldos fisiológicos e migratórios. Como podemos ver no quadro 3, os grandes aumentos de população coincidem com períodos de fraca emigração, nomeadamente os anos trinta, quarenta e finais de setenta e, em contrapartida, às épocas de maior emigração corresponde um crescimento demográfico lento ou mesmo uma variação negativa.

Deste modo, o grande surto de emigração dos anos cinquenta e sessenta e, em menor grau, a descida das taxas de

natalidade, sobretudo a partir de meados da década de sessenta, foram os principais responsáveis pela evolução demográfica desse período.

Quadro 2 - Evolução da população residente em Portugal Continental - 1900-1981

Anos	População residente	Variação média anual (%)
1900	5 039 744	
		0.94
1911	5 586 053	
		0.16
1920	5 668 232	
		1.12
1930	6 334 507	
		1.32
1940	7 218 882	
		0.93
1950	7 921 913	
		0.46
1960	8 292 975	
		-0.23
1970	8 108 214	
		1.42
1981	9 336 760	

Fonte: I.N.E.

Por sua vez, o aumento da população do último decénio é uma consequência directa da quebra da emigração para a Europa Ocidental, a partir de 1973 e, fundamentalmente, da vinda de mais de meio milhão de retornados das ex-colónias e do regresso de grande número de emigrantes europeus(2).

(2) Não há registos do número de emigrantes regressados a Portugal e as estimativas existentes são bastante díspares.

Quadro 3 - Evolução dos saldos fisiológicos e das taxas médias de emigração anual

Anos	Emigração média anual/ /1000 hab.*	Saldo fisiológico médio (‰)
1901-1911	5,63	13,20
1912-1920	5,44	7,77
1921-1930	4,94	12,39
1931-1940	1,39	11,18
1941-1950	0,88	10,17
1951-1960	3,35	12,11
1961-1970	6,97	11,87
1971-1980	3,13	8,33

Fonte: I.N.E.

* Refere-se apenas à emigração legal.

1.2. UMA EVOLUÇÃO REGIONAL DIFERENCIADA

O quadro evolutivo do País, nomeadamente nas últimas três décadas, esconde importantes assimetrias regionais que se têm traduzido por grandes modificações na organização do território nacional - "à instabilidade demográfica corresponde uma instabilidade na geografia do país" (GASPAR, 1983, p. 4).

São numerosos os trabalhos que se têm dedicado ao estudo da evolução regional da população portuguesa(3). No entanto, dado que nenhum deles apresenta uma visão global do período que estamos a estudar (1950-1981), faremos aqui uma síntese das principais diferenciações existentes ao nível concelhio.

1.2.1. A década de cinquenta

Entre 1950 e 1960, a população residente em Portugal Continental registou um aumento de 371062 habitantes, ou seja,

(3) Entre muitos outros salientam-se: ALARCÃO, 1964 e 1969; CAVACO e MEDEIROS, 1979; EVANGELISTA, 1971; GASPAR, 1971, 1981, 1983 e 1986; NAZARETH, 1978, 1979 e 1984; POINARD, 1972 e SILVA, 1970.

4,7%. Contudo, dos 273 concelhos do País, 149 (55%) sofreram decréscimos populacionais e, em contrapartida, apenas, 11 municípios dos distritos de Lisboa e Setúbal (aqueles que registaram taxas de crescimento iguais ou superiores a 15%), absorvem 77,3% do crescimento demográfico da década de cinquenta. Tende-se, portanto, para a concentração da população em áreas restritas, nomeadamente nas regiões de Lisboa e Porto e na faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo, em torno de alguns focos urbano-industriais dos distritos de Leiria, Aveiro e Braga (fig. 1).

No Interior e Centro apenas Miranda do Douro e Constância registaram aumentos demográficos superiores a 15% - 46,6% e 15,8% respectivamente. Fora da faixa litoral distinguem-se ainda pontualmente alguns concelhos com crescimentos demográficos superiores a 2,5%: Montalegre, Boticas e Chaves; Vinhais e Mirandela; S. João da Pesqueira, Tabuaço, Viseu, Tondela e Nelas; Covilhã e Oleiros; Entroncamento, Abrantes, Cartaxo, Almeirim, Alpiarça, Coruche e Salvaterra de Magos; Évora e Borba.

No Algarve, apenas Lagos, Faro e Vila Real de Santo António registaram aumentos populacionais superiores a 2,5%; os restantes concelhos permaneceram estacionários ou sofreram decréscimos acentuados (fig. 1).

A variação da população de um território, entre dois momentos t e $t + n$ resulta dos efeitos combinados do número de nascimentos, óbitos e migrações. Assim, se conhecermos o número de habitantes em t (P_t) e em $t + n$ (P_{t+n}), o número de nascimentos (N), óbitos (O), imigrantes (I) e emigrantes (E), podemos estabelecer a seguinte equação:

$$P_{t+n} = P_t + N - O + I - E \quad \text{(equação de concordância)}$$

Admitindo que os Censos da população portuguesa e os registos do movimento natural, no período em análise, têm qualidade aceitável(4), a partir da equação de concordância podemos estimar os saldos migratórios de cada concelho e, por

(4) Sobre a qualidade dos Recenseamentos da População Portuguesa veja-se: CÔNIM, 1980.

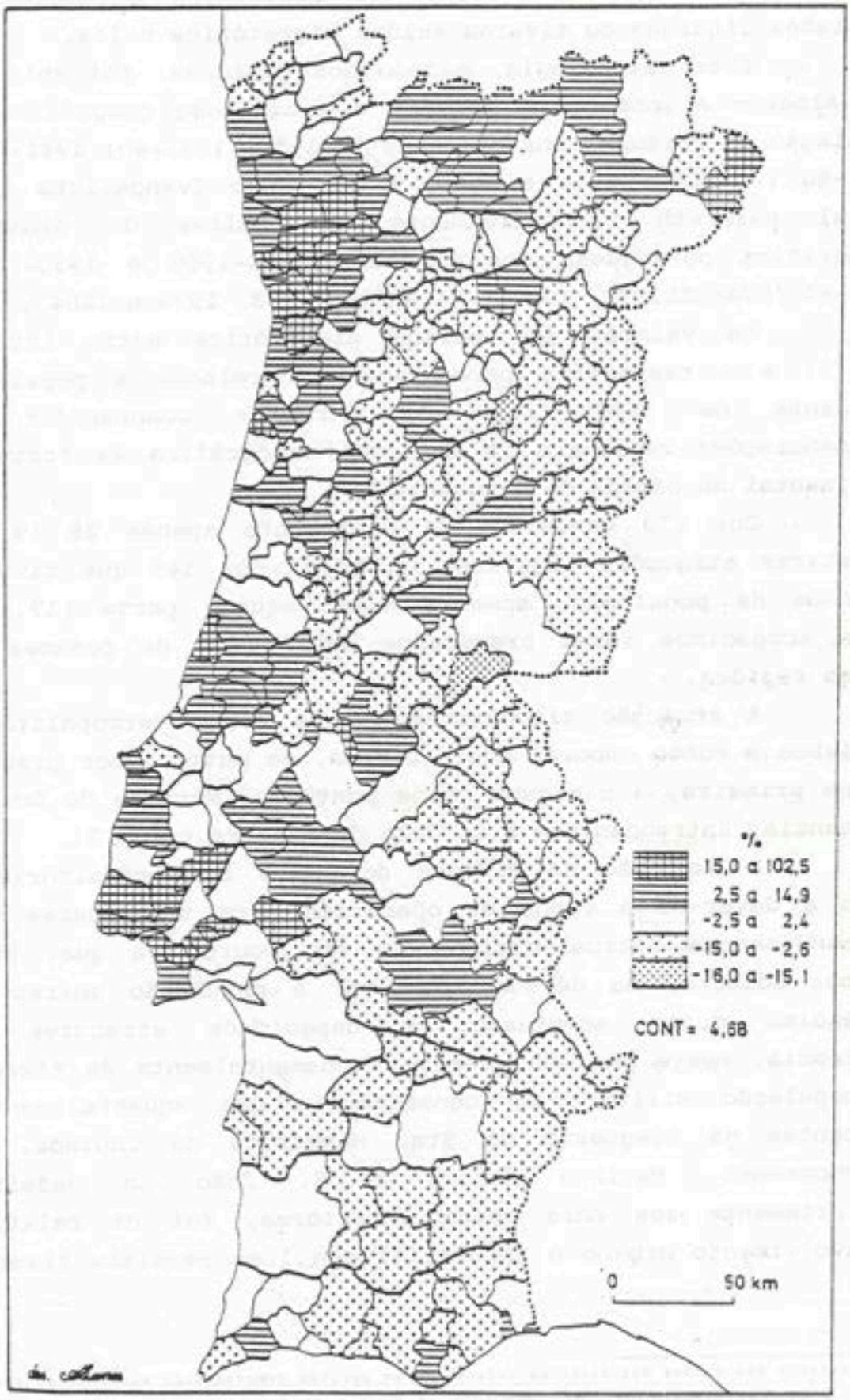


Fig. 1 - Variação da população residente
1951-1960

esta via, identificar aqueles que registaram atracções ou repulsões líquidas ou tiveram saldos migratórios nulos.

Esta metodologia, método dos resíduos, foi aplicada por Alberto Alarcão para estudar a mobilidade geográfica da população de Portugal nos decénios 1921-30; 1931-40; 1941-50 e 1951-60 (ALARCÃO, 1964 e 1969) e por João Evangelista e J. Manuel Nazareth respectivamente na análise da dinâmica demográfica portuguesa dos períodos 1864-1960 e 1930-70 e 1970-80 (EVANGELISTA, 1972 e NAZARETH, 1978, 1979 e 1984).

Os valores dos saldos migratórios entre 1951 e 1960(5) e a respectiva percentagem em relação à população residente em 1950 (fig. 2) permitem compreender as diferenciações regionais da evolução demográfica de Portugal Continental na década de cinquenta.

Dos 273 concelhos do Continente apenas 26 (9,5%) registaram atracções líquidas. Ou seja, dos 149 que tiveram aumentos de população, somente numa pequena parte (17,4%), esses acréscimos foram provocados pela vinda de pessoas de outras regiões.

A atracção circunscreve-se às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto embora, nesta última, em muito menor grau do que na primeira, e a alguns casos pontuais: Miranda do Douro, Constância, Entroncamento e S. João da Madeira (fig. 2).

A expansão de Miranda do Douro foi transitória e ficou a dever-se à vinda de operários para trabalharem nos empreendimentos hidroeléctricos do rio Douro, já que, como veremos adiante, na década seguinte, a população sofreu um decréscimo muito acentuado. A capacidade atractiva de Constância, neste período, deriva fundamentalmente da fixação de população militar, em consequência dos aquartelamentos existentes na freguesia de Sta. Margarida da Coutada. No Entroncamento, Marinha Grande e S. João da Madeira, contrariamente aos dois casos anteriores, foi um relativo desenvolvimento urbano e industrial que lhes permitiu fixar a

(5) Os valores dos saldos fisiológicos referem-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 1951 e 31 de Dezembro de 1960, enquanto os Censos da População se reportam a 15 de Dezembro. Contudo, não nos parece que estas diferenças alterem de forma significativa os resultados obtidos para os saldos migratórios.

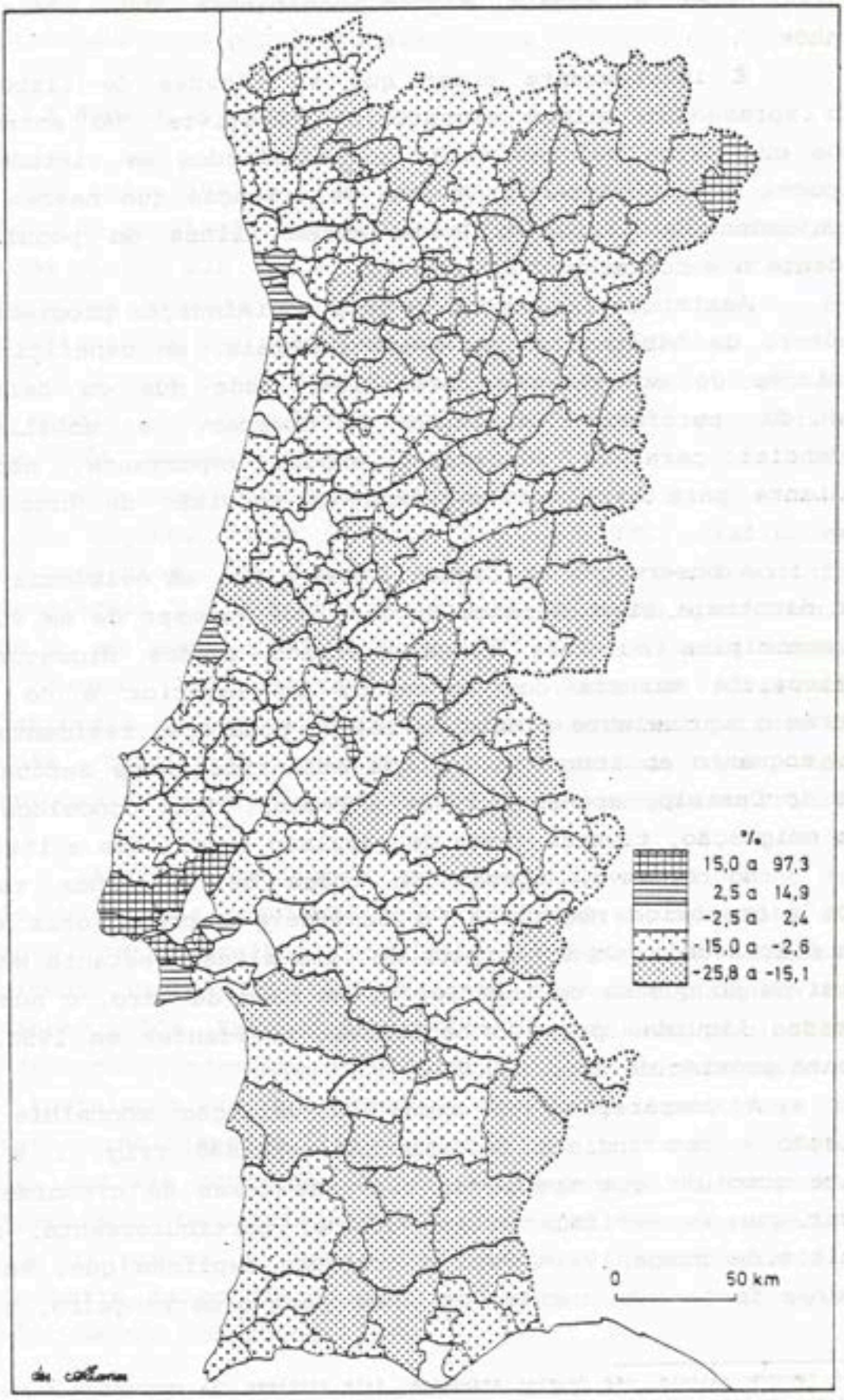


Fig. 2 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1951-1960

sua população e atrair alguns habitantes dos concelhos vizinhos.

É interessante notar que as cidades de Lisboa e Porto apresentam saldos migratórios negativos. No entanto, cremos que estes valores estão sobreavaliados em virtude de uma parte significativa do número de crianças que nascem nas maternidades de Lisboa e Porto serem filhos de população residente nos concelhos vizinhos(6).

Assim, embora se tenda para a diminuição progressiva do número de habitantes das áreas centrais, em benefício da instalação de actividades terciárias, dado que os bairros novos da periferia continuam a crescer, a mobilidade residencial para os subúrbios, embora importante, não é suficiente para explicar as taxas de repulsão de Lisboa e Porto.

A observação da figura 2 põe ainda em evidência uma forte dicotomia litoral-interior dado que, apesar de em 90,5% dos municípios do País terem ocorrido saldos migratórios negativos, a maioria dos concelhos do Interior e do Sul perderam o equivalente a mais de 15% da população residente em 1950, enquanto ao longo da fachada Atlântica entre Setúbal e Viana do Castelo, apenas Murtosa e Pombal, dois concelhos de forte emigração, tiveram taxas de repulsão superiores a 15%.

No Algarve, apesar de todos os concelhos terem saldos migratórios negativos, o contraste entre a orla e a serra é acentuado. Os municípios do litoral são bastante menos repulsivos do que os do interior e, no caso de Faro, o número de saídas líquidas por 100 habitantes residentes em 1950, é bastante próximo de zero (-0,7%).

A comparação dos mapas da variação concelhia da população e dos índices de atracção/repulsão (fig. 1 e 2) permite concluir que apenas as elevadas taxas de crescimento natural que se verificaram no País e, particularmente, nos distritos de Braga, Vila Real e Bragança explicam que, mesmo concelhos fortemente repulsivos, quer para o estrangeiro, quer

(6) Como veremos adiante, nas décadas seguintes, este problema vai acentuar-se e atingir outras áreas do País, nomeadamente capitais de distrito e outros centros urbanos importantes à escala regional e respectivas áreas de influência em matéria de prestação de serviços hospitalares.

para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, tenham registado aumentos populacionais.

1.2.2. A década de sessenta

Entre 1961 e 1970 acentuaram-se os traços gerais da evolução da população no decénio anterior. A desertificação do interior e do sul do País e a concentração em torno das aglomerações urbanas de Lisboa e Porto, constituem o facto mais saliente da evolução demográfica deste período.

Apenas cinco distritos: Lisboa, Setúbal, Porto e, em menor escala, Aveiro e Braga registaram aumentos populacionais e dos 274 concelhos do Continente, somente 50 (18,2%) aumentaram o número dos seus habitantes (fig. 3).

Segundo Jorge Gaspar (GASPAR, 1971) distinguem-se três conjuntos de áreas com dinâmicas demográficas diferenciadas: 1) regiões de grande atracção, em torno de Lisboa e, em menor grau do Porto; 2) faixa litoral entre as duas Áreas Metropolitanas, com pequenos decréscimos populacionais e, pontualmente, alguns aumentos ligeiros; 3) o restante território nacional, caracterizado por fortes diminuições do número de habitantes, quase sempre superiores a 15%.

A cidade de Lisboa, pela primeira vez ao longo deste século, viu a sua população reduzida de 4% em relação a 1960, enquanto os concelhos envolventes registaram taxas de crescimento demográfico extremamente elevadas, nalguns casos superiores a 50%. Este facto resulta dos efeitos combinados de três factores fundamentais: substituição da função residencial pela instalação de actividades terciárias nas áreas mais centrais; realojamento da população que habita em bairros velhos, com más condições de habitabilidade e de um processo de especulação fundiária e imobiliária que torna as rendas de casa e os preços de venda dos andares inacessíveis a uma grande parte da população que, por este facto, é obrigada a instalar-se nos subúrbios(7).

(7) A aplicação da Lei 2030 de 22 de Junho de 1948 que apenas permite o regime de renda livre para o primeiro arrendamento e estabelece o congelamento dos alugueres nas cidades de Lisboa e Porto (admitindo actualizações de cinco em cinco anos, no restante território nacional).

À semelhança do que se verificou na cidade de Lisboa, ainda que com menor intensidade, o despovoamento das áreas mais antigas das aglomerações urbanas tende a fazer sentir-se um pouco por todo o País. Ao longo da faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo apenas a Murtosa e um conjunto de três concelhos da periferia norte do distrito de Lisboa e sul de Leiria (Cadaval, Bombarral e Óbidos) registaram diminuições de população superiores a 15%. Em contrapartida, em todo o Centro e Interior somente o Entroncamento sofreu um aumento demográfico maior que 15% (28,1%) e decréscimos inferiores a 15% ocorreram apenas pontualmente nos municípios onde se situa a sede de alguns distritos (Évora, Portalegre, Castelo Branco, Viseu, Vila Real e Bragança), nalguns concelhos do ocidente do distrito de Viseu, na área industrial da serra da Estrela e, no distrito de Évora, em Vendas Novas, Borba e Vila Viçosa.

O Algarve acompanhou a evolução demográfica do País. A maioria dos seus municípios teve fortes diminuições do número de habitantes e apenas o concelho de Portimão registou um aumento demográfico (4,4%). No entanto, tal como no decénio anterior, manteve-se o contraste entre a orla e a serra dado que foram os concelhos do litoral que sofreram os menores decréscimos populacionais.

Numa análise mais fina da variação da população verifica-se que mesmo nos concelhos que perderam habitantes, nalgumas freguesias urbanas registaram-se acréscimos

---

teve como consequências, a retracção do investimento em prédios de rendimento na cidade de Lisboa e a expansão da construção nos subúrbios.

Deste modo, as casas que aparecem para alugar, dentro da cidade, atingem rendas incomportáveis para a maioria das famílias que, por esse facto, procuram casa nos concelhos da periferia. Além disso, conforme salienta Teresa Barata Salgueiro (SALGUEIRO, 1985), a mobilidade residencial é praticamente inexistente porque mesmo que a renda seja elevada na data do contrato, como a inflação rapidamente se torna baixa e, por conseguinte, uma vez adquirida uma casa, nunca mais se deixa, com receio de não poder adquirir outra, ainda que isso implique o percurso diário de grandes distâncias até ao emprego, ou a manutenção da casa desabitada, em caso de mudança temporária de residência para outra região do País ou para o estrangeiro.

Outro aspecto importante que indirectamente deriva da Lei 2030 é o grande aumento do número de demolições de prédios antigos com rendas desactualizadas (ao abrigo da Lei nº. 2088 de 3 de Junho de 1957), gerando-se, dessa forma, um processo de reconstrução especulativa, com acentuados aumentos da densidade de ocupação do solo.

A partir de Maio de 1974, a aplicação do congelamento das rendas de casa, em todo o País, teve como efeito imediato o quase desaparecimento da oferta de habitações para alugar.

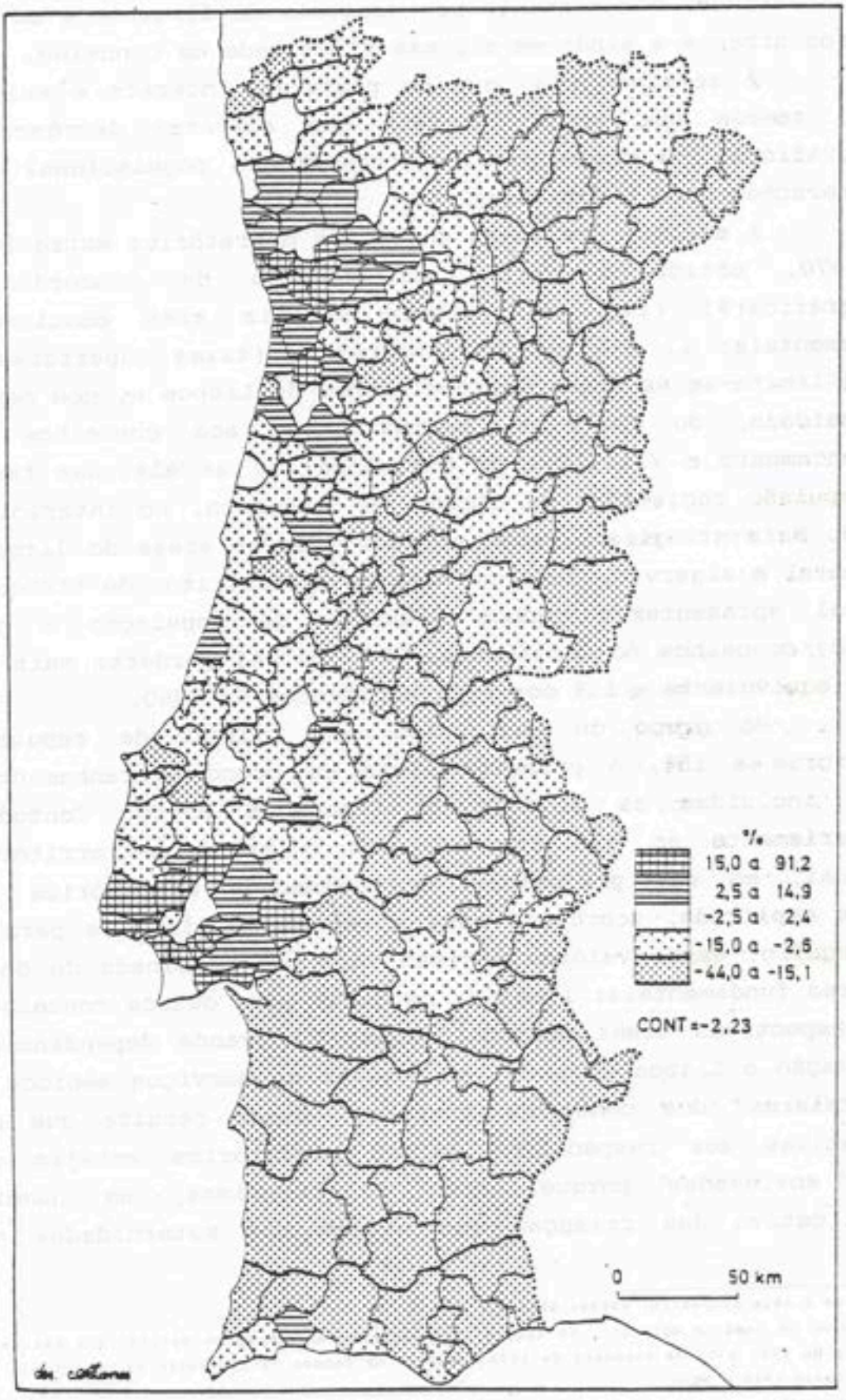


Fig. 3 - Variação da população residente
1961-1970

significativos, nomeadamente nas capitais de distrito e outros centros urbanos e ainda em algumas vilas sede de concelho.

À semelhança do que se passa no interior e sul do País, também nas áreas litorais que sofreram decréscimos demográficos, se tende para a concentração populacional nas aglomerações mais importantes(8).

A análise das taxas de saldos migratórios entre 1961 e 1970, obtida a partir da equação de concordância demográfica(9) (fig. 4) permite extrair três conclusões fundamentais: 1) a atracção demográfica (taxas superiores a 2,5%) limita-se às Áreas Metropolitanas de Lisboa e, com menor intensidade, do Porto e, pontualmente, aos concelhos do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; 2) as elevadas taxas de repulsão registadas na década de cinquenta, no interior e sul do País atingiram, neste período, vastas áreas do litoral ocidental e algarvio, dado que apenas os distritos de Lisboa e Setúbal apresentaram ganhos líquidos de população e dos 273(10) concelhos do Continente, 202 (74,0%) perderam mais do que o equivalente a 15% dos seus habitantes em 1960.

No grupo de municípios com índices de repulsão superiores a 15%, à primeira vista um pouco estranhamente, estão incluídas as cidades de Lisboa e Porto. Contudo, contrariamente ao que acontece com o restante território nacional, em que predominam os movimentos migratórios de grande amplitude, sobretudo para a região de Lisboa e para o estrangeiro, estes valores derivam da acção combinada de dois factores fundamentais: 1) saída de gente para outros concelhos das respectivas áreas metropolitanas; 2) grande dependência, em relação a Lisboa e Porto, em matéria de serviços médicos e hospitalares, dos concelhos vizinhos, donde resulta que as estimativas dos respectivos saldos migratórios estejam um pouco enviesadas porque, como já referimos, um número significativo das crianças que nascem nas maternidades de

(8) Veja-se a este propósito: ABREU, 1978.

(9) Tal como no decénio anterior, os saldos fisiológicos referem-se ao período que vai de 1 de Janeiro de 1961 a 31 de Dezembro de 1970 enquanto os Censos da População se reportam a 15 de Dezembro de 1960 e 1970.

(10) Os concelhos de Montemor-o-Novo e Vendas Novas foram considerados em conjunto porque, apesar de este último concelho ter sido criado em 1962 , só a partir de 1963 existem valores individualizados dos saldos fisiológicos respectivos.

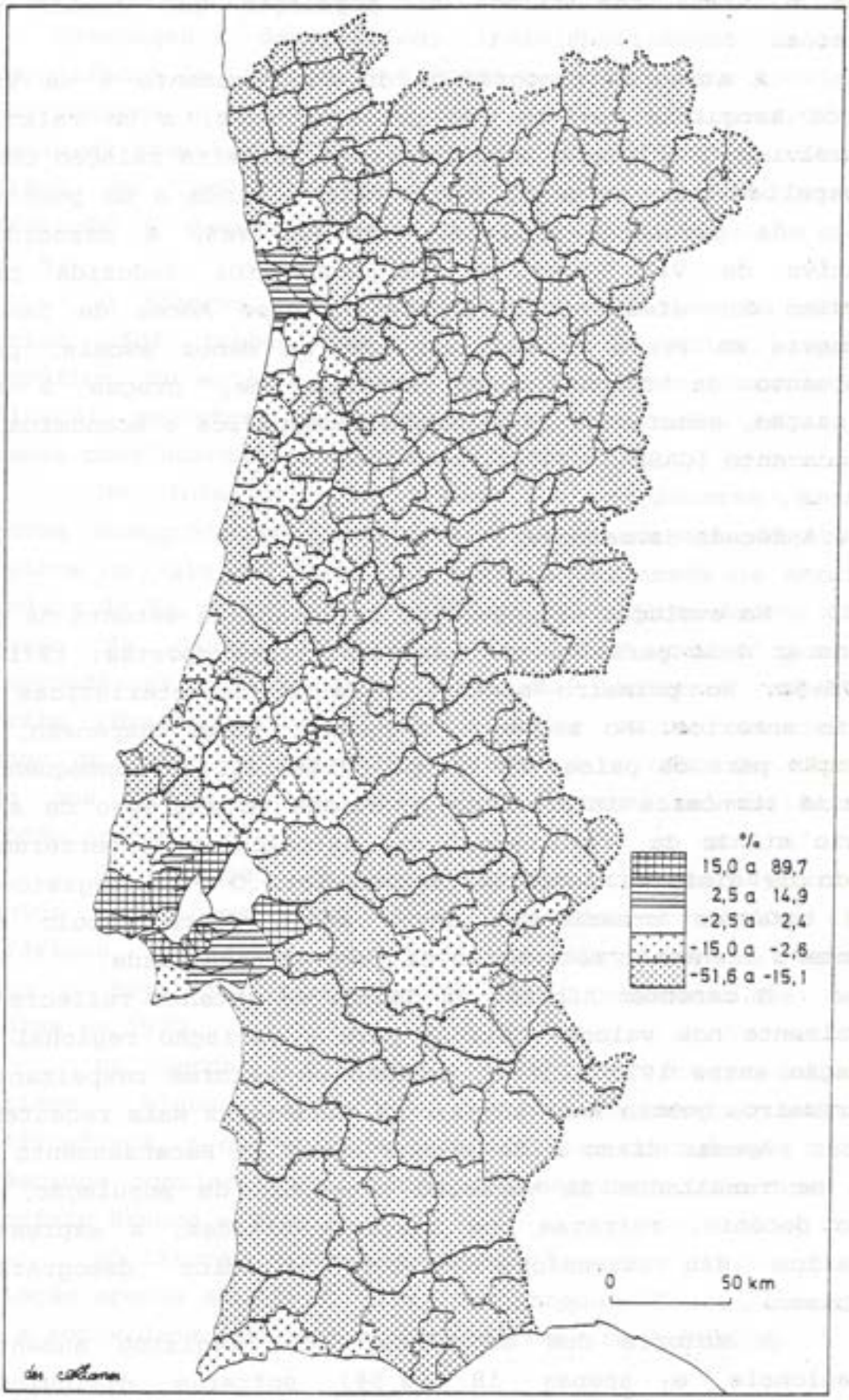


Fig. 4 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1961-1970

Lisboa e Porto são filhos de população que reside nos subúrbios.

A atracção demográfica do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha deve-se, no primeiro caso, a um relativo desenvolvimento urbano e industrial, em estreita relação com o seu papel de importante nó ferroviário e ainda a um possível aumento da população militar. Por sua vez, a capacidade atractiva de Vila Nova da Barquinha foi induzida pelo acréscimo dos efectivos militares da Base Aérea de Tancos (freguesia de Praia do Ribatejo) e, em menor escala, pelo crescimento da freguesia da Atalaia que, graças à sua localização, beneficiou da expansão demográfica e económica do Entroncamento (GASPAR, 1971).

1.2.3. A década de setenta

Na evolução da população da década de setenta há que considerar dois períodos com características opostas: 1971-74 e 1975-80. No primeiro mantiveram-se as características do decénio anterior. No segundo, a quebra, quase suspensão, da emigração para os países da Europa Ocidental, em consequência da crise económica internacional, aliada ao regresso de mais de meio milhão de "retornados" das ex-colónias, inverteram o sentido da dinâmica demográfica anterior. O País registou a maior taxa de crescimento anual médio deste século não obstante o acentuado decréscimo da taxa de natalidade.

O carácter híbrido da década de setenta reflecte-se naturalmente nos valores obtidos para a variação regional da população entre 1970 e 1981, podendo os valores respeitantes aos primeiros quatro anos esbater as tendências mais recentes.

Apesar disso e de alguns erros do Recenseamento de 1970, os resultados da variação concelhia da população, no último decénio, retratam com bastante nitidez, a expressão geográfica das transformações da dinâmica demográfica portuguesa.

A maioria dos concelhos (165) registou aumentos populacionais e apenas 18 (6,5%) sofreram diminuições superiores a 15%, contra 42,7% na década anterior.

Na faixa litoral, que continuou a ser a área de maior crescimento demográfico, individualizam-se as Áreas Metropolitanas de Lisboa(11) e Porto e regiões mais próximas e alguns núcleos organizados em torno de Leiria-Marinha Grande, Figueira da Foz-Coimbra e Aveiro e, a sul de Setúbal, Sines e Santiago do Cacém, graças aos efeitos induzidos pela implantação e desenvolvimento do pólo industrial de Sines (fig. 5).

O Algarve, contrariando as tendências do período anterior, foi também uma das áreas de maior expansão demográfica. No entanto, o aumento da população concentrou-se no litoral, sobretudo em redor de Faro e Portimão. As regiões serranas continuaram a despovoar-se.

No Interior, as áreas que registaram maiores aumentos demográficos circunscrevem-se a um agrupamento de concelhos no Vale do Douro que engloba Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Vila Flor, Mogadouro, Vila Nova de Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo; a alguns casos pontuais correspondentes a municípios onde se localizam sedes de distrito (Bragança, Portalegre e Beja) ou outros centros urbanos de relativa importância, como é o caso de Elvas e ainda aos concelhos de Belmonte, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.

O processo de despovoamento característico dos decénios anteriores encontra-se limitado às regiões mais periféricas, atingindo sobretudo os distritos de Castelo Branco e Beja que perderam 8% dos habitantes que neles residiam em 1970.

Na Guarda, Portalegre e Vila Real, apesar de, como referimos, alguns concelhos terem registado aumentos significativos, o conjunto de cada distrito continuou a sofrer decréscimos populacionais, ainda que bastante inferiores aos de Castelo Branco e Beja.

No litoral fizeram-se sentir ligeiras diminuições de população apenas em Vagos, Mira, Cantanhede e Soure, concelhos onde a actividade agrícola é ainda fortemente dominante.

---

(11) A variação negativa da população do concelho do Montijo só poderá resultar de um erro do Censo de 1970, pois à recente expansão da área construída nos principais aglomerados tem necessariamente de corresponder um aumento substancial do número de habitantes.

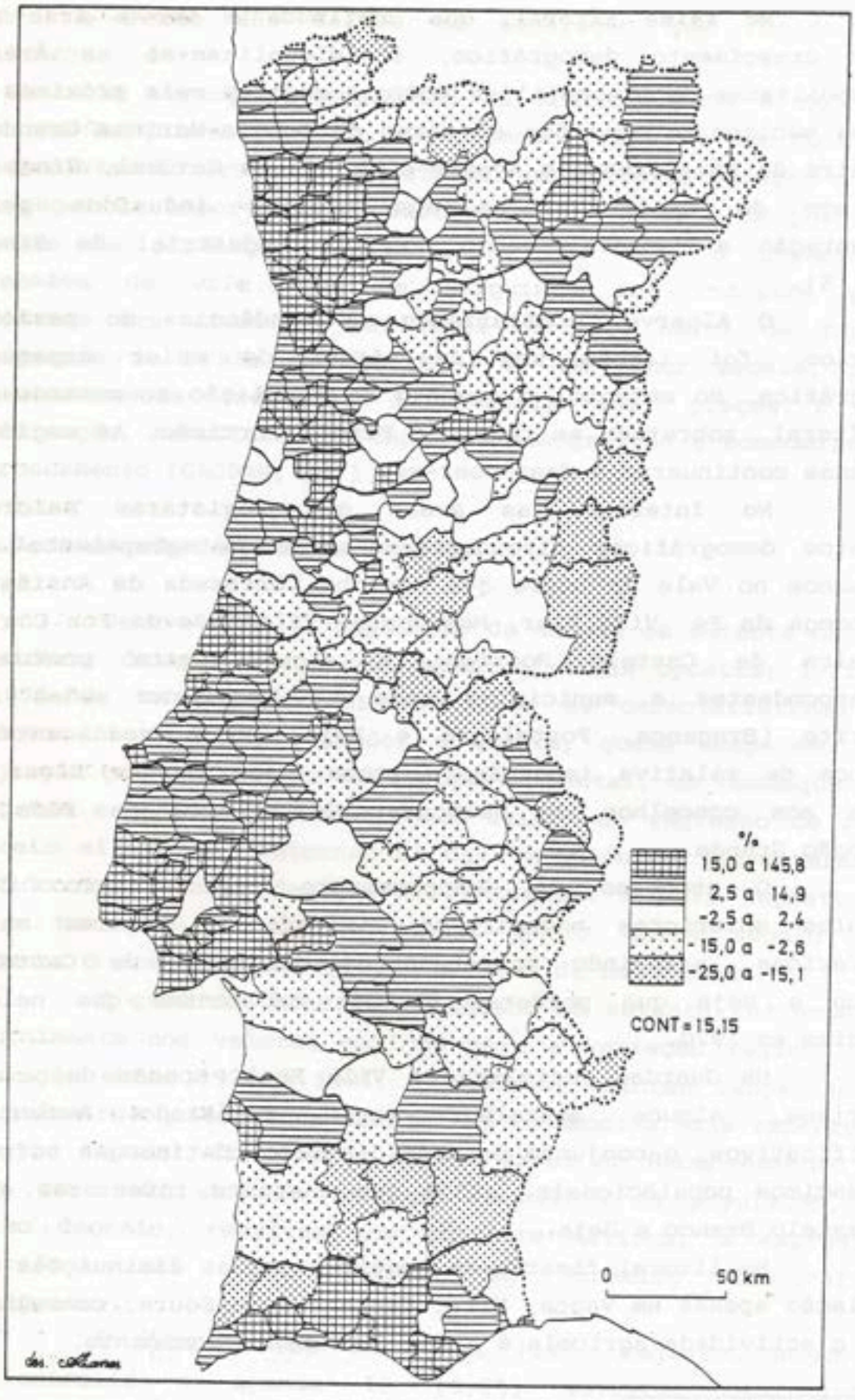


Fig. 5 - Variação da população residente 1971-1981

A estimativa dos saldos migratórios concelhios(12), obtida a partir da equação de concordância demográfica, e a análise da distribuição, em Março de 1981, dos emigrantes regressados entre 1974 e 1981 e dos repatriados das ex-colónias (13) permitiu identificar alguns dos principais factores responsáveis pela evolução regional da população no último decénio.

A estreita correlação entre os valores da variação concelhia do número de habitantes e das respectivas taxas de saldo migratório (fig. 5 e 6) indica, mais uma vez, que as migrações externas e internas continuam a comandar a dinâmica demográfica portuguesa.

Crescimento demográfico e desenvolvimento económico e urbano caminham a par: as principais aglomerações urbanas e industriais, nomeadamente as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, continuaram a registar os maiores níveis de atracção populacional e os novos eixos de expansão demográfica que começaram a desenvolver-se em direcção ao Interior (Porto - Vila Real - Mirandela; Aveiro - Viseu - Mangualde; Lisboa - Vale do Tejo e Lisboa - Vendas Novas - Évora) coincidem com melhorias nas infraestruturas rodoviárias e com pequenos e médios investimentos na indústria ou no comércio e serviços (GASPAR, 1981).

Constituem excepção a esta regra os casos já referidos de um conjunto de concelhos do sul do distrito de Bragança e Norte da Guarda e dos municípios de Belmonte, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.

Os índices de atracção da região do Douro Interior explicam-se pelo elevado peso na população residente em 1981, dos repatriados das ex-colónias que, embora se tenham fixado maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, um número significativo regressou à terra de origem e, por isso, em termos relativos representam um grande acréscimo na população

(12) Em virtude de o Recenseamento da População se referir a 16 de Março de 1981, no cálculo dos saldos migratórios considerámos 20,6% dos nados vivos e dos óbitos registados nesse ano.
(13) Número de pessoas residentes no Continente em 16 de Março de 1981 e que em 31 de Dezembro de 1973 residiam nas ex-colónias. Contudo, é necessário ter em conta que alguns não se podem incluir no movimento de repatriados, por terem partido por razões e em momentos diferentes dos relativos à descolonização. Caso dos que vieram para Portugal antes do 25 de Abril de 1974 e dos imigrantes de Cabo Verde ou de outra ex-colónia.

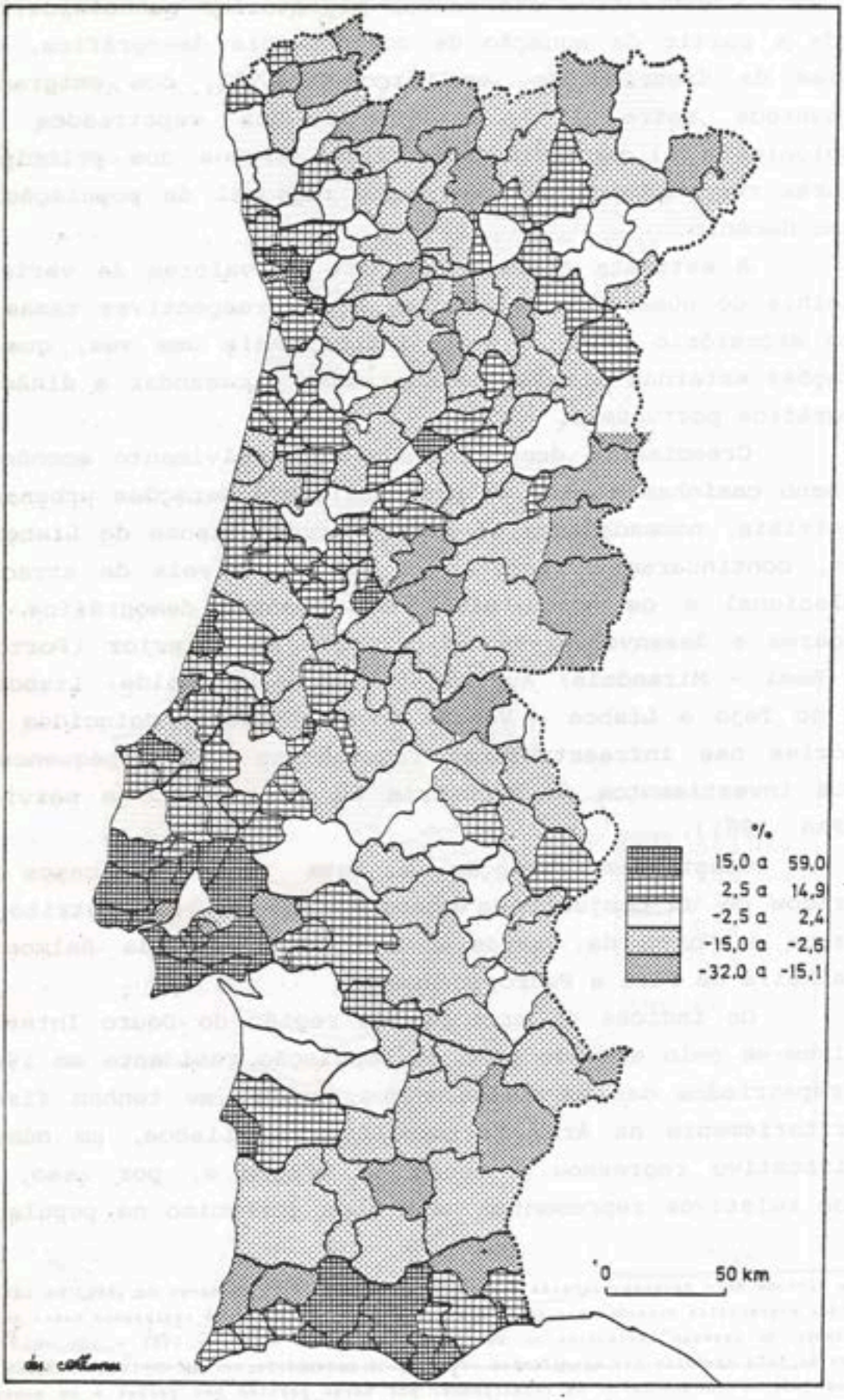


Fig. 6 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1971-1981

dos distritos do Interior, particularmente de Bragança e Guarda (fig. 7).

A capacidade atractiva do concelho de Belmonte também se compreende facilmente se atendermos à dimensão assumida pelas correntes migratórias de retorno, entre 1974 e 1981 (fig. 8). Já os casos de Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande são de compreensão bastante difícil. Castanheira de Pêra é um pequeno centro de indústria têxtil, em grandes dificuldades, apesar de actualmente estar em curso um grande projecto de reestruturação industrial e Pedrógão Grande é um concelho bastante pobre, onde a agricultura e a exploração florestal constituem as actividades económicas dominantes, não se vislumbrando, por isso, nenhum factor explicativo da expansão demográfica indicada pelos Recenseamentos de 1970 e 1981. Daí que admitamos a hipótese de um eventual erro de contagem dos boletins do Recenseamento de 1970.

O Algarve litoral foi outra das áreas de grande atracção demográfica do período 1971-81 (fig. 6). No entanto, também aqui o aumento do número de habitantes ficou a dever-se, em grande parte, ao retorno de emigrantes e à fixação de retornados das ex-colónias (fig. 7 e 8).

Um aspecto importante que sobressai da análise das figuras 5 e 6 é o facto de alguns concelhos que registaram grandes aumentos demográficos serem repulsivos e outros que perderam população serem atractivos. No primeiro caso, além das cidades de Lisboa e Porto, incluem-se municípios onde se localizam sedes de distrito e outros centros urbanos importantes (Beja, Bragança, Coimbra, Évora, Portalegre, Vila Real, Viseu e Caldas da Rainha) e, no segundo, alguns concelhos da periferia dos primeiros.

Este comportamento aparentamente paradoxal, como já referimos, resulta do processo de cálculo utilizado para determinar os valores dos saldos migratórios. À semelhança do que se verificava já nos períodos anteriores, para as cidades de Lisboa e Porto, actualmente, com a melhoria das condições de acesso à saúde e assistência materno-infantil, um número significativo das crianças que nascem nas maternidades de Coimbra, Beja, Viseu, Caldas da Rainha, ou qualquer outro centro urbano, são filhos de população que reside nas áreas

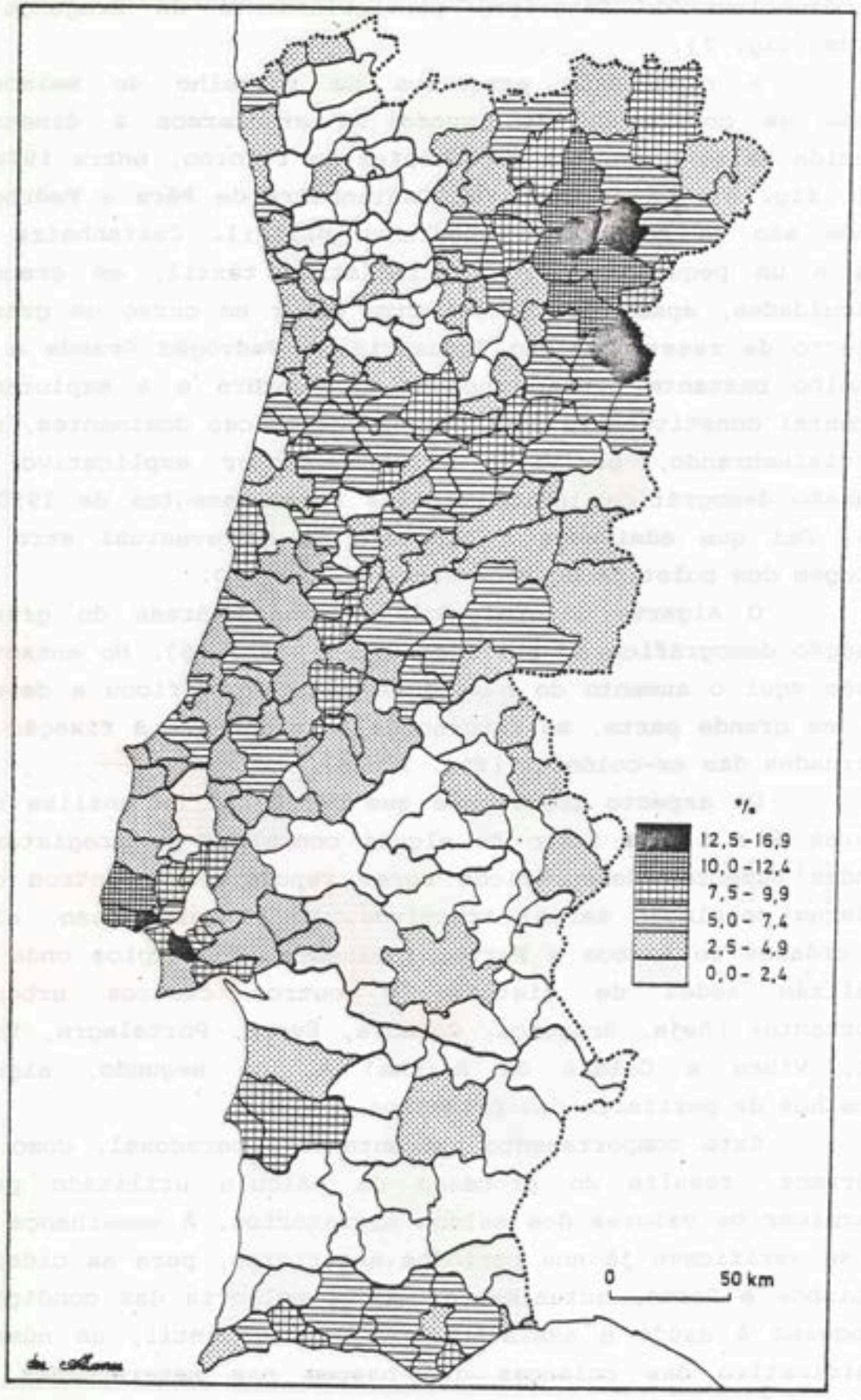


Fig. 7 - Percentagem de população que em 1973 residia nas ex-colónias (1981)

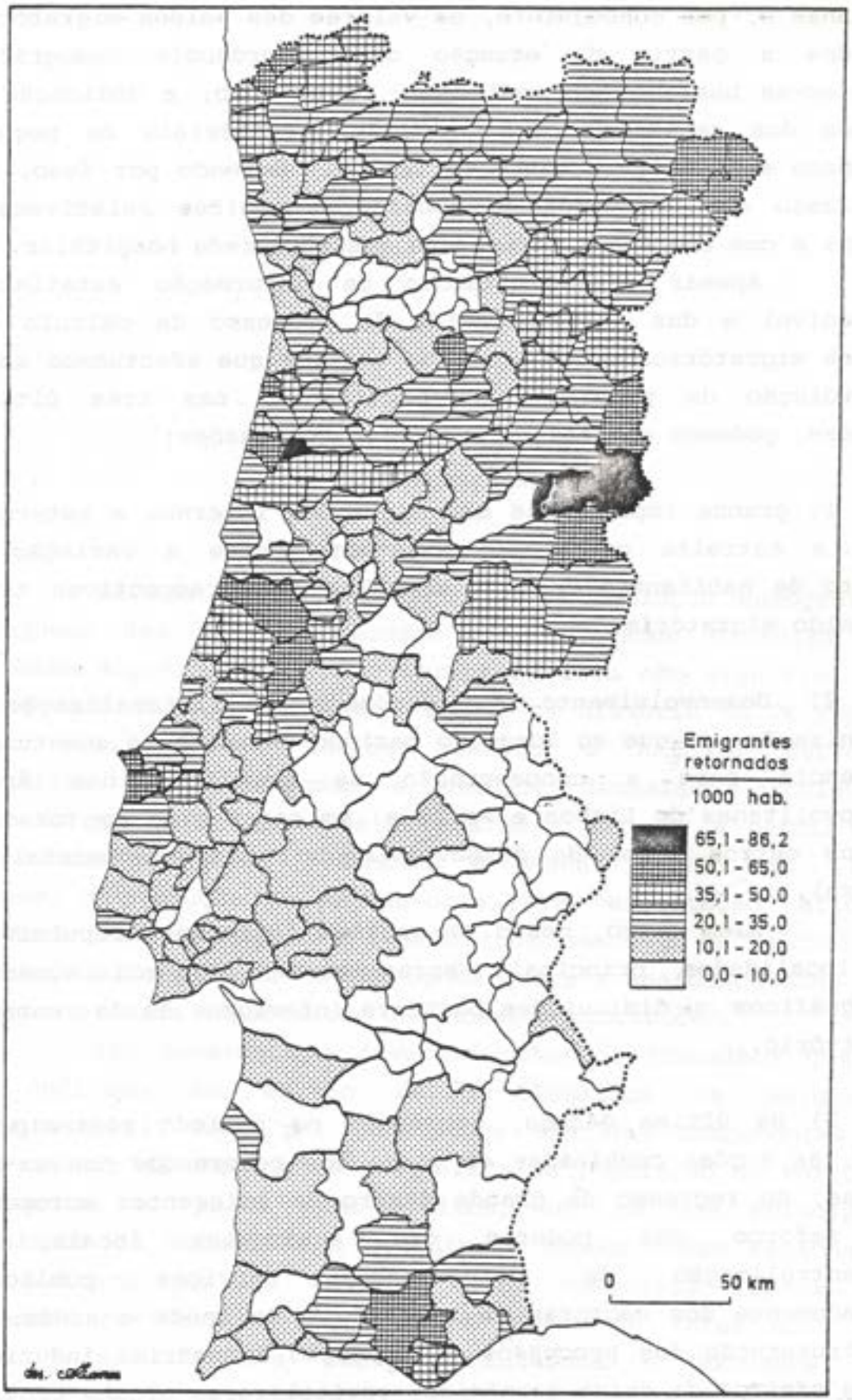


Fig. 8 - Emigrantes retornados entre 1974 e 1981, por mil habitantes residentes em 1981

vizinhas e, por conseguinte, os valores dos saldos migratórios obtidos a partir da equação de concordância demográfica afastam-se bastante da realidade. Deste modo, a aplicação do método dos resíduos, para unidades territoriais de pequena dimensão apresenta-se bastante falível, devendo por isso, ser utilizado apenas quando se consideram regiões relativamente vastas e com coerência interna no acesso à rede hospitalar.

Apesar das limitações da informação estatística disponível e das insuficiências do processo de cálculo dos saldos migratórios concelhios, da análise que efectuámos sobre a evolução da população do Continente, nas três últimas décadas, podemos extrair as seguintes conclusões:

1) grande importância das migrações internas e externas, dada a estreita correlação existente entre a variação do número de habitantes de cada concelho e as respectivas taxas de saldo migratório.

2) Desenvolvimento do fenómeno de litoralização e urbanização, já que ao longo do período estudado se acentuou a tendência para a concentração da população nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e, em menor grau em torno de alguns outros pólos de desenvolvimento urbano-industrial do litoral.

Além disso, mesmo em regiões fortemente repulsivas, as localidades principais apresentaram ligeiros aumentos demográficos ou diminuições bastante inferiores às do restante território.

3) Na última década, sobretudo no período posterior a 1974, as acções combinadas da vinda dos retornados das ex-colónias, do regresso de grande número de emigrantes europeus, do reforço dos poderes das autarquias locais, da descentralização de determinados serviços públicos, nomeadamente dos sectores da educação e da saúde e ainda, da reestruturação dos processos de produção industrial induzidos pelos efeitos da crise económica, revitalizaram alguns centros do Interior e criaram novos eixos de crescimento demográfico e económico.

2. EMIGRAÇÃO

Um dos principais vectores da evolução demográfica portuguesa das últimas décadas foi a grande dimensão das correntes migratórias para o exterior. Isto não significa que a emigração seja um fenómeno recente na História de Portugal, pois, como afirmam Carlos Almeida e António Barreto, "constitui já lugar-comum e verdade demasiado proclamada dizer-se que os portugueses começaram a emigrar a partir das descobertas marítimas" (ALMEIDA e BARRETO, 1976, p. 175). Contudo, a produção de mão-de-obra para "exportação" atingiu nos decénios de cinquenta e sobretudo sessenta e inícios de setenta, uma amplitude de tal ordem que a transformou numa das componentes mais importantes das nossas exportações.

São numerosos e diversificados os trabalhos que se têm dedicado ao estudo da problemática da emigração portuguesa(14). Mas, por constituir uma das componentes de maior relevo da mobilidade geográfica da população de Portugal Continental e, pelos seus efeitos, ser um dos principais mecanismos de mudança das estruturas demográficas regionais, da reestruturação do emprego e da composição social da sociedade portuguesa, não podemos deixar de fazer aqui uma breve referência aos factores internos e externos que

(14) Veja-se a extensa bibliografia da emigração portuguesa referida por ROCHA-TRINDADE e ARROTEIA, 1984.

determinaram a sua variação no tempo e nos territórios de origem e de destino, bem como dos impactes mais importantes ao nível nacional e regional.

2.1. PORTUGUESES A MAIS? POLÍTICA DEMOGRÁFICA DO ESTADO NOVO

Apesar da queda acentuada que se tem verificado a partir de meados dos anos sessenta, nas taxas de natalidade da população portuguesa, Portugal figura ainda entre os países europeus com níveis mais elevados de crescimento natural(15).

Enquanto a França, Alemanha, Suécia e Itália já nos anos vinte e trinta tomavam fortes medidas de apoio ao casamento, à maternidade e à família, o nosso país debatia-se ainda com problemas de excedentes de mão-de-obra e, por conseguinte, as medidas de política social de apoio à maternidade e à família reflectiram-se sobretudo na melhoria da assistência materno-infantil e, dessa forma, contribuíram para a redução das taxas de mortalidade nas idades mais jovens.

Apesar disso, alguns diplomas legislativos do Estado Novo revelam preocupações de carácter vincadamente natalista(16). A título de exemplo podemos referir o parecer da Câmara Corporativa à Lei no. 1998 de 15 de Maio de 1944 onde além de se exprimirem preocupações com as tendências de queda da natalidade portuguesa, se analisam as causas da deficiente assistência à maternidade, da prática do aborto e se enumeram uma série de medidas a tomar para fazer face a estes problemas.

A comprovar as inquietações com o decréscimo do número de nascimentos, na base XXVIII no. 2 da referida lei

---

(15) A Europa, nomeadamente nos países de capitalismo mais avançado, debate-se actualmente com graves problemas de envelhecimento demográfico, em virtude de os níveis actuais de fecundidade da população serem insuficientes para assegurar a renovação de gerações.

Em Portugal, apesar desse fenómeno não ter atingido as proporções que assume nesses países, se se mantiver a tendência observada nos últimos anos para a descida das taxas de natalidade, o envelhecimento da população começa também a atingir dimensões preocupantes.

Veja-se a este propósito: NAZARETH, 1979 e 1982.

(16) Sobre as sucessivas acções legislativas em matéria de natalidade e política social veja-se: BARATA, 1985.

diz-se o seguinte: "Poderá ainda o Governo, no intuito de combater a baixa da nupcialidade e da natalidade, fazer incidir taxas ou reduções, destinadas à assistência materno-infantil, sobre os rendimentos ou vencimentos dos solteiros não impedidos de contrair casamento, ou casados, viúvos ou divorciados, sem filhos e sem encargos de ascendentes ou irmãos carecidos do seu amparo.

Em diploma especial serão fixadas as condições e os limites de vencimentos, rendimentos e idade dos contribuintes sujeitos às taxas e reduções aqui previstas".

No entanto, o Governo não chegou a pôr em prática estas medidas. Vemos assim, que embora alguns diplomas legislativos do Estado Novo revelem preocupações natalistas, na prática, tiveram escassa relevância na manutenção de níveis altos de natalidade. Contudo, também não é legítimo concluir que o Estado Novo não tenha desenvolvido de facto uma política demográfica natalista, pois pensamos que a condenação da prática do aborto, a falta de divulgação dos métodos de planeamento familiar e a condenação, pela Igreja Católica, da utilização de métodos contraceptivos não naturais contribuíram de forma decisiva para a manutenção de níveis de natalidade muito elevados (quadro 4).

Quadro 4 - Evolução das taxas médias de natalidade da população de Portugal Continental

Anos	Taxa média de natalidade (‰)
1944-47	24.79
1949-52	24.20
1954-57	23.05
1959-62	23.82
1964-67	23.45
1969-72	20.74
1974-77	19.36
1979-82	15.61

Fonte: I.N.E.

Apenas a partir de meados dos anos sessenta, a evolução das taxas de natalidade da população portuguesa iniciam uma descida que aproxima, a passoa largos, a posição de Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental (quadros 4 e 5).

Quadro 5 - Taxas de natalidade num conjunto de países da Europa - 1983

Países	Taxa de natalidade (‰)
Dinamarca	9.9
Finlândia	13.8
França	13.7
R.D.A.	14.0
R.F.A.	9.7
Grécia	13.6*
Itália	10.6
Luxemburgo	11.4
Holanda	11.9
Noruega	12.1
Portugal	14.4
Espanha	13.4**
Suécia	11.0
Suiça	11.4

Fonte: Demographic Yearbook, 1984. United Nations.

* valores provisórios

** refere-se a 1982

Assim, os elevados níveis de crescimento natural da população portuguesa associados à incapacidade das estruturas económicas e sociais para garantir o pleno emprego e a satisfação das necessidades básicas mais elementares de toda a população, conduziram o País a uma situação de sobrepopulação relativa, obrigando, por isso, muitos trabalhadores a procurar "melhor sorte" no estrangeiro.

2.2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SISTEMA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES NA EUROPA OCIDENTAL NO APÓS GUERRA

As transferências internacionais de mão-de-obra, na Europa Ocidental, no após-guerra, constituem um fenómeno complexo que tem passado por fases distintas, com características particulares, resultantes da articulação entre as estruturas demográficas, económicas e sociais dos países importadores e exportadores de força de trabalho.

Entre 1940 e 1950 o número de habitantes da Europa Ocidental manteve-se estacionário mas o *baby boom* que se seguiu à Guerra, associado à diminuição progressiva da emigração para as Américas, colocou o nível médio de crescimento anual da população em 1%.

Nas décadas seguintes assistiu-se a um decréscimo notável nos ritmos de expansão demográfica, em consequência da diminuição das taxas de natalidade, primeiro nos países com maior desenvolvimento urbano e industrial (França, R.F.A., Suécia, Bélgica e Reino Unido) e, mais tarde, nos países menos desenvolvidos da Europa do Norte (Irlanda e Finlândia) e do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália)(17)

As diferenças de níveis de fecundidade e, por conseguinte, de crescimento natural da população, associam-se a profundas desigualdades de crescimento e desenvolvimento económico. Deste modo, a expansão económica das nações industrializadas no após-guerra, que atingiu o seu ponto culminante na década de sessenta, gerou um alargamento do mercado de trabalho incapaz de ser satisfeito apenas pela população nacional.

Em contrapartida, nos países periféricos(18) da Europa do Norte e do Sul, entre os quais se inclui Portugal, o

(17) Em rigor, a Itália situa-se numa posição intermédia entre os países do centro e da periferia. O Norte aproxima-a dos primeiros e o Sul dos segundos.

(18) Adoptámos a classificação de países do centro e da periferia apresentada por Dudley Seers (SEERS, 1979), incluindo no grupo dos países periféricos os menos avançados do ponto de vista económico, político e social e fortemente dependentes dos países do centro. Ao nível espacial corresponde-lhes também uma posição periférica formando um anel em torno das nações mais desenvolvidas.

aumento dos postos de trabalho na indústria e no terciário foi insuficiente para absorver a população que atingiu a idade activa e os trabalhadores que deixavam o sector agrícola.

As periferias europeias, nomeadamente a mediterrânea, transformaram-se assim em grandes exportadores de mão-de-obra para os países europeus de capitalismo mais avançado, nomeadamente para a França e R.F.A., reduzindo drasticamente os contingentes de emigrantes para as Américas.

Numa análise muito simplista das diferenças de crescimento demográfico e económico dos países de imigração e emigração poderia concluir-se que as transferências internacionais de trabalhores na Europa Ocidental representam apenas um mecanismo de procura de equilíbrio nos níveis de emprego dos países importadores e exportadores de força de trabalho. Contudo, a realidade é bem mais complexa - imigração não significa pleno emprego dos naturais das nações de acolhimento nem os vastos milhares de estrangeiros que neles trabalham são os responsáveis pelo desemprego que, desde o início dos anos setenta, começou a alastrar por todo o Ocidente Europeu.

Em 1970 a França registava 262000 desempregados e a R.F.A. 144000. Mas, paralelamente, a primeira recebia, em média, por ano, entre 600000 e 700000 trabalhadores estrangeiros e a segunda 700000 (SALT, 1976, p.83).

Dentro dos países capitalistas mais desenvolvidos existem também grandes diferenciações regionais nos níveis de desenvolvimento económico e, por isso, os imigrantes concentram-se em áreas restritas, regra geral, as mais dinâmicas do ponto de vista económico, e desempenham as tarefas menos qualificadas, perigosas e pior remuneradas que os trabalhadores nacionais recusam.

Se analisarmos o problema do lado dos países de emigração verificamos também que não existe uma relação directa entre taxas de desemprego e emigração. SALT e CLOUT (1976), citando ROUX (1972), referem que sondagens efectuadas na Jugoslávia indicaram que apenas 26,7% dos emigrantes estavam desempregados antes de partirem e, segundo BOHNING (1972), na Itália, esse valor era ainda bastante menor, atingindo somente 10%.

Mesmo tomando em conta que nas regiões mais marginais, onde a agricultura ocupa ainda a maior parte da população activa, se verifica uma associação íntima entre subemprego e emigração, dado que o desemprego declarado esconde situações de forte subocupação da população activa, atendendo a que, em valor absoluto, as áreas urbano--industriais alimentam uma parte substancial das correntes migratórias, a subavaliação do número de desempregados não altera significativamente o seu peso no total de emigrantes.

O fenómeno da emigração, como já referimos, é complexo, representa interesses contraditórios e resulta directamente de necessidades geradas pelo processo de acumulação capitalista. Nos países de acolhimento, os trabalhadores estrangeiros, em regra com baixos níveis de qualificação, constituem uma mão-de-obra dócil, com fraco poder reivindicativo, não só por causa da sua débil capacidade organizativa, como por terem um estatuto político-social inferior ao dos trabalhadores nacionais(19).

As empresas conseguem assim pagar baixos salários, exigir ritmos de trabalho intensos e, por conseguinte, obter elevadas taxas de lucro. Além disso, os trabalhadores imigrados, sobretudo os que se encontram em situação irregular, constituem a reserva necessária para satisfazer, a baixo custo, necessidades temporárias de mão-de-obra, de muitas pequenas e médias empresas industriais e agrícolas, podendo facilmente ser despedidos ou "recambiados" para o país de origem (GAUDEMAR, 1976).

Contudo, para os emigrantes, as precárias condições de vida e de trabalho a que muitos se sujeitam, esbatem-se fortemente na eventual possibilidade de ter um emprego melhor remunerado que no seu país e lhes permita ter um automóvel, pagar os estudos dos filhos e acumular um pequeno capital para construir uma casa, comprar terrenos agrícolas ou abrir um estabelecimento de comércio ou serviços, quando regressarem(20).

---

(19) Excepção para as migrações entre os estados-membros da C.E.E.

(20) A emigração, pelo menos para as primeiras gerações, raramente é encarada como definitiva e, por isso, os homens, sobretudo os mais jovens, foram os primeiros a emigrar. Velhos, mulheres e crianças ficaram nos respectivos países e subsistem, em grande parte, à custa das

2.2.1. As diferentes fases das migrações internacionais na Europa Ocidental

Nas migrações internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental, no após-guerra, podem considerar-se três fases diferenciadas pelo volume, composição, origem e destino dos principais fluxos e determinadas pela evolução das necessidades da acumulação capitalista: 1) finais dos anos quarenta e década de cinquenta; 2) anos sessenta; 3) décadas de setenta e oitenta.

a) Fins dos anos quarenta e década de cinquenta

No período imediatamente a seguir à Guerra e durante os anos cinquenta, se excluirmos os movimentos de carácter essencialmente político, que tiveram lugar durante e imediatamente após o fim do conflito, as transferências externas de mão-de-obra, nos países da Europa Ocidental tiveram uma amplitude, numérica e geográfica, bastante limitada, sobretudo quando comparada com a fase seguinte.

A Itália foi, nesta época, o principal fornecedor de emigrantes (cerca de metade) e a Suíça e a França, os maiores importadores de mão-de-obra estrangeira.

Na França, as tarefas de reconstrução e o relançamento económico do após-guerra provocaram um alargamento do mercado de trabalho incapaz de ser satisfeito apenas internamente.

A tendência de diminuição das taxas de natalidade que se vinha observando desde finais do século passado, agravada pela redução dos níveis de fecundidade no período da 1a. guerra mundial, traduziu-se por flutuações importantes no número de habitantes que atingia a idade activa.

Assim, para suprir as necessidades de mão-de-obra, o governo francês, em 1945, decretou medidas regulamentares para estimular e organizar a imigração (GEORGE, 1977). Contudo, após um grande afluxo de italianos, imediatamente a seguir à

---

remessas que os seus familiares lhes enviam do estrangeiro. No entanto, como veremos adiante, a emigração familiar, a partir dos anos setenta, tende a tornar-se cada vez mais importante.

guerra, o movimento manteve-se lento até meados dos anos cinquenta, precisamente quando o crescimento da indústria e do terciário "deslocou" os trabalhadores nacionais para tarefas mais qualificadas e criou um vazio nas actividades que não exigiam qualquer qualificação específica. Iniciou-se assim uma nova fase da imigração em França.

A Suécia e a Suíça, à semelhança do que aconteceu com a França, ainda que por condicionalismos diferentes, dado que as suas economias não foram grandemente afectadas pela guerra, para sustentar os níveis de crescimento económico, tomaram também medidas de estímulo à imigração.

A Bélgica empregava também alguns trabalhadores estrangeiros, sobretudo italianos, na exploração das minas de carvão. A R.F.A. debatia-se com os problemas da reconstrução e da integração de 8500000 refugiados da Europa de Leste e registava altos níveis de desemprego. Deste modo, a imigração só começou a tornar-se significativa a partir dos anos cinquenta (SALT, 1976).

b) Os anos sessenta

A entrada na década de sessenta inicia uma nova fase das migrações europeias. A expansão económica das nações capitalistas mais avançadas torna-se, em grande parte, dependente do recurso à mão-de-obra estrangeira pouco qualificada e, por isso, esses países procuram fontes de abastecimento nas periferias europeias, nomeadamente na mediterrânea.

Os incentivos à emigração para a Europa do NW, fundamentalmente para a França e R.F.A. e, em menor grau, para a Suíça, Bélgica e Luxemburgo, introduziram profundas alterações nos destinos e no carácter das migrações internacionais dos países da Europa do Sul. A emigração familiar, quase sempre definitiva, para as Américas, como já referimos, cedeu lugar à emigração individual e temporária para a Europa desenvolvida.

O chamado "milagre económico alemão", associado ao fim da vinda de refugiados da Europa de Leste, após a construção do Muro de Berlim, em 1961, e à queda na oferta de

trabalho, porque nessa época, atingia a idade activa a população que tinha nascido nos anos quarenta (período em que a taxa de natalidade, mercê dos efeitos da guerra, registou um decréscimo bastante acentuado), obrigou a R.F.A. a promover a imigração.

Assim, os italianos que durante os anos cinquenta tinham sido os principais abastecedores de mão-de-obra à França, Bélgica e Suiça, passaram a dirigir-se em grande número para a R.F.A. porque o nível dos salários e as condições de vida oferecidas naquele país eram bastante superiores às da França.

Os franceses começaram então a recorrer à importação de trabalhadores espanhóis, portugueses e norte-africanos, sobretudo argelinos.

Durante os anos sessenta, à medida que a Itália aumentava o seu desenvolvimento industrial, sobretudo do Norte, a emigração começou a declinar (quadro 6) em benefício dos movimentos internos, de tal forma que nos finais da década, a maior parte da população que deixava o Mezzogiorno, se dirigia para as áreas urbano-industriais da planície do Pó (KING, 1981).

No que se refere à emigração italiana dos anos sessenta é ainda interessante notar que a livre circulação de trabalhadores na C.E.E., consignada no Tratado de Roma, não teve grandes efeitos na emigração da Itália para os outros estados-membros do Mercado Comum (KING, 1976, referido por KING, 1984), dado que, segundo a mesma autora, no decénio de sessenta, as correntes migratórias italianas para outros países das Comunidades Europeias registaram uma queda mais rápida (180700 emigrantes em 1960 e 66900 em 1969) do que a emigração para a Suiça (128250 em 1960 e 69650 em 1969) (KING, 1984).

Quadro 6 - Emigração legal nalguns países da Europa do Sul (1960-1980)

Anos	Grécia	Itália	Portugal	Espanha	Turquia
1960	47 768	383 908	32 318	30 500	*
1961	58 837	387 123	33 526	43 000	4 041
1962	84 054	365 611	33 539	65 336	8 620
1963	100 072	277 611	39 519	83 728	30 328
1964	105 569	258 482	55 646	102 146	66 176
1965	117 167	282 643	89 056	74 539	57 520
1966	86 896	296 494	120 239	56 795	34 400
1967	42 730	229 264	92 502	25 911	8 947
1968	50 866	215 713	80 452	66 699	43 204
1969	91 552	182 199	70 165	100 840	103 967
1970	92 681	151 854	66 360	97 657	129 575
1971	61 745	167 721	50 400	113 702	87 942
1972	43 397	141 852	54 084	104 134	85 229
1973	27 525	123 302	79 517	96 088	135 820
1974	24 448	112 020	43 397	50 695	20 207
1975	20 330	92 666	24 811	20 618	4 419
1976	20 374	97 247	17 493	12 124	10 558
1977	18 350	87 655	17 226	11 300	19 084
1978	14 482	85 550	18 651	11 993	18 852
1979	11 050	88 950	20 622	13 019	23 630
1980	*	83 007	18 044	14 065	28 443

Fonte: HUDSON e LEWIS, 1985, p. 20.

* - Não existe informação disponível.

A repartição, por nacionalidades, da mão-de-obra estrangeira, nos principais países de imigração da Europa Ocidental, em 1981, dá-nos uma imagem global das áreas de recrutamento mais importantes de cada uma das nações importadoras de força de trabalho (quadro 7)(21).

A Alemanha Ocidental e a França eram os países que empregavam maior número de trabalhadores imigrados seguindo-se-lhes, por ordem decrescente de importância, a Suiça, Bélgica, Holanda, Suécia, Áustria e Luxemburgo.

A Itália, Turquia e Portugal eram as principais áreas de abastecimento em mão-de-obra das oito nações

(21) Estes números devem ser considerados apenas a título indicativo, dadas as diferenças de critérios utilizados na recolha da informação relativa a cada país.

Quadro 7 - Efectivos de trabalhadores estrangeiros nos países de imigração, 1981 (milhares)

	Austria	Bélgica	França	RFA	Luxemb.	Holanda	Suécia	Suiça
Argélia	*	3,2	382,1	*	*	0,2	*	*
Austria	*	*	*	87,0	*	*	*	19,5
Finlândia	*	*	*	3,0	*	*	104,4	*
Grécia	*	10,7	*	132,2	*	2,3	7,3	4,9
Itália	2,1	90,5	157,6	316,1	9,2	10,5	*	234,9
Marrocos	*	37,3	171,9	*	*	40,2	*	*
Portugal	*	6,2	434,6	57,1	15,9	5,6	*	9,3
Espanha	0,2	32,0	128,9	85,9	1,0	12,7	*	63,4
Tunisia	*	4,7	73,2	*	*	1,5	*	*
Turquia	30,4	23,0	*	637,1	*	59,5	*	22,7
Jugoslávia	113,9	3,1	*	357,7	0,7	8,4	23,0	34,3
Outros Países C.E.E.	12,5	81,5	49,4	151,6	23,4	45,5	39,5	85,2
Outros Países fora da C.E.E.	17,2	40,0	194,2	254,2	2,0	52,1	59,3	40,9
TOTAL	176,3	332,2	1591,9	2081,9	52,2	238,5	233,5	515,1

Fonte: SALT, 1985, p. 152.

* - Não há informação desagregada para esse país.

Bélgica - Estimativa do Ministério de Emprego e Mão-de-obra, em 31 de Dezembro de 1981. Inclui os desempregados e os trabalhadores por conta própria.

França - Estimativa da população activa, inclui também os desempregados e os trabalhadores por conta própria em Outubro de 1979.

R.F.A. - Dados relativos a 30/6/81. Inclui os trabalhadores fronteiriços . Os valores relativos aos austriacos e finlandeses são estimativas.

Luxemburgo - NQs oficiais dos trabalhadores empregados. Incluem 7000 italianos e 12700 trabalhadores fronteiriços de outros países da C.E.E.

Holanda - Estimativa relativa a Março de 1981. Inclui os desempregados mas não considera os trabalhadores fronteiriços.

Suécia - Dados extraidos dos inquéritos sobre a população activa. Média para 1981.

Suiça - Titulares de autorizações anuais ou de permanência que exerciam uma"actividade lucrativa" em 31/12/81.

indicadas no quadro 7, representando 41% do total de trabalhadores estrangeiros que neles residiam em 1981. Os restantes 59% eram, na sua maior parte, originários da Jugoslávia, Argélia, Espanha, Marrocos, Grécia, Finlândia, Áustria e Tunísia.

A estrutura das relações entre nações "produtoras" e "consumidoras" de força de trabalho indica que a proximidade geográfica e a existência de canais de informação como por exemplo relações com antigas colónias (caso da França), são factores fundamentais na definição dos campos de migração de cada país, tendendo-se para uma certa inércia na orientação das principais correntes, dado que os imigrantes já radicados funcionam como potenciais focos de atracção de familiares, amigos e conterrâneos.

Assim, a França constitui o principal mercado para os trabalhadores portugueses, argelinos, marroquinos, espanhóis e tunisinos. A Turquia, Jugoslávia, Itália, Grécia e Áustria são os maiores fornecedores de mão-de-obra à R.F.A.. A Suécia abastece-se fundamentalmente na Finlândia. A Suíça atrai sobretudo italianos e espanhóis. No Luxemburgo, à semelhança do que acontece em França, dominam os portugueses. A Bélgica apresenta uma grande diversidade de áreas de recrutamento, mas os italianos são o grupo mais numeroso. A Turquia e Marrocos são os principais exportadores de força de trabalho para a Holanda e, na Áustria, os jugoslavos constituem a maior comunidade imigrante.

A diferenciação das áreas de recrutamento dos trabalhadores estrangeiros reflecte-se na distribuição geográfica dos emigrantes nos países de acolhimento, existindo ligações preferenciais entre determinadas áreas de origem e de destino, donde resultam verdadeiras comunidades com a mesma base territorial de origem(22).

Por sua vez, ao nível da região de destino, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas e industriais, verifica-se ainda uma intensa segregação das áreas onde residem, constituindo-se fronteiras bem marcadas não só entre as áreas de residência dos cidadãos nacionais como entre as

(22) Vejam-se exemplos em: CLARK, 1975; OGDEN, 1985 e SALT, 1976.

diferentes comunidades de imigrantes(23). A distribuição regional, por nacionalidades, dos trabalhadores estrangeiros está ainda intimamente associada com as actividades que desempenham, verificando-se uma certa tendência para a concentração de determinados grupos em sectores específicos.

Apesar da importância que os trabalhadores imigrados têm ainda actualmente no conjunto da população trabalhadora dos principais países de imigração, verifica-se que, a partir do início da década de setenta, sobretudo após o choque petrolífero de 1973, se assistiu a uma redução drástica da emigração da Europa do Sul e do Norte de África para os países capitalistas mais avançados da Europa Ocidental.

c) Os anos setenta e oitenta

A crise que se fez sentir desde os finais dos anos sessenta e princípios de setenta e os processos de reestruturação da produção industrial e do sector terciário que se lhes seguiram, iniciaram um novo período na história das migrações europeias.

As principais nações importadoras de mão-de-obra impuseram fortes medidas restritivas à imigração e começaram a incentivar os movimentos de retorno.

A imigração individual, predominantemente masculina, característica dos anos sessenta, deu lugar à reunificação familiar. A procura de trabalhadores não qualificados sofreu uma quebra muito profunda e, em contrapartida, aumentaram as migrações de pessoal com altos níveis de qualificação. Inverteu-se a orientação das principais correntes migratórias - a emigração transformou-se em regresso ao país de origem (WHITE, 1986).

A falência do modelo de valorização do capital, baseado na centralização do capital, na concentração produtiva e na mobilidade da força de trabalho, ao nível interno e internacional, começou a fazer sentir-se nos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental nos finais dos

(23) Em Paris, os estrangeiros representam cerca de 17% do total da população residente, mas concentram-se, na sua maior parte, nos bairros mais pobres e degradados do leste e do nordeste (OGDEN, 1985).

anos sessenta - princípios de setenta, através de uma quebra muito acentuada nas taxas de crescimento económico, aumento da inflação e do desemprego.

Em resposta a esta situação de crise, os governos dos principais países importadores de mão-de-obra limitaram substancialmente a entrada de trabalhadores estrangeiros(24). A França, em 1972, decretou que, na ocupação dos postos de trabalho, fosse dada preferência absoluta a cidadãos nacionais ou a imigrantes já residentes no país e determinou que a licença de residência para trabalhadores estrangeiros fosse apenas concedida àqueles que tivessem um contrato de trabalho assinado através do *Office National d'Imigration*. Em 1973 suspendeu a imigração da Argélia e no Verão de 1974 esta medida foi alargada a todos os estados não pertencentes à C.E.E.; mas, em 1975, autorizou, de novo, a entrada de familiares de imigrantes já residentes no país.

Em consequência destas restrições, na década de setenta, os fluxos imigratórios registaram uma diminuição muito acentuada e profundas alterações na sua composição, sendo na sua maior parte, constituídos por familiares de estrangeiros já estabelecidos em França (quadro 8).

Assim, apesar de, entre 1974 e 1982 a população estrangeira em França registar um aumento de 9,1%, a participação dos trabalhadores imigrados no total da população empregada, no mesmo período, sofreu um decréscimo de 11,5% (OGDEN, 1985).

Actualmente, a política francesa de imigração procura estabilizar o número de trabalhadores estrangeiros residentes em França, apoiar o retorno dos que pretendam regressar ao país de origem e integrar a população estrangeira que fica, nomeadamente a segunda geração (FERREIRA, 1984).

A R.F.A., em 1971, introduziu as primeiras limitações à entrada de estrangeiros determinando que apenas seriam admitidos os trabalhadores contratados através de agências alemãs no país de origem e, nos finais de 1973, suspendeu toda a imigração, excepto para os nacionais dos

(24) Apesar disso continuaram a existir duas áreas de livre circulação de trabalhadores: uma que inclui a Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia e outra que abrange os estados-membros da C.E.E.

países membros do Mercado Comum e para os familiares de imigrantes já residentes na Alemanha.

Quadro 8 - Imigrantes permanentes entrados em França. 1976-80

	1976	1977	1978	1979	1980
Trabalhadores (conjunto dos países)	26 949	22 756	18 356	17 395	17 370
Membros das famílias (não originárias dos países membros da C.E.E.)	53 371	52 315	40 120	39 298	42 018
TOTAL	80 320	75 071	58 476	56 693	59 388

Fonte: FERREIRA, 1984.

Além disso, o governo alemão tem tomado medidas para limitar a reunificação familiar e incrementar o retorno ao país de origem, concedendo apoios financeiros aos trabalhadores e seus familiares que voluntariamente pretendam regressar às suas terras e tem desenvolvido esforços no sentido de integrar aqueles que permanecerem no país, nomeadamente as gerações mais novas.

A Suíça, em 1970, adoptou também medidas conducentes à estabilização do número de estrangeiros residentes no país, reduzindo substancialmente o número de contratos anuais e sazonais. Deste modo, a partir de 1974, o número de trabalhadores estabelecidos na Suíça passou a ser superior ao daqueles que tinham contratos por um ano (WHITE, 1985).

A Dinamarca, Holanda, Suécia, Reino Unido e Noruega, durante os anos setenta, aumentaram também o controlo e a limitação das entradas de estrangeiros apesar de a população imigrada não ter, nestes países, o peso que tem na R.F.A., França e Suíça. Simultaneamente, os países da Europa do Sul e

do Norte de África debatiam-se com graves problemas de integração dos vastos milhares de emigrantes europeus que anualmente regressavam às suas terras. É impossível saber com rigor o número de emigrantes provenientes dos países industrializados do Ocidente europeu que, nos últimos anos, têm regressado ao país de origem. No entanto, BOHNING (1979) estima em, pelo menos, 1,5 milhões, o total de pessoas que, entre 1974 e 1978, voltaram à Europa do Sul e ao Norte de África (referido por KING, 1984).

A variação da população emigrada que regressou à Espanha, Grécia e Itália, entre 1970 e 1980, sugere que os anos imediatamente a seguir ao choque petrolífero de 1973, foram o período de maior retorno, esboçando-se, a partir de 1977, uma ligeira tendência de diminuição do número de regressos (KING, 1984).

Esta evolução associada ao facto da mão-de-obra imigrante exercer uma função estrutural no mercado de trabalho das nações de acolhimento, dado que, regra geral, desempenham tarefas que os trabalhadores nacionais recusam e constituem uma parte significativa dos efectivos de alguns ramos de actividade, levou alguns autores a admitir que o retorno seria apenas conjuntural e directamente resultante dos efeitos da crise induzida pelos aumentos do preço dos combustíveis.

Contudo, estudos feitos por POINARD (1979, 1983-a e b) e ROGERS (1981), indicam que grande parte dos emigrantes que regressaram aos seus países, já tinham projectado anteriormente o seu regresso e, por conseguinte, os programas de ajuda ao retorno funcionaram apenas como um estímulo adicional, já que a emigração foi sempre considerada como temporária e, portanto, o regresso às suas terras, acabaria sempre por se verificar.

2.2.2. Migrações internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental - que futuro?

A reestruturação dos processos de produção industrial e o consequente aumento do chamado "terciário industrial" a que se tem assistido nos últimos anos, tem introduzido modificações muito importantes ao nível dos

padrões locativos das actividades económicas e, por conseguinte, tem provocado grandes transformações na mobilidade geográfica e sectorial da força de trabalho, quer ao nível interno, quer internacional(25).

Assim, a função dos trabalhadores imigrados nos países capitalistas avançados da Europa Ocidental irá certamente registar mudanças muito profundas.

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação está a revolucionar os processos de trabalho em todos os sectores da actividade económica, nomeadamente as formas de produção industrial e o sector terciário.

A "robotização" de sectores em que já predominava o fabrico em série e o trabalho em cadeia e empregava grande número de imigrantes, sobretudo o automóvel, lança no desemprego grande número de operários.

Por sua vez, o alargamento da automatização a sectores tradicionalmente intensivos em mão-de-obra pouco qualificada, como por exemplo, a confecção de vestuário e as indústrias eléctricas e electrónicas, constituem também fortes ameaças ao futuro do trabalho imigrante nos países capitalistas avançados da Europa Ocidental.

Paralelamente, criam-se novos empregos para assalariados com maiores níveis de qualificação (programadores, operadores de equipamento, etc.), empregos esses que, em virtude da qualificação que exigem, estão naturalmente reservados aos trabalhadores nacionais.

Assim, os efeitos da automatização na indústria transformadora vão certamente avolumar o risco de desemprego dos trabalhadores imigrantes, dado que os estrangeiros que trabalham no sector industrial, são, na sua maior parte, "não qualificados"(26). Contudo, no período de transição para formas de produção automatizada, existem sectores e secções que registaram aumentos substanciais da mão-de-obra imigrada e, por esta razão, o trabalho eventual e a contratação a prazo tendem a tornar-se cada vez mais frequentes(27).

---

(25) Sobre a reestruturação da produção industrial, veja-se a síntese apresentada por FERRÃO, 1985-a, p. 49-76.

(26) Em França, cerca de 70% dos imigrantes que trabalham nas indústrias transformadoras são operários não qualificados (FERREIRA, 1984, p. 48).

(27) Em França o tempo de trabalho eventual quadruplicou entre 1975 e 1980 (FERREIRA, 1984).

A ameaça de desemprego no futuro e a precarização crescente do trabalho dos estrangeiros irão possivelmente traduzir-se no aumento dos fluxos de retorno ao país de origem, uma vez que, como já referimos anteriormente, a propensão ao regresso às suas terras, não deriva apenas do facto de estarem desempregados mas, pelo contrário, resulta fundamentalmente das perspectivas futuras, em termos de condições de vida e de trabalho.

2.3. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Como já referimos, de 1950 a 1984, abandonaram o País 1193018 emigrantes legais, desconhece-se o número de partidas para as ex-colónias africanas e segundo dados do *Office National d'Immigration*, entre 1960 e 1984 entraram clandestinamente em França, 648387 portugueses.

Até 1960 o destino principal da emigração portuguesa era o Brasil e, a partir dessa época até 1973, passou a ser a Europa Ocidental, nomeadamente a França e, em menor grau a R.F.A..

A evolução do número de portugueses residentes em Espanha(28) indica que a partir de meados dos anos sessenta se verificou também um aumento da emigração portuguesa para aquele país, invertendo-se assim, o sentido tradicional dos movimentos migratórios entre as duas nações ibéricas. - À imigração dos galegos sucedeu a emigração dos portugueses, sobretudo transmontanos (SERRÃO, 1974).

Contudo, o número de emigrantes de Portugal no país vizinho, face ao total das outras nações europeias, pode considerar-se insignificante. A testemunhá-lo está o facto de as estatísticas nacionais nem sequer apresentarem valores individualizados do número de partidas para terras espanholas(29).

---

(28) Segundo o Anuário Estadístico de España, em 1960 residiam naquele país 14798 portuguesas; em 1970, 25483; em 1980, 24094 e em 1985, 23342.

(29) Saliente-se, no entanto, que a emigração clandestina para Espanha, sobretudo de Trás-os-Montes tem uma expressão regional considerável.

Na década de setenta, à semelhança do que se verificou nos outros países da Europa do Sul e nos do Norte de África, assistiu-se a uma queda extremamente acentuada da emigração para França e Alemanha, mantiveram-se os fluxos migratórios para o Canadá e Estados Unidos e, sobretudo nos finais do decénio, desenvolveu-se a emigração temporária para a Suíça e Países Árabes.

Outra novidade da década de setenta, com grande influência na evolução demográfica portuguesa, a partir de 1974, foi, como já dissemos, a vinda de cerca de 500000 retornados das ex-colónias e o avolumar do regresso dos emigrantes da Europa Ocidental(30).

No que se refere à composição dos fluxos migratórios, embora tenha havido algumas oscilações ao longo do tempo, regra geral predominam os emigrantes do sexo masculino, jovens e activos. Daí que a emigração tenha contribuído para o envelhecimento da população portuguesa e tenha também tido reflexos importantes na estrutura da população activa do País e das regiões, sobretudo daquelas de onde partiram maior número de emigrantes (ALMEIDA e BARRETO, 1976; ANTUNES, 1970; LEWIS e WILLIAMS, 1981; NAZARETH, 1979; PORTO, 1977 e (s.d.) e SILVA *et al.*, 1984.

2.3.1. Permanência e mudança das áreas de origem da emigração portuguesa

Vimos anteriormente que os movimentos migratórios foram o factor mais importante da evolução demográfica portuguesa das últimas décadas. No entanto, a emigração e as migrações internas tiveram incidências regionais diferenciadas; por isso, e por regra geral, os trabalhos já efectuados sobre esta matéria se quedarem, quase sempre, no nível do distrito, pareceu-nos importante fazer uma breve análise da evolução concelhia das migrações para o estrangeiro, nos últimos trinta anos.

Considerámos, para cada município e para intervalos de cinco anos, a média anual do número de emigrantes por 1000

(30) Veja-se a este propósito: AMARO, 1985; Comissão de Coordenação da Região Centro, 1983; FERREIRA, 1984; PAIVA, 1985 e SILVA et al., 1984-b.

habitantes residentes(31) e limitámos o estudo ao período posterior a 1953 por, apenas a partir dessa data dispormos de dados ao nível do concelho.

A cartografia da média anual de emigrantes por 1000 habitantes (fig. 9) permite distinguir dois conjuntos de áreas com comportamentos fortemente diferenciados: 1) o Norte e Centro do País e, no Algarve, S. Brás de Alportel e Loulé, com taxas de emigração elevadas; 2) o restante território nacional, onde a emigração tem fraca incidência(32).

Na figura 9 pode ainda observar-se que em extensas áreas dos distritos do Porto, Braga e Coimbra e ainda pontualmente em Ribeira de Pena e S. João da Madeira, o número de emigrantes por 1000 habitantes tem valores próximos ou mesmo inferiores à média do País.

Em contrapartida, a maioria dos concelhos dos distritos de Bragança, Guarda, Viseu e Aveiro e ainda uma mancha que engloba a área central do distrito de Coimbra e um conjunto de municípios dos distritos de Leiria e Santarém registam taxas de emigração largamente superiores à do Continente.

Entre 1958 e 1962 saíram de Portugal Continental, em média, 24178 emigrantes por ano, o que corresponde a uma taxa ligeiramente superior à do quinquénio antecedente.

Ao nível regional, como vemos na figura 10, manteve-se a oposição entre o Norte e o Sul do País, embora se começasse a esboçar uma componente de diferenciação litoral--interior. Os distritos do Porto, Braga, Coimbra e a região do Vale do Douro registaram decréscimos sensíveis em relação à sua posição, face ao conjunto do Continente, no período anterior; no distrito de Aveiro, embora, pontualmente, alguns concelhos continuassem a registar taxas de emigração muito elevadas, sobretudo Murtosa e Oliveira do Bairro, verificou-se

(31) A população que serviu de base ao cálculo das taxas de emigração, para os quinquénios centrados em 1960, 1970 e 1981, foi a referida nos recenseamentos relativos a cada um desses anos. Nos restantes casos fizemos uma estimativa da população residente no meio do período entre os censos, admitindo que as taxas de variação anual tinham sido constantes.

Não considerámos os números absolutos de emigrantes porque nos interessa sobretudo saber o que a emigração representa na realidade nacional.

(32) Em virtude de o número de emigrantes, até 1960, se referir ao concelho de naturalidade e não ao de residência, pensamos que o número de partidas da região de Lisboa está subavaliado, pois, em muitos casos, a emigração foi antecedida de migração da região de origem para Lisboa.

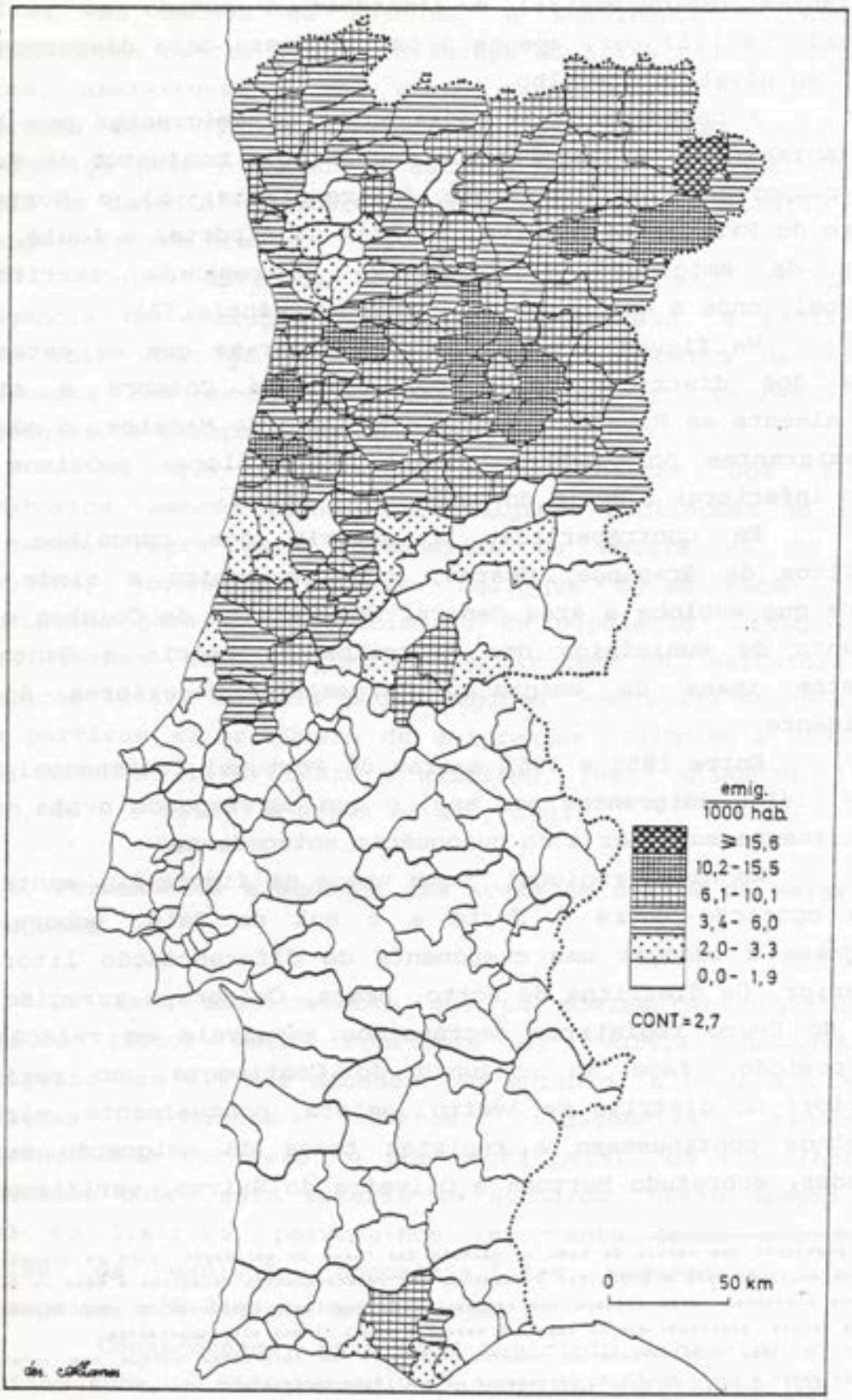


Fig. 9 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1953-1957)

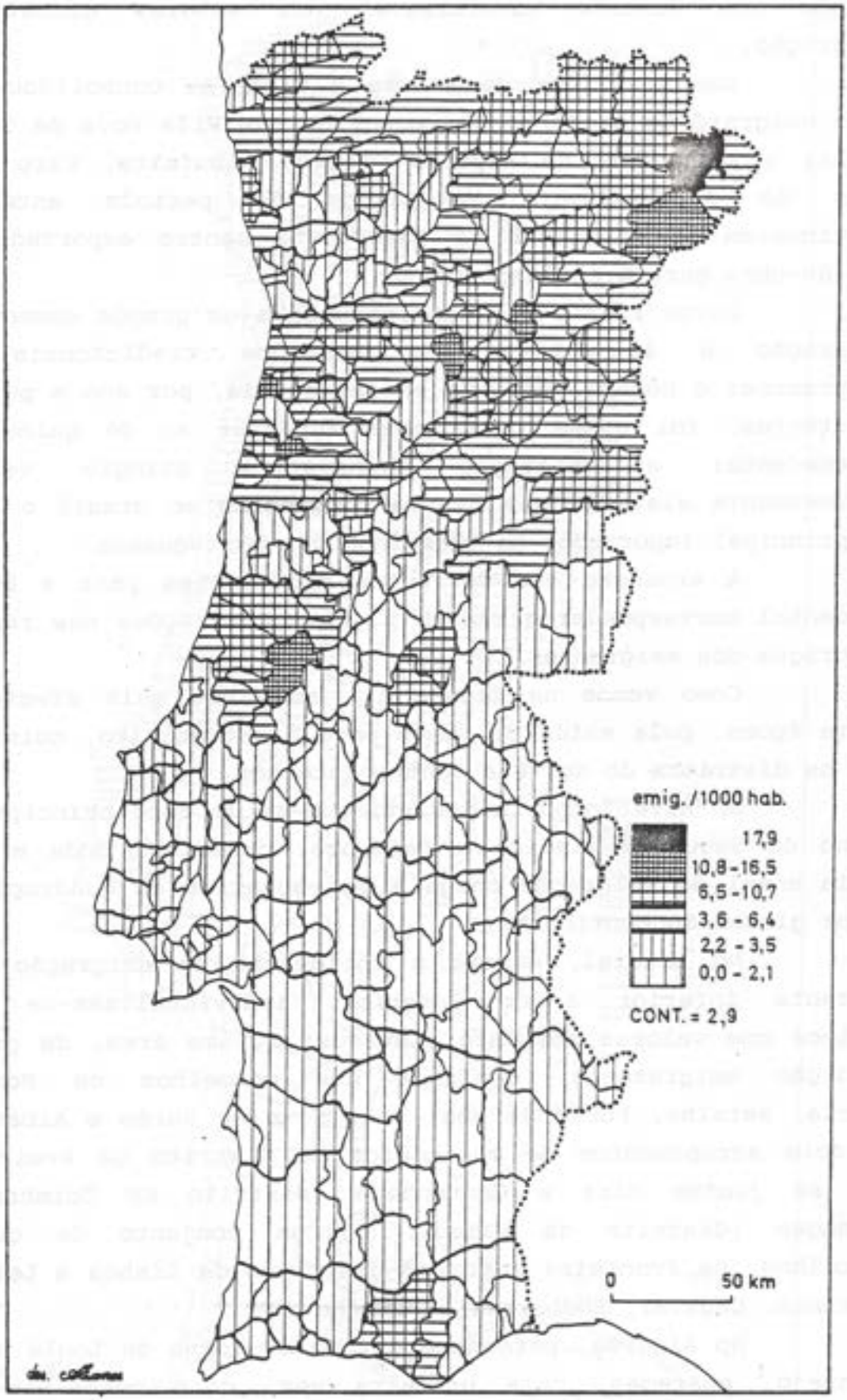


Fig. 10 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1958-1962)

também uma descida considerável nos valores globais da emigração.

Nos distritos de Leiria e Santarém consolidou-se o foco emigratório em torno dos concelhos de Vila Nova de Ourém, Pombal e Leiria e, no Algarve, Loulé, Albufeira, Faro e S. Brás de Alportel, à semelhança do período anterior, continuaram a constituir um importante centro exportador de mão-de-obra para o estrangeiro.

Entre 1963 e 1967 assistiu-se a um grande aumento da emigração e à mudança dos destinos tradicionais dos emigrantes: o número médio de saídas legais, por ano e por mil habitantes, foi quase três vezes superior ao do quinquénio antecedente; a emigração clandestina atingiu valores extremamente elevados e a França conquistou ao Brasil o lugar de principal importador de trabalhadores portugueses.

À expansão das correntes migratórias para a Europa Ocidental corresponderam também algumas alterações nas regiões de origem dos emigrantes.

Como vemos na figura 11, as áreas mais afectadas, nesta época, pela saída de gente para o estrangeiro, coincidem com os distritos do Norte e Centro Interior.

Ao nível concelhio distingue-se um foco principal em torno do Sabugal, Almeida e Belmonte, concelhos onde a taxa média anual de emigração chega a ser superior ao quádruplo do valor global do Continente.

No Litoral, embora a incidência da emigração seja bastante inferior à do Interior, individualizam-se três núcleos com valores bastante elevados: 1) uma área, de grande tradição emigratória, centrada nos concelhos de Pombal, Leiria, Batalha, Porto de Mós, Vila Nova de Ourém e Alcanena; 2) dois agrupamentos de municípios no distrito de Aveiro, a que se juntam Mira e Cantanhede (distrito de Coimbra) e Mortágua (distrito de Viseu); 3) um conjunto de quatro concelhos, na fronteira entre os distritos de Lisboa e Leiria: Lourinhã, Cadaval, Bombarral e Peniche.

No Algarve, permanece o foco em torno de Loulé e, no Alentejo, aparecem, pela primeira vez, dois concelhos com taxas de emigração superiores à média do País: Nisa, no distrito de Portalegre, correspondendo ao prolongamento para

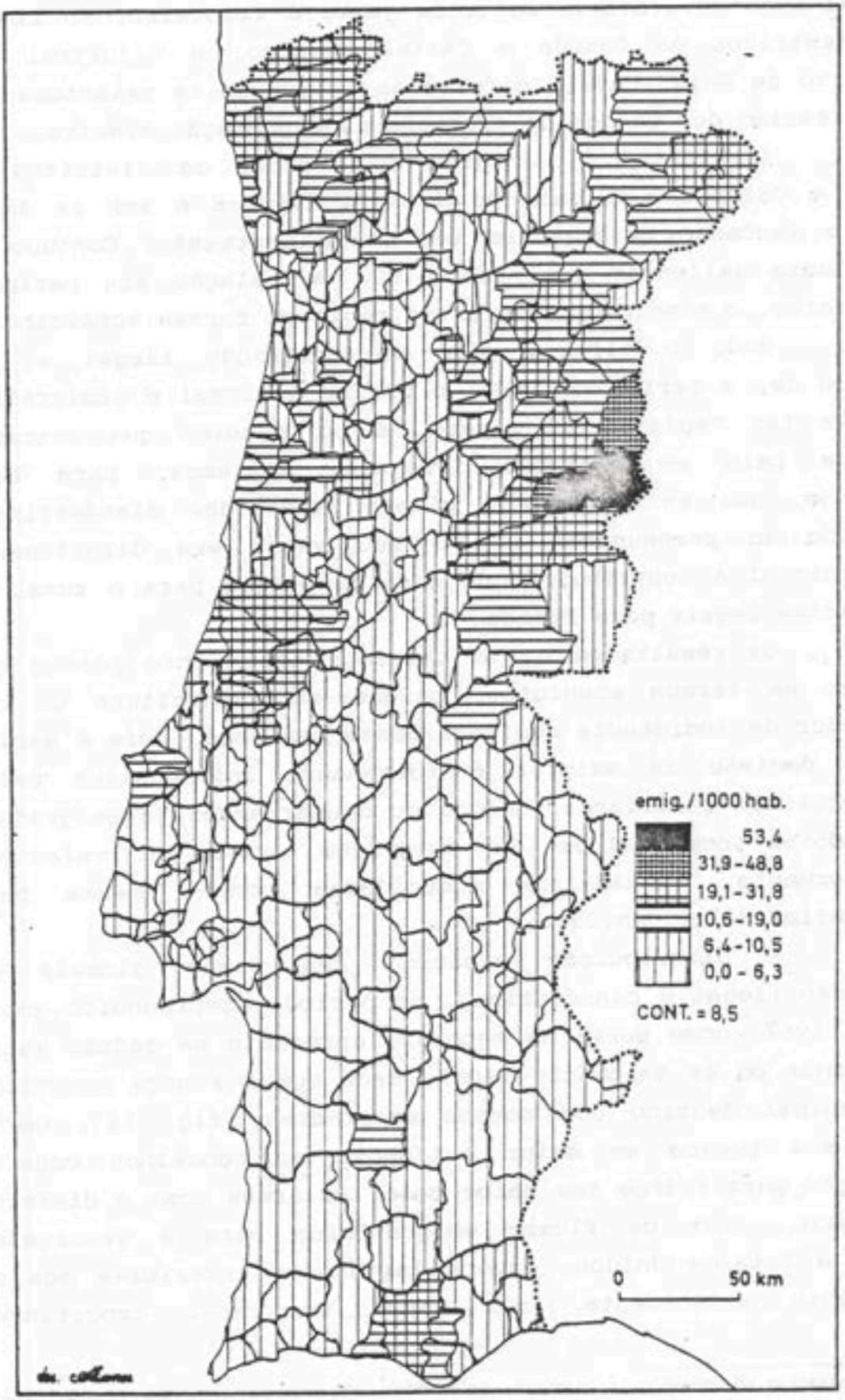


Fig. 11 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1963-1967)

sul da onda emigratória centrada junto à fronteira, no limite dos distritos da Guarda e Castelo Branco, e Aljustrel, no distrito de Beja, onde a difusão da emigração se relaciona com o decréscimo dos postos de trabalho na exploração mineira.

O Alentejo, a região de Lisboa, os distritos do Porto e Coimbra e o Vale do Douro continuam a ser as áreas onde o fenómeno emigratório tem menor expressão. Contudo, é importante salientar que, mesmo aí, em relação aos períodos anteriores, o número de emigrantes registou fortes acréscimos.

Dado o elevado peso da emigração ilegal e, em virtude de, a partir de 1960, o *Office National d'Immigration* francês ter registos do número de portugueses que entraram naquele país em situação irregular, fizemos, para cada concelho, uma estimativa do número de saídas clandestinas, partindo do pressuposto que o seu valor era directamente proporcional à contribuição de cada município para o total de emigrantes legais para França.

Os resultados a que chegámos embora não possam ser tomados em termos absolutos, parecem-nos constituir um bom indicador da incidência regional deste fenómeno, pois é sabido que a decisão de emigrar é fortemente influenciada pelos contactos com familiares, amigos ou conterrâneos já emigrados, formando-se nos países de imigração, como já referimos anteriormente, verdadeiras comunidades com a mesma base territorial de origem(33).

A distribuição espacial das taxas globais de emigração (legal e clandestina), no período compreendido entre 1963 e 1967, como seria de esperar, apresenta um padrão muito semelhante ao da emigração legal, dado que a França constitui o principal destino dos nossos emigrantes (fig. 12). Deste modo, são postos em maior evidência os concelhos onde a emigração para França tem maior peso. As áreas como o distrito de Aveiro, onde os fluxos emigratórios para a Venuzuela, Brasil e Estados Unidos, embora largamente inferiores aos do quinquénio antecedente, têm ainda um papel importante,

(33) Um inquérito efectuado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (I.E.D.) a uma amostra representativa dos emigrantes retornados, confirma a grande importância que o contacto com conhecidos que já tinham emigrado teve na decisão de emigrar e na escolha da região de destino (SILVA et al. 1984-b)

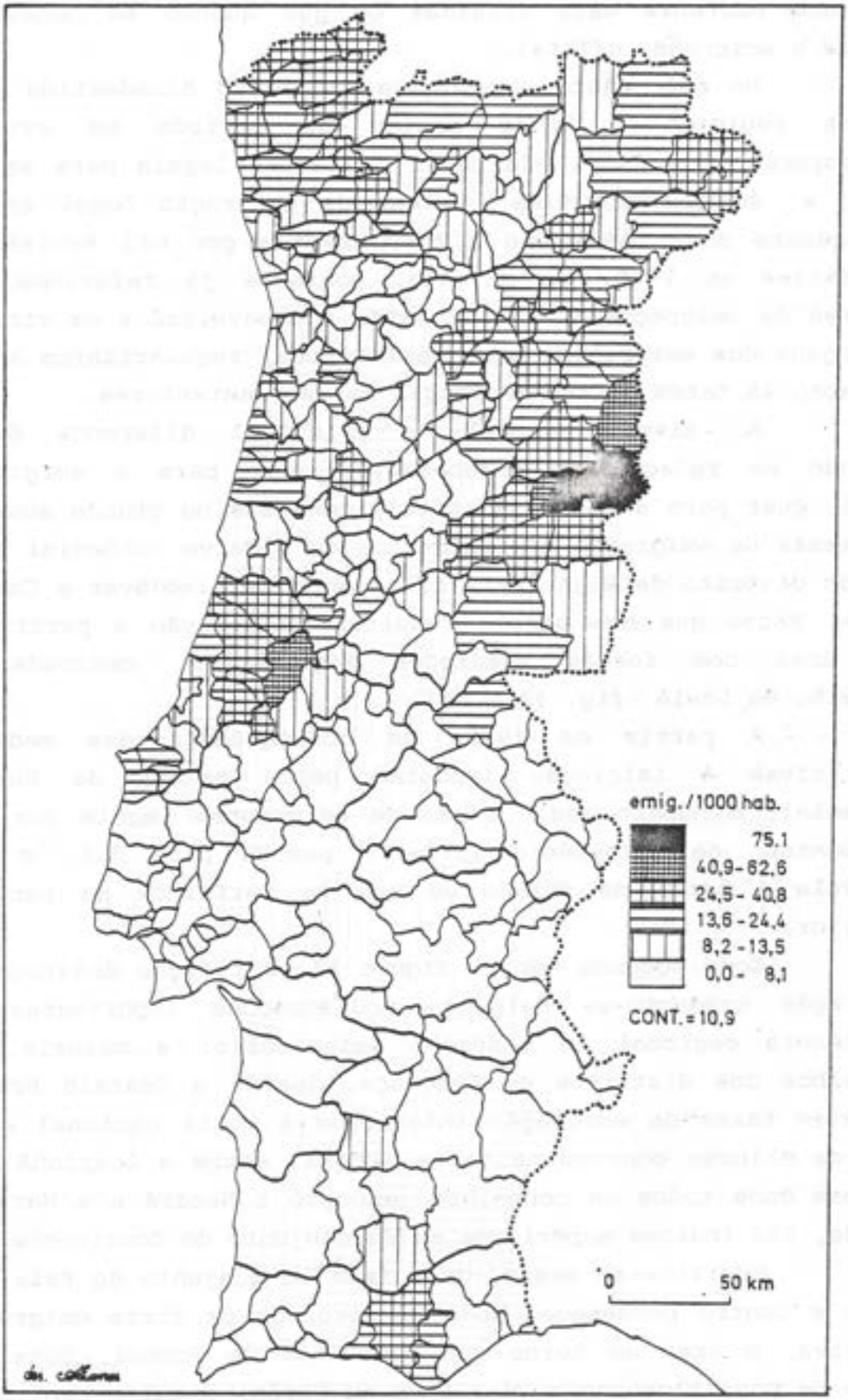


Fig. 12 - Número médio de emigrantes legais e clandestinos, por ano e por mil habitantes (1963-1967)

aparecem bastante mais diluídas do que quando se considera apenas a emigração oficial.

No quinquénio seguinte a emigração clandestina para França registou o valor máximo do período em estudo, correspondendo a 296,1% do total de saídas legais para aquele país, e, em contrapartida, a taxa de emigração legal sofreu uma quebra anual média de 2,2 emigrantes por mil habitantes residentes em 1970. No entanto, conforme já referimos, os valores da emigração irregular estão sobreavaliados em virtude de alguns dos emigrantes que, nesta época, regularizaram a sua situação já terem deixado Portugal em anos anteriores.

Ao nível regional, a principal diferença deste período em relação ao antecedente, quer para a emigração legal, quer para a emigração total, consiste no grande aumento das taxas de emigração dos concelhos do Algarve Ocidental e do sul do distrito de Beja, particularmente de Almodôvar e Castro Verde, facto que nos parece resultar da difusão a partir de uma área com fortes tradições migratórias, centrada no concelho de Loulé (fig. 13 e 14).

A partir de 1973, em consequência das medidas restritivas à imigração impostas pelos países da Europa Ocidental, o número médio anual de emigrantes legais por mil habitantes, no quinquénio 1973-77, passou para 3,1, o que equivale a cerca de metade do que se verificou no período anterior.

Como podemos ver na figura 15, a redução drástica da emigração traduziu-se nalgumas modificações importantes na incidência regional do fenómeno emigratório: a maioria dos concelhos dos distritos de Bragança, Guarda e Castelo Branco registam taxas de emigração inferiores à média nacional e os maiores valores ocorrem na faixa litoral entre a Lourinhã e a Murtosa onde todos os concelhos, excepto a Nazaré e a Marinha Grande, têm índices superiores ao do conjunto do Continente.

Verifica-se assim, que, face ao conjunto do País, no Norte e Centro permanecem como territórios de forte emigração relativa, a área em torno dos concelhos de Pombal, Batalha, Porto de Mós, Alcanena e Vila Nova de Ourém; o sul e centro do distrito de Aveiro, onde se salienta a posição de Murtosa por registar o número máximo de saídas para o estrangeiro, por mil

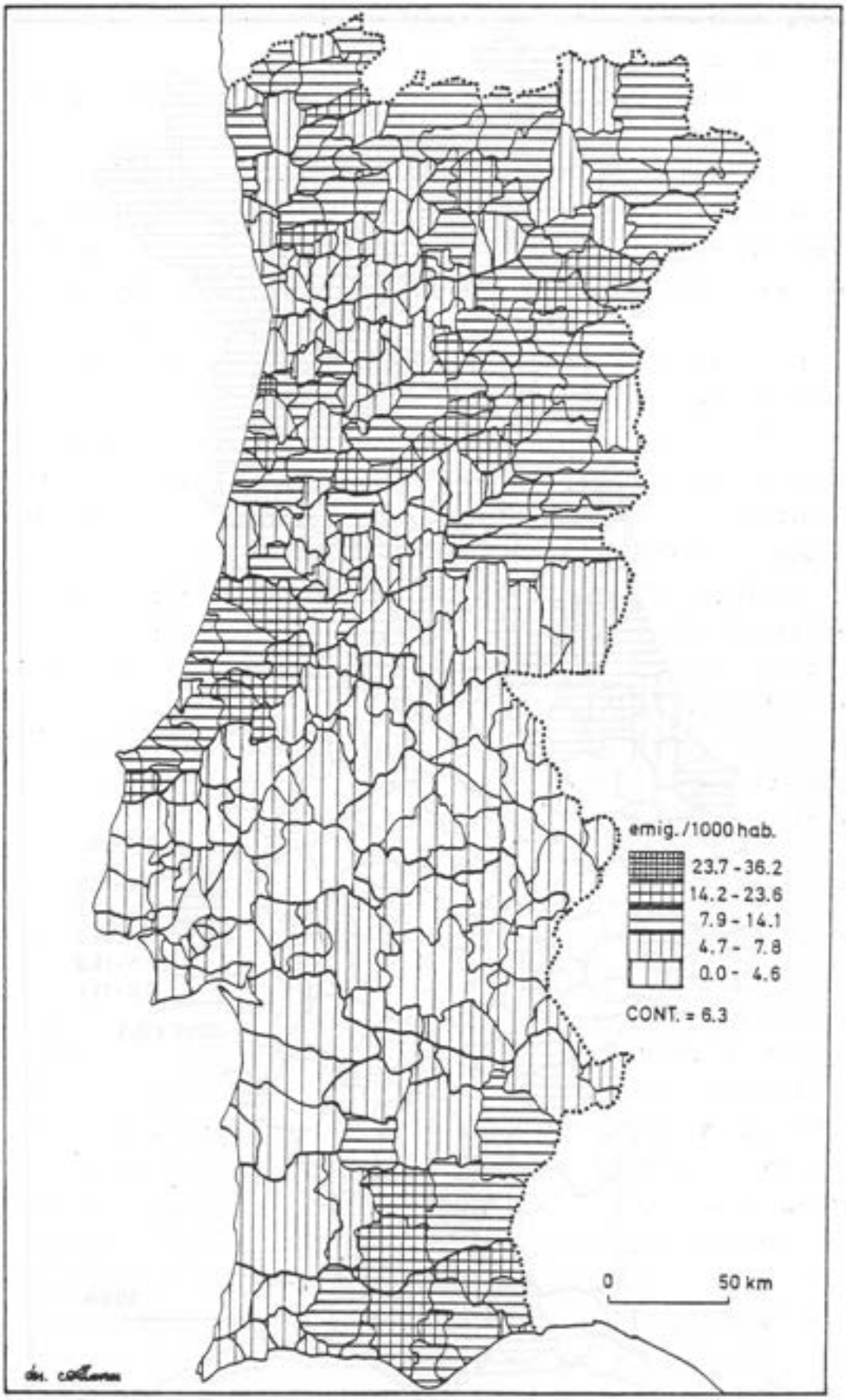


Fig. 13 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1968-1972)

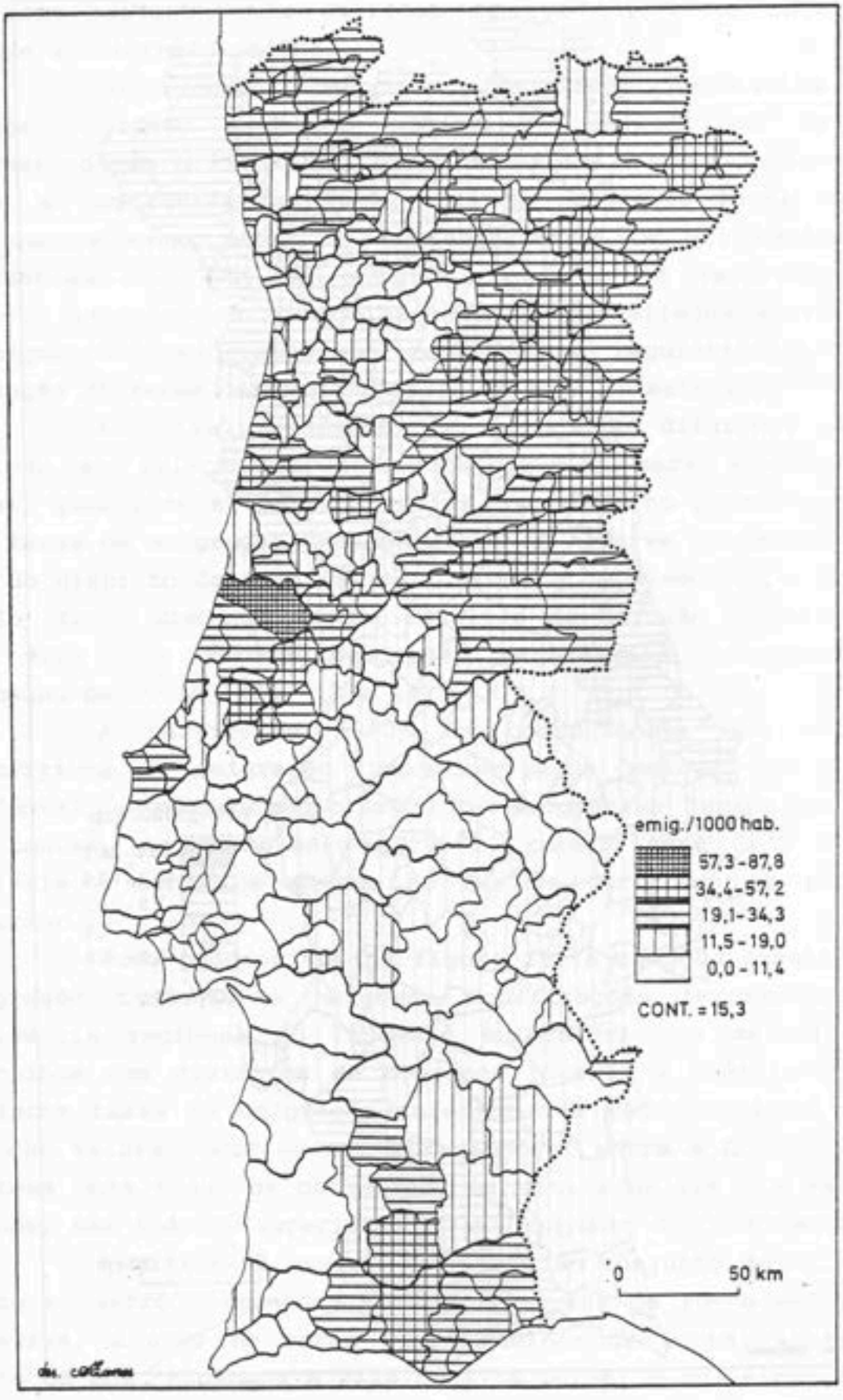


Fig. 14 - Número médio de emigrantes legais e clandestinos, por ano e por mil habitantes (1968-1972)

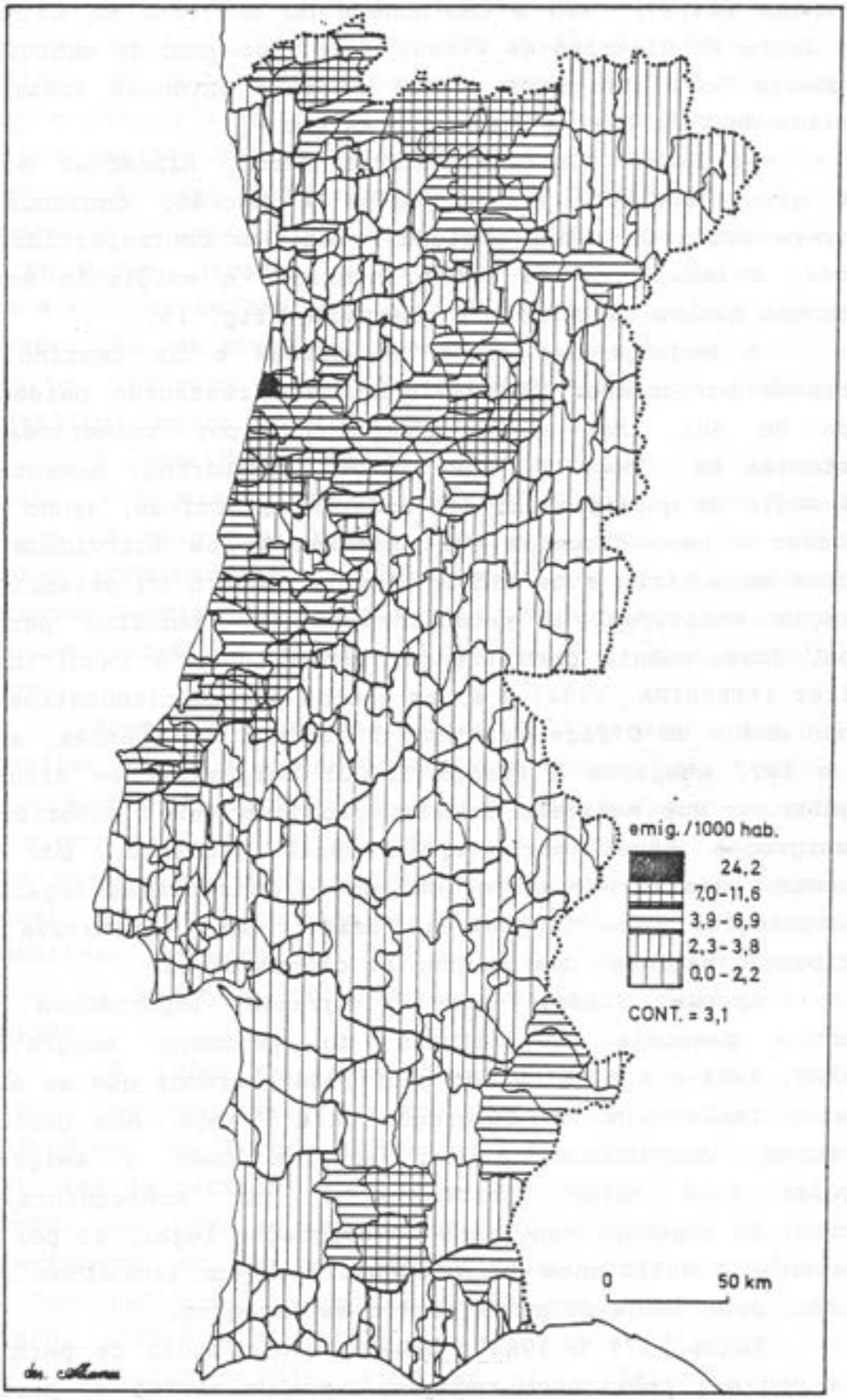


Fig. 15 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1973-1977)

habitantes (24,2); Mira e Cantanhede no distrito de Coimbra; sul e leste do distrito de Viseu; um agrupamento de municípios no sudeste do distrito da Guarda e ainda extensas áreas dos distritos de Vila Real e Viana do Castelo.

No Baixo Alentejo, Castro Verde, Almodôvar e, em menor grau, Ourique, Moura, Serpa e Mourão, continuam a situar-se acima da média nacional. Mas, em contrapartida, no Algarve, à semelhança do Norte Interior, a emigração sofreu também uma quebra extremamente acentuada (fig. 15).

A mudança das áreas de origem e de destino dos emigrantes portugueses, à semelhança dos restantes países da Europa do Sul, foi ainda acompanhada por transformações importantes na composição dos fluxos migratórios: aumentou o nível médio de qualificação dos emigrantes activos, sendo cada vez maior o peso daqueles que exerciam a sua actividade nos sectores secundário e terciário, em detrimento do primário; a emigração individual e predominantemente masculina para a Europa, nomeadamente para França, cedeu lugar à reunificação familiar (FERREIRA, 1984) e é, em grande parte, clandestina. Segundo dados do *Office National d'Immigration* francês, entre 1973 e 1977 chegaram a França 115001 emigrantes em situação irregular, o que equivale a um número três vezes superior ao da emigração legal para aquele país. Contudo, por não dispormos, para este período, do número de partidas legais de cada concelho, é impossível fazer uma estimativa da distribuição regional dos emigrantes clandestinos.

Apesar disso, dada a grande importância dos contactos pessoais na difusão do fenómeno emigratório (POINARD, 1983-a e b, SILVA *et al.*, 1984), cremos que as áreas de maior implantação da emigração para França, nos períodos anteriores, continuaram a ser aquelas onde a emigração irregular teve maior incidência e, por conseguinte, a distribuição regional das taxas de emigração legal, só por si, é bastante insuficiente para identificar os concelhos mais afectados pela saída de gente para o estrangeiro.

Entre 1979 e 1983 o número médio anual de partidas legais por mil habitantes registou o valor mínimo do período estudado (1,1) e, no seguimento da tendência já esboçada no quinquénio antecedente, as áreas mais afectadas pela emigração

organizam-se em três núcleos fundamentais: 1) distritos de Vila Real e Viana do Castelo, com particular ênfase para os concelhos de Arcos de Valdevez, Montalegre e Boticas; 2) Centro e Sul do distrito de Aveiro, com um prolongamento para sul, que engloba os concelhos de Mira e Cantanhede e um eixo de propagação para o interior, pelo sul do distrito de Viseu e sudoeste da Guarda; 3) o foco tradicional em torno de Vila Nova de Ourém, Alcanena e Batalha. O sul do Baixo Alentejo volta a colocar-se bastante abaixo da média nacional, mas, em contrapartida, as áreas suburbanas de Lisboa e, em menor grau, do Porto, reforçam a sua contribuição para os contingentes emigratórios legais deste período (fig. 16).

À semelhança do que se verificou no quinquénio anterior, a emigração clandestina para França, face à redução drástica da emigração legal, continua ainda a ter um peso relativo considerável, representando 205,5% do número de emigrantes legais para aquele país. No entanto, pelas razões já apresentadas, é impossível estimar a sua distribuição regional.

Apesar das insuficiências da informação disponível, a análise que efectuámos deu-nos conta das principais transformações da incidência regional do fenómeno emigratório no período 1953-1983 e permitiu verificar que a emigração, embora com intensidades variáveis, afectou todo o território nacional e, por conseguinte, teve amplas consequências demográficas, económicas e sociais, particularmente nas regiões do Norte e do Centro Interior, onde teve maior expressão.

Já referimos anteriormente que os anos setenta iniciaram uma nova fase nas transferências internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental. As principais correntes migratórias do período anterior a 1974 mudaram de sentido - a emigração deu lugar ao retorno ao país de origem. No entanto, contrariamente ao que se poderia pensar, estudos efectuados sobre Portugal e outros países de emigração da Europa do Sul (POINARD, 1983-a e b, SILVA *et al.*, 1984; FERREIRA, 1984; LEWIS e WILLIAMS, 1981; KING *et al.*, 1985; KING, 1984), demonstram que a maioria dos emigrantes regressados o fizeram deliberadamente e, portanto, encararam sempre a emigração como

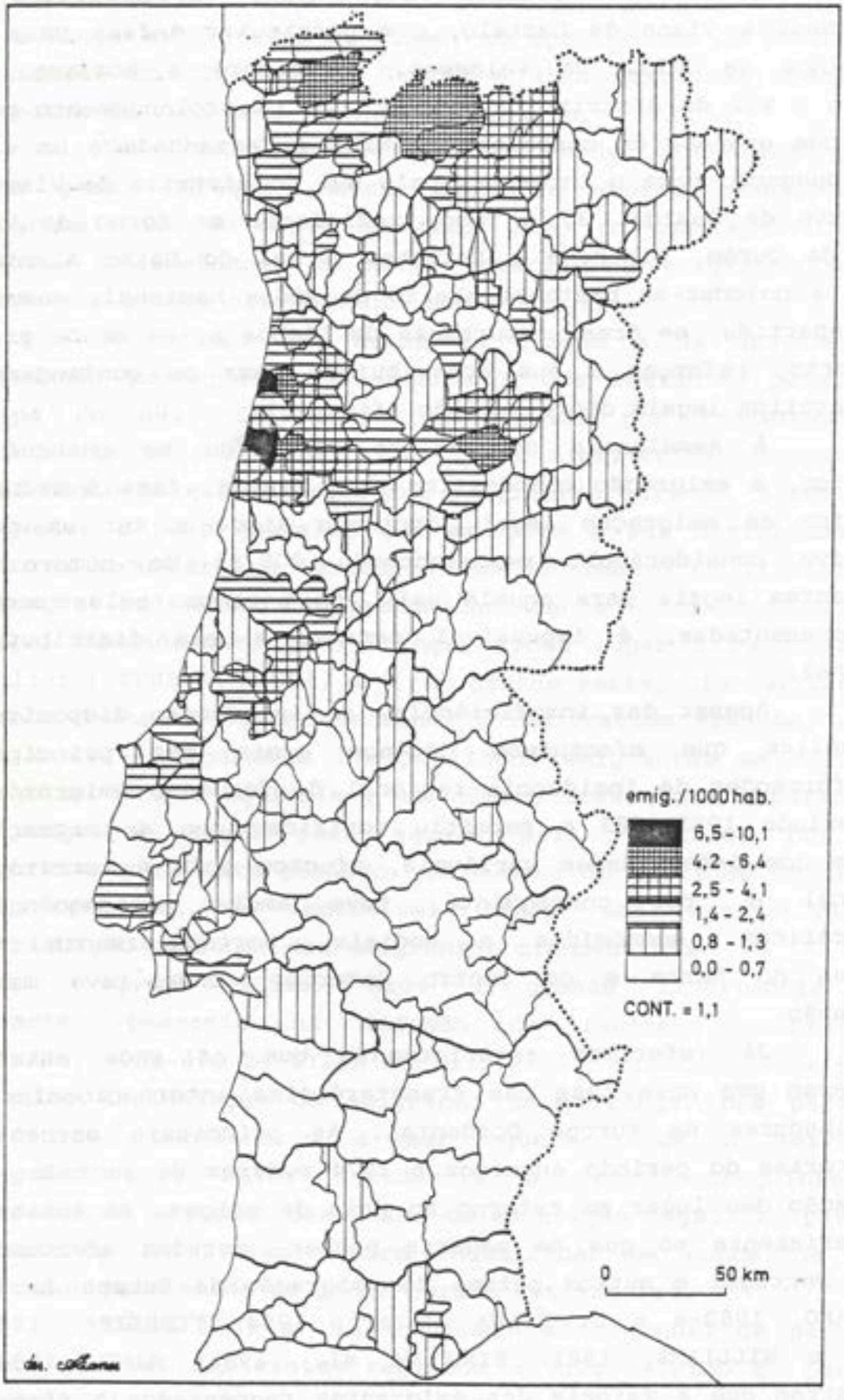


Fig. 16 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1979-1983)

temporária; a permanência no estrangeiro seria limitada ao tempo necessário para acumular um pequeno capital que lhes permitisse melhorar o seu nível de vida após o regresso.

Como vimos em 1.2.3., a distribuição concelhia em 1981 da população que em 1973 residia no estrangeiro (ex--colónias excluídas), que corresponde, na quase totalidade a emigrantes retornados (fig. 8) mostra uma estreita relação com as áreas mais afectadas pela emigração durante os anos sessenta. Daí que possamos concluir que uma elevada percentagem regressa à região de origem(34), o que pode, em certa medida, suprir o esvaziamento provocado pela emigração das décadas anteriores, particularmente nas regiões do Norte e Centro Interior.

Segundo análises efectuadas por Roque Amaro (AMARO, 1985), os emigrantes regressados constituem uma população predominantemente masculina, ainda em idade activa, podendo, por isso, contribuir para o equilíbrio demográfico das regiões mais atingidas pela emigração para a Europa, sobretudo para a França(35).

Embora o número dos emigrantes regressados da Europa Ocidental, até 1981, esteja ainda bastante distante do número dos que partiram até 1973, é possível que a degradação das condições de vida e de trabalho nos países de imigração, em consequência da crise económica, possam traduzir-se no avolumar das correntes migratórias de regresso. No entanto, em Portugal continua por definir uma política de retorno que permita inserir o ex-emigrante na economia regional e integrar a "segunda geração" na sociedade portuguesa. Tal como a emigração, o regresso tem-se regido apenas pela lógica dos projectos individuais, sem qualquer orientação global que permita aproveitar ao máximo as suas potencialidades para o desenvolvimento das regiões (SILVA *et al.*, 1984).

---

(34) A confirmar a tendência de regresso à região de origem, num inquérito efectuado pelo I.E.D. em Dezembro de 1982,a uma amostra representativa dos emigrantes regressados a Portugal, apurou-se que 90% dos inquiridos regressaram à freguesia onde residiam antes de emigrar (AMARO, 1984).

(35) Ainda segundo o inquérito realizado pelo I.E.D., a que já fizemos referência, a tendência para regressar à terra de origem é mais forte nos emigrantes com mais de cinquenta anos, nos provenientes de França, naqueles que já trabalharam na agricultura antes de emigrar e nos que residiam em áreas rurais (AMARO, 1984).

3. MIGRAÇÕES INTERNAS

3.1. AS LIMITAÇÕES DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL

A população portuguesa registou nas últimas três décadas a maior mobilidade geográfica de sempre. As correntes migratórias para o estrangeiro a que já nos referimos no capítulo anterior foram acompanhadas por grandes movimentações internas. Contudo, a inexistência em Portugal de registos de mudança de residência e de inquéritos periódicos à população para avaliar os fluxos inter-regionais torna o estudo da mobilidade geográfica interna extremamente difícil.

O recurso a métodos indirectos de estimação, a partir da equação de concordância demográfica (método dos resíduos), permite apenas determinar saldos globais (internos e externos) e a identificação da componente externa desses saldos também não é tarefa fácil, dado o elevado peso da emigração clandestina.

O Recenseamento da População de 1981 apresenta os valores concelhios dos saldos migratórios internos entre 31 de Dezembro de 1973 e 1979 e 16 de Março de 1981 e ainda três quadros relativos à distribuição da população residente em cada distrito, em 1981, segundo a naturalidade, residência em 31 de Dezembro de 1973 e 1979, permitindo, assim, identificar

os principais fluxos interdistritais da população portuguesa, bem como analisar a sua evolução recente.

No Recenseamento da População de 1970 perguntava-se também o concelho de residência em 1965. No entanto, em virtude deste Censo ter bastantes imprecisões, esses resultados nunca foram publicados, embora existam disponíveis na secção de Censos e Inquéritos do I.N.E., para cada distrito, dados relativos à distribuição da população activa em 1970, por profissões e ramos de actividade económica, segundo o distrito de residência em 1965.

Apesar das deficiências desses valores cremos que não são de desprezar, na medida em que definem as principais regiões atractivas e repulsivas da população activa dos diferentes ramos de actividade económica.

3.2. CONCELHOS DE ATRACÇÃO E REPULSÃO

Em virtude de a partir de 1960 dispormos de estimativas da emigração clandestina para França, partindo do pressuposto que tinha uma distribuição regional idêntica à da emigração legal para aquele país, estimámos, para o período 1961-70 e para cada concelho, os saldos migratórios internos. Desta forma, procurámos diferenciar entre as áreas que registaram repulsões líquidas, a importância relativa das migrações externas(36).

Considerámos três situações: 1) concelhos onde a emigração legal e clandestina representa 65% ou mais do total de perdas líquidas; 2) concelhos onde a emigração representa menos de 35% do saldo migratório global; 3) concelhos onde a emigração e a saída para outras regiões do país representam individualmente entre 35 e 65% do total de repulsões líquidas (fig. 17).

---

(36) Naturalmente que as limitações deste método são bastante numerosas e, por isso, os resultados obtidos têm apenas um valor indicativo, não podendo nunca ser considerados em termos absolutos.

Além das incorrecções resultantes das deficiências dos Recenseamentos da População e das estimativas da emigração, há ainda que tomar em conta que não considerámos os saldos dos movimentos com as colónias, nem o retorno de emigrantes e a entrada de imigrantes, por não dispormos de informação com a desagregação espacial necessária.

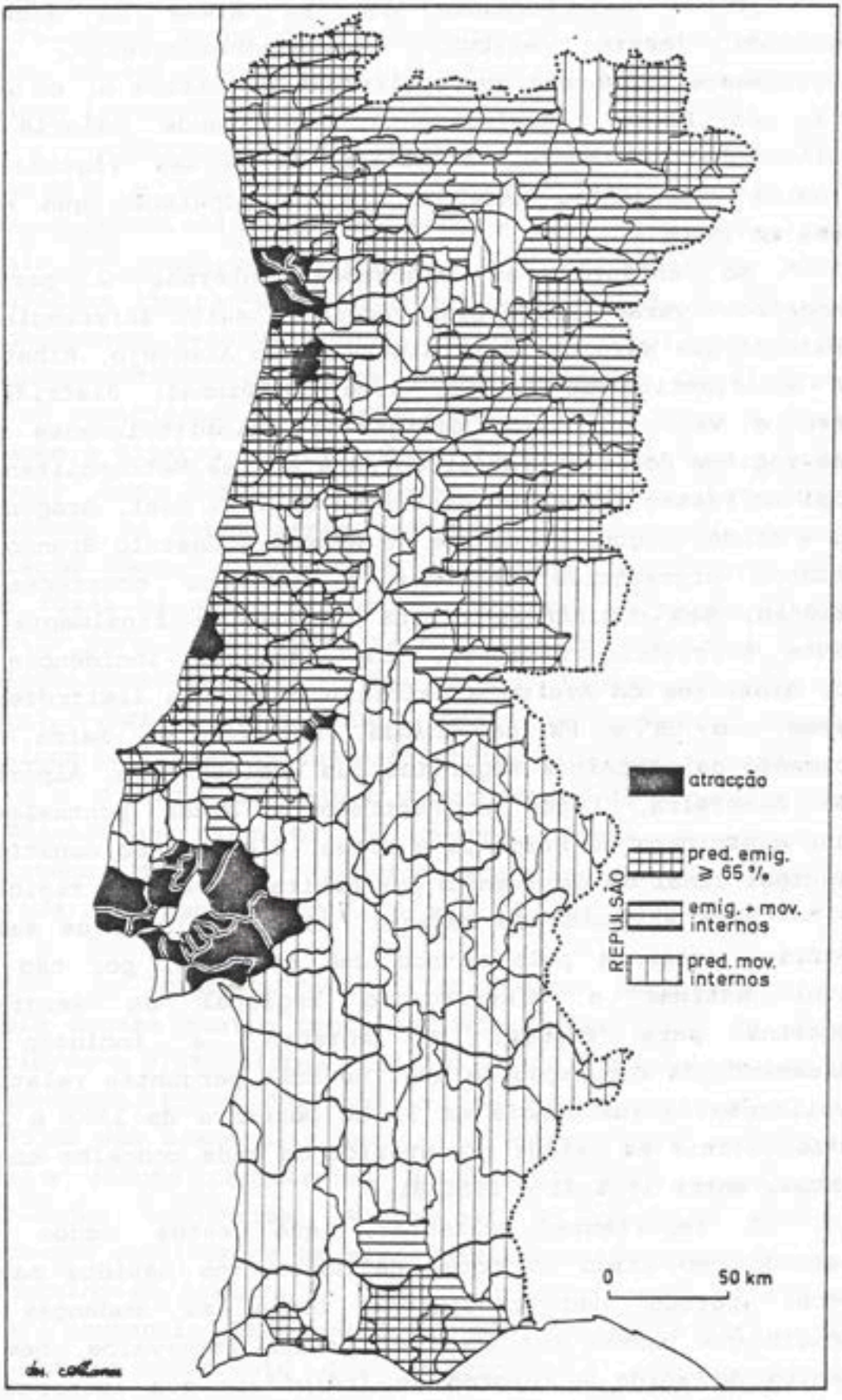


Fig. 17 - Atracção e repulsão concelhia: movimentos migratórios dominantes (1961-1970)

Vimos anteriormente que as áreas de atracção demográfica, neste período, se circunscreveram, quase exclusivamente, às Áreas Metropolitanas de Lisboa e, em menor escala, do Porto. Paralelamente, na grande maioria dos concelhos do Continente, o número de perdas líquidas de habitantes representou mais de 15% da população que neles residia em 1960.

No entanto, as migrações internas e para o estrangeiro tiveram incidências regionais muito diferenciadas: a população que saiu da Serra Algarvia, do Alentejo, Ribatejo, norte do distrito de Leiria, Área do Pinhal, distrito de Coimbra e Vale do Douro dirigiu-se maioritariamente para outras regiões do País, sobretudo para a Área Metropolitana de Lisboa; em vastas áreas dos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu e ainda nalguns concelhos da Guarda e Castelo Branco, os movimentos migratórios internos e externos ocorreram em simultâneo, sem dominância nítida de nenhum; finalmente, no restante território nacional, com especial incidência no Minho, distritos de Aveiro e Leiria e concelhos limítrofes de Santarém, no SE e NW da Guarda, na Cova da Beira, num agrupamento de concelhos algarvios que engloba Faro, Alportel, Loulé, Albufeira, Lagoa e Portimão e ainda pontualmente nalguns municípios de Bragança e Viseu, a emigração constituiu o principal canal de escoamento dos habitantes dessas regiões.

Para a década de setenta, não calculámos os saldos migratórios internos pelo método dos resíduos, por não ser possível estimar a distribuição regional da emigração clandestina para França. No entanto, a inclusão no Recenseamento da População de 1981 de duas perguntas relativas à localização da residência em 31 de Dezembro de 1973 e 1979 permitiu definir os saldos migratórios de cada concelho com os restantes, entre 1974-81 e 1980-81.

É importante salientar, que estes dados não correspondem ao saldo do total de movimentos havidos nesses períodos, porque não consideram todas as mudanças de residência que possam ter ocorrido nesses intervalos, nem os movimentos de saída e retorno de indivíduos que apareçam no mesmo lugar nos momentos a que se refere o Censo mas que podem entretanto ter residido noutras áreas, nem incluem as pessoas

que nasceram depois da data de referência do Recenseamento ou que faleceram antes da sua realização. Apesar disso, estes valores constituem um bom indicador das áreas de atracção e repulsão interna.

A cartografia das taxas de saldo migratório interno entre 1974 e 1981 ((saldo migratório interno entre 1974 e 1981/população residente em 1970) x 100) (fig. 18), permite extrair as seguintes conclusões: 1) as áreas de atracção demográfica limitam-se à Área Metropolitana de Lisboa e seus prolongamentos pelo Vale do Tejo; Área Metropolitana do Porto; um agrupamento de concelhos industrializados do distrito de Aveiro; municípios da periferia de Coimbra; Sines e Santiago do Cacém e Algarve litoral. 2) Na fachada atlântica a norte de Setúbal, com alguns prolongamentos para o interior, se excluirmos as áreas atrás referidas, o número de perdas de população tende a compensar os ganhos, registando-se, por isso, taxas de saldo migratório próximas de zero. 3) Todo o Interior Norte, Alentejo e Serra Algarvia, continuam a perder população em benefício das áreas urbano-industriais do litoral, verificando-se que apenas num reduzido número de concelhos ocorreram saldos migratórios próximos de zero.

O Baixo Alentejo e os concelhos de Arouca e Castelo de Paiva, no distrito de Aveiro, foram as áreas mais repulsivas do País (considerando apenas os movimentos internos), perdendo entre 2,5 e 6,7% dos seus habitantes em 1970.

Ao longo da faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo apenas quatro concelhos apresentam taxas de repulsão superiores a 0,5%: Lisboa, Oeiras, Porto e Esposende. Os casos de Lisboa e Porto derivam da mobilidade da sua população sobretudo das áreas mais antigas do centro para os subúrbios, sendo a função residencial substituída pela instalação de actividades terciárias. A posição do concelho de Oeiras parece-nos resultar de um erro estatístico derivado da criação do concelho da Amadora em 1979, cujo território, na sua maior parte, pertencia ao município de Oeiras. A situação de Esposende é diferente dos anteriores e corresponde a um processo de despovoamento semelhante ao dos concelhos do Interior. É uma área onde dominam as actividades do sector

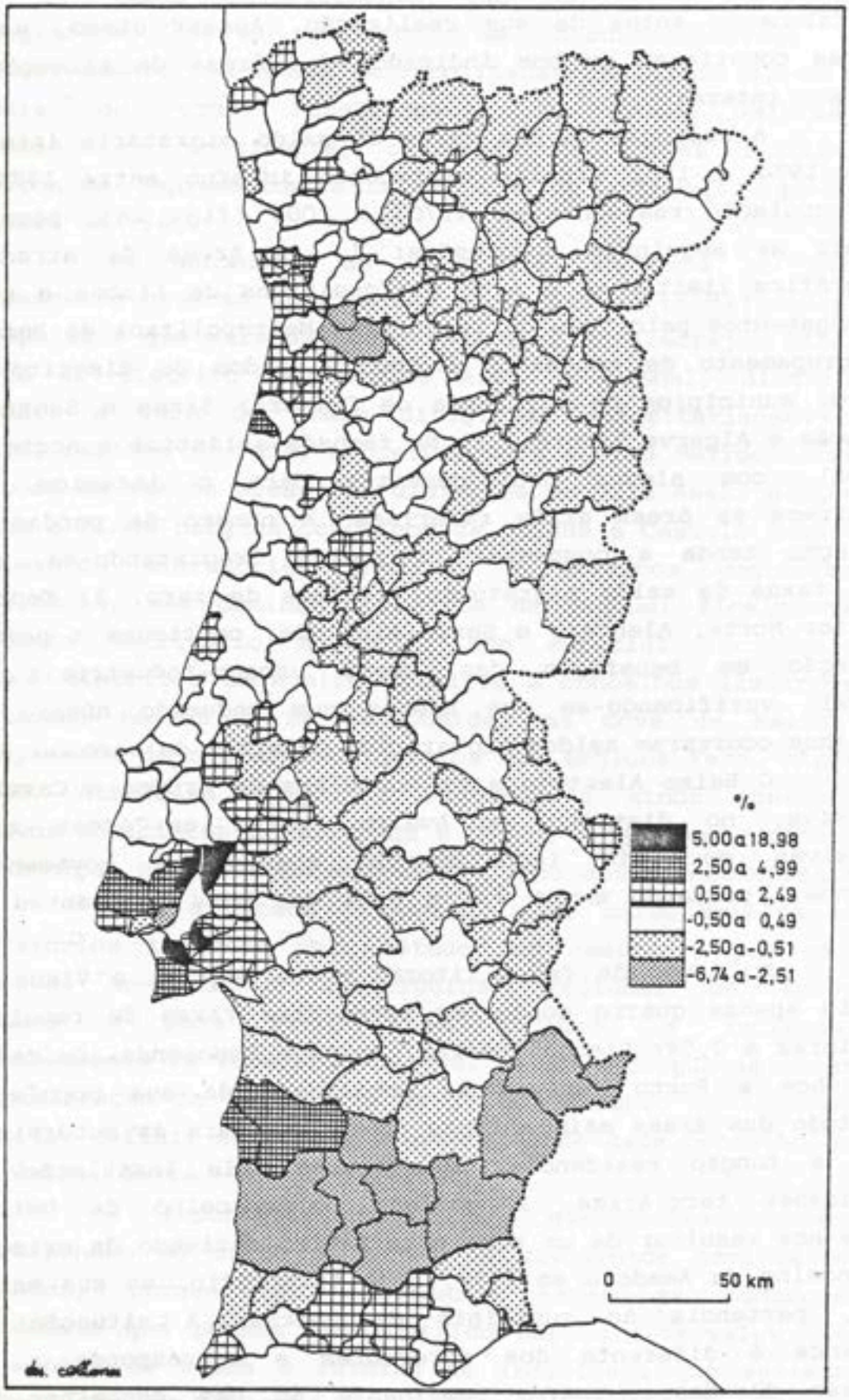


Fig. 18 - Saldo migratório interno (1974-1981), por cem habitantes residentes em 1970

primário, com fraco dinamismo económico e, por isso, os seus habitantes procuram melhores formas de vida nas áreas industriais em torno do Porto e Braga.

Entre 1980 e 1981 o padrão de distribuição espacial das taxas de saldo migratório interno (fig. 19) é bastante semelhante ao que apresentámos para o período 1974-81: embora tenha diminuído ligeiramente a capacidade atractiva da Área Metropolitana de Lisboa, em virtude dos efeitos da crise económica, a população do Norte e Centro Interior, do Alentejo e da Serra Algarvia continuou a deslocar-se para as áreas urbano-industriais do litoral; a sul de Setúbal, apenas o pólo de Sines e a Orla Algarvia têm capacidade para atrair população de outras regiões, nomeadamente do Alentejo.

3.3. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERDISTRITAIS

3.3.1. **Naturalidade - residência em 1981**

A distribuição da população residente, em 1981, por regiões de naturalidade (quadro 9), embora nada nos diga sobre o número de mudanças de residência que ocorreram entre o lugar de nascimento e de residência no momento da realização do Censo, nem sobre a permanência na origem, destino ou ponto de passagem, é um bom indicador de síntese da estrutura das migrações inter-regionais. Dos 9336760 habitantes no Continente em 1981, 2195080 (23,5%) não tinham nascido no distrito onde residiam em 16 de Março de 1981, sendo 1789304 (81,5%) naturais de outros distritos do Continente, 23872 (1,1%) das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 269200 (12,3%) das ex-colónias e 111327 (5,1%) do estrangeiro (estes, em grande parte, emigrantes de segunda geração regressados a Portugal).

Se considerarmos apenas a configuração dos fluxos de população no Continente, representada pelos saldos migratórios interdistritais (quadro 10), verifica-se que apenas quatro distritos: Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal registaram

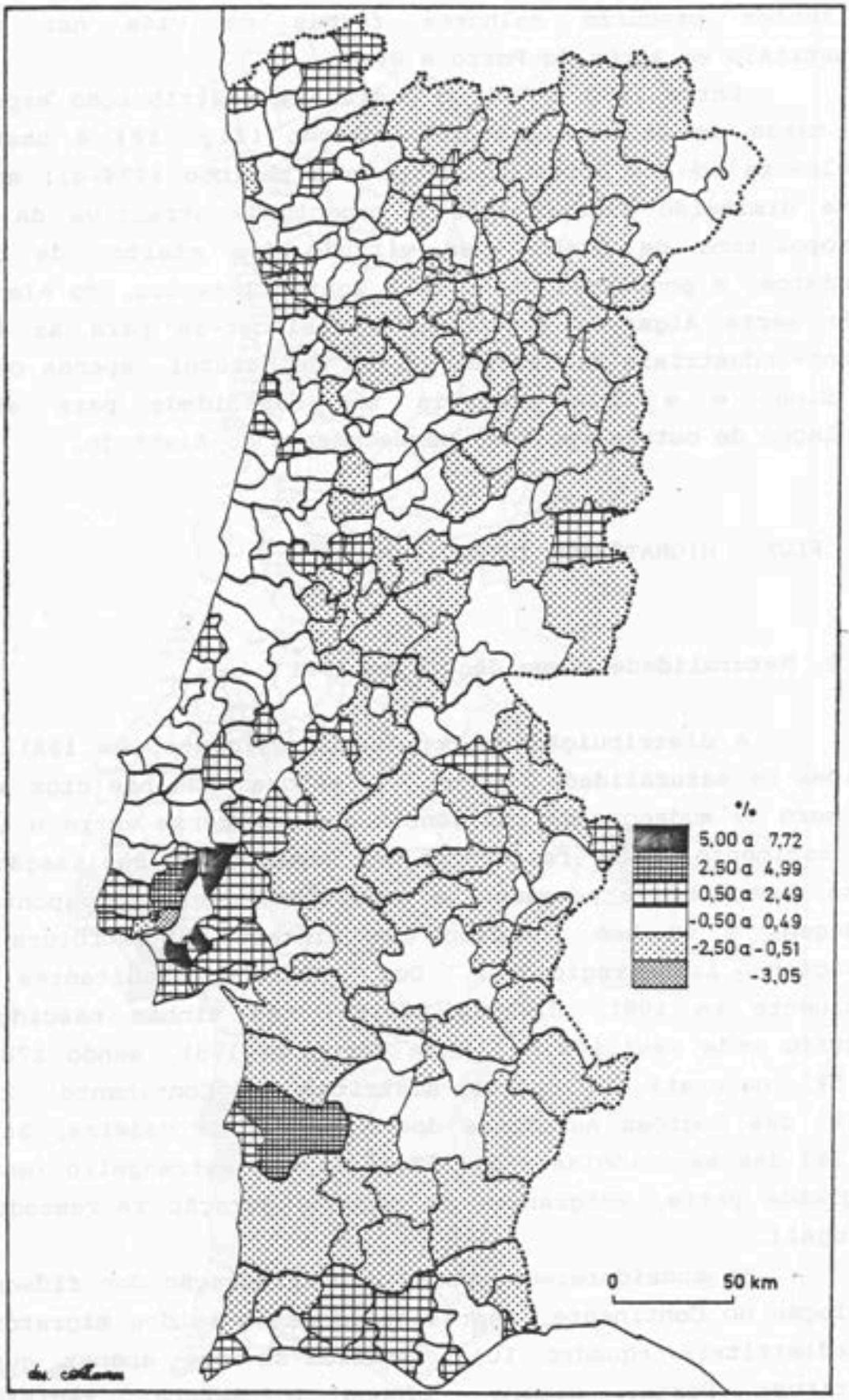


Fig. 19 - Saldo migratório interno (1980-1981), por cem habitantes residentes em 1970

Quadro 9 - População residente no Continente por regiões de naturalidade, 1981

Residencia 1981	Naturalidade Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	530747	187	1143	287	325	6203	209	628	459	1594	21456	147	24562	1387	4806	519	382	2613	597653
Beja	433	169630	224	92	286	509	3303	18413	102	1062	58677	355	798	1705	47631	98	81	202	303601
Braga	5306	181	651626	731	348	1583	196	614	417	1138	25461	175	63416	1018	4168	5423	2731	808	765300
Bragança	1952	198	1683	164344	323	1523	272	486	1292	931	21150	139	15332	956	4135	701	2758	982	219157
C.Branco	1095	333	486	155	209816	3122	674	828	2576	2553	79014	1460	2172	8758	13321	156	168	628	326915
Coimbra	10072	271	1022	303	2237	369946	456	1018	2268	13551	58172	359	5224	4318	10040	412	392	3305	483366
évora	385	2888	130	77	289	562	157546	1383	107	1262	38194	3686	712	3975	30569	76	59	182	242082
Faro	520	3690	215	61	234	664	835	266904	169	1335	35235	212	1508	871	26017	123	80	188	338861
Guarda	2367	241	813	702	4157	6523	336	698	181694	1805	52486	325	6877	2061	7931	308	489	4043	273896
Leiria	1378	180	361	122	486	5638	424	766	235	348192	46141	257	1889	9193	6174	237	159	570	422402
Lisboa	4537	2792	2204	878	3116	6425	3069	6502	1700	11874	1112024	2205	9227	14346	96305	2163	1713	3858	1284938
Portalegre	574	505	161	48	1443	910	4753	794	157	1479	45975	126767	1093	9789	15219	70	67	194	209998
Porto	21529	270	21033	2377	641	3797	368	1216	825	2107	31727	317	1315207	1846	5868	2925	4286	3225	1419574
Santarém	1388	375	445	138	1647	2319	2112	1160	266	9031	63645	2858	2096	374659	15845	210	245	472	499111
Setúbal	643	3668	277	79	356	858	2270	3353	119	1089	33914	421	1453	2185	306255	202	104	453	357679
V.Castelo	1656	124	5428	212	147	700	117	410	144	810	29027	69	11323	618	4231	232990	332	351	288689
V.Real	3149	178	4491	3105	449	1729	275	627	613	1588	44116	181	28398	1238	5340	801	238413	2295	336986
Viseu	13411	312	1478	1078	777	7360	484	874	3290	2805	92271	283	31816	2451	14224	588	2554	384720	560776
Continente	601142	186023	693220	174789	227077	420371	177699	306664	196433	404256	1908695	140176	1523103	441154	618079	248001	255013	409099	8930984
Açores e Madeira	571	110	293	77	177	754	172	573	116	519	14771	102	1588	618	3008	116	99	208	23872
Ex-colónias	12318	1326	7201	6108	4415	10688	1772	10867	5631	9249	114614	1714	23780	8960	31678	3599	5837	9447	269200
Macau	28	9	25	13	16	39	10	33	2	21	859	20	110	34	114	14	17	13	1377
Estrangeiro	8929	952	8185	3265	2545	4472	624	5401	7449	6184	70538	893	13706	3357	5447	5084	3415	4881	111327

Fonte: I.N.E.

Quadro 10 - Mobilidade geográfica da população: saldos interdistritais, 1981

De	Para Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu
Aveiro	-																	
Beja	246	-																
Braga	4163	-43	-															
Bragança	1665	106	952	-														
C.Branco	770	47	138	-168	-													
Coimbra	3869	-238	-561	-1220	-885	-												
évora	176	-415	-66	-195	-385	106	-											
Faro	-108	-14723	-399	-425	-594	-354	-548	-										
Guarda	1908	139	396	-590	1581	4255	229	519	-									
Leiria	-216	-882	-777	-909	-2067	-7913	-838	-569	-1620	-								
Lisboa	-16919	-55885	-23257	-20272	-75898	-51747	-35125	-28733	-50786	-34267	-							
Portalegre	427	150	26	-91	-17	551	1067	582	-168	1222	43770	-						
Porto	-3033	-528	-42383	-12955	-1531	-1427	-344	-292	-6052	218	22500	-776	-					
Santarém	1	-1330	-573	-818	-6711	-1999	-1863	289	-1795	-162	69299	-6931	250	-				
Setúbal	-4163	-43963	-3891	-4056	-12965	-9182	-28299	-22664	-7812	-5085	-62391	-14798	-4415	-13680	-			
V.Castelo	1138	26	5	-489	-9	288	41	287	-164	573	26864	-1	8398	408	4029	-		
V.Real	2767	97	1760	347	281	1337	216	547	124	1429	42403	114	24112	993	5236	469	-	
Viseu	10798	110	670	96	149	4055	302	686	-753	2235	88413	89	29581	1979	13771	237	259	-
CONTINENTE (Saldo)	3489	-117578	-72080	-44368	-99838	-62995	-54383	-32141	-77463	-18146	623747	-69822	103529	-57957	260400	-40688	-81973	-151677

atracções líquidas, representando os dois últimos, 89,2% do total(37).

Lisboa tem saldos positivos com todos os distritos excepto com Setúbal. No entanto, como já referimos, estes movimentos têm um carácter completamente distinto dos restantes, na medida em que correspondem à expansão de Lisboa para a Margem Sul do Tejo.

O Porto, embora apresente saldos migratórios positivos com todos os distritos, à excepção de Leiria, Lisboa e Setúbal, tem uma capacidade atractiva bastante inferior à da Área Metropolitana de Lisboa, já que, mesmo entre os distritos que lhe ficam mais próximos, apenas Braga envia mais gente para a capital do Norte do que para a região de Lisboa (quadro 10, fig. 20).

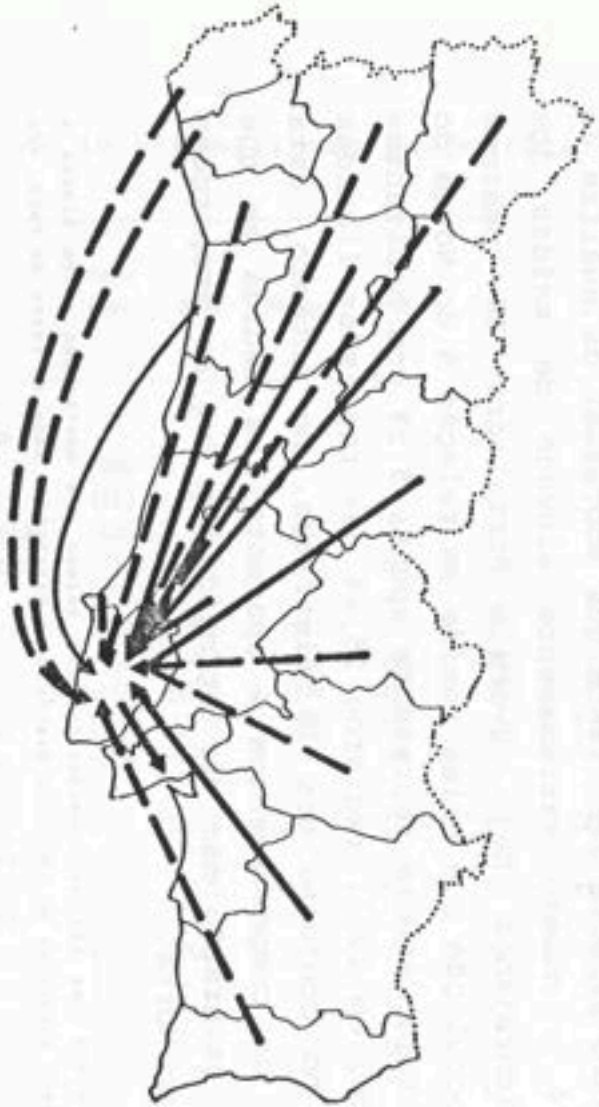
Assim, em 1981, 46,3% dos habitantes do distrito de Lisboa e 53,5% dos de Setúbal eram naturais de outras regiões, enquanto que, no restante território, a população originária de outros distritos raramente ultrapassava os 10%.

À Área Metropolitana de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal afluem populações de todo o País, nomeadamente do Centro Litoral e Interior e do Alentejo (quadros 10 e 11, fig. 20-A e B). No entanto, é interessante notar que o Tejo funciona, em certa medida como uma fronteira entre as comunidades originárias do Norte e do Sul, dado que o distrito de Setúbal atrai sobretudo alentejanos e algarvios (fig. 20-B, quadros 10 e 11).

Outro aspecto importante que sobressai da análise do quadro 10 é o número extremamente elevado de saídas dos distritos alentejanos (Beja, Évora e Portalegre) se tomarmos em conta a população que neles reside em relação à do Norte do País. O Alentejo, embora represente apenas 5,5% dos habitantes do Continente, em 1981, registou 25,4% das repulsões líquidas verificadas no conjunto dos 18 distritos. No entanto, esta desigualdade de comportamentos é aparente, na medida em que deriva de a emigração não ter atingido no Sul as proporções que assumiu no Norte.

---

(37) Deve notar-se que, se não se considerassem os saldos dos movimentos entre Lisboa e Setúbal, a capacidade atractiva do conjunto destes dois distritos, face ao resto do País, era ainda maior.



Saldos migratórios

≥ 50000

20000 - 49999

5000 - 19999

1000 - 4999

500 - 999

0 100 km

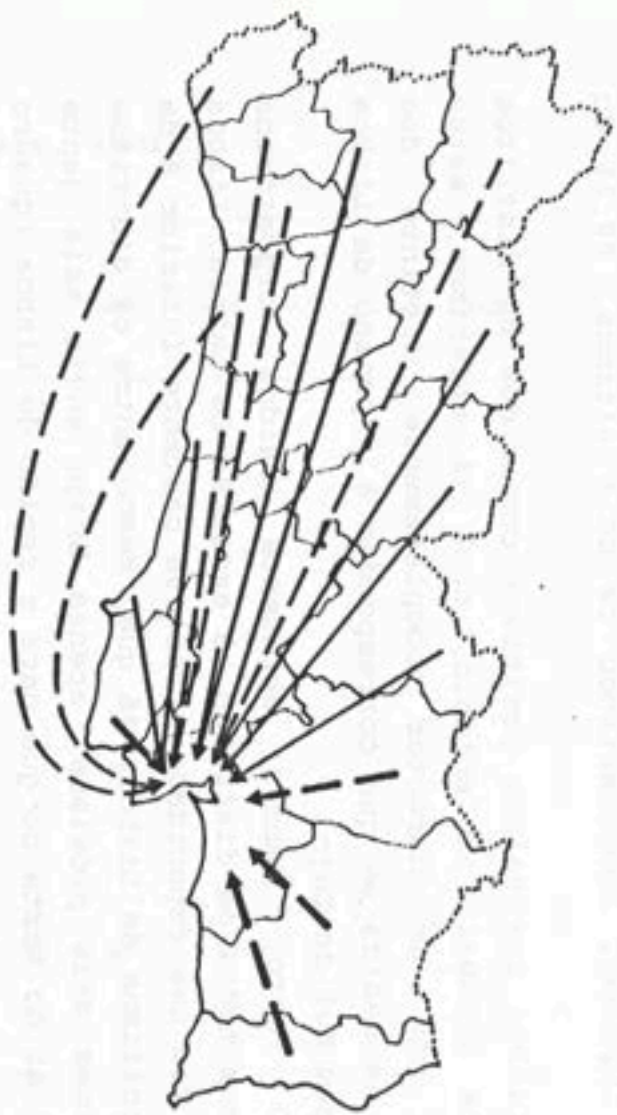


Fig. 20-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: naturalidade-residência em 1981

Fig. 20-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: naturalidade-residência em 1981

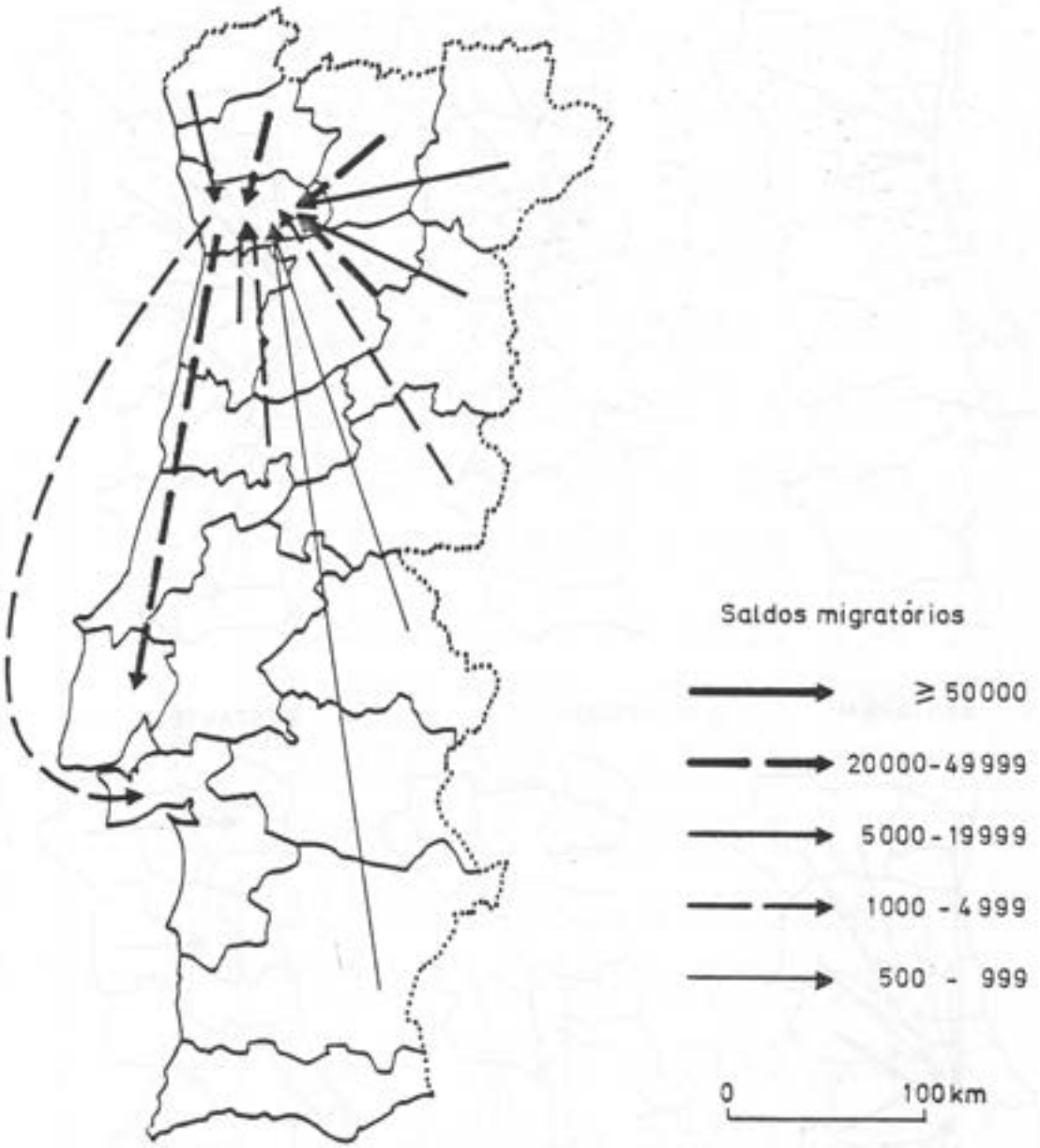


Fig. 20-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: naturalidade-residência em 1981

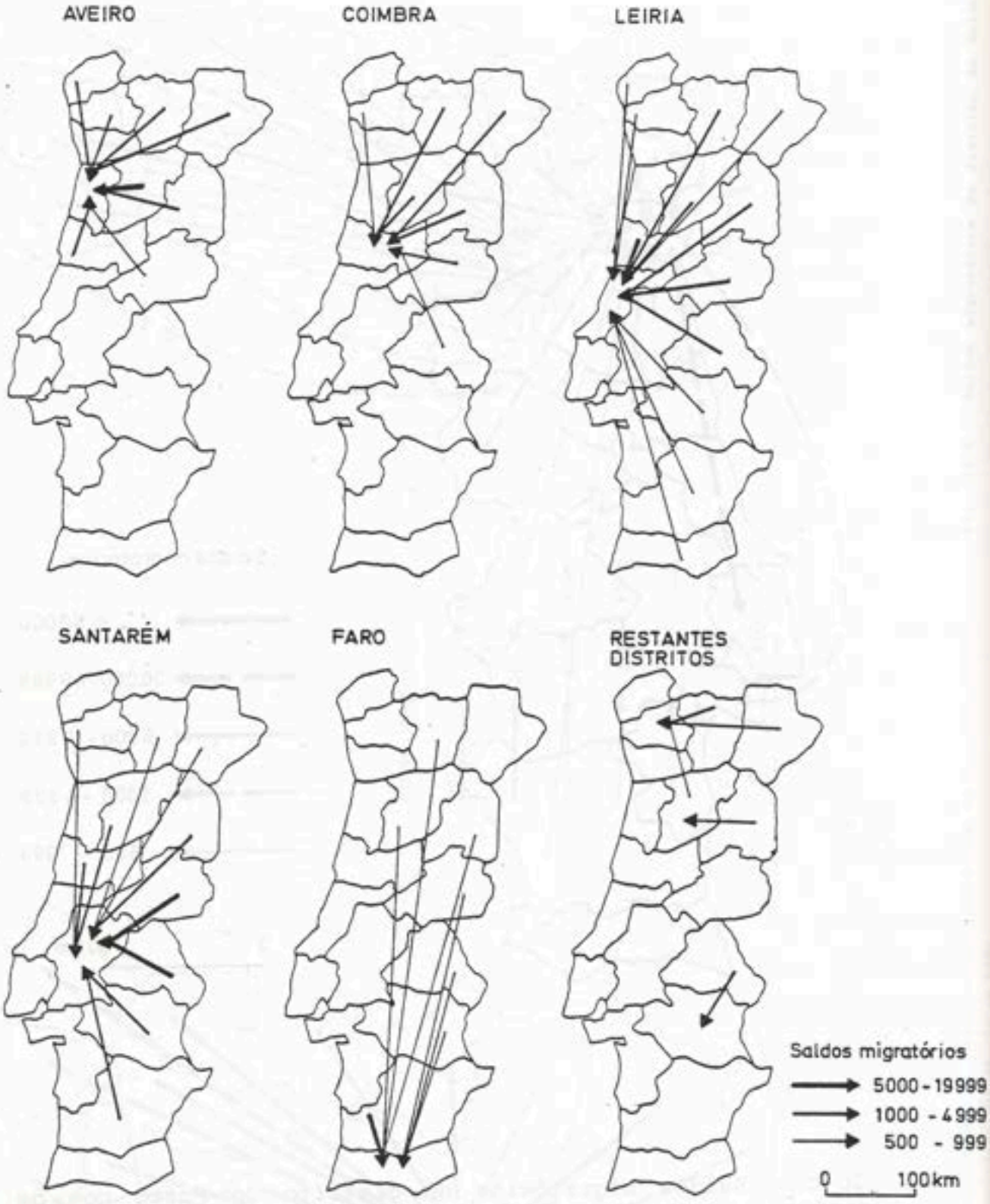


Fig. 20-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto com Lisboa, Setúbal e Porto): naturalidade-residência em 1981

Quadro 11 -Mobilidade geográfica: % da população que se movimentou no Continente
Total de movimentos interdistritais = 1789304

	Naturalidade																	
Residência 1981	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,02	0.30	0,11	0,06	0,56	0,02	0,03	0,13	0,08	0,25	0,03	1,20	0,08	0,04	0,09	0,18	0,75	3,93
Beja	0,01	-	0,01	0,01	0,02	0,02	0,16	0,21	0,01	0,01	0,16	0,03	0,02	0,02	0,20	0,01	0,01	0,02	0,93
Braga	0,06	0,01	-	0,09	0,03	0,06	0,01	0,01	0,05	0,02	0,12	0,01	1,18	0,02	0,02	0,30	0,25	0,08	2,32
Bragança	0,02	0,01	0,04	-	0,01	0,02	0,00	0,00	0,04	0,01	0,05	0,00	0,13	0,01	0,00	0,01	0,17	0,06	0,58
C.Branco	0,02	0,02	0,02	0,02	-	0,13	0,02	0,01	0,23	0,03	0,17	0,08	0,04	0,09	0,02	0,01	0,03	0,04	0,98
Coimbra	0,35	0,03	0,09	0,09	0,17	-	0,03	0,04	0,36	0,32	0,36	0,05	0,21	0,13	0,05	0,04	0,10	0,41	2,83
évora	0,01	0,18	0,01	0,02	0,04	0,03	-	0,05	0,02	0,02	0,17	0,27	0,02	0,12	0,13	0,01	0,02	0,03	1,15
Faro	0,04	1,03	0,03	0.03	0,05	0,06	0,08	-	0,04	0,04	0,36	0,04	0,07	0,06	0,19	0,02	0,04	0,05	2,23
Guarda	0,03	0,01	0,02	0,07	0,14	0,13	0,01	0,01	-	0,01	0,10	0,01	0,05	0,01	0,01	0,01	0,03	0,18	0,83
Leiria	0,09	0,06	0,06	0,05	0,14	0,76	0,07	0,07	0,10	-	0,66	0,08	0,12	0,50	0,06	0,05	0,09	0,16	3,12
Lisboa	1,20	3,28	1,42	1,18	4,42	3,25	2,13	1,97	2,93	2,58	-	2,57	1,77	4,67	1,90	1,62	2,47	5,16	44,52
Portalegre	0,01	0,02	0,01	0,01	0,08	0,02	0,21	0,01	0,02	0,01	0,12	-	0,02	0,16	0,02	0,00	0,01	0,02	0,75
Porto	1,37	0,04	3,54	0,86	0,12	0,29	0,04	0,08	0,38	0,11	0,52	0,06	-	0,12	0,08	0,63	1,59	1,78	11,61
Santarém	0,08	0,10	0,06	0,05	0,47	0,24	0,22	0,05	0,12	0,51	0,80	0,55	0,10	-	0,12	0,03	0,07	0,14	3,71
Setúbal	0,27	2,66	0,23	0,23	0,74	0,56	1,71	1,45	0,44	0,35	5,38	0,85	0,33	0,89	-	0,24	0,30	0,79	17,42
V.Castelo	0,03	0,01	0,30	0,04	0,01	0,02	0,00	0,01	0,02	0,01	0,12	0,00	0,16	0,01	0,01	-	0,04	0,03	0,82
V.Real	0,02	0,00	0,15	0,15	0,01	0,02	0,00	0,00	0,03	0,01	0,10	0,00	0,24	0,01	0,01	0,02	-	0,14	0,91
Viseu	0,15	0,01	0,05	0,05	0,04	0,18	0,01	0,01	0,23	0,03	0,22	0,01	0,18	0,03	0,03	0,02	0,13	-	1,38
TOTAL	3,76	7,49	6,34	3,06	6,55	6,35	4,72	4,01	5,15	4,15	9,66	4,64	5,84	6,93	2,89	3,11	5,53	9,84	100,00

O distrito do Porto, como referimos, atraiu 11,6% da população nascida no Continente e que em 1981 não residia no distrito de naturalidade (quadro 11), sobretudo das regiões mais próximas: Braga, Viseu, Vila Real, Bragança, Viana do Castelo e Guarda (fig. 20-C).

Se excluirmos os movimentos migratórios entre Lisboa, Porto e Setúbal e de cada um destes distritos, com os restantes, os fluxos interdistritais dominantes, como podemos ver na figura 20-D e nos quadros 10 e 11, orientam-se para o litoral: Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Faro e, em menor grau, para Braga e estruturam-se em função da distância, uma vez que os saldos mais elevados coincidem com os distritos mais próximos.

No Interior, apenas Viseu e Évora têm saldos migratórios iguais ou superiores a 500 com um distrito: Guarda e Portalegre, respectivamente (fig. 20-D).

3.3.2. Migrações interdistritais entre 31 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1981

A distribuição da população residente no Continente em 16 de Março de 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973 (quadro 12), indica que 973875 pessoas (11,8%) residiam fora do território de Portugal Continental ou num distrito diferente daquele que habitavam no momento da realização do último Censo (38), 493093 (50,6%) vieram das ex-colónias, 182190 (18,7%) do estrangeiro e 295056 (30,3%) residiam noutros distritos do País.

Conforme salientam BAPTISTA e MONIZ, 1985, p. 13 e 14, os valores das migrações internas entre 1974 e 1981, apurados pelo Censo, estão subavaliados. No entanto, segundo os mesmos autores, a matriz de fluxos interdistritais apresenta-se concordante com a orientação dos principais movimentos.

---

(38) O Recenseamento não indica valores para a população, que em 31 de Dezembro de 1973, residia nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. No entanto, dado o reduzido peso da população natural destes arquipélagos que em 1981 residia no território do Continente (1,1%), a exclusão dos fluxos entre o Continente e as Ilhas Atlânticas, no período 1974-81, não altera significativamente o total de movimentações existentes nessa época.

Quadro 12 -- População residente no Continente em 16 de Março de 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973

Residência 1973	Residência 1981 Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	484973	48	325	98	104	1421	57	125	164	237	1862	57	4160	288	535	171	124	711	495460
Beja	72	158628	23	16	56	133	780	2850	28	118	3948	135	91	161	5067	16	33	31	172186
Braga	451	34	557163	166	40	222	27	109	81	140	2219	32	7150	191	427	1006	341	141	569940
Bragança	332	78	397	137367	61	289	92	86	275	154	2551	25	2483	143	589	131	621	188	145862
C.Branco	178	79	105	31	188730	525	76	123	459	283	7426	298	273	973	1761	27	25	140	201512
Coimbra	1653	84	305	121	412	343982	96	260	533	1476	5185	107	1086	692	1152	114	161	830	358249
évora	75	510	63	24	69	88	150329	294	29	163	3698	766	151	586	3852	22	29	72	160820
Faro	163	882	87	38	66	149	192	250814	61	162	3383	96	241	210	2608	32	46	54	259264
Guarda	350	43	126	157	758	1071	49	73	157971	251	4479	61	674	238	768	38	61	799	167967
Leiria	282	50	146	69	121	1544	116	258	80	325434	5324	154	405	1881	944	84	81	169	337142
Lisboa	2389	2084	1928	969	2849	4380	2280	3593	1543	4670	1560688	2322	4280	7417	24977	2233	1795	4192	1634569
Portalegre	73	89	55	11	297	157	799	177	28	212	3508	119671	126	1198	1880	14	24	33	128352
Porto	3566	103	6176	1109	202	961	101	373	346	382	4915	109	1249600	460	1198	1048	1464	1323	1273436
Santarém	323	112	187	71	456	637	533	293	102	1730	9995	625	512	362379	2637	93	123	164	380972
Setúbal	370	1470	164	63	272	613	1180	1430	141	467	9686	484	541	983	465129	120	88	428	483629
V.Castelo	160	22	1132	67	18	113	17	67	48	84	2176	9	1258	79	498	202793	99	60	208700
V.Real	383	73	1039	603	72	312	62	90	121	149	4165	38	3711	107	705	128	204622	491	216871
Viseu	1825	95	296	208	242	1346	78	144	704	375	8940	90	3629	291	1524	104	487	328211	348589
Ex-colónias	27597	3040	16040	15979	10064	22745	3918	19224	14451	19141	166872	3560	56254	20457	49512	7948	14239	22052	493093
Macau	174	44	321	51	56	122	25	134	57	114	1197	60	562	158	208	95	60	98	3536
Estrangeiro	17503	2109	16541	6396	7685	7920	1132	9691	7730	16420	24457	1129	20111	8668	9112	9434	6099	9953	182190
TOTAL	542892	169677	602719	163614	212630	388730	161939	290208	184952	372162	1836634	129828	1357298	407560	575083	225651	230622	370140	8222339

Fonte: I.N.E.

Apenas cinco distritos: Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Faro registaram atracções líquidas (quadros 13 e 14), recebendo 63,8% e exportando apenas 45,9% das 295056 pessoas que mudaram de distrito de residência, entre 31 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1981.

Setúbal foi o distrito com maior capacidade atractiva registando um saldo migratório de 32622. Seguem-se-lhe Lisboa com 9539, Porto com 6935, Aveiro com 2158 e Faro com 1895 (quadro 13). Contudo, se excluirmos os movimentos entre Lisboa e Setúbal, por corresponderem à reorganização da distribuição da população na Área Metropolitana de Lisboa, e, por isso, terem um carácter diferente dos restantes, estes dois distritos, o Porto, Aveiro e Faro absorveram respectivamente 38,4%, 11,8%, 4,9% e 4,0% das migrações interdistritais registadas no período em análise (quadro 15).

As maiores taxas de repulsão interna, (número de saídas líquidas por 100 habitantes residentes em 1970), couberam aos distritos alentejanos (Portalegre, Évora e Beja) e aos do Norte e Centro Interior (Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu e Castelo Branco) (fig. 21). Estes distritos, representando apenas 22,9% da população residente no Continente em 1970, originaram 37,1% (39) dos movimentos interdistritais de população entre 1974 e 1981 e atraíram apenas 18,4% das pessoas que mudaram de distrito de residência nesse período (quadro 15).

À Área Metropolitana de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal) afluem populações de todo o País, nomeadamente do Norte e Centro Interior e do Alentejo (fig. 22-A e B. quadro 14), sendo interessante notar que os alentejanos se instalam preferencialmente nos aglomerados suburbanos da Margem Sul do Tejo, enquanto a população do Norte e Centro se fixa, na sua maior parte, na Margem Norte.

O distrito do Porto embora seja o segundo pólo de atracção demográfica do País, apresenta uma capacidade atractiva bastante inferior à da região da Capital, estendendo a sua influência sobretudo aos distritos que lhe ficam mais

(39) Considerando os distritos de Lisboa e Setúbal em conjunto.

Quadro 13 - Mobilidade geográfica da população do Continente: saldos interdistritais (1973-1981)

De	Para Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu
Aveiro	-																	
Beja	24	-																
Braga	126	11	-															
Bragança	234	62	231	-														
C.Branco	74	23	65	-30	-													
Coimbra	232	-49	83	-168	-113	-												
évora	18	-270	36	-68	-7	-8	-											
Faro	38	-1968	-22	-48	-57	-111	-102	-										
Guarda	186	15	45	-118	299	538	20	12	-									
Leiria	45	-68	6	-85	-162	68	-47	96	-171	-								
Lisboa	527	-1864	-291	-1582	-4577	-805	-1418	230	-2936	-654	-							
Portalegre	16	-46	23	-14	-1	50	33	81	-33	58	1186	-						
Porto	-594	12	-974	-1374	-71	-125	-50	132	-328	-23	635	-17	-					
Santarém	35	-49	-4	-72	-517	-55	-53	83	-136	-151	2578	-573	52	-				
Setúbal	-165	-3597	-263	-526	-1489	-539	-2672	-1178	-627	-477	-15291	-1396	-657	-1654	-			
V.Castelo	-11	6	126	-64	-9	-1	-5	35	10	0	-57	-5	210	-14	378	-		
V.Real	259	40	698	-18	47	151	33	44	60	68	2370	14	2247	-16	617	29	-	
Viseu	1114	64	155	20	102	516	6	90	-95	206	4748	57	2306	127	1096	44	-4	-
SALDO	2158	-7702	-223	-4674	-6687	-306	-3956	1895	-5253	-655	9539	-3273	6935	-2695	32622	-526	-6647	-10552

Quadro 14 - Mobilidade geográfica: % de população que se movimentou no Continente (1973-1981)
Total das pessoas que mudaram de distrito de residência = 295 056

	Residência 1973																		
Residência 1981	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	Total
Aveiro	-	0,02	0,15	0,11	0,06	0,56	0,03	0,06	0,12	0,10	0,81	0,02	1,21	0,11	0,13	0,05	0,13	0,62	4,29
Beja	0,02	-	0,01	0,03	0,03	0,03	0,17	0,30	0,01	0,02	0,71	0,03	0,03	0,04	0,50	0,01	0,02	0,03	1,99
Braga	0,11	0,01	-	0,13	0,04	0,10	0,02	0,03	0,04	0,05	0,65	0,02	2,09	0,06	0,06	0,38	0,35	0,10	4,24
Bragança	0,03	0,01	0,06	-	0,01	0,04	0,01	0,01	0,05	0,02	0,33	0,00	0,38	0,02	0,02	0,02	0,20	0,07	1,28
C.Branco	0,04	0,02	0,01	0,02	-	0,14	0,02	0,02	0,26	0,04	0,97	0,10	0,07	0,15	0,09	0,01	0,02	0,08	2,06
Coimbra	0,48	0,05	0,08	0,10	0,18	-	0,03	0,05	0,36	0,52	1,48	0,05	0,33	0,22	0,21	0,04	0,11	0,46	4,75
évora	0,02	0,26	0,01	0,03	0,03	0,03	-	0,07	0,02	0,04	0,77	0,27	0,03	0,18	0,40	0,01	0,02	0,03	2.22
Faro	0,04	0,97	0,04	0,03	0,04	0,09	0,10	-	0,02	0,09	1,22	0,06	0,13	0,10	0,48	0,02	0,03	0,05	3,51
Guarda	0,06	0,01	0,03	0,09	0,16	0,18	0,01	0,02	-	0,03	0,52	0,01	0,12	0,03	0,05	0,02	0,04	0,24	1,62
Leiria	0,08	0,04	0,05	0,05	0,10	0,50	0,06	0,05	0,09	-	1,58	0,07	0,13	0,59	0,16	0,03	0,05	0,13	3,76
Lisboa	0,63	1,34	0,75	0,86	2,52	1,76	1,25	1,14	1,52	1,80	-	1,19	1,67	3,39	3,28	0,74	1,41	3,03	28,28
Portalegre	0,02	0,05	0,01	0,01	0,10	0,04	0,26	0,03	0,02	0,05	0,79	-	0,04	0,21	0,16	0,00	0,01	0,03	1,83
Porto	1,41	0,03	2,42	0,84	0,09	0,37	0,05	0,08	0,23	0,14	1,45	0,04	-	0,17	0,18	0,43	1,26	1,23	10,42
Santarém	0,10	0,05	0,06	0,05	0,33	0,23	0,20	0,07	0,08	0,64	2,51	0,41	0,16	-	0,33	0,03	0,04	0,10	5,39
Setúbal	0,18	1,72	0,14	0,20	0,60	0,39	1,31	0,88	0,26	0,32	8,47	0,64	0,41	0,89	-	0,17	0,24	0,52	17,34
V.Castelo	0,06	0,01	0,34	0,04	0,01	0,04	0,01	0,01	0,01	0,03	0,76	0,00	0,36	0,03	0,04	-	0,04	0,04	1,83
V.Real	0,04	0,01	0,12	0,21	0,01	0,05	0,01	0,02	0,02	0,03	0,61	0,01	0,50	0,04	0,03	0,03	-	0,17	1,91
Viseu	0,24	0,01	0,05	0,06	0,05	0,28	0,02	0,02	0,27	0,06	1,42	0,01	0,45	0,06	0,15	0,02	0,17	-	3,34
TOTAL	3,56	4,61	4,33	2,86	4,36	4,83	3,56	2,86	3,38	3,98	25,05	2,93	8,11	6,29	6,27	2,01	4,14	6,93	100,00

Quadro 15 - Mobilidade geográfica: % de população que se movimentou no Continente (31 de Dezembro de 1973-16 de Março de 1981). Total de movimentos interdistritais (excepto entre Lisboa e Setúbal) = 260 393

De	Para Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb Setú	Port	Porto	Sant	V.C.	V.R.	Viseu	Total
Aveiro	-	0,03	0,17	0,13	0,07	0,63	0,03	0,06	0,13	0,11	1,06	0,03	1,37	0,12	0,06	0,15	0,70	4,85
Beja	0,02	-	0,01	0,03	0,03	0,03	0,20	0,34	0,02	0,02	1,36	0,03	0,04	0,04	0,01	0,03	0,04	2,25
Braga	0,12	0,01	-	0,15	0,04	0,12	0,02	0,03	0,05	0,06	0,80	0,02	2,37	0,07	0,43	0,40	0,11	4,80
Bragança	0,04	0,01	0,06	-	0,01	0,05	0,01	0,01	0,06	0,03	0,40	0,00	0,43	0,03	0,03	0,23	0,08	1,48
C.Branco	0,04	0,02	0,02	0,02	-	0,16	0,03	0,03	0,29	0,05	1,20	0,11	0,08	0,18	0,01	0,03	0,09	2,36
Coimbra	0,55	0,05	0,09	0,11	0,20	-	0,03	0,06	0,41	0,59	1,92	0,06	0,37	0,24	0,04	0,12	0,52	5,36
évora	0,02	0,30	0,01	0,04	0,03	0,04	-	0,07	0,02	0,04	1,33	0,31	0,04	0,20	0,01	0,02	0,03	2,51
Faro	0,05	1,09	0,04	0,03	0,05	0,10	0,11	-	0,03	0,10	1,93	0,07	0,14	0,11	0,03	0,03	0,06	3,97
Guarda	0,06	0,01	0,03	0,11	0,18	0,20	0,01	0,02	-	0,03	0,65	0,01	0,13	0,04	0,02	0,05	0,27	1,82
Leiria	0,09	0,05	0,05	0,06	0,11	0,57	0,06	0,06	0,10	-	1,97	0,08	0,15	0,66	0,03	0,06	0,14	4,24
Lisboa e Setúbal	0,92	3,46	1,02	1,21	3,53	2,43	2,90	2,29	2,02	2,41	-	2,07	2,35	4,85	1,03	1,87	4,02	38,38
Portalegre	0,02	0,05	0,01	0,01	0,11	0,04	0,29	0,04	0,02	0,06	1,08	-	0,04	0,24	0,00	0,01	0,03	2,05
Porto	1,60	0,03	2,75	0,95	0,10	0,42	0,06	0,09	0,26	0,16	1,85	0,05	-	0,20	0,48	1,43	1,39	11,82
Santarém	0,11	0,06	0,07	0,05	0,37	0,27	0,23	0,08	0,09	0,72	3,23	0,46	0,18	-	0,03	0,04	0,11	6,10
V.Castelo	0,07	0,01	0,39	0,05	0,01	0,04	0,01	0,01	0,01	0,03	0,90	0,01	0,40	0,04	-	0,05	0,04	2,07
V.Real	0,05	0,01	0,13	0,24	0,01	0,06	0,01	0,02	0,02	0,03	0,72	0,01	0,56	0,05	0,04	-	0,19	2,15
Viseu	0,27	0,01	0,05	0,07	0,05	0,32	0,03	0,02	0,31	0,06	1,77	0,01	0,51	0,06	0,02	0,19	-	3,75
TOTAL	4,03	5,20	4,90	3,26	4,90	5,48	4,03	3,23	3,84	4,50	22,17	3,33	9,16	7,13	2,27	4,71	7,82	100,00

UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS Inst. de Geografia

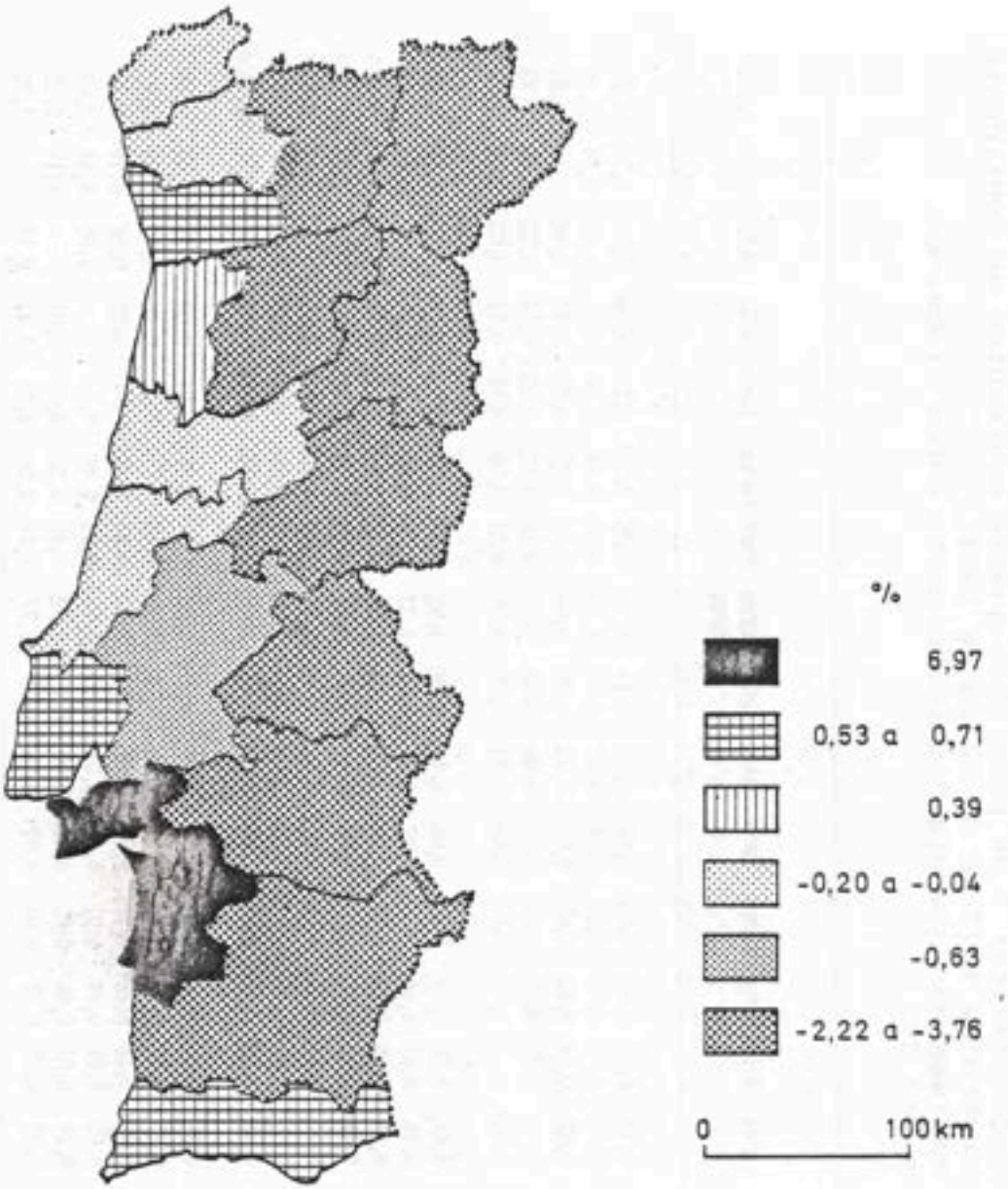


Fig. 21 - Saldo migratório interno (1974-1981), por cem habitantes residentes em 1970

próximos: Braga, Vila Real, Bragança, Viseu e Aveiro (fig. 22-C) e apresentando saldos negativos com Lisboa e Setúbal.

Fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, apenas Faro, Santarém, Coimbra e Braga apresentam saldos migratórios iguais ou superiores a 500, com pelo menos um distrito: Faro, com Beja; Santarém, com Portalegre e Castelo Branco; Coimbra, com Guarda e Viseu; Aveiro, com Lisboa, Braga e Vila Real (fig. 22-D).

Vemos assim, que os movimentos migratórios inter-distritais, entre 1974 e 1981, correspondem sobretudo à reorganização da distribuição da população no Litoral e ao êxodo do Interior para o Litoral, nomeadamente para a Área Metropolitana de Lisboa e, em menor grau, do Porto.

Outro aspecto interessante dos fluxos inter-regionais da população portuguesa, neste período, é a capacidade atractiva dos distritos de Faro e Aveiro, apresentando saldos migratórios positivos com a quase totalidade dos distritos do Continente.

3.3.3. Migrações interdistritais entre 31 de Dezembro de 1979 e 16 de Março de 1981

Dos 9336760 habitantes residentes no Continente em 16 de Março de 1981, em 31 de Dezembro de 1979, 60766 residiam no estrangeiro, 10887 nas ex-colónias, 2698 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2786 no território de Macau e 117228 num distrito diferente daquele em que habitavam em 1981 (quadro 16).

A Área Metropolitana de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal), embora tenha diminuído a sua capacidade atractiva, continuou a ser, neste período, o principal foco de convergência dos movimentos internos da população portuguesa, recebendo 34,8% e "exportando" 23,2% das pessoas que mudaram de distrito de residência em 1980/81 (40) (quadro 17, fig. 23-A e B). Mas, como vemos na figura 23-A, Lisboa apresenta

(40) Os distritos de Lisboa e Setúbal foram considerados em conjunto, em virtude de os movimentos entre eles corresponderem, como já afirmámos, à reorganização da distribuição da população na Área Metropolitana de Lisboa.

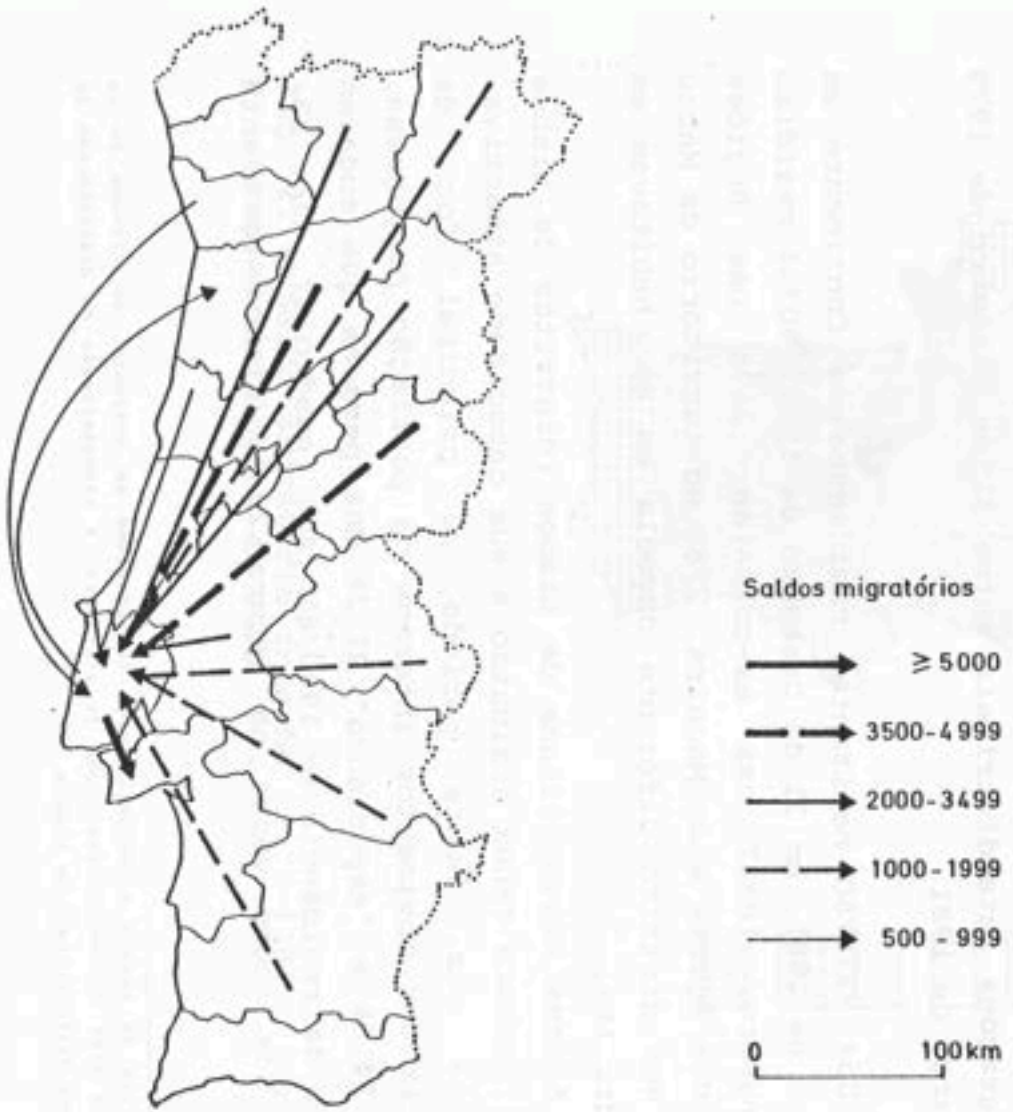


Fig. 22-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: 1974-1981

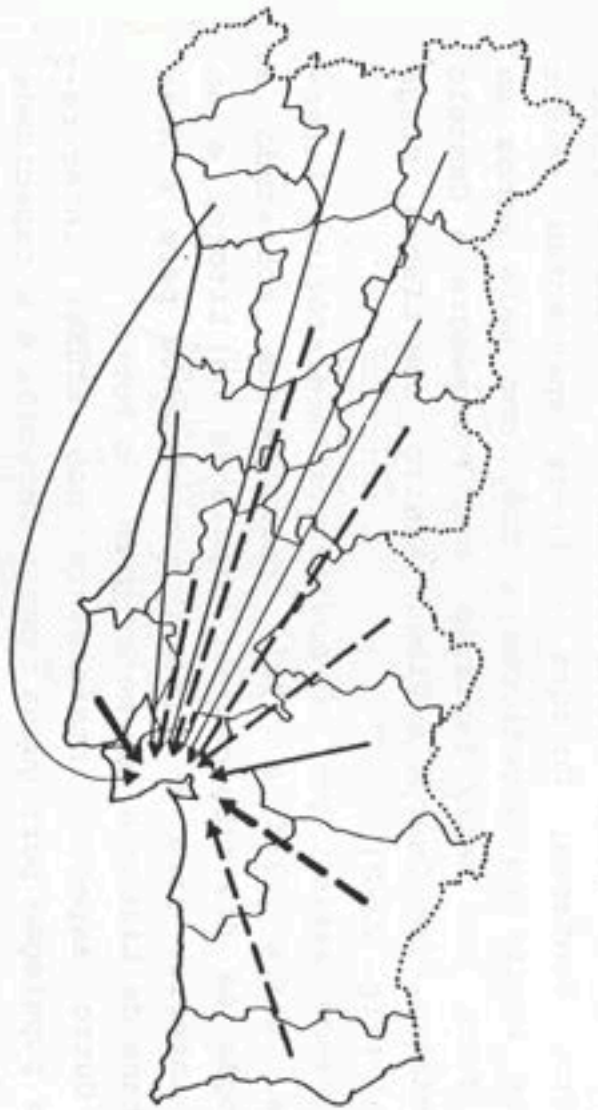


Fig. 22-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: 1974-1981

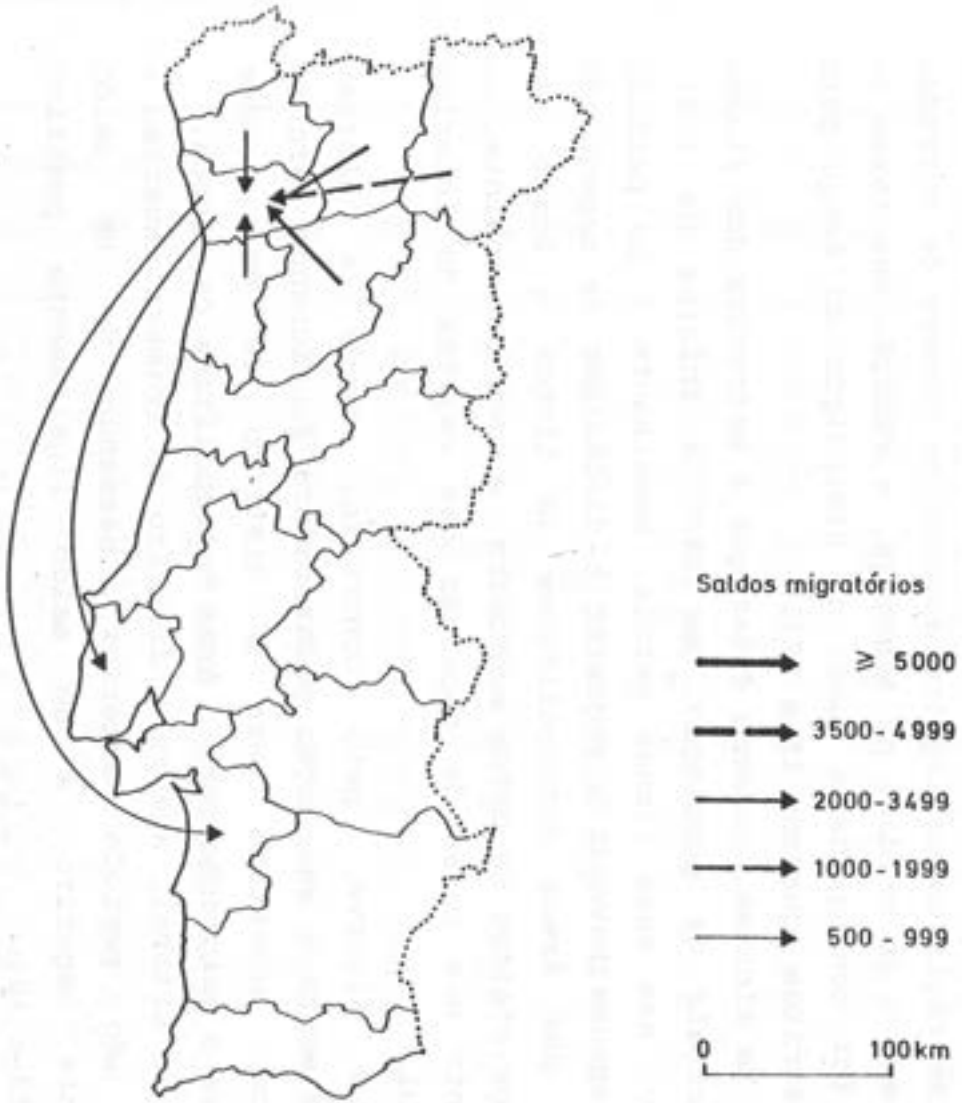


Fig. 22-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: 1974-1981



Fig. 22-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto Lisboa, Porto e Setúbal): 1974-1981

saldos negativos iguais ou superiores a 100 com Faro, Aveiro e Viana do Castelo.

O Porto, em relação ao período analisado anteriormente, também diminuiu a sua capacidade atractiva: o número de entradas, em 1980 e inícios de 1981, representou 11,2% do total de movimentos interdistritais e o número de saídas 9,8%, contra 11,8% e 9,2% entre 1974 e 1981 (quadros 15 e 17).

O Algarve reforçou consideravelmente a sua acção polarizadora apresentando um saldo migratório semelhante ao do distrito do Porto, o que, face à sua população residente, representa um índice de atracção bastante superior ao da capital do Norte (quadro 18 e fig. 23-C e D).

Os distritos do Norte e Centro Interior e do Alentejo continuam a ser os principais alimentadores do crescimento do Litoral. Contudo, enquanto no Norte e Centro Interior se registou um ligeiro aumento no número de entradas e se manteve o de saídas, no Alentejo, a redução das taxas de repulsão foi conseguida à custa da diminuição do êxodo para outros distritos (quadros 15 e 17).

Em síntese, podemos dizer que a estrutura dos fluxos interdistritais da população, em 1980 e inícios de 1981, permaneceu, nas suas linhas gerais, semelhante à do período 1974/81, apenas havendo a registar a diminuição da capacidade atractiva das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em virtude dos efeitos da crise económica, e, por conseguinte, um abrandamento nas taxas de repulsão das regiões do Interior norte e sul.

O Algarve, pelo contrário, tende a alargar substancialmente a sua acção polarizadora funcionando para os alentejanos, sobretudo para o distrito de Beja, como alternativa à emigração para a Área Metropolitana de Lisboa.

No Litoral, apenas o distrito de Coimbra inverteu a tendência do período anterior, passando de um saldo ligeiramente negativo, a um saldo ligeiramente positivo (quadros 13 e 18).

Face à recente diminuição relativa das entradas e ao aumento das saídas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e ao abrandamento da repulsão dos distritos do Interior,

Quadro 16 - População residente no Continente em 16 de Março de 1981, por residência em 31 de Dezembro de 1979

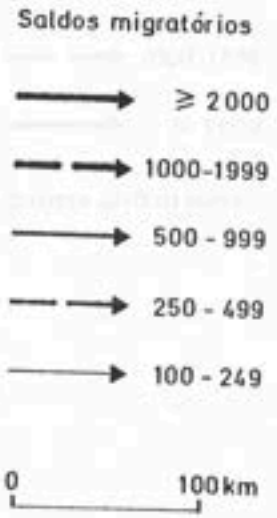
Residência 1981	Residência 1979																	
	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	597677	39	150	63	46	596	40	86	62	78	878	22	1553	109	287	55	83	355	602179
Beja	30	182119	7	7	24	34	248	1021	37	59	1110	43	32	62	1496	15	10	24	186378
Braga	181	15	681379	72	18	95	20	67	38	53	838	20	2484	78	220	392	190	98	686258
Bragança	151	53	172	175790	34	110	49	48	122	88	1025	19	995	73	293	82	238	81	179423
C.Branco	105	34	35	42	226187	296	37	69	204	114	2372	103	109	396	555	12	19	58	230747
Coimbra	689	32	130	88	162	419908	64	106	252	608	1808	69	380	260	437	60	80	456	425589
évora	65	196	22	27	123	54	174555	146	6	70	1045	310	72	245	1131	11	6	30	178114
Faro	73	332	55	12	36	89	109	310484	32	90	1369	49	148	88	900	23	19	27	313935
Guarda	149	25	63	96	306	489	30	50	197787	92	1714	15	338	129	348	36	30	321	202018
Leiria	135	29	65	34	46	619	52	163	57	402945	2136	46	183	785	445	57	18	88	407903
Lisboa	980	771	835	554	1065	1655	729	1707	638	1785	1989067	817	1589	2902	12312	864	871	1584	2020725
Portalegre	40	36	35	5	72	80	264	97	32	61	1092	138255	42	455	528	8	8	18	141128
Porto	1366	53	2167	675	115	406	62	225	178	194	1884	51	1510192	215	595	431	733	581	1520123
Santarém	152	50	87	36	170	297	184	165	49	605	3323	255	198	436718	1017	28	44	98	443476
Setúbal	183	663	89	68	118	295	442	641	68	212	4052	214	266	479	620031	69	41	174	628105
V.Castelo	57	28	481	57	12	37	7	40	21	33	738	3	415	28	224	246690	94	24	248989
V.Real	152	34	377	282	27	116	44	41	54	64	1507	5	1294	56	295	68	253545	201	258162
Viseu	761	51	102	97	70	545	43	86	292	164	2960	22	1182	151	525	63	191	406935	414240
Açores e Madeira	86	25	61	24	30	132	25	105	21	66	1288	29	200	139	382	15	22	48	2698
Ex-colónias	461	52	199	171	109	317	37	288	121	348	5395	59	820	395	1572	115	174	254	10887
Macau	117	74	204	79	58	126	62	104	55	107	698	38	453	155	148	71	123	114	2786
Estrangeiro	6621	718	5302	2697	1932	2573	331	2672	2045	4603	9577	395	7435	2901	2746	2649	2342	3327	60766
TOTAL	610231	185429	692017	180976	230760	428869	177434	318411	202171	412439	2035876	140839	1530380	446719	646487	251814	258881	414896	9164629

Fonte: I.N.E.

Quadro 17 - Mobilidade geográfica: % da população que se movimentou no Continente entre 31 de Dezembro de 1979 e 16 de Março de 1981
Total de movimentos interdistritais (excepto entre Lisboa e Setúbal) = 100 864

	Residência 1979																	
Residência 1981	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb Setú	Port	Porto	Sant	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,03	0,18	0,15	0,10	0,68	0,06	0,07	0,15	0,13	1,15	0,04	1,35	0,15	0,06	0,15	0,75	5,20
Beja	0,04	-	0,01	0,05	0,03	0,03	0,19	0,33	0,02	0,03	1,42	0,04	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	2,40
Braga	0,15	0,01	-	0,17	0,03	0,13	0,02	0,05	0,06	0,06	0,92	0,03	2,15	0,09	0,48	0,37	0,10	4,82
Bragança	0,06	0,01	0,07	-	0,04	0,09	0,03	0,01	0,10	0,03	0,62	0,00	0,67	0,04	0,06	0,28	0,10	2,21
C.Branco	0,05	0,02	0,02	0,03	-	0,16	0,12	0,04	0,30	0,05	1,17	0,07	0,11	0,17	0,01	0,03	0,07	2,42
Coimbra	0,59	0,03	0,09	0,11	0,29	-	0,05	0,09	0,48	0,61	1,93	0,08	0,40	0,29	0,04	0,12	0,54	5,74
évora	0,04	0,25	0,02	0,05	0,04	0,06	-	0,11	0,03	0,05	1,16	0,26	0,06	0,18	0,01	0,04	0,04	2,40
Faro	0,09	1,01	0,07	0,05	0,07	0,11	0,14	-	0,05	0,16	2,33	0,10	0,22	0,16	0,04	0,04	0,09	4,73
Guarda	0,06	0,04	0,04	0,12	0,20	0,25	0,01	0,03	-	0,06	0,70	0,03	0,18	0,05	0,02	0,05	0,29	2,13
Leiria	0,08	0,06	0,05	0,09	0,11	0,60	0,07	0,09	0,09	-	1,98	0,06	0,19	0,60	0,03	0,06	0,16	4,32
Lisboa e Setúbal	1,16	2,58	1,05	1,31	2,90	2,23	2,16	2,25	2,04	2,56	-	1,61	2,46	4,30	0,95	1,79	3,46	34,81
Portalegre	0,02	0,04	0,02	0,02	0,10	0,07	0,31	0,05	0,01	0,05	1,02	-	0,05	0,25	0,00	0,00	0,02	2,03
Porto	1,54	0,03	2,46	0,99	0,11	0,38	0,07	0,15	0,34	0,18	1,84	0,04	-	0,20	0,41	1,28	1,17	11,19
Santarém	0,11	0,06	0,08	0,07	0,39	0,26	0,24	0,09	0,13	0,78	3,35	0,45	0,21	-	0,03	0,06	0,15	6,46
V.Castelo	0,05	0,01	0,39	0,08	0,01	0,06	0,01	0,02	0,04	0,06	0,93	0,01	0,43	0,03	-	0,06	0,06	2,25
V.Real	0,08	0,01	0,19	0,24	0,02	0,08	0,01	0,02	0,03	0,02	0,90	0,01	0,73	0,04	0,09	-	0,19	2,66
Viseu	0,35	0,02	0,10	0,08	0,06	0,45	0,03	0,03	0,32	0,09	1,74	0,02	0,58	0,10	0,02	0,20	-	4,19
TOTAL	4,47	4,21	4,84	3,61	4,50	5,64	3,52	3,43	4,19	4,92	23,16	2,85	9,84	6,70	2,28	4,56	7,24	100,00





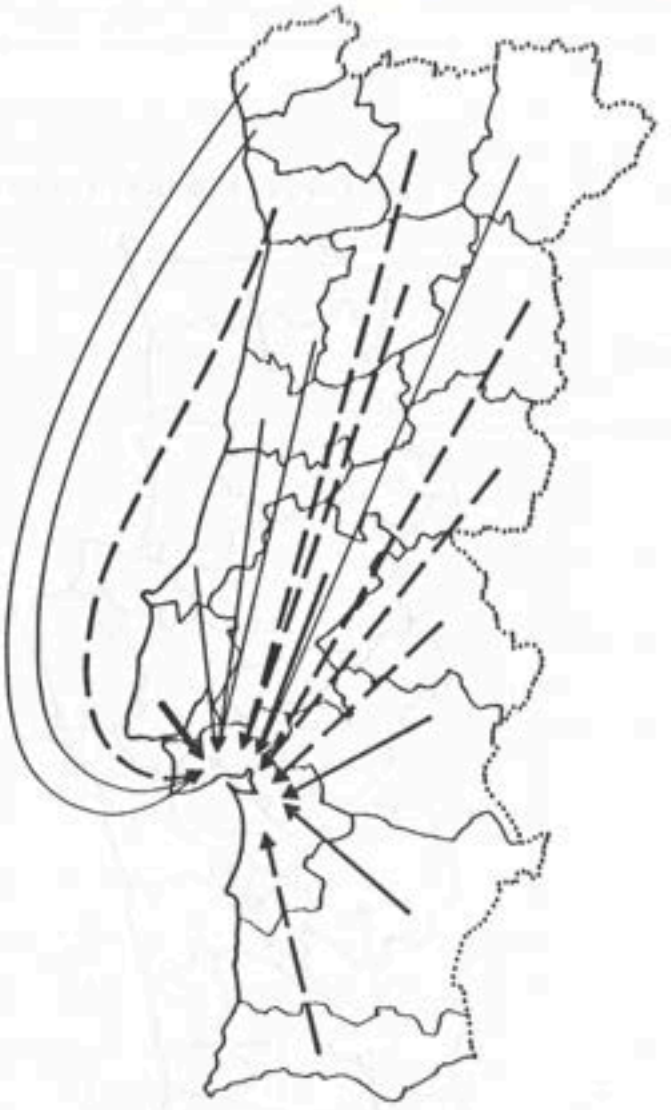


Fig. 23-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: 1980-1981

Fig. 23-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: 1980-1981

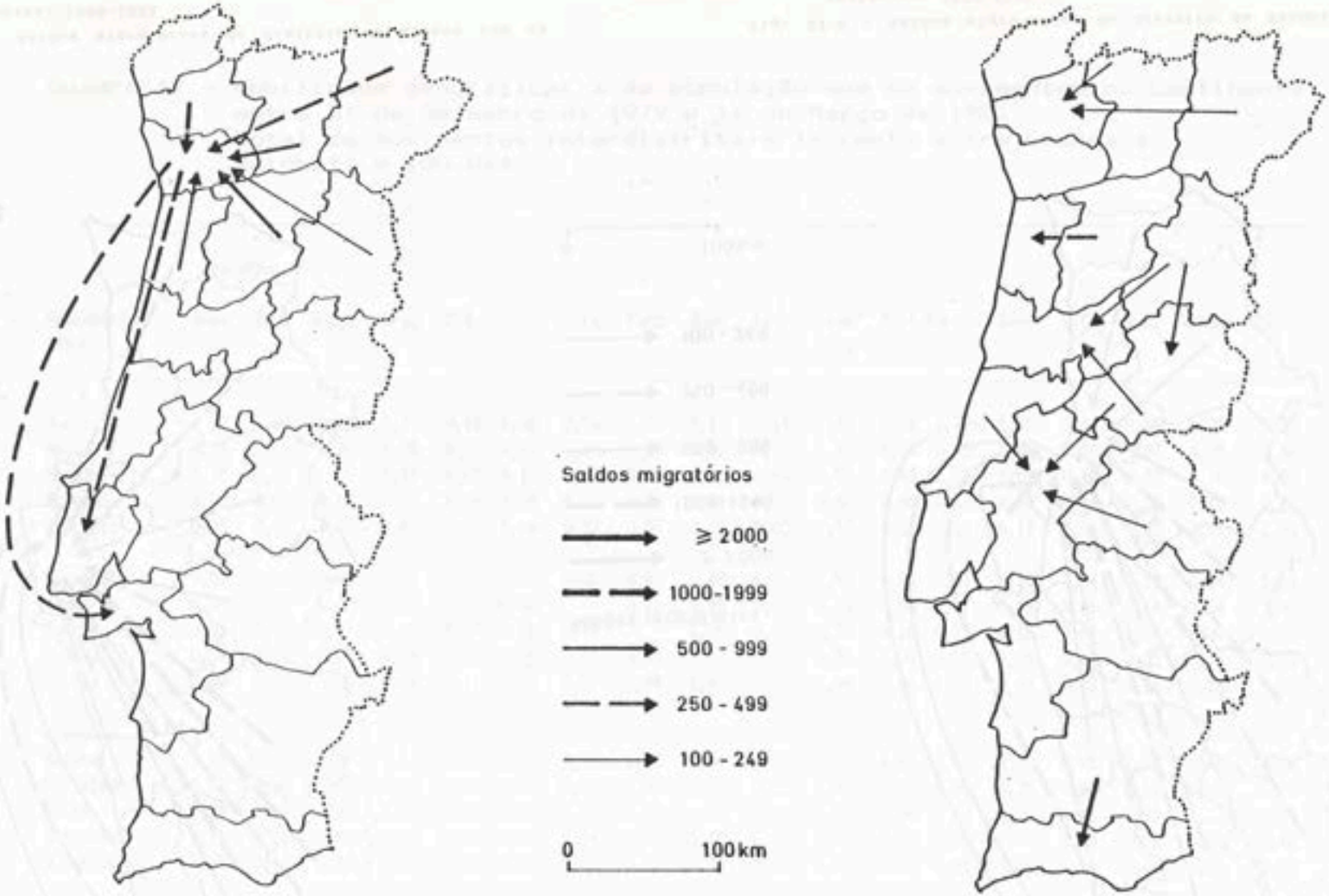


Fig. 23-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: 1980-1981

Fig. 23-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto com Lisboa, Setúbal e Porto): 1980-1981

Quadro 18 - Mobilidade geográfica da população: saldos interdistritais (1979-1981)

De	Para Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu
Aveiro	-																	
Beja	-9	-																
Braga	31	8	-															
Bragança	88	46	100	-														
C.Branco	59	10	17	8	-													
Coimbra	93	-2	35	-22	-134	-												
évora	25	-52	2	-22	86	-10	-											
Faro	-13	-689	-12	-36	-33	-17	-37	-										
Guarda	87	-12	25	-26	102	237	24	18	-									
Leiria	57	-30	12	-54	-68	11	-18	73	-35	-								
Lisboa	102	-339	-3	-471	-1307	-153	-316	338	-1076	-351	-							
Portalegre	18	-7	15	-14	-31	11	-46	48	17	15	275	-						
Porto	-187	21	-317	-320	6	26	-10	77	-160	11	295	9	-					
Santarém	43	-12	9	-37	-226	37	-61	77	-80	-180	421	-200	-17	-				
Setúbal	-104	-833	-131	-225	-437	-142	-689	-259	-280	-233	-8260	-314	-329	-538	-			
V.Castelo	2	13	89	-25	0	-23	-4	17	-15	-24	-126	-5	-16	0	155	-		
V.Real	69	24	187	44	8	36	38	22	24	46	636	-3	561	12	254	-26	-	
Viseu	406	27	4	16	12	89	13	59	-29	76	1376	4	601	53	351	39	-10	-
SALDO	767	-1818	-7	-1418	-2116	132	-1135	1307	-2089	-588	-1807	-810	1349	-247	13534	-25	-1942	-3087

poderia pensar-se que teria tido início um movimento de retorno à região de origem. No entanto, como vemos nos quadros 19 e 20, a estrutura dos movimentos interdistritais da população com 60 e mais anos de idade, quer entre 1974 e 1981, quer entre 1980 e 1981, acompanha bastante de perto a configuração dos movimentos do conjunto dos habitantes (correlações próximas de +1) e, além disso, não se verificam relações significativas entre a naturalidade da população residente em cada distrito e o destino dos seus emigrantes.

Assim, contrariamente ao que acontece com a emigração para a Europa, as migrações internas, têm um carácter definitivo ou, pelo menos, o regresso à terra, após a reforma, é temporário, sendo frequente que, mais tarde, ocorra uma nova migração, sobretudo quando a idade avançada ou o estado de saúde conduzem a uma situação de dependência dos cuidados dos filhos.

A comprovar esta tendência, em 1980 e inícios de 1981, a percentagem de entradas no distrito de Lisboa, da população com 60 e mais anos de idade, foi superior à percentagem do total de imigrantes para o mesmo distrito (32,3 e 25,5% respectivamente) e, em contrapartida, a percentagem de saídas de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre e Santarém foi superior à percentagem do total de saídas.

3.4. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E ACTIVIDADE - ESTRUTURA REGIONAL DOS FLUXOS DA POPULAÇÃO ACTIVA

Como já referimos, o Recenseamento da População de 1970 contém um quadro que indica, para cada distrito, a distribuição da população residente activa com profissão, por ramos de actividade económica, segundo o distrito de residência em 1965.

Apesar das conhecidas deficiências do Censo de 1970 e de estes dados não corresponderem ao total de migrações

Quadro 19 - % de população com 60 e mais anos que se movimentou no Continente
Total de pessoas que se movimentaram = 32 348

Residência 1981	Residência 1973																		
	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,03	0,12	0,06	0,03	0,43	0,01	0,02	0,13	0,06	1,21	0,04	1,00	0,11	0,17	0,05	0,10	0,45	4,02
Beja	0,00	-	0,01	0,01	0,03	0,03	0,18	0,37	0,00	0,02	1,11	0,02	0,01	0,02	0,67	0,00	0,01	0,02	2,51
Braga	0,06	0,02	-	0,10	0,03	0,09	0,02	0,02	0,06	0,02	0,61	0,02	1,54	0,03	0,03	0,31	0,28	0,11	3,35
Bragança	0,02	0,00	0,03	-	0,00	0,04	0,00	0,00	0,02	0,01	0,26	0,00	0,26	0,02	0,02	0,00	0,13	0,06	0,87
C.Branco	0,02	0,03	0,01	0,01	-	0,11	0,03	0,01	0,22	0,05	1,52	0,10	0,03	0,12	0,10	0,00	0,01	0,03	2,40
Coimbra	0,37	0,03	0,04	0,05	0,19	-	0,05	0,06	0,32	0,45	2,92	0,06	0,33	0,17	0,25	0,05	0,08	0,36	5,78
évora	0,02	0,24	0,01	0,00	0,02	0,03	-	0,05	0,00	0,04	0,97	0,27	0,02	0,22	0,43	0,00	0,01	0,02	2,35
Faro	0,02	0,80	0,03	0,02	0,02	0,06	0,07	-	-0,02	0,09	1,30	0,03	0,13	0,05	0,62	0,01	0,02	0,03	3,32
Guarda	0,04	0,02	0,01	0,05	0,13	0,11	0,00	0,01	-	0,02	0,92	0,00	0,16	0,06	0,03	0,01	0,04	0,15	1,76
Leiria	0,06	0,05	0,03	0,04	0,11	0,55	0,06	0,08	0,11	-	2,54	0,07	0,11	0,58	0,19	0,03	0,05	0,12	4,78
Lisboa	0,61	2,06	0,45	0,54	2,56	2,24	1,69	1,51	1,90	2,13	-	1,50	1,18	3,47	2,83	0,59	1,14	2,69	29,09
Portalegre	0,02	0,02	0,00	0,00	0,12	0,03	0,26	0,02	0,02	0,04	1,34	-	0,03	0,21	0,19	0,00	0,01	0,02	2,33
Porto	0,80	0,03	1,68	0,67	0,10	0,32	0,04	0,07	0,27	0,09	1,03	0,04	-	0,13	0,12	0,35	1,04	1,01	7,79
Santarém	0,11	0,08	0,05	0,03	0,41	0,18	0,21	0,08	0,15	0,52	4,01	0,45	0,12	-	0,40	0,03	0,04	0,09	6,96
Setúbal	0,17	1,99	0,07	0,15	0,58	0,42	1,23	1,06	0,34	0,30	5,82	0,55	0,28	0,74	-	0,11	0,17	0,48	14,46
V.Castelo	0,05	0,01	0,21	0,03	0,02	0,04	0,00	0,01	0,02	0,05	1,33	0,01	0,41	0,02	0,04	-	0,03	0,03	2,31
V.Real	0,02	0,00	0,06	0,10	0,00	0,04	0,02	0,01	0,01	0,03	0,63	0,00	0,40	0,00	0,01	0,02	-	0,11	1,46
Viseu	0,15	0,01	0,02	0,05	0,05	0,20	0,04	0,02	0,24	0,05	2,54	0,01	0,57	0,07	0,18	0,02	0,15	-	4,37
TOTAL	2,54	5,42	2,83	1,91	4,40	4,92	3,91	3,40	3,83	3,97	30,06	3,17	6,58	6,02	6,28	1,58	3,31	5,78	100,0

Quadro 20 - % de pessoas com 60 ou mais anos de idade que mudaram de distrito de residência (1979-81)
Nº de pessoas que se movimentou = 12 439

	Residência 1979																	
Residência 1981	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,02	0,08	0,05	0,10	0,40	0,02	0,02	0,13	0,10	1,06	0,01	0,93	0,10	0,16	0,03	0,11	0,55	3,87
Beja	0,02	-	0,02	0,01	0,03	0,06	0,11	0,35	0,01	0,02	1,00	0,01	0,03	0,04	0,65	0,01	0,01	0,00	2,38
Braga	0,03	0,01	-	0,10	0,04	0,06	0,02	0,02	0,10	0,00	0,62	0,02	1,35	0,08	0,04	0,27	0,22	0,10	3,08
Bragança	0,03	0,01	0,02	-	0,01	0,02	0,00	0,00	0,03	0,00	0,27	0,01	0,25	0,01	0,04	0,00	0,15	0,07	0,92
C.Branco	0,02	0,02	0,00	0,01	-	0,11	0,06	0,00	0,22	0,06	1,21	0,10	0,05	0,10	0,10	0,00	0,01	0,02	2,09
Coimbra	0,32	0,02	0,05	0,03	0,18	-	0,04	0,09	0,32	0,46	2,32	0,10	0,38	0,15	0,18	0,07	0,07	0,29	5,07
évora	0,02	0,23	0,00	0,00	0,01	0,04	-	0,03	0,02	0,05	0,78	0,32	0,03	0,23	0,38	0,00	0,02	0,02	2,18
Faro	0,03	0,71	0,02	0,03	0,06	0,06	0,09	-	0,02	0,18	1,41	0,03	0,20	0,10	0,59	0,02	0,03	0,07	3,65
Guarda	0,03	0,02	0,02	0,01	0,14	0,10	0,00	0,02	-	0,01	0,76	0,00	0,17	0,06	0,04	0,01	0,03	0,15	1,57
Leiria	0,05	0,08	0,03	0,05	0,11	0,62	0,07	0,12	0,14	-	1,99	0,06	0,14	0,60	0,23	0,06	0,06	0,14	4,55
Lisboa	0,80	1,62	0,67	0,64	3,01	2,77	1,46	1,66	2,28	2,83	-	1,58	1,29	3,66	3,01	0,68	1,34	2,97	32,27
Portalegre	0,00	0,01	0,02	0,00	0,14	0,03	0,31	0,01	0,02	0,06	1,13	-	0,02	0,23	0,18	0,00	0,00	0,01	2,17
Porto	0,76	0,04	1,59	0,72	0,10	0,32	0,02	0,12	0,31	0,12	1,07	0,02	-	0,14	0,14	0,30	1,00	0,96	7,73
Santarém	0,14	0,04	0,01	0,06	0,47	0,13	0,16	0,09	0,17	0,64	3,17	0,47	0,10	-	0,46	0,01	0,04	0,07	6,23
Setúbal	0,18	1,84	0,13	0,19	0,68	0,50	1,13	1,16	0,43	0,52	5,90	0,62	0,31	0,84	-	0,17	0,22	0,55	15,37
V.Castelo	0,02	0,01	0,21	0,02	0,02	0,04	0,00	0,02	0,02	0,05	0,88	0,02	0,33	0,01	0,02	-	0,00	0,01	1,68
V.Real	0,05	0,00	0,07	0,15	0,01	0,05	0,00	0,03	0,02	0,01	0,53	0,01	0,40	0,00	0,02	0,05	-	0,13	1,53
Viseu	0,18	0,02	0,03	0,02	0,07	0,23	0,04	0,02	0,26	0,06	1,82	0,02	0,64	0,10	0,14	0,00	0,15	-	3,80
TOTAL	2,68	4,70	2,97	2,09	5,18	5,54	3,53	3,76	4,50	5,17	25,92	3,40	6,62	6,45	6,38	1,68	3,46	6,11	100,0

havidas nesse período(41), estes valores constituem um bom indicador dos fluxos inter-regionais da população activa dos diferentes ramos de actividade económica.

O maior e menor índices de mobilidade geográfica corresponderam, respectivamente, aos activos do sector terciário e da agricultura, silvicultura, caça e pesca.

Representando apenas 31,1% da população activa do Continente em 1970, o número de efectivos da administração, do comércio e serviços que mudaram de distrito de residência, entre 1965 e 1970, equivale a 60,3% do total de trabalhadores que se movimentaram nesse período, enquanto a população agrícola originou somente 5,1%.

O elevado grau de mobilidade dos activos do sector terciário resulta da acção de dois processos distintos: 1) mobilidade geográfica, nomeadamente para a Área Metropolitana de Lisboa, acompanhada de mobilidade sectorial - transferência de activos da agricultura para o comércio e serviços(42); 2) Mobilidade geográfica sem mudança de actividade - neste caso há que separar os fluxos migratórios entre os distritos de Lisboa e Setúbal dos restantes, porque as migrações entre estes dois distritos, embora representem 10,5% do total, têm um significado particular por corresponderem apenas à reorganização da distribuição da população na Área Metropolitana de Lisboa, em função dos preços da habitação.

Por sua vez, a maior mobilidade dos activos do terciário, face aos outros sectores, explica-se pelo facto de muitos serviços se encontrarem dispersos por todo o território nacional (serviços públicos, correios e telecomunicações, banca, seguros, transportes, etc.) e, por isso, permitem mudar de residência e de local de trabalho sem que isso implique mudança de profissão ou da entidade empregadora.

A configuração dos fluxos de população activa entre 1965 e 1970 é bastante semelhante à que descrevemos para o

---

(41) Estes dados não consideram todas as mudanças de residência que possam ter ocorrido nesse intervalo de tempo, nem os movimentos de saída e de retorno de indivíduos que estejam no mesmo lugar nos momentos a que se refere o Censo, mas que podem entretanto ter residido noutras áreas ou desempenhado outra actividade, nem incluem as pessoas que começaram a trabalhar depois de 1965 ou que deixaram de trabalhar antes de 15 de Dezembro de 1970.

(42) Os activos que deixam o sector agrícola dirigem-se também para a construção civil e indústrias transformadoras.

período 1974-81. Apenas o Porto, Aveiro, Leiria e Setúbal têm saldos migratórios internos positivos, recebendo 79,3% e exportando 32,9% dos 94495 activos que mudaram de distrito de residência nesse período.

Para a população feminina somente as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto registaram atracções líquidas, atraindo 78,2% do total de entradas e originando apenas 20,9% das saídas(43).

Lisboa foi o distrito com maior capacidade atractiva representando saldos migratórios positivos com todos os outros, excepto com Setúbal, o que equivale a um saldo global de 26725 activos, ou seja, 42,6% das entradas e 14,3% das saídas.

O Porto tem uma área de atracção bastante mais restrita do que a região da Capital, limitando a sua influência aos distritos que lhe ficam mais próximos e, mesmo aí, a sua acção polarizadora apenas no caso de Braga é superior à de Lisboa (quadros 21 e 22, fig. 24-A, B e C).

Fora das duas Áreas Metropolitanas somente Aveiro, Leiria e Santarém registam saldos migratórios iguais ou superiores a 100, com pelo menos dois distritos, regra geral os que lhe ficam mais próximos (fig. 24-D).

A orientação dos fluxos migratórios que acabámos de descrever parece ajustar-se a um padrão de desenvolvimento regional do tipo centro-periferia (44). No entanto, só uma análise mais desagregada das transferências inter-regionais e intersectoriais da mão-de-obra, associada às transformações na estrutura do emprego e na composição social da população das diferentes áreas, permitirá definir e compreender melhor a inserção de cada região na divisão territorial do trabalho.

O padrão de mobilidade geográfica dos activos das indústrias transformadoras, construção civil e sector terciário e a composição, por ramos de actividade (Classificação das Actividades Económicas - C.A.E.), das entradas e saídas de activos em cada distrito constituem um

(43) Um número significativo das mulheres que "emigravam para as cidades de Lisboa e Porto, vinha trabalhar como empregadas domésticas".

(44) Veja-se a este propósito: JENSEN-BUTLER e PIRES (1983).

Quadro 21 - Mobilidade Geográfica da população activa: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970)
Total das pessoas que mudaram de distrito de residência = 94 495

	Residência 1965																	
Residência 1970	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,03	0,33	0,08	0,07	0,35	0,03	0,02	0,07	0,12	0,39	0,02	1,04	0,14	0,06	0,10	0,28	0,79	3,92
Beja	0,02	-	0,03	0,01	0,04	0,04	0,34	0,12	0,02	0,03	0,25	0,04	0,03	0,05	0,22	0,02	0,02	0,03	1,31
Braga	0,11	0,03	-	0,04	0,01	0,11	0,01	0,00	0,04	0,01	0,25	0,03	1,20	0,05	0,04	0,32	0,17	0,03	2,45
Bragança	0,02	0,01	0,01	-	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01	0,02	0,06	0,00	0,16	0,01	0,02	0,01	0,15	0,07	0,57
C.Branco	0,03	0,01	0,02	0,03	-	0,13	0,03	0,02	0,22	0,02	0,50	0,12	0,03	0,12	0,05	0,00	0,02	0,03	1,38
Coimbra	0,34	0,03	0,05	0,05	0,13	-	0,08	0,02	0,16	0,32	0,64	0,04	0,19	0,12	0,04	0,01	0,04	0,35	2,61
évora	0,01	0,20	0,00	0,01	0,02	0,03	-	0,02	0,02	0,02	0,37	0,21	0,01	0,14	0,20	0,01	0,00	0,01	1,28
Faro	0,07	0,74	0,01	0,02	0,02	0,08	0,07	-	0,01	0,06	0,72	0,04	0,03	0,08	0,32	0,01	0,04	0,04	2,36
Guarda	0,03	0,02	0,00	0,02	0,15	0,13	0,03	0,01	-	0,01	0,31	0,02	0,05	0,03	0,02	0,01	0,04	0,14	1,02
Leiria	0,07	0,06	0,04	0,04	0,14	0,65	0,04	0,04	0,13	-	0,87	0,15	0,13	0,69	0,10	0,02	0,13	0,12	3,42
Lisboa	0,71	3,73	1,10	0,76	3,30	2,52	3,11	1,79	1,83	1,88	-	2,68	2,13	4,84	4,36	0,94	2,13	4,77	42,58
Portalegre	0,00	0,06	0,02	0,01	0,06	0,03	0,17	0,01	0,02	0,03	0,30	-	0,06	0,17	0,04	0,00	0,00	0,02	1,00
Porto	1,44	0,05	3,84	0,97	0,11	0,57	0,05	0,07	0,40	0,13	1,52	0,05	-	0,12	0,14	0,56	1,72	1,94	13,68
Santarém	0,08	0,08	0,08	0,07	0,31	0,20	0,21	0,05	0,06	0,32	1,11	0,56	0,15	-	0,19	0,02	0,06	0,06	3,61
Setúbal	0,14	2,71	0,10	0,08	0,38	0,43	1,48	0,94	0,24	0,20	6,29	0,78	0,27	0,70	-	0,06	0,14	0,80	15,74
V.Castelo	0,04	0,01	0,26	0,02	0,01	0,04	0,00	0,00	0,01	0,01	0,22	0,00	0,25	0,01	0,01	-	0,02	0,03	0,94
V.Real	0,03	0,04	0,08	0,12	0,00	0,04	0,00	0,02	0,03	0,02	0,21	0,01	0,33	0,01	0,02	0,03	-	0,12	1,11
Viseu	0,11	0,02	0,04	0,03	0,04	0,16	0,01	0,02	0,11	0,01	0,33	0,03	0,20	0,02	0,04	0,03	0,08	-	1,28
TOTAL	3,25	7,83	6,01	2,36	4,79	5,53	5,66	3,15	3,38	3,21	14,34	4,78	6,26	7,30	5,87	2,15	5,04	9,35	100,00

Quadro 22 - Mobilidade geográfica da população activa: saldos interdistritais (1965-1970)

De	Para Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu
Aveiro	-																	
Beja	15	-																
Braga	215	0	-															
Bragança	60	5	30	-														
C.Branco	40	30	-15	-25	-													
Coimbra	15	15	55	-30	5	-												
évora	20	140	5	-5	10	55	-											
Faro	-55	-585	-10	-15	-5	-55	-50	-										
Guarda	40	0	35	-5	65	25	-5	0	-									
Leiria	40	-35	-25	-25	-115	-315	-20	20	-110	-								
Lisboa	-305	-3290	-805	-660	-2695	-1780	-2585	-1010	-1435	-955	-							
Portalegre	20	-20	10	-5	55	15	35	25	-5	115	2250	-						
Porto	-380	-15	-2490	-760	-70	-365	-35	-40	-330	0	570	15	-					
Santarém	55	-35	-35	-60	-185	-80	-65	35	-35	345	3525	-365	-25	-				
Setúbal	-75	-2350	-55	-60	-315	-370	-1210	-585	-210	-95	-1825	-695	-120	-490	-			
V.Castelo	60	10	55	-10	-5	-30	5	5	0	10	675	0	285	5	50	-		
V.Real	230	-15	85	25	15	0	0	25	15	105	1815	-5	1315	50	110	-10	-	
Viseu	650	10	-10	45	-10	175	5	20	30	100	4195	-10	1640	40	715	-5	40	-
SALDO TOTAL	645	-6150	-3385	-1685	-3280	-2785	-4150	-730	-2235	210	26725	-3555	6995	-3470	9330	-1130	-3720	-7630

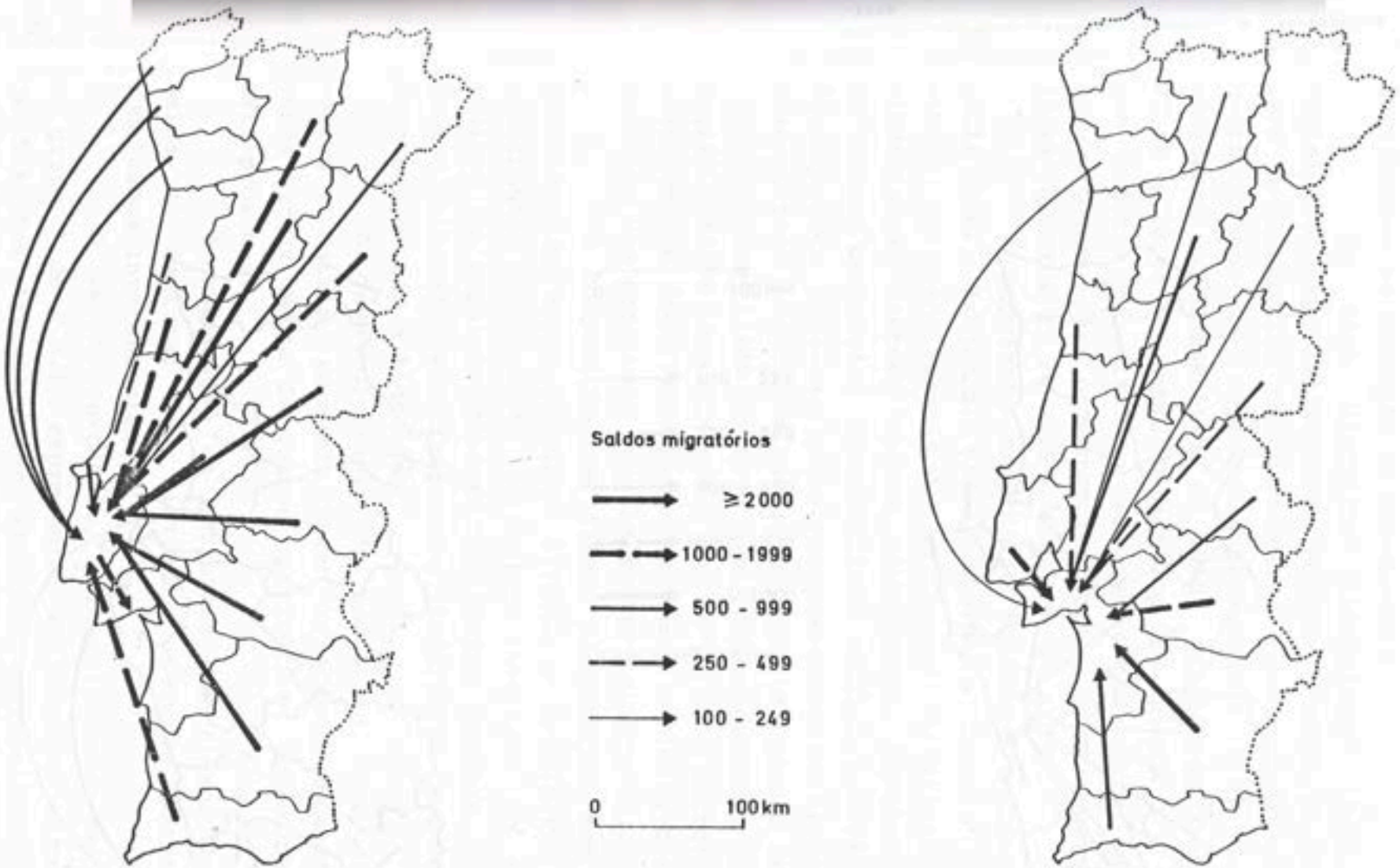


Fig. 24-A - Saldos migratórios da população activa: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970)

Fig. 24-B - Saldos migratórios da população activa: distrito de Setúbal com os restantes (1965-1970)



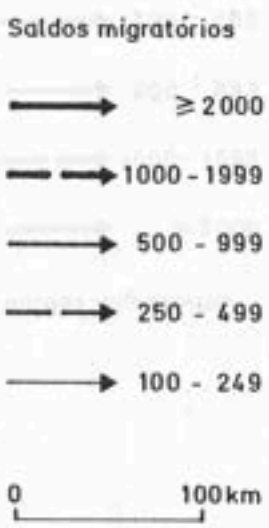




Fig. 24-C - Saldos migratórios da população activa: distrito do Porto com os restantes (1965-1970)

Fig. 24-D - Saldos migratórios interdistritais da população activa (excepto Lisboa, Setúbal e Porto): 1965--1970

bom indicador da relativa especialização das regiões periféricas na produção de mão-de-obra.

Os três distritos alentejanos (Beja, Évora e Portalegre) especializaram-se no fornecimento de trabalhadores para as indústrias transformadoras e construção civil da Área Metropolitana de Lisboa. Representando 8,3% da população residente no Continente em 1960, originaram respectivamente 22,5% e 28,6% do total de activos dos grupos 3 e 5 da C.A.E. que mudaram de distrito de residência entre 1965 e 1970, enquanto que, para o sector terciário, contribuíram apenas com 14,4% (quadros 23,24 e 25 e fig. 25, 26 e 27).

A população originária do Norte e Centro Interior (Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco), com níveis de analfabetismo um pouco inferiores aos dos alentejanos, exerce, na sua maior parte, funções subalternas do sector terciário: funcionalismo público (contínuos, forças de segurança pública, bombeiros, serviços de limpeza urbana), transportes, comércio e serviços pessoais (quadro 26).

Dos 23485 activos que, neste período, saíram desta região, 64,7% trabalhavam, em 1970, no sector terciário, enquanto que dos 17205 que abandonaram o Alentejo apenas 47,4% exerciam uma profissão naquele sector (quadro 26).

A composição dos fluxos migratórios com origem nos distritos do Norte e Centro Litoral e no Algarve é bastante semelhante à do Norte e Centro Interior. No entanto, os índices de repulsão demográfica destas regiões, sobretudo do Centro Litoral, são largamente inferiores aos de Trás-os--Montes, Beiras e Alentejo.

O desenvolvimento da indústria, nos distritos de Aveiro e Leiria, permitiu fixar os efectivos deste sector e ainda atrair gente de outros territórios, sobretudo das áreas mais próximas.

A comparação da estrutura dos fluxos de entrada e saída de activos, nos distritos, permite extrair algumas conclusões interessantes:

O sector terciário, particularmente as actividades do grupo 9 da C.A.E. representa, em ambas as situações, mais de 50% dos trabalhadores atraídos e repelidos. Constituem excepção a esta regra, Beja, Évora, Braga, Leiria e Setúbal.

Quadro 23 - Mobilidade geográfica da população activa das indústrias transformadoras: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970)
Total de activos das indústrias transformadoras que mudaram de distrito de residência = 19 625

	Residência 1965																	
Residência 1970	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,00	0,43	0,08	0,03	0,28	0,03	0,03	0,10	0,15	0,56	0,10	2,01	0,20	0,05	0,03	0,36	1,58	6,02
Beja	0,00	-	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,03	0,08	0,15	0,03	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,55
Braga	0,10	0,03	-	0,03	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,05	2,29	0,03	0,03	0,33	0,10	0,03	3,38
Bragança	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,05	0,03	0,11
C.Branco	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,13	0,03	0,00	0,18	0,05	0,36	0,08	0,03	0,13	0,10	0,00	0,00	0,00	1,09
Coimbra	0,23	0,05	0,03	0,03	0,08	-	0,23	0,00	0,13	0,20	0,71	0,00	0,15	0,00	0,05	0,00	0,03	0,05	1,97
évora	0,03	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,28	0,05	0,00	0,05	0,08	0,00	0,00	0,00	0,57
Faro	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,05	0,13	-	0,00	0,03	0,28	0,03	0,00	0,03	0,20	0,00	0,00	0,03	1,14
Guarda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,03	0,00	0,00	-	0,00	0,20	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	0,08	0,47
Leiria	0,15	0,15	0,03	0,05	0,36	1,22	0,03	0,00	0,20	-	0,79	0,38	0,31	1,22	0,13	0,00	0,31	0,20	5,53
Lisboa	0,54	5,38	0,59	0,41	2,57	1,48	3,90	1,27	1,30	1,22	-	3,62	1,66	3,82	4,28	0,41	1,32	3,52	37,29
Portalegre	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	0,00	0,00	0,13	-	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29
Porto	1,55	0,05	4,87	0,41	0,15	0,61	0,05	0,15	0,33	0,13	1,91	0,10	-	0,20	0,33	0,54	1,50	1,91	14,79
Santarém	0,00	0,05	0,05	0,03	0,18	0,08	0,23	0,05	0,03	0,10	0,87	0,46	0,18	-	0,23	0,00	0,05	0,05	2,64
Setúbal	0,20	4,03	0,08	0,05	0,46	0,48	1,83	1,27	0,36	0,18	8,76	0,89	0,33	1,32	-	0,10	0,23	2,73	23,30
V.Castelo	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,08	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,26
V.Real	0,00	0,00	0,08	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,27
Viseu	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	0,10	0,00	0,00	0,05	0,00	0,18	0,00	0,03	0,00	0,05	0,00	0,05	-	0,52
TOTAL	2,83	10,21	6,21	1,12	3,99	4,57	6,51	2,83	2,74	2,14	15,59	5,79	7,20	7,15	5,66	1,44	4,00	10,21	100,00

Quadro 24 - Mobilidade geográfica dos activos da construção civil e obras públicas: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970)
Activos da construção civil e obras públicas que mudaram de distrito de residência = 7 835

	Residência 1965																		
Residência 1970	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,06	0,13	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,19	0,00	1,02	0,06	0,00	0,13	0,06	0,57	2,47
Beja	0,00	-	0,26	0,00	0,00	0,06	0,00	0,06	0,00	0,00	0,13	0,00	0,06	0,13	0,13	0,00	0,00	0,00	0,83
Braga	0,06	0,06	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,26	0,06	1,34	0,00	0,06	0,32	0,19	0,00	2,41
Bragança	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,38
C.Branco	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,06	0,00	0,00	0,13	0,00	0,51	0,00	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	0,06	0,95
Coimbra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	0,13	0,13	0,13	0,00	0,00	0,19	0,77
évora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,06	0,00	0,26	0,19	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57
Faro	0,00	0,96	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	-	0,06	0,06	0,70	0,00	0,06	0,06	0,26	0,00	0,00	0,00	2,22
Guarda	0,00	0,06	0,00	0,00	0,13	0,00	0,06	0,00	-	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63
Leiria	0,06	0,00	0,00	0,00	0,06	0,38	0,06	0,00	0,06	-	0,64	0,00	0,06	0,77	0,13	0,00	0,06	0,00	2,28
Lisboa	0,32	6,51	1,21	0,45	2,04	1,53	4,28	1,72	1,40	1,28	-	4,15	1,15	8,10	4,02	1,60	4,72	6,38	50,86
Portalegre	0,00	0,32	0,00	0,06	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,13	-	0,57	0,38	0,06	0,00	0,00	0,00	1,71
Porto	0,64	0,06	1,53	0,26	0,00	0,19	0,00	0,00	0,19	0,00	0,32	0,00	-	0,26	0,19	0,26	1,08	1,34	6,32
Santarém	0,00	0,06	0,19	0,00	0,13	0,00	0,06	0,06	0,06	0,45	1,21	0,38	0,00	-	0,19	0,00	0,00	0,00	2,79
Setúbal	0,00	6,25	0,13	0,13	0,19	0,45	2,87	1,28	0,32	0,38	5,30	1,47	0,45	0,89	-	0,00	0,32	0,19	20,62
V.Castelo	0,00	0,06	0,13	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,00	0,32	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1,08
V.Real	0,00	0,38	0,00	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,83	0,00	0,13	0,00	-	0,32	2,05
Viseu	0,00	0,13	0,32	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,13	0,13	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,96
TOTAL	1,08	14,91	3,90	1,03	2,85	2,67	7,33	3,12	2,34	2,55	11,25	6,38	6,18	11,03	5,30	2,31	6,43	9,24	100,00

Quadro 25 - Mobilidade geográfica dos activos do sector terciário:
% de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970)
Activos que mudaram de distrito de residência = 56 950

	Residência 1965																	
Residência 1970	Avei	Beja	Braga	Brag	C.B.	Coim	évora	Faro	Guar	Leir	Lisb	Port	Porto	Sant	Setú	V.C.	V.R.	Viseu	TOTAL
Aveiro	-	0,04	0,32	0,11	0,10	0,38	0,03	0,02	0,08	0,11	0,37	0,00	0,71	0,14	0,07	0,11	0,23	0,56	3,38
Beja	0,03	-	0,01	0,02	0,04	0,04	0,13	0,14	0,02	0,02	0,30	0,04	0,04	0,02	0,17	0,03	0,03	0,04	1,12
Braga	0.09	0,01	-	0,05	0,01	0,13	0,01	0,00	0,06	0,01	0,21	0,02	0,74	0,07	0,04	0,26	0,14	0,04	1,89
Bragança	0,04	0,01	0,01	-	0,00	0,03	0,00	0,00	0,02	0,03	0,06	0,00	0,23	0,01	0,02	0,01	0,18	0,05	0,70
C.Branco	0,04	0,01	0,04	0,04	-	0,13	0,03	0,03	0,21	0,00	0,47	0,11	0,04	0,12	0,04	0,00	0,02	0,04	1,37
Coimbra	0,43	0,03	0,07	0,06	0,18	-	0,05	0,03	0,19	0,43	0,72	0,07	0,23	0,17	0,03	0,01	0,04	0,48	3,22
évora	0,01	0,18	0,00	0,01	0,03	0,04	-	0,03	0,03	0,03	0,39	0,23	0,02	0,13	0,16	0,01	0,00	0,02	1,32
Faro	0,11	0,60	0,01	0,03	0,03	0,10	0,08	-	0,00	0,05	0,90	0,05	0,04	0,07	0,31	0,01	0,06	0,05	2,50
Guarda	0,02	0,03	0,00	0,03	0,17	0,19	0,03	0,01	-	0,02	0,32	0,03	0,05	0,04	0,04	0,01	0,07	0,15	1,21
Leiria	0,05	0,04	0,05	0,05	0,09	0,48	0,04	0,03	0,12	-	0,93	0,09	0,07	0,54	0,07	0,03	0,04	0,10	2,82
Lisboa	0,89	2,80	1,34	1,00	3,92	3,16	2,81	1,99	2,12	2,32	-	2,19	2,50	4,75	4,53	1,13	2,16	5,14	44,75
Portalegre	0,00	0,04	0,03	0,00	0,09	0,04	0,14	0,001	0,04	0,03	0,36	-	0,02	0,14	0,06	0,00	0,00	0,03	1,03
Porto	1,62	0,05	3,90	1,09	0,12	0,66	0,05	0,04	0,47	0,18	1,74	0,04	-	0,09	0,07	0,67	2,05	2,12	14,96
Santarém	0,11	0,10	0,07	0,08	0,37	0,22	0,17	0,05	0,06	0,35	1,09	0,54	0,15	-	0,14	0,03	0,08	0,05	3,66
Setúbal	0,13	1,57	0,12	0,09	0,37	0,46	1,12	0,81	0,22	0,19	5,99	0,67	0,22	0,43	-	0,06	0,08	0,25	12,78
V.Castelo	0,05	0,00	0,35	0,04	0,00	0,05	0,00	0,00	0,02	0,02	0,17	0,00	0,30	0,00	0,01	-	0,02	0,04	1,07
V.Real	0,04	0,01	0,07	0,11	0,00	0,04	0,00	0,02	0,04	0,03	0,17	0,01	0,34	0,02	0,01	0,04	-	0,15	1,10
Viseu	0,12	0,01	0,02	0,02	0,04	0,20	0,00	0,01	0,11	0,02	0,35	0,04	0,28	0,03	0,04	0,04	0,04	-	1,37
TOTAL	3,78	5,53	6,41	2,83	5,56	6,35	4,69	3,22	3,81	3,84	14,54	4,13	5,98	6,77	5,81	2,45	5,24	9,31	100,00

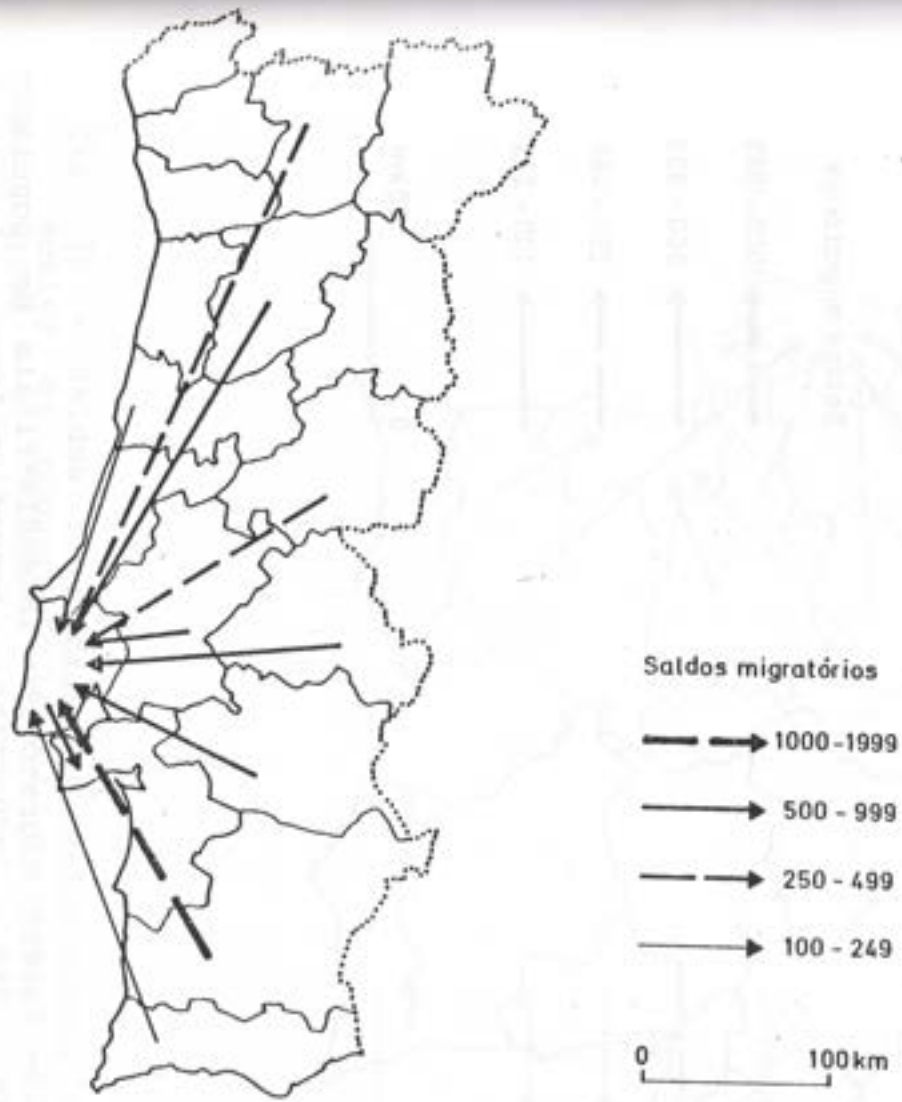




Fig. 25-A - Saldos migratórios da população activa das indústrias transformadoras: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970)

Fig. 25-B - Saldos migratórios da população activa das indústrias transformadoras: distrito de Setúbal com os restantes (1965-1970)

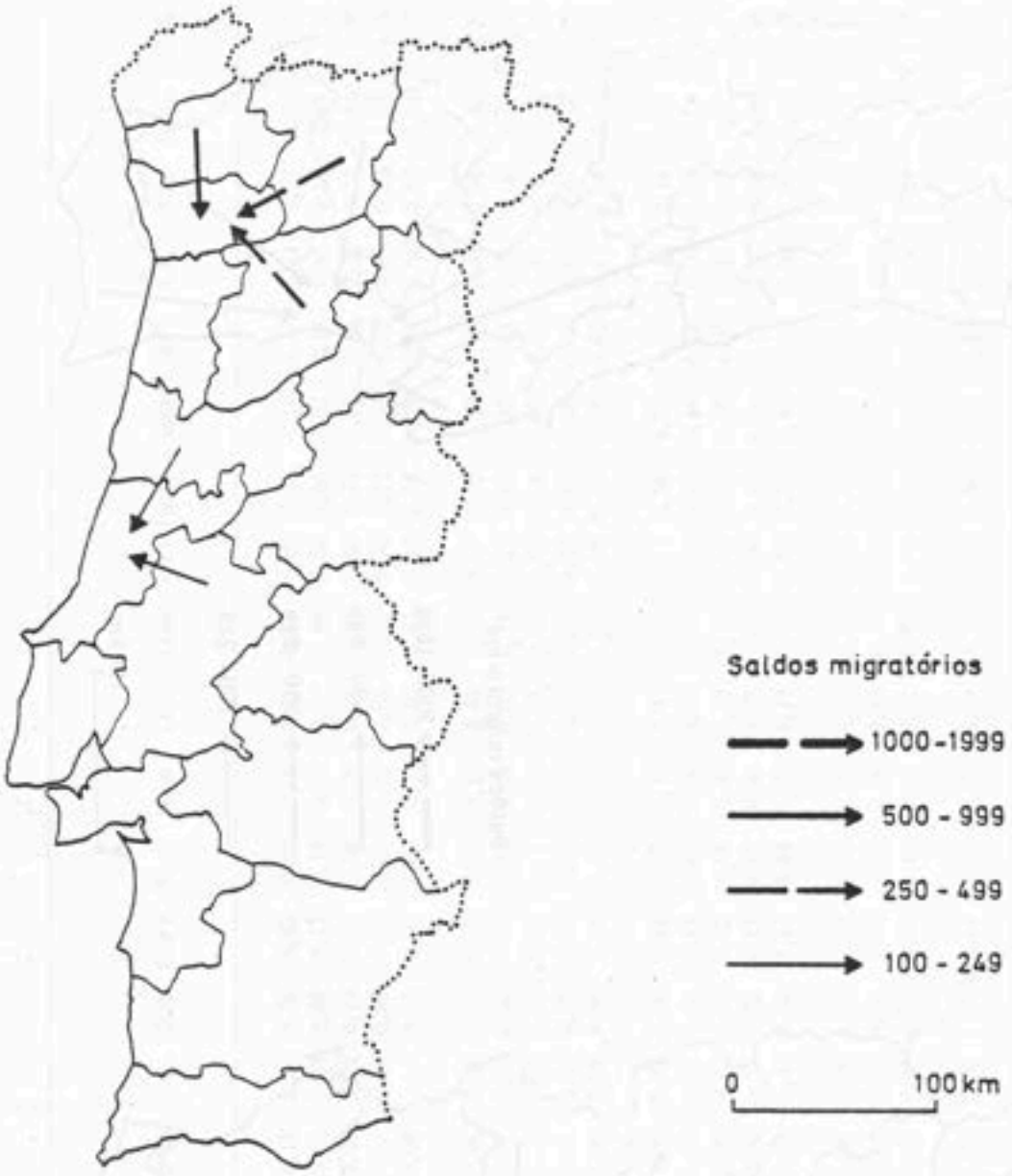


Fig. 25-C - Saldos migratórios interdistritais da população activa das indústrias transformadoras (excepto, Lisboa, Setúbal e Porto): 1965-1970



Fig. 26 - Saldos migratórios interdistritais da população activa da construção civil e obras públicas: 1965--1970

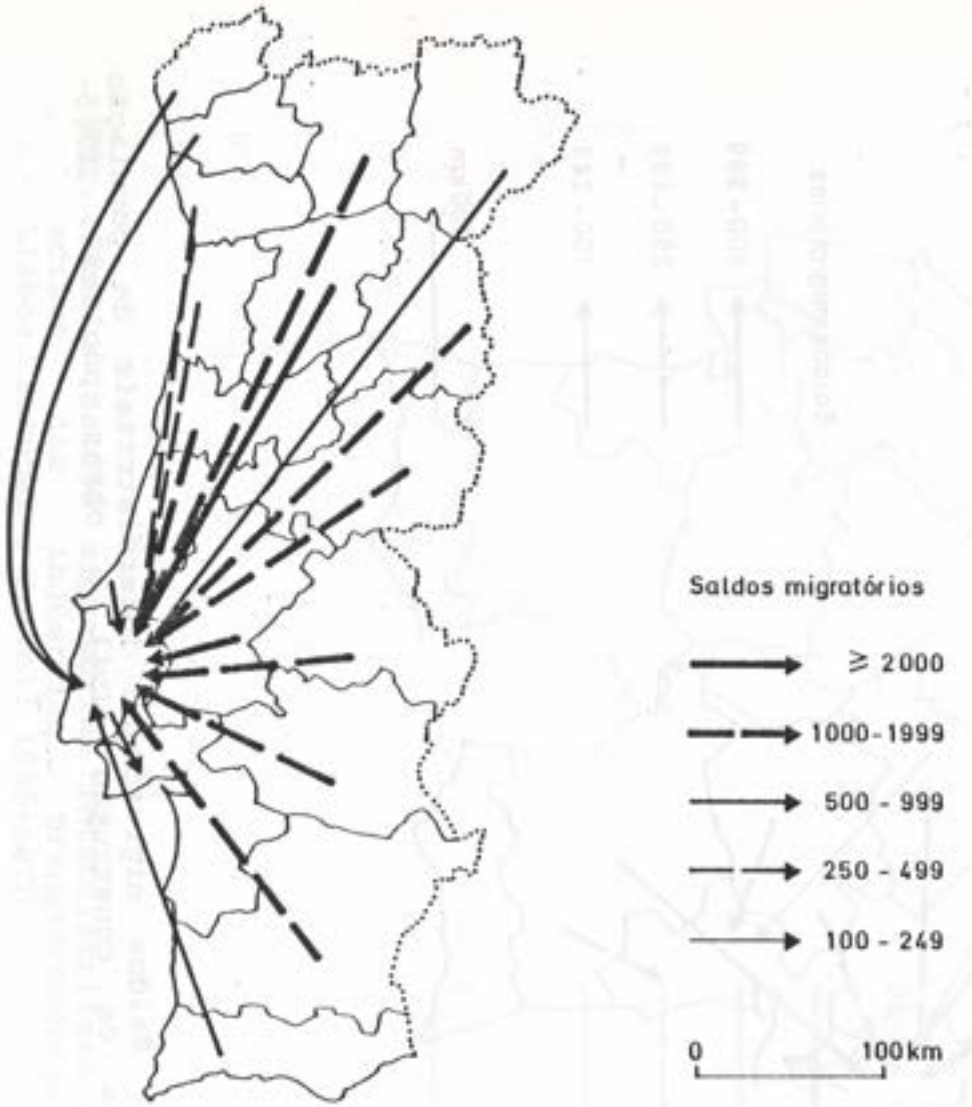


Fig. 27-A - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970)



Fig. 27-B - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito de Setúbal com os restantes (1965-1970)

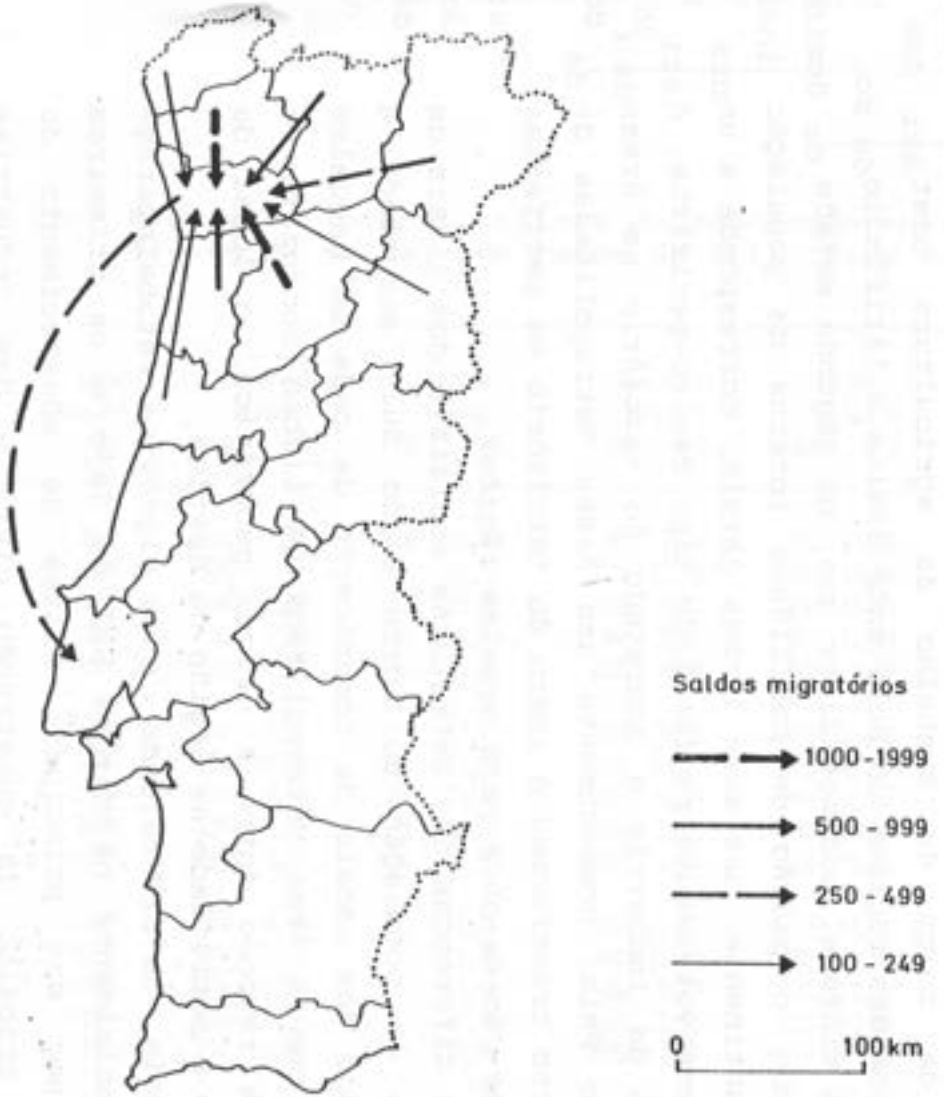


Fig. 27-C - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito do Porto com os restantes (1965-1970)



Fig. 27-D - Saldos migratórios interdistritais da população activa do sector terciário (excepto Lisboa, Setúbal e Porto): 1965-1970

Nos dois primeiros casos, o terciário equivale apenas e respectivamente a 42,5% e 49,8% do total de saídas e, nos três últimos, o número de entradas naquele sector representa somente e pela ordem indicada, 46,9, 49,8 e 48,9% da mão-de-obra imigrada entre 1965 e 1970.

O desenvolvimento da indústria em algumas áreas dos distritos de Aveiro, Braga, Leiria e Setúbal explica a grande importância dos activos neste ramo de actividade no total de mão-de-obra atraída por estas regiões.

Outro aspecto que sobressai da análise dos quadros 26 e 27 e traduz bem o fraco grau de industrialização e terciarização e o forte nível de proletarização dos trabalhadores rurais do Alentejo, é o peso extremamente elevado da mão-de-obra agrícola no conjunto dos activos provenientes de outras regiões no período em estudo.

No norte e centro interior do País, a dominância da pequena exploração camponesa reflecte-se em índices de mobilidade da força de trabalho da agricultura bastante inferiores aos das regiões do Sul, onde domina o latifúndio.

Em síntese, podemos dizer que, na segunda metade dos anos sessenta, o padrão de mobilidade interna da população activa do Continente, nas suas linhas gerais, corresponde a um modelo de desenvolvimento regional do tipo centro-periferia. A concentração da indústria e sobretudo do terciário em áreas restritas do País, nomeadamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto transformou o resto do território em periferias produtoras de mão-de-obra para aquelas regiões.

As diferenças das estruturas sociais e dos níveis de qualificação da população do Norte e do Sul, associada à especificidade dos canais de comunicação de cada um daqueles territórios com a Área Metropolitana de Lisboa conduziram a uma estreita relação entre a origem geográfica, o local de residência e a actividade na região de destino.

Assim, os alentejanos e os algarvios estabeleceram-se preferencialmente na Margem Sul do Tejo e os primeiros constituem uma das principais fontes de abastecimento do mercado de trabalho da construção civil e das indústrias transformadoras da região da Capital.

Quadro 26 - Migrações interdistritais da população activa (1965-1970) - fluxos de saída, por ramos de actividade económica

Distritos	Total Pop.Act. nº	Pop.Act. Grupo 1 nº	%	Pop.Act Grupo 3 nº	%	Pop.Act. Grupo 5 nº	%	Pop.Act. Grupo 6 nº	%	Pop.Act. Grupo 7 nº	%	Pop.Act. Grupo 8 nº	%	Pop.Act. Grupo 9 nº	%	Pop.Act. Tercário nº	%
Aveiro	3060	130	4,25	555	18,14	85	2,78	355	11,60	190	6,21	160	5,23	1450	47,39	2155	70,42
Beja	7375	575	7,80	2000	27,12	1170	15,86	780	10,58	395	5,36	150	2,03	1810	24,54	3135	42,51
Braga	5675	315	5,55	1215	21,41	305	5,37	890	15,68	160	2,82	140	2,47	2455	43,26	3645	64,22
Bragança	2210	55	2,49	215	9,73	80	3,62	285	12,90	155	7,01	60	2,71	1095	49,55	1595	72,17
C.Branco	4505	70	1,55	780	17,31	225	4,99	445	9,88	610	13,54	195	4,33	1900	42,18	3150	69,92
Coimbra	5230	240	4,59	895	17,11	210	4,02	680	13,00	350	6,69	270	5,16	2320	44,36	3620	69,22
évora	5340	590	11,05	1275	23,88	575	10,77	550	10,30	475	8,90	215	4,03	1420	26,59	2660	49,81
Faro	2955	130	4,40	555	18,78	245	8,29	340	11,51	320	10,83	190	6,43	975	32,99	1825	61,76
Guarda	3185	130	4,08	535	16,80	185	5,81	340	10,68	245	7,69	135	4,24	1450	45,53	2170	68,13
Leiria	3015	100	3,32	420	13,93	200	6,63	410	13,60	180	5,97	140	4,64	1440	47,76	2170	71,97
Lisboa	13495	595	4,41	3060	22,68	880	6,52	20,50	15,19	1190	8,82	810	6,00	4220	31,27	8270	61,28
Portalegre	4490	250	5,57	1130	25,17	500	11,14	445	9,91	515	11,47	125	2,78	1270	28,29	2355	52,45
Porto	5925	250	4,22	1410	23,80	485	8,19	770	13,00	290	4,89	250	4,22	2085	35,19	3395	57,30
Santarém	6890	440	6,39	1405	20,39	865	12,55	725	10,52	550	7,98	270	3,92	2300	33,38	3845	55,81
Setúbal	5555	335	6,03	1110	19,98	415	7.47	840	15,12	415	7,47	305	5,49	1735	31,23	3295	59,32
V.Castelo	2005	90	4,49	280	13,97	180	8,98	300	14,96	65	3,24	35	1,75	990	49,38	1390	69,33
V.Real	4760	215	4,52	785	16,49	505	10,61	490	10,29	160	3,36	120	2,52	2220	46,64	2990	62,82
Viseu	8825	345	3,91	2000	22,66	725	8,22	1025	11,61	420	4,76	145	1,64	3695	41,87	5285	59,89
CONTINENTE	94495	4855	5,14	19625	20,77	7835	8,29	11720	12,40	6685	7,07	3715	3,93	34830	36,86	56950	60,27

Fonte: I.N.E.

Quadro 27 - Migrações interdistritais da população activa (1965-1970) - fluxos de entrada, por ramos de actividade económica

Distritos	Total Pop.Act. nº	Pop.Act. Grupo 1 nº	%	Pop.Act. Grupo 3 nº	%	Pop.Act. Grupo 5 nº	%	Pop.Act. Grupo 6 nº	%	Pop.Act. Grupo 7 nº	%	Pop.Act. Grupo 8 nº	%	Pop.Act. Grupo 9 nº	%	Pop.Act. Terciário nº	%
Aveiro	3705	275	7,42	1180	31,85	195	5,26	370	9,99	150	4,05	110	2,97	1280	34,55	1910	51,55
Beja	1225	390	31,84	105	8,57	65	5,31	130	10,61	85	6,94	35	2,86	365	29,80	615	50,20
Braga	2290	215	9,39	660	28,82	190	8,30	185	8,08	85	3,71	80	3,49	725	31,66	1075	46,94
Bragança	525	30	5,71	20	3,81	30	5,71	40	7,62	60	11,43	15	2,86	275	52,38	390	74,29
C.Branco	1225	100	8,16	210	17,14	75	6,12	110	8,98	125	10,20	30	2,45	505	41,22	770	62,86
Coimbra	2445	120	4,91	385	15,75	60	2,45	280	11,45	160	6,54	125	5,11	1270	51,94	1835	75,05
évora	1190	220	18,49	110	9,24	45	3,78	135	11,34	75	6,30	55	4,62	470	39,50	735	61,76
Faro	2225	350	15,73	220	9,89	175	7,87	465	20,90	185	8,31	65	2,92	700	31,46	1415	63,60
Guarda	950	70	7,37	90	9,47	50	5,26	75	7,89	85	8,95	35	3,68	475	50,00	670	70,53
Leiria	3225	245	7,60	1085	33,64	180	5,58	350	10,85	170	5,27	130	4,03	955	29,61	1605	49,77
Lisboa	40220	905	2,25	7315	18,19	3985	9,91	5265	13,09	2705	6,73	1485	3,69	16035	39,87	25490	63,38
Portalegre	935	130	13,90	55	5,88	135	14,44	55	5,88	70	7,49	95	10,16	350	37,43	570	60,96
Porto	12920	405	3,13	2905	22,48	495	3,83	1835	14,20	470	3,64	495	3,83	5725	44,31	8525	65,98
Santarém	3420	400	11,70	515	15,06	220	6,43	320	9,36	505	14,77	110	3,22	1145	33,48	2080	60,82
Setúbal	14885	650	4,37	4570	30,70	1615	10,85	1685	11,32	1510	10,14	675	4,53	3405	22,88	7275	48,87
V.Castelo	875	95	10,86	50	5,71	85	9,71	170	19,43	45	5,14	15	1,71	370	42,29	600	68,57
V.Real	1040	85	8,17	50	4,81	160	15,38	105	10,10	50	4,81	70	6,73	390	37,50	615	59,13
Viseu	1195	170	14,23	100	8,37	75	6,28	145	12,13	150	12,55	90	7,53	390	32,64	775	64,85

Fonte: I.N.E.

A população originária do Norte e Centro do País, pelo contrário, fixou-se, na sua maior parte, na cidade de Lisboa e nos subúrbios da Margem Norte do Tejo e trabalha predominantemente em actividades do sector terciário.

O Porto constitui o segundo grande centro de convergência dos movimentos migratórios verificados neste período, mas a sua área de recrutamento é bastante menor.

Braga, Aveiro e Leiria registaram, nesta época, um desenvolvimento considerável do sector industrial e, por conseguinte, atraíram população das áreas mais próximas.

As relações entre as regiões periféricas, além de pouco expressivas, limitam-se aos distritos contíguos.

4. AS MIGRAÇÕES PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
Dos anos sessenta aos anos oitenta (45)

4.1. INTRODUÇÃO

Ocupando apenas 4,2% da superfície de Portugal Continental, a Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.)(46) representava, em 1981, 26,9% do número de habitantes do território do Continente.

O processo de concentração da população na região de Lisboa foi particularmente acentuado nas últimas três décadas (quadros 28 e 29). Num contexto de forte emigração, primeiro para o Brasil e, a partir de 1960, para a Europa Ocidental, o País registou uma taxa de crescimento de 4,7% entre 1950 e 1960 e uma diminuição de 2,2% no decénio seguinte enquanto na A.M.L., nos mesmos períodos, se verificaram aumentos populacionais de 16,0 e 20,2% respectivamente.

De 1970 para 1981 ou, mais precisamente, a partir de 1974, a redução da emigração para a Europa, em consequência da

---

(45) Este capítulo corresponde, com algumas alterações, a um texto em publicação na revista Povos e Culturas (FONSECA,1988).

(46) Em virtude de não existir uma delimitação administrativa do território da Área Metropolitana de Lisboa, considerámos como fazendo parte dela, não só os concelhos nitidamente suburbanos mas também aqueles que, embora mais afastados, mantêm ligações frequentes com Lisboa e se encontram em expansão urbana: Arruda dos Vinhos, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Amadora, Benavente, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

crise económica, a vinda dos retornados das ex-colónias africanas e o regresso de muitos emigrantes europeus inverteram o sentido da dinâmica demográfica anterior, registada para o conjunto do País, verificando-se a maior taxa de crescimento populacional deste século (quadro 28). No entanto, permanece a tendência para a concentração da população na A.M.L.: o número de habitantes do Continente registou um acréscimo de 15,2% entre 1970 e 1981 enquanto no conjunto dos concelhos que englobámos na A.M.L. se verificou um aumento de 36,0% (quadro 28).

Quadro 28 - Taxas de variação da população residente em Portugal Continental e na Área Metropolitana de Lisboa (1900-1981)

Anos	Continente (%)	A.M.L. (%)
1900-1911	10.8	22.5
1911-1920	1.5	10.9
1920-1930	11.8	22.8
1930-1940	14.0	16.9
1940-1950	9.7	18.4
1950-1960	4.7	16.1
1960-1970	-2.2	20.8
1970-1981	15.2	36.0

Fonte: I.N.E.

O reforço do peso demográfico da região de Lisboa resulta de um processo de desenvolvimento espacialmente concentrado, baseado fundamentalmente na industrialização e na tentativa de modernização da economia portuguesa no após-guerra. Assim, as funções de Lisboa como capital de um vasto império colonial fizeram crescer o volume do emprego na administração, comércio e serviços e, juntamente com o desenvolvimento da indústria e da construção civil e obras públicas, contribuiram para acentuar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho nesta região.

Quadro 29 - Evolução da % de população de Portugal Continental residente na A.M.L. (1900-1981)

Anos	% de População
1900	11,3
1911	12,5
1920	13,6
1930	15,0
1940	15,4
1950	16,6
1960	18,4
1970	22,7
1981	26,9

Fonte: I.N.E.

O subdesenvolvimento de Portugal em relação aos restantes países europeus, a emergência de novas formas de valorização do capital e processos de trabalho e a reestruturação da divisão internacional do trabalho, determinaram uma mudança do rumo da política económica do Estado Novo(47). A Lei do Condicionamento Industrial(1945) e o lançamento do primeiro Plano de Fomento (1953-1958) constituem duas referências importantes do esforço de industrialização deste período.

A hegemonia económica e política da grande burguesia agrária foi perdendo terreno em favor do capital industrial e financeiro e acentuou-se a oposição cidade-campo. O desemprego e subemprego agrícola resultantes quer do imobilismo, quer da mecanização da agricultura, desencadearam fortes correntes migratórias internas para as áreas urbano-industriais do Litoral, particularmente para a região de Lisboa e, mais tarde, também para os países da Europa Ocidental(48).

O baixo nível de desenvolvimento da agricultura, a falta de investimentos nas regiões do Interior e o escoamento

(47) Sobre este assunto veja-se nomeadamente: ALMEIDA e BARRETO. 1976; COSTA. 1976; MOURA. 1973; os Planos de Fomento Nacional e RAFAEL, et al., 1976.

(48) Entre 1951 e 1960 abandonaram o território do Continente 271865 emigrantes legais e no decénio seguinte esse número atingiu 571698.

dos recursos dessas áreas (mão-de-obra e capital) para as regiões mais desenvolvidas, contribuíram para acentuar ainda mais a concentração da população e das actividades económicas em áreas restritas e, por conseguinte, aumentar as diferenças inter-regionais.

Para manter o baixo preço dos produtos agrícolas e, consequentemente, da força de trabalho, o Governo, ainda antes da Guerra, lançou uma política de subvenções e subsídios variados à agricultura, de que beneficiaram sobretudo os grandes latifundiários. No entanto, na maior parte dos casos, os lucros do sector e os subsídios recebidos foram canalizados para outras actividades, nomeadamente para a banca e especulação imobiliária nas grandes cidades, particularmente em Lisboa. Geraram-se assim grandes excedentes de trabalhadores agrícolas (pequenos camponeses arruinados e assalariados sem emprego) que constituíam uma importante reserva de mão-de-obra para as indústrias transformadoras, construção civil e comércio e serviços das principais aglomerações urbanas e, a partir dos primeiros anos da década de sessenta, correspondendo à escassez de força de trabalho pouco qualificada nos países economicamente mais avançados da Europa Ocidental, passaram também a abastecer esses novos mercados, iniciando-se aquilo a que Orlando Ribeiro chamou "a grande debandada" (RIBEIRO, 1971 - citado por SALGUEIRO,1983, p. 122).

O crescimento da emigração para a França e R.F.A. acabou por provocar a falta de trabalhadores, sobretudo nos campos e, por conseguinte, o aumento dos salários agrícolas, pelo que o Governo tomou fortes medidas restritivas à saída de gente para o estrangeiro(49). No entanto, na prática, as proibições oficiais revelaram-se infrutíferas, conduzindo apenas ao desenvolvimento das saídas clandestinas.

O ciclo emigratório para a Europa só terminou quando a crise económica dos anos setenta obrigou os países de

(49) É importante salientar a contradição existente entre as múltiplas proibições oficiais e os incentivos para atrair as poupanças dos emigrantes, engrandecendo-se e dignificando-se a figura dos trabalhadores emigrados.

As remessas dos emigrantes passaram a ter um papel fundamental no equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa, representando, em 1973, 58,6% do valor global das exportações desse ano.

destino tradicional dos nossos emigrantes a fechar-lhes as portas ou a limitar-lhes as entradas.

Ao nível interno, como vimos no capítulo anterior, durante todo o período em análise, a A.M.L. constituiu o principal foco de atracção dos emigrantes rurais, e, apesar da crise, entre 1979 e 1981, coube ainda aos distritos de Lisboa e Setúbal, tomados em conjunto, o maior índice de atracção demográfica.

A mobilidade geográfica (interna e internacional) da população portuguesa, correspondendo às crescentes necessidades de mão-de-obra na indústria, construção civil e no comércio e serviços, foi acompanhada por uma intensa mobilidade sectorial e socioprofissional de que resultaram importantes transformações na estrutura do emprego e na composição social dos habitantes das áreas de origem e de destino dos emigrantes.

Grande número dos assalariados agrícolas e dos pequenos camponeses que emigraram para a região de Lisboa, transformaram-se em operários da indústria, da construção civil ou em empregados subalternos da administração comércio e serviços (contínuos, porteiros, polícias, trabalhadores dos serviços de limpeza, motoristas e cobradores das empresas de transportes, empregadas domésticas internas, empregados de balcão e de restaurantes, etc.). Simultaneamente, a população autóctone ou imigrada há mais tempo, mais qualificada profissionalmente, transitava para ramos de actividade ou categorias profissionais que exigiam graus de instrução e/ou qualificações mais elevados.

Outro aspecto interessante do processo de mobilidade geográfica é a importância dos contactos pessoais na decisão de migrar, na determinação do lugar de destino e, dentro deste, da localização da residência. O conhecimento de um conterrâneo, familiar ou amigo já estabelecido no lugar para onde se pretende partir constitui, muitas vezes, não só um estímulo para a partida, mas também um factor fundamental na escolha do lugar de destino, bem como na procura de emprego ou de habitação, formando-se, deste modo, verdadeiras comunidades com a mesma base territorial de origem e com fortes afinidades profissionais.

A título de exemplo podemos referir os casos de Alfama e do Bairro Chinês (freguesia de Marvila), cuja população é, no primeiro caso, em grande parte originária dos concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, e trabalha em actividades ligadas ao porto de Lisboa (COSTA, 1985), e no segundo, provém do noroeste do distrito de Viseu (Serra de Montemuro) e trabalha em estabelecimentos industriais das proximidades - Beato, Xabregas, Poço do Bispo, Cabo Ruivo(50) - ou exerce funções subalternas na administração pública, comércio e serviços. Naturalmente que, com o tempo, estes "grupos" tendem a diluir-se ou mesmo a dissolver-se não só pela diversidade de percursos residenciais e socioprofissionais, após a migração, mas também pelo enfraquecimento das relações e afinidades entre os emigrantes de segunda geração.

Não há informação estatística disponível que nos permita avaliar a dimensão real deste fenómeno. Apesar disso, a distribuição, nos concelhos da A.M.L., da população originária das diferentes regiões do País, permite identificar alguns dos canais de informação mais importantes.

4.2. COMPOSIÇÃO POR SEXOS E ORIGEM GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA A.M.L.

Os resultados disponíveis do Recenseamento da População de 1981 indicam, para cada concelho, o número de habitantes naturais dos diferentes distritos do Continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, do território de Macau, das ex-colónias e de outros países estrangeiros. Ora, considerando que os municípios que englobámos na A.M.L. representam 91,9% da população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal, podemos admitir que o número de habitantes da A.M.L. não naturais daqueles dois distritos constitui um bom indicador da capacidade de atracção demográfica desta região.

(50) Resultados de um inquérito que efectuámos em 1987 a uma amostra de 83 famílias residentes no bairro.

Segundo o último recenseamento da população, dos 2507457 habitantes da A.M.L. em 16 de Março de 1981, apenas um pouco mais de metade (53,93%) tinha nascido nos distritos de Lisboa e Setúbal. 38,31% eram naturais de outras regiões do Continente, 0,70% dos Açores e da Madeira, 0,04% do território de Macau, 5,65% das ex-colónias e 1,37% de outros países estrangeiros, sendo estes últimos, em parte, emigrantes de segunda geração regressados a Portugal (quadro 30).

Quadro 30 - População residente, na A.M.L., em 1981, por sexos e regiões de naturalidade

	HM		H		M		
Regiões de naturalidade	nº	%	nº	%	nº	%	100.H/M
Distritos de Lisboa e Setúbal	1352382	53,93	661398	54,98	690984	52,97	95,72
Outros distritos do Continente	960627	38,31	449822	37,40	510805	39,15	88,06
Açores e Madeira	17440	0,70	7461	0,62	9975	0,76	74,80
Macau	960	0,04	413	0,03	547	0,04	75,50
Ex-colónias	141642	5,65	68.621	5,70	73021	5,60	93,97
Outros países estrangeiros	34 406	1,37	15170	1,26	19236	1,47	78,86
TOTAL	2507457	100,00	1202885	100,00	1304572	100,00	92,21

Fonte: I.N.E.

4.2.1. Composição por sexos

Um aspecto interessante que sobressai da análise do quadro 30 é o desequilíbrio existente entre a população masculina e feminina, sobretudo entre os imigrantes. Assim, além de a percentagem de mulheres não naturais dos distritos de Lisboa e Setúbal ser ligeiramente superior à dos homens

(47,03% e 45,02% respectivamente), por cada 100 mulheres imigradas(51) existem apenas 88 homens.

Se considerarmos somente a cidade de Lisboa (quadro 31) verificamos que as diferenças são ainda mais acentuadas: as mulheres naturais do distrito de Lisboa representam 48,90% da população feminina enquanto o valor equivalente para os homens é de 52,16% e o *sex ratio* para os imigrantes é de 79,2%.

Quadro 31 - População residente, na cidade de Lisboa, em 1981, por sexos e regiões de naturalidade

Regiões de naturalidade	HM		H		M		100.H/M
	nº	%	nº	%	nº	%	
Distrito de Lisboa	407137	50,39	193120	52,16	214017	48,90	90,24
Distrito de Setúbal	15 434	1,91	5859	1,58	9575	2,19	61,19
Outros distritos do Continente	325778	40,32	144238	38,96	181540	41,48	79,62
Açores e Madeira	7063	0,87	2930	0,79	4133	0,94	70,89
Macau	422	0,05	192	0,05	230	0,05	83,48
Ex-colónias	37860	4,69	17881	4,83	19979	4,56	89,50
Outros países estrangeiros	14243	1,76	6028	1,63	8215	1,88	73,38
TOTAL	807937	100,00	370248	100,00	437689	100,00	84,59

Fonte: I.N.E.

A discrepância entre o número de habitantes dos dois sexos que se verifica na cidade e na Área Metropolitana de Lisboa é comum (52) a outras grandes cidades europeias e resulta de possibilidades diferenciais de emprego feminino e masculino, quer nos campos, quer nas cidades e, por

(51) Na impossibilidade de conhecer a população imigrada consideraram-se os habitantes não naturais dos distritos de Lisboa e Setúbal.

(52) Ainda que, por vezes seja, ou tenha sido, de sentido inverso.

conseguinte, do carácter selectivo das migrações das áreas rurais para as áreas urbanas.

A testemunhar este facto, Paul White (WHITE, 1984, p. 72), citando Jackson (JACKSON, 1982) e Niethammer e Bruggemeier (NIETHAMMER e BRUGGEMEIER, 1978), refere que no século XIX, em muitos centros industriais da Europa do Norte, o número de homens era bastante superior ao de mulheres: em 1980, o número de homens por cada 100 mulheres era de 112 em Bochum e Duisburg, 111 em Dortmund e 108 em Essen mas menos de 100 em velhos centros administrativos como Colónia e Dusseldorf, onde existia um peso muito grande das empregadas domésticas.

Neste século, sobretudo a partir da segunda guerra mundial, o desenvolvimento das correntes migratórias internacionais, predominantemente masculinas, para os países economicamente mais avançados da Europa Ocidental, acentuou e, nalguns casos, inverteu o sentido dos desequilíbrios já existentes entre o número de homens e de mulheres residentes em muitas cidades, sobretudo da França e da R.F.A..

A título de exemplo podemos referir que em Stutgart, em 1974/75, o *sex ratio* da população estrangeira era de 164% (GENTILESCHI, 1977, citado por WHITE, 1984, p. 112) e entre os imigrantes mais recentes o número de homens por cada 100 mulheres era ainda largamente superior: 933 para os originários do Norte de África, 400 para os da África negra e 326 para os Turcos (BORIS, *et al.*, 1977 citado por WHITE, 1984, p. 112).

Em Lisboa, à semelhança do que se passa com outras grandes aglomerações urbanas dos países da Europa do Sul, a preponderância da população feminina resulta de três factores fundamentais: 1) da grande importância, no passado, das migrações de mulheres provenientes das áreas rurais e que vinham para as cidades trabalhar como empregadas domésticas internas; 2) de a emigração para os países da Europa Ocidental, nos anos sessenta e início de setenta ter sido predominantemente masculina; 3) de as migrações dos homens serem frequentemente indutoras da migração posterior das mulheres, quer por reunificação familiar, quando o marido é o primeiro a partir, quer pelo casamento, porque no passado (e

mesmo no presente ainda que com menor frequência), muitas vezes os rapazes já emigrados procuravam a sua noiva na região de origem.

Apesar de o número de mulheres residentes na cidade e no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa ser, como vimos, largamente superior ao dos homens, existem grandes diferenciações no interior da aglomeração urbana (fig. 28), resultantes não só da estrutura do emprego existente em cada área, mas também da composição etária da população residente.

A cidade de Lisboa distingue-se da região envolvente por lhe corresponder o valor mínimo do *sex ratio* (84,59%); mas, no seu interior, é nítido o contraste entre as freguesias mais periféricas, de expansão mais recente, com valores não inferiores a 85% ou mesmo próximos da situação de equilíbrio, nos casos de Marvila e da Charneca, e as áreas mais antigas, onde, salvo raras excepções, a razão entre o número de homens e de mulheres é inferior à do conjunto da cidade (fig. 28).

Fora da cidade, a distribuição do número de homens e de mulheres é bastante menos desequilibrada e, nalguns casos, a discrepância existente é de sentido contrário à que se verifica no concelho de Lisboa e na Área Metropolitana na sua globalidade.

Em regra, nas freguesias mais urbanizadas ocorrem valores do *sex ratio* inferiores a 100% enquanto nas áreas mais marginais da A.M.L., com baixos níveis de urbanização e onde a agricultura ocupa ainda uma elevada percentagem da população activa, o número de homens tende a ser ligeiramente superior ao das mulheres.

Desta distribuição podemos concluir que os maiores diferenciais entre a população masculina e feminina, com predomínio da segunda, se verificam nas áreas de residência das classes sociais de nível económico mais elevado onde, por isso, é maior a frequência das empregadas domésticas e/ou nas freguesias com populações relativamente envelhecidas. Pelo contrário, nas zonas de urbanização recente, quer no interior da cidade, quer nos subúrbios, onde dominam os casais jovens, a representação dos indivíduos dos dois sexos é mais equilibrada.

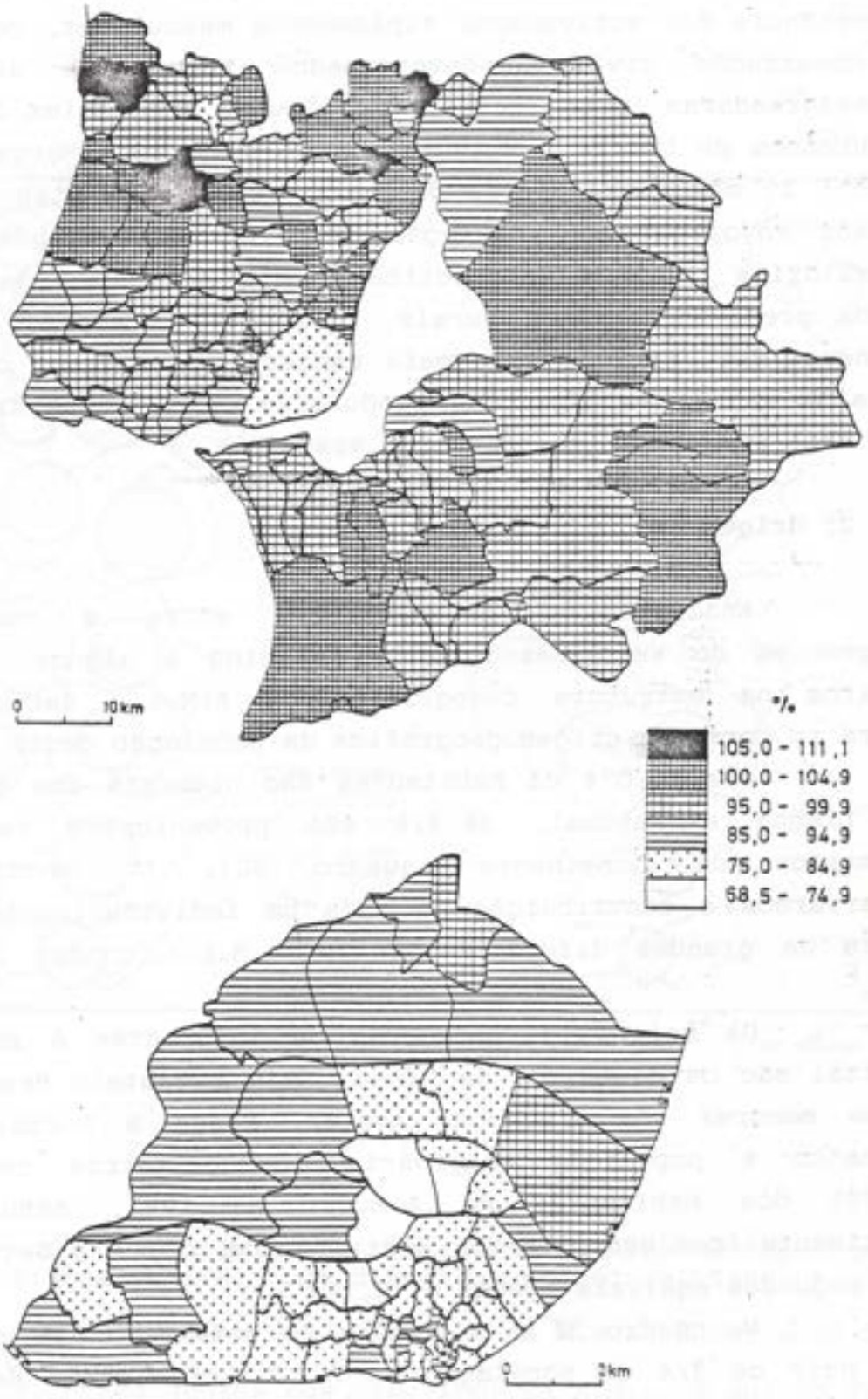


Fig. 28 - *Sex-ratio* da população residente nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa em 1981

A ligeira dominância dos homens que se verifica em alguns casos resulta de dois factores principais: 1) grande importância das actividades tipicamente masculinas, como sejam a construção civil e determinados ramos das indústrias transformadoras (estão neste caso algumas freguesias dos eixos suburbanos de Loures e Vila Franca de Xira e da Margem Sul do Tejo); 2) maior incidência do êxodo rural para Lisboa e área urbana envolvente,da população feminina, em virtude de nos territórios da Área Metropolitana mais distantes de Lisboa, ainda predominantemente rurais, a oferta de emprego para as mulheres ser, regra geral, mais escassa do que para os homens e, além disso, as migrações pendulares para outras freguesias são mais frequentes na população masculina.

4.2.2. Origem geográfica

Analisado o desequilíbrio entre o número de imigrantes do sexo masculino e feminino e alguns dos seus efeitos na estrutura demográfica da A.M.L., detenhamo-nos agora em torno da origem geográfica da população desta área.

Dos 46,07% de habitantes não naturais dos distritos de Lisboa e Setúbal, 38,31% são provenientes de outros distritos do Continente (quadro 30). No entanto, se observarmos a contribuição de cada um individualmente, damos conta de grandes diferenciações na A.M.L. (quadro 32, fig. 29).

Os maiores fornecedores de imigrantes à região da Capital são os distritos de Viseu, Beja e Castelo Branco (53) e os menores são Bragança, Aveiro, Braga e Porto. Assim, enquanto a população originária dos primeiros representa 30,79% dos habitantes da A.M.L., em 1981, naturais do Continente (com excepção dos distritos de Lisboa e Setúbal), a dos segundos equivale apenas a 12,10%.

No quadro 32 e na figura 29 podemos ainda verificar que mais de 3/4 da população da A.M.L. originária de outras regiões do Continente se concentra na cidade de Lisboa e nos

(53) A população natural do distrito de Santarém residente na A.M.L. em 1981, é superior à de Viseu. No entanto, esse facto deriva de o concelho de Benavente pertencer à A.M.L. e ao distrito de Santarém.



Fig. 29 - População imigrada, residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de naturalidade

29.1 - Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo

29.2. - Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

concelhos suburbanos a norte do Tejo. No entanto, relativamente ao total de população residente nos municípios de cada uma das margens do rio, existem grandes diferenças no peso relativo dos imigrantes provenientes de cada região: a "Outra Banda" atrai sobretudo alentejanos e algarvios, enquanto a população natural dos distritos do norte e centro do País é largamente dominante na cidade de Lisboa e nos restantes municípios situados na margem direita do rio. Ou seja, o Tejo funciona como uma barreira selectiva das comunidades originárias do Norte e do Sul de Portugal Continental.

Quadro 32 - População residente na A.M.L. em 16 de Março de 1981, por distritos de naturalidade

Distrito de naturalidade	A.M.L. nº hab.	A.M.L. %	A.M.L. Concelhos a Norte do Tejo nº hab.	A.M.L. Concelhos a Norte do Tejo %	A.M.L. Concelhos a Sul do Tejo nº hab.	A.M.L. Concelhos a Sul do Tejo %
Aveiro	25719	1,11	20991	1,20	4728	0,84
Beja	99645	4,31	58009	3,32	41636	7,39
Braga	28972	1,25	24944	1,43	4028	0,72
Bragança	24835	1,07	20838	1,19	3997	0,71
C.Branco	91187	3,94	77987	4,46	13200	2,34
Coimbra	66881	2,89	56932	3,25	9949	1,77
Évora	67066	2,90	37462	2,14	29604	5,26
Faro	59133	2,56	34815	1,99	24318	4,32
Guarda	59545	2,57	51755	2,96	7790	1,38
Leiria	47576	2,06	41361	2,36	6215	1,10
Lisboa	1067064	46,13	971830	55,54	95234	16,91
Portalegre	60188	2,60	45108	2,58	15080	2,68
Porto	36703	1,59	31172	1,78	5531	0,98
Santarém	106712	4,61	80087	4,58	26625	4,73
Setúbal	285312	12,34	33306	1,90	252012	44,74
V.Castelo	32719	1,41	28599	1,63	4120	0,73
Vila Real	48809	2,11	43591	2,49	5218	0,93
Viseu	104937	4,54	90991	5,20	13946	2,48
TOTAL	2313009	100,00	1749778	100,00	563231	100,00

Fonte: I.N.E.

A cartografia da percentagem da população residente em cada concelho da A.M.L., por região de naturalidade (fig. 30), além dos contrastes entre a Margem Norte e a Margem Sul do Tejo põe ainda em evidência importantes diferenciações interconcelhias.

Dado que os agrupamentos de distritos que considerámos contribuem com quantidades de emigrantes muito desiguais, para tornar possível a comparação dos mapas relativos a cada região, utilizámos um processo de classificação dos dados que toma como referência a média dos valores dos 19 concelhos da A.M.L. e as diferenças em relação à média, em número de desvios-padrões.

A observação da figura 30 e a análise dos coeficientes de variação indicam um nível de segregação espacial relativamente elevado para todas as comunidades imigrantes, sendo a algarvia e a alentejana as que apresentam respectivamente o maior e o menor índice de segregação espacial.

Como já referimos, a população originária do Norte e Centro tem um peso relativo maior na cidade de Lisboa e nos subúrbios da margem direita do rio. Na "Outra Banda" apenas Almada e Seixal registam valores iguais ou superiores à média da A.M.L. (fig. 30.1 e 30.2).

Os alentejanos concentram-se na Moita, Barreiro e Seixal onde, pela ordem indicada, representam 20,1, 18,7 e 15,6% do total de pessoas residentes nesses concelhos; mas a Norte do Tejo, apenas Vila Franca de Xira e a Amadora registam valores superiores à média e, na cidade de Lisboa, a representação desta comunidade não vai além de 5,1%.

A distribuição espacial dos algarvios, apesar de mais concentrada do que a dos restantes grupos, apresenta um padrão semelhante ao dos alentejanos, dado que os maiores valores ocorrem nos concelhos suburbanos da Margem Sul (fig. 30.3 e 30.4).

A percentagem de habitantes naturais dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal(54) pode considerar-se um

(54) A inclusão de Santarém neste conjunto deve-se ao facto de Benavente pertencer a este distrito.

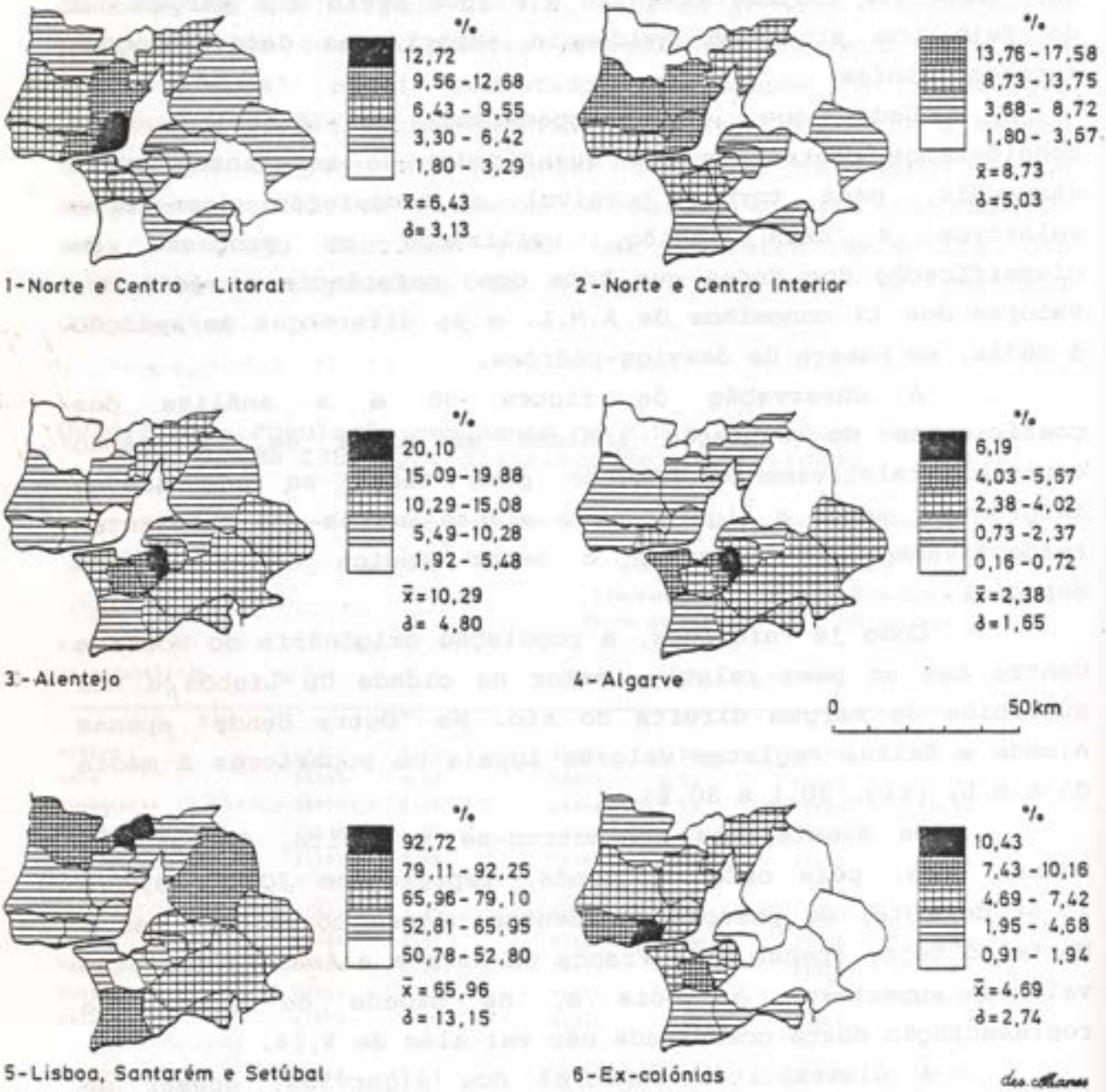


Fig. 30 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de naturalidade

indicador do grau de urbanização na medida em que nas áreas mais afectadas pela expansão de Lisboa, o peso da população natural de outras regiões, tenderá a ser muito maior do que nas restantes. Assim, na figura 30 individualizam-se três conjuntos de concelhos que, se abstrairmos da heterogeneidade no interior do seu território, de forma geral, correspondem a três coroas com níveis decrescentes de urbanização. O primeiro grupo é constituído por Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro e Moita; do segundo fazem parte o Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal (55) e, no terceiro, estão incluídos os territórios mais marginais da Área Metropolitana (Mafra, Arruda dos Vinhos, Benavente e Sesimbra), com níveis de urbanização e densidades demográficas muito inferiores aos grupos anteriores e menos dependentes de Lisboa em termos de emprego.

Na figura 30 podemos ainda observar a distribuição dos habitantes nascidos nas ex-colónias africanas. Esta população representa 5,65% dos residentes na A.M.L. em 1981 e corresponde fundamentalmente aos "retornados" que, em consequência da descolonização, regressaram a Portugal a partir de 1974, e aos trabalhadores imigrados de Cabo Verde.

Apesar de muitos "retornados" terem regressado à terra de origem, 42% estabeleceram-se na aglomeração de Lisboa (56) e a comunidade caboverdiana concentra-se também na cidade e na área suburbana.

A proporção de pessoas naturais das ex-colónias no total da população residente nos 19 concelhos da A.M.L. é, como vemos na figura 30.6, bastante desigual. A maior concentração verifica-se, ao longo da linha de Cascais e no concelho do Seixal; em contrapartida, nos municípios mais marginais da A.M.L., sobretudo a sul do Tejo, tem uma expressão muito reduzida.

De entre os factores que estão na origem desta distribuição salientam-se os seguintes: 1) melhores oportunidades de emprego nas áreas mais urbanizadas, com

(55) O caso de Setúbal é diferente dos restantes na medida em que a dimensão e a relativa autonomia funcional da cidade de Setúbal levam a que ele próprio funcione também como pólo de atracção para as áreas vizinhas.

(56) Veja-se, a este propósito, PIRES, et al.,1987.

predomínio das actividades do sector terciário, do que nas zonas industriais, dado que muitos deles foram integrados nos quadros de pessoal da administração pública, bancos, seguros e outros serviços, ou conseguiram uma colocação no comércio, restaurantes e hotéis, como assalariados, trabalhadores por conta própria ou mesmo como patrões(57); 2) a concentração na Linha do Estoril resulta não só de esta área ser conhecida como local de férias, mas também de alguns, já antes do retorno, terem feito aí investimentos na compra de andares para rendimento, ou simplesmente por aqueles que foram provisoriamente instalados em hotéis procurarem habitação em áreas próximas; 3) na Margem Sul, a relevância do concelho do Seixal deriva de se tratar de uma área com boa acessibilidade a Lisboa, onde os preços das habitações são bastante inferiores aos praticados nos subúrbios da Margem Norte.

Além da análise do peso relativo dos imigrantes residentes na A.M.L., originários dos diferentes distritos, importa também avaliar a importância das migrações para a região de Lisboa, nos territórios de origem dos imigrantes.

Para isso, calculámos a percentagem da população natural de cada distrito que residia na A.M.L. em 1981 face ao total de habitantes da área de origem na mesma data.

A estrutura de ligação (58) dos distritos definida a partir deste indicador permite identificar cinco conjuntos: 1) Beja; 2) Portalegre, Castelo Branco e Évora; 3) Guarda, Viseu e Santarém; 4) Vila Real, Faro, Coimbra, Bragança, Viana do Castelo e Leiria; 5) Aveiro, Braga e Porto (fig. 31 e 32).

O distrito de Beja distingue-se de todos os restantes por ser o mais afectado pela saída de gente para a região da Capital, uma vez que a população residente na A.M.L. natural deste distrito equivale a mais de metade (52,88%) dos seus habitantes em 1981.

A seguir a Beja são os outros dois distritos alentejanos e Castelo Branco aqueles em que a emigração para Lisboa se fez sentir com maior intensidade enquanto o Porto,

(57) Segundo o estudo atrás referido (PIRES, et al., 1987, p. 121), em 1981, a % de população que em 31 de Dezembro de 1973 residia nas ex-colónias e exercia uma profissão em actividades do sector terciário era de 64,74% enquanto para os não-retornados esse valor não ia além de 39,85%.

(58) Considerámos como estratégia de agrupamento o método das médias ou "average linkage".

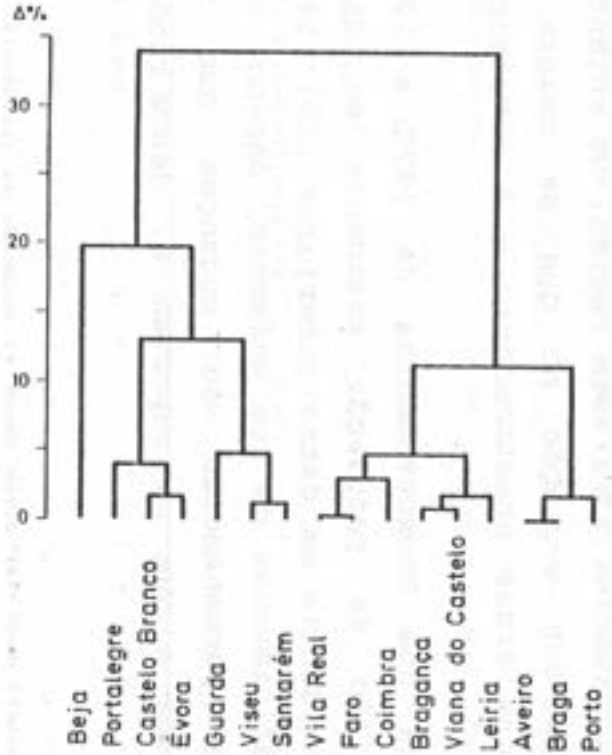


Fig. 31 - Estrutura de ligação dos distritos do Continente, segundo a % de população residente na A.M.L. em 1981, natural de cada um deles, em relação ao respectivo número de habitantes, na mesma data

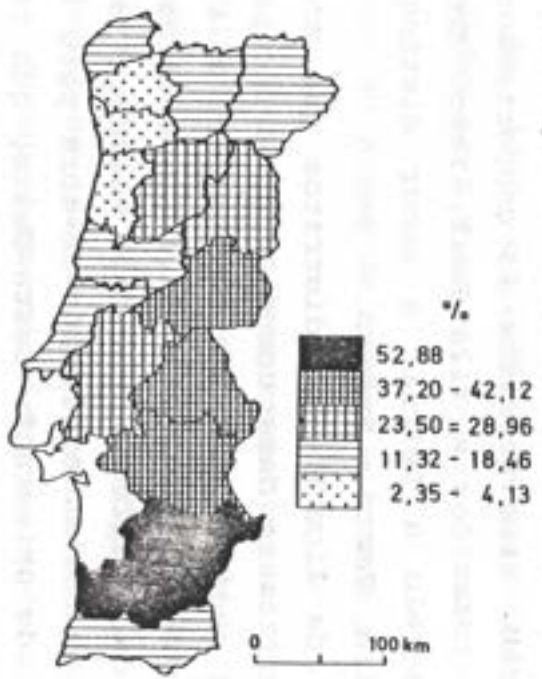


Fig. 32 - % de população residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, natural de outros distritos do Continente, em relação ao número de habitantes do distrito de origem

Braga e Aveiro representam as áreas onde as correntes migratórias para a A.M.L. tiveram menores impactes.

Os restantes distritos agrupam-se em dois conjuntos: Guarda, Viseu e Santarém, mais próximos do comportamento dos dois primeiros grupos referidos e Vila Real, Faro, Coimbra, Bragança, Viana do Castelo e Leiria, a menor distância da classe que engloba Aveiro, Porto e Braga.

Na estrutura de ligação dos distritos que acabámos de descrever individualizam-se duas componentes principais da variação da incidência regional das migrações para a A.M.L.: uma de orientação Norte-Sul, que traduz fundamentalmente a desigual importância da emigração para o estrangeiro e a partilha das áreas de recrutamento de mão-de-obra para Lisboa e para o Porto; outra, de orientação Leste-Oeste, que resulta das diferenças de desenvolvimento regional dado que são as áreas mais desenvolvidas do litoral que registam os menores índices de repulsão demográfica para a A.M.L.

4.3. FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A A.M.L. - ANOS SESSENTA E SETENTA

A análise da origem geográfica da população residente na A.M.L.em 1981 é um bom indicador de síntese das principais correntes migratórias para esta região. No entanto, nada nos diz sobre a sua evolução no que se refere à importância relativa das áreas abastecedoras e à composição dos fluxos.

Os resultados dos Recenseamentos de 1970 e 1981 relativos à distribuição da população residente em cada concelho, segundo a residência em datas anteriores (59) (1965 e 1973), apesar das deficiências de que enfermam, dão-nos uma ideia das principais permanências ou mudanças que se verificaram nos períodos a que se reportam e, deste modo,

(59) Como já referimos, estes valores nada nos dizem sobre as mudanças de residência que ocorreram entre os dois momentos de referência, nem sobre a permanência em cada uma delas. Mesmo assim, quando tomados na globalidade, estes dados representam bem a estrutura das migrações inter-regionais nos períodos em causa.

permitem, de alguma forma, suprir as insuficiências atrás apontadas.

4.3.1. De 1965 a 1970: origem, locais de residência e actividades na A.M.L.

a) Áreas de origem e locais de residência

Segundo o Recenseamento da População de 1970, 7,39% da população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal em 31 de Dezembro de 1970, habitava, em 1965, noutras regiões: 5,91% residia em outros distritos do Continente e os restantes 1,48% distribuiam-se pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Macau, ex-colónias e outros países estrangeiros (quadro 33).

Quadro 33 - População residente na A.M.L. em 1970, por sexos e regiões de residência em 1965

Regiões de residência em 1965	HM		H		M		100.H/M
	nº	%	nº	%	nº	%	
Distritos de Lisboa e Setúbal	1563270	92,61	732115	93,03	831155	92,25	88,09
Outros distritos do Continente	99695	5,91	41085	5,22	58610	6,51	70,10
Açores e Madeira	2025	0,12	905	0,11	1120	0,12	80,80
Macau	280	0,02	145	0,02	135	0,01	107,41
Ex-colónias	15530	0,92	9305	1,18	6225	0,69	149,48
Outros países estrangeiros	7140	0,42	3435	0,44	3705	0,41	92,71
TOTAL	1687940	100,00	786990	100,00	900950	100,00	87,35

Fonte: I.N.E.

O número de mulheres imigradas, pelas razões já referidas anteriormente, é superior ao dos homens. Apenas no

caso das ex-colónias a população masculina é largamente superior à feminina, facto que resulta do desenvolvimento de uma corrente migratória de caboverdianos e sobretudo do regresso dos militares que eram obrigados a combater na guerra colonial e, finda a respectiva comissão de serviço, voltavam para as suas terras.

Cerca de 80% da população da A.M.L. que em 1965 residia noutras regiões é originária de Portugal Continental, sendo os distritos de Beja, Viseu, Évora, Santarém (60), Castelo Branco e Portalegre, os principais "exportadores" de mão-de-obra para a Capital (quadro 34, fig. 33).

Além da desigual importância regional das migrações para a A.M.L., no quadro 34 e na figura 33 podemos ainda verificar a diversidade das áreas de origem dos imigrantes residentes nos territórios da A.M.L. a norte e sul do Tejo.

A cidade de Lisboa e os concelhos suburbanos da margem direita do rio estendem a sua influência a todo o País, enquanto a "Outra Banda" atrai sobretudo alentejanos e algarvios e o seu crescimento resulta, em grande medida, da expansão urbana de Lisboa para sul do Tejo (quadro 34, fig. 33).

A cartografia da percentagem de emigrantes de cada região, no período 1965-1970, no total da população residente nos concelhos da A.M.L. em 1970 (fig. 34) permite distinguir as áreas com menores índices de atracção demográfica e, por conseguinte, com menor grau de suburbanização; entre as mais atractivas, é possível verificar a importância relativa das diferentes comunidades de imigrantes.

O crescimento de Lisboa propaga-se para os concelhos vizinhos, a norte e a sul do Tejo, os quais, por isso, registam elevadas taxas de crescimento demográfico (61) e aumentam substancialmente a percentagem de população imigrada de outras regiões do País. Assim, em 1970, a proporção de habitantes de cada um dos 18 concelhos da A.M.L. que em 1965 já residiam nos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal,

---

(60) A contribuição do distrito de Santarém está sobreavaliada em virtude de o concelho de Benavente ter sido englobado na A.M.L..

(61) Entre 1960 e 1970 a população residente na cidade de Lisboa sofreu um decréscimo de 4.1% enquanto os restantes concelhos da A.M.L. registaram um aumento de 48.5%.

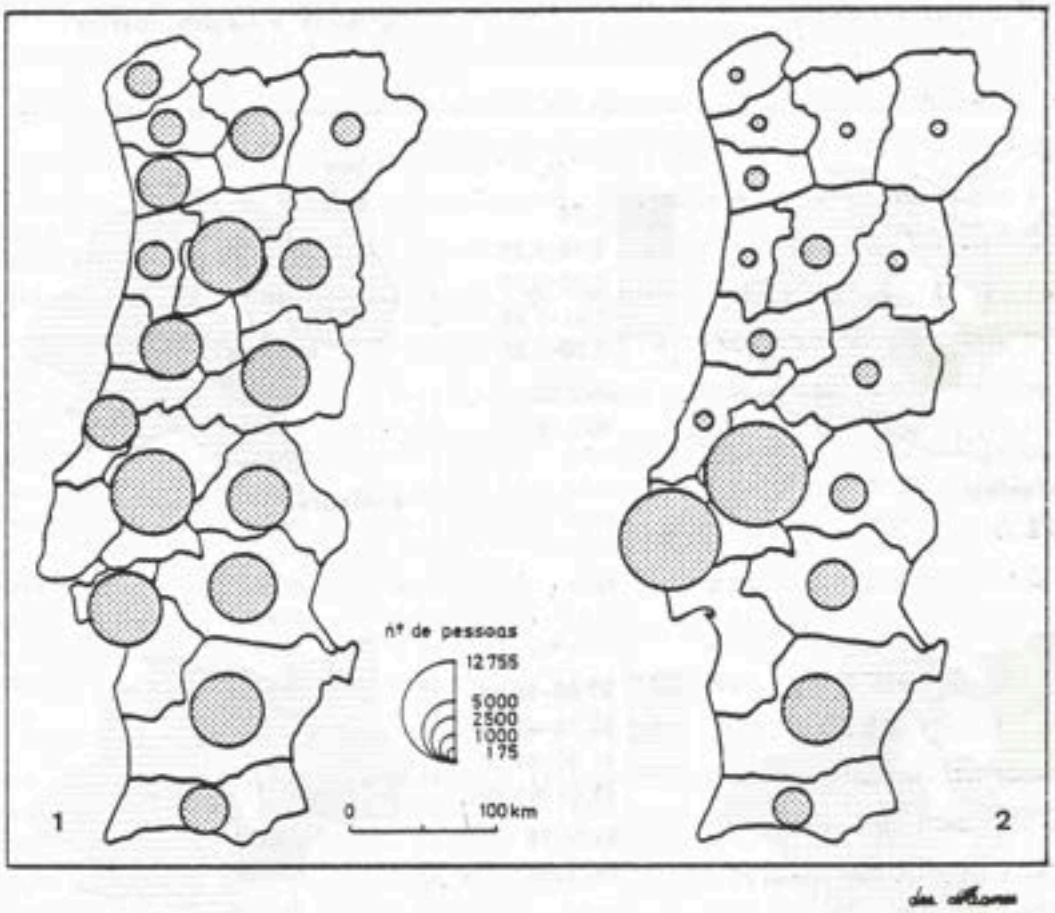


Fig. 33 - População imigrada, residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1970, por distritos de residência em 1965

33.1 - Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo

33.2 - Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

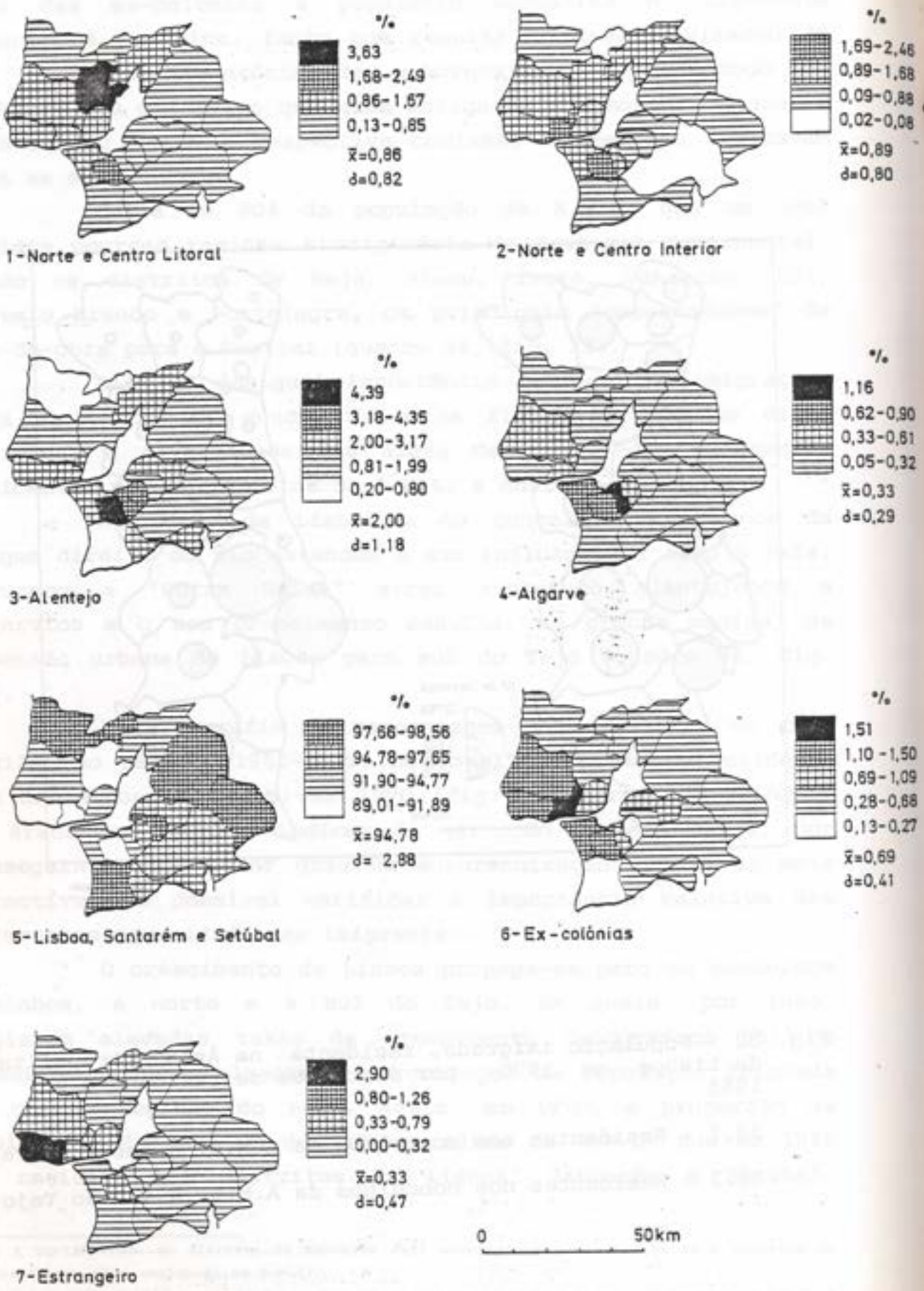


Fig. 34 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1970, por regiões de residência em 1965

apresenta uma forte correlação negativa com a distância à cidade, verificando-se que nos municípios mais afastados a percentagem de população imigrada neste período é muito reduzida (fig. 34.5).

Quadro 34 - População residente na A.M.L. em 31 de Dezembro de 1970, por distritos de residência em 1965

Distrito residência em 1965	A.M.L. nº hab.	A.M.L. %	A.M.L Concelhos a Norte Tejo nº hab.	A.M.L Concelhos a Norte Tejo %	A.M.L. Concelhos a Sul do Tejo nº hab.	A.M.L. Concelhos a Sul do Tejo %
Aveiro	1775	0,11	1470	0,11	305	0,08
Beja	11570	0,70	6280	0,49	5290	1,40
Braga	1940	0,12	1710	0,13	230	0,06
Bragança	1385	0,08	1210	0,09	175	0,05
C.Branco	6740	0,41	5865	0,46	875	0,23
Coimbra	5475	0,33	4565	0,36	910	0,24
Évora	8490	0,51	5470	0,43	3020	0,80
Faro	5315	0,32	3205	0,25	2110	0,56
Guarda	3565	0,21	3105	0,24	460	0,12
Leiria	4035	0,24	3585	0,28	450	0,12
Lisboa	1221925	73,59	1209710	94,23	12215	3,24
Portalegre	6630	0,40	4885	0,38	1745	0,46
Porto	4330	0,26	3810	0,30	520	0,14
Santarém	21480	1,29	8725	0,68	12755	3,39
Setúbal	341345	20,56	7430	0,58	333915	88,68
V.Castelo	1830	0,11	1640	0,13	190	0,05
Vila Real	3835	0,23	3580	0,28	255	0,07
Viseu	8695	0,52	7570	0,59	1125	0,30
TOTAL	1660360	100,00	1283815	100,00	376545	100,00

Fonte: I.N.E.

No que se refere à distribuição dos imigrantes por regiões de proveniência, se exceptuarmos a população originária do estrangeiro, verifica-se que os maiores índices de segregação espacial, indicados pelos respectivos

coeficientes de variação, correspondem ao Norte e Centro (litoral e interior) e ao Algarve. Os primeiros fixam-se maioritariamente na cidade e nos subúrbios da margem direita e os últimos têm maior implantação na "Outra Banda".

Os alentejanos, à semelhança dos algarvios, têm também maior representação relativa nos concelhos a sul do Tejo mas apresentam uma distribuição menos contrastada do que os grupos anteriormente referidos (fig. 34.1, 34.2, 34.3 e 34.4).

Os habitantes provenientes das ex-colónias têm maior expressão nos eixos de Cascais e de Sintra e, na Margem Sul, em Almada e no Seixal. Por sua vez, a população originária de outros países que, nesta época, é em grande medida constituída por estrangeiros e, como já referimos, apresenta o maior índice de "segregação" espacial, concentra-se na cidade de Lisboa e nos lugares mais aprazíveis da Costa do Sol(62).

A tendência para o agrupamento, por territórios de origem, da população imigrada, reforça a ideia, anteriormente apresentada, da importância dos contactos pessoais nos fenómenos migratórios, ao nível das trajectórias individuais ou familiares, sobretudo na fase inicial do processo; de outro modo, não se compreenderia que, mesmo à escala de uma unidade espacial tão heterogénea como o concelho, fossem tão visíveis as diferenças nas áreas de implantação dominante de cada comunidade regional. No entanto, é importante salientar que a intensidade de comunicação está intimamente relacionada com a "distância" social e económica entre os indivíduos ou as famílias e, por conseguinte, a proximidade de estatuto socioeconómico sobrepõe-se à proximidade geográfica.

Sendo assim, podemos admitir a hipótese de que o agrupamento dos imigrantes por territórios de origem é reforçado (ou resulta fundamentalmente) pelas diferenças na composição socioprofissional das comunidades oriundas de cada região.

---

(62) A cidade de Lisboa e os concelhos de Oeiras e Cascais em 1970 representavam 79,34% dos habitantes da A.M.L. que, em 1965, residiam no estrangeiro.

b) Actividades na Área Metropolitana de Lisboa

O Recenseamento da População de 1970 apresenta um quadro com a distribuição da população residente activa, de cada distrito, por ramos de actividade económica (classificação C.A.E.) e regiões de residência em 1965 (63).

Esta informação, apesar de nada nos dizer sobre a actividade dos imigrantes na área de origem, nem sobre o estatuto profissional após a migração (qualificação e situação na profissão), pode dar alguma consistência às hipóteses que colocámos anteriormente sobre a relação entre origem geográfica e estrutura sectorial e social de mão-de-obra imigrada na região de Lisboa(64).

Para simplificar a leitura da matriz de dados original (quadro 35), utilizámos um método de análise multivariada - análise factorial (65) - que permitiu reduzir as nove variáveis iniciais a três factores, independentes entre si e que explicam 78,08% da variância total (quadro 36).

O factor I representa o equivalente a 3,3 variáveis (36,8%) e é definido por uma intensa relação positiva com a percentagem de activos na agricultura, silvicultura, caça e pesca e indústrias transformadoras e negativa com a percentagem de população que exerce a sua actividade no ramo dos serviços prestados à colectividade, serviços sociais e pessoais. A percentagem de trabalhadores da construção civil e obras públicas varia no mesmo sentido da proporção de efectivos dos ramos 1 e 3 da C.A.E. mas tem um *loading* (66) bastante inferior (0,68).

Desta estrutura de relações podemos concluir que, no essencial, o factor I traduz a oposição entre a dominância das actividades dos sectores primário e secundário ou do terciário e, por isso, sugere que há distritos com uma relativa especialização na produção e "exportação" de mão-de-obra para

(63) É o único recenseamento que tem este tipo de informação.

(64) Em virtude de não haver informação ao nível do concelho, consideramos os distritos de Lisboa e Setúbal como representativos da A.M.L..

(65) Para uma apresentação e/ou exemplos de aplicação desta metodologia, veja-se: BÉGUIN, 1979; FONSECA e REIS, 1980; HERMAN, 1968 e TORRENS-IBERN, 1972.

(66) - Loading representa a correlação de cada variável inicial com cada factor.

a agricultura, indústria e construção civil, enquanto outros abastecem fundamentalmente o mercado de emprego das actividades terciárias, sobretudo do grupo 9 da C.A.E. (administração pública e defesa nacional, serviços de saúde, educação, recreativos e culturais, serviços pessoais e domésticos).

Quadro 35 - Estrutura regional das migrações de população activa para os distritos de Lisboa e Setúbal, entre 1965 e 1970, segundo a actividade económica exercida em 31 de Dezembro de 1970 (%)

	Ramos de actividade C.A.E.										
Distritos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	95	TOTAL
Aveiro	1.3	0.0	18.7	1.9	3.2	5.8	5.8	7.1	56.1	30.3	100.0
Beja	5.6	0.2	32.3	0.8	17.5	11.4	5.2	2.4	24.7	13.2	100.0
Braga	0.5	0.0	12.1	0.0	9.8	20.0	4.7	3.7	49.3	34.9	100.0
Bragança	0.7	0.0	11.8	0.0	5.9	12.5	6.6	3.3	59.2	36.2	100.0
C. Branco	1.4	0.3	18.1	0.8	5.3	11.6	14.3	3.8	44.5	23.7	100.0
Coimbra	1.7	0.0	14.5	0.6	5.8	16.2	8.1	3.9	49.2	23.7	100.0
Évora	5.5	0.0	26.9	0.6	13.4	11.4	10.2	3.9	28.1	12.2	100.0
Faro	2.7	0.2	20.7	0.8	9.7	12.0	11.8	7.4	34.7	11.6	100.0
Guarda	2.4	0.0	17.5	0.8	7.3	14.3	7.0	4.0	46.6	25.9	100.0
Leiria	2.1	0.0	14.7	0.0	6.9	14.9	6.9	4.5	49.9	28.0	100.0
Portalegre	3.6	0.0	28.6	0.5	14.3	11.2	8.8	3.4	29.5	11.0	100.0
Porto	1.2	1.2	18.1	1.6	5.8	18.6	5.3	5.3	42.8	19.8	100.0
Santarém	5.6	0.2	20.2	0.9	14.1	11.1	8.9	4.2	34.8	19.1	100.0
V. Castelo	1.1	0.0	10.9	0.0	13.7	20.2	4.9	0.0	49.2	41.5	100.0
Vila Real	2.4	0.5	14.9	0.5	19.3	9.3	2.0	1.7	49.4	39.4	100.0
Viseu	2.8	0.0	24.6	0.8	10.3	12.4	4.2	1.1	43.7	29.9	100.0

Fonte: I.N.E.

O factor II explica 23,9% da variância total e define-se por uma relação positiva forte com a percentagem de activos do sector dos transportes, armazenagem e comunicações, banca e seguros e por *loadings* negativos moderados com a percentagem de trabalhadores da construção civil e obras públicas, comércio, restaurantes e hotéis.

Finalmente, o factor III identifica-se negativamente com os ramos de actividade com menor representatividade, quer na população imigrada, quer no total de activos da A.M.L. (indústrias extractivas e electricidade, gás, água e serviços de saneamento). Ora, em virtude de os resultados do Recenseamento da População de 1970 corresponderem apenas ao apuramento de uma amostra de 20% da população, e por estas actividades terem uma representação muito escassa, há grandes probabilidades de erro, por enviesamento da amostra e, por isso, não nos parece lícito extrair qualquer conclusão a partir deste factor.

Quadro 36 - Matriz de factores rodada: composição por ramos de actividade, dos fluxos migratórios de população activa para a A.M.L. - 1965-1970

	Factores		
Variáveis	I	II	III
1	0.94	0.01	0.06
2	-0.03	-0.13	-0.88
3	0.91	0.16	-0.11
4	0.18	0.49	-0.77
5	0.68	-0.64	0.08
6	-0.46	-0.47	0.08
7	0.20	0.73	0.30
8	-0.09	0.84	-0.29
9	-0.92	-0.03	0.02
% cumulativa de explicação	36.84	60.75	78.08

A distribuição dos *scores* (67) no factor I (quadro 37, fig. 35) individualiza dois grandes conjuntos de áreas com características opostas no que se refere aos sectores de actividade em que trabalham os seus emigrantes na A.M.L.:

(67) Valores de cada factor em cada unidade de análise.

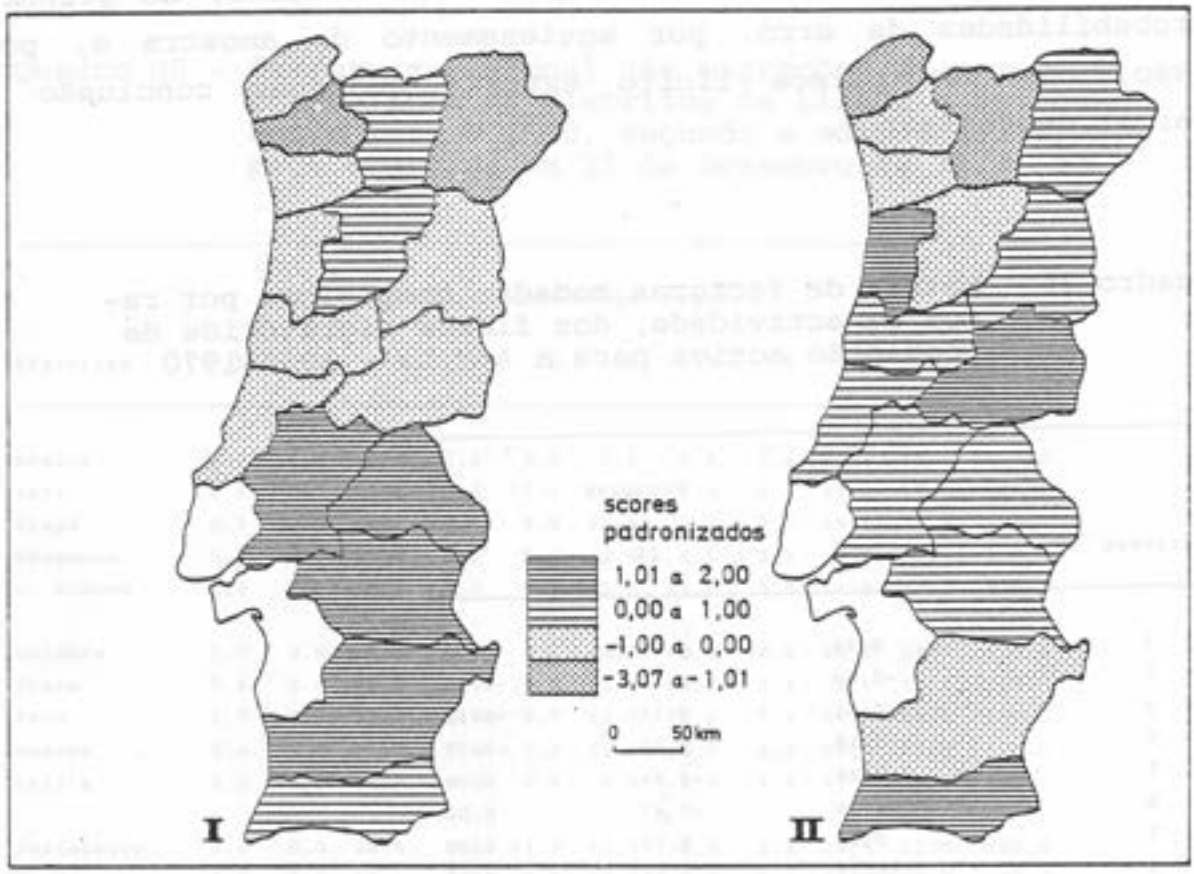


Fig. 35 - *Scores* nos factores I e II

Factor I - Actividades dos sectores primário e secundário versus sector terciário

Factor II - Actividades dos grupos 7 e 8 da C.A.E. versus grupos 5 e 6

Alentejo e Ribatejo; e o norte e centro do País, excepto os distritos de Vila Real e Viseu.

Os trabalhadores originários de Beja, Évora, Portalegre e Santarém têm um peso relativo muito maior nas indústrias transformadoras, construção civil e agricultura do que os provenientes do Norte e Centro, e, em contrapartida, no sector terciário, sobretudo nas actividades do grupo 9 da C.A.E., os alentejanos e ribatejanos são francamente minoritários em relação aos nortenhos.

Quadro 37 - Matriz de *scores* padronizados

	Factores		
Distritos	I	II	III
Aveiro	-0,63	1,77	-1,01
Beja	2,00	-0,79	-0,35
Braga	-1,13	-0,79	0,62
Bragança	-1,26	0,04	0,86
C. Branco	-0,31	1,28	0,29
Coimbra	-0,78	0,32	0,47
Évora	1,51	0,42	0,66
Faro	0,36	1,42	0,07
Guarda	-0,34	0,28	0,19
Leiria	-0,71	0,13	0,84
Portalegre	1,26	0,09	0,56
Porto	-0,68	-0,26	-3,07
Santarém	1,08	0,21	-0,06
V. Castelo	-0,82	-1,76	0,83
V. Real	0,11	-1,69	-0,90
Viseu	0,34	-0,68	0,01

Entre os distritos com *scores* negativos salientam-se Braga e Bragança, por registarem os valores mínimos (-1,13 e -1,26 respectivamente), o que quer dizer que a proporção dos seus emigrantes residentes na A.M.L. que trabalham em actividades dos sectores primário e secundário é ainda significativamente inferior aos níveis de ocorrência que se verificam nas outras regiões do norte do País.

Em situação oposta à de Braga e de Bragança, colocam-se Vila Real e Viseu que, juntamente com Faro, têm uma distribuição sectorial da população imigrada em Lisboa que os aproxima do grupo constituído por Santarém, Portalegre, Évora e Beja.

Os *scores* no factor II têm um padrão espacial menos contrastado e menos claro que o do factor I (fig. 35.2). Definido por variáveis com valores percentuais relativamente baixos e dadas as deficiências na recolha da informação, é possível que os resultados obtidos se apresentem um pouco distorcidos e, por isso, é impossível saber até que ponto as diferenças observadas são ou não significativas.

Dada a sobrerrepresentação dos activos do grupo 9 da C.A.E. que, nalguns distritos do norte e centro do País, chega a atingir valores próximos ou superiores a 50% do total, e a extrema diversidade de funções incluídas neste conjunto de actividades, procurámos saber qual o subgrupo com maior expressão. Como vemos no quadro 35, verifica-se que os serviços pessoais e domésticos (subgrupo 95) representam, só por si, entre 20 e 30% da população activa emigrada das regiões do Norte e do Centro, enquanto no caso do Alentejo e do Algarve esses valores se quedam pelos 11-12%.

A grande importância dos serviços pessoais e domésticos, onde se incluem as tarefas domésticas e outras tradicionalmente desempenhadas por mulheres, permite ainda validar uma das hipóteses que apresentámos anteriormente para explicar o desequilíbrio entre a população feminina e masculina emigrada na A.M.L..

4.3.2. De 1973 a 1981

A principal novidade deste período em relação ao anterior resulta do reforço da componente externa no total da população imigrada.

Em 1970 a percentagem de habitantes que em 1965 residiam nos antigos territórios coloniais africanos e em países estrangeiros equivalia apenas a 1,34% do total da população da A.M.L. nascida antes daquela data; mas, os indivíduos provenientes das ex-colónias entre 1974 e 1981

representavam, só por si, 9,38% dos residentes na região de Lisboa, em 16 de Março de 1981, com sete ou mais anos de idade (quadros 33 e 38).

Outro aspecto que ressalta da comparação dos dois quadros é a diferença dos valores do *sex ratio* dos imigrantes em cada um dos períodos. Na década de setenta a composição das correntes migratórias para Lisboa é um pouco menos desequilibrada do que no decénio anterior e, por conseguinte, o diferencial entre o número de homens e mulheres residentes na A.M.L. tende a reduzir-se.

Quadro 38 - População residente na A.M.L. em 1981, por sexos e regiões de residência em 1973

Regiões de residência em 1973	HM		H		M		100.H/M
	nº	%	nº	%	nº	%	
Distritos de Lisboa e Setúbal	1870427	84,39	888202	84,25	982225	84,53	90,43
Outros distritos do Continente	107514	4,85	45183	4,29	62331	5,37	72,49
Macau	1284	0,06	688	0,07	596	0,05	115,44
Ex-colónias	207975	9,38	105936	10,05	102039	8,78	103,82
Outros países estrangeiros	29119	1,31	14297	1,36	14822	1,28	96,46
TOTAL	2216319	100,00	1054306	100,00	1162013	100,00	90,73

Fonte: I.N.E.

Na origem desta evolução estão além do retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias e dos contingentes militares que combatiam na guerra colonial, a redução da emigração para a Europa Ocidental que, como já referimos, escoava sobretudo a população masculina.

No que se refere à mobilidade geográfica interna, reforçou-se o peso dos movimentos no interior da Área Metropolitana em detrimento das migrações inter-regionais

(quadro 39, fig. 36). Entre 1965 e 1970 os fluxos migratórios entre os distritos de Lisboa e Setúbal representavam apenas 8,0% do total de pessoas residentes na A.M.L. em 1970 e que em 1965 habitavam noutro distrito do Continente. Mas, entre 1974 e 1981 as trocas de população entre aqueles dois distritos equivaliam a 31,3% do volume global das mudanças de residência interdistritais dos habitantes da A.M.L. em 1981.

Quadro 39 - População residente na A.M.L. em 16 de Março de 1981, por distritos de residência em 31 de Dezembro de 1973

Distritos residência em 1973	A.M.L.		A.M.L. Concelhos a Norte do Tejo		A.M.L. Concelhos a Sul do Tejo	
	nº	%	nº	%	nº	%
Aveiro	2294	0.12	1797	0.12	497	0.11
Beja	7784	0.39	3855	0.26	3929	0.84
Braga	2537	0.13	2136	0.14	401	0.09
Bragança	3057	0.15	2498	0.17	559	0.12
C.Branco	9052	0.46	7298	0.48	1754	0.37
Coimbra	6161	0.31	5023	0.33	1138	0.24
Évora	7340	0.37	3601	0.24	3739	0.80
Faro	5619	0.28	3284	0.22	2335	0.50
Guarda	5118	0.26	4382	0.29	736	0.16
Leiria	5538	0.28	4625	0.31	913	0.19
Lisboa	1452062	73.41	1427819	94.67	24243	5.16
Portalegre	5255	0.27	3428	0.23	1827	0.39
Porto	5829	0.29	4770	0.32	1059	0.23
Santarém	24372	1.23	9290	0.62	15082	3.21
Setúbal	418365	21.15	9391	0.62	408974	87.06
V.Castelo	2594	0.13	2140	0.14	454	0.10
V.Real	4741	0.24	4087	0.27	654	0.14
Viseu	10223	0.52	8755	0.58	1468	0.31
TOTAL	1977941	100.00	1508179	100.00	469762	100.00

Fonte: I.N.E.

O crescimento de Lisboa propagou-se essencialmente para a Margem Sul do Tejo que, por este facto, entre 1970 e

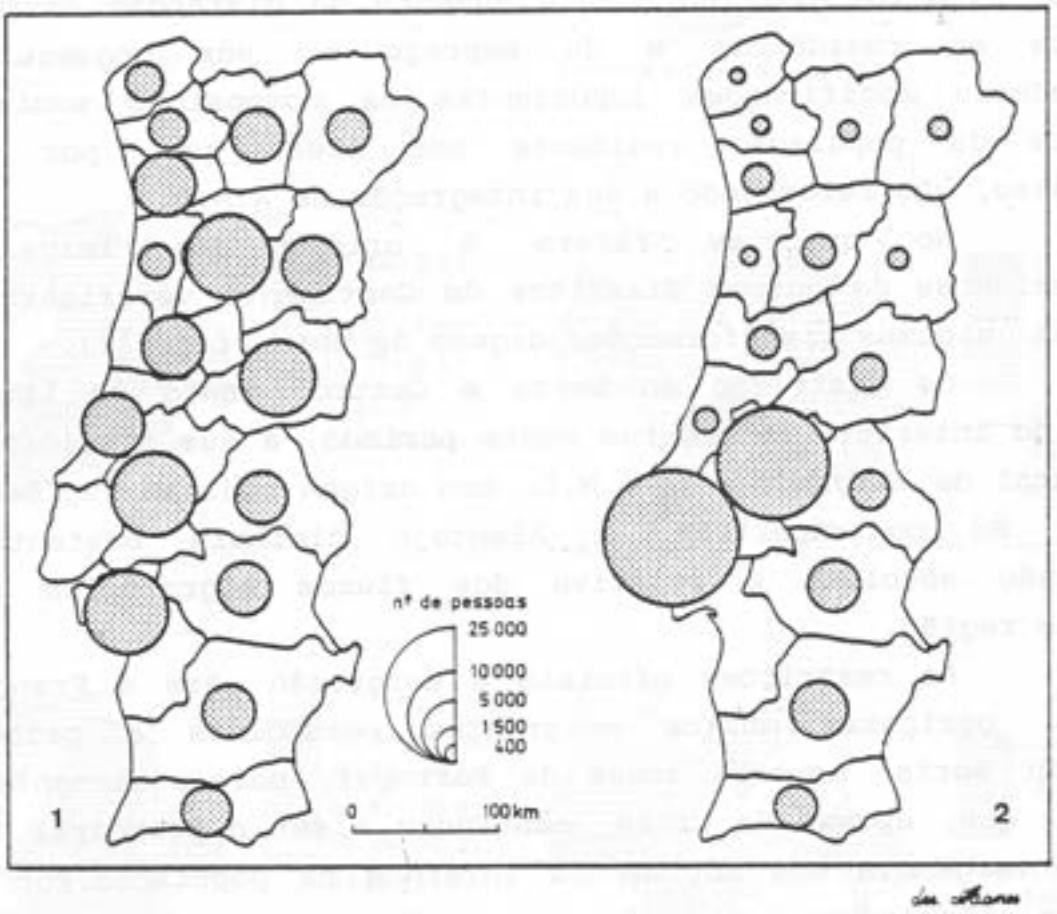


Fig. 36 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de residência em 31 de Dezembro de 1973

36.1 - Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo

36.2 - Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

1981 registou uma taxa de crescimento demográfico muito superior ao da Margem Norte (45,3% e 33,4% respectivamente).

O alastramento da suburbanização para áreas cada vez mais distantes, resultante da relativa saturação demográfica dos subúrbios mais próximos e dos elevados preços das habitações na periferia imediata de Lisboa, traduziu-se, entre outros aspectos, por um grande aumento da distância entre os locais de residência e de emprego e, por conseguinte, introduziu modificações importantes na composição social e etária da população residente nas áreas que, por este processo, vão reforçando a sua integração na A.M.L.

No que se refere à origem dos imigrantes provenientes de outros distritos do Continente verificaram-se também algumas transformações dignas de nota (fig. 36).

Os distritos do Norte e Centro, tanto do litoral como do interior, reforçaram neste período, a sua participação no total de imigrantes da A.M.L. com origem noutras regiões do País. Em contrapartida, o Alentejo diminuiu bastante a dimensão absoluta e relativa dos fluxos migratórios para aquela região.

As restrições oficiais à emigração para a França e R.F.A. obrigaram muitos emigrantes potenciais a procurar "melhor sorte" noutras zonas de Portugal, particularmente na A.M.L. que, apesar da crise, continuou a ser o principal foco de convergência dos movimentos internos da população.Por sua vez, o pólo industrial de Sines e o Algarve litoral afirmaram-se como alternativa à emigração dos alentejanos para a Capital, sobretudo para os habitantes de Beja.

As áreas residenciais da população que chegou à Área Metropolitana entre 1974 e 1981, nas suas linhas gerais, apresentam uma distribuição semelhante à que se verificava no período analisado anteriormente (fig. 37). Os alentejanos e algarvios têm maior representação relativa nos subúrbios da Margem Sul e a população originária do Norte e Centro continua a fixar-se maioritariamente em Lisboa e nos aglomerados suburbanos da Margem Norte. Mo entanto, é interessante notar que o Tejo funciona cada vez menos como uma barreira selectiva dos imigrantes do norte e do sul do País.

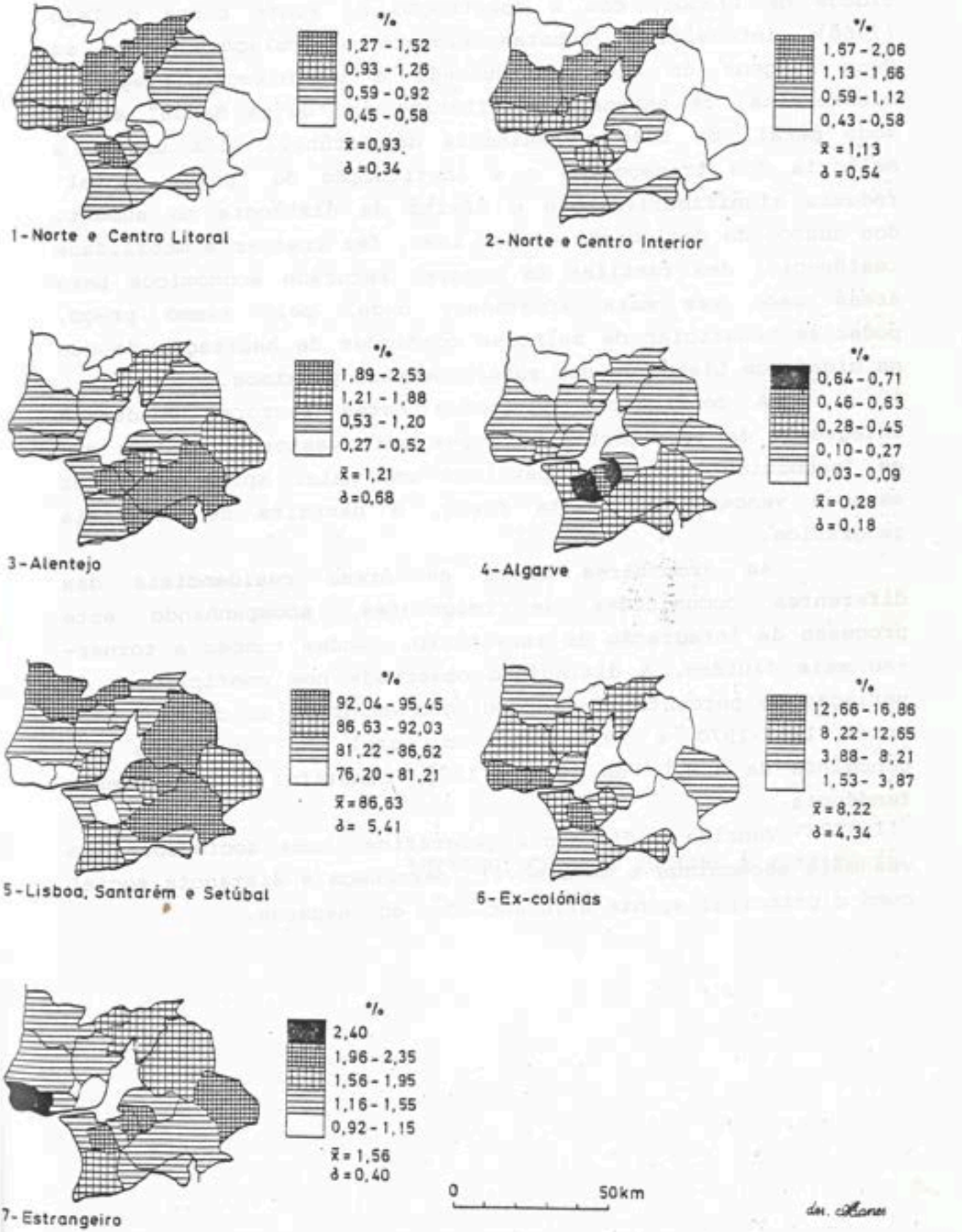


Fig. 37 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973

A diminuição da distância relativa da Margem Sul à cidade de Lisboa, com a construção da Ponte sobre o Tejo (1966), intensificou substancialmente as relações entre as duas margens do rio, estimulando a urbanização (legal e clandestina) de extensos territórios da "Outra Banda" e, de modo geral, de toda a Península de Setúbal. Além disso, a melhoria dos transportes e a instituição do "passe social" reduziu significativamente o efeito da distância no aumento dos custos de deslocação e, por isso, fez crescer a mobilidade residencial das famílias de menores recursos económicos para áreas cada vez mais afastadas, onde, pelo mesmo preço, poderiam beneficiar de melhores condições de habitação do que na cidade de Lisboa ou nos subúrbios mais próximos.

A confluência de todos estes factores conduz à integração de territórios cada vez mais vastos, à medida que as "economias" no tempo permitem uma maior aproximação dos espaços vencendo-se, desta forma, a barreira da distância geográfica.

As fronteiras entre as áreas residenciais das diferentes comunidades de imigrantes, acompanhando este processo de integração do território, tendem também a tornar-se mais fluidas. A diminuição observada nos coeficientes de variação da percentagem de população emigrada de cada região, entre 1965-1970 e 1974-1981, no total de habitantes dos concelhos da A.M.L. em 1970 e 1981, constitui a prova desta tendência.

Vencida a distância geográfica, numa sociedade cada vez mais segmentada e mais móvel, permanece a distância social como o principal agente diferenciador dos espaços.

PARTE II
EMPREGO, CLASSES SOCIAIS E TERRITÓRIO

1. ESTRUTURA DO EMPREGO E COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO

As transformações na estrutura do emprego e na composição social da população do País, nas últimas décadas, constituem indicadores privilegiados dos principais vectores de mudança da economia e da sociedade portuguesas.

Resultante e condicionante do processo de desenvolvimento, a evolução, regional e por ramos, da população activa é, por conseguinte, efeito e causa das formas de mobilidade geográfica, sectorial e social da força de trabalho e ainda produto e gerador de novos arranjos territoriais.

Contudo, desigualdades nos critérios de recolha e diferenças de qualidade dos dados dos recenseamentos colocam alguns problemas de compatibilização da informação disponível: em 1950 e 1981, a base etária de referência para a população activa foi de 12 e mais anos de idade; mas, em 1960 e 1970, o limite mínimo adoptado foi de 10 anos; as mulheres camponesas que partilham as tarefas domésticas com o cultivo dos campos e a criação de gado, foram, nuns casos, consideradas activas com profissão na agricultura ou pecuária e, noutros, incluídas no grupo dos activos com ocupação; finalmente, o Censo de 1970, além dos erros resultantes de se tratar de uma estimativa a 20%, contém ainda outros, derivados de falhas na distribuição, preenchimento, recolha e contagem dos boletins de recenseamento.

1.1. TAXAS DE ACTIVIDADE E REPARTIÇÃO SECTORIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA

Como podemos ver nos quadros 40 e 41, entre 1950 e 1981, registaram-se mudanças significativas ao nível do número de activos com profissão, das taxas de actividade global, feminina e masculina, e ainda na importância relativa, em termos de emprego, dos diferentes ramos de actividade.

Quadro 40 -População activa com profissão e taxas de actividade - Portugal Continental 1950-1981(*).

Anos	População activa com profissão			Taxas de actividade (%)		
	HM	H	M	HM	H	M
1950	3005110	2304174	700936	38,25	60,98	17,19
1960	3126245	2542005	584240	37,70	64,01	13,52
1970	2988170	2198800	789370	36,85	57,30	18,60
1981	3679467	2421425	1258042	39,41	53,78	26,02

Fonte: I.N.E.

(*) Consideramos apenas a população activa que exerce uma profissão

Embora algumas destas variações possam ser atribuídas a erros dos recenseamentos ou a desigualdades nos critérios adoptados, a evolução observada corresponde a alterações estruturais da economia e da sociedade portuguesas ao longo desse período.

A taxa de actividade global passou de 38,3% em 1950 para 39,4%, em 1981 mas, entre 1950 e 1960, e, entre 1960 e 1970, registou decréscimos de 0,5% e 0,8% respectivamente.

A incapacidade das estruturas produtivas do País para absorver o crescimento demográfico nacional obrigou muitos trabalhadores, sobretudo homens, a emigrar, determinando, por isso, uma diminuição dos activos e das taxas

de actividade entre 1950 e 1970. Contudo, o decréscimo das taxas de actividade feminina entre 1950 e 1960 é, em grande parte, devido à diferença de critérios dos dois recenseamentos pois, de outro modo, não se compreenderia que o número de mulheres activas com profissão tivesse sofrido uma quebra de 16,6%.

QUADRO 41 - Estrutura do emprego e taxas de feminização, por ramos de actividade (1950-1981)

Ramos de actividade (C.A.E.)	Estrutura sectorial do emprego				Taxa de feminização (%)			
	1950	1960	1970	1981	1950	1960	1970	1981
1-agric., silv..caça e pesca	48,35	42,78	31,05	18,85	16,25	7,86	18,65	36,78
2-ind. extractivas	0,83	0,83	0,40	0,48	6,55	3,00	3,69	4,60
SECTOR PRIMÁRIO	49,18	43,61	31,45	19,33	16,09	7,77	18,46	35,98
3-ind. transform.	18,94	21,38	23,53	26,74	28,41	24,85	33,90	35,06
4-elect., gás, água serv. saneamento	0,32	0,45	0,53	0,75	4,36	5,16	11,39	10,40
5-const. civil e obras públicas	4,83	6,84	8,17	11,35	0,69	0,79	1,22	2,20
SECTOR SECUNDÁRIO	24,09	28,68	32,23	38,84	22,53	18,80	25,25	24,98
6-comércio, rest. hotéis	23,14a)	8,16b)	10,85	13,29	41,84a)	15,36a)	26,55	36,03
7-transp..armaz. e comunicações	3,40	3,73	4,68	4,94	7,33	8,91	12,31	15,90
8-bancos, seguros e op. sobre imov.	-	-	1,88	2,67	-	-	25,72	27,26
9-serv. sociais e pessoais	-	15,20	15,52	20,87	-	54,41	48,20	53,75
SECTOR TERCIÁRIO	26,54	27,09	32,94	41,77	37,42	36,38	34,68	41,94
0-act. mal defin.	0,19	0,62	3,38	0,06	-	-	-	-
TOTAL (Continente)	100,00	100,00	100,00	100,00	23,32	18,69	26,42	34,19

Fonte: I.N.E.

a) grupos 6+8+9 e b) grupos 6+8

Na década de setenta, ou mais precisamente a partir de 1974, o forte declínio da emigração para a Europa Ocidental e a vinda dos "retornados" das ex-colónias, associados a um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, provocaram uma subida da taxa de actividade global apesar de a taxa de actividade masculina ter diminuído 3,5 % (quadro 40).

A tendência de decréscimo da taxa de actividade dos homens não significa necessariamente uma diminuição relativa da população trabalhadora: o aumento da escolaridade obrigatória, o envelhecimento da população, o crescimento do número de reformados e pensionistas e o desemprego reduzem substancialmente a população activa que exerce uma profissão mas, em contrapartida, os dados estatísticos oficiais não contemplam as formas de trabalho "oculto"(68) que vão desde a pluriactividade, entreajuda de familiares, vizinhos e amigos, difusão do trabalho ao domicílio, emprego de mão-de-obra infantil e outros assalariados não declarados pela entidade patronal(69).

Como já referimos, a evolução das taxas de actividade global, feminina e masculina, foi também acompanhada por transformações significativas na estrutura sectorial do emprego e na participação das mulheres nos diferentes ramos de actividade económica (quadro 41).

Em 1950, o sector primário ocupava ainda quase 50% da população activa e contribuía com menos de 1/3 do produto nacional. A indústria transformadora e a construção civil empregavam 28% dos trabalhadores e o sector terciário 27%.

A fragilidade das estruturas de produção, traduzida por baixos níveis de produtividade, reduzida dimensão das unidades produtivas, fracos níveis de qualificação da força de trabalho, predomínio dos ramos intensivos em mão-de-obra e grande concentração (sectorial e dos territórios de destino) das exportações, colocavam Portugal na fronteira do subdesenvolvimento.

---

(68) Sobre o sector da economia subterrânea em Portugal veja-se, nomeadamente: CABRAL,1983; FIGUEIREDO et.al.,1985; LOBO,1985; RODRIGUES,1984 e SANTOS,1983.

(69) Na população feminina este movimento,embora presente, é "escondido" por um outro, muito mais amplo, que corresponde ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Na década de sessenta, a indústria e o comércio e serviços registaram uma expansão considerável e a agricultura entrou em forte declínio. Apesar disso, em 1970, as actividades do sector primário ocupavam ainda cerca de 1/3 da população activa.

De 1970 para 1981, acentuaram-se os traços gerais da evolução do decénio anterior: diminuição absoluta e relativa da agricultura e aumento da indústria, construção civil e, sobretudo, das actividades terciárias. De uma repartição sensivelmente equitativa pelos três sectores em 1970, passou-se para uma situação de nítida dominância da indústria e do comércio e serviços.

O alargamento do sector secundário nos anos sessenta, conforme salientámos em trabalho anterior (FONSECA e ABREU, 1984), processou-se em condições bastante diferentes das que se verificaram nos países de capitalismo avançado: uma parte substancial do aumento das actividades secundárias resulta da expansão da construção civil e uma parcela significativa do crescimento das indústrias transformadoras assenta na proliferação de pequenas e médias unidades, com baixos níveis de produtividade e que subsistem à custa de elevadas taxas de exploração, recurso a mão-de-obra pouco qualificada, muitas vezes mulheres e adolescentes e, frequentemente, em estreita ligação com o trabalho no campo.

O sector terciário, apesar de ser aquele que, em 1981, empregava maior número de activos, tem ainda uma importância relativa bastante inferior à que se verifica nos países mais desenvolvidos de economia de mercado (quadros 41 e 42). No entanto, a evolução dos diferentes ramos de actividade que o constituem bem como o desenvolvimento das chamadas profissões terciárias da agricultura e da indústria, nas suas linhas gerais, apresenta-se concordante com a que se tem registado naqueles países.

Na década de setenta, a maior taxa de crescimento (163,1%) coube aos serviços sociais (educação, saúde, investigação e outros serviços prestados à colectividade); o emprego nos bancos, seguros, outras instituições financeiras e operações sobre imóveis e na administração pública e defesa nacional, embora a grande distância dos serviços sociais,

cresceu também a um ritmo bastante superior ao que se verificou no conjunto do sector terciário mas o aumento percentual do número de activos no comércio, restaurantes e hotéis, nos transportes, armazenagem e comunicações e sobretudo nos serviços pessoais e domésticos ficou bastante aquém do valor observado para o sector dos serviços na sua globalidade: 50,7, 30,0 e 14,1% respectivamente(70).

Quadro 42 - População activa do sector terciário em alguns países desenvolvidos de economia de mercado (1980)

Países	% de activos no sector terciário
E.U.A.	65.9
Japão	54.2
França	55.3
R.F.A.	50.3
Suécia	62.2
Reino Unido	59.6
O.C.D.E	50.1
C.E.E.	53.9

Fonte: TEIXEIRA, 1987, p. 44

Outro aspecto interessante que sobressai da análise do quadro 40 é a desigual participação das mulheres nos diferentes ramos de actividade económica: a mulher tem vindo a aumentar a sua actividade na agricultura, conquistou importantes posições no emprego do sector terciário mas tem penetrado mais lentamente no sector industrial(71).

A crescente feminização do emprego agrícola corresponde a um processo radicalmente diferente daquele que se tem verificado no comércio e serviços. A agricultura é um sector em declínio e, por este facto, o aumento da mão-de-obra feminina é , em grande parte, uma componente residual da emigração e das transferências dos homens para outras

(70) Sobre a evolução do emprego nos serviços em Portugal, veja-se TEIXEIRA.1987.

(71) Sobre o emprego das mulheres em Portugal veja-se SILVA.1983.

actividades, nomeadamente para a indústria e construção civil (72). Pelo contrário, a recente expansão do sector terciário fez-se, fundamentalmente, à custa da mobilização das mulheres (73) sobretudo para os ramos com menores salários, horários mais reduzidos ou mais flexíveis, por forma a permitirem uma melhor conjugação da actividade profissional com as tarefas domésticas.

1.2. ESTRUTURAS REGIONAIS DO EMPREGO

As transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa nas últimas décadas exprimem-se por figurinos regionais altamente diferenciados. Tal como a emigração e os movimentos migratórios internos afectaram de forma desigual o território português, também as mudanças na estrutura da população activa do conjunto do País, se manifestaram, ao nível regional, com formas e intensidades variáveis.

Como vemos nas fig. 38 e 39, a distribuição dos valores concelhios das taxas de actividade e das áreas de dominância dos sectores primário, secundário e terciário evidenciam grandes assimetrias territoriais.

As maiores taxas de actividade correspondem às regiões urbano-industriais do litoral, particularmente às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, distrito de Aveiro, orla algarvia e ainda a um grande número de concelhos do Ribatejo e Alentejo Ocidental, com altos níveis de proletarização agrária.

As actividades dos grupos 1 e 2 da Classificação das Actividades Económicas (C.A.E.), apesar do decréscimo que se tem vindo a registar na agricultura, são ainda dominantes, em

---

(72) Muitas vezes, ao trabalho na fábrica, na construção civil e mesmo nalguns sectores do comércio e serviços associa-se a prática da agricultura a tempo parcial, pelo que a diminuição da participação do homem na agricultura não é tão acentuada como a evolução do número de homens com profissão no sector agrícola parece indicar.

Sobre a agricultura a tempo parcial em Portugal, veja-se: CAVACO,1981-a) e c) e, sobre a mulher na agricultura portuguesa, veja-se CAVACO,1981-b).

(73) O sector terciário absorveu 64,7% do aumento global do emprego feminino entre 1970 e 1981.

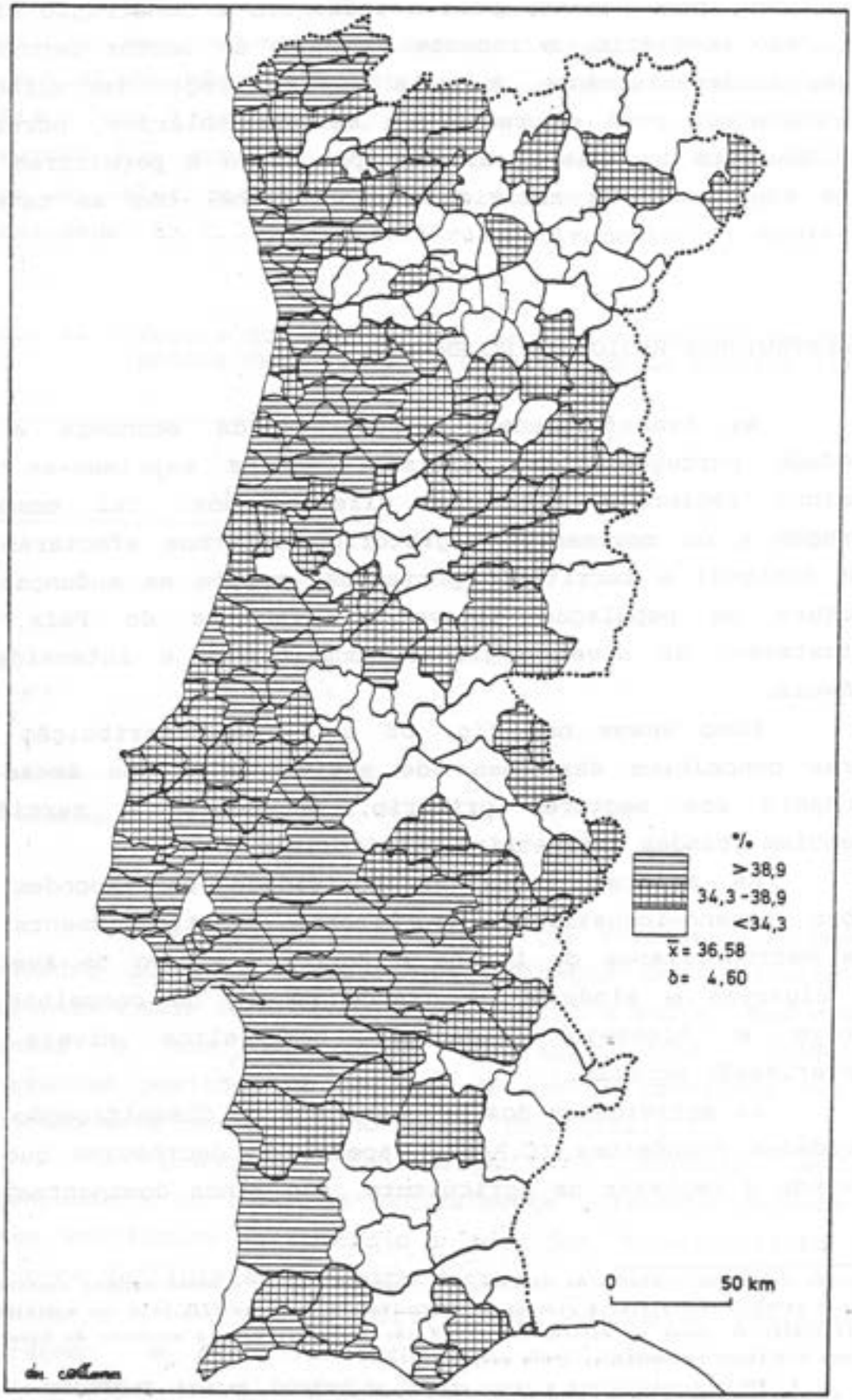


Fig. 38 - Taxa de actividade (1981)

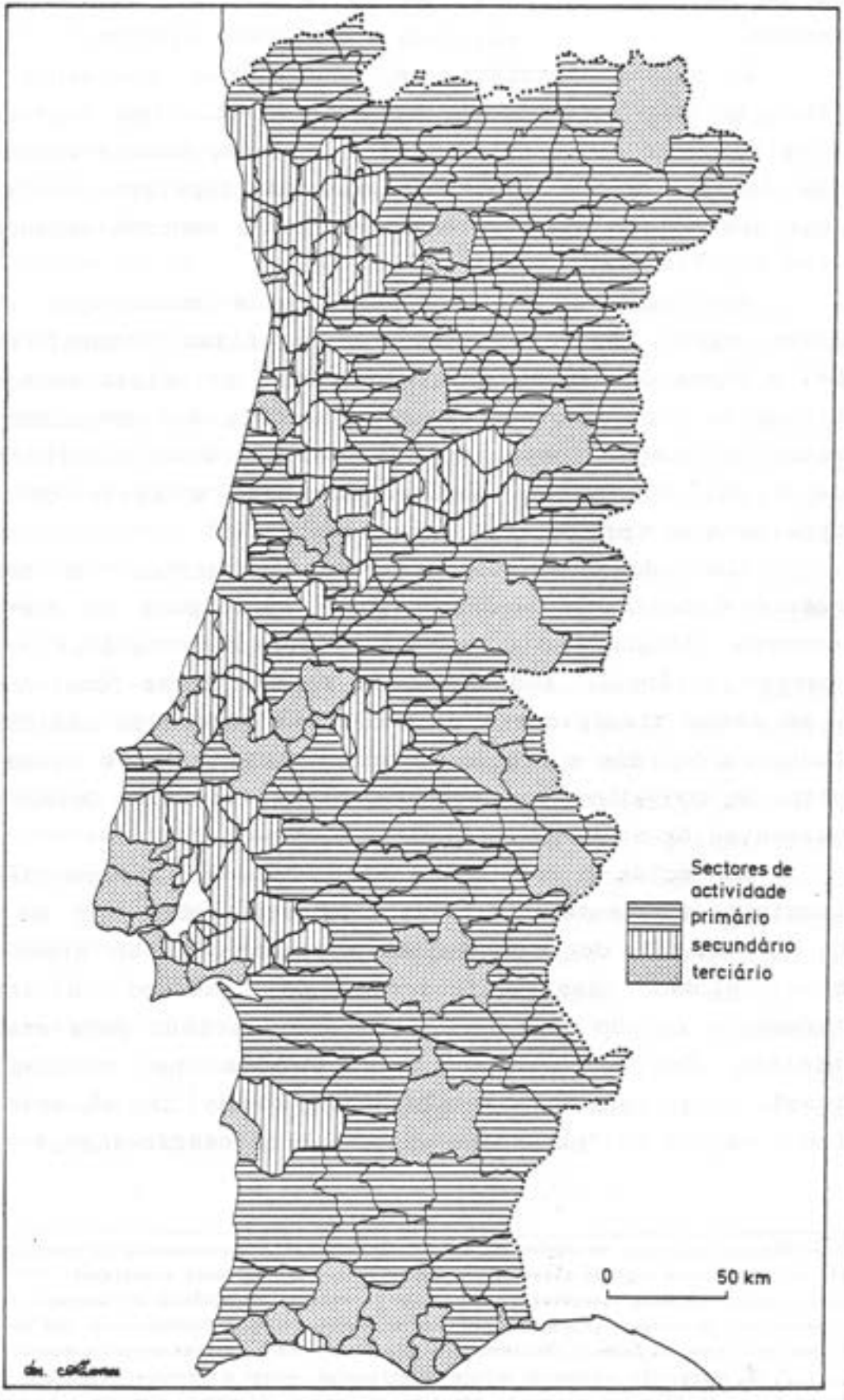


Fig. 39 - Sector de actividade que emprega maior número de activos

termos de emprego, em 1981, em 54,5% dos 275 concelhos do Continente.

O sector terciário é aquele que apresenta uma distribuição mais concentrada. Fora da A.M.L., que representa 43,0% do total da população activa do sector, domina apenas no Algarve litoral e nos concelhos onde se localizam ou ficam próximos das sedes de distrito ou de outros centros urbanos de relativa importância.

Por sua vez, a indústria e a construção civil mobilizam maior número de activos na faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo, constituindo o principal sector de actividade da população residente na maioria dos concelhos dos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Leiria, área suburbana de Lisboa a sul do Tejo e periferias norte e leste da Área Metropolitana da Capital.

Além dos territórios atrás referidos, o sector secundário é dominante apenas nalguns municípios do distrito de Santarém (Alcanena e Constança, Abrantes e Sardoal, junto do chamado triângulo industrial - Torres Novas-Tomar-Abrantes), em áreas tradicionais da indústria têxtil de lanifícios (Castanheira de Pêra e região da Serra da Estrela) e ainda num conjunto de concelhos do nordeste do distrito de Coimbra e, pontualmente, em Santiago do Cacém e Lagoa.

Conhecida a evolução nacional e as diferenciações territoriais existentes em 1981, importa agora ver em que medida a evolução de cada região acompanha ou se afasta da dinâmica global das estruturas do emprego nacional. Limitaremos o estudo ao período posterior a 1960 para atenuar os efeitos das diferenças de critérios na recolha da informação dos censos e utilizaremos como instrumento de análise o método de "alteração proporcional"(*shift-share*)(74).

---

(74) Em linhas gerais, esta metodologia permite decompor as transformações na composição da população activa de cada unidade espacial em duas componentes: nacional e regional.

A componente nacional corresponde à variação hipotética do emprego de cada região (masculino, feminino, ou de qualquer sector de actividade) considerando que todos os ramos tinham uma variação igual à observada para o conjunto da população activa nacional.

A componente regional indica a diferença entre a variação esperada face à evolução do total do País e a alteração efectiva do emprego de cada região. Esta componente pode ainda subdividir-se numa componente proporcional ou estrutural e numa componente diferencial que permite verificar em que medida as desigualdades entre a evolução do emprego

1.2.1. O emprego masculino e feminino

Entre 1960 e 1970 a população activa do Continente sofreu um decréscimo global de 138075 indivíduos (4,4%). A quebra do emprego masculino foi a principal responsável por esta evolução uma vez· que a mão-de-obra feminina registou um aumento de 35,1%.

Possivelmente a evolução traduzida por estes números sobrevaloriza o crescimento do emprego feminino (dada a subavaliação do número de mulheres activas em 1960). Contudo, não há dúvidas que os efeitos conjugados da emigração, predominantemente masculina, e a mobilização da mão-de-obra feminina, induzida pelo crescimento das cidades, desenvolvimento da indústria e das actividades terciárias, determinaram um grande aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, ainda que por formas e incidências bastante diferentes ao nível regional(75).

É interessante notar que, enquanto nos países de capitalismo avançado o aumento das taxas de actividade feminina se tem feito quase exclusivamente à custa da penetração da mulher na indústria e no terciário, em Portugal, nos decénios de sessenta e setenta, o sector agrícola absorveu uma parcela significativa do aumento do emprego das mulheres (quadro 43). Mesmo tomando em conta a sobreavaliação do crescimento da participação feminina na agricultura, sobretudo entre 1960 e 1970 (dadas as diferenças de critérios na classificação das mulheres camponesas), o fenómeno da emigração e a mobilidade da população masculina para outros sectores de actividade tiveram como consequência o acréscimo da taxa de feminização da mão-de-obra rural.

---

regional e nacional se ficam a dever à estrutura sectorial da população activa da região (componente estrutural) ou a vantagens ou desvantagens específicas da localização.

Sobre a aplicação e estudos do emprego em Portugal, veja-se: CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO,1974; FERRÃO e JENSEN-BUTLER,1986; JENSEN-BUTLER e PIRES,1983 e TEIXEIRA,1987.

(75) Conforme salienta Manuela Silva (SILVA,1983,p.15), "à crescente participação da mulher nas actividades económicas, sobretudo na indústria e no terciário, além das mudanças na estrutura da economia doméstica e da divisão do trabalho familiar, correspondem também profundas transformações na organização e funções da família, com grandes repercussões na evolução demográfica, social e cultural".

Quadro 43 - Repartição do crescimento do emprego feminino, por sectores de actividade (1960-1981)

	1960-1970		1970-1981	
	Crescimento efectivo	%	Crescimento efectivo	%
Sector primário	67 575	38.5	82373	16.5
Sector secundário	74 604	42.6	113 896	22.8
Sector terciário	33 150	18.9	303 264	60.7
TOTAL	175 329	100.0	499 533	100.0

Fonte: I.N.E.

* Excluíram-se as actividades mal definidas.

A cartografia dos valores das componentes regional e diferencial do emprego masculino e feminino nos decénios de sessenta e setenta (fig. 40 a 47) sintetiza as diferenças regionais mais importantes da evolução do número de homens e mulheres que exercem uma actividade económica.

a) A década de sessenta

Entre 1960 e 1970, acentuou-se a concentração do emprego em áreas restritas do País. A grande maioria dos concelhos do Continente registou valores negativos para a componente regional do crescimento do emprego masculino (fig. 40), enquanto as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto representam respectivamente 79,4% e 13,3% da soma dos valores positivos da componente regional, apesar de as cidades de Lisboa e Porto se colocarem numa posição relativa desfavorável face à observada no conjunto do território nacional.

Esta situação indica, por um lado, a elevada concentração da população activa nestas regiões e, por outro, a expansão suburbana das duas maiores cidades portuguesas e, por conseguinte, o aumento das migrações pendulares diárias entre a cidade e os subúrbios.

A distribuição dos valores percentuais da componente diferencial apresenta-se bastante concordante com a da componente regional (fig. 40 e 41), pelo que podemos concluir que as variações espaciais da evolução do emprego masculino

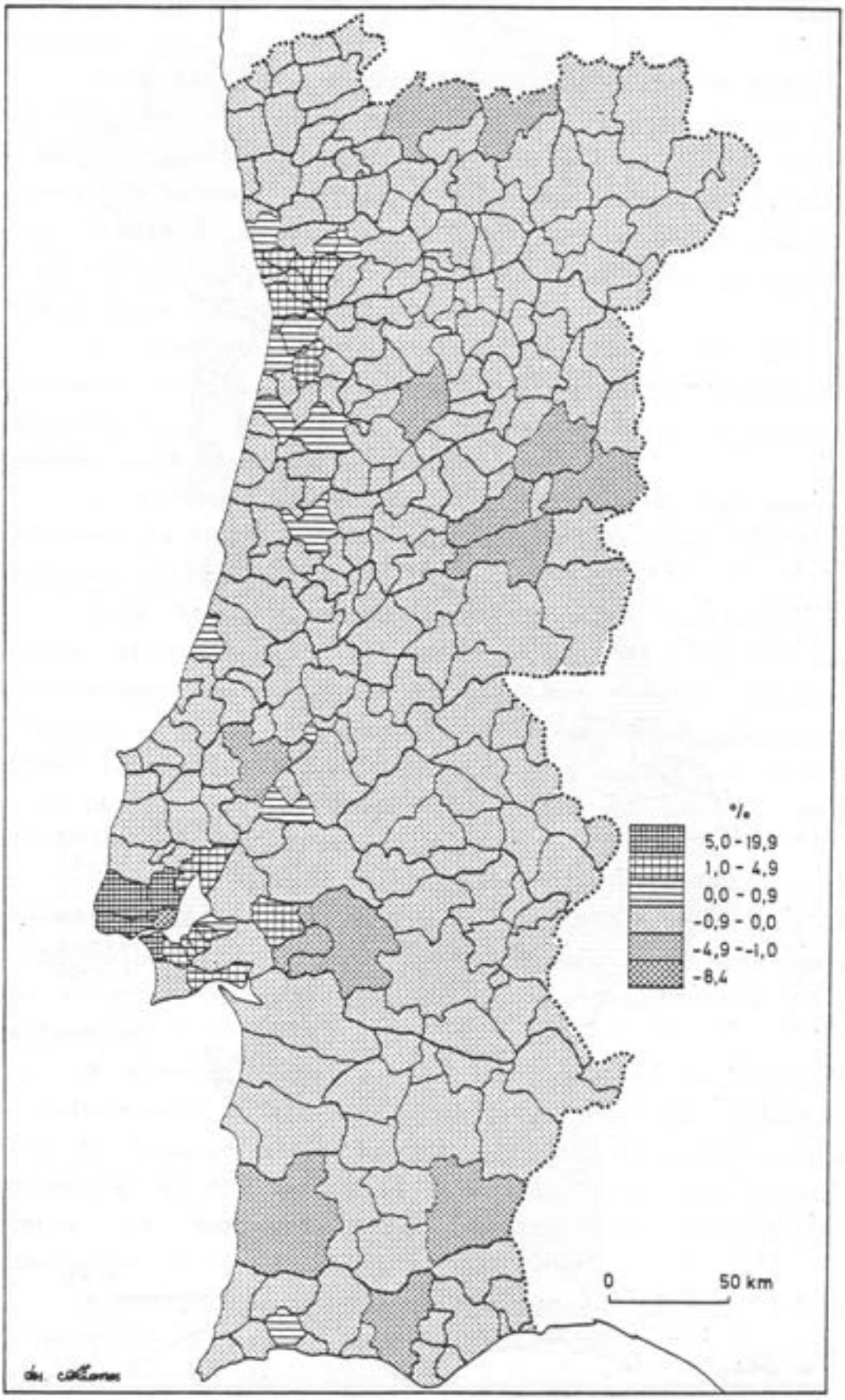


Fig. 40 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

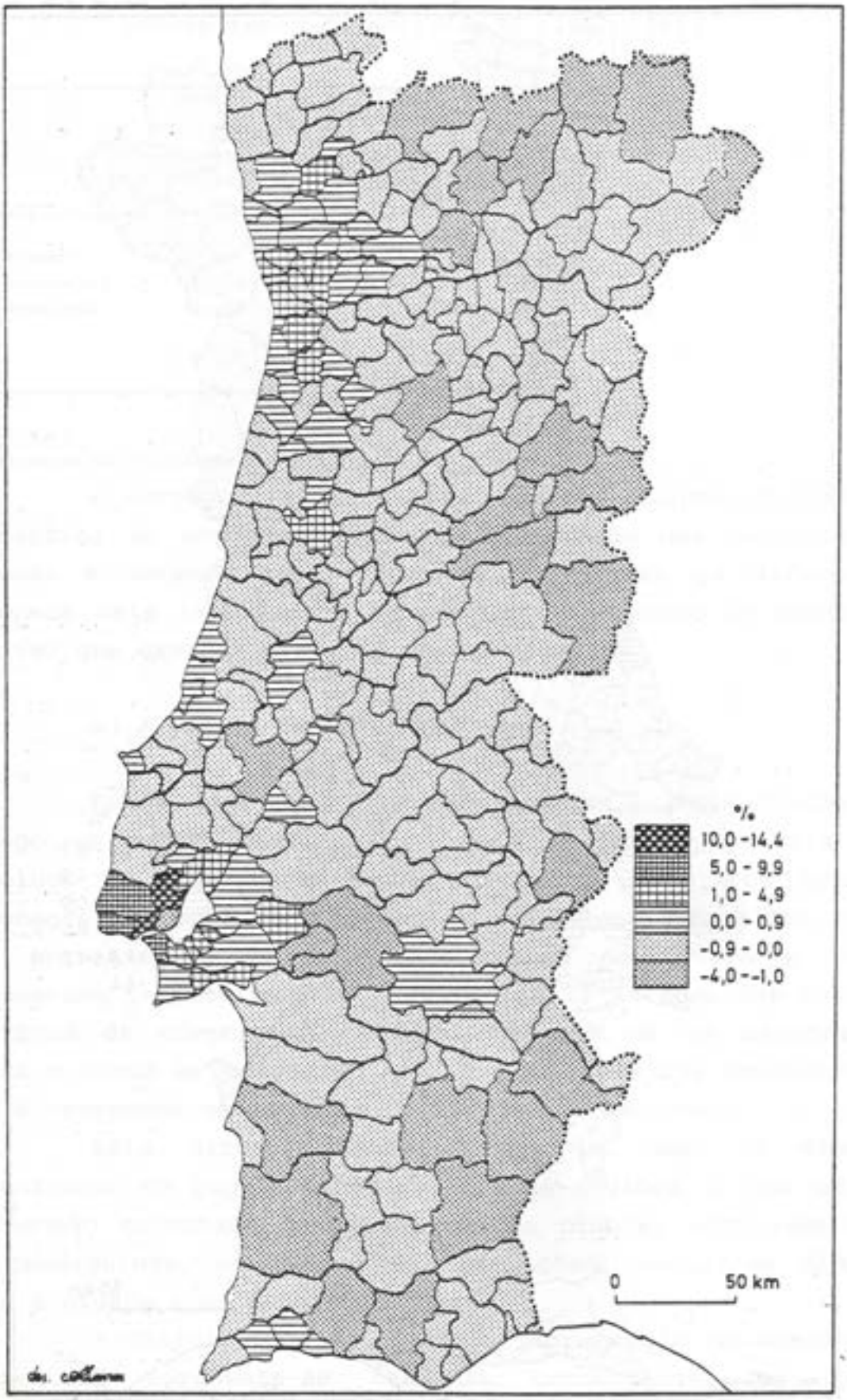


Fig. 41 - Incidência da componente diferencial da variação do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

derivam sobretudo de vantagens ou desvantagens específicas de cada região.

Além das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e de alguns concelhos com um relativo desenvolvimento urbano-industrial dos distritos de Braga, Aveiro e Leiria, apenas Coimbra, Vila Nova de Ourém, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Peniche, Almeirim, Évora, Lagos, Portimão e Lagoa registaram taxas de variação do emprego masculino superiores às que seria de esperar face aos valores nacionais.

A posição do concelho de Évora é um pouco "enganadora" porque a variação do emprego masculino é praticamente igual à do País e, por conseguinte, a componente diferencial está bastante próxima de zero.

A situação favorável de Vila Nova da Barquinha deriva, como já referimos em capítulos anteriores, da fixação da população militar da base aérea de Tancos.

Vila Nova de Ourém é um concelho bastante pobre, fortemente afectado pela emigração onde, em 1970, o sector primário ocupava ainda 54,4% da população activa total. Por isso, cremos que foi o desenvolvimento da construção civil e do sector terciário induzido pelo centro religioso de Fátima (Cova da Iria) que permitiu que o decréscimo do emprego masculino fosse inferior ao que se registou no País.

Almeirim, beneficiando da proximidade de Santarém, de boa acessibilidade a Lisboa e de abundância de mão-de-obra, pôde desenvolver uma agricultura moderna orientada para o mercado e atrair algumas indústrias, particularmente do ramo agro-alimentar.

O Entroncamento é, de entre todos os municípios atrás referidos, aquele onde se verificou um crescimento efectivo do emprego masculino, resultante do desenvolvimento da indústria e do terciário induzido pelo seu papel de importante nó ferroviário no centro do território do Continente.

A posição de vantagem relativa de Coimbra, Peniche, Lagos, Portimão e Lagoa, face ao total do País, resulta da expansão do sector do comércio e serviços que, no caso dos municípios algarvios, se deve fundamentalmente ao desenvolvimento das actividades de apoio ao turismo.

No que se refere à evolução do emprego feminino, como já referimos, no período 1960-1970, verificou-se um notável crescimento.

Assim, contrariamente ao que se verifica com o emprego masculino, a componente regional do crescimento do número de mulheres activas apresenta valores positivos na grande maioria dos concelhos do País. No entanto, os maiores aumentos verificaram-se também na Área Metropolitana de Lisboa e nas áreas urbano-industriais dos distritos do Porto, Braga e Aveiro (fig. 42) (76).

A componente estrutural da variação do número de mulheres activas com profissão apresenta valores positivos em todos os concelhos do território nacional e, por conseguinte, as diferenciações regionais observadas nos ritmos de crescimento do emprego feminino devem-se sobretudo à influência de factores específicos de cada localização: 1) alargamento do emprego agrícola, através da subalternização do trabalho na agricultura, em áreas de forte êxodo rural onde a mulher tende a substituir o homem no cultivo da terra; 2) crescente mobilização das mulheres para o desempenho de actividades terciárias e, em menor grau, das industriais, particularmente nas áreas urbanas, ou seja, onde se registam maiores taxas de actividade.

A cartografia dos valores percentuais da componente diferencial, calculados em relação à soma dos resultados com o mesmo sinal (fig. 43), indica que as regiões mais favoráveis à expansão do emprego das mulheres se localizam nas áreas em redor da cidade de Lisboa e no Norte Litoral. Por sua vez, o Norte e Centro Interiores e o sul do Alentejo (áreas fortemente afectadas pela emigração e/ou migrações para outras regiões do País), juntamente com as cidades de Lisboa e do Porto (77) são, em linhas muito gerais, as áreas menos

---

(76) As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto representam, respectivamente, 31,4% e 14,8% da soma dos valores positivos da componente regional do crescimento do emprego feminino.

(77) Deve notar-se que os dados que estamos a analisar não representam o emprego existente em cada unidade de análise mas sim a população que nelas reside independentemente dos locais onde exerce a sua actividade. Por conseguinte, o aumento do número de activos na periferia das grandes aglomerações e a redução da taxa de crescimento ou mesmo a diminuição da população activa nas cidades-centro corresponde, em muitos casos, apenas a um alargamento das migrações pendulares diárias residência-trabalho.

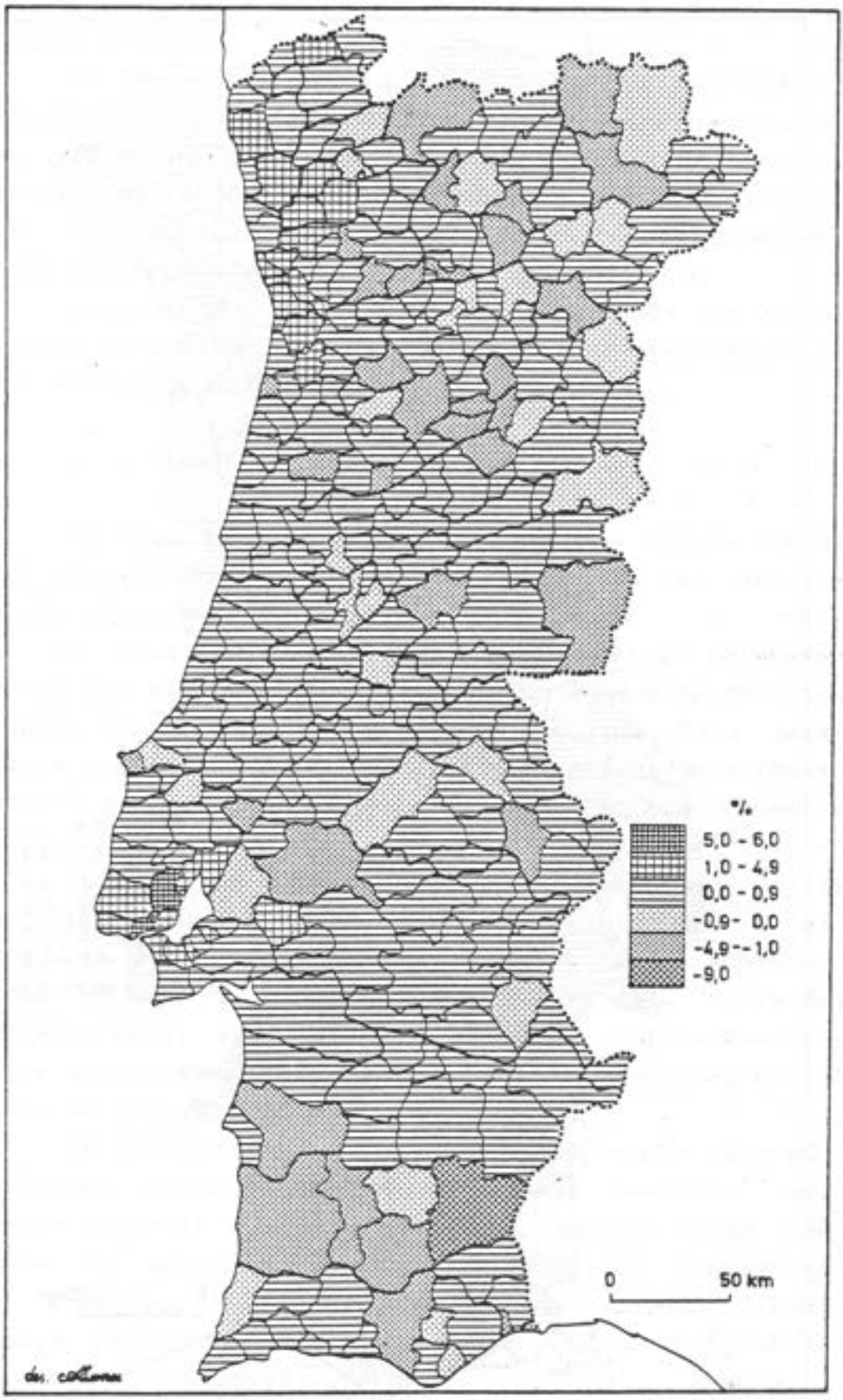


Fig. 42 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960 -1970)

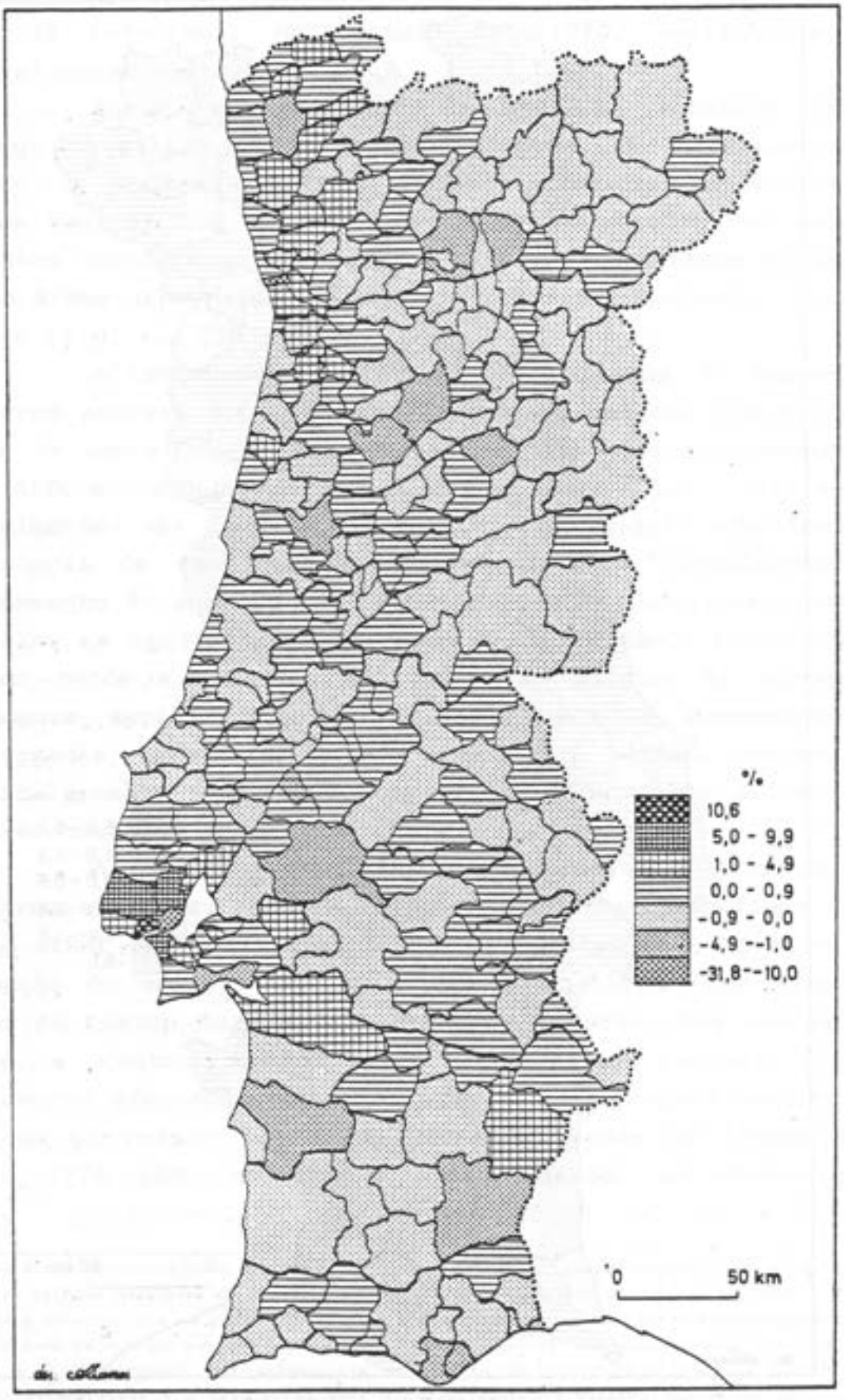


Fig. 43- Incidência da componente diferencial do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

favoráveis ao crescimento da população activa feminina durante a década de sessenta.

Já nos referimos à diversidade de critérios na classificação das mulheres camponesas nos censos de 1960 e de 1970 e, por isso, a interpretação dos valores da componente diferencial, sobretudo nas áreas rurais, é bastante difícil em virtude de valores semelhantes poderem corresponder a situações muito diferentes.

Assim sendo, só uma análise desagregada por ramos de actividade, completada com recolha directa de informação, pode permitir extrair conclusões seguras.

b) A década de setenta

Na década de setenta, a população activa nacional registou um acréscimo de 691296 efectivos (23,1%), dos quais 222624 (32,5%) homens e 468672 (67,8%) mulheres.

O crescimento do emprego masculino continua a apresentar uma distribuição fortemente concentrada. Como vemos na figura 44, a ocorrência de valores positivos para a componente regional encontra-se confinada à Área Metropolitana de Lisboa e à região urbano-industrial em torno do Porto-Braga e Aveiro.

Fora destas áreas, apenas concelhos em que se fixou grande número de retornados das ex-colónias, como Murça e Alfândega da Fé ou tiveram um relativo desenvolvimento da indústria (Sines e Marinha Grande) ou das actividades terciárias (Faro) registaram aumentos da população activa masculina superiores ao que seria de esperar face à evolução observada no conjunto do território nacional.

Os resultados obtidos para a componente diferencial apresentam-se concordantes com os que já referimos para a componente regional e, por conseguinte, podemos dizer que os fenómenos de urbanização/industrializaçao e, no caso do litoral algarvio, o desenvolvimento do turismo, foram os principais factores responsáveis pela evolução regional do emprego masculino (fig.45).

O crescimento do número de mulheres com profissão, à semelhança do que já acontecia na década de sessenta,

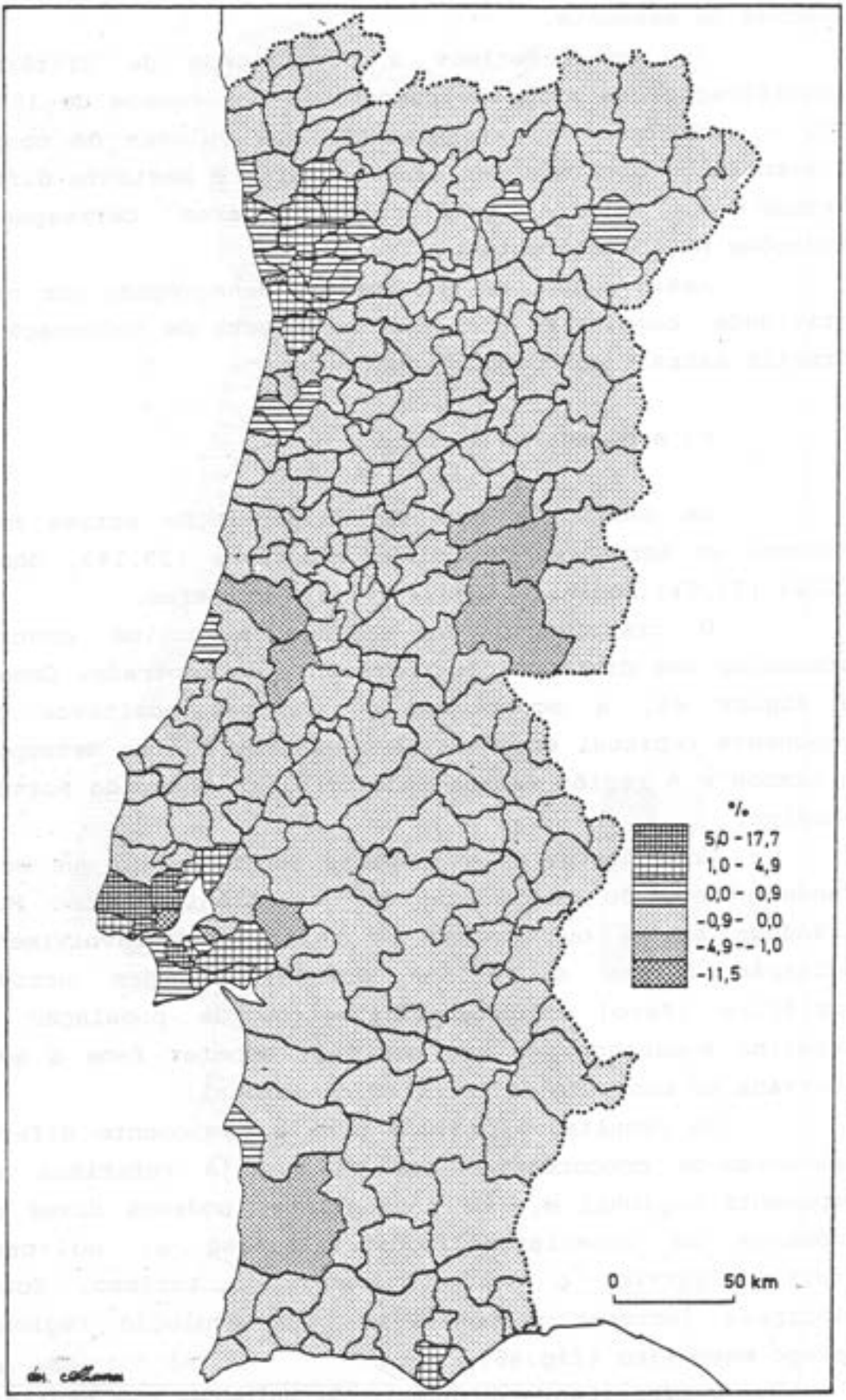


Fig. 44 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal(1970 -1981)

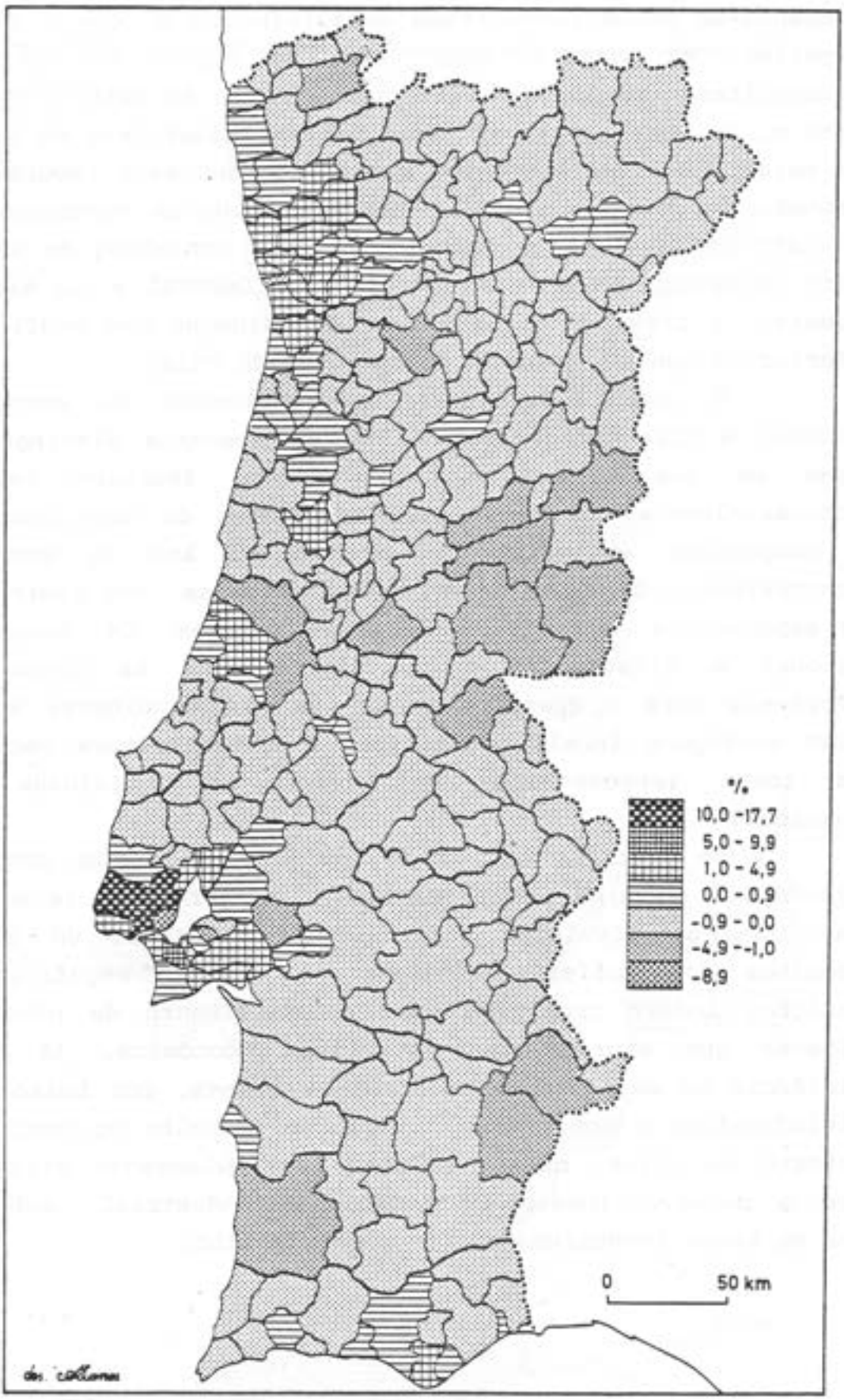


Fig. 45 - Incidência da componente diferencial do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981)

apresenta-se menos concentrado espacialmente do que o emprego masculino. No entanto, como vemos na figura 46, as Áreas Metropolitanas de Lisboa (sobretudo a norte do Tejo) (78) e do Porto e, de modo geral, as áreas urbano-industriais do litoral com maior dinamismo económico são as regiões mais favoráveis à expansão do emprego feminino neste período.Em contrapartida, no distrito de Viana do Castelo, nalguns concelhos do Vale do Douro interior, na área da Cordilheira Central e no Alentejo oriental, o crescimento do número de mulheres com profissão é inferior ao que se observou no conjunto do País.

A comparação entre os resultados da componente regional e diferencial (fig. 46 e 47) permite distinguir as áreas em que a expansão do emprego feminino resulta, fundamentalmente, de vantagens decorrentes da localização ou da composição sectorial do emprego no ano de base. Se exceptuarmos o distrito do Porto, verifica-se uma assinalável correspondência entre os maiores valores da componente regional e diferencial o que indica que as áreas mais favoráveis para o crescimento do número de mulheres activas aliam vantagens locais específicas a uma estrutura sectorial com forte representação dos ramos de actividade mais dinâmicos.

No distrito do Porto, verifica-se que os concelhos adjacentes à Área Metropolitana, apesar de terem uma composição da população activa menos favorável do que os concelhos da periferia imediata da cidade, beneficiam de condições locais propícias para o crescimento do número de mulheres que exercem uma actividade económica, já que a existência de mão-de-obra abundante e barata, com baixo poder reivindicativo e com grande ligação ao trabalho no campo, num contexto de crise, cria condições particularmente atractivas para o desenvolvimento da actividade industrial, sobretudo para os ramos intensivos em força de trabalho.

(78) O valor relativo ao concelho do Montijo não tem grande significado em virtude de ter havido erros de contagem dos boletins do Recenseamento da População de 1970.

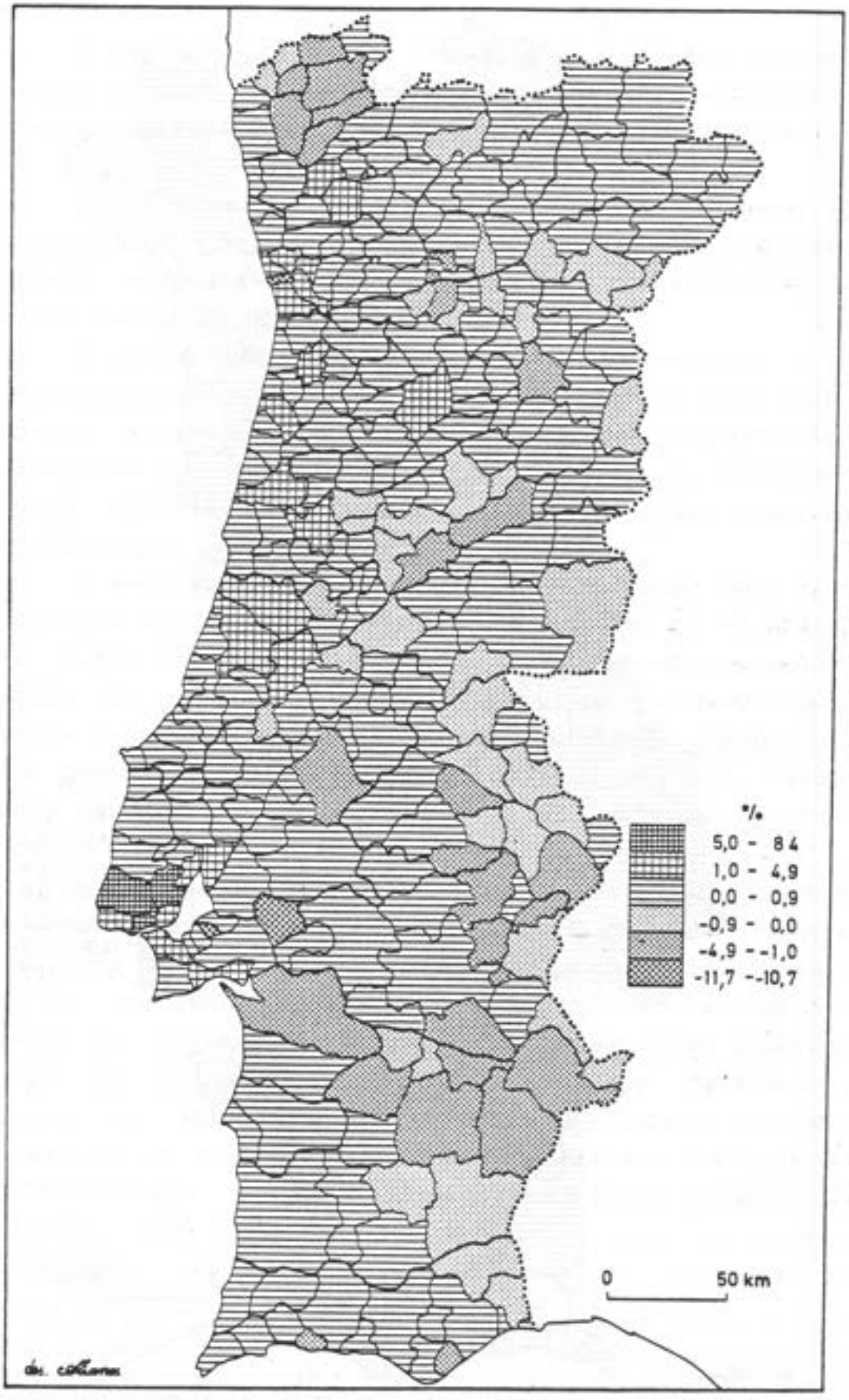


Fig. 46 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981

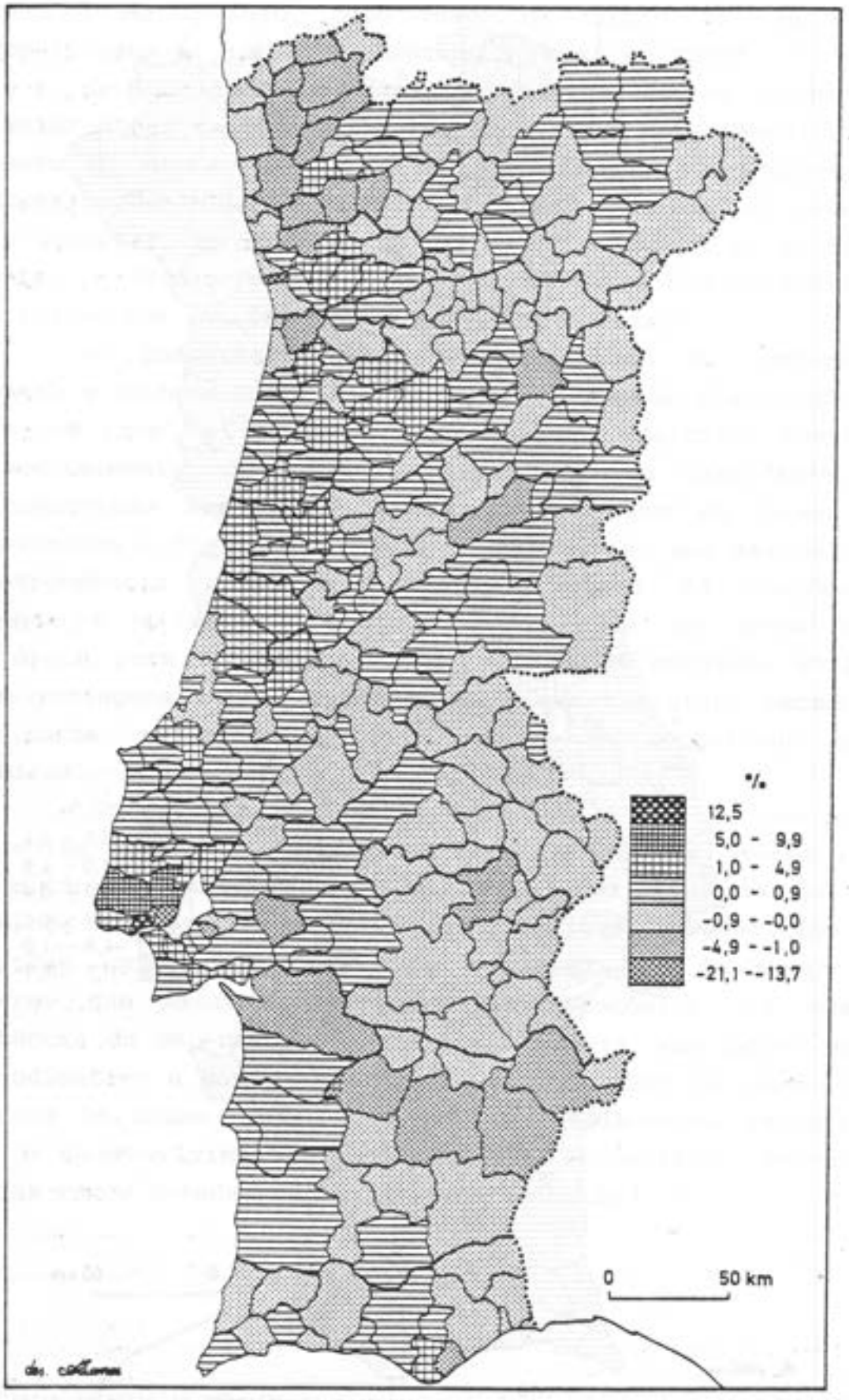


Fig. 47 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970 -1981)

1.2.2. O sector primário

A evolução do sector primário corresponde fundamentalmente à evolução da agricultura, uma vez·que a actividade agropecuária representava 97,1% dos activos em 1960 e 96,0% em 1981.

Entre 1960 e 1981, o forte declínio da população activa rural (79) foi acompanhado pela crescente feminização do emprego agrícola e por importantes transformações na composição social da população do sector(80).

A diminuição dos efectivos da agricultura tem-se feito essencialmente por duas vias: 1)transição para outras actividades, acompanhada ou não de mobilidade geográfica para outras regiões do País ou para o estrangeiro; 2) abandono da actividade agrícola pela população idosa, sem que seja substituída pelas novas gerações.

A emigração e/ou as migrações internas, como vimos nos capítulos anteriores, afectaram sobretudo as regiões do Norte e Centro Interior, Alentejo e Serra Algarvia enquanto a mobilidade da população agrícola para outros sectores de actividade dentro da mesma região tem sido mais frequente no Norte e Centro Litoral, sobretudo nos anos setenta, isto é, nas áreas de industrialização difusa onde é prática corrente a pluriactividade.

A diminuição da população activa do sector primário, embora generalizada a todo o País, manifestou-se ao nível regional, com intensidades bastante variáveis. Como vemos na figura 48, em 1960, a agricultura era a actividade mais importante no volume de emprego, na quase totalidade dos concelhos de Portugal Continental; valores próximos ou inferiores ao total do País ocorriam apenas na Área Metropolitana de Lisboa, nas áreas industriais em redor de Aveiro-Porto-Braga e de Torres Novas-Tomar-Abrantes e, pontualmente, num conjunto de municípios com um relativo desenvolvimento urbano e/ou industrial, como sejam algumas

(79) Deve notar-se que a população agrícola é, de facto, superior à indicada pelo último recenseamento da população dada a grande importância da agricultura a tempo parcial e do trabalho desenvolvido pelos reformados e pensionistas, domésticas e estudantes. Veja-se, a este propósito CAVACO, 1981-a e b e PINTO, 1981.

(80) Veja-se: ALMEIDA, 1982; CAVACO, 1981-b e FERRÃO, 1982 e 1985-b.

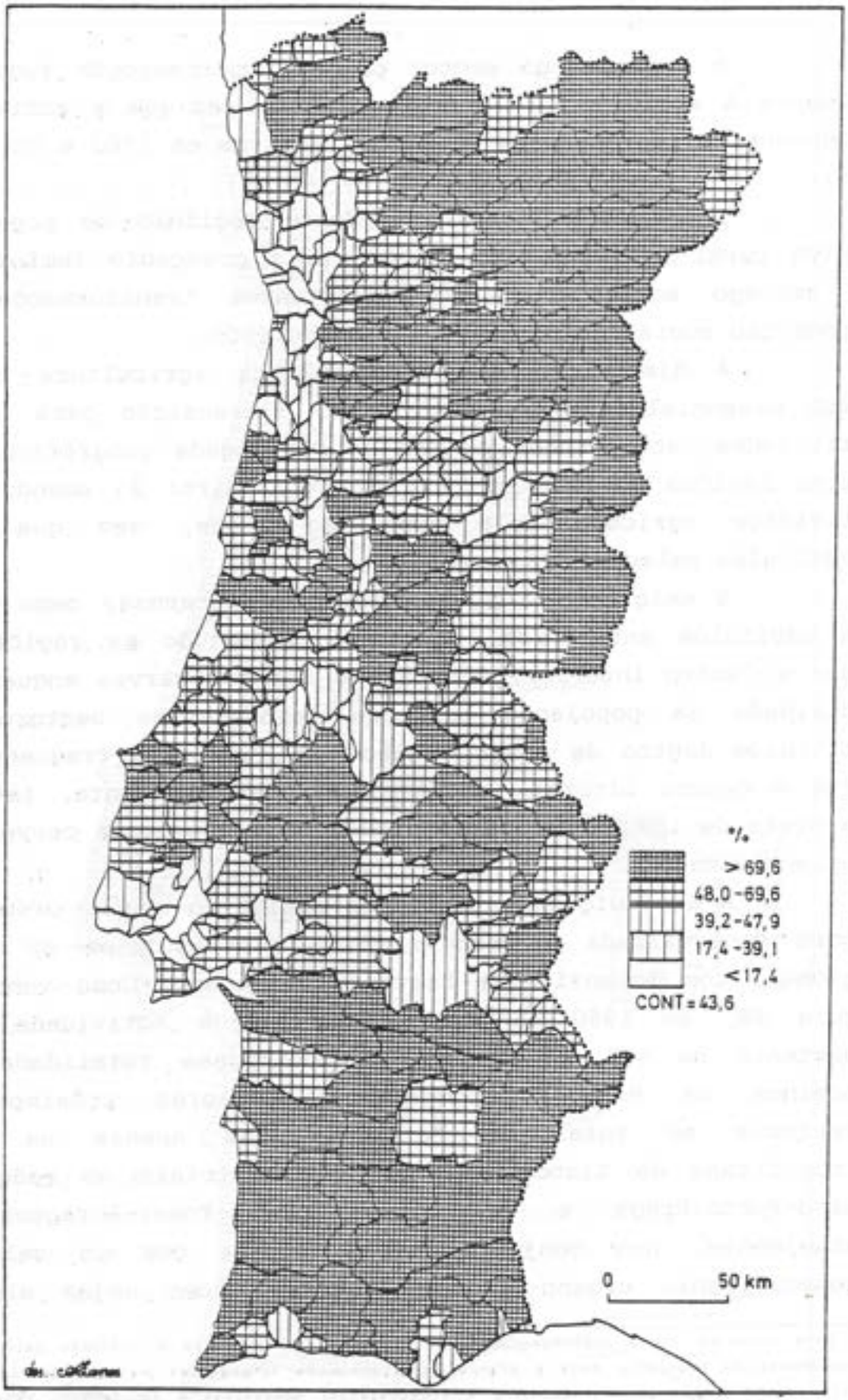


Fig. 48 - Percentagem de activos no sector primário (1960)

sedes de distrito (Faro, Évora, Coimbra e Viana do Castelo), os centros de conservas de peixe do litoral algarvio, as áreas tradicionais da indústria têxtil (Serra da Estrela e Castanheira de Pêra), o centro vidreiro da Marinha Grande e ainda os concelhos da Lousã, Mealhada e Caminha (81).

Na década de sessenta, embora a diminuição absoluta e relativa do emprego agrícola tenha afectado todo o território nacional, permaneceram as diferenciações já existentes em 1960, verificando-se, por isso, uma estreita correspondência entre as áreas de dominância dos efectivos do sector primário no início e no final do decénio (fig. 48 e 49).

Entre 1970 e 1981, apesar de ter continuado a verificar-se um forte declínio da população activa agrícola, em 1981, o sector primário era ainda dominante em mais de metade dos concelhos do País (fig. 39).

A comparação entre a variação efectiva do emprego agrícola em cada concelho e a que seria de esperar face à evolução ao nível nacional indica que, na década de sessenta, as regiões em que os valores observados foram inferiores aos esperados (componente diferencial com resultados negativos) ocorreram em dois tipos de áreas: 1) concelhos onde a retracção do emprego agrícola foi acompanhada pela expansão da indústria ou do comércio e serviços, sobretudo na faixa litoral entre Setúbal e Vila do Conde; 2) vastos territórios do Norte e Centro Interior, Baixo Alentejo e Algarve, onde a agricultura é a actividade dominante e, por conseguinte, ao declínio da mão-de-obra rural não correspondeu uma expansão do sector secundário ou terciário; o decréscimo dos efectivos agrícolas foi determinado por migrações para outras regiões do País ou para o estrangeiro.

A ocorrência de valores positivos para a componente diferencial, se excluirmos os casos onde a pesca tem grande importância no volume de emprego do sector primário (Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Peniche e Olhão), apresenta-se

(81) Na Lousã, graças à sua localização numa área rica em florestas, instalou-se a indústria do papel e das madeiras; na Mealhada, beneficiando da proximidade a Coimbra e da situação junto à estrada Coimbra-Porto, desenvolveu-se o sector terciário e algumas indústrias; finalmente, em Caminha, desenvolveu-se o turismo, a construção civil e o comércio e serviços.

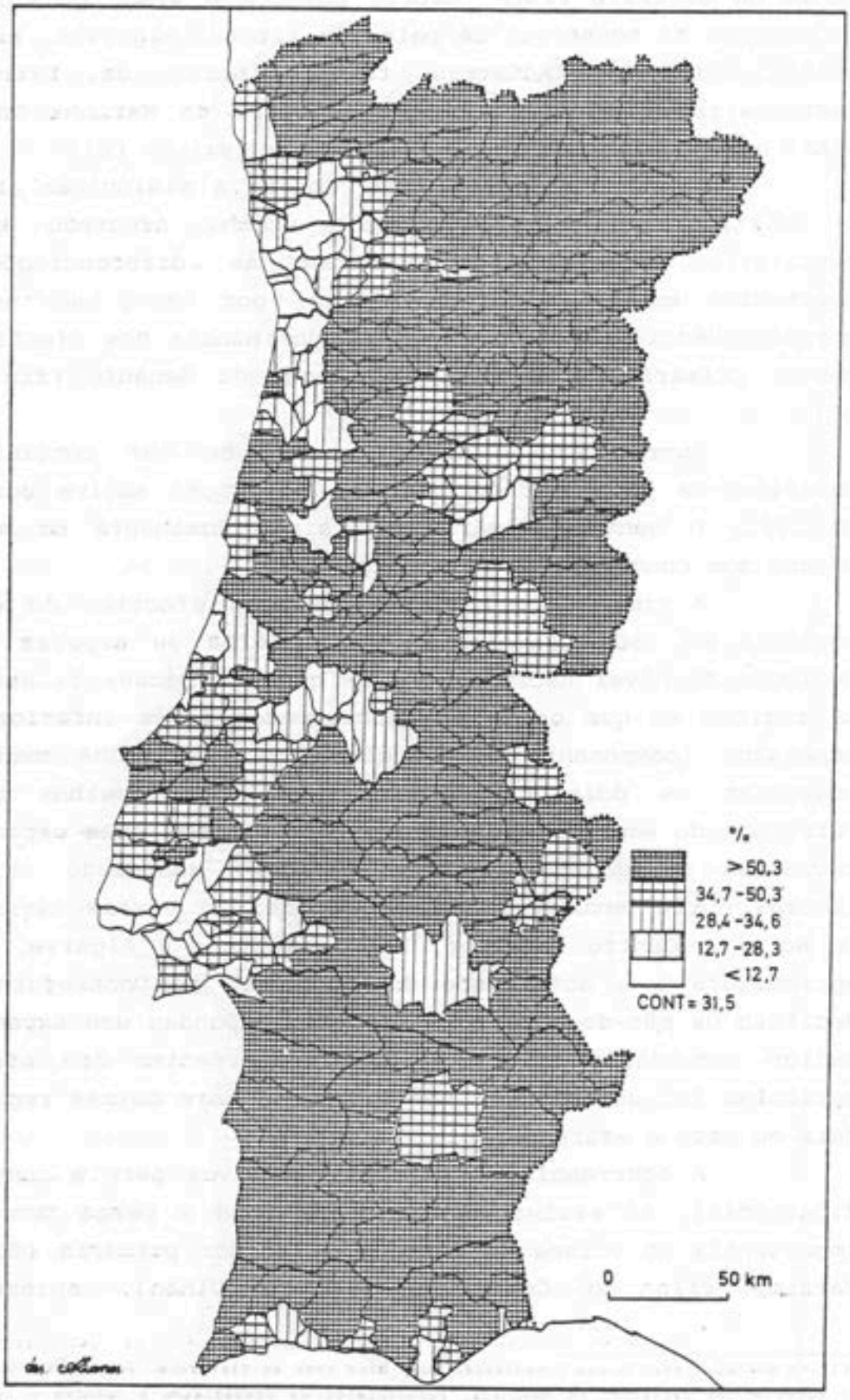


Fig. 49 - Distribuição da população activa no sector primário (1970)

concordante com a distribuição, nas áreas rurais, dos maiores aumentos relativos do emprego feminino (fig. 40 e 50). Ou seja, a diminuição dos efectivos agrícolas resultante do êxodo rural e da emigração teria sido atenuada pelo aumento da participação da mulher na agricultura (82).

Na década de ~~sessenta~~ oitenta, o factor mais saliente em relação ao período anterior é o abrandamento, face à média nacional, do declínio do emprego agrícola na Área Metropolitana de Lisboa e, de modo geral, nas áreas urbano-industriais da fachada atlântica, no Norte e Centro Interior e ainda nalguns concelhos do Ribatejo e áreas contíguas do Alentejo (fig. 51).

Apesar das dúvidas que podem colocar-se sobre a validade dos resultados obtidos, dadas as deficiências da informação estatística disponível e as questões decorrentes da metodologia de análise utilizada, pensamos que este comportamento é resultante: no primeiro caso, de se partir já de níveis relativamente baixos em 1970; no segundo, da redução da emigração para a Europa Ocidental, a partir de 1974, e do regresso de muitos emigrantes europeus que retomaram a actividade agrícola após o regresso; no terceiro, do desenvolvimento de culturas intensivas em mão-de-obra, em explorações "modernas" claramente orientadas para o mercado.

1.2.3. O sector secundário

Em 1960, a percentagem de activos do sector secundário, na maioria dos concelhos do País, não ultrapassava os 25% e, em muitos casos, era mesmo inferior a 12% (fig. 52).

O emprego industrial apresentava-se fortemente concentrado nos distritos do Porto, Braga e Aveiro e na região de Lisboa. Fora destas áreas, apenas alguns concelhos dos distritos de Leiria e Santarém,os centros tradicionais da indústria têxtil de lanifícios, Coimbra e alguns municípios do litoral algarvio (onde se desenvolveu a indústria de conservas

(82) Deve notar-se que os resultados obtidos estão um pouco enviesados pelas diferenças de critérios utilizados nos dois recenseamentos, na classificação das mulheres camponesas. Pois, como refere J. Gaspar, "mesmo que o critério dos agentes recenseadores tenha sido o mesmo ao longo das várias regiões, as diferenças da estrutura da população activa são suficientes para introduzir erros" (GASPAR, 1986).

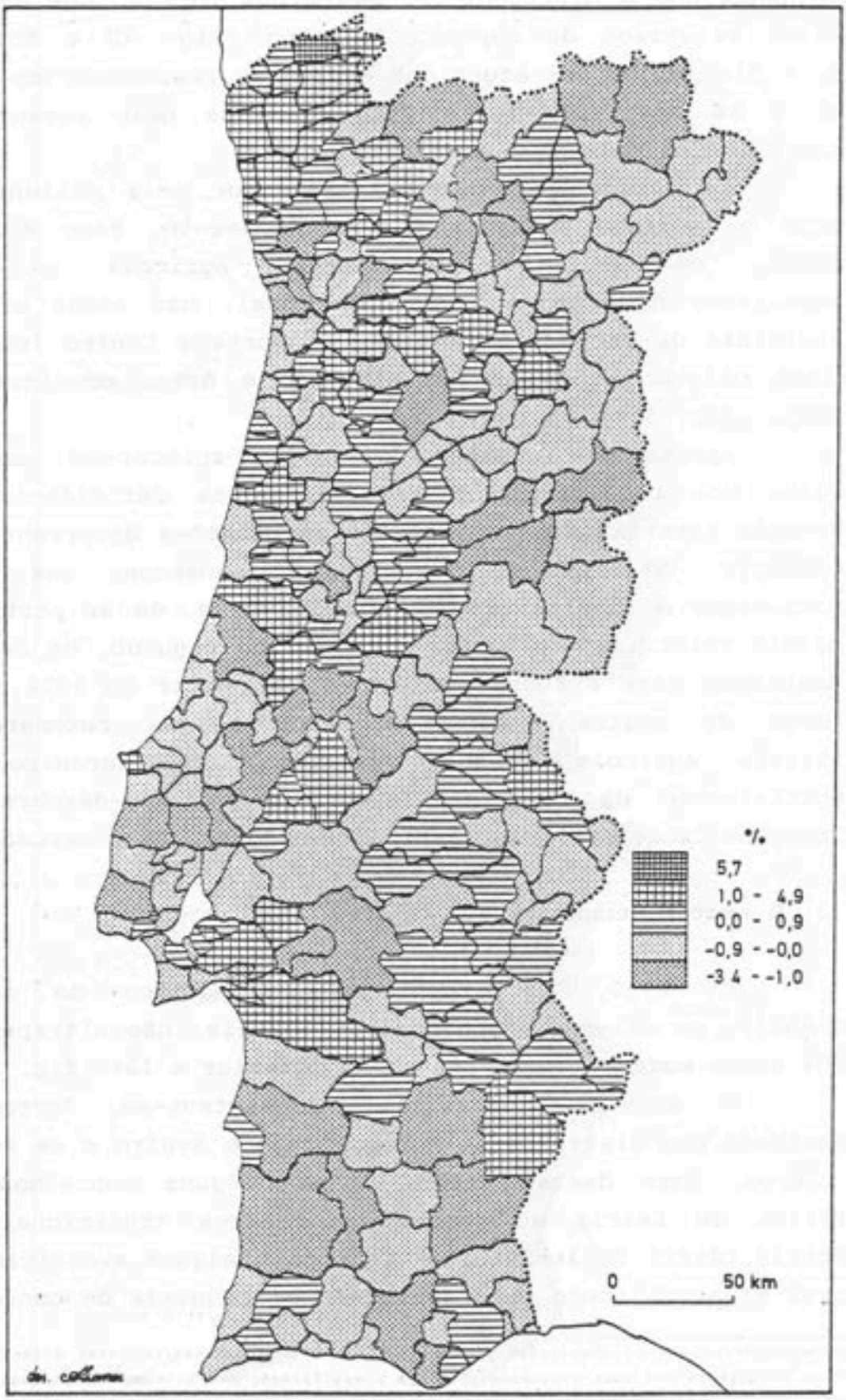


Fig. 50 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector primário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

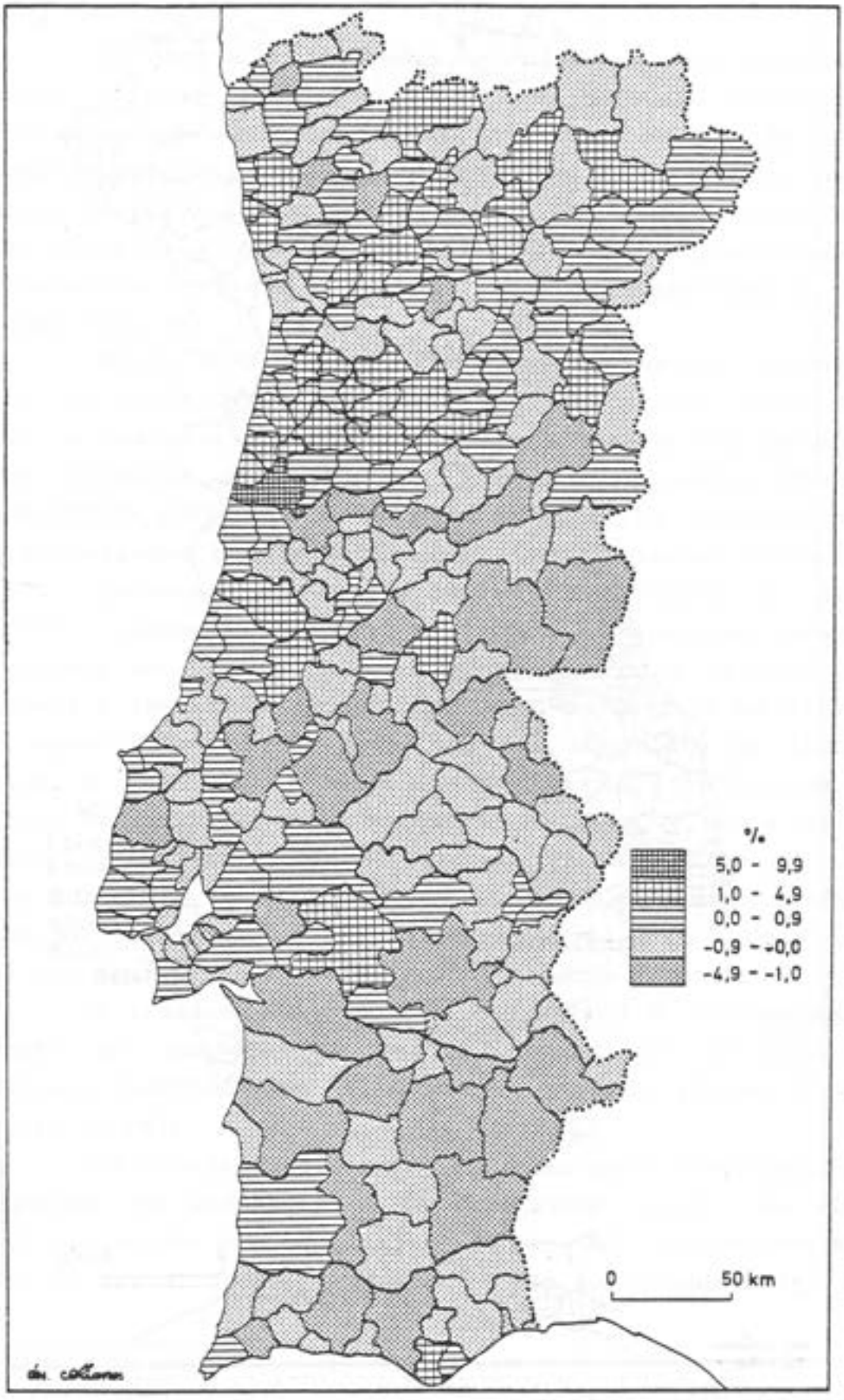


Fig. 51 - Incidência da componente diferencial da variação do emprego no sector primário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal(1970-1981)

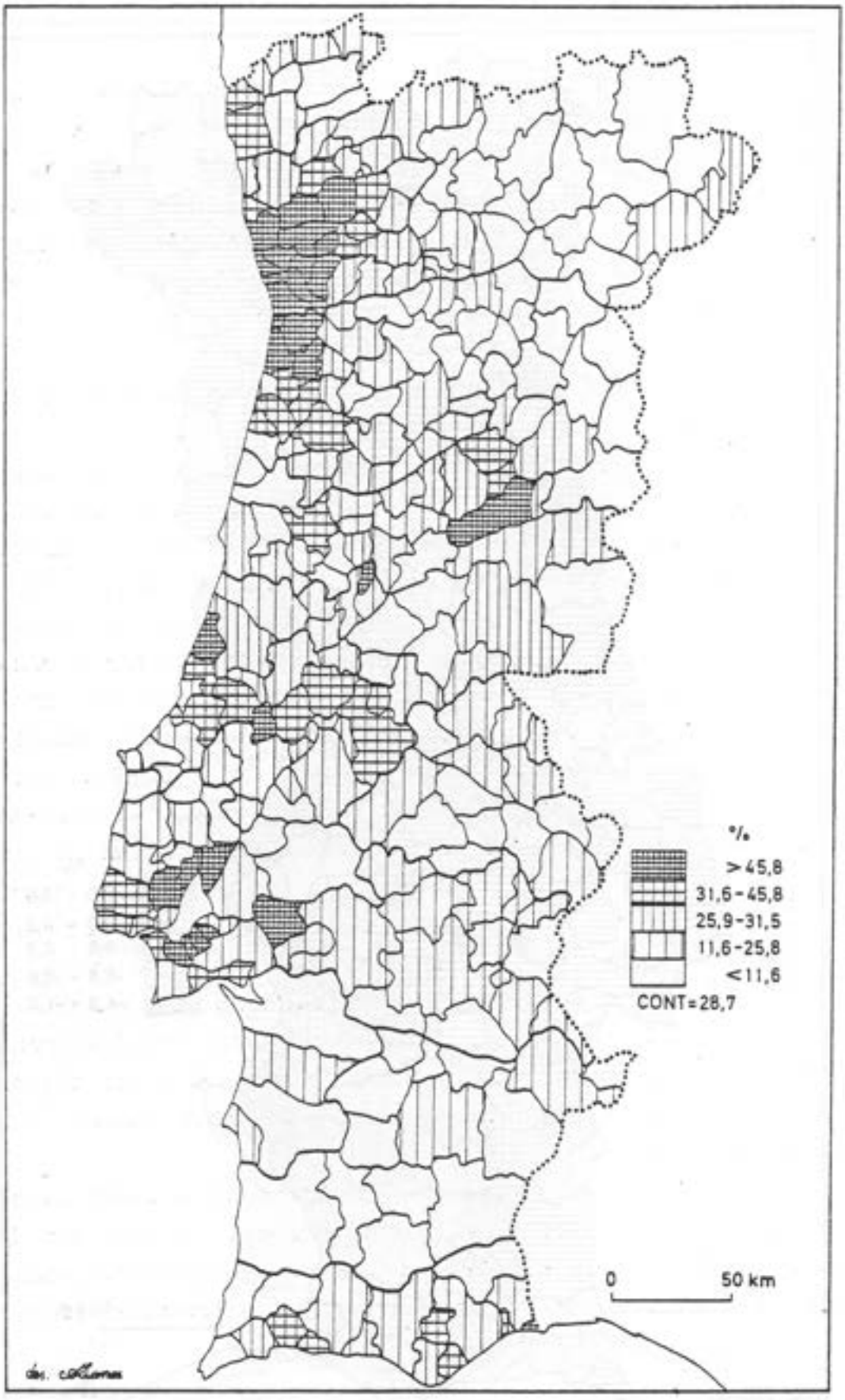


Fig. 52 - % de activos do sector secundário (1960)

de peixe) apresentavam valores percentuais superiores à média nacional.

Na década de sessenta, condicionalismos internos e externos criaram condições para uma notável expansão da indústria,nomeadamente dos ramos intensivos em mão-de-obra e da construção civil (83). No entanto, em 1970, a distribuição espacial da população activa do sector secundário apresenta um padrão idêntico ao que se observava em 1960 e a grande maioria dos concelhos continua a registar valores inferiores à média nacional (fig.53).

Entre 1970 e 1981, o emprego do sector secundário sofreu um acréscimo ainda maior que no decénio antecedente (48,4%) e bastante elevado em comparação com outros países da Europa Ocidental (84). Contudo, conforme salientam FERRÃO e JENSEN-BUTLER,1986, p.212, nesses dez anos, há que distinguir três subperíodos com características particulares: entre 1971 e 1974, permaneceram as tendências evolutivas da década anterior - expansão do sector baseada em elevadas taxas de exploração; em 1974 e 1975, a crise económica internacional associada à instabilidade que se seguiu ao derrube da ditadura e ao aumento dos níveis salariais e à conquista de direitos sociais e políticos pelos trabalhadores traduziu-se no declínio da produção e do investimento sem que tenha havido, necessariamente, retracção do emprego; finalmente, a partir de 1976 e sobretudo de 1978, assistiu-se a um novo alargamento do número de trabalhadores da indústria e da construção civil, ainda que a um ritmo inferior ao do primeiro subperíodo.

A análise das componentes regional e diferencial da variação do emprego no sector secundário sintetiza as principais desigualdades na evolução de cada região face ao conjunto do País

Na década de sessenta, as áreas mais favoráveis para a expansão da indústria e da construção civil, em linhas gerais, coincidem com aquelas que,já em 1960, empregavam maior número de trabalhadores neste sector de actividade (fig. 52 e

(83) Veja-se, a este propósito, a síntese apresentada por: FERRÃO, 1985-a, p. 101-121.

(84) Nos estados membros da C.E.E., o sector secundário continua a aumentar apenas nos países mais periféricos: Portugal, Grécia e Irlanda; nas nações economicamente mais avançadas, o emprego na indústria tem vindo a decrescer.

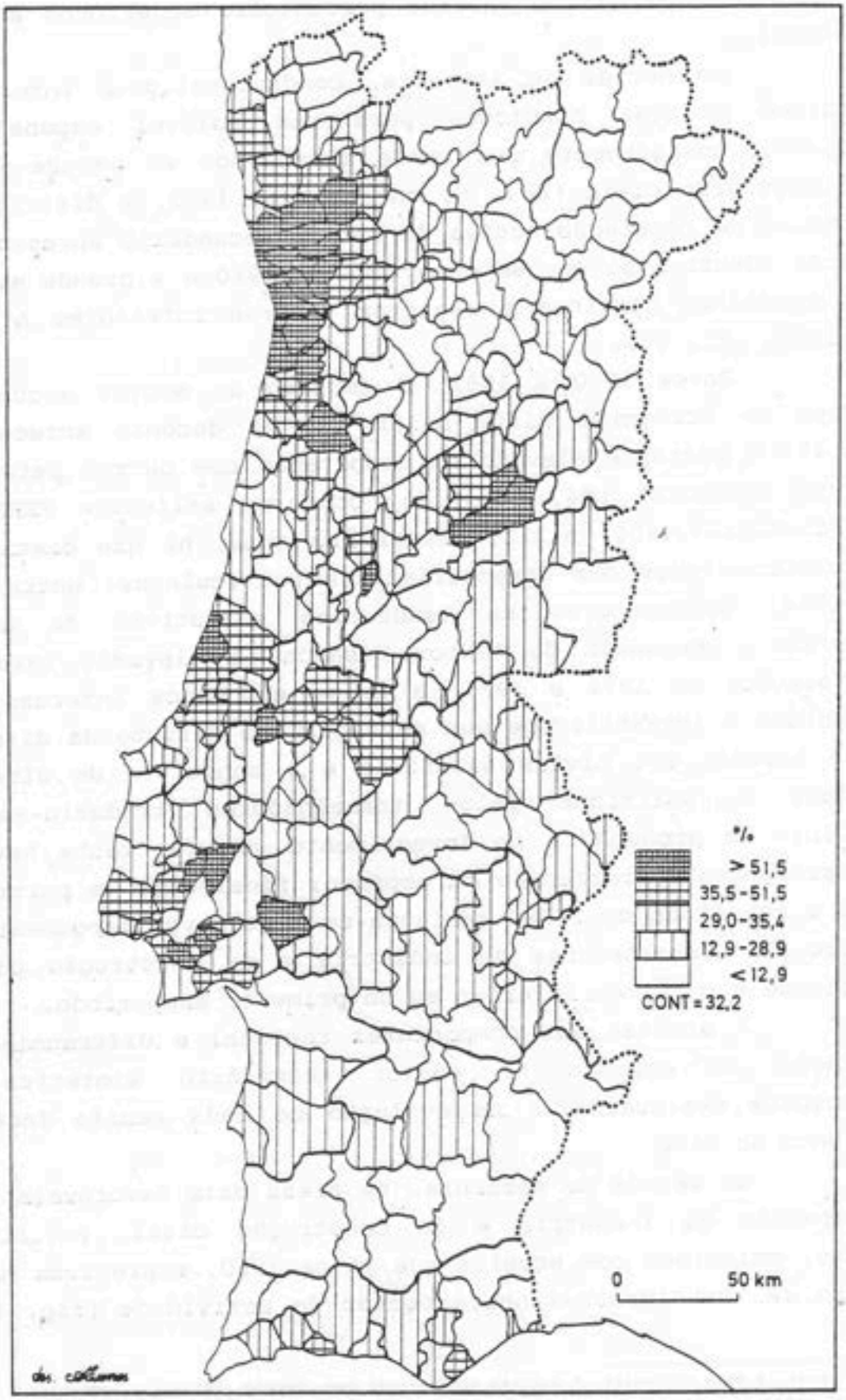


Fig. 53 - % de população activa no sector secundário (1970)

53). Assim, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e prolongamentos desta última para Braga e Aveiro representavam mais de 75% da soma dos resultados positivos da componente regional, apesar de Lisboa e Porto se colocarem em posições altamente desfavoráveis (concentravam 52,7% do total dos valores negativos).

Na figura 54, podemos ainda verificar que, na grande maioria dos concelhos do Norte e Centro Interior, do Alentejo e do Algarve e,de modo geral,nos que em 1960 registavam menores percentagens de activos no sector, a componente regional assume valores negativos.

A compreensão destes resultados torna-se mais clara se desagregarmos a componente regional nas suas componentes estrutural e diferencial. A componente diferencial apresenta um padrão espacial muito semelhante ao que observámos na componente regional mas é bastante distinto do que se verifica para a componente estrutural (85). Assim sendo, podemos concluir que a evolução regional do emprego no sector secundário reflecte mais a influência de factores regionais do que estruturais.

Outro aspecto interessante que sobressai da análise da figura 55 é a posição francamente favorável, face ao País e à região em que se inscrevem, dos concelhos de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora. No entanto, deve notar-se que a situação de Montemor-o-Novo resulta de, para 1970, termos agregado os valores deste município com os de Vendas Novas em virtude de este último ter sido criado apenas em 1962, por desanexação do anterior e, por isso, não haver informação para 1960 .

Vendas Novas, mercê da boa acessibilidade a Lisboa e da abundância de mão-de-obra, conheceu, nesta época, um grande desenvolvimento da indústria, particularmente da montagem de automóveis. Em 1963, instalou-se a M.A.N.- Francisco Baptista Russo & Irmão e, em 1964, a SOMAVE - Sociedade de Montagem de Automóveis de Vendas Novas que, em conjunto, representavam mais de 50% do emprego industrial.

(85) Esta componente tem valores positivos em todos os concelhos.

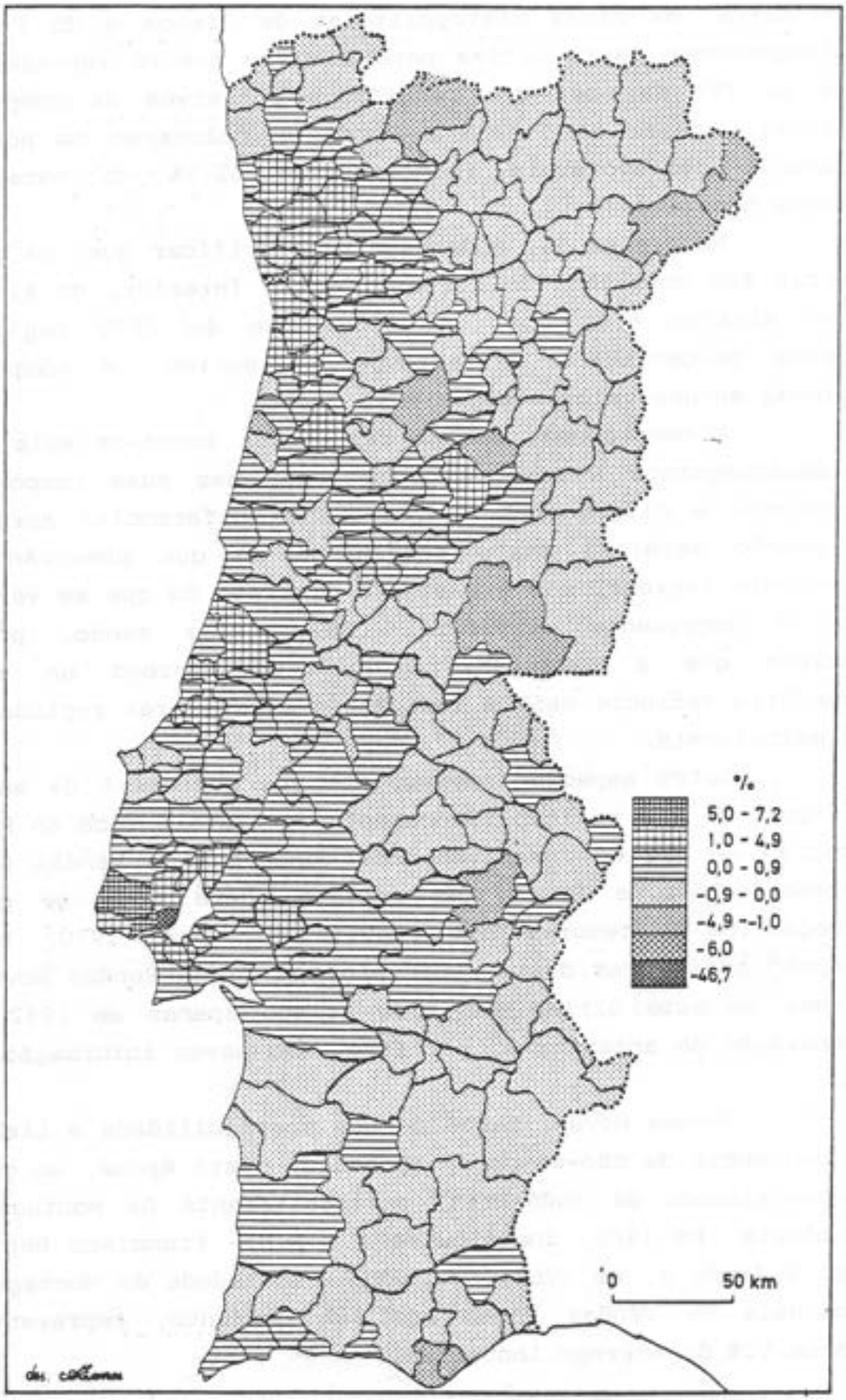


Fig. 54 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

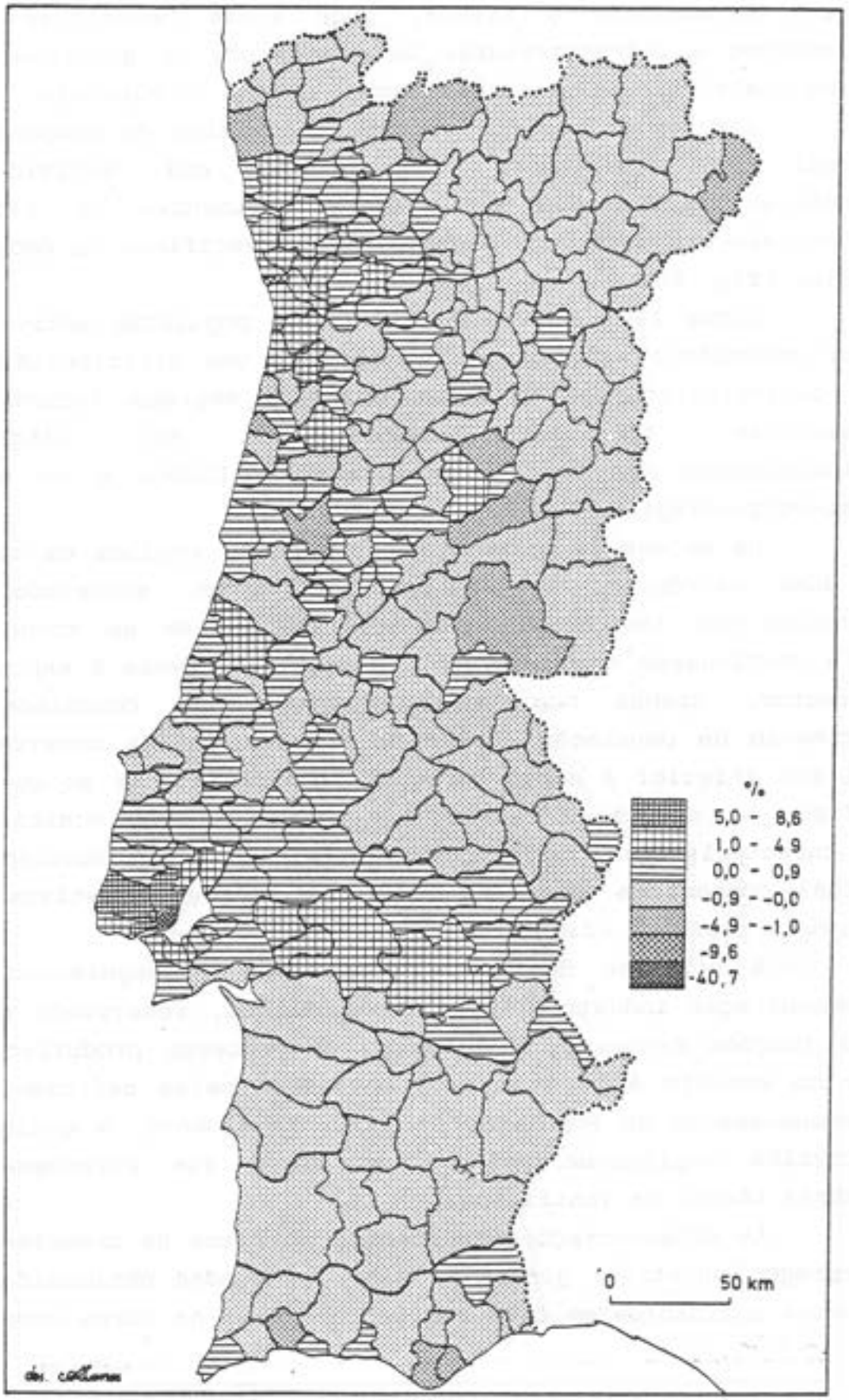


Fig. 55 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

Évora, além da abundância de mão-de-obra e da relativa proximidade a Lisboa, pôde ainda beneficiar dos equipamentos e infraestruturas de que dispõe na qualidade de sede de distrito e de principal centro urbano do Alentejo.

A distribuição dos valores concelhios da componente regional do crescimento do emprego nas actividades secundárias, na década de setenta, evidencia um padrão substancialmente diferente daquele que se verificou no decénio anterior (fig. 56).

Entre 1961 e 1970 o aumento da população activa do sector secundário aproxima-se bastante de uma distribuição do tipo centro-periferia. O crescimento do emprego industrial apresenta-se fortemente concentrado no litoral, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa e no eixo Aveiro-Porto-Braga.

Na década de setenta, apesar de as regiões em torno das duas metrópoles e, no caso do Porto, sobretudo os municípios que lhe ficam adjacentes, e a área em torno de Leiria continuarem a ser as regiões mais favoráveis à expansão do sector, apenas num reduzido número de concelhos o crescimento da população activa da indústria e da construção civil foi inferior à média nacional, contrariamente ao que se verificou no decénio antecedente, e somente três municípios com características muito diferentes (Lisboa, Montijo e Covilhã) concentram 69,1% da soma dos valores negativos da componente regional (fig. 56).

A situação de Lisboa deriva do prosseguimento da desconcentração industrial para os subúrbios, reservando para si as funções de gestão e direcção do processo produtivo. O valor do Montijo é um resultado enviesado pelas deficiências do Recenseamento da População de 1970. Finalmente, a evolução da Covilhã explica-se pela grave crise que atravessa a indústria têxtil de lanifícios.

Às diferenciações existentes no ritmo de crescimento do emprego industrial juntam-se ainda profundas desigualdades nos ramos dominantes em cada região, bem como na forma como se

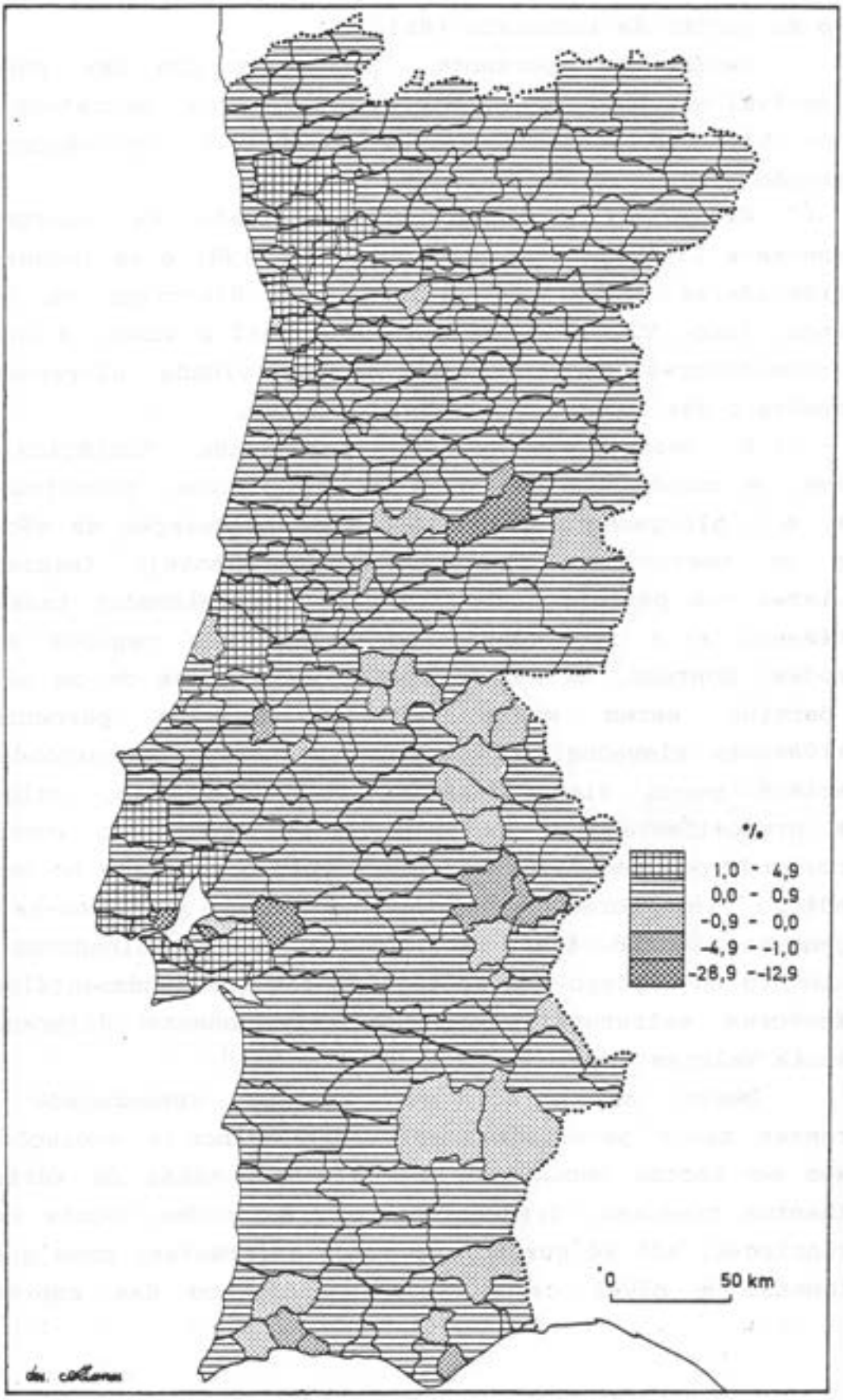


Fig. 56 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal

encontram inseridos nos processos de valorização do capital dentro do sector da indústria (86).

Assim, é importante salientar que uma parcela considerável do emprego do sector secundário, sobretudo nas regiões Norte e Centro Interior e do Sul, corresponde à construção civil e obras públicas.

Ao nível nacional, a actividade da construção representava 11,4% da população activa em 1981 e as indústrias transformadoras 26,7%. No entanto, nos distritos de Beja, Bragança, Faro, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, o número de trabalhadores daquele ramo de actividade ultrapassava largamente o das indústrias transformadoras.

O desenvolvimento da actividade turística no Algarve, a construção de casas de emigrantes, sobretudo no Norte, e o alargamento da distância de pendulação da mão-de-obra do sector, particularmente do Alentejo (migrações pendulares com período longo), explicam as elevadas taxas de crescimento e a importância do sector nas regiões atrás referidas. Contudo, em muitos casos, em virtude de os níveis de partida serem muito baixos, aumentos percentuais relativamente elevados, em números absolutos, correspondem a acréscimos pouco significativos. Pelo contrário, nalgumas áreas predominantemente industriais, em redor do Porto e Aveiro, onde ocorrem taxas de crescimento do emprego no sector secundário inferiores à média nacional, registou-se um alargamento considerável do número de trabalhadores. O crescimento do emprego nestas regiões resulta fundamentalmente de factores estruturais já que a componente diferencial apresenta valores negativos (fig.57).

Deste modo, só uma análise desagregada dos diferentes ramos permitirá compreender melhor a evolução do emprego no sector secundário uma vez que taxas de variação semelhantes traduzem, frequentemente, realidades locais muito diferenciadas, não só quanto aos ramos existentes, como quanto à dimensão e nível organizativo-tecnológico das empresas,

(86) Veja-se: FERRÃO, 1985-a, p. 123-159 e JENSEN-BUTLER e PIRES, 1987.

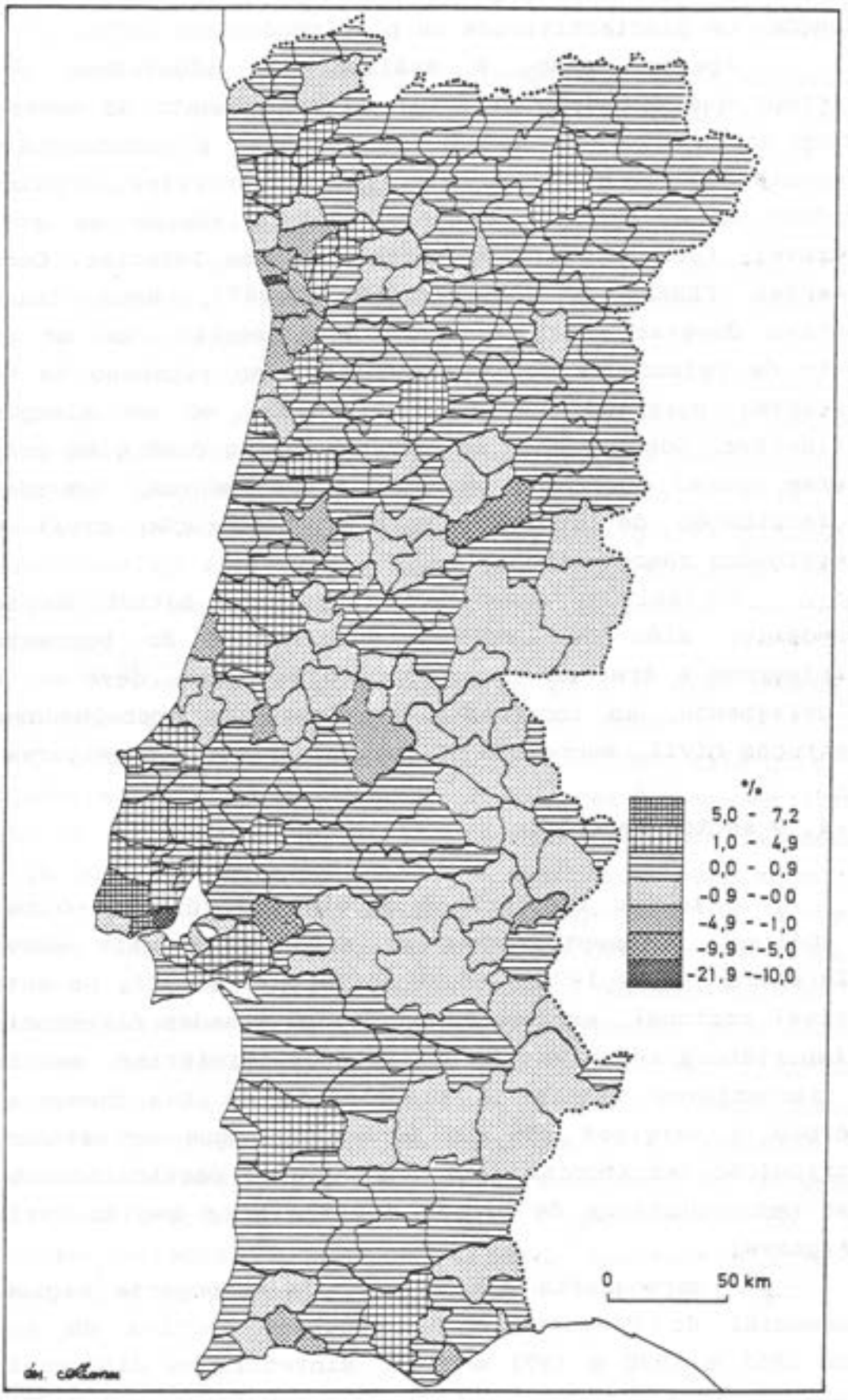


Fig. 57 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981)

salários praticados, ligação com o trabalho no campo ou outras situações de pluriactividade ou plurirendimento (87).

Apesar disso, a análise que efectuámos permite verificar que o padrão espacial do crescimento do emprego do sector secundário, na década de setenta, é substancialmente diferente daquele que ocorreu no período anterior. A principal novidade em relação ao decénio 1961-70 reside na evolução favorável, face ao País, do Norte e Centro Interior. Conforme salientam FERRÃO e JENSEN-BUTLER (1987), esse dinamismo relativo deve-se à vinda, para esta região, de um grande número de retornados das ex-colónias e ao regresso de muitos emigrantes europeus que permitiram não só um alargamento considerável dos mercados de consumo locais como eles próprios fizeram nascer numerosos pequenos investimentos, nomeadamente na fabricação de produtos para a construção civil e em determinados ramos alimentares.

No Sul, o aumento da população activa do sector secundário, além de bastante inferior à do Nordeste se exceptuarmos a área em torno do pólo de Sines, deve-se, quase exclusivamente, ao incremento do número de trabalhadores na construção civil, sobretudo na região turística do Algarve.

1.2.4. O sector terciário

O sector terciário é aquele que, durante o período em análise, apresenta taxas de crescimento mais elevadas: 16,2% entre 1961 e 1970 e 56,2% entre 1971 e 1981. No entanto, ao nível regional, existem ainda não só grandes diferenciações na importância relativa das actividades terciárias, mas também nos respectivos ritmos de crescimento de tal forma que o comércio e serviços são as actividades que apresentam uma distribuição territorial mais concentrada, particularmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e na região turística do Algarve.

A cartografia dos valores da componente regional e diferencial do crescimento da população activa do sector, entre 1961 e 1970 e 1971 e 1981, sintetiza as diferenciações

(87) Sobre a articulação entre as formas recentes de industrialização e as realidades espaciais em que se inscrevem, veja-se o no. 22 da Revista Crítica de Ciências Sociais.

espaciais existentes em cada um dos períodos considerados (fig. 58 a 61).

Na década de sessenta, grande número de concelhos, sobretudo do Interior, situam-se numa posição claramente desfavorável face à evolução nacional, registando-se, em muitos deles, taxas de variação negativas.

O crescimento do emprego nas actividades terciárias concentra-se, em grande parte, nas duas Áreas Metropolitanas que, em conjunto, representam 76,0% do aumento global do número de trabalhadores do comércio e serviços (88).

A mobilidade geográfica interna e internacional é, por conseguinte, a principal determinante da evolução regional do peso relativo do sector. Assim, apesar de a percentagem de activos do terciário ter aumentado por todo o País, não raramente, esse acréscimo é apenas devido à grande diminuição dos efectivos da agricultura, resultante das migrações para o estrangeiro e para outras regiões do Continente, sobretudo para Lisboa.

Na década de setenta
Vários factores contribuíram para o crescimento do emprego nas actividades terciárias por todo o território nacional: dilatação dos quadros de pessoal das autarquias em consequência do alargamento das atribuições do poder local; aumento da intervenção do Estado nos processos de reprodução da força de trabalho, acompanhado da desconcentração de alguns serviços - instalação de delegações regionais de diversos organismos da Administração Central e criação de escolas superiores e institutos politécnicos; desenvolvimento do comércio e serviços do sector privado estimulado pelo aumento do consumo das famílias, possível por uma melhor repartição dos rendimentos em favor do trabalho no período imediatamente a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974, remessas dos emigrantes e extensão das pensões e subsídios da segurança social aos trabalhadores rurais; desenvolvimento das actividades de apoio à produção e maior abertura à formação profissional e ao emprego das mulheres.

---

(88) Em 1981 as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto representavam em conjunto, 38,8% da população residente no Continente e detinham 57,4% do emprego do sector terciário (42,9% na primeira e 14,5% na segunda).

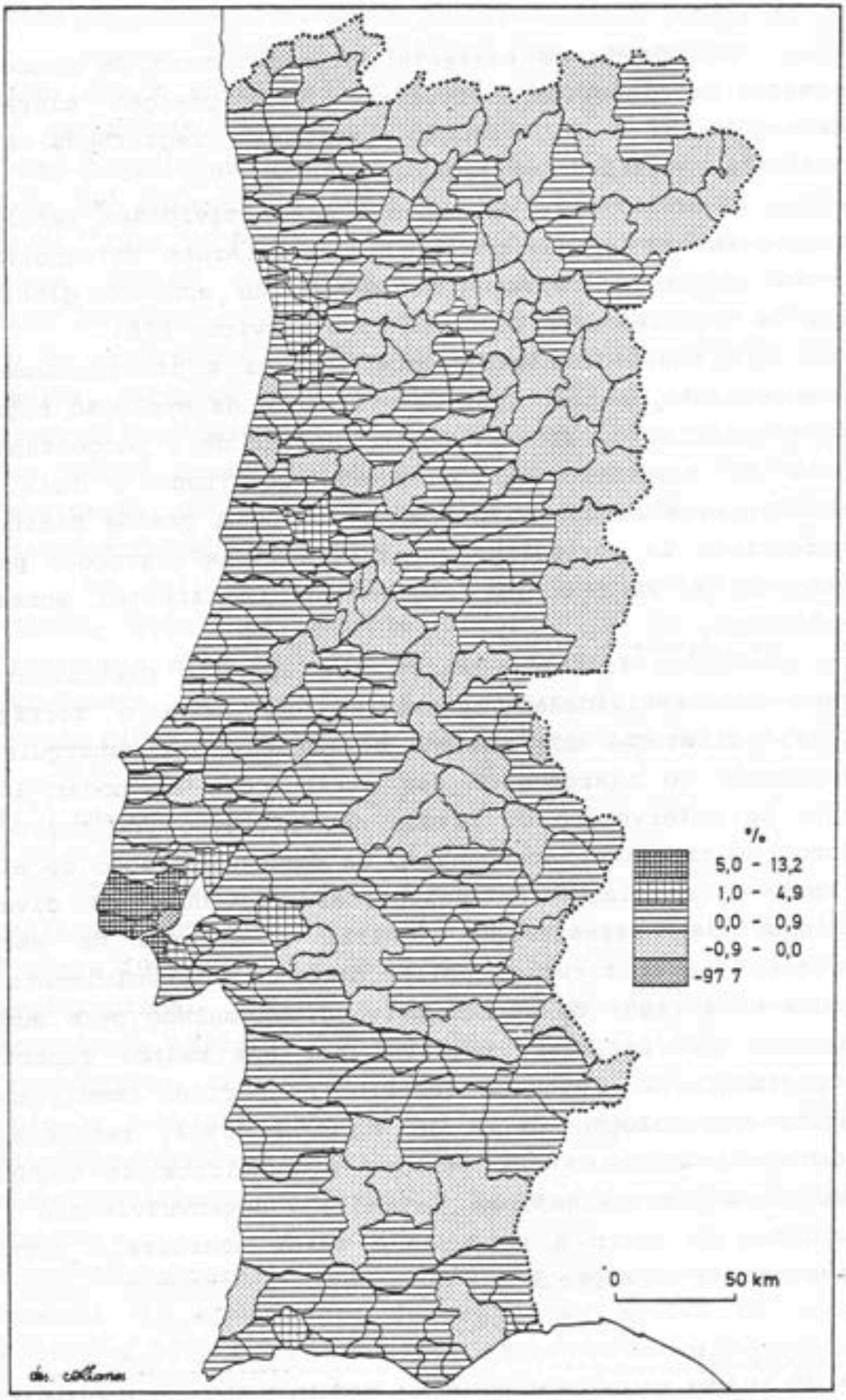


Fig. 58 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector terciário em valores percentuais calculados em relação à soma de resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

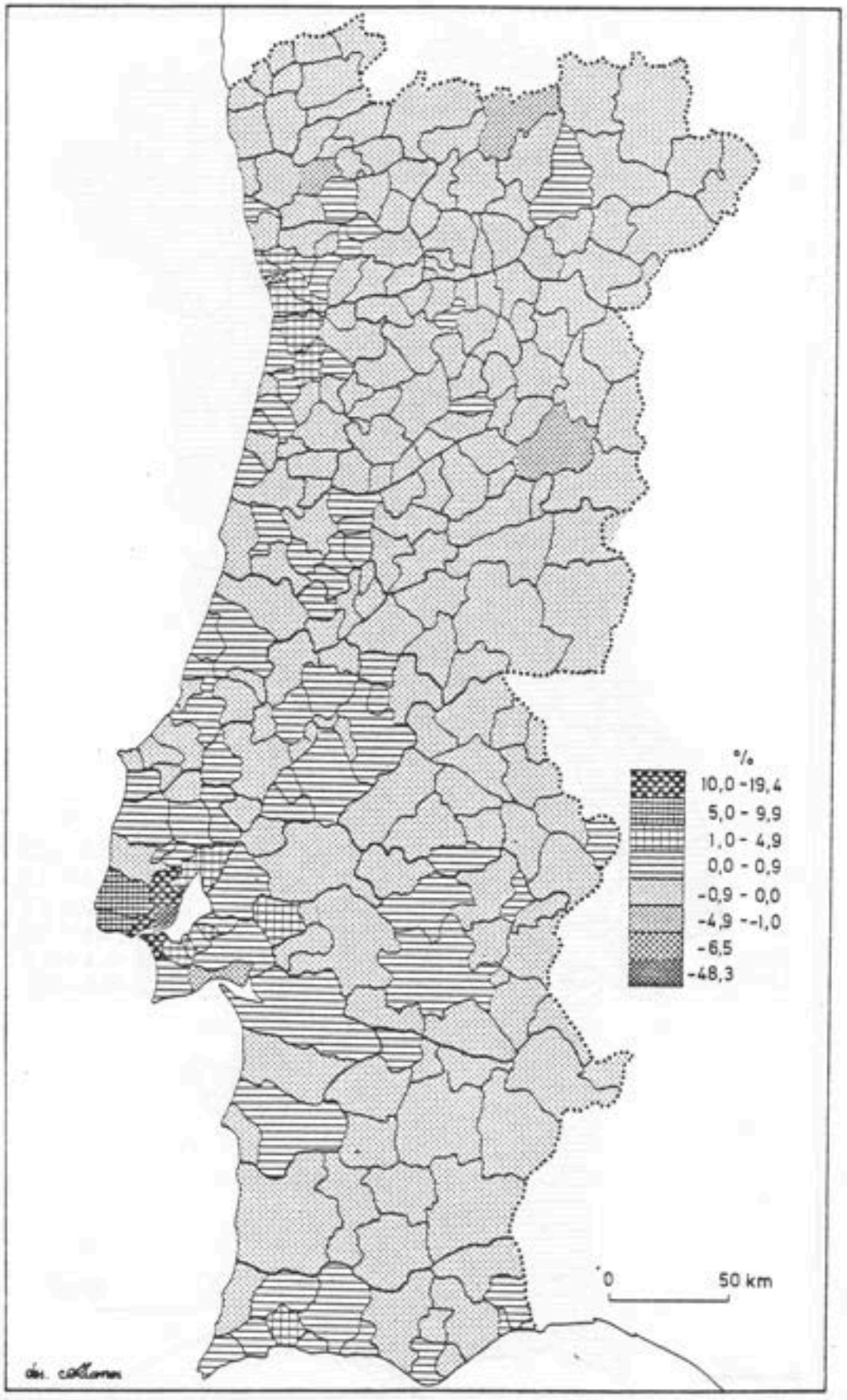


Fig. 59 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector terciário, em valores percentuais calculados em relação à soma dos resultados com o mesmo sinal (1960-1970)

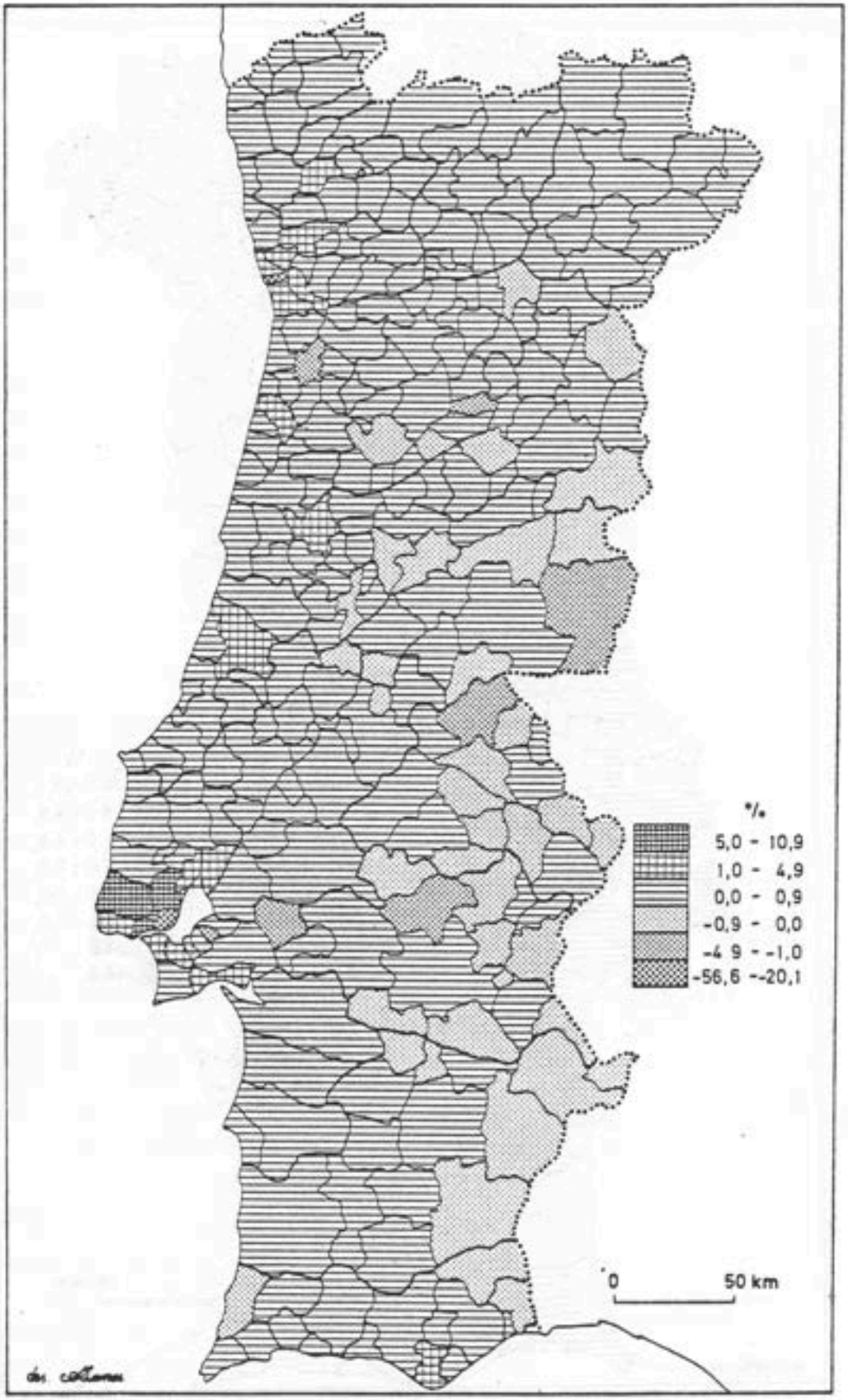


Fig. 60 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector terciário, em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981)

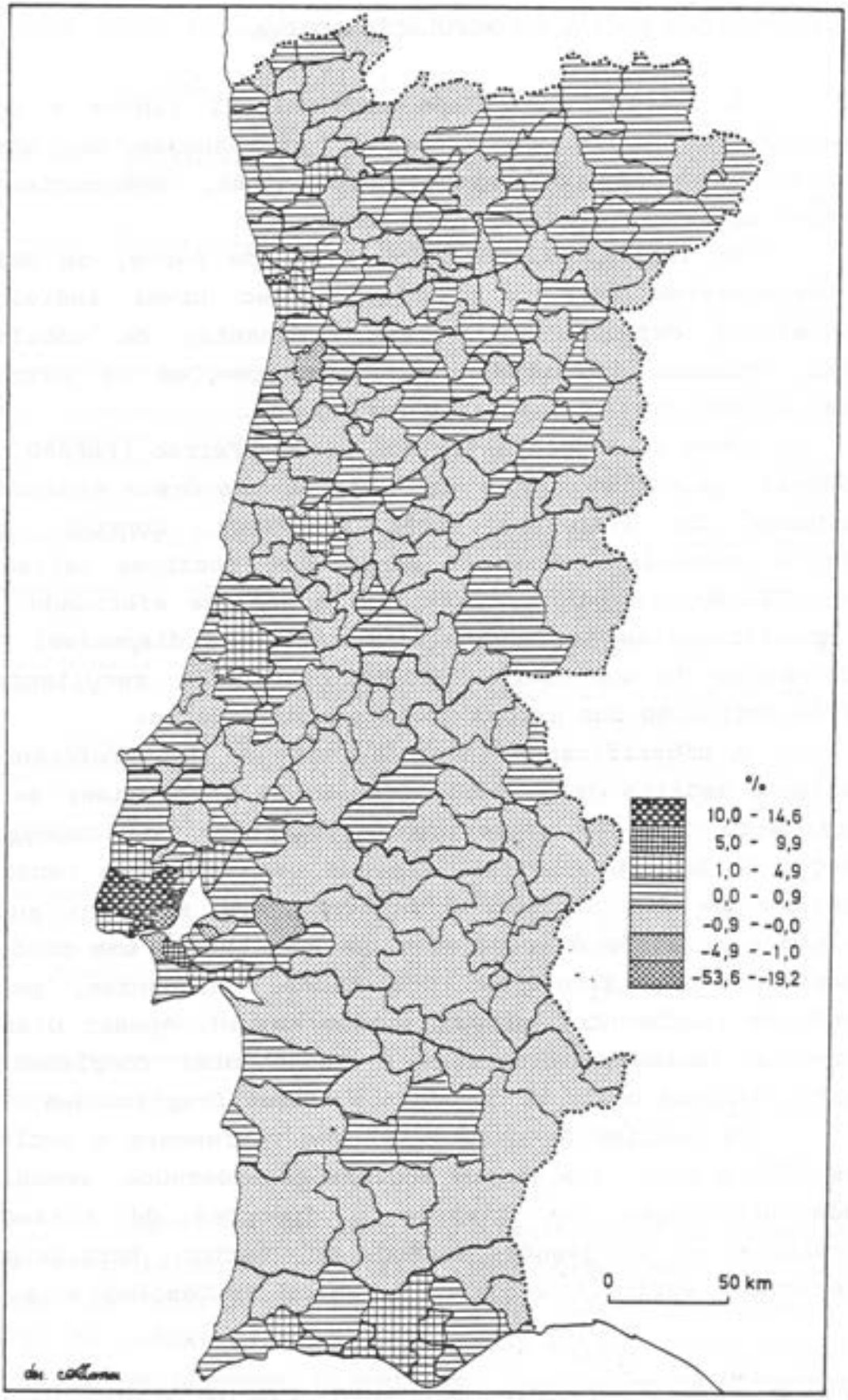


Fig. 61 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector terciário em valores percentuais calculados em relação à soma dos resultados com o mesmo sinal (1970-1981)

1.3. COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA

À intensa mobilidade profissional (inter e intra-sectorial) da força de trabalho, acompanhada ou não de mobilidade geográfica, associam-se ainda, frequentemente, mudanças de estatuto socioprofissional.

Na impossibilidade, por falta de dados, de definir as trajectórias mais características ao nível individual, procuraremos detectar as formas dominantes de mobilidade social, através do estudo das transformações da estrutura social do conjunto da população portuguesa.

Este tema foi já tratado por J. Ferrão (FERRÃO, 1982 e 1985-b), pelo que faremos aqui apenas uma breve síntese das conclusões dos trabalhos atrás referidos. Contudo, antes disso, é necessário tomar em conta que, conforme salienta o autor (FERRÃO, 1985-b, p. 565-568), a análise efectuada, além das insuficiências da informação estatística disponível (89), sofre ainda de um outro "pecado original", resultante da própria definição dos grupos sociais considerados.

A classificação adoptada, tomando como referência a formulação teórica de N. POULANTZAS (1974), ao deixar de lado a população que não interfere directamente no processo de produção de bens e serviços, esconde um importante vector de transformação das sociedades modernas, ou seja, o aumento absoluto e relativo da população que não exerce uma profissão (reformados e pensionistas, domésticas, estudantes, pessoas vivendo de rendimentos, desempregados, etc.). Apesar disso, o recurso a fontes estatísticas e indicadores complementares permitiu minorar bastante os efeitos dessas fragilidades.

Da análise do quadro 44, que representa a evolução, entre 1960 e 1981, dos grupos sociais considerados, ressalta a grande diminuição das classes e fracções de classe da agricultura e o grande avanço do sector terciário. O proletariado agrícola registou o maior decréscimo e a nova

(89) A grande importância das formas de trabalho "oculto", e por isso não contabilizadas pelos recenseamentos da população, constitui uma das principais fraquezas da informação estatística disponível.

pequena burguesia I e II a maior expansão, quer em termos absolutos, quer relativos.

Quadro 44 - Estrutura social da população activa - 1960, 1970 e 1981

		1960		1970		1981		Taxa variação 1960/70	Taxa variação 1970/81
		nº	%	nº	%	nº	%	%	%
BURGUESIA	Agricultura	76077	2,3	17325	0,6	8540	0,2	-77,2	-50,7
	Indústria	47359	1,4	18485	0,6	27910	0,8	-61,0	51,0
	Terciário	75077	2,3	48885	1,7	124699	3,4	-34,9	155,1
	Total	198513	6,0	84695	2,9	161149	4,4	-57,3	90,3
NOVA PEQUENA BURGUESIA I		87840	2,6	140260	4,9	289049	7,9	59,7	106,1
NOVA PEQUENA BURGUESIA II		484493	14,6	550330	19,4	946745	26,0	13,6	72,0
PEQUENA BURGUESIA TRADICIONAL	Indústria	55661	1,7	88550	3,2	114975	3,1	59,1	29,8
	Terciário	69006	2,1	102230	3,6	129536	3,6	48,2	26,7
	Total	124667	3,8	190780	6,8	244511	6,7	53,0	28,2
PROLETA-RIADO	Agricultura	938685	28,3	459785	16,2	262850	7,2	-51,0	-42,8
	Indústria	1019317	30,7	964600	34,0	1311595	36,0	-5,4	36,0
	Total	1958002	59,0	1424385	50,2	1574445	43,2	-27,3	10,5
CAMPESINATO		274895	8,3	333335	11,7	334333	9,2	21,3	0,3
ACTIVOS NÃO REMUNERADOS	Agricultura	?	?	99910	3,5	77915	2,1	?	-22,0
	Indústria	?	?	7640	0,3	7807	0,2	?	2,2
	Terciário	?	?	8 225	0,3	9846	0,3	?	19,7
	Total	194956	5,8	115775	4,1	95568	2,6	-40,4	-17,5
TOTAL		3322766	100,0	2839560	100,0	3645800	100,0	-14,5	28,4

Fonte: FERRÃO, 1985-b, p. 571, 584, 592.

O acentuado declínio dos assalariados da agricultura fez-se essencialmente por três vias: transição para outros sectores de actividade, nomeadamente para a situação de operário da indústria ou da construção civil, quase sempre no decorrer de um processo migratório, interno ou internacional; abandono da actividade agrícola por parte da população idosa

sem que seja substituída por elementos das gerações mais jovens e passagem à situação de camponês, com ou sem posse da propriedade da terra.

Por sua vez, a relativa expansão do proletariado industrial e, sobretudo, o grande avanço da nova pequena burguesia I e II prendem-se, respectivamente, com o desenvolvimento da indústria e com o crescimento das cidades, aumento dos consumos individuais e colectivos e modernização dos processos produtivos.

Os restantes grupos sociais têm percursos diferenciados, por vezes contraditórios, ao longo do período estudado.

O campesinato sofreu um aumento absoluto e relativo na década de sessenta mas, entre 1971 e 1981, diminuiu ligeiramente o seu peso no conjunto da população activa, ainda que o número de mulheres camponesas tenha continuado a aumentar.

Este comportamento, aparentemente estranho num contexto de intenso êxodo rural (para outras regiões do País e para o estrangeiro), resultou da passagem de muitos pequenos patrões e de alguns assalariados à situação de "isolados" e da intensificação da participação feminina no trabalho do campo.

Outro aspecto importante a tomar em conta na evolução do campesinato relaciona-se com a grande heterogeneidade de situações dentro desta classe social, sendo a principal clivagem aquela que, no dizer de F. Cabral Cordovil (CORDOVIL, 1984, p.25), opõe o "campesinato retaguarda de outras actividades e rendimentos das famílias" ao campesinato plenamente integrado na economia de mercado (90).

A pequena burguesia tradicional, quer da indústria, quer do sector terciário, registou aumentos acentuados na década de sessenta mas manteve o seu peso relativo no decénio seguinte.

Esta evolução, entre 1961 e 1970, à semelhança do que se verificou na agricultura, resultou da passagem à situação de trabalhador por conta própria de antigos

(90) Além dos trabalhos já referenciados, veja-se ainda: FREITAS, ALMEIDA e CABRAL, 1976.

assalariados da indústria ou do comércio e serviços e de alguns pequenos patrões.

Nos anos setenta, à relativa estabilização numérica desta classe social correspondeu uma profunda reestruturação dos seus elementos - o desaparecimento de alguns "ofícios" arcaicos como alfaiate, costureira, sapateiro, barbeiro, funileiro ou "lojista" deu lugar ao florescimento de actividades novas relacionadas com a expansão da construção civil (serralheiros, carpinteiros, pintores, pedreiros, electricistas, canalizadores) ou com serviços de reparação (electrodomésticos, automóveis) e ainda com a difusão de determinados serviços pessoais (cabeleireiros, esteticistas, massagistas, etc.).

A burguesia sofreu uma grande quebra na década de sessenta, sobretudo na agricultura e na indústria, em resultado do processo de modernização/concentração produtiva, voltando a registar um acréscimo significativo entre 1971 e 1981, devido não só ao aumento dos quadros superiores e das profissões científicas e liberais mas também ao surto de pequenas empresas industriais e de comércio e serviços.

No que se refere aos "não remunerados", o quadro 44 aponta para uma diminuição absoluta e relativa deste grupo social, no entanto, é necessário tomar em conta que, sendo este grupo, em grande parte, constituído por activos da agricultura, algumas das variações observadas resultam das diferenças de critérios utilizados na classificação da população agrícola, nomeadamente das mulheres e dos idosos que, nuns casos, foram incluídos no grupo dos activos não remunerados e, noutros, recenseados como domésticas ou reformados.

Ao nível regional, as transformações verificadas na composição social da população, embora, na generalidade, sigam a evolução do País, apresentam diferenciações resultantes das estruturas sociais de partida, da desigual incidência da emigração e/ou movimentos migratórios internos, regresso de emigrantes e fixação de retornados das ex-colónias e, por

conseguinte, das especificidades dos mercados de trabalho e de consumo locais (91).

(91) Para uma análise espacial ao nível do concelho, vejam-se os trabalhos já referenciados de J. FERRÃO.

2. AS COMPONENTES DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

2.1. O PROCESSO DE SUBURBANIZAÇÃO DE LISBOA

O primeiro grande surto suburbano data dos anos vinte. Os concelhos de Oeiras, Cascais e, em menor grau, Sintra, registaram grandes aumentos demográficos (58,7%, 50,8 e 27,6% respectivamente) e a cidade de Lisboa, pela primeira vez neste século, teve uma taxa de crescimento populacional ligeiramente inferior à do conjunto dos municípios que englobámos na Área Metropolitana (quadro 45).

Na origem desta expansão dos aglomerados suburbanos está o desenvolvimento dos transportes colectivos, que estimularam o crescimento das povoações servidas pelo combóio e daquelas que, localizando-se na periferia imediata de Lisboa, podiam beneficiar dos transportes urbanos da Capital. Além disso, a área da "Costa do Sol" deve ainda muito do seu desenvolvimento desta época à criação da estação marítima, climática e desportiva do Estoril que, embora projectada no início da Primeira República, em consequência da Guerra, viria a desenvolver-se sobretudo a partir dos anos vinte.

A cartografia dos lugares com 2500 ou mais habitantes em 1911, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981 e a representação das taxas de variação populacional por

freguesias, nos períodos intercensitários entre 1950 e 1981, permitem compreender o processo de suburbanização de Lisboa e a formação da Área Metropolitana.

Como vemos na figura 62, na Margem Norte do Tejo apenas os lugares que se tinham desenvolvido como áreas de veraneio (Amadora, Sintra e Cascais) ou as localidades do eixo de Vila Franca de Xira onde a navegação fluvial e, mais tarde, o caminho-de-ferro, criaram condições favoráveis para a expansão da indústria, tinham em 1911, 2500 ou mais habitantes.

Na Margem Sul, além de Benavente, Palmela, Sesimbra e Setúbal que possuíam ainda um desenvolvimento autónomo, apenas os aglomerados ribeirinhos entre Almada e Alcochete, com ligações a Lisboa por barco, tinham populações iguais ou superiores ao limiar atrás referido.

No entanto, nesta altura, conforme nota J. Gaspar (GASPAR, 1972), o crescimento destas localidades, se exceptuarmos a vila de Almada, é ainda relativamente independente de Lisboa no que diz respeito ao emprego, devendo-se sobretudo à instalação de indústrias no Barreiro, Seixal, Montijo e Cova da Piedade. Daí que a Outra Banda funcione fundamentalmente como abastecedora de produtos alimentares e como local de férias dos lisboetas, nomeadamente a área da Costa da Caparica - Trafaria que constitui uma alternativa à Costa do Estoril.

Em 1940 a linha de Cascais afirmava-se como uma importante área turística e balnear e, por conseguinte, nessa época, era o eixo que apresentava maior número de povoações com 2500 ou mais habitantes (fig. 62) (92).

Nas linhas de Sintra e Vila Franca de Xira e na Margem Sul do Tejo, além das localidades já existentes em 1911, apenas Queluz, no eixo de Sintra, Moscavide, junto ao limite de Lisboa, no de Vila Franca de Xira, e a Moita, na Outra Banda, passaram para a classe dos lugares com populações iguais ou superiores a 2500 pessoas (fig. 62).

A segunda fase da suburbanização de Lisboa processa-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Entre 1940

(92) Sobre o desenvolvimento desta área veja-se: CAVACO, 1983.

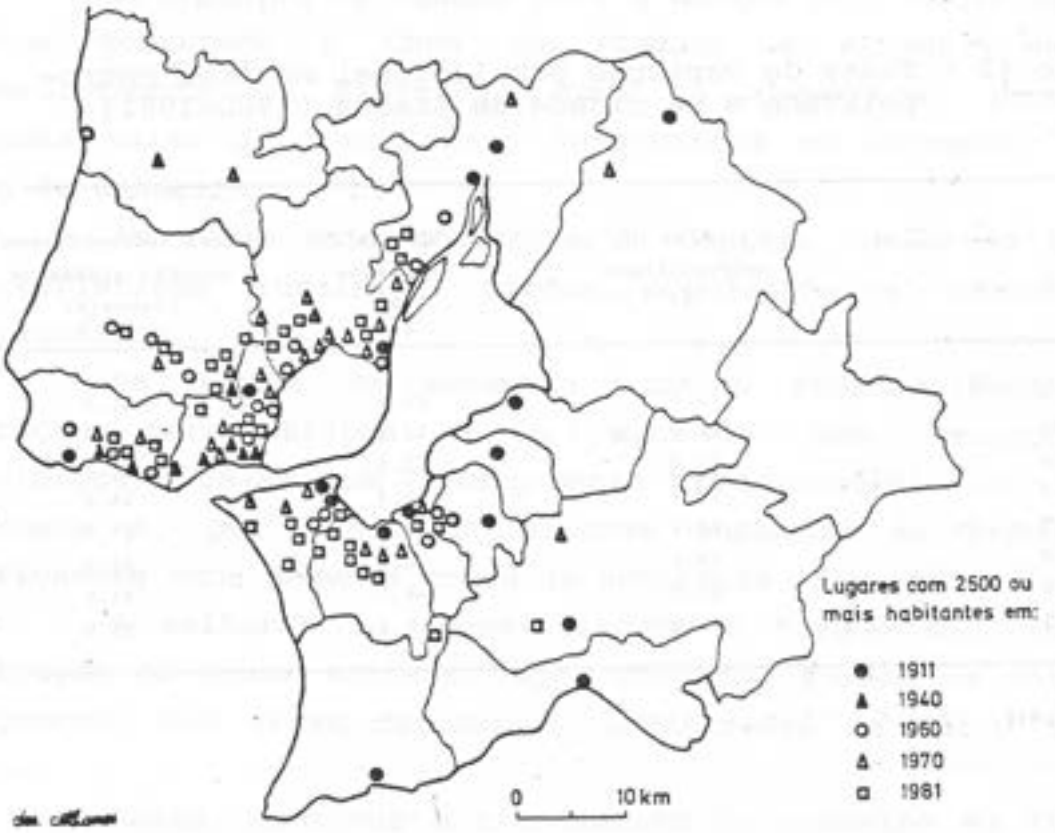


Fig. 62 - Lugares com 2500 ou mais habitantes (1911-1981)

e 1950 a taxa de crescimento populacional da cidade foi já largamente inferior à do conjunto dos restantes concelhos da Área Metropolitana (quadro 45) e na década de sessenta, como já referimos, a Capital perdeu o equivalente a 4,1% da sua população, enquanto os outros municípios que englobámos na Grande Lisboa registaram um aumento demográfico de 48,5%.

Quadro 45 - Taxas de variação populacional na Área Metropolitana e na cidade de Lisboa (1900-1981)

Anos	Área Metropolitana (%)	Cidade de Lisboa (%)	Área Metropolitana excepto cidade de Lisboa(%)
1900-1911	22.5	22.9	21.8
1911-1920	10.9	12.3	8.7
1920-1930	22.8	22.1	23.8
1930-1940	16.9	17.3	16.2
1940-1950	18.4	12.8	27.7
1950-1960	16.1	2.4	36.2
1960-1970	20.8	-4.1	48.5
1970-1981	36.0	5.1	58.2

Fonte: I.N.E.

Apesar disso, em 1960, o concelho de Lisboa representava ainda 52,6% dos habitantes da Área Metropolitana; mas vinte anos depois, esse valor descia para 32,2%.

A difusão do autocarro em Lisboa, a partir de 1944, permitiu o desenvolvimento de uma série de lugares da periferia imediata da cidade e a camionagem acelerou a expansão dos eixos já delineados anteriormente pelo combóio e fez nascer uma nova linha de aglomerados suburbanos em direcção a Loures.

Na Margem Sul, a associação entre os transportes rodoviário e fluvial estimulou o desenvolvimento de novas localidades no concelho de Almada e a expansão industrial do Barreiro fez crescer um grande aglomerado clandestino no

concelho da Moita - a Baixa da Banheira (93).

A variação da população por freguesias, entre 1950 e 1960 (fig. 63), mostra que os maiores acréscimos percentuais se verificaram numa coroa de freguesias que envolve a cidade e se prolonga pelos eixos servidos pelo caminho-de-ferro: Sintra, Cascais e Vila Franca de Xira.

A expansão de Lisboa para a Margem Sul, nesta época, afectou sobretudo a Cova da Piedade e Almada; mas o desenvolvimento do Barreiro, como já referimos, provocou elevadas taxas de crescimento demográfico no Lavradio e na Baixa da Banheira.

As áreas mais afastadas da Capital conservam ainda características rurais e perdem população ou permanecem estacionárias.

Na década de sessenta, com o prosseguimento da imigração para Lisboa e a melhoria dos transportes rodoviários, dá-se um alargamento considerável da área suburbana e, por isso, os maiores aumentos de população verificam-se numa segunda coroa de subúrbios (fig. 64).

A melhoria da acessibilidade à Margem Sul, com a construção da Ponte sobre o Tejo, provocou também um notável alargamento das áreas densamente urbanizadas da Outra Banda (94).

Assim, continua o crescimento do concelho de Almada e intensifica-se a expansão das freguesias de Amora, Corroios, Arrentela e Paio Pires e, de um modo geral, de toda a zona ribeirinha até Alcochete.

Mais a sul, a freguesia de Palmela, que na década anterior tinha diminuído o número dos seus habitantes, registou um aumento de 55,7%.

As áreas mais marginais continuam a perder população ou mantêm-se estacionárias. No entanto, é interessante notar que a freguesia de Samora Correia beneficiando de boa acessibilidade a Lisboa e ao eixo industrial de Vila Franca de Xira, sobretudo após a construção da Ponte de Vila Franca, em 1951, registou também um notável crescimento demográfico.

(93) Sobre o desenvolvimento da Margem Sul, veja-se: CRUZ, 1973.

(94) Veja-se a este propósito: I.A.C.E.P., 1983.

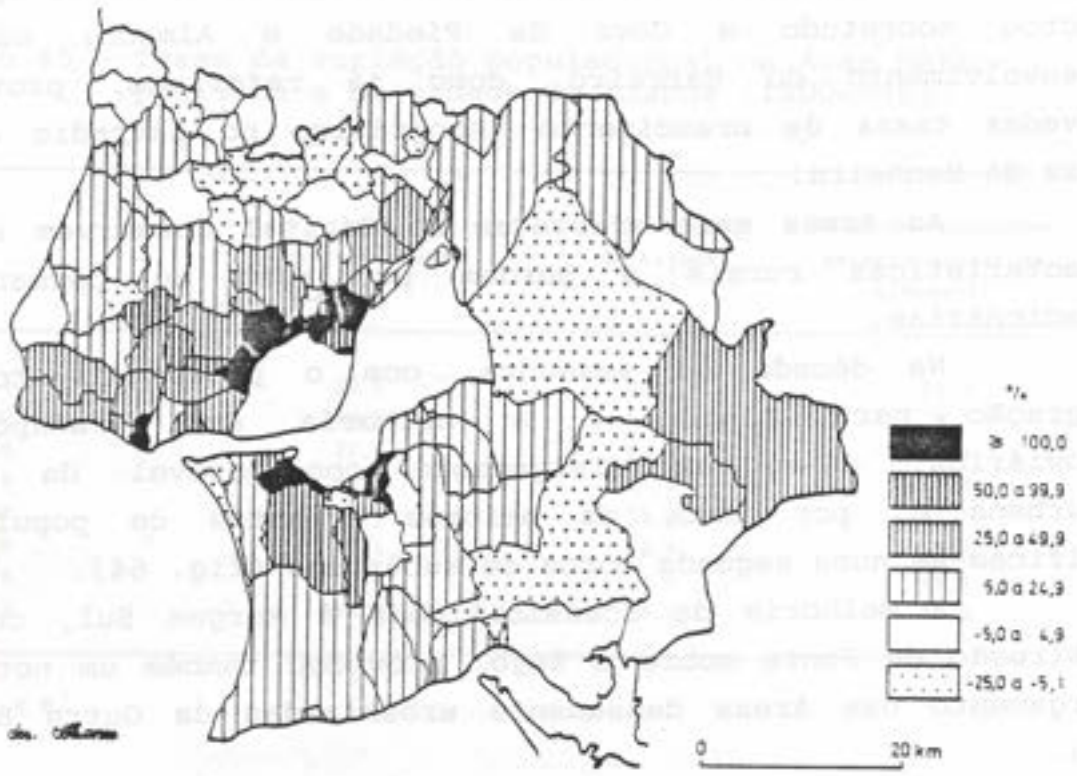


Fig. 63 - Variação da população 1950-1960

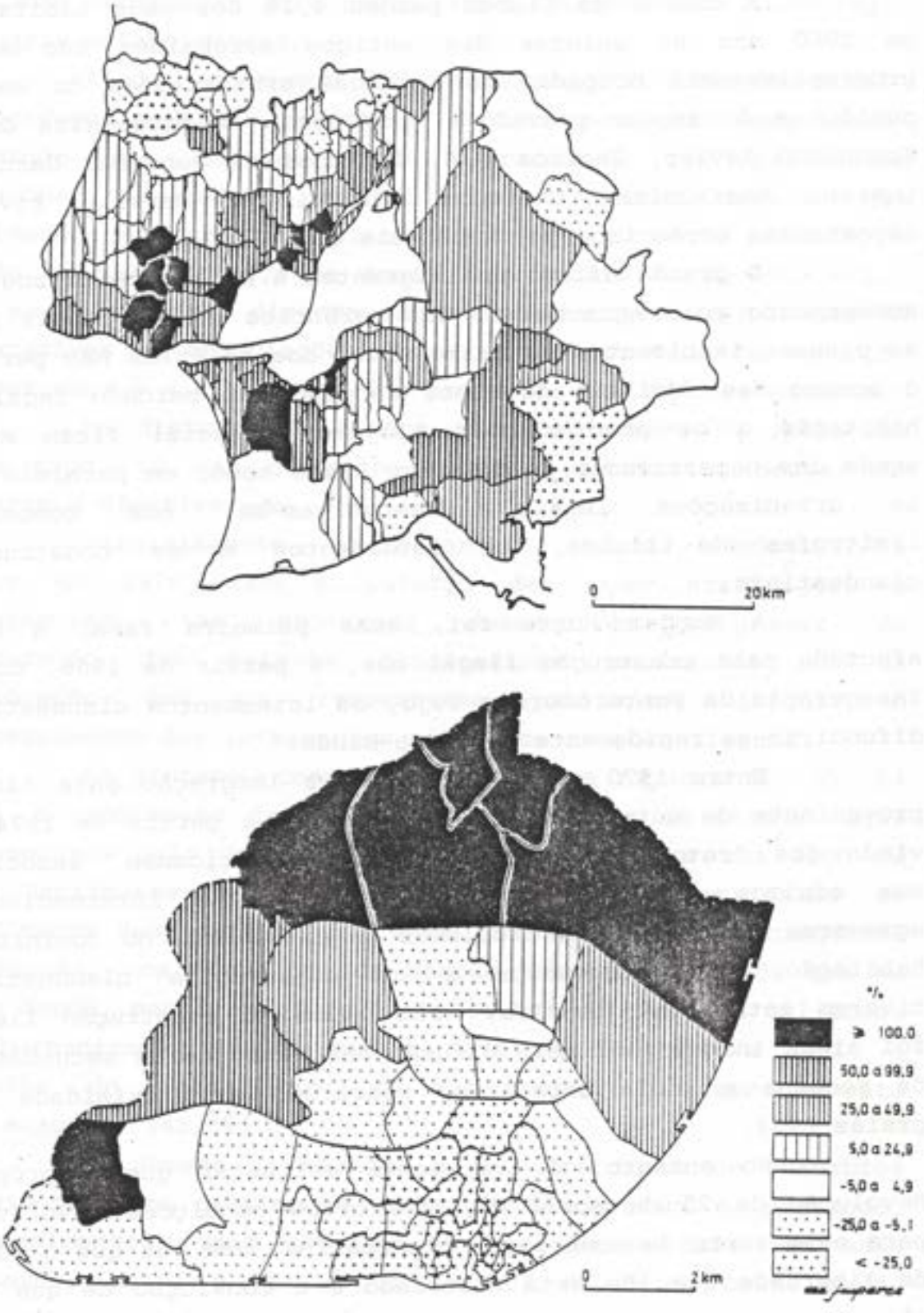


Fig. 64 - Variação da população 1960-1970

A cidade de Lisboa perdeu 4,1% dos seus habitantes em 1960 mas as quintas dos antigos arrabaldes vão sendo progressivamente ocupadas por grandes urbanizações do sector público e do sector privado e, por isso, as freguesias de S. Francisco Xavier, Benfica e S. Domingos de Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Olivais e Marvila tiveram importantes acréscimos populacionais (fig. 64).

O grande afluxo de imigrantes à Região de Lisboa foi acompanhado pelo agravamento das carências habitacionais para as classes insolventes. O baixo nível dos salários não permite o acesso das famílias de menos recursos ao mercado legal de habitação e os programas de alojamento social ficam muito aquém das necessidades existentes. Deste modo, em paralelo com as urbanizações legais, desenvolvem-se, nos concelhos limítrofes de Lisboa, os loteamentos e as construções clandestinas.

A Margem Norte foi, numa primeira fase, a mais afectada pela construção ilegal mas, a partir de 1966, com a inauguração da Ponte sobre o Tejo, os loteamentos clandestinos difundiram-se rapidamente na Outra Banda.

Entre 1970 e 1981 continua a imigração para Lisboa proveniente de outras regiões do País e, a partir de 1974, a vinda dos "retornados" das ex-colónias africanas, associada aos efeitos da crise económica interna e internacional, agravaram ainda mais os problemas já existentes no domínio da habitação. Os loteamentos e as construções clandestinas tiveram então novo impulso. Além disso, a construção ilegal foi ainda incentivada pela difusão das residências secundárias da pequena e média burguesia, sobretudo na proximidade das praias (95).

No entanto, é importante salientar que a própria Revolução de 25 de Abril de 1974 criou condições favoráveis para este surto de construção clandestina, uma vez que o ideal de liberdade que lhe está associado e a convicção de que com ela a repressão policial tinha chegado ao fim, davam a

---

(95) A população das zonas clandestinas da A.M.L. estima-se em 302790 habitantes (FERREIRA, 1985, p. 337).

Sobre o desenvolvimento dos clandestinos na A.M.L. veja-se: CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1981; FERREIRA et al., 1985; SALGUEIRO, 1977; Sociedade e Território, nº 1.

confiança necessária para neste, como noutros casos, infringir as regras estabelecidas.

Ainda no campo da habitação, "O 25 de Abril" desencadeou também uma série de movimentações populares, sobretudo nos bairros mais degradados, que pretendiam pressionar os poderes públicos para tomarem medidas que resolvessem as suas carências habitacionais. Neste sentido, o Estado criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.) que, em colaboração directa com as populações, organizadas em cooperativas ou associações de moradores, procedia à selecção dos terrenos e à elaboração dos projectos dos futuros bairros.

No distrito de Lisboa foram iniciadas 52 operações deste tipo, 19 das quais na cidade, mas muitas delas não chegaram a efectivar-se.

Paralelamente, as autarquias locais, sobretudo a partir de 1976, com o reforço das suas atribuições e competências, têm procurado desenvolver programas de recuperação dos bairros clandestinos existentes e, em colaboração com os respectivos habitantes impedir o prosseguimento dos loteamentos e das construções ilegais.

Em síntese, como podemos ver nas figuras 62, 63, 64 e 65, a progressão da urbanização na região de Lisboa, aqui representada pelo aparecimento de novos lugares com 2500 ou mais habitantes e pela ocorrência de maiores taxas de crescimento demográfico, foi mais intensa, nos anos cinquenta e sessenta, nos concelhos da Margem Norte do Tejo do que na Outra Banda, mas a abertura da Ponte intensificou de tal forma a suburbanização da Margem Sul que, entre 1970 e 1981, o concelho do Seixal foi o que registou maior aumento populacional (145,8%).

Na década de setenta a primeira coroa de subúrbios atingiu ou ficou próxima da saturação demográfica e, por isso, o crescimento urbano propagou-se para áreas cada vez mais distantes, tanto a norte como a sul do Tejo. Deste modo, muitas freguesias da periferia da Área Metropolitana que no decénio de sessenta permaneceram estagnadas ou registaram decréscimos populacionais acentuados, tiveram entre, 1970 e 1981, aumentos demográficos consideráveis (fig. 64 e 65). Em contrapartida, algumas das zonas em que nas duas décadas

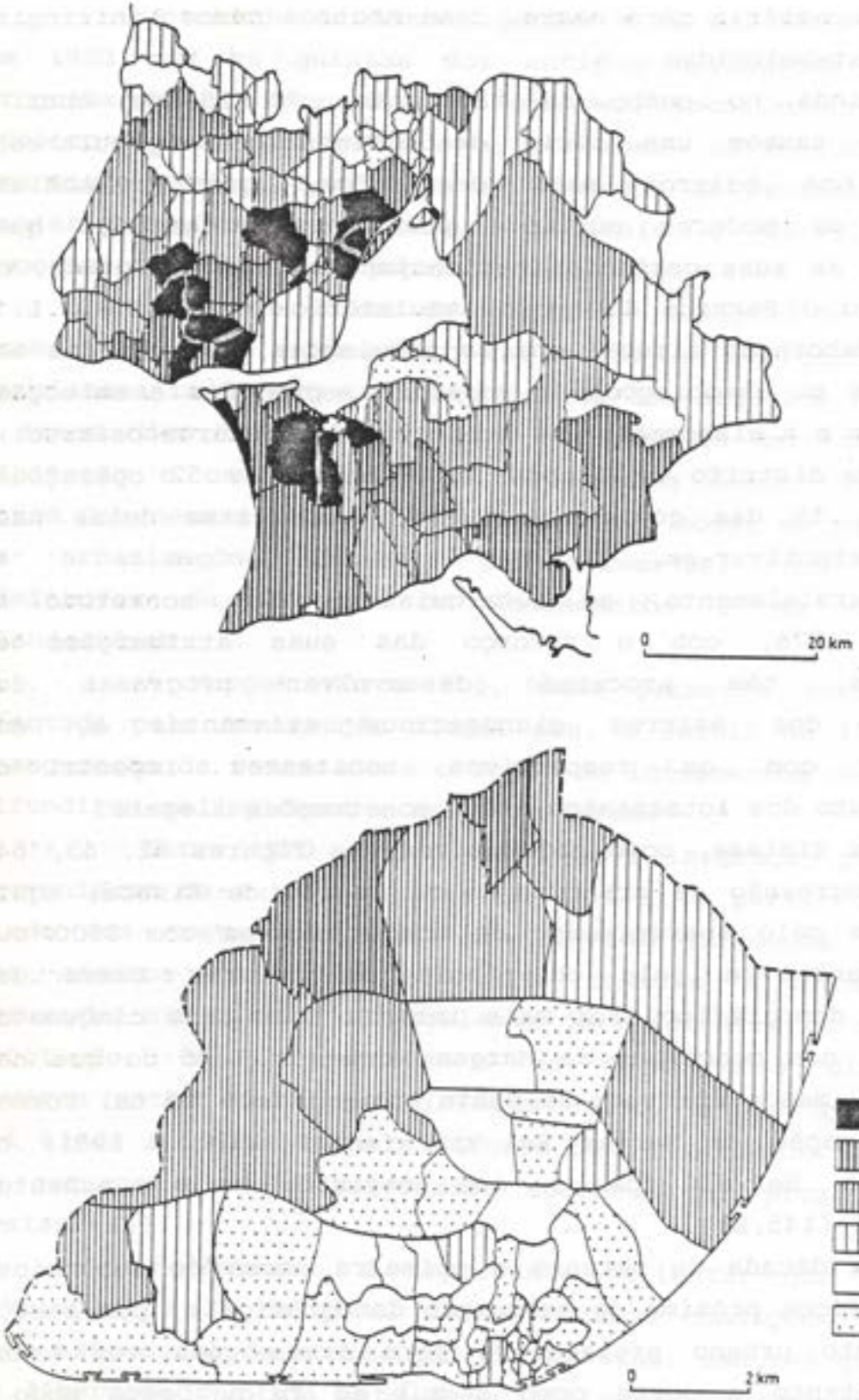


Fig. 65 - Variação da população 1970-1981

anteriores ocorreram elevados aumentos percentuais de população, tendem agora para a estabilidade demográfica ou apresentam mesmo ligeiros decréscimos.

Na cidade de Lisboa, verificou-se um incremento de 5,1% do número dos seus habitantes em 1970 mas, como vemos na figura 65, as áreas mais antigas continuam a perder população ou permanecem estagnadas e o crescimento concentra-se nos bairros novos da periferia. No entanto, o ritmo de decréscimo das zonas centrais é significativamente menor que no decénio anterior e, à semelhança do que se tem verificado noutras grandes metrópoles europeias, começam já a notar-se alguns sinais de recuperação demográfica.

Outro aspecto interessante que sobressai da análise das figuras atrás referidas é a diferença de formas da mancha urbanizada nas duas margens do Tejo: a norte, é semelhante a uma "pata de ave", sendo os dedos correspondentes aos eixos de transporte mais importantes: Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira; a sul, a importância da navegação fluvial nas ligações a Lisboa, fez alastrar a urbanização em coroas circulares paralelas ao rio.

No que se refere à população residente, à semelhança do que sucede em Lisboa, também nos subúrbios se verifica uma intensa segregação social do espaço na origem da qual estão, além das facilidades de acesso à cidade, os equipamentos colectivos existentes, o afastamento das áreas industriais e a percepção do meio físico e social envolvente (profundamente influenciada pelo tipo de promoção afecta a cada área).

Assim, de modo geral, (mas sobretudo na Margem Norte), é nítida a degradação do nível de vida de ocidente para oriente e também do centro para a periferia (FONSECA e REIS, 1980).

2.2.LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO E DO EMPREGO - AS MIGRAÇÕES PENDULARES DIÁRIAS

2.2.1. Estrutura das migrações pendulares, por sexos e ramos de actividade

A separação entre os locais de residência e de trabalho, iniciada com o caminho-de-ferro, nos finais do século XIX, teve um desenvolvimento notável a partir da Segunda Guerra Mundial com a difusão dos transportes rodoviários e particularmente com o automóvel particular.

Segundo o Recenseamento da População dos Estados Unidos da América, em 1960, os activos da cidade de Nova Iorque gastavam em média, 67 minutos nas deslocações casa--emprego (BRUNET, 1971).

Em 1969 dos 1100000 trabalhadores de Munique, 400000 residiam nos subúrbios e entre os que moravam na cidade, somente 25% habitavam no "bairro" onde exerciam a sua actividade profissional (WACKERMANN, 1978).

Em 1971, 850000 pessoas residentes nos arredores, entravam diariamente em Paris para trabalhar, 200000 deslocavam-se em sentido inverso, 700000 movimentavam-se dentro da cidade e 900000 "pendulavam" entre as diferentes unidades administrativas da área suburbana (EVENSON, 1979, citado por WHITE, 1984).

Em 1950 convergiam diariamente em Oslo 30000 migrantes pendulares e, dez anos mais tarde, esse número atingia 40000. Em simultâneo com o aumento do número de "imigrantes" diários foi-se dando também um alargamento da distância de pendulação. Assim, em 1930, 79% dos trabalhadores vindos do exterior residiam num raio de 15 km à volta da cidade mas, em 1960, o valor equivalente para a mesma área baixou para 53% e o número dos que percorriam distâncias superiores a 35km passou de 0% em 1950, para 11% em 1960 (WHITE, 1984).

Em Portugal, a única informação disponível, nos Recenseamentos da População, sobre as migrações pendulares residência-trabalho refere-se apenas às deslocações

interconcelhias, à data dos Censos de 1970 e 1981(96).

Estes dados, apesar de levantarem muitos problemas, por não considerarem as movimentações dentro do mesmo concelho, permitem, contudo, dar uma ideia da importância do fenómeno e, a partir da comparação da situação em 1970 e 1981, avaliar as principais tendências evolutivas.

À semelhança do que se observa noutras grandes metrópoles europeias e americanas, o crescimento demográfico da A.M.L. tem sido acompanhado por um incremento notável das migrações pendulares casa-emprego e, por conseguinte, do progressivo afastamento entre os lugares de residência e de trabalho(97).

Em 1981, 35% dos activos da Grande Lisboa exerciam a sua actividade profissional fora do concelho onde habitavam, enquanto dez anos antes esse valor se quedava ainda pelos 25,9%. Se excluirmos a Capital, por ser o principal centro empregador da Região, verificamos, que no último ano considerado, os municípios que incluímos na Área Metropolitana ofereciam emprego apenas a 51,9% dos seus habitantes, contra 60% em 1970 (quadro 46) (98).

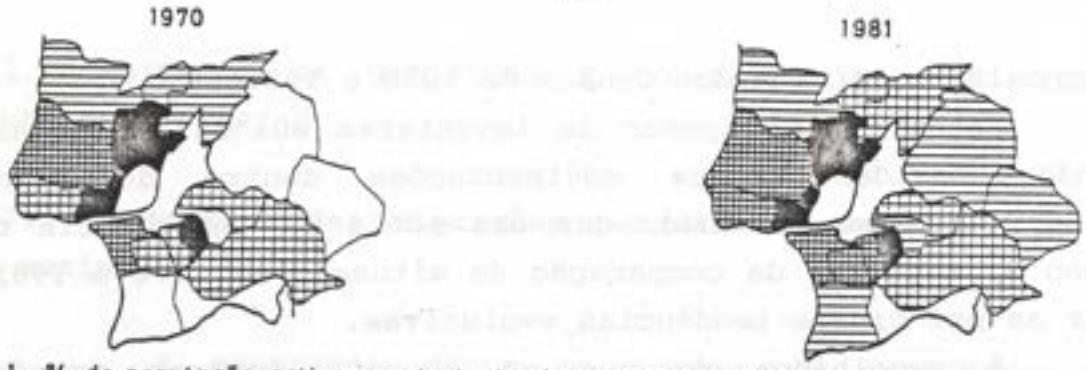
No quadro 46 podemos ainda observar as diferenças entre a mobilidade dos homens, das mulheres, dos activos das indústrias transformadoras e do sector terciário.

A população feminina tem, tendencialmente, menor mobilidade que os indivíduos do sexo masculino; assim, em 1970, a percentagem de homens residentes nos subúrbios que exerciam a sua actividade profissional noutro concelho era substancialmente superior à das mulheres (48,2 e 35,3 % respectivamente) (fig. 66, 67 e 68).

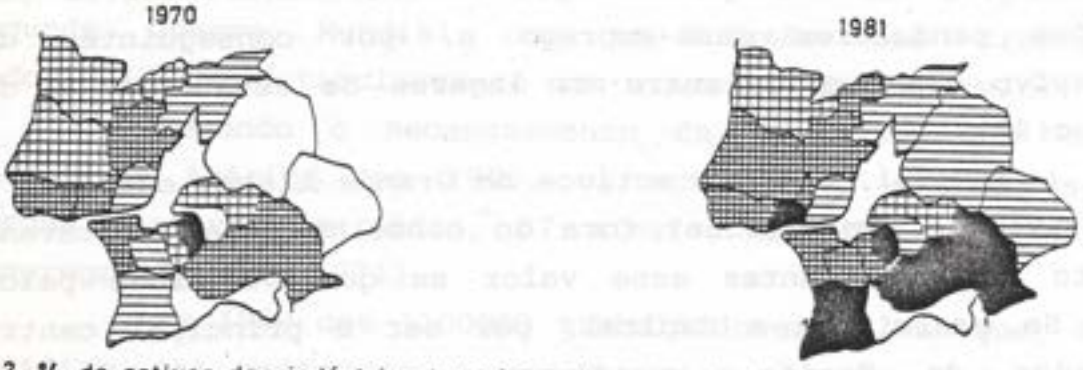
(96) Num relatório elaborado pela JAE/DORSCH (JAE/DORSCH, 1973), existem projecções (para 1985) da população residente e do emprego localizado em 136 microzonas da região de Lisboa, agregáveis nas 33 macrozonas consideradas pela Direcção Geral de Transportes Terrestres (DGTT).

(97) Veja-se, a este propósito, RIFES et.al. (1986).

(98) A criação do concelho da Amadora, em 1979, não invalida a comparação dos valores observados em 1970 e 1981 porque os movimentos pendulares entre Oeiras (concelho a que pertencia a antiga freguesia da Amadora) e aquele município, são pouco importantes. Se excluirmos as migrações entre os dois, a percentagem de activos que trabalhavam na unidade administrativa onde residem é de 65,34% ou 52,42%, conforme se considere ou não a cidade de Lisboa.



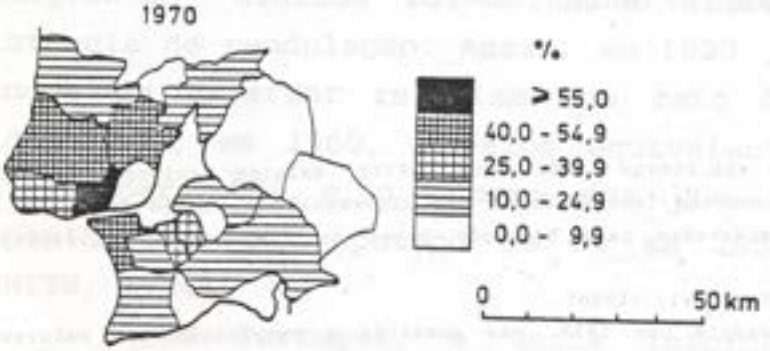
1 - % de população activa que trabalha fora do concelho onde reside



2 - % de activos das indústrias transformadoras que trabalham fora do concelho onde residem



3 - % de activos do sector terciário que trabalham fora do concelho onde residem



4 - % de mulheres que trabalham fora do concelho onde residem

Fig. 66 - Activos que trabalham fora do concelho de residência (1970 e 1981)

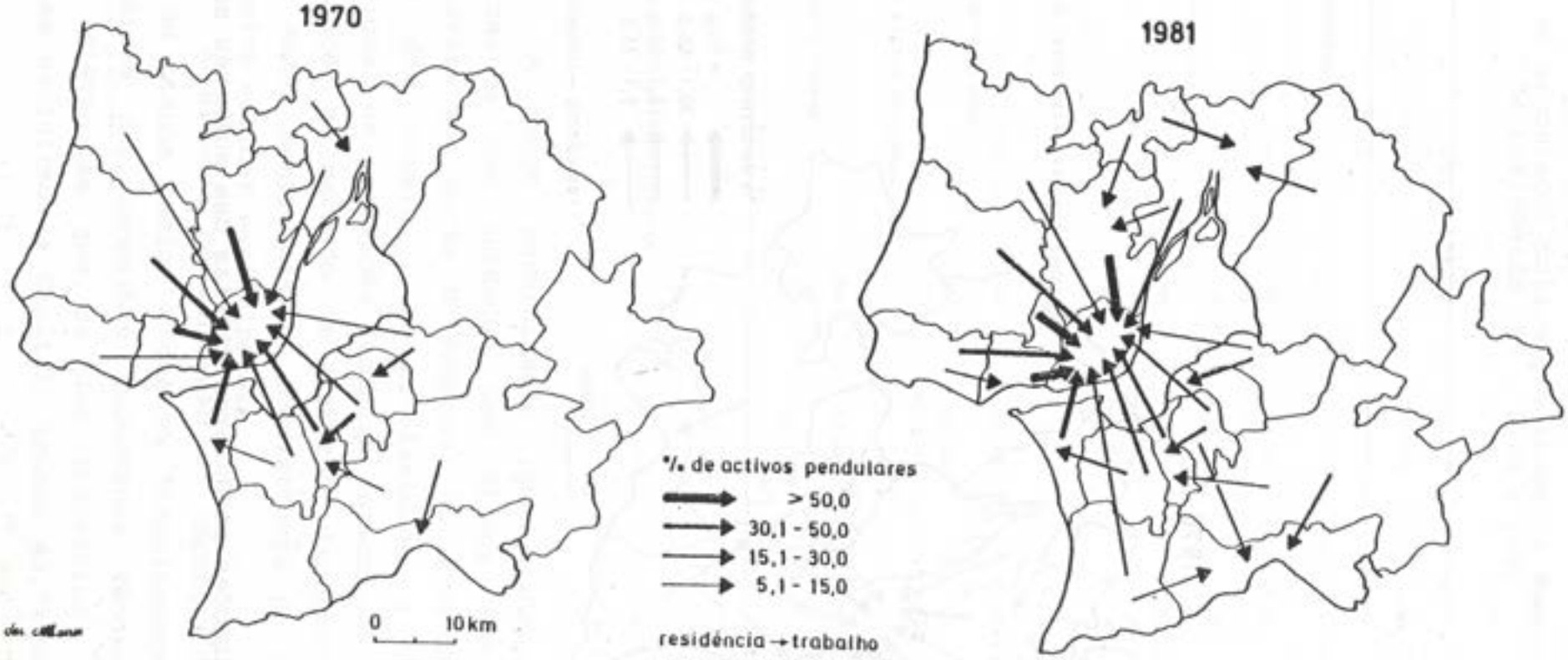


Fig. 67 - Migrações pendulares diárias da população activa da Área Metropolitana de Lisboa

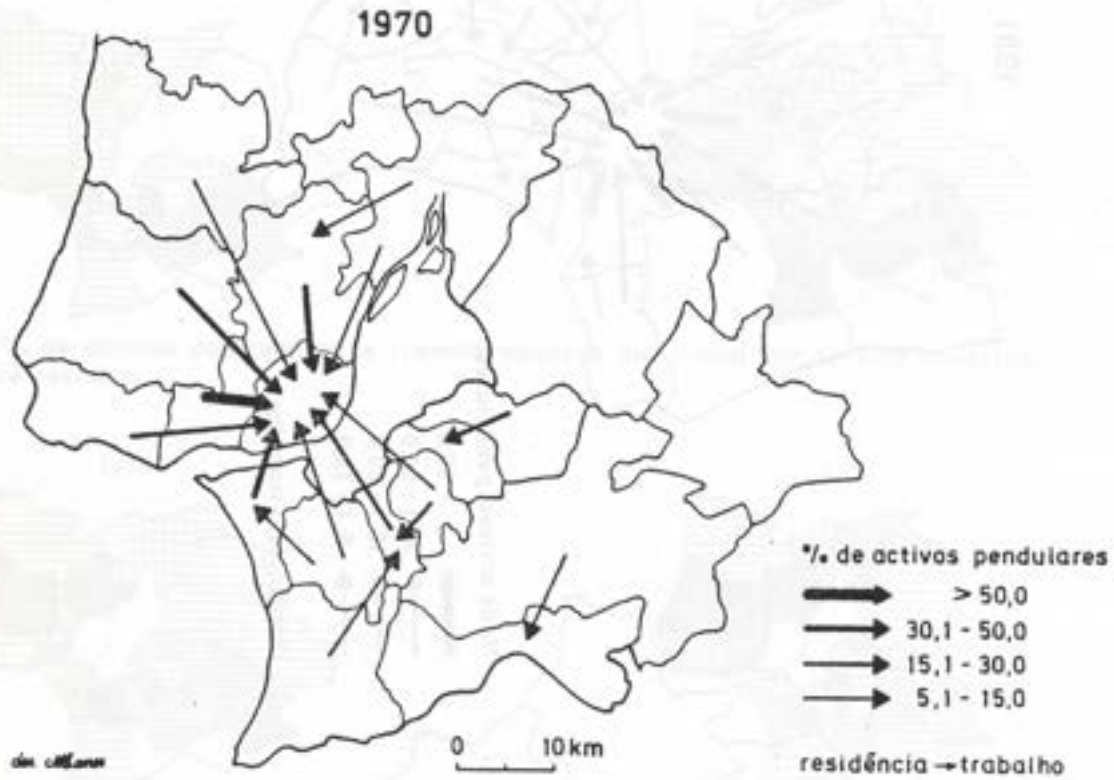


Fig. 68 - Migrações pendulares diárias das mulheres activas

Quadro 46 -População activa que trabalha ~~fora de~~ no concelho de residência (%) - 1970 e 1981

		1970	1981
TOTAL DE ACTIVOS			
A.M.L.	HM	74,06	65,01
	H	71,50	*
	M	79,90	*
A.M.L. excepto cidade de Lisboa	HM	60,02	51,94
	H	51,70	*
	M	64,70	*
ACTIVOS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS			
A.M.L.	HM	72,38	63,25
A.M.L. excepto cidade de Lisboa	HM	63,04	57,81
ACTIVOS DO SECTOR TERCIÁRIO			
A.M.L.	HM	72,68	64,08
A.M.L. excepto cidade de Lisboa	HM	47,76	43,72

Fonte: I.N.E.

* Não existe informação disponível

A maior participação das mulheres nas tarefas domésticas e nos cuidados dos filhos são os principais responsáveis por estas diferenças. No entanto, cremos que o aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional da população feminina, associado à sua crescente participação no mercado de trabalho, tenderão, no futuro, a atenuar estes contrastes. A inexistência de dados para 1981 não permite validar esta hipótese.

A elevada concentração do emprego do terciário na cidade de Lisboa obriga a que os trabalhadores deste sector que residem nos concelhos suburbanos tenham de percorrer maiores distâncias que os das indústrias transformadoras. Assim, se excluirmos a Capital, apenas 43,7% dos moradores da

A.M.L., em 1981, viviam e trabalhavam no mesmo município enquanto, no caso da indústria, o valor equivalente era de 57,8% (quadro 46). Mas, pensamos também que a maior mobilidade dos efectivos do comércio e serviços, em grande parte constituídos pela pequena e média burguesia, deriva de, em regra, possuírem níveis de instrução e salários superiores aos dos operários da indústria e ainda de serem mais frequentes os casos em que a mulher exerce uma profissão, aumentando assim o rendimento das famílias. Consequentemente, há mais casais com automóvel particular e os custos da deslocação são compensados pela possibilidade de ter uma casa melhor e mais barata nos subúrbios.

A intensificação e o alargamento da área das migrações pendulares estão bem representados na evolução, entre 1970 e 1981, da percentagem de activos que trabalha fora do concelho de residência, nos valores da intensidade de comutação concelhia e ainda na estrutura dos fluxos mais importantes (fig. 66 a 73).

Oeiras, Loures, Moita, Sintra e Almada são os concelhos mais dependentes, em termos de emprego. Em todos eles a percentagem de população que trabalha fora do território municipal é igual ou superior a 40% (fig. 66). Pelo contrário, as áreas mais afastadas, como Benavente, Montijo e Sesimbra, têm ainda uma relativa autonomia já que o número de trabalhadores que exerce a sua actividade profissional noutro concelho é inferior a 10%. Setúbal, graças ao seu desenvolvimento urbano e industrial, emprega 95% dos seus residentes e atrai ainda mão-de-obra de outros concelhos, sobretudo de Palmela (fig. 66 e 67).

A comparação entre as figuras 66.1. e 66.4 concretiza melhor o que anteriormente se disse sobre a menor mobilidade da população feminina, já que a percentagem de mulheres que trabalham num concelho diferente do de residência, sobretudo nos municípios mais distantes de Lisboa, é bastante inferior à dos homens.

Em 1981, apenas em Lisboa e na Cidade do Sado o número de migrantes pendulares é inferior a 10% (8,15 e 8,48% respectivamente).

Loures, Oeiras, Amadora e a Moita continuam a

registar os maiores índices de dependência. No entanto, todos os outros aumentaram substancialmente o peso dos trabalhadores pendulares (fig. 66).

O crescimento demográfico da A.M.L., verificado na década de setenta, associado à melhoria da acessibilidade a Lisboa e sobretudo à diminuição do impacte da distância no custo do transporte colectivo de passageiros, com a introdução do passe social, traduziram-se por uma notável expansão suburbana de áreas cada vez mais distantes, particularmente na Margem Sul do Tejo e no eixo de Vila Franca de Xira.

A diversidade de padrões locativos da indústria e do terciário reflecte-se em diferentes amplitudes e territórios de pendulação para os activos do sector secundário e da administração, comércio e serviços.

Na Margem Sul do Tejo e no concelho de Vila Franca de Xira, por serem áreas de maior implantação industrial, a percentagem das deslocações interconcelhias dos trabalhadores da indústria é superior à que se observa no terciário (fig. 66.1 e 66.2).

Setúbal, Seixal, Barreiro, Almada e o eixo de Vila Franca constituem importantes pólos de emprego industrial e, por isso, de 1970 para 1981 intensificaram-se as migrações pendulares intersubúrbios, não só entre os mais antigos, mas também entre eles e outros lugares dos concelhos de Arruda dos Vinhos, Benavente, Moita, Palmela e Sesimbra, que progressivamente se foram transformando em subúrbio de subúrbio (fig. 67).

O emprego no comércio e serviços, apesar de, como veremos a seguir, ter registado um aumento considerável nos concelhos suburbanos, ficou bastante aquém do ritmo de acréscimo populacional, feito sobretudo à custa da vinda de gente que trabalha em Lisboa. Por esse facto, como vemos nas figuras 66 a 70, entre 1970 e 1981 intensificaram-se não só as relações da Capital com as áreas mais próximas mas também com os concelhos mais distantes, verificando-se, por isso, um alargamento notável da distância casa-emprego, em particular para os trabalhadores terciários.

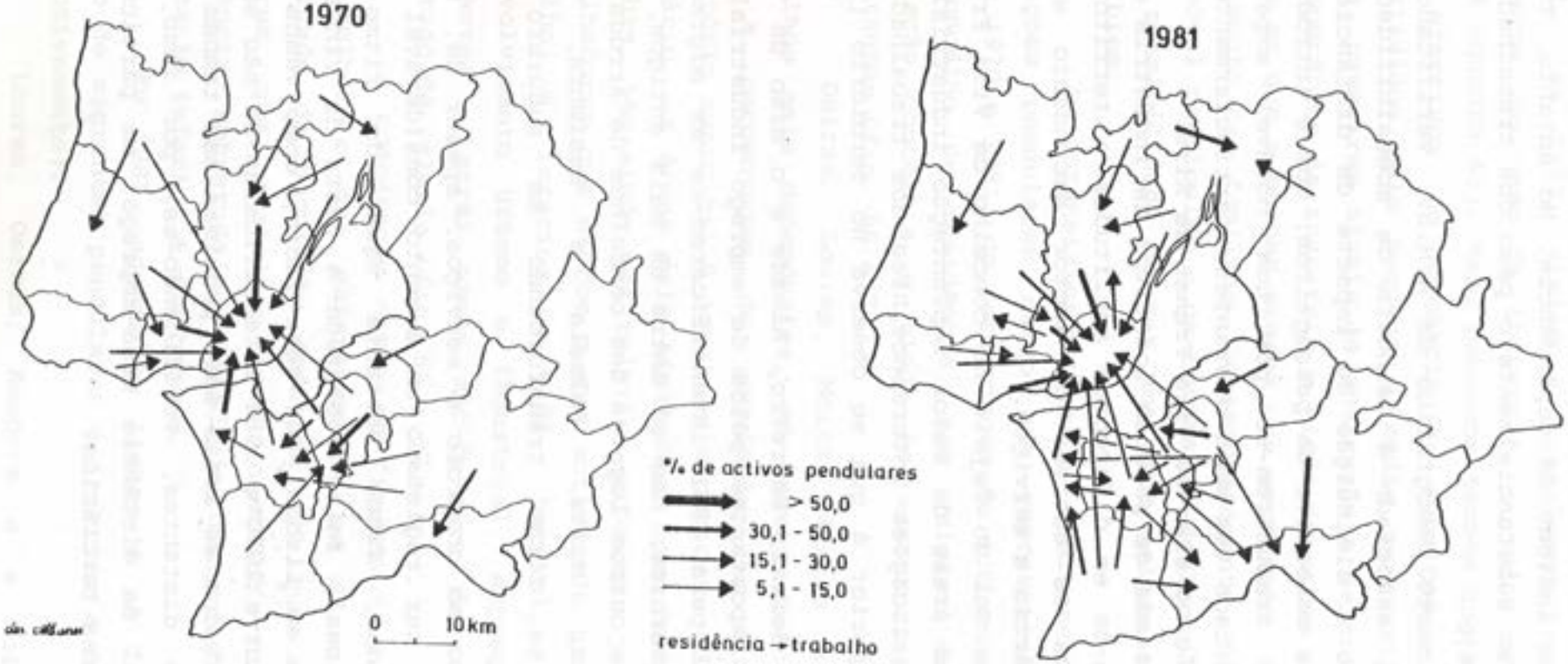


Fig. 69 - Migrações pendulares diárias dos activos das indústrias transformadoras

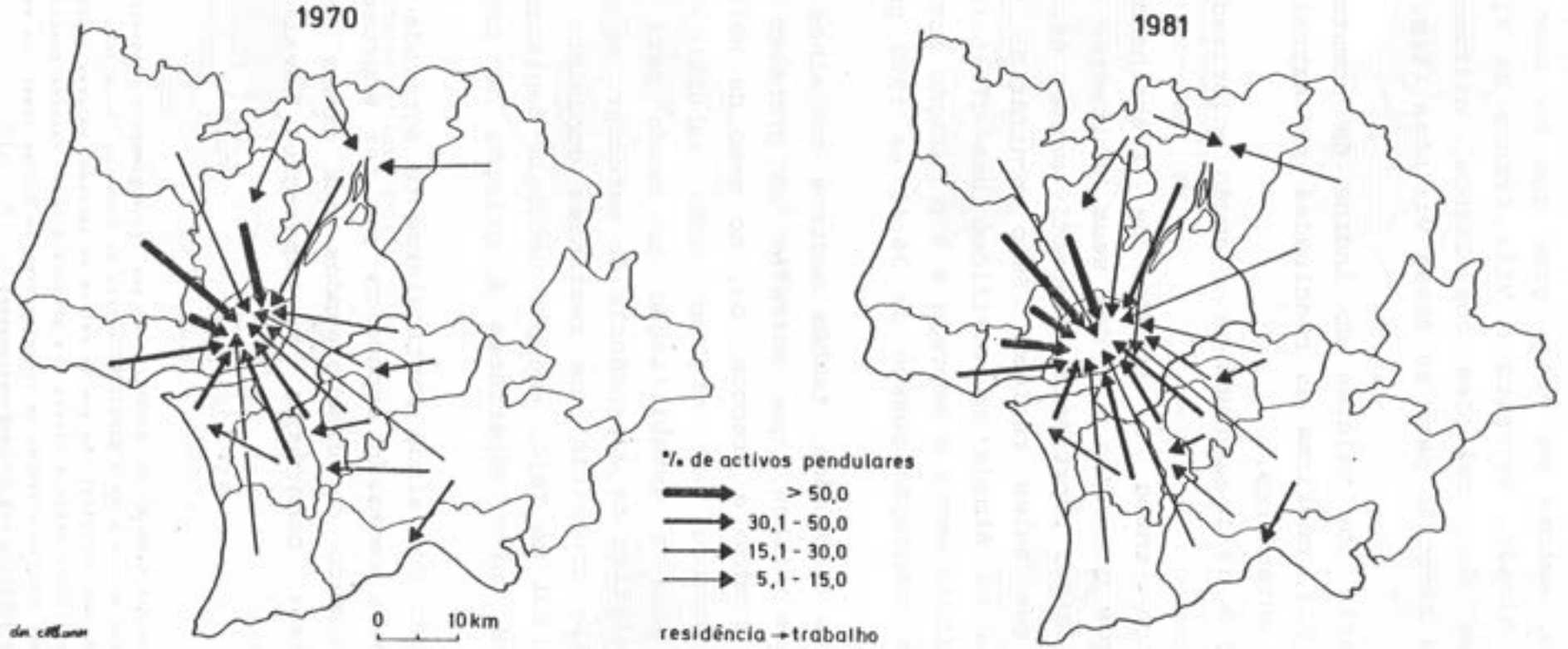


Fig. 70 - Migrações pendulares diárias dos activos do sector terciário

Além disso, embora em menor grau que no caso da indústria, Setúbal, Almada, Barreiro e Vila Franca de Xira, enquanto reforçam as suas relações com Lisboa, afirmam-se também como pólos de atracção para as áreas vizinhas (fig. 67 e 69).

A cartografia dos valores do índice de comutação concelhia(99) (fig. 71), confirma as conclusões que extraímos da análise dos mapas anteriores.

Entre 1970 e 1981 acentuou-se a acção polarizadora de Lisboa e Setúbal.

A diferença entre o número de trabalhadores provenientes de outros concelhos e o dos seus habitantes que trabalham noutro município representa, respectivamente, 66,2 e 21,5% dos activos que neles residem. Pelo contrário, nos outros casos, apenas em Almada se verificou uma diminuição sensível do desequilíbrio entre o emprego e a população activa local - o índice de comutação passou de 36,4% em 1970 para 22,1% em 1981.

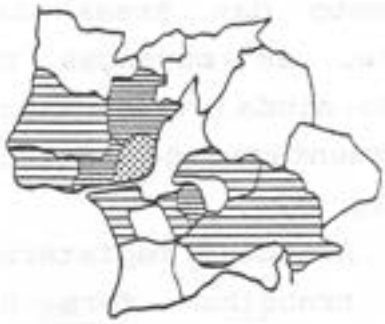
À semelhança de Almada, também noutros concelhos da periferia imediata de Lisboa, que sofreram um processo de suburbanização mais intenso e precoce, ou, no caso da Moita, que, como vimos, começou por crescer como subúrbio do Barreiro, tende-se para a estabilização ou mesmo para um ligeiro decréscimo relativo da dependência do exterior, no que toca ao emprego. Pelo contrário, os restantes concelhos da Área Metropolitana a sul do Tejo, excepto Setúbal, registaram aumentos demográficos muito superiores à criação de novos postos de trabalho.

Esta situação foi ainda particularmente agravada no sector industrial, pela recessão económica que fez engrossar substancialmente o número de desempregados nos ramos mais afectados pela crise: construção e reparação naval e metalúrgicas de base.

---

(99) O índice de comutação concelhia (Ic) = 100.(No-Ni)/Pa em que, No representa o número de trabalhadores que saem, Ni os que entram e Pa a população activa do concelho. É um indicador da dependência ou polarização de cada território no que se refere ao emprego. Valores iguais a zero indicam uma situação de equilíbrio entre a oferta e a procura locais. Valores positivos são sinais de déficit e negativos indicam atracção de trabalhadores de outras áreas, ou seja, o número de postos de trabalho é superior aos activos residentes.

Total de activos (1970)



Total de activos (1981)



Activos nas indústrias transformadoras (1970)



Activos nas indústrias transformadoras (1981)



Activos do sector terciário (1970)



Activos do sector terciário (1981)



Mulheres activas (1970)



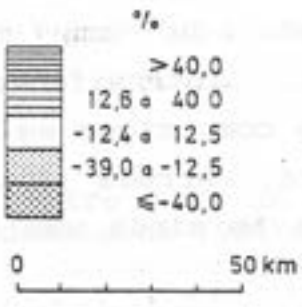


Fig. 71 - Intensidade de comutação concelhia

A intensificação e o alargamento das áreas das migrações pendulares e, por conseguinte, as mudanças na localização da habitação e do emprego, são ainda evidenciadas pela variação, entre 1970 e 1981, da percentagem de activos que trabalham no concelho de residência (fig. 72).

Todos os municípios, excepto Almada, registaram aumentos da proporção de pessoas que trabalham fora do concelho onde habitam.

A maior redução relativa da capacidade empregadora verificou-se no Seixal, em virtude de ter sido o território que registou maior crescimento demográfico na década de setenta.

O decréscimo da população activa no primário em áreas onde em 1970 tinha ainda uma forte representação no emprego local, como em Arruda dos Vinhos, Palmela e Sesimbra, foi, em parte, compensado pela transferência de alguns dos antigos trabalhadores rurais para a construção civil e indústrias transformadoras dos municípios vizinhos; daí que estas áreas vissem substancialmente acrescido o contingente de trabalhadores que exercem a sua actividade profissional num concelho das proximidades. Além disso, estes territórios aumentaram também as relações com Lisboa, sobretudo à custa das migrações pendulares da mão-de-obra terciária.

Outro aspecto interessante que sobressai da análise da fig. 72 é o aumento da percentagem de residentes em Lisboa e Setúbal que trabalham noutro concelho, particularmente no caso dos activos da construção civil e das indústrias transformadoras.

Em síntese, podemos dizer que, na última década, o aumento das ligações de Lisboa com os municípios mais afastados foi acompanhado de uma maior integração do território metropolitano. Intensificaram-se as ligações intersubúrbios e os fluxos com origem em Lisboa para os outros concelhos; contudo, Mafra, Arruda dos Vinhos, Benavente, Alcochete e Montijo conservam ainda uma relativa autonomia em relação à Capital.

Aumentaram os volumes de tráfego e, por isso, todos os problemas ligados aos transportes: engarrafamentos, falta de lugares para estacionamento, sobreocupação dos transportes

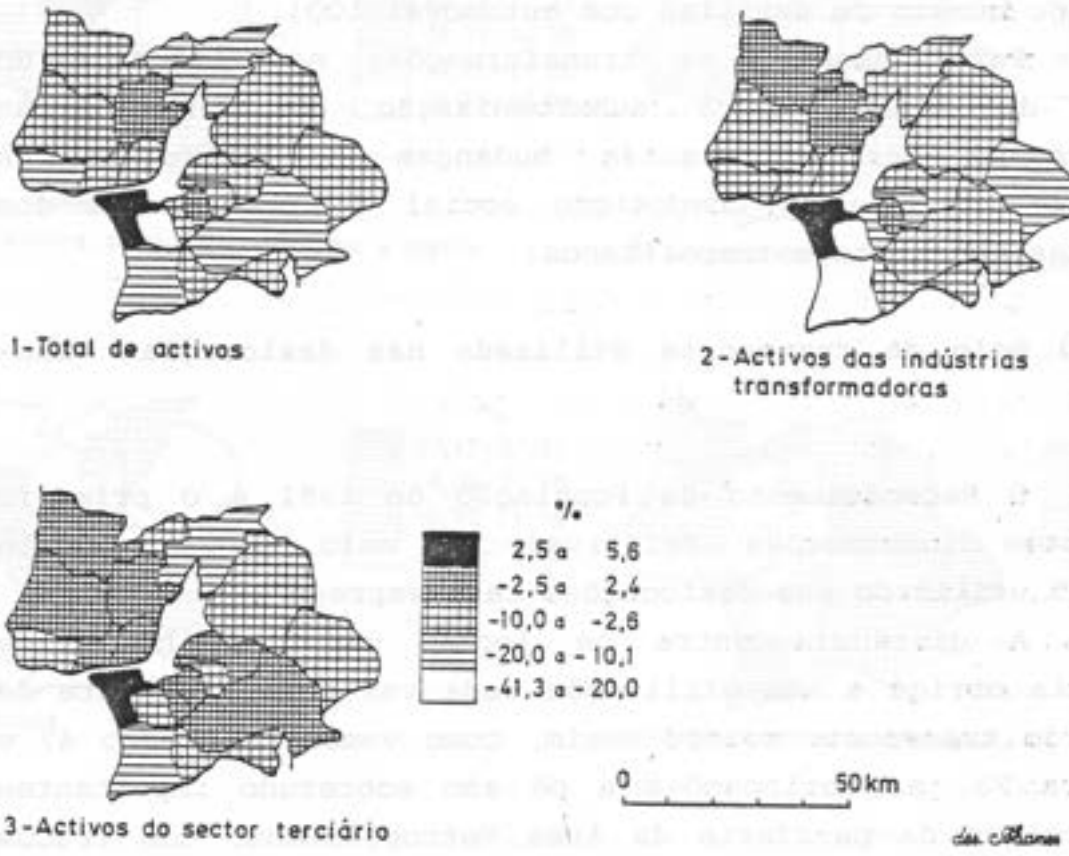


Fig. 72 - Diferença entre a % de activos que trabalham no concelho de residência em 1981 e 1970

colectivos nas "horas de ponta", maiores consumos de combustíveis e crescimento dos níveis de poluição atmosférica e sonora, pois o efeito redutor da subida do preço do petróleo, na sequência dos choques petrolíferos de 1973 e 1979, foi diluído pela incapacidade dos meios de transporte colectivo satisfazerem a procura existente e pelo progressivo aumento do número de famílias com automóvel(100).

Paralelamente, as transformações na estrutura do emprego da A.M.L. e a suburbanização de novas áreas traduziram-se por importantes mudanças na estrutura da população activa e na composição social dos habitantes dos diferentes concelhos metropolitanos.

2.2.2. O meio de transporte utilizado nas deslocações casa--emprego

O Recenseamento da População de 1981 é o primeiro que contém informações relativas ao meio de transporte principal utilizado nas deslocações casa-emprego .

A distância entre os locais de trabalho e de residência obriga a uma utilização cada vez mais frequente de um meio de transporte motor. Assim, como vemos no quadro 47 e na figura 73, as deslocações a pé são sobretudo importantes nos concelhos da periferia da Área Metropolitana, com fracos níveis de urbanização e em que a agricultura ocupa ainda uma percentagem de activos relativamente importante (Mafra, Arruda dos Vinhos, Benavente, Sesimbra e Montijo, principalmente nas freguesias de Canha e Santo Isidro de Pegões.

Na cidade de Lisboa e nos concelhos suburbanos mais próximos, o número de pessoas que não utilizam qualquer meio de transporte no trajecto residência-trabalho é inferior a 20%.

O autocarro, camioneta, eléctrico e metro são, de longe, os meios de transporte mais importantes na A.M.L., particularmente nos territórios não servidos pelo caminho-de--ferro (fig. 73.1).

---

(100) Sobre a política energética e transportes na região de Lisboa, veja-se: RIFES et.al., 1986.

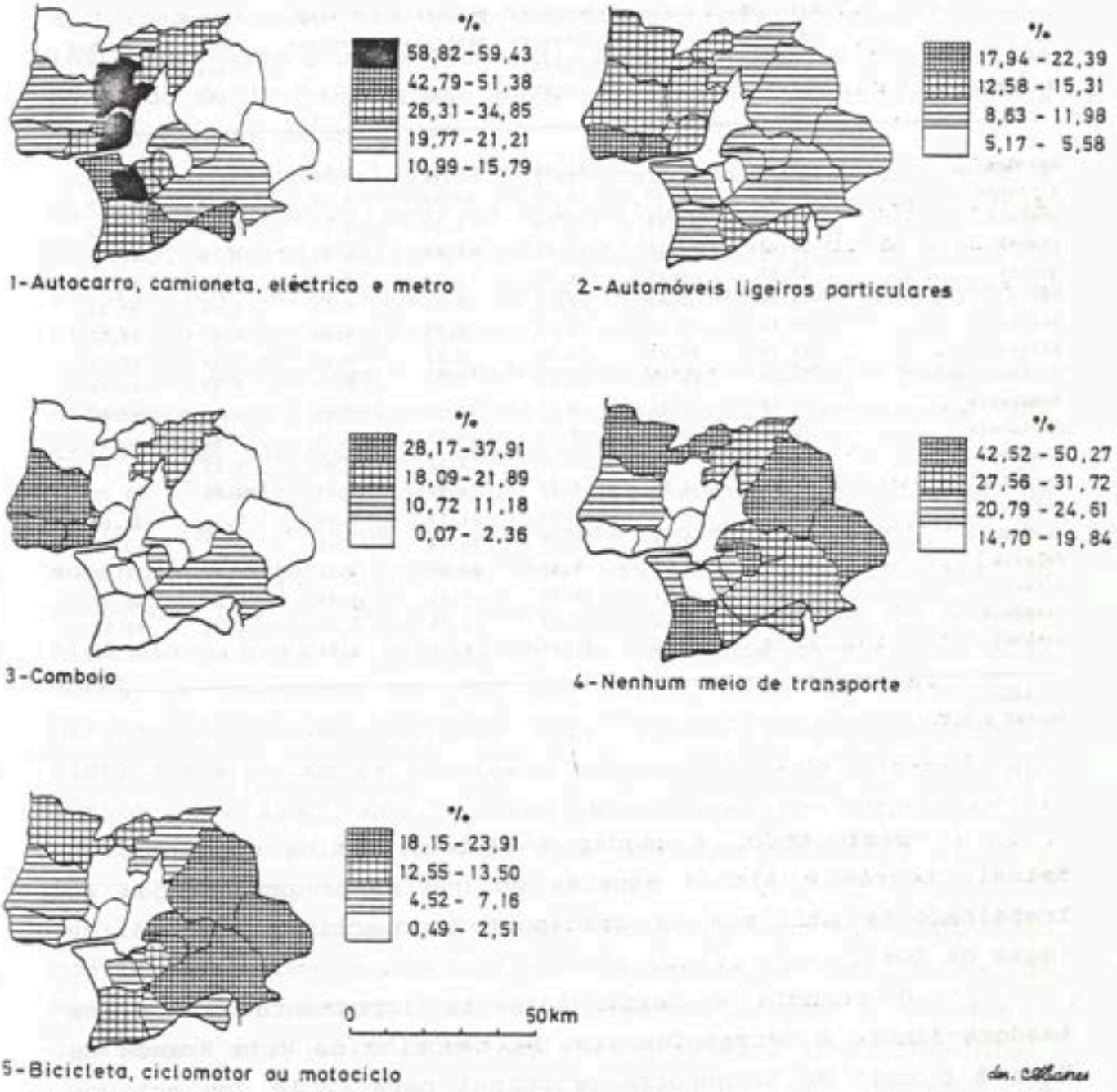


Fig. 73 - Meio de transporte principal utilizado nas deslocações residência-trabalho

Quadro 47 - Meio de transporte principal utilizado nas deslocações para o trabalho - 1981

Concelhos da A.M.L.	Aut..Cam.. Elect.. Metro (%)	Combóio (%)	Automóvel ligeiro part. (%)	Bicicleta. motorizada (%)	Transp. empresa (%)	Outros meios transp. (%)	Nenhum (%)
Amadora	43,75	21,89	11,98	0,81	2,86	0,32	18,39
A.Vinhos	21,00	0,33	12,96	13,50	5,14	3,83	43,25
Cascais	21,21	33,29	17,94	5,33	3,17	0,34	18,73
Lisboa	59,43	2,13	15,31	0,49	2,04	0,76	19,84
Loures	58,82	2,36	14,77	1,79	3,65	0,37	18,24
Mafra	14,13	1,61	14,11	13,29	4,53	2,06	50,27
Oeiras	30,44	28,17	22,39	0,97	2,89	0,45	14,70
Sintra	19,77	37,91	12,58	4,52	4,00	0,44	20,79
V.Franca Xira	26,31	18,09	11,50	6,03	5,79	0,57	31,72
Benavente	10,99	0,51	9,83	23,91	10,19	0,96	43,60
Alcochete	20,08	0,07	8,63	18,15	15,76	6,88	30,44
Almada	51,38	0,83	11,39	2,51	3,60	8,31	21,97
Barreiro	34,85	2,08	5,58	4,92	4,65	24,73	23,20
Moita	33,15	11,18	5,17	12,55	5,56	7,78	24,61
Montijo	15,79	0,44	11,16	18,44	6,40	4,81	42,96
Palmela	20,47	10,72	8,64	22,07	7,21	1,34	29,55
Seixal	59,05	0,41	10,53	5,31	4,99	1,12	18,60
Sesimbra	28,23	0,12	9,09	12,76	5,07	2,21	42,52
Setúbal	42,79	1,11	13,38	7,16	6,93	1,07	27,56

Fonte: I.N.E.

Deste modo, a seguir a Lisboa, são os concelhos do Seixal, Loures e Almada aqueles em que maior percentagem de trabalhadores utilizam os transportes colectivos rodoviários (mais de 50%).

O combóio é particularmente importante nos eixos Amadora-Sintra e Oeiras-Cascais. No concelho de Vila Franca de Xira é o meio de transporte principal para 18,1% dos activos que nele residem. Na Margem Sul, apenas tem expressão significativa na Moita e Palmela, sobretudo nas ligações com Setúbal e o Barreiro-Lisboa (fig. 73.3).

Conforme salientam SALGUEIRO, 1971 e OLIVEIRA, 1987, a camionagem, no eixo da Costa do Sol tem um papel complementar com o caminho-de-ferro, na medida em que o traçado da rede está estruturado para assegurar as ligações

com as estações, enquanto na linha de Sintra são predominantemente concorrentes.

No entanto, com o crescimento da urbanização no interior dos concelhos de Oeiras e Cascais a camionagem tende a tornar-se cada vez mais importante, não só nas ligações intraconcelhias mas também com Lisboa, porque o combóio vai deixando de ter capacidade para corresponder à procura gerada pela expansão urbana.

O automóvel ligeiro particular tem maior importância na Margem Norte do Tejo do que na Península de Setúbal. No entanto, a Norte, salientam-se ainda os municípios da Linha do Estoril por serem aqueles em que este meio de transporte é utilizado com maior frequência.

Na origem destes contrastes estão, além das diferenças de rendimento da população, a eficiência dos transportes públicos que servem cada área.

Assim, os grandes engarrafamentos nas "horas de ponta", nos acessos e na Ponte sobre o Tejo, reduzem substancialmente o número dos utilizadores potenciais do automóvel que residem na Outra Banda e trabalham em Lisboa. Além disso, para os habitantes dos concelhos do Barreiro e da Moita, a travessia do rio por barco, além de muito mais barata, é também bastante mais rápida porque encurta a distância a percorrer e evita o congestionamento da Ponte. Não admira, por isso, que a menor percentagem de utilização do automóvel particular se verifique naqueles concelhos (5,58 e 5,17%, respectivamente).

Os veículos de duas rodas apenas têm expressão considerável nos concelhos de Benavente e nas áreas da Península de Setúbal mais distantes de Lisboa , em que a camionagem está pouco orientada para o serviço intraconcelhio.

A utilização do transporte da empresa é relativamente importante em Benavente e em Alcochete, concelhos onde a indústria tem conhecido um certo desenvolvimento, mas o número dos seus habitantes é insuficiente para justificar um serviço de transportes intramunicipal.

Os outros meios de deslocação, nomeadamente o barco, têm um papel não negligenciável nas ligações da Outra Banda

com Lisboa, nomeadamente para o Barreiro, Moita e Almada.

2.3. MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO E COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO

2.3.1. O emprego

A terciarização e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho são os fenómenos mais salientes da evolução da estrutura do emprego na A.M.L. na última década.

Entre 1970 e 1981 a população activa da Grande Lisboa registou um acréscimo global de 41,8%, mas, no mesmo período, o número de mulheres com profissão aumentou 73,2%.

Em consequência disso, a taxa de feminização da população activa passou de 30,4% em 1970 para 37,2% em 1981 (quadro 48).

Quadro 48 - Taxas de actividade e de feminização da população activa da A.M.L. (1970-1981)

Anos	Taxa de actividade (%)	Taxa de feminização da pop. activa (%)
1970	42.5	30.4
1981	42.8	37.2

Fonte: I.N.E.

A comparação destes valores com os que se observam no conjunto do território do Continente dá-nos conta da concentração do emprego na aglomeração urbana da Capital, sobretudo para as mulheres, já que é aqui que se verificam as maiores taxas de actividade feminina.

Assim, em 1970, a A.M.L. concentrava 25,3% da

população activa do País, e em 1981 29,2%, enquanto se considerarmos apenas as mulheres, os números equivalentes são 29,2% e 31,7%.

No que se refere à estrutura sectorial do emprego (quadro 49), salienta-se a diminuição dos efectivos do sector primário (-24,3%), o aumento do secundário, particularmente da indústria transformadora, e do terciário.

O maior acréscimo coube à administração, comércio e serviços (57,5%) que, em 1981, empregava já 61,5% da população activa da A.M.L. Todavia, nos ramos que o constituem, é de notar que os transportes e comunicações cresceram a um ritmo bastante mais lento que o comércio, a banca, os seguros, os serviços prestados às empresas e o grupo que inclui a administração pública, defesa, serviços de saúde, educação e outros serviços sociais, pessoais e domésticos (quadro 49).

Saliente-se, no entanto, que a menor taxa de crescimento dos postos de trabalho nos transportes e comunicações não é sinónimo de regressão. Pelo contrário, é um sinal de grande vitalidade, já que a desaceleração do ritmo de acréscimo do emprego resulta de inovações tecnológicas que permitiram a automatização de muitos serviços, nomeadamente nas telecomunicações.

No que se refere à polarização do emprego na A.M.L., como vemos no quadro 50, embora ao nível global continue a verificar-se uma tendência para o seu reforço, há casos como o da electricidade, gás, água e serviços de saneamento (grupo 4 de C.A.E.), a construção civil e obras públicas, os bancos e seguros e ainda, embora ligeiramente, a administração pública e os serviços sociais e pessoais, que reduziram a sua representação na aglomeração de Lisboa, em benefício de outras áreas do País.

Conforme vimos no capítulo anterior, fora das Áreas Metropolitanas, a expansão do emprego, particularmente do terciário, foi sobretudo importante nas regiões mais desenvolvidas do litoral ocidental e algarvio.

A indústria transformadora, o comércio e os transportes e comunicações, contrariamente aos ramos atrás referidos, entre 1970 e 1981, acentuaram ainda mais a sua concentração na Grande Lisboa.

Quadro 49 - Estrutura da população activa da A.M.L. (1970-1981)

Ramos de actividade C.A.E.	1970 (%)	1981 (%)	Taxa de variação 1970-1981 (%)
1	5,89	3,10	-25,40
2	0,16	0,13	15,87
Sector primário	6,05	3,23	-24,31
3	24,08	25,95	52,90
4	1,00	0,94	32,11
5	8,84	8,38	34,47
Sector secundário	33,92	35,27	47,48
6	16,31	18,21	58,39
7	8,47	8,13	36,08
8	4,58	5,17	60,16
9	26,01	29,97	63,42
Sector terciário	55,37	61,48	57,49
0	4,66	0,03	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: I.N.E.

Deste modo, e à semelhança do que se tem verificado noutros países economicamente mais avançados, a difusão do crescimento do emprego terciário, nomeadamente dos ramos mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, segue uma via

hierárquica, acompanhando, portanto, os níveis de desenvolvimento e "modernização" da economia das regiões.

Quadro 50 - Polarização do emprego na A.M.L. 1970-1981

Ramos de actividade (C.A.E.)	1970 (%)	1981 (%)
1-Agric., silv., caça e pesca	4,80	4,79
2-Ind. extractivas	10,02	7,92
SECTOR PRIMÁRIO	4,87	4,87
3-Ind. transformadora	25,92	28,32
4-Elect., gás, água, serv. saneam.	48,00	36,29
5-Construção e obras públicas	27,42	21,56
SECTOR SECUNDÁRIO	26,67	26,50
6-Comércio, restaurantes, hotéis	38,06	40,00
7-Transp., armazen., comunicações	45,87	48,02
8- Bancos, seguros e operações sobre imóveis	61,66	56,42
9- Adm. públ., serv. sociais e pessoais e domésticas	42,46	41,90
SECTOR TERCIÁRIO	42,59	42,95
TOTAL	25,33	29,18

Fonte: I.N.E.

Na Área Metropolitana de Lisboa, ao nível interno, observam-se também algumas reestruturações dignas de nota.

A partir das matrizes de dados dos Recenseamentos da População de 1970 e 1981 que relacionam os locais de residência e de trabalho da população activa, calculámos a distribuição do emprego total, do terciário e das indústrias transformadoras, nos concelhos da A.M.L., naqueles dois períodos.

Este método levanta alguns problemas, sobretudo

porque, para além das deficiências do Censo de 1970 já referidas noutros capítulos, há também muitos casos de não resposta à pergunta sobre a localização do emprego. No entanto, é possível ter uma ideia genérica das principais diferenciações existentes no território metropolitano e avaliar as transformações mais importantes que ocorreram entre o início e o final da década de setenta. As variações absolutas e relativas do emprego global e sectorial é que não têm sentido na medida em que os valores de 1970 estão subavaliados.

O facto mais saliente da evolução observada corresponde à diminuição da concentração do emprego na cidade de Lisboa, particularmente do sector industrial. Em 1970, o número de postos de trabalho existentes na Capital representava no conjunto da A.M.L., para o total das actividades, sector terciário e indústria transformadora, 57,79, 72,45 e 41,77% respectivamente. Mas, em 1981, os valores equivalentes eram todos inferiores: 54,22, 66,95 e 35,65%.

Em contrapartida, Cascais, Mafra, Vila Franca de Xira, Benavente, Almada e Palmela reforçaram a sua contribuição para as indústrias transformadoras; o Seixal, para o comércio e serviços e Loures, Sintra e Setúbal para aqueles dois grupos de actividades. O Barreiro, tal como Lisboa, perdeu importância sobretudo no sector industrial.

Estes resultados, embora de forma ténue, são já indício de uma tendência para a desconcentração do emprego das áreas centrais das grandes cidades para os concelhos limítrofes e, conforme mostrou FERRÃO, 1985, para os territórios adjacentes às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Aliás, estudos feitos noutros países, nomeadamente no Reino Unido, permitiram concluir que a desconcentração/descentralização do emprego é uma característica comum a todas as cidades inglesas (FROST e SPENCE, 1981), não só da indústria, mas também do comércio e determinados serviços.

Os trabalhos de FROST e SPENCE indicam ainda que a redução dos postos de trabalho nas áreas centrais tem sido acompanhada pela diminuição das taxas de actividade masculina,

enquanto nos subúrbios surgem novas oportunidades de emprego para as mulheres, particularmente em escritórios, pois, a partir de finais dos anos sessenta, este tipo de serviços iniciaram um processo de desconcentração a partir do centro das grandes aglomerações urbanas, para novas localizações nos arredores.

Estas transformações nos padrões locativos das actividades económicas nas áreas urbanas, como demonstra Gillespie (GILLESPIE, 1983), têm-se traduzido por grandes modificações na estrutura dos movimentos pendulares residência-trabalho: diminuem as entradas na cidade-centro, aumentam as saídas desta para os arrabaldes e intensificam-se as relações intersubúrbios.

Na Grande Lisboa, como vimos, apesar de ter diminuído a contribuição da cidade para o volume global do emprego da Área Metropolitana, o crescimento dos postos de trabalho na periferia foi bastante inferior ao aumento da população e, por isso, a Capital reforçou a sua acção polarizadora, intensificando as ligações com áreas cada vez mais distantes.

2.3.2. Actividade e composição social da população residente

As mudanças que temos vindo a referir têm produzido importantes alterações na estrutura da população activa residente em cada concelho e, por conseguinte, na composição social dos seus habitantes.

Procurando sintetizar as principais modificações que se verificaram na última década, analisámos a estrutura de ligação dos municípios, em 1970 e em 1981, a partir das respectivas percentagens de activos no sector primário, secundário e terciário e das frequências relativas dos diferentes grupos sociais (101).

Construímos quatro árvores de ligação, utilizando como medida de similaridade entre as unidades de análise a distância euclidiana reduzida e como estratégia de agrupamento a distância média (fig 74 a 77).

---

(101) Utilizámos a classificação adoptada em: FERRÃO, 1982 e 1985.

No que se refere à estrutura sectorial da população activa em 1970 (fig. 74), a uma distância de 0,5 distinguem-se quatro grupos de concelhos: 1) a cidade de Lisboa; 2) Cascais, Oeiras, Almada, Loures, Barreiro, Sintra e Setúbal; 3) Moita, Vila Franca de Xira, Seixal, Montijo e Alcochete; 4) Benavente, Mafra, Sesimbra, Palmela e Arruda.

Lisboa, a este nível, aparece ainda isolada por ter uma percentagem de trabalhadores no sector terciário muito superior à dos restantes municípios (73,4%). No segundo agrupamento distinguem-se ainda dois subconjuntos: Cascais, Oeiras e Almada, com perfis mais próximos da Capital, e os restantes, com representações do comércio e serviços e da indústria bastante semelhantes (entre 45 e 50%). Do terceiro conjunto fazem parte os concelhos cuja população trabalha predominantemente em actividades do sector secundário e o último inclui os territórios mais distantes de Lisboa em que a agricultura era ainda o sector dominante em termos de emprego.

Entre 1970 e 1981, a percentagem de activos do primário sofreu uma quebra de 24,3% enquanto a indústria e o terciário registaram acréscimos de 47,5 e 57,5% respectivamente. No entanto, ao nível concelhio, verificaram-se evoluções diferenciadas que se traduziram por alterações na estrutura de ligação que se observava em 1970.

A uma distância de 0,5 define-se mais um grupo de concelhos do que no período anterior. Cascais e Oeiras aproximam-se de Lisboa, formando um subconjunto de um grupo maior onde se incluem também a Amadora, Loures, Almada e Sintra (fig. 75). Em todos estes municípios predominam os activos do sector terciário, muitos dos quais, como vimos anteriormente, trabalham em Lisboa.

O Barreiro e Setúbal afastam-se de Sintra e Loures e reduzem a distância em relação a Seixal, Moita e Vila Franca de Xira, porque estes três últimos concelhos registaram, na década de setenta, elevados aumentos da população terciária à custa da atracção de gente originária da Capital e que procura casa em áreas cada vez mais afastadas.

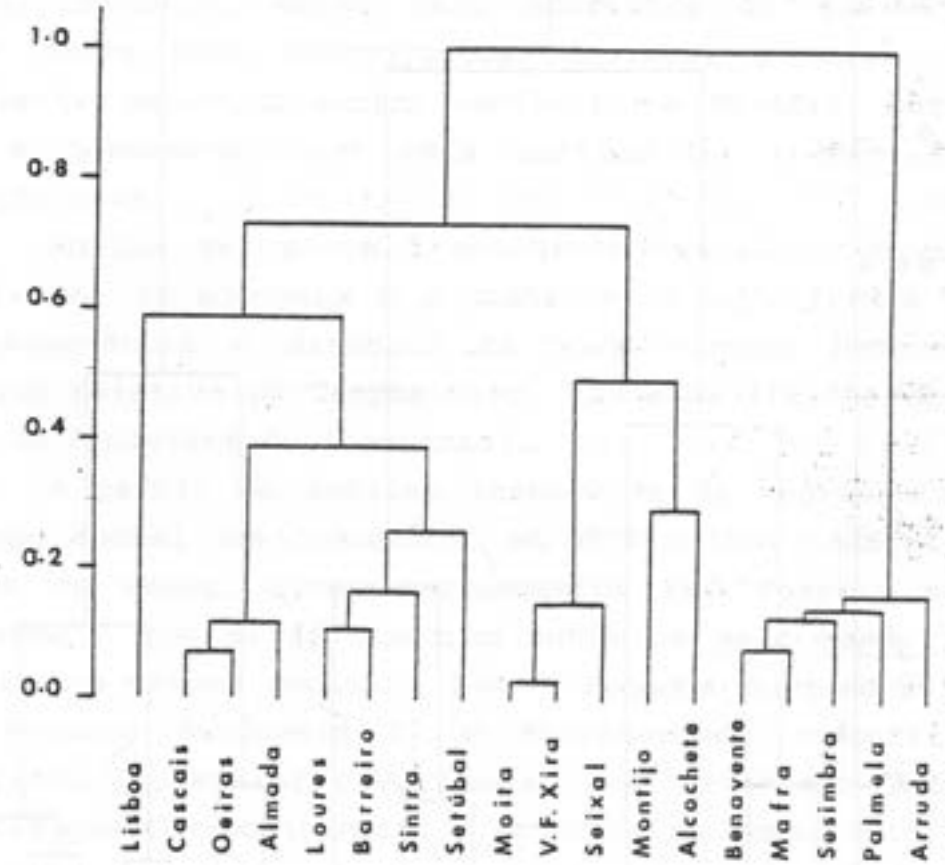


Fig. 74 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da % de activos nos sectores primário, secundário e terciário (1970)

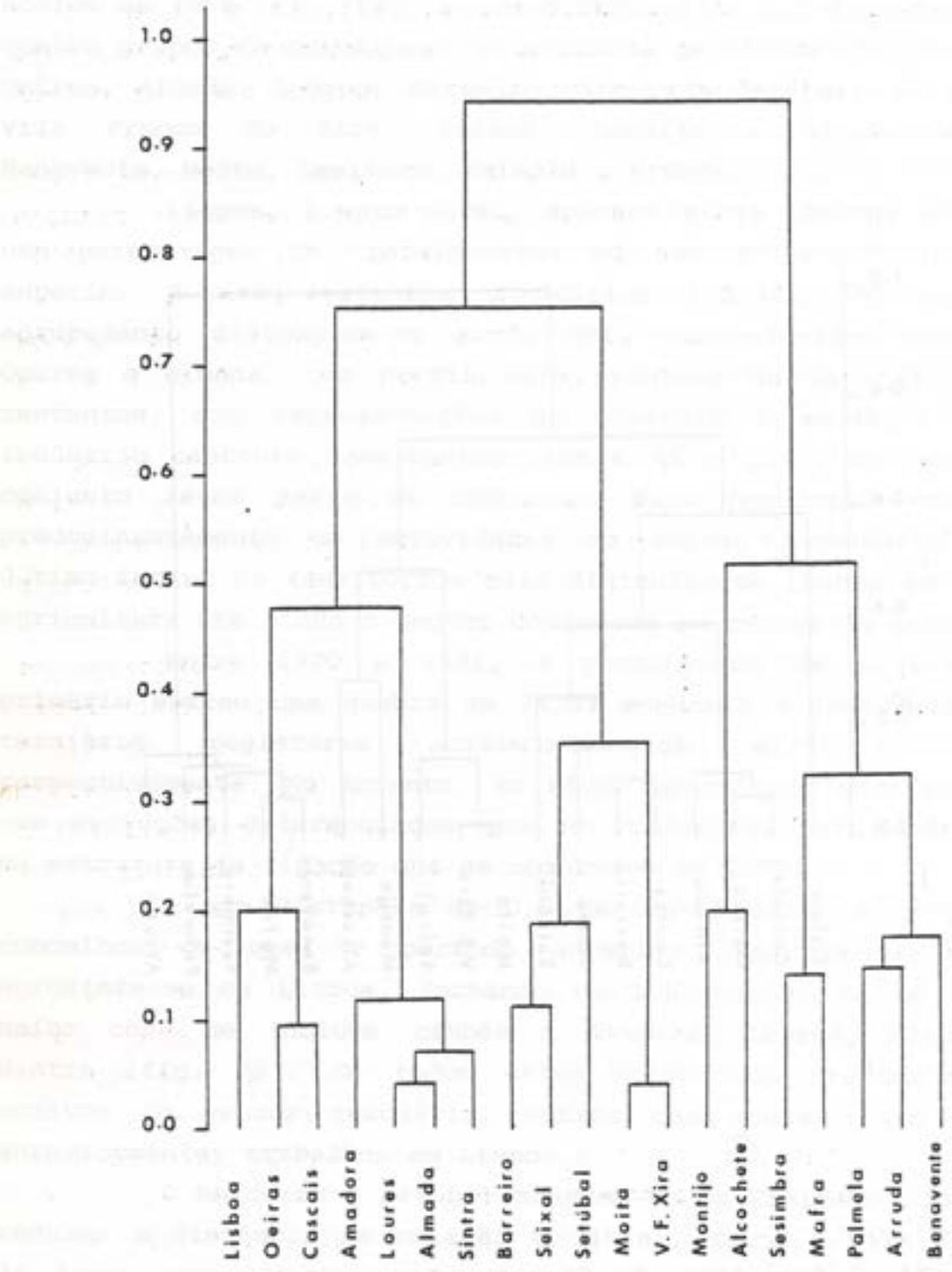


Fig. 75 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da % de activos nos sectores primário, secundário e terciário (1981)

O Montijo e Alcochete, pouco afectados pelo crescimento de Lisboa, constituem, em 1981, um grupo autónomo porque apesar de terem um relativo desenvolvimento industrial, mantêm ainda uma elevada percentagem de habitantes a trabalhar na agricultura.

As áreas mais distantes, com uma componente rural muito importante (perto de 30% dos activos), embora pertençam ao mesmo conjunto, estão mais afastadas do que em 1970, formando agora dois subconjuntos: Sesimbra e Mafra, com um peso relativo maior do sector terciário, e Palmela, Arruda dos Vinhos e Benavente, com mais activos na indústria e na construção civil.

No que se refere à estrutura social, o processo de terciarização da economia e o declínio da agricultura tiveram como consequência a expansão da Nova Pequena Burguesia, a diminuição relativa do Campesinato, dos assalariados agrícolas e ainda do Proletariado Industrial.

A partir da análise taxonómica da representação de cada grupo social nos concelhos, em 1970 e 1981, definiram-se, em ambos os casos, cinco agrupamentos com "perfis sociais" semelhantes e que se diferenciam entre si pelo peso relativo dos seguintes grupos sociais: 1-Nova Pequena Burguesia I e II; 2-Nova Pequena Burguesia II e Proletariado Industrial; 3-Proletariado Industrial e Agrícola; 4-Proletariado Industrial e Agrícola mas com dominância do segundo; 5-Campesinato.

O primeiro grupo, tanto em 1970 como em 1981, é constituído por Lisboa, Cascais e Oeiras. No entanto, deve notar-se que Cascais se aproxima bastante de Lisboa e aumenta a distância em relação a Oeiras (fig. 76 e 77).

No segundo conjunto, em 1970, individualizam-se dois subgrupos definidos respectivamente pela maior ou menor representação da Nova Pequena Burguesia II (N.P.B.II) e do Proletariado Industrial: a) Sintra, Almada, Barreiro e Loures; b) Vila Franca de Xira, Seixal, Moita e Setúbal.

Em 1981, a Amadora que, em 1970, estava ainda agregada a Oeiras, junta-se aos elementos que faziam parte deste grupo em 1970. Contudo, observam-se algumas modificações nas posições relativas dos diferentes concelhos: Seixal e Vila Franca de Xira aumentaram a parcela da N.P.B.II, em

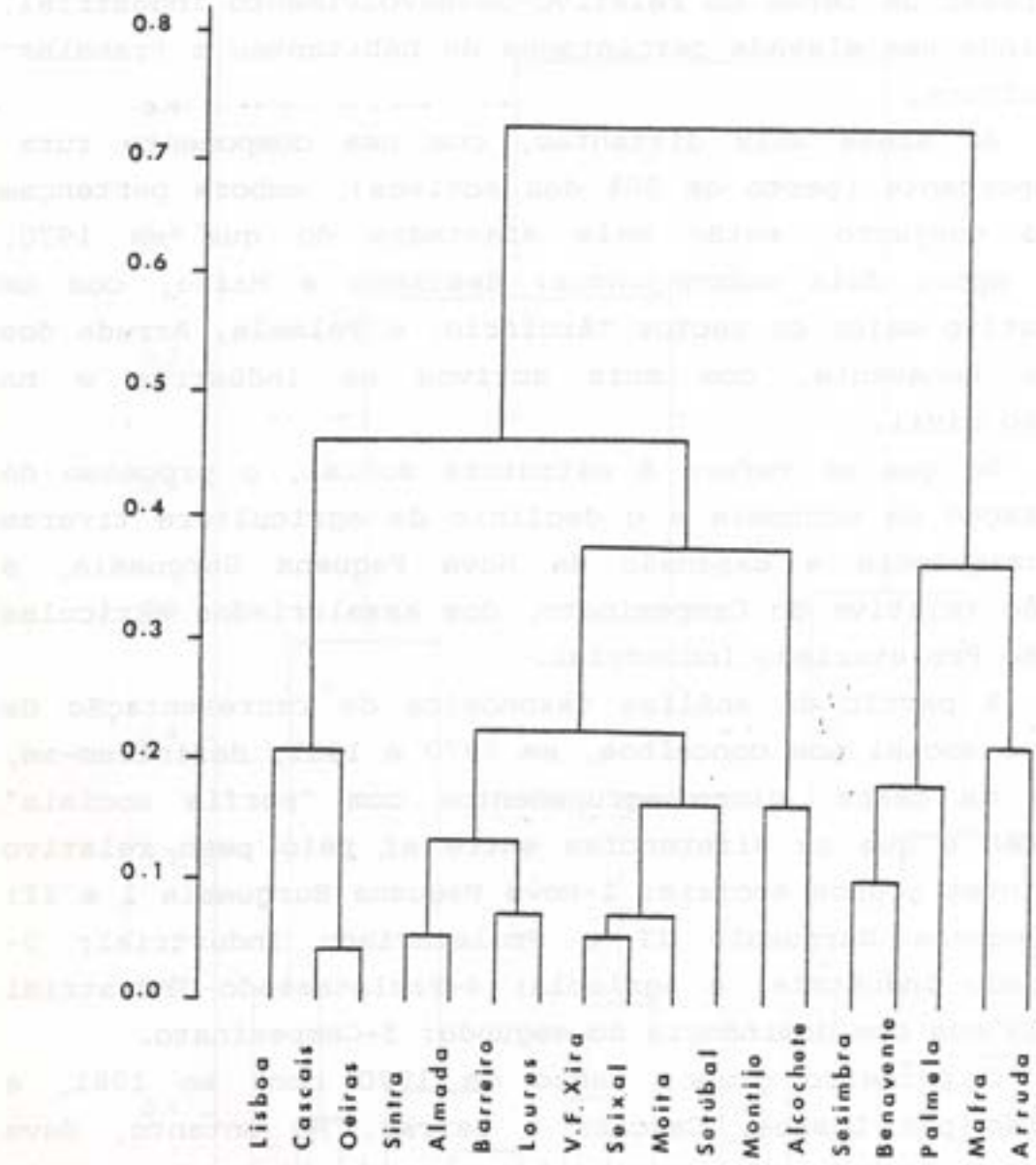


Fig. 76 - Estrutura de ligação dos concelhosda A.M.L. a partir da composição social da população residente (1970)

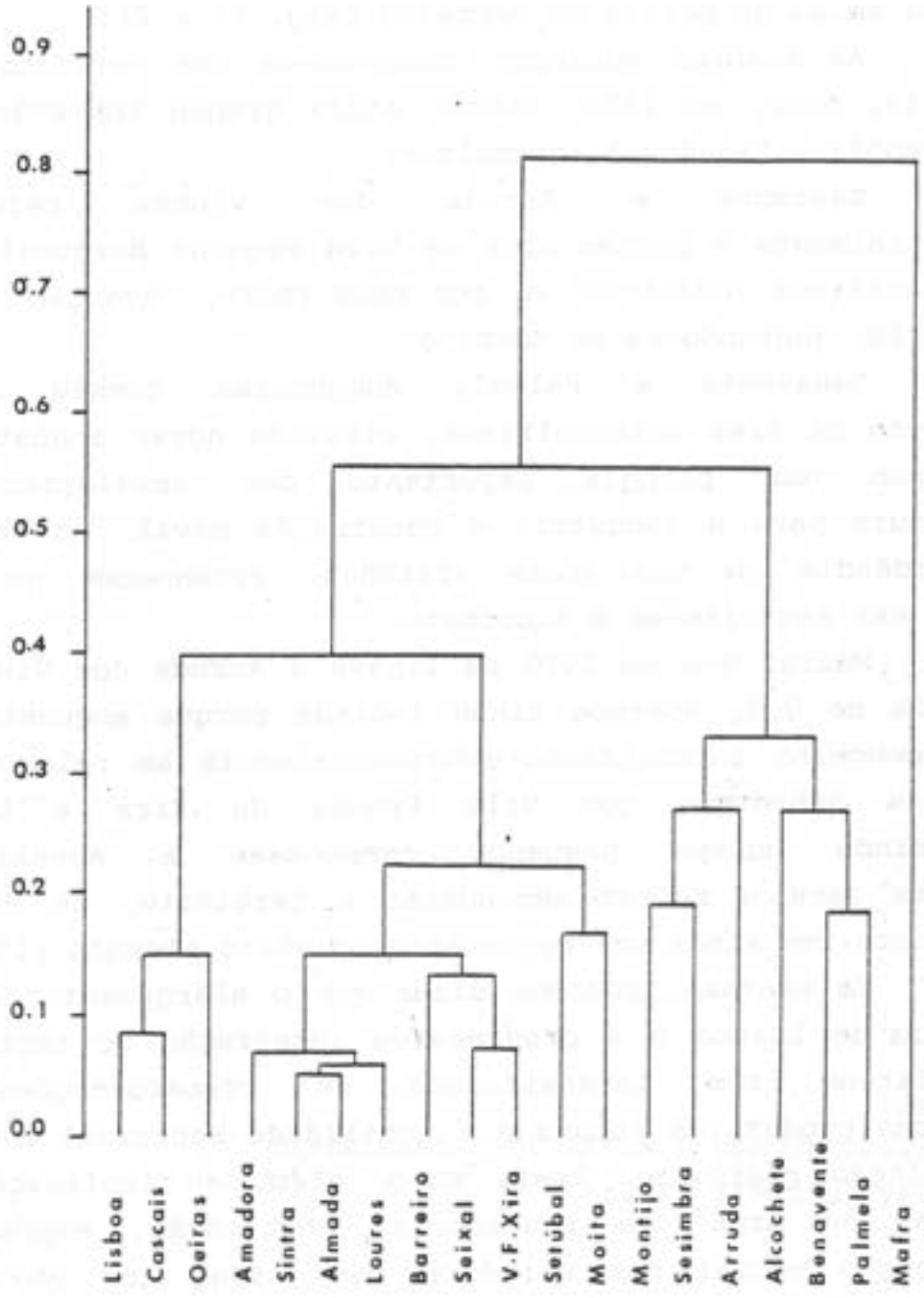


Fig. 77 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da composição social da população residente (1981)

consequência do processo de suburbanização e, por isso, aproximaram-se do perfil do Barreiro (fig. 76 e 77).

As maiores mudanças observam-se nos territórios da periferia, onde, em 1970, tinham ainda grande importância os grupos sociais ligados à agricultura.

Sesimbra e Arruda dos Vinhos reforçaram substancialmente a percentagem da Nova Pequena Burguesia II e do Proletariado Industrial e, por esse facto, "avançam" para o grupo três, juntando-se ao Montijo.

Benavente e Palmela aumentaram também a sua integração na Área Metropolitana, atraindo novas indústrias e deslocando uma parcela importante dos assalariados da agricultura para a indústria e construção civil, no concelho de residência ou nas áreas vizinhas. Permanecem no grupo quatro, mas associam-se a Alcochete.

Mafra, que em 1970 se ligava a Arruda dos Vinhos, à distância de 0,3, aparece ainda isolada porque enquanto este último concelho intensificou substancialmente as relações com Lisboa e sobretudo com Vila Franca de Xira e Loures, transferindo muitos pequenos camponeses e assalariados agrícolas para o sector secundário e terciário, em Mafra o Campesinato tem ainda uma representação muito elevada (17,1%).

Em síntese, podemos dizer que o alargamento da área suburbana de Lisboa e a progressiva integração do território metropolitano têm intensificado as transformações das estruturas produtivas locais e a mobilidade sectorial e social da população residente. Deste modo, além das implicações já referidas na área dos transportes, habitação, emprego, a recomposição social dos moradores nas áreas que vão sendo progressivamente englobadas no perímetro suburbano, operaram-se também mudanças nas orientações políticas dos órgãos do poder local.

PARTE III
MOBILIDADE GEOGRÁFICA E SOCIOPROFISSIONAL: ALGUNS TIPOS DE PERCURSOS

1. INTRODUÇÃO

Nesta parte do trabalho, prosseguindo a investigação no sentido do geral para o particular, centraremos a pesquisa no nível individual e procuraremos ir ao encontro da solução mais adequada para as múltiplas questões que ainda permanecem sem resposta:

Como é que se articulam os factores estruturais e as motivações individuais de mobilidade geográfica e/ou socioprofissional? Num processo de rápida mutação das estruturas económicas e sociais, que obriga a uma intensa mobilidade da força de trabalho, como é que é feito o recrutamento para as categorias profissionais em expansão? A probabilidade de ascensão ou descida na hierarquia social é igual para todos os indivíduos? Quais os tipos de trajectórias mais frequentes? Que relação existe entre mobilidade geográfica e mobilidade social? Em que medida as origens geográfica e familiar de um indivíduo condicionam o seu destino pessoal? Quais os factores de variação dos motivos da migração para a A.M.L. e das eventuais mudanças de residência intrametropolitanas, dos diferentes grupos socioprofissionais?

1.1. METODOLOGIA

Em conformidade com os objectivos atrás enunciados, procedemos à elaboração de um inquérito, por amostragem, às famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa, através do qual pretendíamos recolher informação, tanto quanto possível pormenorizada, sobre as características dos agregados familiares (condições de habitação, dimensão, composição etária e socioprofissional, grau de instrução, naturalidade, etc.) e sobre as mudanças e motivos de mudança de residência, condição perante o trabalho, profissão e/ou local de trabalho de todos os membros do agregado doméstico, excepto aqueles que fossem ainda estudantes(102).

Para analisar os mecanismos da mobilidade social entre gerações, perguntava-se ainda o grau de instrução, sector de actividade, profissão e situação na profissão do pai e da mãe do inquirido(103) (Anexo 1).

O tempo e os meios de que dispúnhamos não nos permitiam estudar exaustivamente todo o território da A.M.L. e, por isso, tivemos que limitar a análise a alguns casos de estudo.

As pesquisas concelhias já efectuadas nos capítulos anteriores possibilitaram a identificação de alguns dos traços mais salientes do processo de mobilidade geográfica e socioprofissional dos habitantes da A.M.L., mas a agregação dos dados disponíveis esconde algumas diferenciações importantes e, por isso, a escolha das áreas de estudo foi bastante difícil.

Sem pretensões de encontrar exemplos representativos de todas as situações, procurámos, no entanto, abranger um leque tão diversificado quanto possível que nos permitisse definir alguns dos tipos de percursos geográficos e

---

(102) Nem sempre foi possível obter informação sobre as trajectórias residenciais e socioprofissionais de todos os elementos do agregado doméstico. Houve várias situações de recusa, sobretudo quando havia mais do que duas pessoas para inquirir, e casos de ausência aquando da realização do inquérito. No entanto, este último problema foi, em parte, ultrapassado porque os presentes, ainda que por vezes de forma incompleta, indicavam os percursos dos restantes.

(103) Nos casos em que os pais dos inquiridos tivessem tido mais do que um sector de actividade, profissão ou situação na profissão, considerámos sempre a última condição socioprofissional.

socioprofissionais mais característicos. Daí que tivéssemos seleccionado unidades espaciais muito diferentes, quer quanto ao número de habitantes, génese e evolução, quer quanto à localização, morfologia urbana, estrutura etária e composição social da população que nelas reside.

Escolhemos nove áreas residenciais: três bairros da cidade de Lisboa (Mouraria, Alvalade e Bairro Chinês) e seis aglomerados suburbanos - três a norte do Tejo (Pontinha, Santo António dos Cavaleiros e Abóboda) e outros tantos na Margem Sul (Almada, Barreiro e Baixa da Banheira) (fig. 78).

Na amostra que escolhemos não aparecem representados (ou aparecem de forma muito diluída), os grupos sociais de nível mais elevado (fracções superiores da burguesia). Esta opção, embora discutível, foi tomada deliberadamente. A economia dos meios disponíveis não nos permitia aumentar o número de casos de estudo e, por isso, considerando que estes grupos sociais representam apenas uma reduzidíssima parcela dos habitantes da A.M.L., decidimos excluí-los da nossa pesquisa.

O inquérito decorreu entre Março e Agosto de 1987, tendo-se entrevistado um total de 1000 famílias, com a distribuição a seguir indicada:

	Nº de famílias inquiridas	Nº total de pessoas
Mouraria	90	269
Alvalade	187	644
Bº Chinês	83	277
Pontinha	122	441
Stº António dos Cavaleiros	104	353
Abóboda	57	184
Almada	129	416
Barreiro	121	446
Baixa da Banheira	107	344
TOTAL	1000	3354

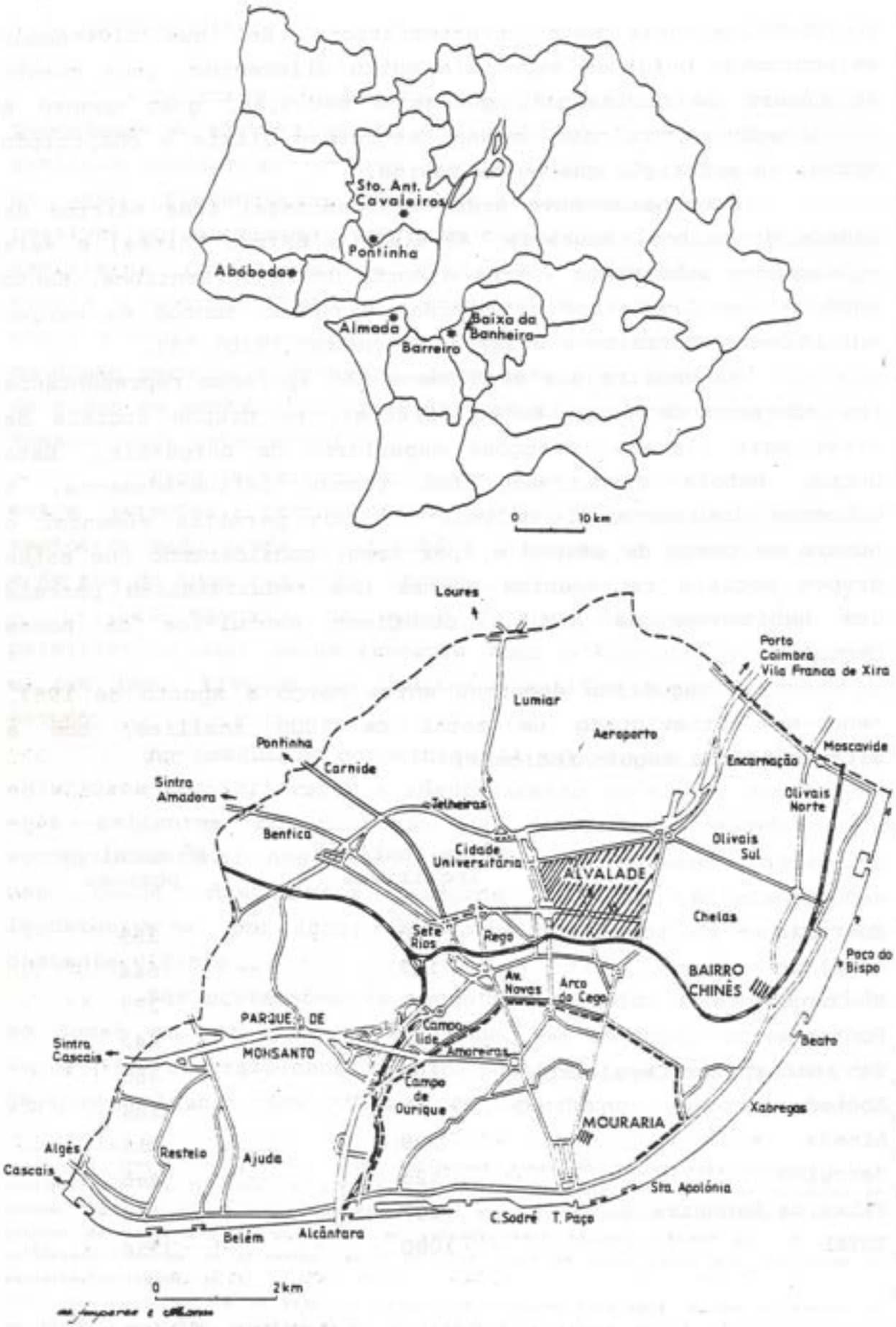


Fig. 78 - Localização das áreas estudadas

Na determinação do número de inquéritos a efectuar em cada área seguimos um critério misto que combina a dimensão demográfica, a heterogeneidade morfológica e social e ainda o número mínimo de inquéritos necessário para obter resultados significativos.

O método de amostragem que utilizámos consistiu na definição prévia de áreas homogéneas, quanto à morfologia e tipo de edifícios e, dentro de cada uma destas subunidades, a selecção das famílias entrevistadas foi feita ao acaso.

1.2. AS ÁREAS SELECCIONADAS: BREVE APRESENTAÇÃO

A *Mouraria* é um bairro antigo da cidade, muito degradado e com uma população bastante envelhecida. Pertence à freguesia do Socorro e, como o próprio nome indica, corresponde a um antigo arrabalde para onde D. Afonso Henriques "empurrou" os mouros forros que permaneceram em Lisboa após a Reconquista (PRADALIÉ, 1975).

Segundo o Inquérito Paroquial de 1758, a freguesia do Socorro foi bastante afectada pelo terramoto de 1755 e contava nessa época oitocentos e trinta fogos e 3330 habitantes (PORTUGAL e MATOS, 1974). No entanto, os efeitos do tremor de terra não alteraram significativamente o traçado original.

A partir de 1940 a Câmara Municipal, tomando consciência da progressiva degradação dos edifícios da Mouraria, da miséria e promiscuidade dos seus habitantes e, sobretudo, movida pelo desejo de renovar e modernizar a cidade, procedeu à expropriação e demolição dos edifícios do Martim Moniz. Foram, entretanto, feitos vários planos de reconstrução desta área mas, actualmente, decorridos sete anos após a aprovação da última proposta(104), permanece ainda como um "vazio urbanístico" onde apenas foi possível construir um bloco junto à capela da Senhora da Saúde (FERNANDES, 1986).

A demolição dos prédios do Martim Moniz e o estado de degradação da maior parte dos que persistem têm-se

(104) Sobre as propostas de renovação urbana do Martim Moniz, veja-se o nº 146/Maio de 1982, da Revista Arquitectura.

traduzido por um acentuado decréscimo da sua população, a partir de 1960(105). No entanto, a densidade demográfica é ainda bastante elevada, sendo frequentes os casos de sublocação e de agregados familiares polinucleados.

O *Bairro de Alvalade*, englobado nas freguesias de S. João de Brito e Alvalade, resulta de uma das principais intervenções urbanísticas do Estado Novo na cidade de Lisboa: o plano de urbanização deste bairro - "Plano de Urbanização Parcial da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro(106) - sítio de Alvalade", da autoria do arquitecto Faria da Costa, data de 1945(107).

Com uma área de 230 ha, expropriada ao abrigo dos decretos-lei nºs 289797 de 1/7/1938 e 33921 de 5/9/1944(108), com capitais provenientes da exploração colonial e acumulados durante a II Grande Guerra, este bairro é um exemplo de equilíbrio entre o número de habitantes para que foi projectado (45000) e as infraestruturas nele instaladas: escolas, mercado, equipamento social e desportivo e todo o tipo de comércio e serviços. Além disso, previram-se igualmente zonas industriais.

Internamente, organiza-se por uma rede de arruamentos principais (Av. de Roma, Av. dos Estados Unidos da América e Av. da Igreja) que o dividem em oito células habitacionais e permitem a sua integração no tecido urbano já existente, ligando-o às duas radiais mais importantes: Av. Almirante Reis e Av. da República/Campo Grande.

No que se refere ao nível social dos seus habitantes, distinguem-se três grupos a que correspondem outras tantas tipologias arquitectónicas e níveis de qualidade das habitações: 1) as fracções inferiores da pequena burguesia habitam em casas de renda económica, no sector mais ocidental, com melhor acessibilidade à antiga linha do eléctrico que

---

(105) Em 1960 residiam na freguesia do Socorro 9910 habitantes, mas em 1981 a sua população era apenas de 6272 moradores.

(106) Actual Avenida do Brasil.

(107) O primeiro plano de urbanização para esta área ficou concluído em 1942 mas foi reelaborado, em novos moldes, em 1944 (SILVA, 1987, p. 368).

(108) O Município pretendia controlar a urbanização da área concelhia e, para isso, lançou uma política de expropriação que permitiu que, em 1951, 35% da superfície do concelho fosse propriedade da Câmara Municipal (FRANÇA, 1980).

servia o Campo Grande e o Lumiar; 2) a média burguesia é dominante numa faixa de prédios de rendimento, na área central do bairro; 3) finalmente, as famílias de nível económico mais elevado ocupam uma área de moradias localizada entre a Av. dos Estados Unidos da América e a Av. D. Rodrigo da Cunha.

Apesar de o plano, na sua concepção global, procurar a coexistência de diferentes estratos sociais, a estrutura interna deste espaço denota uma clara segregação social.

Ao nível funcional importa salientar que, nas duas últimas décadas, se têm instalado grande número de funções centrais, particularmente na Av. de Roma, Praça de Alvalade e Av. da Igreja, que, pela sua raridade e qualidade, têm uma área de influência que ultrapassa largamente os limites do bairro (PORTUGAL, 1985).

O *Bairro Chinês - Quinta do Marquês de Abrantes* é um aglomerado de barracas com uma população estimada, em Novembro de 1986, em 3269 habitantes(109). Localiza-se no sector oriental de Lisboa, na freguesia de Marvila, num espaço encravado entre a linha de caminho-de-ferro que vai de Braço de Prata a Campolide, a Azinhaga dos Alfinetes, o estádio do Clube Oriental de Lisboa e a Rua José do Patrocínio. Tem uma posição marginal na cidade e na freguesia a que pertence, não sendo visível a partir de nenhuma das principais vias de circulação da área em que se enquadra. Os habitantes, em "harmonia" com o sítio, ocupam também, na hierarquia social e económica, uma posição de nítida marginalidade.

No terreno onde se instalou o Bairro Chinês (Quinta do Marquês de Abrantes) ainda há pouco mais de três décadas se cultivava trigo, cevada, fava e outros produtos agrícolas. A propriedade, que, como o próprio nome indica, pertenceu ao Marquês de Abrantes, foi vendida a um outro proprietário que a loteou em pequenas parcelas para arrendamento. Os rendeiros, na maior parte imigrantes rurais e, em muitos casos, antigos assalariados da primitiva quinta, praticavam uma agricultura de subsistência (produtos hortícolas, criação de animais de capoeira e porcos) (BELO, *et al*, 1979).

(109) Segundo informações da Junta de Freguesia de Marvila.

A grande vaga de imigração para Lisboa durante os anos sessenta agravou substancialmente as carências habitacionais existentes nesta área dado que o baixo nível dos salários impedia um número cada vez maior de famílias de aceder a uma habitação condigna.

Deste modo, as antigas dependências da quinta, onde se guardavam os animais e as alfaias agrícolas, rapidamente se transformaram em alojamentos humanos e, progressivamente, o espaço agrícola foi-se enchendo de barracas e convertendo em área residencial, sobretudo de familiares, amigos ou conterrâneos dos moradores mais antigos.

Procurando pôr cobro à intensa especulação praticada pelos rendeiros na área do Bairro Chinês e para levar a efeito o Plano de Urbanização de Chelas, a Câmara Municipal de Lisboa expropriou, em 1971, a antiga Quinta do Marquês de Abrantes, mas, apesar disso, os moradores continuavam obrigados a pagar ao Município um aluguer mensal pelo terreno que ocupavam.

Com o objectivo de solucionar o problema do alojamento das pessoas que habitavam nas barracas do Bairro Chinês e imediações, em 1970, por iniciativa da Caritas e da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (U.C.I.D.T.), surgiu a PRODAC ("Movimento de Autoconstrução" ou "Associação de Produtividade na Autoconstrução") que, em colaboração com a Câmara Municipal(110), desenvolveu um plano de realojamento de 2059 agregados familiares, num total de 8123 indivíduos.

Em virtude de a maioria dos moradores no Bairro Chinês trabalhar no sector oriental da cidade, e por grande parte deles serem familiares ou amigos, procurou-se que fossem realojados numa área próxima do sítio onde viviam. Para isso, a Câmara adquiriu os terrenos onde iria ser construído o novo bairro e cedeu-os à PRODAC. Tomou ainda a seu cargo os trabalhos de urbanização e construção do equipamento social e deu aval ao empréstimo concedido pelo Fundo Nacional de Abono de Família à PRODAC em condições bastante vantajosas.

Os futuros moradores forneciam toda a mão-de-obra necessária na fase final da construção dos alojamentos e

(110) Contrato celebrado em 1971.

ficavam obrigados a pagar uma renda mensal até à total amortização do investimento.

Previam-se três fases de construção mas apenas as duas primeiras foram concluídas porque, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, este movimento de autoconstrução cessou a sua actividade.

Actualmente, todas as operações de realojamento da população que ainda vive em barracas estão a cargo da Câmara Municipal de Lisboa mas os programas de habitação social já concretizados têm sido manifestamente insuficientes para responder às enormes carências que se verificam nesta e em muitas outras áreas da Capital.

Assim, o Bairro Chinês, hoje como há 15 anos atrás, continua apinhado de barracas. Os moradores que saem são imediatamente substituídos por outros: imigrantes mais recentes e também população nascida no bairro que, após o casamento, é obrigada a ficar por não auferir rendimentos que lhes permitam alugar ou comprar uma habitação.

A *Pontinha* localiza-se no concelho de Loures, junto aos limites de Lisboa e do município da Amadora, e constitui um exemplo típico de subúrbio, às portas da cidade, que se desenvolveu em função dos transportes colectivos urbanos(111). Nasce como aglomerado clandestino mas acaba por ser legalizado em 1950, quando a Câmara de Loures a faz dotar com um plano de urbanização.

Área de antigas quintas onde se cultivavam produtos para o mercado de Lisboa, a Pontinha, apesar da sua proximidade da Capital, inicia o seu desenvolvimento apenas quando passa a ser servida pelos transportes públicos da cidade: primeiro o carro eléctrico que chegou a Carnide em 1929, e, mais tarde, em 1952 as carreiras de autocarro até à Pontinha.

Assim, é nos anos trinta que começam a aparecer barracas, algumas casas bastante modestas e os pátios e dependências de uma das quintas se vão transformando em alojamentos humanos.

---

(111) Sobre a origem e desenvolvimento da Pontinha, veja-se: CORTE-REAL, 1973.

Na década de quarenta, dá-se um grande surto de construção clandestina de pequenas moradias ao longo da estrada de Santo Eloy, desenhando-se mesmo ruas e quarteirões em torno do eixo central. Mais tarde, desenvolve-se a construção de prédios com um número de andares cada vez maior.

Deste modo, a Pontinha, que em 1911 contava apenas 56 habitantes e em 1940 não ia além de 678, passa para 9547 em 1960 e, em 1981, conta 12720 residentes. Actualmente, pode dizer-se que caminha para uma fase de saturação demográfica por falta de terrenos disponíveis para construção.

A organização interna do aglomerado reflecte a primitiva estrutura fundiária, já que às três quintas que lá existiam correspondem diferentes formas de promoção e ocupação: na Terra das Minas localizou-se um bairro de casas económicas ocupado por funcionários dos C.T.T., por gente que tinha sido desalojada de casas e dos bairros de lata da área onde foram construídos o Hospital de Santa Maria e a Cidade Universitária e ainda por população que habitava nas barracas da Urmeira. A Quinta Nova da Pontinha, que corresponde à área central da povoação, foi loteada e vendida a pequenos promotores privados(112). Finalmente, o Casal do Falcão, que é a área de urbanização mais recente, dispõe de um plano de conjunto.

No que se refere à estrutura funcional, pode dizer-se que a Pontinha, para os bens e serviços de utilização mais frequente, permite satisfazer as necessidades dos seus habitantes, tendo, por isso, uma relativa autonomia.

Santo António dos Cavaleiros, tal como a Pontinha, pertence ao concelho de Loures, mas fica a maior distância de Lisboa, é bastante mais jovem (nasceu nos finais dos anos sessenta) e teve uma génese muito diferente da que se verificou no caso anterior.

Exemplifica um tipo de subúrbio da segunda fase da suburbanização de Lisboa, com origem na urbanização de uma antiga propriedade rural, promovida, executada e comercializada por uma sociedade imobiliária - a ICESA - ligada à Banca.

---

(112) Alguns destes lotes foram vendidos e ocupados com construções ainda antes do plano de urbanização ter sido elaborado.

Trata-se de uma intervenção planeada, dirigida para um estrato social com mobilidade suficiente para se deslocar diariamente para Lisboa, sem depender apenas dos transportes colectivos suburbanos. Deste modo, a população que a campanha publicitária da ICESA procurou atrair para Santo António dos Cavaleiros é constituída por casais jovens, em grande parte vindos de Lisboa, que aspiram ter uma casa com um mínimo de qualidade, mas que pelo preço que podem pagar só a encontram nos subúrbios(113).

Além das construções promovidas pela empresa imobiliária, existe ainda um bairro social mandado edificar pela Federação das Caixas de Previdência, com o apoio da Câmara de Loures, para realojar algumas das famílias atingidas pelas inundações de Novembro de 1967 e outras com graves carências habitacionais.

O plano de urbanização previa também a instalação de vários equipamentos e serviços de apoio à população residente. No entanto, muitos deles desenvolveram-se só muito recentemente e outros permanecem ainda à espera de concretização.

Em 1973 foi apresentado à Câmara de Loures, para aprovação, um projecto de urbanização de uma outra quinta, que se estende no planalto, junto de Santo António dos Cavaleiros - Quinta da Caldeira - onde viria a surgir a Cidade Nova.

A empresa promotora da Cidade Nova, embora tenha participado em todas as fases da urbanização, desde a aquisição do terreno, à construção e comercialização dos fogos, tem vendido, contrariamente ao que se verificou em Santo António dos Cavaleiros, alguns lotes a construtores privados.

As primeiras construções deste empreendimento tiveram início em 1975, na área contígua a Santo António dos Cavaleiros, para que os futuros habitantes pudessem beneficiar das infraestruturas existentes nesta última localidade. Mais tarde, a urbanização desenvolveu-se no extremo oposto, deixando livre, para melhor valorização, a faixa intermédia da propriedade.

---

(113) Veja-se a este propósito o trabalho de CORTE-REAL, 1973.

O plano de urbanização da Quinta da Caldeira prevê a construção de edifícios uni e bifamiliares, embora dominem as habitações plurifamiliares instaladas em torres (97,6%), tal como em Santo António dos Cavaleiros (PEREIRA, 1986).

Relativamente ao número de habitantes, o plano de urbanização da ICESA previa 11360 e o da Quinta da Caldeira 35640. No entanto, em 1981, a primeira localidade contava apenas 8688 e a segunda 3356.

No nosso estudo incluímos a área mais antiga da Cidade Nova, por estar em contiguidade espacial com Santo António dos Cavaleiros.

A *Abóboda* representa uma situação diferente de todas as anteriores mas muito comum no processo de formação da Área Metropolitana de Lisboa.

Antiga aldeia rural, da freguesia de S. Domingos de Rana e concelho de Cascais, a partir de meados dos anos sessenta é atingida pela onda de crescimento da Grande Lisboa e inicia um intenso processo de suburbanização(114).

Com 253 habitantes em 1911, manteve-se praticamente estável até 1940. Mas, nas duas décadas seguintes registou um aumento demográfico de 84,3%. Em 1970 contava já 918 habitantes e em 1981 atingiu os 1662.

A partir de 1944, após a conclusão da estrada marginal Lisboa-Cascais, a melhoria da acessibilidade da Capital à Costa do Sol e o desenvolvimento do turismo no Estoril deram um grande impulso à construção civil, gerando-se, por isso, grande número de postos de trabalho neste sector.

O alargamento do emprego "nas obras" e na indústria transformadora atraiu muitos assalariados e pequenos proprietários agrícolas das aldeias dos concelhos de Oeiras e Cascais e muitos outros, vindos de fora, que acabaram por se fixar na região.

A mobilidade da mão-de-obra rural para outros sectores de actividade provocou a escassez de braços na agricultura, sobretudo na época das sementeiras e das ceifas,

(114) Veja-se a este propósito: SILVA, 1968.

pelo que houve necessidade de recrutar força de trabalho no exterior. Desenvolveram-se assim, a partir de 1940, migrações temporárias de assalariados agrícolas, alentejanos, algarvios e até nortenhos, para as aldeias da periferia de Lisboa. Mais tarde, muitos deles, quando conseguiram arranjar um emprego noutra actividade, acabaram por se estabelecer definitivamente e trazer consigo as suas famílias.

Na Abóboda, como vimos, a vinda de gente de fora a partir da década de quarenta está bem patente no crescimento da sua população.

Entre os factores decisivos para a expansão desta aldeia e de outras das proximidades, importa referir a indústria dos mármores, com grande tradição no local, a proximidade das fábricas de Albarraque e ainda o facto de a Câmara de Cascais ter reservado para área industrial do concelho um espaço localizado junto da Abóboda e de Trajouce. Além disso, a melhoria da acessibilidade a Lisboa, com o desenvolvimento dos transportes que fazem a ligação ao caminho-de-ferro, e o baixo valor relativo dos terrenos desencadearam a construção de residências secundárias e de prédios para venda, por andares, a famílias jovens que trabalham em Lisboa ou nos aglomerados mais importantes da linha de Cascais.

Deste modo, a Abóboda vai crescendo e mudando de feição, perdendo a pouco e pouco todas as características de uma pequena comunidade rural, adquirindo a fisionomia de um subúrbio sem vida própria, onde apenas o lavadouro público, a sociedade recreativa e algumas casas rurais que ainda persistem guardam a memória do passado.

Almada é uma povoação muito antiga, que graças à sua localização manteve, desde muito cedo, intensas ligações com a Capital.

O primeiro foral concedido por D. Afonso Henriques aos mouros forros, em 1170, dá notícia da importância da cultura da vinha, da oliveira e do figo(115).

---

(115) "... todallas minhas vinhas adubedes, e vendedes os meus figos, e o meu azeite, como venderam os moradores da vila e a terça parte dos meus moyos". em Portugaliæ Monumenta Historica, Leges et consuntudines, tomo II, p. 45 (citado por: CRUZ, 1973, p. 24).

Por sua vez, os restos das suas velhas quintas e palácios testemunham a importância que teve como local de férias de reis, nobres e membros do clero.

O grande crescimento de Almada como subúrbio de Lisboa dá-se a partir dos anos quarenta. Entre 1940 e 1960, a vila de Almada triplica a sua população (passa de 10274 habitantes em 1940 para 30688 em 1960) e a área construída dilata-se de forma anárquica a partir do núcleo original.

A grande vaga de imigração para Lisboa no período que se seguiu à II Guerra Mundial, aliada ao desenvolvimento dos transportes e ao elevado custo das habitações na cidade, fazem desenvolver uma série de aglomerados suburbanos às portas da Capital. Almada, a escassos minutos do Terreiro do Paço, rapidamente se transformou também num bairro residencial de funcionários públicos e empregados da administração, comércio e serviços da Baixa lisboeta, sucedendo à antiga vila proletária saída da industrialização da Outra Banda, nos finais do século passado e primeiras décadas do actual. A construção da Ponte sobre o Tejo em 1966, reforçou ainda mais esta tendência.

No entanto, o crescimento demográfico(116) e a mudança da composição social da população de Almada estimularam um relativo desenvolvimento das actividades terciárias e, por conseguinte, induziram a criação de grande número de postos de trabalho neste sector de actividade, tendendo-se, por isso, para a estabilização ou mesmo para uma ligeira diminuição da dependência em relação a Lisboa.

O *Barreiro*, povoação ribeirinha da Outra Banda, elevado à categoria de vila em 1521, inicia o seu processo de desenvolvimento com a construção das linhas de caminho-de-ferro do Sul e Sueste em 1861.

Mais tarde, já nos primeiros anos do século XX (1907), a construção dos primeiros edifícios da Companhia União Fabril (C.U.F.), entre o Barreiro e o Lavradio, viria a transformar esta vila no principal subúrbio industrial de Lisboa.

---

(116) Segundo o Recenseamento da População de 1981, a cidade de Almada contava 42607 habitantes e no conjunto da área urbana Almada-Cova da Piedade viviam 70859 pessoas.

Com 9078 habitantes em 1911, ultrapassou os vinte mil em 1940, atingiu 30399 em 1960 e, em 1981, contava já 50863.

O crescimento da indústria permitiu que o Barreiro, contrariamente a Almada e outros aglomerados da Margem Sul, mantivesse até bastante tarde a sua autonomia funcional e de emprego em relação a Lisboa, atraindo directamente assalariados agrícolas alentejanos e algarvios que para aqui se deslocavam à procura de trabalho na indústria e na construção civil.

Foi apenas a partir dos anos sessenta que a suburbanização da Capital começou a propagar-se com grande intensidade no Barreiro. Antigas quintas vão sendo rapidamente transformadas em blocos de apartamentos, ocupados fundamentalmente por população que trabalha em Lisboa.

A *Baixa da Banheira* localiza-se no concelho da Moita, em contiguidade espacial com o Barreiro-Lavradio, e retrata a situação de um subúrbio que se desenvolveu clandestinamente, no período posterior a 1940.

As primeiras construções da área datam do princípio deste século e, na origem, eram ocupadas fundamentalmente por ferroviários e operários corticeiros. Mais tarde, o crescimento urbano-industrial do Barreiro iniciado em 1907 fez nascer na freguesia de Alhos Vedros, junto à fronteira com o Lavradio, um aglomerado clandestino, constituído na fase inicial por residências unifamiliares dispostas de um e outro lado da via férrea e que viria a transformar-se na actual Baixa da Banheira.

Entre 1940 e 1960 aí fixaram residência grande número de assalariados agrícolas provenientes do Alentejo, e, em menor grau do Algarve e mesmo do Centro Litoral que arranjaram um emprego na construção civil ou nas indústrias do Barreiro.

Por este processo, a Baixa da Banheira foi crescendo rapidamente, passando de 1638 habitantes em 1940, para 12525 em 1960, 18481 em 1970 e 21358 em 1981.

Não existindo qualquer plano de urbanização, os novos edifícios foram progredindo, de um e outro lado da via

férrea e da estrada nacional Barreiro-Moita, segundo um padrão geométrico de quarteirões rectangulares.

A partir de meados dos anos setenta surgiram novas urbanizações em torno da Baixa da Banheira e ao longo de toda a faixa ribeirinha do concelho da Moita até à respectiva sede, que foram, em grande parte, ocupadas por trabalhadores subalternos do comércio e serviços, originários de Lisboa e de outros concelhos da margem Norte do Tejo(117).

1.3. RESULTADOS DO INQUÉRITO: CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE

1.3.1. Estrutura etária e familiar

A diversidade de localizações na Área Metropolitana de Lisboa e a origem e evolução dos lugares estudados traduzem-se por profundas diferenças na população residente.

No que se refere à idade dos habitantes, as nove localidades podem agrupar-se em quatro conjuntos principais:

- O primeiro é constituído por Alvalade, Mouraria e Almada e caracteriza-se pela fraca representação dos grupos etários inferiores a 15 anos e elevada percentagem de população idosa. A idade média é, em todos, ligeiramente superior a 40 anos.

- O segundo grupo engloba a Baixa da Banheira e a Pontinha e distingue-se do anterior pela menor frequência das idades iguais ou superiores a 65 anos e pela relativa dominância da população adulta. A média das idades é de 36,8 anos na Pontinha e 37,8 na Baixa da Banheira.

- Do terceiro agrupamento fazem parte Santo António dos Cavaleiros, Abóboda e Barreiro. Nestes três aglomerados domina a população adulta ainda relativamente jovem; as crianças e adolescentes têm aqui maior representação do que nos casos já referidos anteriormente e, em contrapartida, os idosos são em número bastante reduzido (quadro 51). No entanto, no caso do Barreiro, por ser uma localidade de grande dimensão e que até

(117) Veja-se a este propósito: PATRÍCIO, 1985 e o Plano Director Municipal do Concelho da Moita.

aos anos sessenta cresceu de forma relativamente autónoma de Lisboa, a percentagem de população com idade igual ou superior a 65 anos é semelhante à que se observa na Pontinha e na Baixa da Banheira. A idade média dos residentes nestes três subúrbios varia entre 30,8 e 33,1 anos.

Quadro 51 - Estrutura etária da população residente (%)

	LOCAL DE RESIDÊNCIA								
Grupos etários	Mouraria	Alvalade	Bairro Chinês	Pontinha	Sto Ant. Cavaleiros	Abóboda	Almada	Barreiro	Baixa Banheira
0 - 4	3,7	1,9	8,7	4,3	5,4	7,6	1,2	4,6	3,5
5 - 9	4,5	4,5	12,6	5,7	7,4	10,9	3,3	6,5	5,2
10 - 14	6,7	5,9	10,5	7,5	9,4	9,8	8,2	8,4	9,3
15 - 24	19,0	18,8	15,9	18,6	17,6	11,4	20,4	19,5	17,4
25 - 34	9,7	12,9	20,9	11,6	14,7	19,0	7,3	10,3	9,6
35 - 44	9,7	12,9	8,7	14,5	17,0	17,4	13,4	16,6	13,1
45 - 54	16,7	10,2	7,6	15,0	16,1	8,7	18,1	15,9	16,6
55 - 64	11,9	15,4	5,4	12,7	7,6	10,3	14,8	8,2	14,5
≥ 65	18,2	17,5	9,7	10,2	4,8	4,9	13,4	10,1	10,8
Idade Média HM	40,6	40,7	28,9	36,8	32,2	30,8	40,4	33,1	37,8
Idade Média H	38,4	37,9	27,8	34,7	31,3	30,1	39,5	34,8	36,4
Idade Média M	42,2	43,4	29,8	39,0	33,1	31,4	41,1	36,5	39,3

Finalmente, o Bairro Chinês individualiza-se dos restantes por ser o único em que a média das idades da população é inferior a 30 anos (28,9). É a área em que as percentagens de habitantes em idade escolar e pré-escolar e os adultos jovens têm maiores valores. Os adultos com idade madura, em comparação com os outros aglomerados, estão pouco representados, mas a frequência relativa dos indivíduos com 65 ou mais anos aproxima-se bastante da que se observa na Pontinha, Barreiro e Baixa da Banheira.

No quadro 51 podemos ainda observar que a idade média das mulheres é, em todos os casos, ligeiramente superior à dos homens, facto que é devido à maior longevidade da população feminina.

Parece lícito afirmar que, na generalidade, a estrutura etária se associa à dimensão dos agregados

familiares, verificando-se que, tendencialmente, as famílias jovens são maiores que as mais velhas. No entanto, quando os recursos económicos são reduzidos é frequente a sublocação ou a partilha do fogo com outros parentes ou amigos.

No caso que estamos a analisar, a média de ocupantes de cada habitação varia entre 2,99 na Mouraria e 3,62 na Pontinha; e o valor do conjunto das áreas estudadas é de 3,35.

As dimensões mais frequentes são de 3 e 4 pessoas por alojamento, excepto na Mouraria onde a moda corresponde a dois habitantes por fogo.

As famílias com mais de cinco elementos são relativamente raras, representando apenas 7,4% do total. No entanto, observam-se flutuações importantes nos valores das nove localidades: as menores ocorrências verificam-se na Abóboda e em Santo António dos Cavaleiros (3,5 e 4,8% respectivamente); mas, na Pontinha, no Bairro Chinês e em Alvalade, o número de fogos com mais de cinco habitantes apresenta valores próximos ou superiores a 10%, atingindo no primeiro caso 11,5% (quadro 52).

Os agregados domésticos com uma ou duas pessoas têm também uma distribuição bastante contrastada: são muito frequentes na Mouraria, onde equivalem a 43,4% do total; representam uma percentagem um pouco superior à média na Baixa da Banheira e em Almada; têm um valor próximo do que se observa no conjunto dos nove lugares, no Bairro Chinês e em Alvalade e têm fraca ocorrência em Santo António dos Cavaleiros, Barreiro, Pontinha e sobretudo na Abóboda.

Embora não exista uma relação muito nítida entre a dimensão familiar e a idade média da população, é possível ver que a tendência vai no sentido de que as áreas com habitantes mais jovens sejam também as que têm agregados domésticos mais numerosos. Alvalade e a Abóboda constituem as principais excepções a esta regra.

Quadro 52 - Dimensão dos agregados domésticos (%)

	LOCAL DE RESIDÊNCIA											
Nº de ocupantes do fogo	Mour.	Alv.	B.Ch.	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	B.B.	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	TOTAL
1	16,7	7,5	16,9	8,2	3,8	10,5	4,7	6,6	9,3	9,8	6,7	8,7
2	26,7	20,9	13,3	14,8	23,1	10,5	27,9	16,5	25,2	19,0	23,2	20,5
3	22,2	27,3	30,1	30,3	26,9	33,3	24,8	32,2	22,4	28,0	26,6	27,5
4	17,7	19,8	20,5	21,3	27,9	40,4	25,6	25,6	29,0	23,0	26,6	24,3
5	12,2	15,5	8,4	13,9	13,5	1,8	10,9	13,2	6,5	12,3	10,4	11,6
6	2,2	7,5	4,8	4,9	3,8	3,5	4,7	2,5	6,5	5,0	4,5	4,8
7	1,1	1,1	2,4	4,1	1,0	-	1,6	2,5	0,9	1,7	1,7	1,7
8	1,1	0,5	2,4	2,5	-	-	-	0,8	-	1,1	0,3	0,8
9	-	-	1,2	-	-	-	-	-		0,2	-	0,1
Média	3,0	3,4	3,3	3,6	3,4	3,2	3,3	3,4	3,2	3,4	3,3	3,4

No primeiro caso, o número de residentes por fogo é um pouco superior ao que seria de prever face à estrutura etária dos seus habitantes. No entanto, este facto é facilmente compreensível se atendermos ao número de famílias que ainda têm empregadas domésticas residentes.

Na Abóboda passa-se exactamente o contrário: a população é jovem e as famílias são pequenas. O principal factor explicativo desta situação é a fraca ocorrência de alojamentos partilhados.

1.3.2. Condições de habitação

76,5% das famílias inquiridas habitam em prédios, 9,5% em moradias, 8,6% em barracas e 5,4% em pequenas residências unifamiliares, de um só piso, semelhantes à casa rural característica do sul do país.

A distribuição destes quatro tipos de edifícios nas áreas estudadas é bastante variável. Os prédios são a forma de construção dominante nas áreas urbanas, por permitirem uma ocupação mais intensiva dos terrenos. Por isso, na cidade de Lisboa, no Bairro de Alvalade e na Mouraria, 92% dos agregados familiares habitam em edifícios de vários pisos.

Os grupos populacionais mais insolventes, arredados do mercado oficial de habitação, recorrem a outros estratos do mercado: habitação clandestina, sublocação ou barracas. Por isso, ao lado dos prédios, nas áreas menos acessíveis, nascem os bairros de lata que, como o Bairro Chinês, representam o tipo de alojamento característico das famílias de menores recursos e que ainda não conseguiram obter uma habitação social(118).

Nos subúrbios a tipologia dominante varia com a origem dos aglomerados, com a distância a Lisboa, a época em que o ritmo de suburbanização foi mais intenso, o tipo de promoção urbanística e o nível socioeconómico da população a quem se destinam.

Assim, nas localidades da Outra Banda que, como Almada e o Barreiro, tiveram um desenvolvimento urbano muito antigo e acabaram por ser englobadas na área suburbana da Capital, os prédios são, como em Lisboa, o tipo de edifícios dominante.

Nos subúrbios recentes, nascidos de grandes urbanizações, como é o caso de Santo António dos Cavaleiros, os prédios com elevado número de pisos representam a totalidade das construções existentes.

Nos lugares que, como a Abóboda, correspondem a antigas aldeias que se suburbanizaram, coexistem muitas das velhas casas rurais, moradias (algumas clandestinas) e prédios. No entanto, as moradias e as casas rurais são ainda o tipo mais frequente. Segundo os resultados do inquérito que efectuámos em 1987, a percentagem de famílias que habitava em prédios era apenas de 31,6%.

Na Pontinha e na Baixa da Banheira, que, como já referimos, são subúrbios que começaram por se desenvolver clandestinamente, os prédios são o tipo de construção dominante. No entanto, existem ainda muitas casas antigas de tipo rural e algumas moradias que, com o tempo, e à medida que progride a renovação urbana, tendem a ser substituídas por prédios.

---

(118) Segundo o último Recenseamento da População e Habitação, em 16 de Março de 1981, na Área Metropolitana de Lisboa, havia 17239 famílias a residir em barracas, 51,5% das quais na cidade de Lisboa.

O tipo e a idade dos edifícios associam-se a diferentes regimes de posse do alojamento. As moradias e as casas rurais são, na grande maioria dos casos, propriedade do ocupante. Nos prédios a situação é bastante variável e depende fundamentalmente da época em que foram construídos.

Até finais dos anos sessenta, o mercado de habitação era constituído fundamentalmente por andares para alugar. A construção ou a compra de imóveis de rendimento atraía muitos investidores não só porque o mercado de arrendamento de habitações assegurava, sem grandes riscos, uma remuneração do capital investido semelhante à que poderiam obter noutros sectores, mas também porque a propriedade de um prédio na cidade de Lisboa, além de ser um sinal de prestígio social, era também tida como mais segura do que o depósito do dinheiro nos bancos e porque o funcionamento do mercado de títulos era apenas conhecido por uma elite muito restrita.

No início da década de setenta, o aumento da inflação, em consequência da crise económica interna e internacional, e a extensão do congelamento dos alugueres a todo o país, a partir de 1974, tiveram como consequência o quase desaparecimento da oferta de habitações para alugar. Aliás, já na década anterior a crescente intervenção do capital financeiro na promoção e construção de grandes urbanizações traduziu-se por um elevado número de fogos para venda, em regime de propriedade horizontal(119).

Deste modo, nos anos setenta e oitenta, o inquilinato deu lugar à casa própria, adquirida com o recurso ao crédito bancário.

No conjunto das nove áreas que estudámos, a habitação arrendada é ainda muito superior à casa própria (64,5 e 35,5% respectivamente). Contudo, como vemos no quadro 53, existem grandes disparidades entre as diferentes localidades.

---

(119) Na fase inicial do processo, muitos destes fogos destinaram-se ao mercado de aluguer, pois a propriedade horizontal permitia atrair pequenas poupanças, sobretudo de emigrantes que, em vez de depositarem o dinheiro nos bancos, investiam na coepra de um apartamento para arrendar.

Veja-se a este propósito: CARDOSO, 1983; FERREIRA, 1987; GASPAR, 1980; PATRÍCIO, 1985 e SALGUEIRO, 1983.

Quadro 53 - Regime de posse da habitação (%)

Regime jurídico da habitação	LOCAL DE RESIDÊNCIA									
	Mour.	Alv.	B.Ch.*	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	B.B.	TOTAL
Arrendada	84.4	77.5	94.0	66.4	31.7	38.6	58.1	59.5	58.9	64.5
Não arrendada	15.6	22.5	6.0	33.6	68.3	61.4	41.9	40.5	41.1	35.5

* - No Bairro Chinês, o aluguer é relativo ao terreno onde estão instaladas as barracas.

O fogo arrendado é claramente dominante na cidade de Lisboa, representa mais de 65% dos casos na Pontinha e aproxima-se dos 60% em Almada, no Barreiro e na Baixa da Banheira.

Na Abóboda e em Santo António dos Cavaleiros, pelo contrário, as casas alugadas correspondem apenas, e pela ordem indicada, a 38,6 e 31,7% do total.

Esta distribuição confirma o que anteriormente se disse sobre o processo de difusão da casa própria, pois é nas localidades que, como Santo António dos Cavaleiros, nasceram nos finais dos anos sessenta/inícios de setenta ou naquelas que registaram nos últimos anos maiores taxas de crescimento demográfico que se verificam as menores ocorrências de fogos arrendados (quadro 53).

Além disso, importa ainda referir que os bairros sociais existentes na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros representam uma grande parte dos alojamentos alugados(120).

A legislação portuguesa relativa ao aluguer de habitações, além de ter conduzido à quase extinção do mercado de fogos para arrendar, é ainda um dos factores responsáveis pela fraca mobilidade residencial das famílias, porque, com a inflação, mesmo uma renda cara rapidamente se torna relativamente barata.

Deste modo, o valor dos alugueres pouco ou nada nos

(120) Em Santo António dos Cavaleiros, fora do bairro social, a casa própria corresponde à quase totalidade das situações.

diz sobre a qualidade dos fogos, porque a data do contrato de arrendamento é a principal variável explicativa da variação dos valores das rendas de casa(121).

Nas áreas que estudámos, como vemos no quadro 54, a distribuição de frequências dos valores dos alugueres é bastante contrastada.

Quadro 54 - Habitações arrendadas por escalões de renda (%)

Escalões de renda ($)	LOCAL DE RESIDÊNCIA									
	Mour.	Alv.	B.Ch.	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	B.B.	TOTAL
< 500	9.6	24.6	82.1	49.3	40.6	4.8	1.4	17.9	15.9	26.8
500-999	12.3	15.7	7.7	1.3	28.1	9.5	2.7	14.9	34.9	14.0
1000-2999	54.8	18.6	7.7	37.3	15.6	19.0	68.5	41.8	39.7	34.9
3000-4999	10.9	22.4	2.6	6.7	3.1	14.3	17.8	16.4	4.8	13.0
5000-6999	2.7	13.4	-	5.3	3.1	23.8	5.5	3.0	1.6	6.0
7000-8999	1.4	1.5	-	-	3.1	4.8	1.4	3.0	3.2	1.6
9000-11999	4.1	2.2	-	-	3.1	4.8	1.4	1.5	-	1.6
12000-14999	1.4	0.7	-	-	-	9.5	-	-	-	0.8
15000-19999	-	-	-	-	3.1	4.8	1.4	1.5	-	0.5
20000-29999	1.4	-	-	-	-	4.8	-	-	-	0.5
> 30000	1.4	0.7	-	-	-	-	-	-	0.3	

Se excluirmos o Bairro Chinês por se tratar de um aglomerado de barracas e, por isso, não ser comparável com os restantes casos, verifica-se que na Mouraria 76,7% das famílias que habitam em fogos arrendados pagam um aluguer mensal inferior a 3000 escudos e, mesmo em Alvalade, o valor equivalente é de 58,9%. As rendas superiores a 5000 escudos representam apenas, e respectivamente, 12,4 e 18,5% do total.

Nos subúrbios, os alugueres mais caros verificam-se na Abóboda, dado que a classe com maior frequência (23,8%) é a que engloba os valores compreendidos entre 5000 e 7000 escudos e a percentagem de rendas inferiores a 3000 escudos é apenas de 33,3%.

Em Santo António dos Cavaleiros as casas são, em média, bastante mais caras que na Pontinha e, na Outra Banda,

(121) Veja-se a este propósito: SALGUEIRO, 1983.

os preços vão diminuindo com a distância a Lisboa e com o tipo de promoção e o nível de desenvolvimento urbano de cada área.

Em Almada as rendas são superiores às do Barreiro e aqui são muito mais elevadas que na Baixa da Banheira.

A comparação entre os alugueres mais frequentes nos subúrbios a norte e a sul do Tejo não tem, neste caso, grande sentido porque os bairros sociais existentes na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros distorcem bastante os resultados obtidos.

Para caracterizar as condições de habitação analisámos ainda a distribuição do número de divisões assoalhadas por fogo e a ocorrência de alojamentos sem casa de banho.

A maioria das famílias inquiridas vivem em casas de três e quatro assoalhadas (42,2% nas de três e 22,3% nas de quatro); 17,2% têm habitações grandes (com cinco ou mais divisões) e 18,3% habitam em alojamentos pequenos (um ou dois compartimentos).

O Bairro de Alvalade é aquele que dispõe de habitações maiores. É o único caso em que as percentagens de fogos com quatro e cinco assoalhadas são superiores às de três e onde aparecem alojamentos com oito e mais divisões (quadro 55).

Em Almada, Santo António dos Cavaleiros e no Barreiro as casas, embora bastante menores que em Alvalade, têm dimensões superiores à média observada no conjunto das áreas estudadas (3,2).

As residências mais pequenas têm maior representação na Baixa da Banheira, no Bairro Chinês(122) e na Abóboda. Em todos estes lugares, o tamanho médio das habitações é inferior a três assoalhadas.

A Pontinha e a Mouraria são os casos que mais se aproximam do padrão do conjunto das nove áreas em análise: predominam os alojamentos de três divisões e são raras as ocorrências de fogos grandes. A dimensão média é, em ambas, de 3,2 assoalhadas.

---

(122) As divisões das barracas são muito pequenas e, por conseguinte, a comparação com os outros bairros não tem muito sentido.

Quadro 55 - Dimensão das habitações (%)

Nº divisões assoalhadas por habitação	LOCAL DE RESIDÊNCIA									
	Mour.	Alv.	B.Ch.	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	B.B.	TOTAL
1	5.2	4.6	6.3	2.5	-	1.9	2.3	-	4.7	3.3
2	24.7	4.0	32.9	12.6	-	18.5	6.3	12.1	34.9	15.0
3	31.2	21.4	38.0	56.3	58.9	63.0	42.2	50.5	44.3	42.2
4	26.0	22.0	16.5	24.4	33.9	14.8	23.4	25.3	16.0	22.3
5	11.7	16.8	3.8	2.5	7.1	-	18.8	8.1	-	9.0
6	1.3	22.0	-	0.8	-	1.9	5.5	4.0	-	5.8
7	-	4.0	2.5	0.8	-	-	1.6	-	-	1.3
8 e mais	-	5.2	-	-	-	-	-	-	-	1.0
Média	3.2	4.5	2.9	3.2	3.5	3.0	3.7	3.4	2.7	3.2

A distribuição observada não indica qualquer relação significativa com o tamanho das famílias, mas sugere que o número de assoalhadas varia fundamentalmente com o nível socioeconómico da população residente em cada área.

A percentagem de alojamentos sem casa de banho é também um bom indicador das condições de habitação porque, mesmo excluindo os bairros de lata, verificam-se ainda muitas carências neste domínio, principalmente nos bairros antigos e nos subúrbios que tiveram origem em velhos núcleos rurais.

Assim, como já seria de esperar, é no Bairro Chinês que se registam as maiores frequências de habitações sem casa de banho (mais de 80%). Na Mouraria, o valor equivalente é de 37,8% e na Abóboda de 16,4%.

Nas áreas residenciais mais antigas do Barreiro e da Baixa da Banheira, o número de famílias que não dispõe desta infraestrutura, apesar de bastante inferior ao dos casos já referidos, é ainda apreciável (10,0 e 8,0% respectivamente).

Em síntese, podemos dizer que a época de construção e o tipo de promoção urbana de cada área são os principais factores explicativos das condições de habitação observadas em cada lugar.

1.3.3. Estrutura profissional e grau de instrução

À diversidade de condições de habitação e de estruturas etárias dos habitantes das diferentes áreas correspondem também grandes assimetrias na composição profissional, taxas de actividade e graus de instrução.

A profissão e as habilitações escolares dos indivíduos estão fortemente associadas e, por conseguinte, vamos estudá-las em conjunto.

Como vemos no quadro 56, as taxas de actividade são bastante diferenciadas. O valor máximo corresponde à Abóboda (51,1%) e imediatamente a seguir colocam-se Santo António dos Cavaleiros e a Pontinha, com 49,6 e 48,5% respectivamente. A menor percentagem de população activa verifica-se no Bairro Chinês (38,3%), mas os valores observados no Barreiro, na Baixa da Banheira e em Alvalade são também inferiores à média do conjunto. A Mouraria e Almada ocupam uma posição central relativamente aos dois grupos anteriores.

Quadro 56 - Situação perante o trabalho da população residente

Local de residência	Situação perante o trabalho					
	Taxa de act.total (%)	Taxa de act.fem. (%)	% mulheres domésticas c/mais de 12 anos	Reformados/ /activos (%)	Taxa fem. da popul. activa (%)	% estudantes c/mais de 14 anos
Mouraria	42,8	34,6	20,1	53,0	46,1	9,2
Alvalade	39,4	33,1	31,0	39,4	42,9	18,7
Bairro Chinês	38,3	27,6	23,4	40,6	39,6	5,3
Pontinha	48,5	39,4	25,8	26,2	40,2	10,4
St^{o} Ant.Cavaleiros	49,6	39,2	24,8	10,9	39,4	14,2
Abóboda	51,1	44,3	21,1	13,8	45,7	6,1
Almada	42,7	32,5	24,8	37,9	42,3	13,7
Barreiro	39,2	26,5	-	25,8	34,4	14,0
Baixa Banheira	40,7	29,2	28,5	44,3	35,0	10,3

A diversidade de estruturas etárias e socioeconómicas e, sobretudo, a desigual participação da

mulher no mercado de trabalho oficial, representada por diferentes taxas de actividade e de feminização da população activa e ainda por flutuações importantes na frequência relativa das mulheres domésticas, são os principais factores explicativos das variações observadas (quadro 56).

A Abóboda, Santo António dos Cavaleiros e a Pontinha registam as mais altas taxas de actividade feminina, têm uma fraca percentagem de mulheres domésticas e de reformados (sobretudo os dois primeiros) e, por conseguinte, não admira que a proporção de habitantes activos atinja os maiores valores.

Na Mouraria, o grande número de reformados em relação ao dos activos é compensado pela forte participação das mulheres no mercado de trabalho - a população feminina equivale a 46,1% do total de habitantes com actividade económica e as domésticas representam apenas 20,1% das mulheres com 12 e mais anos de idade.

A localização deste bairro nas proximidades do grande centro de emprego que ainda é a Baixa de Lisboa, contribui decisivamente para o elevado número de mulheres activas no comércio e serviços (empregadas de cafés e restaurantes, de escritórios, de balcão, de limpeza, etc.).

A comprovar a importância da fricção da distância entre os locais de residência e de emprego, sobretudo para a população feminina, além do caso já referido da Mouraria, temos ainda a diferença de taxas de actividade das mulheres residentes em Almada, no Barreiro e na Baixa da Banheira. Além de o desenvolvimento do emprego local no sector terciário ser substancialmente maior em Almada do que nos outros dois subúrbios, cremos que a desigual acessibilidade a Lisboa explica ainda uma boa parte das diferenças observadas na participação da mulher no mercado de trabalho e, por conseguinte, nas taxas de actividade globais.

O nível socioeconómico da população é também, muitas vezes, uma importante causa das diferenças observadas na percentagem de população activa.

O número de estudantes tende a ser comparativamente maior nas áreas mais ricas e as mulheres domésticas podem ter também maior incidência nos grupos sociais de nível mais

elevado. No entanto, isto nem sempre se verifica porque, sobretudo nos grupos etários mais jovens, o aumento dos níveis de instrução da população feminina, a diminuição das desigualdades no acesso das mulheres a determinadas profissões (chefias, profissões liberais, quadros superiores, etc.), a difusão de valores que defendem a independência económica das mulheres e as novas formas de organização do trabalho familiar, contrariam esta tendência.

Além disso, nos grupos sociais de nível económico inferior, encontram-se frequentemente elevadas percentagens de mulheres domésticas, sobretudo quando residem longe dos locais onde podem obter uma ocupação compatível com a sua fraca qualificação profissional (serviços domésticos, de limpeza, determinadas indústrias, etc.).

Como já referimos, entre os factores que mais influenciam as taxas de actividade, salienta-se ainda a estrutura etária da respectiva população: lugares que, como o Bairro Chinês, registam simultaneamente elevadas percentagens de crianças em idade escolar e pré-escolar e de população idosa, têm necessariamente um número de inactivos superior a outros onde predomina a população em idade de trabalhar, como nos casos de Santo António dos Cavaleiros, Abóboda e Pontinha.

A percentagem de estudantes no total de população com mais de 14 anos de idade, ainda que possa ser influenciada pela estrutura etária da população, é um indicador de nível socioeconómico porque, terminada a escolaridade obrigatória, e mesmo antes, a falta de meios materiais impede muitos jovens de prosseguir os estudos e obriga-os a procurar trabalho.

Nas áreas que analisámos, a proporção de estudantes com mais de 14 anos é bastante baixa (a média é 12,7%) e muito contrastada. As situações extremas correspondem a Alvalade e ao Bairro Chinês, sendo o valor do primeiro 3,5 vezes superior ao do segundo.

Santo António dos Cavaleiros, Almada e Barreiro, embora a grande distância de Alvalade, ocupam, face às restantes localidades, uma posição nitidamente favorável. Pelo contrário, a fraca representatividade da população estudantil observada na Pontinha, Baixa da Banheira, Mouraria e sobretudo na Abóboda, é um indicador do baixo nível social e económico

das famílias que aí residem.

A distribuição, por níveis de escolaridade, dos habitantes com 25 ou mais anos de idade permite concretizar melhor as desigualdades entre as áreas estudadas.

Os graus de instrução são, na maioria dos casos, bastante baixos: na Pontinha, Mouraria, Baixa da Banheira e Bairro Chinês, a percentagem de população analfabeta ou que possui apenas a quarta classe é igual ou superior a 70% e, em contrapartida, os indivíduos com cursos médios e superiores são raros.

Como já acontecia com a população que prossegue os estudos após os 14 anos, o Bairro Chinês e Alvalade retratam as posições extremas: no primeiro caso, o número de analfabetos representa 41,8% dos habitantes com 25 ou mais anos de idade e a população com habilitações superiores ao ciclo preparatório não vai além de 3,5%; no segundo, os valores equivalentes são, respectivamente, 4,8% e 62,8% e o número de pessoas com curso superior representa 22,1% (quadro 57).

Santo António dos Cavaleiros é a localidade que mais se aproxima do Bairro de Alvalade: a percentagem de analfabetos é, em comparação com os restantes casos, relativamente baixa e mais de um terço da população possui pelo menos o ensino secundário complementar. Almada, a Abóboda e o Barreiro ocupam, na hierarquia dos graus de instrução, um lugar intermédio.

Se considerarmos somente a população feminina, verifica-se que, embora se mantenham as posições relativas das diferentes áreas, os níveis médios de instrução das mulheres são ainda bastante inferiores aos dos homens (quadro 58). Apesar de se caminhar no sentido da igualdade de oportunidades dos indivíduos dos dois sexos no acesso ao ensino, as descriminações do passado estão ainda bem presentes nas estruturas actuais.

Quadro 57 - Graus de instrução da população com 25 ou mais anos de idade

Local de residência	Graus de instrução: Sem 4ª classe (%)	Com 4ª classe (%)	Ensino Preparatório ou equiv. (%)	Ens.Secundário Unif. ou equiv. (%)	Ens.Secundário Complementar (%)	Curso Médio ou freq. Ens.Sup. (%)	Curso Superior (%)
Mouraria	33,3	47,1	8,6	6,3	2,3	1,7	0,6
Alvalade	4,8	27,4	5,1	19,1	12,6	9,0	22,1
Bairro Chinês	41,8	50,3	4,3	0,7	0,7	2,1	-
Pontinha	18,3	51,7	6,0	13,5	4,1	2,2	4,1
St^{o} Ant.Cavaleiros	9,9	31,0	7,5	15,0	15,0	13,1	8,4
Abóboda	24,5	37,3	13,6	11,8	3,6	6,4	2,7
Almada	14,3	45,5	5,7	17,9	6,8	3,9	5,7
Barreiro	17,5	48,8	5,9	13,9	5,6	4,4	4,0
Baixa da Banheira	34,7	49,3	5,2	5,6	4,2	0,5	0,5

Quadro 58 - Graus de instrução da população feminina com 25 ou mais anos de idade

Local de residência	Graus de instrução: Sem 4ª classe (%)	Com 4ª classe (%)	Ensino Preparatório ou equiv. (%)	Ens.Secundário Unif. ou equiv. (%)	Ens.Secundário Complementar (%)	Curso Médio ou freq. Ens.Sup. (%)	Curso Superior (%)
Mouraria	44,5	40,6	4,0	6,9	3,0	1,0	-
Alvalade	8,0	32,3	6,7	17,6	13,4	9,7	12,2
Bairro Chinês	53,2	40,3	5,2	0,0	0,0	1,3	-
Pontinha	22,0	51,1	2,8	12,1	5,0	2,8	4,3
St^{o} Ant.Cavaleiros	16,4	28,2	10,0	12,7	15,4	12,7	4,5
Abóboda	30,5	35,6	10,2	10,2	5,1	6,8	1,7
Almada	19,5	50,6	5,8	14,9	2,6	3,9	2,6
Barreiro	24,4	49,6	3,0	10,4	5,9	4,4	2,2
Baixa da Banheira	42,3	45,9	4,5	3,6	2,7	0,0	0,9

As diferenças nos níveis de habilitação escolar dos

habitantes dos territórios estudados reflectem-se na estrutura socioprofissional da população activa.

As actividades terciárias são claramente dominantes em todos os lugares considerados, excepto na Abóboda e na Baixa da Banheira, onde o sector secundário absorve mais de 60% da população trabalhadora.

No Barreiro, no Bairro Chinês, na Pontinha, em Santo António dos Cavaleiros e em Almada, apesar de o sector da administração, comércio e serviços ser o principal empregador da mão-de-obra local, a indústria transformadora e a construção civil têm ainda uma expressão significativa no volume global do emprego, representando entre 25 e 35% do total.

A percentagem de activos no comércio, restaurantes e hotéis regista os maiores valores na Mouraria (46,7%) e em Almada (31,4%) facto que, como já referimos, se relaciona com a acessibilidade destas áreas à Baixa de Lisboa.

A administração pública e os serviços sociais e pessoais (grupo 9 da C.A.E.) é o ramo que emprega maior número de habitantes em Almada, na Pontinha, em Santo António dos Cavaleiros e sobretudo em Alvalade, onde a percentagem dos seus efectivos atinge 52,3%.

Se considerarmos os grupos socioprofissionais definidos em função da situação na profissão, tipo de actividade e grau de qualificação (quadro 59) verificamos que o peso das profissões terciárias aparece ainda mais reforçado.

A classificação tradicional das actividades económicas em três sectores revela-se cada vez mais desajustada porque a integração dos serviços nos sistemas produtivos é cada vez maior. Na agricultura e sobretudo na indústria as profissões ligadas à gestão da informação, administração, investigação, pesquisa de mercados, etc. tendem a assumir uma importância crescente. Não admira, por isso, que na Área Metropolitana de Lisboa os empregados da administração, comércio e serviços qualificados e não qualificados, sejam as categorias profissionais mais frequentes.

Quadro 59 - População activa com 12 e mais anos de idade, por grupos socioprofissionais (%)

Grupos socio-profissionais	LOCAL DE RESIDÊNCIA											
	Mour.	Alv.	B.Ch.	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	S.B.	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	TOTAL
Pat..direct..chef. expl.sector I	-	0,4	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0,1
Assal.do sector I	-	-	1,1	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0,1
Isol. do sector I	-	-	-	-	0,6	-	-	-	-	0,1	-	0,1
Pat..gest., qual.sup.I	-	1,6	1,1	1,5	-	1,1	1,8	1,3	2,3	1,0	1,7	1,2
Quad.técn.II	1,0	2,5	-	1,0	1,8	2,2	2,9	1,9	0,8	1,6	1,9	1,7
Op.ind.transf.	6,9	1,2	15,1	17,7	10,1	45,7	12,3	14,6	33,8	13,2	19,3	15,3
Op.const.civil	3,0	0,8	9,7	2,5	2,4	3,3	1,8	3,8	9,8	2,9	4,8	3,5
Isol.do sector II	1,0	0,4	-	3,4	2,4	3,3	4,1	1,9	3,8	1,8	3,2	2,3
Pat..gest. quad.sup.III	4,0	7,8	-	1,0	1,8	-	8,2	3,2	1,5	3,1	4,5	3,6
Quad.méd.(técn., prof..chef..prof.lib.	2,0	28,8	-	8,9	11,8	5,4	10,5	5,1	0,8	12,8	5,8	10,4
Emp. adm..com. serv.qualif.	13,9	20,2	5,4	13,3	23,7	13,0	15,8	17,1	6,0	16,3	13,4	15,3
Emp.adm..com.e serv.não qualif.	61,4	26,7	65,6	44,3	36,1	21,7	25,1	37,3	25,6	39,8	29,4	36,3
Isol.sector III	5,0	8,7	1,1	3,4	4,1	4,3	10,5	7,6	4,5	4,9	7,8	5,9
Não rem.II e III	2,0	-	-	1,0	1,7	-	2,9	1,3	0,8	0,8	1,7	1,1
Trab. saz. temp.parc.I	-	0,4	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0,1
Trab. saz.temp. parc.II e III	-	-	-	-	0,6	-	-	-	-	0,1	-	0,1
Desempregados	-	-	-	1,5	3,0	-	0,6	4,4	9,0	0,9	4,3	2,8
Não responde	-	0,8	1,1	0,5	-	-	3,5	0,6	1,5	0,4	1,9	1,0

No entanto, tal como se verificou para as habilitações escolares, existem grandes disparidades na composição socioprofissional dos nove territórios estudados (quadro 59).

Os patrões, gestores, quadros superiores, as chefias, profissões liberais e os professores concentram-se em Alvalade; os empregados mais qualificados da administração, comércio e serviços distribuem-se por Alvalade, Santo António dos Cavaleiros, Almada e Barreiro. Por sua vez, as profissões terciárias menos qualificadas (empregadas domésticas, serviços de limpeza, empregados de balcão, contínuos, motoristas, serviços de segurança pública e outras categorias subalternas semelhantes), constituem o grupo socioprofissional dominante no Bairro Chinês e na Mouraria.

Na Abóboda e na Baixa da Banheira, graças à sua localização junto de importantes bolsas de emprego industrial, predomina o proletariado da indústria.

Os isolados do secundário e do terciário, apesar de representarem apenas uma pequena parcela da população activa, têm uma distribuição espacial concordante com a estrutura funcional e social das diferentes localidades: os primeiros têm maior implantação relativa nos subúrbios industriais ou áreas próximas, já que estes trabalhadores por conta própria são, em muitos casos, antigos operários que se autonomizaram; os isolados do comércio e serviços, que são em grande parte constituídos por comerciantes, localizam-se preferencialmente em lugares que, pela sua dimensão e/ou nível socioeconómico dos seus habitantes, como por exemplo Almada e o Barreiro, têm uma certa autonomia funcional em relação a Lisboa e uma área de influência que se estende a outras povoações das proximidades.

Pela mesma razão, a elevada percentagem de trabalhadores terciários por conta própria, que se observa em Alvalade, deriva da importância crescente que este bairro tem, na cidade de Lisboa, como centro de comércio e serviços, constituindo actualmente um dos eixos de expansão do centro de Lisboa.

No quadro 59 podemos ainda verificar que o sector primário, por se tratar de áreas urbanas, não tem expressão e

o desemprego atinge sobretudo a Margem Sul do Tejo, em virtude de a crise económica, interna e internacional, se ter feito sentir com maior incidência no sector industrial, particularmente nos ramos dominantes na Península de Setúbal(123).

A distribuição da população activa residente em cada um dos territórios estudados, por locais de trabalho, é um bom indicador do grau de autonomia ou dependência em relação a outros lugares e dá-nos conta da amplitude das migrações pendulares diárias (quadro 60).

Quadro 60 - Locais de trabalho da população activa (%)

	Local de trabalho				
Local de residência	Local de residência	Outro local mesmo concelho	Total	Outro concelho: Cidade Lisboa	Outro concelho: Concelho Barreiro
Mouraria	93.0	-	7.0	-	-
Alvalade	91.2	-	8.8	-	-
Bairro Chinês	94.5	-	5.5	-	-
Pontinha	22.8	6.0	71.2	63.6	-
St^{o} Ant. Cavaleiros	11.8	8.7	79.5	70.8	0.6
Abóboda	69.7	10.1	20.2	12.4	-
Almada	48.1	5.0	46.8	36.3	1.3
Barreiro	47.6	1.4	51.0	36.7	-
Baixa da Banheira	21.4	11.6	67.0	17.0	28.6

A Pontinha, a Baixa da Banheira e sobretudo Santo António dos Cavaleiros constituem exemplos típicos de subúrbios-dormitório, dado que apenas uma pequena parte dos seus habitantes exercem a sua actividade profissional no local onde residem.

Almada é, desde há muito, um subúrbio de Lisboa e o Barreiro, como já referimos, sofreu também, nas últimas décadas, um intenso processo de suburbanização e, por conseguinte, mais de metade das respectivas populações

(123) Veja-se a este propósito: C.E.D.R.U. (1987).

trabalha no seu exterior.

A Abóboda, embora em muito menor grau que os casos já referidos, está também fortemente dependente do emprego localizado noutras áreas, particularmente na cidade de Lisboa (quadro 60).

Alvalade, a Mouraria e o Bairro Chinês individualizam-se dos restantes aglomerados porque a Capital oferece trabalho a mais de 90% dos habitantes que neles residem(124).

Como vemos no quadro 60, verifica-se uma grande concentração do emprego em Lisboa. Diariamente convergem para esta cidade mais de 60% dos activos que residem na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros e mais de um terço dos que vivem em Almada e no Barreiro.

O Barreiro é, entre as áreas estudadas, a única que simultaneamente se comporta como fornecedora e receptora de mão-de-obra: envia 36,7% dos seus trabalhadores para Lisboa e emprega perto de 30% dos que vivem na Baixa da Banheira.

A Abóboda desenvolveu-se inicialmente em função da indústria local e das proximidades mas, recentemente, tem vindo a assistir-se a um aumento significativo da população terciária que trabalha em Lisboa e noutras localidades do concelho de Cascais, pelo que, no futuro, tudo indica que o seu papel de dormitório tenderá a acentuar-se.

A comparação entre as estruturas socioprofissionais e os locais de trabalho da população residente nos diferentes territórios estudados sugere que a capacidade atractiva de Lisboa é maior nos subúrbios mais próximos e naqueles em que o sector terciário ocupa maior número de activos.

---

(124) Deve salientar-se que a comparação dos valores da percentagem de população que trabalha na localidade de residência, entre os três bairros de Lisboa e as restantes áreas estudadas, levanta alguns problemas por os limites da cidade coincidirem com os do concelho.

Além disso, na análise do quadro 60 é ainda necessário considerar a diferença de população residente na Capital e nos municípios onde se localizam os subúrbios analisados.

2. MOBILIDADE GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM GEOGRÁFICA

95% da população residente nas nove áreas estudadas é natural de Portugal, 3,5% das ex-colónias portuguesas e 1,3% de outros países.

A percentagem de habitantes nascidos fora de Portugal é significativamente maior no conjunto das localidades situadas a norte do Tejo do que na Margem Sul (quadro 61). No entanto, grande parte da população originária do estrangeiro é constituída por pessoas vindas das ex-colónias e, como vimos no capítulo 4, na Outra Banda existem grandes concentrações de retornados nos concelhos do Seixal e de Almada e nas urbanizações mais recentes em torno do Barreiro e da Baixa da Banheira.

Nos lugares que analisámos, o maior valor percentual da população que não nasceu em território português ocorre em Santo António dos Cavaleiros (11,6%) e as menores frequências verificam-se na Baixa da Banheira e na Pontinha (2,0%).

Estes contrastes são perfeitamente compreensíveis se atendermos a que a maioria desses indivíduos chegaram a Portugal depois de 1974 e, por conseguinte, tiveram que se estabelecer em áreas de desenvolvimento recente, onde, na época, havia grande número de andares para venda.

Quadro 61 - População residente, por países de naturalidade

Local de residência	País de naturalidade: Portugal (%)	Estrangeiro (%)	Não responde (%)
Mouraria	96,7	3,3	-
Alvalade	93,5	6,1	0,5
Bairro Chinês	92,8	6,9	0,4
Pontinha	98,0	2,0	-
St^{o} Ant. Cavaleiros	87,0	11,6	1,4
Abóboda	94,6	5,4	-
Almada	95,3	4,0	0,7
Barreiro	96,9	3,1	-
Baixa da Banheira	99,1	0,9	-
TOTAL	94,9	4,8	0,4

Nos bairros de subúrbios mais antigos, em que, em meados dos anos setenta, começavam já a escassear áreas livres para construir, é natural que a percentagem de habitantes vindos do estrangeiro seja substancialmente menor.

Entre os imigrantes dos territórios coloniais há que individualizar os caboverdianos(125), não só pela posição que ocupam na hierarquia social, mas também pelos motivos da vinda para Portugal.

A comunidade de Cabo Verde veio para o nosso País à procura de emprego. É uma corrente migratória semelhante à que durante os anos sessenta e inícios de setenta escoou para França e para a R.F.A. largas centenas de milhar de trabalhadores portugueses. Primeiro, vêm os homens e, mais tarde, nalguns casos, acabam por se lhes juntar as mulheres e os filhos. O desejo do regresso à Pátria permanece presente em muitos deles, mas a distância e sobretudo o custo da viagem, impedem-nos de, mesmo nas férias, visitarem os familiares e amigos que ficaram. A tão sonhada melhoria de vida que lhes

(125) Na A.M.L. existem também muitos indivíduos da Guiné nas mesmas condições mas, na nossa amostra, não aparecem representados.

permita um dia voltar é uma esperança cada vez mais adiada e, por isso, acabam por retardar bastante o regresso.

Os caboverdianos em Lisboa, tal como muitos portugueses em Paris, Lião, Toulouse, Marselha ou qualquer outra aglomeração urbana de França, desempenham uma função estrutural no mercado de trabalho: trabalhadores desqualificados, muitos ainda analfabetos e originários das áreas rurais, preenchem o "vazio" deixado pela mão-de-obra emigrada ou que transitou para outras profissões ou categorias melhor remuneradas e que exigem maior qualificação profissional.

Os homens trabalham na construção civil, nos serviços de limpeza urbana e noutras actividades similares e as mulheres contribuem para abastecer a procura de empregadas domésticas das famílias da classe média lisboeta.

Ainda à imagem do que se passa com os imigrantes nos países da Europa desenvolvida, tendem a agrupar-se em bairros degradados nas margens do centro da cidade ou em bairros de barracas, no concelho de Lisboa e nos subúrbios mais próximos.

A população originária de Angola e de Moçambique é, na maioria dos casos, constituída por cidadãos portugueses que foram forçados a vir para Portugal por causa da descolonização dos territórios onde residiam.

Segundo um estudo efectuado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (PIRES, *et al.*, 1987), os retornados têm um nível de instrução e qualificação profissional acima da média dos portugueses e, por isso, a sua integração foi relativamente fácil. A sua "sobrequalificação" relativa e o facto de os funcionários públicos e muitos empregados dos serviços terem a integração assegurada, colocava-os em posição vantajosa, face à restante população, para ocupar os novos lugares que, após o 25 de Abril de 1974, surgiram na administração central e local, na educação, na saúde, na banca, nos seguros, etc..

Além disso, a experiência de alguns na área do "negócio" e o seu espírito de iniciativa permitiram que beneficiassem de financiamentos para investimentos, concedidos ao abrigo do programa de crédito CIFRE (Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados).

Estas diferenças na composição da população originária das ex-colónias reflectem-se, naturalmente, no seu nível socioeconómico e nas áreas onde residem.

Nas localidades estudadas verifica-se que 33% dos retornados de Angola e Moçambique que inquirimos, habitam em Santo António dos Cavaleiros e 16% em Alvalade. Pelo contrário, mais de um terço dos caboverdianos vivem no Bairro Chinês. É claro que estes números podem estar um pouco enviesados pelo facto de se tratar de uma amostra muito pequena, sobretudo no caso dos imigrantes de Cabo Verde. No entanto, cremos que as diferenças observadas são demasiado grandes para poderem ser apenas resultantes do acaso.

Os habitantes originários de outros países, como já referimos, representam apenas 1,3% dos residentes nos territórios estudados, sendo a França, a Espanha, os Estados Unidos da América e o Brasil, as nações mais representadas. Contudo, por existirem grandes probabilidades de erro por causa da exiguidade da amostra, não analisamos a sua distribuição espacial.

Relativamente à população natural de Portugal, verifica-se que apenas 34,4% nasceu no concelho de residência e observam-se, quanto a este aspecto, grandes diferenças entre os nove lugares considerados (quadro 62).

As maiores percentagens de gente originária do município onde habita actualmente ocorrem nos bairros de Lisboa e na Abóboda. No entanto, mesmo nestes casos os valores registados quedam-se em volta dos 50%.

Na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros os habitantes que vieram de fora representam 95,4% do total e nas localidades da Margem Sul variam entre 60,9% (no Barreiro) e 74,7% (na Baixa da Banheira).

Três factores fundamentais estão na origem desta distribuição: 1) o elevado número de imigrantes provenientes de outras regiões do País que, em muitos casos, se fixaram primeiramente em Lisboa e só mais tarde se mudaram para os subúrbios; 2) a dependência em relação a Lisboa, em matéria de serviços médicos e hospitalares de alguns subúrbios, sobretudo dos mais próximos, que obriga a que muitas das crianças que nascem nas maternidades da Capital sejam filhos de população

residente nos arredores; 3) a dificuldade de encontrar casa em Lisboa por um preço compatível com o rendimento de muitos jovens casais que, mesmo tendo vivido sempre na cidade, têm de se instalar na periferia após o casamento.

Quadro 62 - População residente, natural de Portugal, por locais de naturalidade

Local de residência	Local de naturalidade	
	Concelho de residência (%)	Outro concelho (%)
Mouraria	49,8	50,2
Alvalade	57,8	42,2
Bairro Chinês	52,2	47,8
Pontinha	4,6	95,4
St^{o} Ant. Cavaleiros	4 6	95,4
Abóboda	52,3	47,7
Almada	28,3	71,7
Barreiro	39,1	60,9
Baixa Banheira	25,3	74,7
TOTAL	34,4	65,6

A distribuição dos moradores nas nove áreas analisadas por regiões de origem (quadro 63) permite concretizar algumas destas hipóteses.

Dos residentes naturais de Portugal, apenas 41,6% são originários da Área Metropolitana de Lisboa e destes cerca de 93% nasceram na Capital. A percentagem de população natural de Lisboa representa, com pequenas oscilações, sensivelmente metade dos habitantes de Alvalade, da Mouraria, do Bairro Chinês, da Pontinha e de Santo António dos Cavaleiros. Na Margem Sul e na Abóboda, os valores equivalentes são bastante menores mas, mesmo assim, no Barreiro e sobretudo em Almada, são ainda muito elevados (18,4 e 29,6% respectivamente).

Na Outra Banda o peso da população local é maior do que nos subúrbios a norte do Tejo, excepto na Abóboda, pois Almada e Barreiro são lugares que, pela sua antiguidade e

dimensão demográfica e económica, têm uma acção polarizadora que lhes permitiu atrair directamente populações de outras áreas do País, sobretudo do Alentejo e Algarve.

Além disso, o Barreiro, graças ao seu desenvolvimento industrial e por estar mais distante de Lisboa, não só teve um processo de suburbanização relativamente tardio, como induziu a formação de um subúrbio nas suas proximidades - a Baixa da Banheira que, como já afirmámos anteriormente, cresceu à custa da fixação de antigos assalariados do sul do País, que trabalhavam na construção civil e nas indústrias do Barreiro.

Por tudo isto, não admira que a percentagem de alentejanos e algarvios residentes na Baixa da Banheira seja largamente superior à de nortenhos e lisboetas, e muito próxima dos que nasceram na Margem Sul (quadro 63).

No Barreiro e em Almada os imigrantes originários do Alentejo e Algarve, embora em menor grau que na Baixa da Banheira, são também mais numerosos que os do norte e centro do País. De facto, como já tivemos ocasião de referir em capítulos anteriores, o Tejo funcionou durante muito tempo como uma barreira selectiva das comunidades do Norte e do Sul do território.

Mais tarde, acompanhando a intensificação da Outra Banda, em consequência da melhoria da acessibilidade a Lisboa, após a construção da Ponte, e da diferença de preços médios das habitações nas duas margens do rio, muita gente das Beiras, de Trás-os-Montes, da Estremadura, do Minho e do Ribatejo, trocou Lisboa pela Margem Sul.

Nos três bairros da cidade de Lisboa têm maior expressão os imigrantes provenientes do Norte e do Centro; mas, no Bairro Chinês, é notável o peso dos que vieram do distrito de Viseu, sobretudo dos concelhos de Castro Daire e de Cinfães (Serra de Montemuro).

A marginalidade económica e social desta população, constituída, na sua maior parte, por antigos pequenos camponeses e assalariados rurais e pelos seus descendentes já nascidos em Lisboa, permitiu mantê-la isolada, formando um *ghetto*, bem delimitado no eixo oriental da cidade.

Quadro 63 - População residente, natural de Portugal, por região de naturalidade

	LOCAL DE RESIDÊNCIA											
Naturalidade	Mour.	Alv.	B.Ch.	Pont.	S.A.C.	Abób.	Alm.	Bar.	B.B.	A.M.L.Norte	A.M.L.Sul	TOTAL
Cidade Lisboa	49.8	57.8	52.2	50.3	53.4	9.3	29.6	18.4	7.4	49.7	19.1	38.6
A.M.L.-Norte	0.4	2.8	-	6.3	6.5	58.1	1.2	0.7	0.9	8.2	1.0	5.5
A.M.L.-Sul	1.5	1.3	-	0.7	1.0	-	33.0	42.3	39.1	0.9	38.1	14.3
Outros conc. dist. Lisboa	0.8	3.3	0.8	1.6	0.7	2.9	1.0	-	-	1.9	0.3	1.3
Outros conc. dist.Setúbal	0.8	0.2	0.8	0.7	1.6	-	1.2	1.0	5.9	0.6	2.5	1.3
Outros conc. dist.Santarém	4.2	4.5	-	5.8	4.2	3.5	3.0	3.0	0.9	4.1	2.4	3.4
Norte Litoral	8.9	5.6	2.4	2.8	3.9	1.7	1.2	2.2	1.2	4.4	1.6	3.4
Norte e Centro Interior	9.3	9.3	41.1	17.2	14.7	9.3	6.9	5.2	4.1	15.8	5.5	12.0
Centro Litoral	12.7	6.3	1.6	3.2	3.3	1.7	4.7	5.7	2.6	5.0	4.4	4.8
Alentejo	5.8	3.8	1.2	9.0	5.9	9.3	10.1	14.7	26.5	5.6	16.6	9.6
Algarve	3.5	2.7	-	1.9	3.3	-	6.2	6.5	11.2	2.0	7.8	4.1
Regiões Autónomas	1.9	1.8	-	0.5	1.6	1.7	1.2	0.2	0.3	1.3	0.6	1.0
Não responde	0.4	0.5	-	-	-	2.3	0.7	-	-	0.4	0.3	0.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Os laços familiares, de amizade e de vizinhança na terra de origem constituíram o principal elo de ligação da cadeia migratória que, a partir dos anos cinquenta, despovoou muitas aldeias da serra de Montemuro e fez nascer, na freguesia de Marvila, uma "grande aldeia" que actualmente

conta ainda 3269 habitantes, apesar de muitos terem sido realojados nas casas da PRODAC e em bairros sociais das proximidades.

Actualmente, alguns dos que atingem a reforma regressam às regiões de origem, mas muitos ficam e, por isso, mesmo os idosos que não emigraram na juventude são obrigados a vir para Lisboa na velhice. O motivo da vinda já não é a procura de emprego, de melhores condições de vida ou o casamento; são a doença e a solidão que os transportam para junto dos filhos.

Na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros, à semelhança do que se passa com a cidade de Lisboa, por esta constituir a principal fonte do seu crescimento, os imigrantes do Norte e Centro Interior constituem o grupo mais numeroso, mas os alentejanos têm também um peso significativo, sobretudo no primeiro caso, onde representam 9% da população natural de Portugal.

A Abóboda, tal como outras localidades dos concelhos de Oeiras e Cascais, baseou, na fase inicial, o seu crescimento na atracção directa de trabalhadores rurais que procuravam nos campos dos arrabaldes de Lisboa o trabalho que faltava nos latifúndios do sul do País e, por isso, a percentagem de gente natural de Lisboa é ainda relativamente baixa.

A importância da vinda de pessoas de fora para trabalhar na agricultura da Área Metropolitana de Lisboa é atestada pelo facto de, segundo o Recenseamento da População de 1970, 4,5% dos activos que vieram dos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre entre 1965 e 1970, exercerem em 31 de Dezembro do último ano referido, a sua actividade no sector agrícola.

A distribuição da população, por regiões de naturalidade, permitiu pôr em evidência a forte capacidade de atracção demográfica da A.M.L. e deu-nos conta de algumas diferenças importantes nas frequências relativas dos imigrantes originários de cada região nos territórios estudados.

Se analisarmos as origens dos pais dos inquiridos verificamos que grande número dos activos, reformados e

mulheres domésticas que já nasceram na A.M.L. são imigrantes da segunda geração.

Assim, como vemos no quadro 64, a percentagem de pessoas nas condições acima referidas é, em todos os casos, próxima ou mesmo muito superior a 50%.

Quadro 64 - Percentagem de activos, reformados e mulheres domésticas, naturais da A.M.L., cujo pai é originário de outra região

Local de residência	%
Mouraria	64.0
Alvalade	60.2
Bairro Chinês	84.6
Pontinha	56.8
Stº Ant. Cavaleiros	65.3
Abóboda	49.0
Almada	57.3
Barreiro	48.0
Baixa da Banheira	60.0

O maior valor ocorre no Bairro Chinês, por se tratar de uma pequena comunidade de imigrantes com a mesma origem geográfica e que, na maior parte dos casos, se estabeleceram na A.M.L. já depois de 1960.

A distribuição dos habitantes de cada lugar estudado, por regiões de naturalidade do respectivo pai, é ainda mais contrastada do que a dos actuais residentes. Na cidade de Lisboa e nos subúrbios da Margem Norte têm maior representação relativa os filhos de gentes do Centro Litoral e do Norte e Centro Interior, mas no Barreiro e sobretudo na Baixa da Banheira os alentejanos e algarvios são claramente dominantes. Almada, por estar muito próxima da Capital, teve um processo de suburbanização muito precoce e, por isso, apresenta também elevadas percentagens de moradores com raízes no norte e centro do País.

2.2. A MIGRAÇÃO PARA A A.M.L.: O TEMPO E O MODO

Prosseguindo a análise da origem geográfica da população dos territórios estudados, vamos agora debruçar-nos sobre as épocas e os motivos da migração para a A.M.L..

Dado que os indivíduos em idade escolar e pré-escolar não têm, regra geral, grande intervenção na sua mobilidade geográfica, por estarem dependentes dos pais, considerámos apenas as mudanças e os motivos de mudança de residência da população activa, reformada e das mulheres domésticas.

Apurámos no total 2250 percursos embora, nalguns deles, haja falhas motivadas por ausências de resposta.

2.2.1. As épocas de migração

No quadro 65 procurámos sintetizar a distribuição dos inquiridos em cada localidade, segundo a época em que vieram para a A.M.L..

Quadro 65 - Época de vinda para a A.M.L.

Local de residência	Ano de vinda para a A.M.L.(%)				
	Antes de 1960	1960-1967	1968-1974	1975-1980	1981-1985
Mouraria	58.4	14.2	8.8	15.9	2.6
Alvalade	53.7	17.1	10.7	11.7	6.8
Bairro Chinês	29.4	18.5	20.2	22.7	9.2
Pontinha	57.7	19.2	12.8	5.8	4.5
St^{o} Ant. Cavaleiros	19.1	22.9	19.1	29.8	9.2
Abóboda	19.7	14.7	21.3	31.1	13.1
Almada	48.3	20.4	17.0	10.8	3.4
Barreiro	30.1	25.0	21.8	14.1	9.0
Baixa da Banheira	44.5	25.8	20.9	4.4	4.4

Grande parte dos residentes não autóctones chegaram antes de 1960. No entanto, observam-se grandes variações entre as áreas analisadas: os imigrantes mais antigos têm maior

representação relativa na Mouraria, Pontinha, Alvalade, Almada e Baixa da Banheira, equivalendo, em todos estes casos, a mais de 44% do total.

Nas localidades que, como Santo António dos Cavaleiros, nasceram como subúrbios ou tiveram um processo de suburbanização mais tardio, como a Abóboda, são em maior número aqueles que vieram já nos anos sessenta e setenta.

O Bairro Chinês teve o seu maior crescimento na década de sessenta, mas, em virtude de muitos dos seus antigos habitantes terem sido realojados nos bairros edificados pela PRODAC e em habitações sociais do Município, tem uma população flutuante e, por isso, mais de 30% dos imigrantes que neles residem fixaram-se na A.M.L. já depois de 1974 e foram ocupar muitas das barracas que tinham ficado vagas pelas anteriores operações de realojamento.

A vinda dos retornados das ex-colónias, a partir de 1974, está bem representada na elevada percentagem de população imigrada entre 1975 e 1980. Mesmo nos bairros ou subúrbios que tiveram um desenvolvimento mais antigo, a frequência relativa da população que veio nesse período é substancialmente superior à registada entre 1981 e 1985 e, nalguns casos, à que se verificou entre 1968 e 1974.

A fraca representação dos imigrantes mais recentes, embora possa indicar uma relativa diminuição da capacidade atractiva da região de Lisboa, resulta sobretudo de o crescimento da Área Metropolitana se orientar para áreas cada vez mais distantes.

Em síntese, podemos concluir que a distribuição da população imigrada nos diferentes períodos apresenta uma relação estreita com os processos e as épocas de maior crescimento de cada área e ainda com a estrutura etária das pessoas que nelas residem actualmente.

2.2.2. As causas

As causas das migrações inter-regionais da população activa são fundamentalmente de natureza económica: os

trabalhadores deslocam-se para áreas onde pensam que podem ganhar mais, ter mais hipóteses de promoção profissional, enfim, ter melhores condições de vida e de trabalho.

No entanto, a percepção das diferenças de oportunidades em cada lugar apresenta-se, em muitos casos, afastada da realidade, porque está fortemente dependente da quantidade e qualidade da informação que cada migrante potencial possui.

Deste modo, o processo migratório é fortemente influenciado pelos contactos pessoais de cada indivíduo (viagens, cartas de emigrantes anteriores, conversas com amigos que já conhecem esses lugares, etc.) e ainda, embora em menor grau, por informações obtidas através dos jornais, da rádio e da televisão.

As migrações da população sem actividade económica (crianças, estudantes, mulheres domésticas e reformados) têm natureza diferente e são induzidas, quase sempre, pelas deslocações dos seus familiares que exercem uma profissão.

As crianças e os jovens até aos 15-16 anos de idade, e mesmo até mais tarde, não têm papel activo na decisão de migrar; limitam-se a acompanhar os pais.

A mobilidade geográfica das mulheres domésticas que são casadas está também muito dependente da migração dos maridos e, quando os cônjuges, antes do casamento, residiam em regiões diferentes, a migração ocorre nessa altura ou pouco tempo depois.

Os estudantes, sobretudo os do ensino superior, são obrigados a emigrar temporariamente para o lugar onde se localiza o estabelecimento de ensino que pretendem frequentar. Após a conclusão dos cursos, muitos acabam por se fixar nessas localidades, quer por aí poderem encontrar mais facilmente um emprego compatível com as suas habilitações escolares e terem mais oportunidades de promoção profissional, quer pela maior diversidade de equipamentos culturais, recreativos e desportivos que podem utilizar nos seus tempos livres e ainda pela variedade e qualidade do comércio e outros serviços pessoais e colectivos, que não encontram nas regiões de origem.

Os reformados, por vezes, regressam à terra de

proveniência ou, os mais ricos, estabelecem-se em áreas mais atractivas do ponto de vista ambiental (climas mais quentes, proximidade de praias, etc.).

No inquérito que fizemos na A.M.L. tivemos oportunidade de identificar alguns dos principais factores de variação dos motivos que influenciaram a vinda para a região da Capital de tantos milhares de imigrantes que nela residem actualmente.

Como vemos no quadro 66, o motivo principal da vinda para a A.M.L. é a procura de trabalho e de melhores condições de vida (27,0%). Em segundo lugar surge a migração induzida pela vinda de familiares (21,5%) e, em terceiro, o casamento (18,2%).

Quadro 66 - Principal motivo da migração para a A.M.L. (%)

Motivos	Mulheres	Homens	Mulheres e Homens
Casamento	23.8	11.6	18.2
Migração de familiares	26.7	15.6	21.5
Emprego e melhoria cond. vida	19.8	35.2	27.0
Proximidade do emprego	3.6	8.0	5.7
Melhor habitação	2.8	2.2	2.5
Compra de casa própria	2.7	1.5	2.1
Ficar mais perto de família	3.9	4.1	4.0
Estudar	2.7	4.4	3.5
Descolonização	5.7	6.3	6.0
Outros motivos	8.3	10.9	9.6

Entre os restantes motivos citados, apenas a descolonização dos antigos territórios africanos, a maior proximidade do emprego e o grupo residual que designámos por "outros motivos" (factores muito diversificados e com fraca representação individual) têm frequências relativas superiores a 5%.

No entanto, verificam-se grandes diferenças nas causas da mobilidade geográfica dos homens e das mulheres, particularmente daquelas que não exercem uma profissão (quadro

66).

A migração de familiares é o motivo mais citado pela população feminina (26,7%); logo a seguir, vem o casamento (23,8%); a procura de emprego e de melhores condições de vida ocupa o terceiro lugar (19,8%). Pelo contrário, 35,2% dos homens apontam como causa da vinda para a A.M.L. a procura de trabalho, 15,6% referem a vinda da família e apenas 11,6% indicam o casamento.

O grupo socioprofissional e o grau de instrução são também importantes factores de variação dos motivos da vinda para a A.M.L. (quadros 67 e 68).

A procura de trabalho e de melhores condições de vida é o factor referido com maior frequência pelos operários da construção civil e das indústrias transformadoras, empregados não qualificados da administração, comércio e serviços, isolados do sector terciário.

A migração de familiares é a causa mais importante para os patrões, gestores e quadros do terciário, empregados qualificados da administração, comércio e serviços (para estes últimos, em igualdade de posição com as razões ligadas ao emprego), e quadros e técnicos da indústria.

O casamento é o motivo mais citado pelas mulheres domésticas (30,7% dos casos); logo a seguir coloca-se a migração de familiares (29,4%), enquanto as razões ligadas ao trabalho foram responsáveis pela vinda de apenas 11,5%.

A localização do emprego é também uma causa de mobilidade geográfica relativamente importante para os operários da construção civil (14,3%), isolados do sector terciário e ainda do grupo que inclui os professores.

A frequência de estabelecimentos escolares é um dos principais factores da migração para Lisboa dos quadros médios, profissões liberais e professores (20,3%), o que sugere que seja sobretudo importante o acesso aos graus superiores de ensino.

Quadro 67 - Motivos da migração para a A.M.L., por grupos socioprofissionais dos imigrantes

Grupo socio-profissional	Motivo da migração para a A.M.L.(%)									
	Casamento	Mig.de famil.	Proc.de trab.. melhor. cond.de vida	Ficar mais perto emprego	Melhoria cond.de habitação	Compra casa própria	Ficar mais perto família	Estudar	Descolonização	Outros motivos
Op. indústria	14,8	19,7	41,8	5,7	2,5	2,5	1,6	1,6	3,3	6,6
Op.const.civil	14,3	10,7	46,4	14,3	3,6	-	-	-	7,1	3,6
Isol.indústria	25,0	20,8	25,0	4,2	4,2	4,2	4,2	-	-	12,5
Pat.,gest.,quad. sup. do III	24,0	8,0	12,0	4,0	-	-	4,0	8,0	16,0	24,0
Quad.méd.III. prof.lib.,professores	12,2	23,0	6,8	10,8	1,4	2,7	4,1	20,3	8,1	10,8
Emp.qual.adm., com. e serviços	10,6	25,7	25,7	4,4	1,8	0,9	5,3	7,1	8,8	9,7
Emp.não qual. adm..com. serv	18,8	22,2	31,4	7,3	2,3	0,8	1,5	0,8	7,3	7,7
Isol.terciário	17,0	15,1	35,8	1,9	1,9	1,9	3,8	7,5	9,4	5,7
Quad.e técnicos indústria	10,5	26,3	21,1	10,5	-	-	10,5	5,3	5,3	10,5
Domésticas	30,7	29,4	11,3	0,8	2,5	3,4	4,2	2,1	7,1	8,4
Reformados	12,9	14,0	35,2	8,0	4,2	3,4	6,1	1,9	2,7	11,7

No que se refere às relações entre as habilitações académicas e os motivos de mudança de residência para a Área Metropolitana (quadro 68), verifica-se que a procura de trabalho e de melhores condições de vida é o factor mais importante para as pessoas com níveis de instrução mais baixos. O prosseguimento dos estudos é a causa indicada com maior frequência pelos indivíduos com curso superior (29,5%)

e, nos restantes casos, o motivo mais citado é a migração de familiares.

Quadro 68 - Motivos de migração para a A.M.L., por graus de instrução dos imigrantes

Motivos	Graus de instrução (%)						
	Sem 4ª classe	Com 4ª classe	Ensino prep.	Ens.sec. unific.	Ens.sec. compl.	Curso médio,freq. superior	Curso superior
Casamento	17,6	19,6	21,4	17,9	15,7	14,5	14,1
Migração de famil.	18,1	20,1	29,8	27,6	24,7	20,0	15,4
Procura trabalho, melhoria condições de vida	33,6	34,6	17,9	17,9	18,0	3,6	3,8
Ficar mais perto emprego	6,3	4,3	4,8	6,9	5,6	10,9	9,0
Ter melhores condições habitação	3,4	2,8	3,6	2,1	1,1	-	1,3
Compra casa própria	2,9	1,9	2,4	2,1	1,1	3,6	1,3
Ficar mais perto família	2,1	4,7	2,4	3,4	6,7	7,3	1,3
Estudar	0,4	0,7	2,4	2,1	3,4	14,5	29,5
Descolonização	4,2	3,9	2,4	10,3	13,5	16,4	6,4
Outros motivos	11,3	7,4	13,1	9,7	10,1	9,1	17,9

No grupo das pessoas que têm um curso médio ou frequentaram o ensino superior (16,4%), a descolonização sobressai entre os motivos mais importantes da vinda para a A.M.L., facto que constitui um indicador da "sobrequalificação" relativa dos retornados.

Da observação dos quadros 67 e 68 podemos ainda concluir que nos indivíduos com níveis socioeconómicos superiores (se exceptuarmos o caso das mulheres casadas cuja

mudança de residência foi motivada pela migração anterior do marido), a maior frequência relativa das migrações provocadas pela vinda de familiares, indica que o tempo de residência na A.M.L. é um importante factor de ascensão social, pois aqueles que se fixaram antes da idade activa têm, em média, maiores qualificações e pertencem a grupos socioprofissionais de nível mais elevado.

A distribuição das frequências dos motivos da vinda para a A.M.L., por lugares de residência (quadro 69), permite também extrair algumas conclusões interessantes.

Quadro 69 - Motivos da migração para a Área Metropolitana de Lisboa (%)

	LOCAL DE RESIDÊNCIA								
motivos	Mouraria	Alvalade	Bairro Chinês	Pontinha	St^{o} Ant. Cavaleiros	Abóboda	Almada	Barreiro	Baixa Banheira
Casamento	17,2	19,0	19,1	13,8	13,2	19,7	24,9	25,5	13,7
Mig.familiares	19,2	26,7	15,7	27,0	13,2	13,1	19,5	20,4	28,0
Proc.melhor. cond. vida	33,3	15,9	45,2	38,2	22,5	19,7	18,9	17,8	32,6
Ficar mais perto emprego	6,1	5,6	0,9	0,0	7,0	8,2	5,3	7,6	6,9
Melhoria cond. habitação	1,0	2,6	3,5	2,6	0,0	0,0	4,7	5,1	2,3
Compra casa própria	0,0	0,5	2,6	0,7	3,1	6,6	3,6	3,8	2,3
Ficar mais perto familia	2,0	3,6	2,6	2,0	5,4	11,5	1,2	7,0	1,1
Estudar	3,0	8,7	0,9	1,3	5,4	3,3	5,3	3,2	0,6
Descolonização	7,1	4,1	3,5	3,9	20,9	9,8	5,9	3,2	2,3
Outros motivos	11,1	13,3	6,1	10,5	9,3	8,2	10,7	6,4	10,3

A procura de trabalho e de melhores condições de

vida é o factor mais importante observado nas localidades cujos residentes têm nível socioeconómico mais baixo e são, em média, mais velhos.

Nas áreas mais ricas, além de se observar uma maior diversidade das causas da migração, os factores com mais peso são as mudanças de residência de familiares e o casamento. Finalmente, em lugares como Santo António dos Cavaleiros/Cidade Nova, a descolonização é também um motivo citado com grande frequência, já que aí existe elevada percentagem de retornados.

2.3. A MOBILIDADE RESIDENCIAL INTRAMETROPOLITANA

2.3.1. Frequências de mudança

Portugal registou, nas últimas décadas uma das maiores taxas de migração verificadas nos países da Europa Ocidental: emigração, migrações internas, vinda dos retornados das ex-colónias e regresso de muitos emigrantes europeus. No entanto, se considerarmos apenas a mobilidade intra-urbana, que é a forma predominante dos movimentos de população nos países economicamente mais avançados, observam-se frequências de mudança de residência muito inferiores às que ocorrem noutras nações.

Em cada ano, cerca de 10% das famílias inglesas e 20% das norte-americanas mudam de casa todos os anos (SHORT, 1978, p. 419) mas, em Portugal, são muito frequentes os casos de agregados familiares que nunca mudaram de habitação.

O congelamento dos alugueres que vigorou em Lisboa e no Porto entre 1948 e 1974 pode, de algum modo, ter influenciado a fraca mobilidade residencial dos habitantes daquelas cidades, porque mesmo que no início a renda fosse cara, com a inflação rapidamente se tornava relativamente barata e, por isso, alugava-se uma casa a pensar permanecer nela durante toda a vida. Contudo, este factor não é, de forma alguma, o único que explica este comportamento porque, antes de 1974, o congelamento das rendas estava limitado a Lisboa e ao Porto e nem por isso a mobilidade residencial dos

habitantes de outras cidades ou dos aglomerados suburbanos era significativamente maior.

A relativa "imobilidade" intra-urbana da população portuguesa prende-se sobretudo com razões culturais e com a estrutura da oferta no mercado do alojamento. As pessoas, mesmo actualmente, ligam-se ainda bastante à casa e ao bairro em que vivem e, por isso, a escolha do sítio e da habitação, tem, muitas vezes carácter definitivo. Além disso, a pequena variação no número de assoalhadas das casas novas não favorece a relação entre a dimensão da família e o tamanho do fogo. A tendência para a diminuição do número de filhos, aliada a uma intensificação do uso do espaço, com edifícios mais altos e mais apartamentos por piso, conforme nota Teresa Barata Salgueiro (SALGUEIRO, 1983), faz com que a maioria dos fogos construídos a partir de meados dos anos cinquenta tenha entre 2 e 4 divisões assoalhadas e, por isso, como as casas são relativamente pequenas, o casal permanece na habitação onde sempre viveu, mesmo após o casamento dos filhos.

Assim, nas áreas estudadas verifica-se que grande parte da população viveu sempre na mesma casa ou teve apenas uma residência anterior à actual (quadro 70)(126).

As maiores percentagens de gente que nunca mudou de alojamento ocorrem nos bairros ou subúrbios mais antigos, em que predominam os imigrantes estabelecidos há mais tempo e a população nascida na A.M.L.. A única excepção corresponde ao Bairro Chinês, porque apesar de se ter desenvolvido nos anos sessenta, metade dos activos, domésticas e reformados que nele residem actualmente nunca mudaram de residência após a chegada a Lisboa.

A grande "imobilidade" destas pessoas deriva da forte representação de casais ainda relativamente jovens, imigrados já nos anos setenta, e de imigrantes de segunda geração com menos "sucesso" que, por isso, nunca conseguiram sair do bairro.

(126) Inclui também as mudanças de residência no interior das áreas estudadas.

Quadro 70 - Número de mudanças de residência na A.M.L.

Local de residência	Nº de mudanças de residência na A.M.L. (%)					
	1	2	3	4	5 e mais	Nunca mudou
Mouraria	30,8	15,2	10,6	4,0	1,0	38,4
Alvalade	37,3	17,1	6,1	1,6	1,2	36,6
Bairro Chinês	31,0	12,3	5,8	1,2	0,0	49,7
Pontinha	36,6	27,5	9,1	1,6	0,0	25,2
St^{o} Ant. Cavaleiros	51,3	19,5	5,8	4,0	0,9	18,6
Abóboda	43,2	22,9	7,6	4,2	0,0	22,0
Almada	27,6	18,5	9,1	6,1	3,4	35,4
Barreiro	27,9	22,9	12,0	2,3	1,6	33,3
Baixa da Banheira	27,5	21,9	8,5	2,4	0,8	38,9

Em Santo António dos Cavaleiros e na Abóboda, como vimos anteriormente, predominam os casais novos que aí se estabeleceram ou mudaram de habitação após o casamento e, por conseguinte, são mais frequentes os casos das pessoas que já tiveram uma residência anterior.

As situações de três ou mais mudanças, quer na cidade, quer nos subúrbios, são bastante raras.

A mobilidade residencial, por grupos socioprofissionais, não apresenta variações muito grandes (quadro 71). O número médio de moradas varia entre 1,66, para os desempregados, e 2,70, para os quadros e técnicos da indústria; os valores mais frequentes situam-se em torno da média do conjunto.

A fraca mobilidade da população à procura de emprego deriva de se tratar predominantemente de pessoas muito jovens, solteiras, sem nunca terem exercido profissão e que vivem ainda em casa dos pais.

A seguir aos desempregados, os grupos menos móveis correspondem às categorias de nível socioeconómico mais baixo (operários da construção civil e empregados não qualificados da administração, comércio e serviços)(127) e às mulheres

(127) Este valor é fortemente influenciado pela fraca mobilidade dos moradores do Bairro Chinês que, como vimos anteriormente, na maior parte dos casos pertencem ao estrato inferior

domésticas.

No extremo oposto, com mobilidade superior à média, salientam-se os quadros e técnicos da indústria, os patrões, gestores, quadros superiores e isolados do sector terciário. Os restantes grupos socioprofissionais têm comportamentos semelhantes entre si e muito próximos da tendência geral observada no universo em estudo.

A interpretação dos resultados obtidos é bastante complexa, porque a mobilidade intra-urbana depende de muitos outros factores e, por isso, é difícil saber até que ponto os valores observados para cada grupo socioprofissional resultam também de diferenças na origem geográfica, composição etária e fase no ciclo de vida dos seus elementos.

A variação das frequências de mobilidade residencial de acordo com a origem geográfica dos habitantes é ainda menor que a observada para os grupos socioprofissionais: o número médio de moradas varia entre 2,06, para os naturais das ex--colónias e do Norte e Centro Interior, e 2,42, para os imigrantes do Norte Litoral.

A maior parte dos imigrantes dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto que encontrámos nas nove áreas estudadas tem idades médias elevadas e estabeleceu-se na A.M.L. há muito tempo. Pelo contrário, os retornados e as gentes do Norte e Centro Interior(128) vieram mais tarde e são mais jovens. Deste modo, pensamos que as diferenças observadas têm pouco a ver com os territórios de proveniência e são devidas às desigualdades nas estruturas etárias e, consequentemente, ao tempo em que se fixaram na Capital.

---

desta categoria socioprofissional.

(128) O valor do Norte e Centro Interior é muito influenciado pela população residente no Bairro Chinês que, como vimos no ponto anterior, é originária daquela região.

Quadro 71 - Número de mudanças de residência na Área Metropolitana de Lisboa, por grupos socioprofissionais

Grupos socio-profissionais	Nº de mudanças de residência na A.M.L.(%)						Nº médio de resi-dências
	1	2	3	4	5	Nunca mudou	
Operários da indústria	33.0	23.4	9.6	2.4	1.4	30.1	2.3
Operários da const. civil	35.8	17.0	5.7	-	-	41.5	1.9
Isolados da indústria	37.1	20.0	14.3	2.9	-	25.7	2.3
Quad. e técnicos da indústria	22.2	25.9	22.2	7.4	-	22.2	2.7
Pat., quad. superiores terciário	50.9	9.4	11.3	5.7	3.8	18.9	2.5
Prof. liberais, chefias, professores	32.4	20.0	11.0	4.1	0.7	31.7	2.3
Emp. qual. adm. com. e serviços	38.6	18.6	10.5	1.4	0.5	30.5	2.2
Emp. não qual. da adm. comércio e serviços	35.7	21.6	5.6	2.6	-	34.5	2.1
Isolados do terciário	41.6	21.3	6.7	3.4	4.5	22.5	2.4
Desempregados	32.1	10.7	2.4	1.2	-	53.6	1.7
Domésticas	34.3	17.9	9.3	1.5	1.5	35.4	2.1
Reformados	29.9	21.4	7.8	5.1	1.8	33.9	2.3

A análise das épocas de mudança para a residência actual permite concretizar melhor a fraca mobilidade residencial intra-urbana da população portuguesa e verificar que as diferenças entre as localidades em estudo derivam fundamentalmente dos períodos de maior crescimento de cada uma delas (quadro 72).

Quadro 72 - Data de mudança para a residência actual

Local de residência	Data de mudança para a residência actual (%)						
	Desde sempre	Antes de 1960	1960-1967	1968-1974	1975-1980	1981-1985	1986-1987
Mouraria	19,6	26,8	14,4	11,9	14,4	10,8	2,1
Alvalade	21,5	32,5	13,9	7,9	14,1	6,9	3,1
Bairro Chinês	14,5	16,4	12,1	7,3	27,9	18,9	3,0
Pontinha	16,6	20,5	21,8	13,4	8,8	17,3	1,6
St^{o} Ant.Cavaleiros	5,8	0,0	4,0	43,5	21,1	20,2	5,4
Abóboda	13,4	7,1	4,5	8,9	31,3	27,7	7,1
Almada	14,9	22,0	16,9	22,3	13,2	8,1	2,7
Barreiro	8,0	12,4	10,8	30,8	24,0	9,6	4,4
Baixa da Banheira	11,6	15,8	16,6	29,9	14,9	8,7	2,5

Na Mouraria e em Alvalade predomina a população que reside na mesma casa desde antes de 1960 ou sempre lá viveu e, na Pontinha, a maioria dos actuais habitantes não mudaram de alojamento nos últimos 20 anos.

Santo António dos Cavaleiros nasceu nos finais dos anos sessenta/princípios de setenta e, por isso, 43,5% das pessoas que nela habitam actualmente instalaram-se entre 1968 e 1974.

Na Baixa da Banheira, a maioria das famílias transferiram-se para a habitação onde viviam quando realizámos este inquérito entre os finais dos anos cinquenta e inícios da década de setenta.

No Barreiro, por se ter verificado um grande crescimento demográfico nas duas últimas décadas, os indivíduos que ocupavam a mesma residência desde antes de 1968 têm menor representação relativa do que na Baixa da Banheira. Mas, apesar disso, a população que mudou de casa entre 1981 e 1987 representa apenas 14,0% do total.

Almada, como já referimos, é uma localidade muito antiga e, apesar de ter tido um processo de suburbanização muito precoce, tem continuado a crescer nas últimas décadas. Deste modo, as frequências relativas da população que se fixa na residência actual, em cada um dos períodos considerados,

são menos contrastadas do que nos casos anteriores, não só pelos habitantes que vêm de fora, mas também pela mobilidade da população autóctone, porque muitos dos que lá nasceram ou para lá vieram quando ainda eram crianças, estabelecem-se noutra residência da mesma localidade quando saem de casa dos pais.

No Bairro Chinês e na Abóboda, por terem grande representação os casais jovens, a maioria dos seus residentes instalaram-se na morada actual nos últimos 12 anos.

2.3.2. A localização da residência anterior

Para conhecer as principais orientações da mobilidade residencial intra-urbana, analisámos a localização da residência anterior dos habitantes dos nove lugares em estudo.

Dificuldades no apuramento dos resultados do inquérito impediram-nos de diferenciar, neste ponto da análise, as pessoas que nunca mudaram de residência e separar aqueles que apenas se movimentaram dentro da mesma localidade. Apesar disso, o quadro 73 dá-nos uma imagem genérica do sentido dos movimentos mais importantes.

Quadro 73 - Localização da residência anterior

Residência actual	Residência anterior à actual (%) *								
	Cidade de Lisboa	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	Norte Lit.	Norte e Centro Int.	Centro Lit.	Alentejo	Algarve	Ex-colónias
Mouraria	68.7	4.5	4.5	1.5	3.0	7.1	2.0	0.5	4.0
Alvalade	66.2	8.0	1.4	3.5	3.5	6.1	1.6	0.7	3.8
Bairro Chinês	60.2	1.8	0.6	1.2	26.3	2.3	0.6	0.0	4.7
Pontinha	38.5	45.0	1.0	0.6	5.5	3.9	1.9	0.6	2.6
St^{o} Ant.Cavaleiros	53.5	27.4	0.9	0.4	3.1	3.1	3.5	0.9	5.3
Abóboda	7.6	76.3	2.5	0.8	1.7	3.4	2.5	0.0	1.7
Almada	21.5	4.0	57.6	0.3	2.4	4.7	4.0	1.7	2.4
Barreiro	14.7	2.7	61.6	0.8	0.8	2.7	6.2	5.0	1.9
Baixa da Banheira	6.9	1.2	68.8	0.8	0.4	2.0	10.9	6.1	0.4

* Inclui a população que nunca mudou de residência

Nos três bairros da cidade de Lisboa, mais de 60% dos moradores nunca mudaram de casa ou viviam numa habitação localizada dentro dos limites administrativos da Capital.

Na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros, grande parte da população veio da cidade de Lisboa (38,5% e 53,5% respectivamente) ou nunca mudou de residência. A atracção directa de gente de outras regiões é muito fraca. Frequências superiores a 5% verificam-se apenas para os imigrantes do Norte e Centro Interior, no primeiro caso, e para os retornados das ex-colónias, no segundo.

Nas três localidades da Margem Sul, mais de metade dos habitantes nunca mudaram de casa ou tiveram a residência anterior na Outra Banda. No entanto, a população proveniente de Lisboa tem também forte representação, sobretudo em Almada e mesmo no Barreiro.

Além disso, os subúrbios da Margem Sul, contrariamente aos da Margem Norte, atraem directamente muita gente do Alentejo e do Algarve e, no caso de Almada, por estar muito perto de Lisboa, há também muitas pessoas originárias do Norte e do Centro.

Na Abóboda, a maioria das mudanças de residência da sua população circunscreveu-se à localidade e ao concelho. Os habitantes que residiam em Lisboa representam apenas 7,6% do total.

O Bairro Chinês é um caso muito particular, porque a maioria dos seus habitantes já nasceram no bairro ou vieram directamente da serra de Montemuro.

A fraca percentagem de população vinda directamente de outras regiões, comparada com o elevado número de habitantes nascidos fora da A.M.L., permite concluir que os imigrantes se estabelecem em primeiro lugar na cidade e só mais tarde se transferem para os subúrbios.

Deste modo, a maioria das mudanças de residência intrametropolitanas têm origem na cidade de Lisboa e destino nos subúrbios, ou ocorrem na mesma localidade ou em áreas próximas da morada anterior.

Os movimentos centrípetos são muito menos importantes, mas, apesar disso, em Alvalade e na Mouraria, por

serem áreas relativamente antigas, têm expressão considerável os habitantes provenientes dos arredores, sobretudo da Margem Norte.

2.3.3. As causas da mobilidade residencial

Vimos em 2.3.1. que grande parte dos residentes na A.M.L. viveram sempre na mesma casa ou tiveram apenas uma residência anterior. Não admira, por isso, que o casamento seja o motivo de mudança mais frequente.

No entanto, como vemos na figura 79, as causas da mobilidade residencial variam bastante com o número de mudanças anteriores e, por conseguinte, com a idade dos indivíduos e respectivos ciclos de vida.

Assim, enquanto na passagem da primeira para a segunda casa o matrimónio é indicado como causa por 41,2% dos inquiridos, da segunda para a terceira representa ainda 33,2% das ocorrências, mas da quinta para a sexta explica apenas 7,5% das mudanças (tanto como a maior proximidade do emprego).

A migração de familiares e a procura de trabalho e de melhores condições de vida noutro local colocam-se, respectivamente, na segunda e terceira posições da hierarquia dos motivos de mudança da primeira para a segunda habitação, facto que resulta do elevado número de imigrantes residentes na A.M.L..

Para a população que teve duas moradas anteriores à actual, o casamento continua a ser ainda o principal factor de mudança mas, nos restantes casos, a melhoria das condições de habitação conquista o primeiro lugar. A partir da terceira residência, a compra de casa própria vai tendo cada vez maior importância relativa(129).

Nos casos de maior mobilidade vão-se tornando também mais expressivos factores muito variados, que designámos por "outros motivos".

A comparação das causas da última mudança de residência dos habitantes das áreas estudadas, apesar de indicar que o casamento, a procura de melhores condições de

(129) A compra de casa própria aparece, quase sempre, associada a outros factores: nuns casos liga-se ao casamento e noutros à procura de uma habitação mais espaçosa e de melhor qualidade.

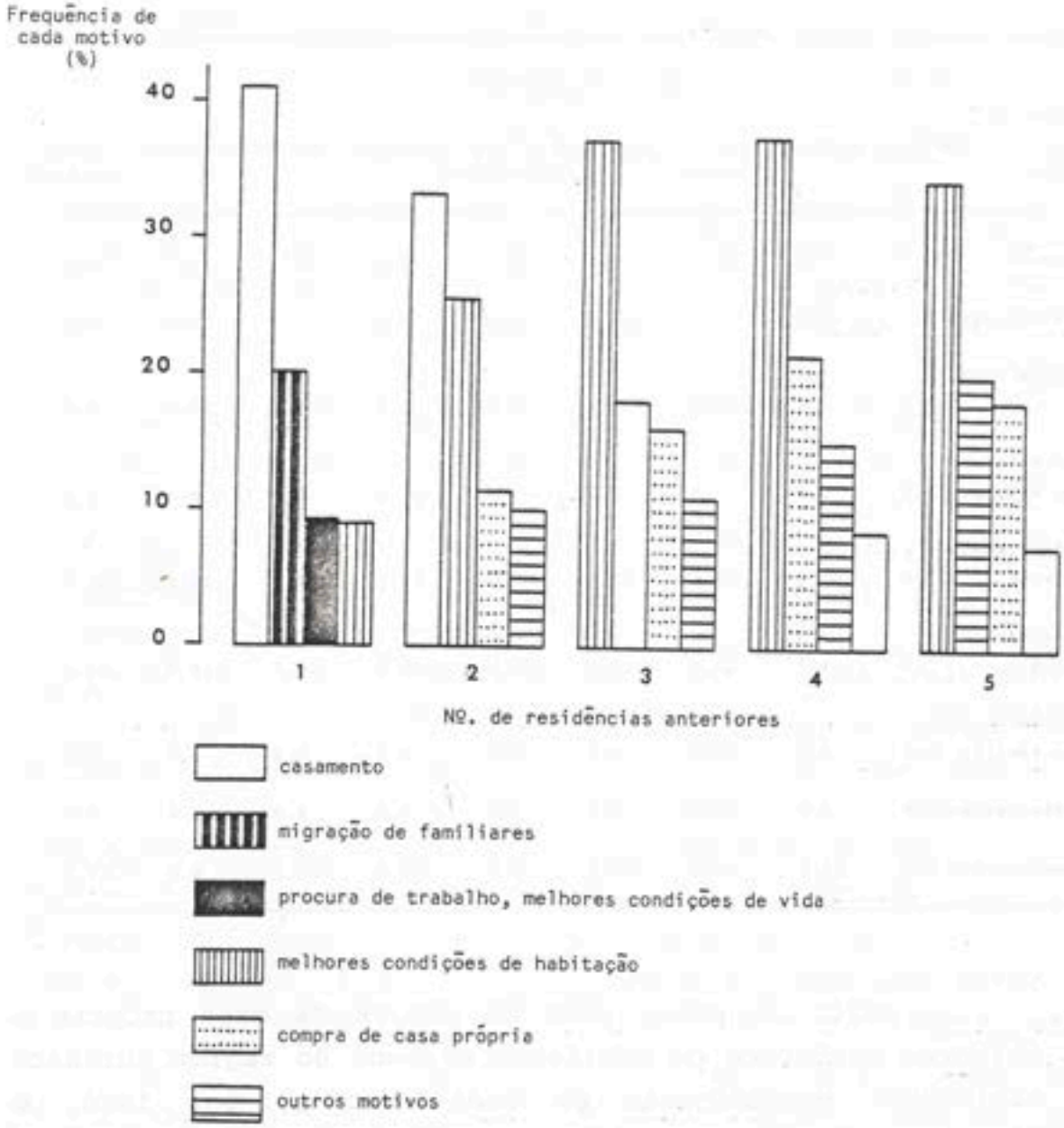


Fig. 79 - Motivos de mudança para a residência actual segundo o número de residências anteriores

habitação e/ou a compra de casa própria são os factores mais importantes, dá-nos conta de algumas diferenças significativas (quadro 74).

Quadro 74 - Motivos de mudança para a residência actual (%)

Motivos	LOCAL DE RESIDÊNCIA								
	Mouraria	Alvalade	Bairro Chinês	Pontinha	St^{o} Ant. Cavaleiros	Abóboda	Almada	Barreiro	Baixa Banheira
Casamento	35.3	29.4	44.5	23.1	27.1	32.2	22.4	32.7	18.1
Mig.familiares	9.8	10.5	8.6	14.5	10.4	2.2	7.5	8.4	12.0
Melhoria cond. vida	3.0	3.4	16.4	2.1	1.0	2.2	3.1	2.7	5.0
Ficar mais perto emprego	1.5	3.0	1.6	1.3	0.0	7.8	8.3	5.3	3.0
Melhores cond. habitação	27.8	30.7	8.6	32.5	20.8	12.2	29.8	26.1	32.7
Compra casa própria	7.5	4.7	0.8	13.2	25.0	25.6	16.7	13.7	13.1
Ficar mais perto família	1.5	3.7	3.9	1.3	3.1	2.2	0.4	2.7	1.0
Descolonização	3.8	2.0	1.6	0.4	4.7	0.0	1.8	0.4	0.5
Outros motivos	9.8	12.5	14.1	11.5	7.8	15.6	10.1	8.0	14.6

O maior ou menor peso da compra de casa própria e das melhores condições de habitação depende do regime jurídico do alojamento predominante em cada caso e, por isso, o primeiro factor aparece sobretudo citado nos subúrbios mais recentes, surgindo pouco representado em Alvalade e na Mouraria.

Nos lugares que atraem directamente população vinda de fora da A.M.L., tem ainda algum significado a procura de trabalho e de melhores condições de vida; nas áreas onde existem maiores percentagens de casais com filhos, activos mas

ainda muito jovens, a mudança de habitação provocada por familiares é também frequentemente referida.

3. MOBILIDADE NO EMPREGO E NA PROFISSÃO

3.1. INTRODUÇÃO

A mobilidade geográfica da mão-de-obra encontra-se muitas vezes associada a uma mudança de profissão ou de emprego. Assim, como vimos no capítulo anterior, um dos motivos mais importantes da migração para a A.M.L. da população em idade activa era a procura de trabalho e de melhores condições de vida.

No entanto, mesmo quando não há migração ocorrem mudanças de emprego, actividade, situação na profissão ou simplesmente de local de trabalho.

A mudança de emprego pode ser acompanhada de transição para outra actividade ou representar apenas uma mudança de entidade empregadora (ou passagem a outra situação na profissão). Por sua vez, a mobilidade profissional pode também ocorrer no interior ou fora da empresa. Isto é, uma nova profissão ou categoria não implica necessariamente uma transferência de emprego. Além disso, nos casos de mudança de localização das empresas ou estabelecimentos, pode também haver mudanças de local de trabalho mantendo-se a profissão e a entidade empregadora.

Para medir a mobilidade do emprego utilizam-se

habitualmente dois indicadores: antiguidade e rotação de mão-de-obra. Contudo, dado que a primeira destas variáveis é sempre referida a um dado momento, torna-se necessário considerar também a probabilidade da frequência de mudanças. A rotação da força de trabalho ao nível da empresa mede-se a partir da percentagem de entradas e saídas de trabalhadores num dado período de tempo em relação ao total de efectivos.

A variedade de formas de mobilidade da mão-de-obra e o grande número de factores de que depende, tornam o seu estudo extremamente difícil por falta de informação estatística disponível. Os dados existentes variam de país para país, dificultando, por isso, as comparações internacionais e, para muitos, entre os quais Portugal, são inexistentes.

Num estudo da O.C.D.E. (O.C.D.E., 1986), apesar de algumas diferenças no universo de análise, métodos de cálculo e anos de referência da informação, concluiu-se que a frequência de empregos ocupados há menos de dois anos é maior nos Estados Unidos da América, Canadá e Austrália do que na Europa Ocidental e no Japão.

No entanto, isto não significa necessariamente que a rotação da mão-de-obra seja superior no primeiro conjunto de países do que no segundo. Diferenças no peso relativo dos empregos de curta duração podem resultar apenas de desigualdades nas taxas de crescimento do emprego nacional e da composição etária da população activa.

Além disso, segundo outro trabalho (O.C.D.E., 1984), a percentagem de empregos de período reduzido está ainda associada com a dimensão dos estabelecimentos, ramos de actividade, qualificação da mão-de-obra e percentagem de mulheres.

No que se refere aos empregos de longa duração verifica-se que, pelo menos um trabalhador em cada cinco, permanece no mesmo posto de trabalho 10 ou mais anos. No entanto, também neste caso existem grandes diferenças entre os países: nos E.U.A., Canadá e Austrália, a permanência no mesmo emprego durante uma grande parte ou mesmo toda a vida é muito inferior à que se verifica na Europa e sobretudo no Japão, que é a nação mais estável quanto ao emprego (O.C.D.E., 1986).

A situação económica do País, do ramo de actividade e das empresas pode também reflectir-se no tempo médio de permanência ao serviço na mesma entidade empregadora. Em períodos de expansão é natural que aumente a rotação da mão-de-obra e a representação relativa dos empregos de curta duração. Pelo contrário, em situação de crise diminui o recrutamento de força de trabalho e, em caso de despedimento, tendem a ser mais afectados os trabalhadores com menos tempo de serviço e, por conseguinte, aumenta a percentagem de empregados mais antigos.

A mobilidade profissional, interna ou externa à empresa, é, em grande medida, uma consequência directa das transformações estruturais da economia e das inovações tecnológicas: a expansão ou declínio de determinadas actividades económicas gera naturalmente mudanças na composição sectorial e profissional da população activa e, por conseguinte, é um importante factor de mobilidade profissional. Todavia, quando não se trata de mobilidade forçada pelo desemprego, a mudança de profissão ou situação na profissão é também um veículo de ascensão social.

A raridade ou inexistência de dados sobre as mudanças de profissão e as diferenças de critérios de recolha utilizados em cada país, tornam o seu estudo bastante complicado. No entanto, no trabalho atrás referido (O.C.D.E., 1986), a partir da comparação dos E.U.A. e de vários países europeus concluiu-se que, tal como a mobilidade do emprego, as mudanças de profissão são bastante mais frequentes no primeiro país do que nos segundos. Verificou-se também que a mobilidade profissional da população feminina, tradicionalmente menor que a masculina, com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e a diminuição das diferenças de oportunidades profissionais entre homens e mulheres, tende a aumentar e a aproximar-se da dos indivíduos do sexo masculino. Além disso, constatou-se ainda que a mobilidade profissional voluntária(130) varia negativamente com a idade e com o nível das remunerações.

As inovações tecnológicas e as transformações

(130) Voluntária, por oposição à mobilidade forçada por despedimentos ou fim dos contratos de trabalho.

estruturais da economia exigem uma permanente adaptação da mão-de-obra às novas necessidades. Deste modo, compete aos governos dos Estados tomar medidas que facilitem a mobilidade profissional dos trabalhadores, promovendo e apoiando acções de formação internas ou externas às empresas, por forma a responder às exigências de maior flexibilidade do mercado de trabalho, sem que isto aumente a precarização do emprego e a desvalorização da mão-de-obra.

3.2. ESTABILIDADE E MUDANÇA

Em Portugal não existe nenhuma informação sistemática sobre a mobilidade da força de trabalho. Procurando obter alguns dados a esse respeito, no inquérito que efectuámos a uma amostra das famílias residentes nos nove bairros e subúrbios de Lisboa que temos vindo a estudar, perguntámos aos membros do agregado doméstico que não fossem estudantes, todas as mudanças e motivos de mudança de emprego, profissão ou situação na profissão, ao longo da sua vida.

Como já referimos, nem sempre foi possível definir as trajectórias completas das pessoas nas condições acima indicadas. Além disso, dificuldades no apuramento dos questionários impediram-nos de analisar algumas relações importantes como sejam: frequências e motivos de mudança em períodos de tempo diferentes, por sexos, grupos etários, profissões, graus de instrução e regiões de origem.

Apesar destas limitações, dado que não existe nenhuma informação disponível sobre esta matéria, cremos que os resultados obtidos permitem extrair algumas conclusões interessantes.

No universo estudado observámos que a frequência de empregos de curta duração, quer para os homens, quer para as mulheres é relativamente baixa. As pessoas que mudaram de emprego ou condição socioprofissional em 1986 e na primeira metade de 1987 representam apenas 11,6% do total(131) (quadro

(131) Este valor foi calculado em relação ao total de população que mudou de emprego e, por conseguinte, não inclui aqueles que começaram a trabalhar em 1986 e 1987 e não mudaram de profissão ou estabelecimento.

75). Em contrapartida, os activos que mantiveram sempre a mesma profissão e entidade empregadora equivalem a 32,5% da população activa com profissão e, mesmo entre aqueles que mudaram, cerca de 20% permanecem, há mais de vinte anos, no estabelecimento em que trabalham actualmente (quadro 75).

Quadro 75 - Mobilidade socioprofissional e de emprego, por sexos e épocas de mudança

Ano de mudança para o emprego ou condição socioprofissional actual*	HM (%)	H (%)	M (%)
Antes de 1960	9.12	9.51	8.60
1960-1967	10.05	10.73	9.14
1968-1974	18.59	17.61	19.89
1975-1980	24.48	24.90	23.92
1981-1985	26.21	26.52	25.81
1986-1987	11.55	10.73	12.63
Duração média, em anos, do emprego ou situação socioprofissional	11.75	11.92	11.53

* Não inclui a população que nunca mudou de emprego ou situação socioprofissional.

No quadro 75 podemos ainda observar que, à semelhança de outros países da Europa, América do Norte e Japão (O.C.D.E., 1986), também na nossa área de estudo embora as diferenças não sejam grandes, verifica-se ainda que, as mulheres têm menor estabilidade profissional do que os homens. Assim a sua frequência em empregos de longa duração (mais de 20 anos) é inferior à dos homens e, por isso, em média, a permanência da população feminina no mesmo posto de trabalho é também ligeiramente menor que a dos indivíduos do sexo masculino.

Estas desigualdades resultam da maior participação da mulher nas tarefas domésticas e nos cuidados dos filhos. Deste modo, a população feminina tende a reformar-se mais cedo e, muitas vezes, interrompe a actividade profissional ou muda-

-se para um emprego mais flexível, em *part time* ou ao domicílio, que lhe permita articular melhor o exercício da profissão com o trabalho da casa.

A análise da estabilidade no emprego, por grupos socioprofissionais, permitiu concluir que os patrões, gestores e quadros superiores e os isolados da indústria, seguidos dos operários, em regra, estão há mais tempo no lugar que ocupam actualmente do que os activos do comércio e serviços, pessoal técnico, administrativo e auxiliar da indústria e da construção civil.

Saliente-se, no entanto, que os patrões, gestores, quadros superiores e os isolados do terciário, embora exerçam a função actual há menos tempo que as categorias equivalentes no sector secundário, têm maior estabilidade no emprego que os activos das profissões liberais, professores, chefias, empregados qualificados e não qualificados da administração, comércio e serviços.

Contudo, maior antiguidade no emprego não significa necessariamente menor mobilidade. Isto é, uma longa permanência na última profissão ou local de trabalho não implica que, no passado, não tenha havido frequentes mudanças de entidade empregadora, actividade ou situação na profissão que permitiram ascender ao presente estatuto socioprofissional.

Assim, a análise do número médio de empregos ou categorias socioprofissionais até à actualidade e a distribuição das frequências de mudança respectivas, permite concluir que os grupos com maior mobilidade são aqueles em que há mais probabilidades de progressão até atingir o topo da carreira: patrões, gestores e quadros superiores do terciário, quadros e técnicos do secundário, profissões liberais, técnicos superiores, chefias e professores (quadro 76).

Os isolados do comércio e serviços, em média, têm também um percurso com um número de empregos ou situações profissionais superiores à média: são raros os casos em que não se teve um posto de trabalho anterior porque muitos dos actuais trabalhadores por conta própria do terciário começaram por ser assalariados do sector.

Quadro 76 - Empregos ou condições socioprofissionais anteriores aos actuais

Grupo socioprofissional actual	1	2	3	4	5	6	7	Nunca mudou	Nº médio empregos até à actual.
1-Pat.. gest..quad. sup. do secundário	42.9	21.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	35.7	1.9
2-Operários indústria	25.1	21.0	11.8	5.6	1.0	1.0	0.0	34.4	2.4
3-Operários const. civil	22.7	11.4	22.7	4.5	2.3	0.0	0.0	36.4	2.4
4-Isolados indústria	29.0	16.1	3.2	6.5	0.0	6.6	0.0	38.7	2.4
5-Quad. e técnicos do secundário	33.3	23.8	0.0	9.5	4.8	4.8	0.0	23.8	2.7
6-Pat..gest..quad. sup. do terciário	32.7	14.3	4.1	8.2	12.2	2.0	0.0	26.5	2.8
7-Quad. médios do terciário	29.9	11.8	12.6	6.3	3.1	3.1	1.6	31.5	2.6
8-Emp. qual. admin.. com. e serviços	26.8	19.5	13.2	4.2	3.2	1.1	0.0	32.1	2.4
9-Emp. não qual. admin.. com. e serviços	29.8	18.4	10.0	4.2	0.9	1.4	0.0	35.2	2.3
10-Isolados terciário	39.0	23.4	10.4	7.8	2.6	0.0	0.0	16.9	2.6
11-Não remun. secundário e terciário	33.3	26.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	40.0	1.9
TOTAL	29.1	18.2	10.7	5.0	2.1	1.5	0.2	32.5	2.4

Os patrões, gestores e quadros superiores da indústria, contrariamente aos do terciário, juntamente com os activos não remunerados do secundário e do comércio e serviços constituem os grupos socioprofissionais com menor mobilidade: são raros os casos de três ou mais postos de trabalho anteriores ao actual e têm elevada frequência as situações em que não houve nenhuma mudança (quadro 76).

O reduzido número de efectivos que se incluem no primeiro daqueles grupos sociais e o grande peso dos patrões, em comparação com o que se verifica no sector terciário, reduz as possibilidades de acesso a esta categoria, dado que a transmissão da propriedade se faz de pais para filhos e, por isso, há maior estabilidade e menor mobilidade profissional - no terciário há mais possibilidades de ascensão social porque têm maior representação os gestores e sobretudo os quadros superiores.

A questão dos trabalhadores não remunerados é diferente e deriva fundamentalmente da especificidade da sua composição demográfica: mulheres e filhos dos trabalhadores por conta própria. No entanto, enquanto os primeiros tendem a permanecer nessa situação durante toda a vida, para os segundos trata-se, quase sempre, de uma situação transitória na fase da juventude; mais tarde, passam a pequenos patrões, isolados ou a assalariados.

Os operários e os empregados da administração, comércio e serviços aproximam-se do comportamento médio do conjunto.

3.3. MOTIVOS

36,5% dos inquiridos indicaram como motivo de mudança para o emprego ou condição socioprofissional actual, ganhar mais. No entanto,dada a elevada percentagem de mulheres activas que passam a domésticas, as razões de carácter económico são muito mais importantes para a população masculina do que para a população feminina (quadro 77).

A seguir ao nível das remunerações, os factores mais importantes, se excluirmos o grupo que designámos por "outros motivos", onde se incluem razões muito variadas, de difícil sistematização e fraca ocorrência individual, são os despedimentos, o casamento e a procura de melhores condições de trabalho, sem que isso implique necessariamente um aumento de salário (quadro 77). Contudo, observam-se grandes diferenças nas frequências relativas de cada um destes motivos para os homens e mulheres.

Quadro 77 - Motivos de mudança para a situação profissional actual

Motivos	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (%)
Ganhar mais	23.53	48.57	36.52
Melhores condições de trabalho	7.84	9.61	8.76
Fim do contrato de trabalho	3.64	5.45	4.58
Casamento	15.69	2.60	8.89
Tomar conta dos filhos	10.08	1.56	5.66
Despedimento	11.20	7.01	9.03
Outros motivos	28.01	25.19	26.54

Para a população feminina, o casamento e os cuidados dos filhos são responsáveis, pela ordem indicada, por 15,7 e 10,1% das mudanças de emprego ou de situação profissional. Pelo contrário, para os indivíduos do sexo oposto, estes factores têm um peso muito reduzido.

A elevada importância do casamento e do tratamento dos filhos como factores de mudança socioprofissional das mulheres, torna bem patentes as dificuldades de acesso da população feminina a determinadas carreiras profissionais, pelas limitações que lhes impõe a vida familiar, obrigando-as, não raramente, a mudar de emprego ou a renunciar ao exercício da profissão.

No entanto, deve salientar-se que, em muitos casos, a mudança de actividade ou a passagem à situação de doméstica após o casamento, sobretudo para as mulheres originárias de outras regiões, resulta da migração para Lisboa, pois se permanecessem na terra de origem, muito provavelmente manteriam o emprego ou situação profissional anterior.

A menor estabilidade no trabalho da mão-de-obra

feminina é ainda indicada pela desigual incidência dos despedimentos como causa de mobilidade no emprego: as mulheres, por terem, regra geral, menor antiguidade do que os homens, serem mais absentistas e disporem de menos tempo para se dedicarem à vida profissional, em situações de crise, são mais afectadas do que os homens. Isto ocorre não só por serem mais atingidas pelo desemprego forçado, mas também por terem maiores dificuldades em arranjar uma nova colocação.

Deve, no entanto, salientar-se que, apesar das descriminações ainda existentes, tem-se incentivado a maior participação da mulher no mercado de trabalho e, por isso, no futuro, estas desigualdades tendem a atenuar-se.

O aumento do custo de vida e a expansão do consumo inerente ao padrão de desenvolvimento nacional obrigam a que a actividade profissional das mulheres se torne cada vez mais indispensável para a satisfação das necessidades familiares.

Além disso, a elevação dos níveis médios de escolaridade e de qualificação profissional das mulheres tende também a diminuir a vulnerabilidade da sua situação profissional em relação aos activos masculinos e dá-lhes novas possibilidades de acesso a profissões e cargos que antes lhe estavam vedados.

Tal como a importância relativa dos diferentes motivos de mudança de residência variam com o número de habitações anteriores, também as razões da mobilidade do emprego ou profissão vão evoluindo.

A primeira mudança de emprego, nalguns casos, coincide com a migração para a A.M.L. e, por isso, contrariamente ao que se verificava com a última mudança de ocupação ou de local de trabalho, a passagem do primeiro para o segundo emprego associa-se à mobilidade geográfica - procura de melhores condições de vida noutro local (quadro 78).

A qualificação adquirida através de cursos de formação profissional é também um factor de mudança do primeiro para o segundo emprego ou categoria profissional, para 3,1% dos inquiridos. Contudo, o nível das remunerações é, de longe, o motivo mais importante, explicando 42,7% das mudanças.

Quadro 78 - Motivos de mudança do primeiro para o segundo emprego ou condição profissional

Motivos	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (%)
Procura de trabalho e melhores condições de vida noutro local	5.91	3.35	4.57
Ganhar mais	32.79	51.77	42.70
Melhores condições de trabalho	6.31	8.75	7.59
Curso form. profissional	1.63	4.47	3.11
Fim contrato de trabalho	2.04	2.79	2.43
Casamento	15.68	1.86	8.46
Cuidar dos filhos	4.48	0.74	2.53
Despedimento	8.35	5.77	7.00
Outros motivos	22.81	20.48	21.60

Na comparação entre os quadros 77 e 78 pode ainda verificar-se que os filhos, tal como os despedimentos e o conjunto de "outros motivos" são uma causa de mobilidade muito menos frequente na primeira do que na última mudança.

As diferenças que se observam entre os homens e as mulheres são semelhantes em ambos os casos considerados.

Em síntese, podemos concluir que as razões de carácter económico, apesar de serem as principais, perdem importância relativa com a idade; reforça-se a importância das condições de trabalho, dos despedimentos, dos cuidados dos filhos, e, de modo geral, os motivos tornam-se mais diversificados, pois aumenta substancialmente a representação do grupo que designámos por "outros motivos".

Esta evolução resulta de factores estruturais e da fase no ciclo de vida. No primeiro caso incluem-se os efeitos da crise económica dos anos setenta: acréscimo do volume de

despedimentos e das formas de trabalho precário. Por sua vez, o estado no ciclo de vida associa-se com a estabilidade profissional após a chegada ao topo da carreira: as possibilidades de promoção e, por conseguinte, o aumento das remunerações, por essa via, são cada vez menores. Deste modo, as condições de trabalho e factores diversificados de natureza pessoal, tornam-se cada vez mais importantes.

Além disso, no que se refere às mulheres, por muitas delas não serem naturais da A.M.L., compreende-se que as razões de carácter económico e o casamento sejam os factores mais importantes da mudança para a segunda profissão. Mais tarde, após o nascimento dos filhos, torna-se cada vez mais difícil conciliar as tarefas domésticas com o exercício de determinadas actividades profissionais. Por isso, são mais frequentes os casos de mobilidade de emprego ou mesmo a passagem à situação de doméstica, pelo menos temporariamente.

Além das diferenças nas causas de mobilidade profissional observadas entre a população feminina e masculina, verificam-se ainda algumas diferenciações entre as várias categorias socioprofissionais. Os motivos económicos são muito mais importantes para os operários, empregados não qualificados da administração, comércio e serviços, isolados e patrões do que para os quadros e técnicos dos sectores secundário e terciário. Pelo contrário, para estes últimos grupos, as condições de trabalho e o conjunto que designámos por "outros motivos" constituem muito frequentemente os principais factores de mudança de emprego.

Para as mulheres domésticas que já exerceram uma actividade profissional, o abandono do trabalho fora do lar foi devido, na maioria dos casos, a razões de carácter familiar: casamento, cuidados dos filhos e outros motivos, quase sempre ligados com a família.

3.4. TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS

As transformações na estrutura económica conduzem a mudanças na composição profissional da população activa e, por isso, são importantes factores de mobilidade profissional.

As migrações internas das áreas rurais para as áreas

urbanas e a emigração, como vimos nos capítulos anteriores, são importantes agentes de transformação da estrutura sectorial do emprego ao nível nacional e regional, porque a mobilidade geográfica é muitas vezes determinada por factores ligados ao trabalho e, por isso, encontra-se quase sempre associada a uma mudança de actividade ou de profissão.

A partir dos resultados do inquérito que efectuámos na A.M.L. foi possível identificar algumas das trajectórias profissionais mais importantes dos grupos com maior representação relativa, na passagem da primeira e da anterior profissão para a actual.

Em linhas gerais, a transição faz-se sucessivamente da agricultura para a indústria e construção civil e destas para o sector terciário. No entanto, dada a elevada percentagem do emprego nas profissões subalternas da administração, comércio e serviços, e o baixo nível de qualificação exigido para o desempenho de grande parte destas funções, existem muitos fluxos directos do sector agrícola para o terciário.

Os activos que iniciaram a sua actividade profissional na agricultura (assalariados, campesinato e não remunerados), são, na maioria dos casos, empregados não qualificados do comércio e serviços.

O proletariado da construção civil que mudou de actividade trabalha actualmente na indústria ou, como alguns dos antigos operários do sector industrial, desempenham cargos subalternos no terciário (capatazes, porteiros, contínuos, vigilantes, etc.).

Entre os trabalhadores dos serviços, embora existam alguns casos raros de passagem à situação de operário, sobretudo para os estratos menos qualificados e pior remunerados, as situações mais frequentes correspondem à mobilidade dentro do próprio sector:

1) Transição de assalariado para trabalhador por conta própria ou pequeno patrão, fundamentalmente nos ramos do comércio, restaurantes e similares e dos serviços pessoais - cabeleireiros, modistas, motoristas de táxi, serviços de reparação diversos, etc.. No entanto, deve salientar-se que há

também percursos no sentido inverso.

2) Passagem do sector privado para o sector público porque a um emprego "no Estado" associa-se maior segurança, estabilidade e mais possibilidades de ascensão social através de promoções dentro da carreira.

3) Mudanças de categoria ou de situação profissional dentro do mesmo ramo e até na mesma empresa ou estabelecimento, através de promoções conseguidas à custa de antiguidade, formação profissional ou aumento do nível de instrução. Como exemplos podemos referir a transição de trabalhador subalterno a empregado qualificado ou com funções de chefia e ainda de técnico a quadro superior.

4) No caso das mulheres, pelas razões que já apontámos anteriormente, muitas, vindas de todos os tipos de actividades, passam à situação de domésticas.

A estrutura dos fluxos que acabámos de apresentar aponta para a existência de uma forte relação entre os níveis de qualificação escolar e profissional e as probabilidades de ascensão social, pelo que abordaremos esta questão no capítulo seguinte.

4. AS GERAÇÕES E O TERRITÓRIO

4.1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

As estruturas profissionais e sociais vão-se transformando no tempo e no espaço. Como vimos em capítulos anteriores, os activos agrícolas têm vindo a diminuir; na indústria, as "profissões terciárias" (ligadas à administração, investigação, informação, controlo de qualidade, publicidade e pesquisa de mercados) são cada vez mais importantes e, dentro dos ramos de actividade tradicionalmente englobadas no sector terciário, operam-se também grandes adaptações que se traduzem por importantes inovações tecnológico-organizativas e diferentes taxas de crescimento dos ramos que o constituem(132).

As modificações na composição socioprofissional da população têm sido acompanhadas por um aumento progressivo dos níveis de escolaridade dado que para responder às necessidades de maior qualificação da força de trabalho, ao problema do desemprego dos jovens e à exploração do trabalho infantil torna-se necessário aumentar os tempos mínimos de escolaridade e alargar os caminhos de acesso aos graus de ensino médio e superior.

---

(132) Sobre as transformações da estrutura do emprego e o crescimento dos serviços, veja-se: BAILLY e MAILLAT, 1986; BANNON e WARD, 1985; GERSHUNY e MILES, 1983; DANIELS, 1985.

Esta evolução traduz-se, ao nível individual, pela *mobilidade socioprofissional* e social entre gerações. No entanto, estudos feitos por diversos autores, em vários países(133), concluem que a posição social de um indivíduo está não só fortemente dependente da sua *origem familiar*, como, em certa medida, da sua *origem geográfica*.

SOROKIN, já em 1927, no seu livro *Social and Cultural Mobility*, define canais que facilitam a passagem dos indivíduos de uns grupos para outros (exército, em épocas de guerra, igreja, escola, associações profissionais e políticas e a família) e mecanismos de *selecção* que regulam estes movimentos, sendo os mais importantes, a *família* e a *escola*. A primeira, na terminologia de BOURDIEU (BOURDIEU, 1979) actua através da transmissão de um *capital económico, cultural* e *social*, que tem um papel decisivo na posição social de cada indivíduo. A segunda é também um importante mecanismo de selecção, não só através da filtragem dos exames, mas também porque o *êxito escolar* está intimamente relacionado com o grau de instrução dos pais e, de forma mais ampla, com o nível cultural e o estatuto social da família. A estes "percursos" correspondem, geralmente, itinerários no teritório.

Assim, tendencialmente, quanto maior for o grau de instrução dos pais de um indivíduo, mais probabilidades ele terá de possuir habilitações escolares equivalentes ou superiores às deles. Além disso, deve salientar-se que a transmissão do "capital cultural" não se limita apenas aos conhecimentos adquiridos na escola, é uma influência muito mais ampla que se reflecte também no saber vulgarmente designado por cultura geral e até mesmo no despertar do interesse por determinadas profissões com grande tradição na família (actores de teatro e cinema, artistas de circo, bailarinos, escritores, músicos, médicos, advogados, etc.) (GOLLAC e LAULHÉ, 1987).

O grau de instrução e, de forma mais genérica, o nível cultural de um indivíduo é uma componente muito importante para definir a sua posição social, pois, o

(133) A primeira grande obra sobre a mobilidade social é a de SOROKIN, 1927. Recentemente, salientam-se os trabalhos de: BERTAUX, 1977; BOUDON, 1979; BOURDIEU, 1979; BOURDIEU e PASSERON, 1985; GIROD, 1977; GOLTHORPE et al., 1986; e THÉLOT, 1985.

desenvolvimento das sociedades economicamente mais avançadas conduziu a uma dependência cada vez maior da actividade profissional e do estatuto social em relação às habilitações escolares. Assim sendo, à primeira vista, parecia lógico esperar um enfraquecimento notável da relação entre o estatuto adquirido e a origem social. No entanto, deve notar-se, que nem todas as pessoas com graus académicos e qualificações profissionais semelhantes têm as mesmas oportunidades de acesso a determinadas profissões ou cargos. Isto é, apesar de o grau de instrução ser indiscutivelmente um importante veículo de *ascensão social*, estudos empíricos efectuados em diferentes países, nomeadamente em França, demonstraram que a teia de relações de amizade e de contactos de um indivíduo, no dizer de BOURDIEU, "podem ajudá-lo a valorizar o seu capital económico ou cultural, mobilizando os recursos de um grupo" (BOURDIEU, 1980, citado por GOLLAC e LAULHÉ, 1987, p. 96). Além disso, a proveniência de uma família com um estatuto social elevado, nos casos em que o nível de instrução é baixo, exerce uma função protectora em relação à mobilidade social descendente.

No processo de *hereditariedade* e *mobilidade social* importa ainda salientar a possibilidade de conversão das diferentes componentes do estatuto social na passagem de uma geração para outra. Ou seja, níveis elevados de escolaridade e, por conseguinte, do capital cultural permitem aceder a cargos ou actividades melhor remunerados, aumentar os rendimentos e, por essa via, transformar o capital escolar em capital económico - propriedade de meios de produção. Do mesmo modo, embora menos frequentemente, a existência de rendimentos familiares elevados facilita o aumento do grau de instrução e a ascensão social dos filhos.

A *origem geográfica*, embora intimamente associada com a origem social pode também exercer alguma influência sobre a carreira profissional e, por conseguinte, no estatuto social dos indivíduos. Desigualdades na oferta escolar e diferenças na estrutura do emprego e composição social dos habitantes de cada território, têm reflexos importantes nas oportunidades de acesso a qualificações médias e superiores e até mesmo na definição dos projectos e ambições dos jovens em

termos escolares e profissionais.

4.2. A MEDIDA DA MOBILIDADE SOCIAL: O USO DE TABELAS

Para medir a mobilidade social precisamos de indicadores do estatuto social que permitam comparar a posição social de um indivíduo com a dos seus ascendentes.

Na impossibilidade de quantificar todas as componentes que definem o estatuto social, consideram-se os grupos socioprofissionais e os graus de instrução. Todavia, é necessário tomar em conta que a situação profissional e social dos indivíduos vai evoluindo ao longo da sua vida activa e, por isso, as comparações de grupos socioprofissionais de gerações diferentes, para terem sentido, devem referir-se a momentos equivalentes da carreira dos pais e dos filhos.

Entre os inconvenientes das *tabelas de mobilidade social* salienta-se um que deriva de se considerar apenas o grupo socioprofissional do pai, pois, diferentes combinações de grupos socioprofissionais das linhas materna e paterna, traduzem origens sociais também diferenciadas.

Além disso, na comparação destas tabelas levantam-se ainda problemas resultantes não só de os agrupamentos profissionais considerados terem um forte grau de heterogeneidade interna (donde resulta que a constituição do mesmo grupo apresente variações importantes ao nível regional), mas também de à mesma categoria poderem corresponder posições hierárquicas diferentes nos dois momentos de referência.

Apesar destas limitações, têm-se revelado um instrumento de análise importante, pois permitem definir os percursos mais característicos e identificar as categorias menos móveis.

Um aspecto fundamental a tomar em conta na análise da mobilidade, além dos *índices de inércia*(134) de cada categoria, é a separação, na *mobilidade bruta*, das componentes *estrutural* e *líquida*, ou seja, no total de indivíduos que pertencem a um grupo socioprofissional diferente do do pai

(134) Índice de inércia é a percentagem de indivíduos que pertence ao mesmo grupo socioprofissional do pai.

(mobilidade bruta), é necessário distinguir a parte que é directamente resultante da evolução do sistema social - expansão ou declínio de determinadas actividades ou categorias profissionais (mobilidade estrutural) e aquela que se deve apenas a factores individuais (mobilidade líquida).

Para concretizar melhor estas noções, vejamos o seguinte exemplo:

Consideremos apenas duas categorias socioprofissionais (1 e 2):

Tabela de mobilidade: grupo socioprofissional do pai e do filho

Grupo socioprofissional do pai(x)	Grupo socioprofissional do filho (y) 1	2	Total
1	700	300	1000
2	700	300	1000
Total	1400	600	2000

Mobilidade bruta (MB) = 300 + 700 = 1000

$$\text{Mobilidade estrutural (ME)} = \frac{|1000-1400| + |1000-600|}{2} = 400$$

Mobilidade líquida (ML) = Mobil. bruta - Mobil. estrutural

ML = 1000 - 400

ML = 600

Inércia (I) = Total de indivíduos - mobilidade bruta

I = 2000 - 1000

I = 1000

Índice de inércia (I_i) = 100 x Inércia/Total de indivíduos

I_i = 100 x 1000/2000

I_i = 50%

Índice de mobilidade líquida (I_l) = 100 x ML/MB

$$I_1 = 100 \times 600/1000 = 60\%$$

Índice de mobilidade estrutural (Ie) = 100 x ME/MB

Ie = 100 x 400/1000

Ie = 40%

Como vemos, neste exemplo, 50% dos indivíduos pertencem a um grupo socioprofissional diferente do do respectivo pai (índice de inércia igual a 50%). Contudo, as mudanças na representação relativa das duas categorias consideradas explicam 40% do total de mudanças verificadas; ou seja, a mobilidade estrutural representa 40% da mobilidade bruta e, por conseguinte, a interferência de factores individuais explica apenas 60% das transferências observadas.

Dentro da mobilidade bruta distingue-se ainda a *mobilidade ascendente e descendente*, que, como o próprio nome indica, correspondem respectivamente aos casos de ascensão e descida na hierarquia social. No entanto, dado que, conforme já referimos, a valorização relativa das diferentes categorias socioprofissionais vai evoluindo, estas análises levantam alguns problemas(135).

4.3. GRAU DE INSTRUÇÃO E GRUPO SOCIOPROFISSIONAL

Parece lícito afirmar que, tendencialmente existe uma relação bastante forte entre as habilitações escolares e os grupos socioprofissionais da população activa. Aliás, estudos feitos noutros países, nomeadamente em França, onde existem inquéritos regulares efectuados pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (I.N.S.E.E.) sobre a formação-qualificação profissional da força de trabalho demonstram-no claramente.

No inquérito que efectuámos, em 1987, a 1000 famílias residentes na A.M.L., verificou-se também que existe

(135) Além destas formas de medir a mobilidade social existem ainda muitos outros índices e métodos frequentemente utilizados pelos estudiosos deste tema.

A esse propósito veja-se nomeadamente: BOUDON, 1979; GOLDTHORPE, 1986; THÉLOT, 1985 e WEISS, 1986.

uma intensa associação entre o grau de instrução dos indivíduos e a função que desempenham (quadro 79)(136).

Assim, 58,2% dos técnicos superiores, professores e activos com profissões liberais são licenciados; mas, para os operários da indústria e da construção civil, o nível de instrução mais frequente é a quarta classe, e muitos são ainda analfabetos.

A seguir aos quadros e técnicos do terciário, os grupos socioprofissionais mais qualificados são os técnicos do secundário e os patrões, gestores e quadros superiores da administração, comércio e serviços e da indústria. No entanto, os quadros e técnicos são, em média, mais qualificados do que os patrões. Deste modo, parece legítimo concluir que o capital económico, por ser transmissível por herança, nem sempre se associa a habilitações escolares elevadas. Além disso, nos casos em que o grau de instrução é mais baixo, a propriedade económica é dificilmente convertível em "capital cultural".

Aliás, estudos efectuados em França, a partir dos resultados do *Inquérito à formação-qualificação profissional da mão-de-obra*, demonstraram que as diferenças de habilitação escolar dos filhos de assalariados e não assalariados, com baixos graus de instrução, são relativamente pequenas (GOLLAC e LAULHÉ, 1987).

No quadro 79 podemos ainda verificar que os operários, sobretudo os da construção civil, são os grupos socioprofissionais menos qualificados - cerca de 75% têm habilitações escolares iguais ou inferiores à quarta classe. No entanto, a maioria dos isolados da indústria, assalariados subalternos da administração, comércio e serviços, trabalhadores por conta própria do terciário e activos não remunerados possuem apenas a instrução primária, nalguns casos incompleta, ou são analfabetos.

(136) Deve notar-se, que, em virtude do fraccionamento da amostra em 84 categorias resultantes da combinação entre os níveis de habilitações escolares e os grupos socioprofissionais considerados, para aqueles que têm menor representação, os valores obtidos não são muito significativos.

Quadro 79 - População activa, por grupos socioprofissionais e graus de instrução

Grupo socio-profissional	Grau de instrução (%)							
	Sem 4ª classe	Com 4ª classe	Ensino Prepa-ratório	Ensino Secun-dário Unif.	Ensino Secun-dário Comp.	Curso Médio. freq. Ens.Sup.	Curso Superior	Total
Pat., gest. e quad. sup. do secundário	5,9	41,2	5,9	11,8	5,9	11,8	17,7	100,0
Quadros e técnicos do secundário	0,0	17,4	13,0	26,1	13,0	4,4	26,1	100,0
Operários indústria	10,1	62,3	15,5	9,7	2,4	0,0	0,0	100,0
Operários const. civil	28,3	58,7	10,9	2,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Isolados do sector secundário	3,3	76,7	6,7	3,3	3,3	3,3	3,3	100,0
Pat., gest. e quad. sup. do terciário	2,0	28,6	4,1	10,2	12,2	6,1	36,7	100,0
Quadros médios do terciário (técn., profes., prof.lib.)	0,0	3,5	0,0	11,4	9,2	17,7	58,2	100,0
Emp. qualif. adm. comércio e serviços	0,4	15,5	7,3	30,0	22,7	17,9	6,3	100,0
Emp. não qualif. adm., comércio e serviços	11,1	41,9	16,0	19,7	9,0	1,9	0,4	100,0
Isolados do sector terciário	5,0	45,0	12,5	15,0	10,0	3,8	8,7	100,0
Não remunerados do secund. e terciário	20,0	46,7	20,0	13,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Desempregados	7,1	35,7	39,3	17,9	0,0	0,0	0,0	100,0

No grupo dos desempregados, embora com menos intensidade do que nas situações referidas, predominam também

Inst. de Geografia FACULDADE DE LETRAS

os níveis de instrução inferiores.

As habilitações escolares e a actividade profissional associam-se ainda ao nível de rendimento e, por conseguinte, ao estilo de vida de cada indivíduo.

Em Portugal não existe informação estatística disponível que permita analisar a relação do *rendimento* com a situação socioprofissional e o grau de instrução e, no nosso inquérito, também não recolhemos dados sobre esta matéria. Todavia, sabe-se que, embora haja excepções, tendencialmente, a remuneração do trabalho assalariado é mais elevada para os grupos sociais com maior qualificação e mais *prestígio social*.

4.4. ORIGEM SOCIAL, GRAU DE INSTRUÇÃO E CONDIÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL

Analisada a relação existente entre as habilitações escolares e a condição socioprofissional, importa agora ver em que medida a *origem familiar* é também um factor condicionante da *posição social* de cada indivíduo.

Para isso, construímos tabelas de contingência que relacionam o grau de instrução e o grupo socioprofissional dos activos residentes nas nove áreas que temos vindo a estudar, com o dos respectivos pais.

Como vemos nos quadros 80 e 81, apesar de ter havido um aumento geral dos níveis de escolaridade, de uma geração para outra, existem grandes desigualdades no acesso aos graus de ensino superior. Isto é, os *destinos pessoais* são fortemente marcados pela origem familiar.

Assim, na nossa amostra, 78% dos filhos de pais sem instrução primária possuem habilitações escolares iguais ou inferiores à quarta classe e apenas 2,2% são licenciados. Em contrapartida, os descendentes de pais com um curso superior têm todos, no mínimo, o ensino secundário unificado, 19,6% possuem um curso médio ou frequentaram a Universidade e 56,5% concluíram a licenciatura. As situações intermédias são aquelas que apresentam maior mobilidade.

Quadro 80 - Graus de instrução de pais e filhos - os destinos escolares em função da origem (população activa)

Grau de instrução do pai	Grau de instrução do filho (%) 1	2	3	4	5	6	7	Total
1-Sem 4a classe	17,0	61,0	8,6	7,0	3,6	0,6	2,2	100,0
2-Com 4a classe	3,4	32,3	15,5	22,5	13,2	5,3	7,9	100,0
3-Ensino Preparatório	0,0	0,0	11,1	33,3	22,2	16,7	16,7	100,0
4-Ensino Secundário Unificado	0,0	7,4	9,3	24,1	18,5	13,0	27,8	100,0
5-Ensino Secundário Complementar	0,0	3,0	6,1	27,3	24,2	15,2	24,2	100,0
6-Curso Médio ou freq. Ens.Superior	0,0	0,0	4,6	18,2	18,2	22,7	36,4	100,0
7-Curso Superior	0,0	0,0	0,0	13,0	10,9	19,6	56,5	100,0
TOTAL	7,67	38,7	11,1	16,8	9,6	5,9	10,3	100,0

Todavia, em Portugal, tal como noutros países da Europa e nos E.U.A. tem-se registado um aumento global das taxas de crescimento do número de alunos que frequentam o ensino médio e superior, provenientes de grupos sociais com níveis de escolaridade mais baixos. A confirmar este facto, no quadro 81 pode ver-se que, embora a população activa com graus de instrução mais elementar seja recrutada, na sua maioria, nos grupos sociais mais marginais em termos de qualificação escolar, 42,9% da população licenciada que inquirimos tem um pai que possui apenas o ensino primário, por vezes incompleto, ou é analfabeto.

Quadro 81 - Graus de instrução de pais e filhos: o recrutamento dos diferentes níveis de ensino

Grau de instrução do pai	Grau de instrução do filho (%)							
	1	2	3	4	5	6	7	Total
1-Sem 4a classe	79,2	58,2	27,2	14,8	12,3	3,6	7,6	35,7
2-Com 4a classe	20,8	40,4	64,0	62,7	58,5	44,6	35,3	46,9
3-Ensino Preparatório	0,0	0,0	1,8	3,6	3,8	5,4	2,9	1,8
4-Ensino Secundário Unificado	0,0	1,1	4,4	7,7	9,4	12,5	14,3	5,5
5-Ensino Secundário Complementar	0,0	0,3	1,8	5,3	7,5	8,9	7,6	3,3
6-Ensino Médio ou freq. Ens.Superior	0,0	0,0	0,9	2,4	3,8	8,9	7,6	2,2
7-Curso Superior	0,0	0,0	0,0	3,6	4,7	16,1	24,8	4,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O aumento da taxa de frequência das escolas secundárias e superiores dos alunos provenientes das classes médias e mais débeis do ponto de vista económico e social, associado à relação entre estatuto social e habilitações escolares deveria conduzir à diminuição da influência da origem familiar no estatuto social.

No entanto, na prática isso não se verifica, porque, embora haja uma melhoria generalizada do nível de vida de uma geração para outra, as *distâncias entre os diferentes grupos sociais tendem a manter-se*. Isto é, um filho de um operário analfabeto ou com a quarta classe tem grandes hipóteses de ter um grau de instrução superior ao do seu pai, mas as probabilidades de concluir um curso universitário, em comparação com as de um filho de um quadro ou técnico

superior, são iguais ou pouco diferentes das da geração do seu ascendente. Além disso, as possibilidades de aceder a uma categoria socioprofissional superior à do seu ascendente, na maioria dos casos, também não diferem muito das dele.

A permanência (ou ligeira diminuição) destas desigualdades prende-se com três factores essenciais:

1) O *sucesso ou insucesso escolar* está intimamente associado com o nível de instrução dos pais e, por isso, mesmo que todos os indivíduos tivessem iguais oportunidades de ingresso nos diferentes níveis de ensino, a variação das taxas de aproveitamento escolar com o *capital cultural* da família de origem é, por si só, um importante factor de *desigualdade*.

Contudo, é importante salientar que *a relação entre o sucesso escolar dos filhos e as habilitações escolares dos pais diminui fortemente nos níveis de ensino mais elevado*. Ou seja, a passagem em "filtros" cada vez menos "porosos" reduz progressivamente as diferenças de aproveitamento entre os indivíduos provenientes de grupos sociais distintos (BOUDON, 1979; BOURDIEU e PASSERON, 1985).

2) O aumento médio dos níveis de escolaridade conduz à sua banalização/desvalorização e, por conseguinte, o grau de instrução exigido para desempenhar uma determinada profissão vai sendo progressivamente maior. É por isso que habilitações académicas superiores às dos pais não são condição suficiente para aceder a um cargo ou profissão mais qualificada ou melhor remunerada que a dos seus progenitores.

3) Além disso, como já referimos, a teia de relações sociais da família é também um poderoso agente de desigualdade de oportunidades, não só para níveis de instrução equivalentes, mas também pelo efeito de protecção que exerce nos casos em que as habilitações escolares dos filhos são inferiores às dos pais, diminuindo bastante a mobilidade social descendente.

Os quadros 82 e 83 ilustram de forma muito clara a forte ligação existente entre a origem familiar e o estatuto social de cada indivíduo.

A frequência relativa das pessoas com graus de ensino mais elevados tende a ser substancialmente maior para os filhos dos grupos sociais hierarquicamente superiores, sobretudo dos quadros e técnicos e empregados qualificados da administração, comércio e serviços, do que entre os assalariados da agricultura, camponeses e empregados subalternos com profissões terciárias (quadro 82).

De igual modo, os filhos de pais com níveis de instrução elevados têm maior representação relativa nos grupos socioprofissionais com mais prestígio social e maior qualificação, enquanto os descendentes de população com habilitações escolares iguais ou inferiores à quarta classe são, na maior parte dos casos, operários ou assalariados não qualificados do sector terciário (quadro 83).

Instrumentos de análise importantes nos estudos de mobilidade social, são também, como já afirmámos, as tabelas de mobilidade socioprofissional. Todavia, neste caso, por se tratar de uma situação particular diferente da que se verificou no conjunto do País, não tem sentido o cálculo dos índices de mobilidade habitualmente utilizados - uma investigação desse tipo só seria significativa se dispuséssemos de informação ao nível nacional.

Além disso, há ainda que tomar em conta a influência de dois factores que também já foram referidos: o primeiro decorre da heterogeneidade interna de cada um dos grupos socioprofissionais considerados e, por conseguinte, das diferenças na sua composição nas duas gerações em análise; o segundo resulta de estarem representados na nossa amostra indivíduos ainda relativamente jovens, com possibilidades de ascensão profissional e, em consequência disso, nestes casos, a comparação com o grupo socioprofissional dos pais coloca alguns problemas de legitimidade.

Apesar destas limitações pensamos que a comparação da estrutura socioprofissional dos inquiridos e dos respectivos ascendentes dá uma imagem global dos principais canais de comunicação e das barreiras mais absorventes.

Quadro 82 - População activa, por graus de instrução e grupo socioprofissional do pai

Grupo socio-profissional do pai	Grau de instrução do filho (%)							
	Sem 4a classe	Com 4a classe	Ensino Preparatório	Ensino Secundário Unif.	Ensino Secundário Compl.	Curso Médio, freq. Ens.Sup.	Curso Superior	Total
Pat., direct. e chef. expl. do primário	3,9	30,8	0,0	23,1	11,5	7,7	23,1	100,0
Assal. do primário	18,2	62,1	7,6	8,3	3,8	0,0	0,0	100,0
Isolados do primário	11,9	55,2	11,9	7,5	3,7	3,0	6,7	100,0
Pat., gest. e quad. sup. do secundário	0,0	4,6	9,1	22,7	18,2	9,1	36,4	100,0
Quadros e técnicos do secundário	0,0	0,0	16,7	33,3	16,7	0,0	33,3	100,0
Operários indústria	10,7	45,9	12,0	15,7	9,4	4,4	1,9	100,0
Operários const.civil	4,4	55,1	17,4	13,0	7,3	2,9	0,0	100,0
Isolados do secundário	2,6	42,1	10,5	18,4	10,5	10,5	5,3	100,0
Pat., gest. e quad. sup. do terciário	0,0	0,0	2,9	20,6	35,3	11,8	29,4	100,0
Quadros do terciário (técn., profes.. prof. liberais)	0,0	3,3	5,0	23,3	20,0	16,7	31,7	100,0
Emp. qualif. adm., comércio e serviços	0,0	12,5	8,3	25,0	12,5	22,9	18,8	100,0
Emp. não qualif. adm., comércio e serviços	6,9	32,9	15,3	19,9	9,3	5,6	10,2	100,0
Isolados do terciário	1,8	33,9	11,9	17,4	12,8	3,7	18,4	100,0

Quadro 83 - População activa, por grupos socioprofissionais e grau de instrução do pai

Grupo socio-profissional do filho	Grau de instrução do pai (%)						
	Sem 4ª classe	Com 4ª classe	Ensino Preparatório	Ensino Secundário Unif.	Ensino Secundário Compl.	Curso Médio, freq. Ens.Sup.	Curso Superior
Pat., direct.e chefes de expl. do primário	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Assal. do primário	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pat., gest. e quad. sup. do secundário	1,7	1,3	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0
Quadros e técnicos do secundário	1,4	2,1	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0
Operários indústria	25,6	12,8	5,9	3,7	0,0	4,6	0,0
Operários const. civil	8,2	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Isolados do secundário	2,3	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Pat., gest. e quad. sup. do terciário	1,7	3,4	11,8	7,4	6,1	0,0	14,9
Técnicos sup. do terciário	2,3	10,4	5,9	27,8	27,3	40,9	42,6
Emp. qualif. da adm., comércio e serviços	8,2	19,6	11,8	27,8	27,3	27,3	23,4
Emp. não qualif. adm., comércio e serviços	40,0	37,2	52,9	18,5	33,3	22,7	10,6
Isolados do terciário	5,6	7,2	11,8	9,3	3,0	4,6	6,4
Act. não remun. do secundário e terciário	2,5	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Antes de mais importa salientar as diferenças na representação relativa de cada grupo socioprofissional na geração dos pais e dos filhos: as classes ligadas à agricultura, por se tratar de uma área urbana, não aparecem representadas no universo de análise, mas têm grande peso na geração anterior, facto que deriva de uma elevada fracção dos activos da A.M.L. ser natural ou ter raízes em regiões rurais; os operários da indústria e da construção civil perdem importância em favor das profissões terciárias, e no sector dos serviços há também modificações importantes (quadro 84).

A maioria dos descendentes de assalariados e isolados da agricultura são operários ou trabalhadores subalternos da administração, comércio e serviços; os filhos de operários desempenham uma função equivalente à dos pais ou exercem uma profissão terciária com baixo nível de qualificação; os activos provenientes do grupo dos empregados da administração, comércio e serviços apresentam índices de inércia bastante elevados: a percentagem de operários é relativamente fraca e são frequentes as situações de mobilidade ascendente, isto é, passagem de assalariados com funções subalternas a empregados qualificados e desta última categoria à situação de quadro ou técnico superior.

Os descendentes dos patrões, gestores, quadros e técnicos que pertencem a um grupo socioprofissional diferente do dos pais distribuem-se maioritariamente pelas categorias mais qualificadas do sector terciário. No entanto, a percentagem de assalariados subalternos da administração, comércio e serviços, sobretudo no caso dos filhos dos técnicos, professores e profissões liberais, é ainda bastante elevada (19,7%), mas, em contrapartida, as situações de passagem a operário são insignificantes. Finalmente, a população activa que provém dos trabalhadores por conta própria da indústria e do terciário apresenta uma distribuição socioprofissional semelhante à dos descendentes de assalariados do sector dos serviços.

Quadro 84 - Mobilidade socioprofissional entre gerações

Grupo socio-profissional do pai	Grupo socioprofissional do filho (%)														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	TOTAL
1-Pat.,dir.e chefes expl. primário	-	-	-	3,6	7,1	7,1	-	-	3,6	17,9	10,7	32,1	14,3	3,6	100,0
2-Assal.do primário	-	0,7	-	0,7	-	28,2	7,0	1,4	1,4	-	11,3	47,9	1,4	-	100,0
3-Isol.primário	-	-	-	-	2,3	14,4	6,8	1,5	5,3	5,3	12,9	38,6	10,6	2,3	100,0
4-Pat.,gest. e quad. sup. secundário	-	-	-	13,6	-	4,5	-	-	-	27,3	27,3	22,7	4,5	-	100,0
5-Quad. e técnicos do secundário	-	-	-	14,3	-	-	-	-	-	14,3	57,1	14,3	-	-	100,0
6-Operários indústria	-	-	-	1,3	2,5	23,4	7,6	2,5	0,6	5,1	14,6	38,6	2,5	1,3	100,0
7-Oper. const.civil	1,5	-	-	1,5	-	33,3	4,3	5,8	-	1,5	10,1	36,2	4,3	1,5	100,0
8-Isol.secundário	-	-	-	2,7	5,4	-	2,7	8,1	5,4	10,8	8,1	35,1	8,1	13,5	100,0
9-Pat.,gest. e quad. sup. do terciário	-	-	-	-	2,9	2,9	-	-	20,6	26,5	29,4	8,8	8,8	-	100,0
10-Quadros médios terc. (técn.,profes., prof. liberais)	-	-	-	-	1,6	1,6	1,6	1,6	8,2	36,1	26,2	19,7	3,3	-	100,0
11-Emp.qualif. adm., comércio e serviços	-	-	-	-	-	4,2	-	-	8,3	22,9	35,4	18,8	10,4	-	100,0
12-Emp. não qualif. adm., comércio e serviços	-	-	-	0,9	0,5	14,7	0,5	3,7	2,7	11,5	17,9	39,0	6,9	1,8	100,0
13-Isol.terciário	-	-	-	1,8	2,7	9,1	1,8	3,6	6,4	13,6	13,6	34,5	12,7	-	100,0
14-Activos não remun. sec. e terc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
TOTAL	0,1	0,1	0,0	1,3	1,6	15,8	3,7	2,6	3,8	10,7	16,2	35,9	6,6	1,5	100,0

Estes resultados, mesmo tomando em conta as limitações da informação de base, permitem concluir que, no nosso universo de análise, a mobilidade socioprofissional, sobretudo nas classes médias, é relativamente elevada.

Por se tratar de uma área de forte imigração com origem em regiões rurais, um dos movimentos mais importantes e com uma ligação muito estreita à mobilidade geográfica, é a transição da agricultura, principalmente da situação de assalariado ou isolado, a operário ou a empregado não qualificado da administração, comércio e serviços.

A passagem de operário a assalariado do terciário é também bastante frequente, mas os movimentos em sentido inverso são relativamente raros: nos serviços, a mobilidade (ascendente e descendente) tende a processar-se dentro do mesmo sector e, por conseguinte, a função protectora da família, nos casos de descida na hierarquia socioprofissional, actua principalmente como uma barreira que impede a passagem a operário.

Na análise do quadro 84 deve ainda salientar-se que a mobilidade descendente está sobreavaliada, em virtude de muitos dos inquiridos, sobretudo do sector terciário, por serem bastante jovens, não terem ainda uma situação profissional estabilizada.

Como nota final, importa notar que apesar do aumento dos graus de instrução, do nível médio de vida e da intensificação da mobilidade socioprofissional entre gerações, a estrutura social tende também a tornar-se cada vez mais segmentada e, por isso, o principal factor de mudança é de natureza estrutural e a expansão ou declínio de determinadas situações profissionais implica reajustamentos na hierarquia social.

4.5. ORIGEM GEOGRÁFICA E POSIÇÃO SOCIAL

Além da origem familiar, o lugar de nascimento ou de residência é também um factor condicionante do destino pessoal de cada indivíduo - as diferenças de desenvolvimento regional são, por si só, geradoras de desigualdades.

Um filho de um empregado não qualificado da administração, comércio e serviços que resida em Lisboa, Porto, Coimbra ou qualquer outro centro urbano onde exista uma universidade tem muito mais possibilidades de ingressar no ensino superior do que terá um indivíduo, em idênticas condições, que habite, por exemplo, em Miranda do Douro, Trancoso ou Barrancos, pois os custos adicionais da deslocação são incomportáveis para a maioria das famílias nessa situação. Além disso, mesmo para os níveis de ensino preparatório e secundário, no nosso país, ainda há menos de vinte anos eram raras as sedes de concelho afastadas das áreas mais desenvolvidas do litoral onde existiam escolas oficiais.

A estrutura económica e social e, por conseguinte, o mercado de trabalho local e a valorização relativa de cada categoria socioprofissional em cada região, são também factores de desigualdade, não só porque limitam as oportunidades de escolha e a concretização de algumas carreiras profissionais, como condicionaram à partida, o despoletar do interesse por determinadas actividades.

Na impossibilidade de fazer uma análise ao nível nacional, por falta de informação estatística, em virtude de grande parte da população residente na A.M.L. ser originária de outros territórios, a distribuição dos 2250 indivíduos da nossa amostra, por regiões de naturalidade, graus de instrução e grupos socioprofissionais, permite ilustrar os aspectos atrás referidos.

Os habitantes originários da A.M.L., particularmente da cidade de Lisboa, e os das ex-colónias possuem, em média, níveis de instrução bastante superiores aos restantes. Além disso, no quadro 85 pode ainda verificar-se que os indivíduos provenientes das regiões mais desenvolvidas do Norte e Centro Litoral têm, regra geral, qualificações escolares mais elevadas do que aqueles que nasceram no Norte e Centro Interior e no Alentejo.

Quadro 85 - População activa, domésticas e reformados, por graus de instrução e regiões de naturalidade

Graus de instrução	Região de naturalidade								
	Cidade de Lisboa	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	Norte Litoral	Norte e Centro Interior	Centro Litoral	Alentejo	Algarve	Ex-colónias
Sem 4a classe	6,6	24,2	17,6	26,0	26,1	20,1	17,9	25,9	16,2
Com 4a classe	31,8	37,4	45,4	37,5	47,3	40,2	51,9	47,4	11,8
Ensino Preparatório	12,9	15,2	8,8	5,2	7,2	6,1	9,1	3,4	7,4
Ensino Secundário Unificado	20,2	12,1	16,8	13,5	9,2	11,7	9,7	12,9	20,6
Ensino Secundário Complementar	12,1	4,0	5,9	3,1	3,2	8,0	5,2	2,6	20,6
Curso Médio e freq.Ens. Superior	5,0	4,0	3,4	5,2	2,9	6,4	2,3	3,4	10,3
Curso Superior	11,4	3,0	2,1	9,4	4,3	7,6	3,9	4,3	13,2

A distribuição da população por grupos socioprofissionais e regiões de origem, dada a intensa relação existente entre qualificação escolar e profissão apresenta-se também fortemente contrastada. Os quadros e técnicos superiores, professores, activos de profissões liberais e os empregados qualificados da administração, comércio e serviços, registam as maiores taxas de ocorrência entre os habitantes naturais da A.M.L., (sobretudo da cidade), das ex-colónias e ainda do Norte e Centro Litoral. Os operários têm maior representação relativa no Sul do que no Norte, mas, inversamente, tal como verificámos no capítulo 4 da primeira parte, a percentagem de imigrantes do Norte e Centro Interior que desempenham funções subalternas no comércio e serviços é bastante superior à dos alentejanos.

Na análise do quadro 86 importa ainda salientar que a elevada percentagem de operários da indústria naturais da

A.M.L. a norte do Tejo, comparativamente com a que se verifica na Margem Sul está bastante enviesada pelo peso que têm nesta fracção da amostra, os habitantes da Abóboda.

Quadro 86 - População activa, por grupos socioprofissionais e regiões de naturalidade

Grupos socio-profissionais	Região de naturalidade								
	Cidade de Lisboa	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	Norte Litoral	Norte e Centro Interior	Centro Litoral	Alentejo	Algarve	Ex-colónias
Quadros e técnicos indústria	1.3	1.6	1.6	1.8	2.0	4.3	2.7	5.3	-
Operários da indústria	11.3	37.7	15.9	10.7	14.9	10.6	24.9	19.3	7.0
Operários const. civil	2.8	4.9	6.3	1.8	5.5	1.4	7.0	-	7.0
Isolados da indústria	2.0	4.9	3.2	5.4	2.5	2.8	3.8	1.7	-
Pat., gest.e quad. sup. terciário	4.2	4.9	4.0	3.6	4.0	5.7	2.2	1.7	3.5
Quad. médios terc., prof. lib., profes.	14.5	3.3	7.1	10.7	8.5	11.3	6.5	10.5	17.5
Emp. qualif. adm., comércio e serviços	18.2	4.9	14.3	25.0	12.4	17.0	12.4	22.8	17.5
Emp. não qualif. adm., comércio e serviços	40.0	32.8	38.9	28.6	47.8	35.5	33.0	33.3	38.6
Isolados do terciário	5.8	4.9	8.7	12.5	2.5	11.3	7.6	5.3	8.8

Se compararmos a distribuição por territórios de naturalidade dos moradores das nove áreas que temos vindo a estudar segundo o grupo socioprofissional do respectivo pai, (quadro 87) as diferenciações regionais são ainda mais marcadas: além dos contrastes já assinalados pode ainda

verificar-se a forte representação das profissões ligadas à agricultura nas áreas mais marginais do Interior e Sul do País, bem como as diferenças nas estruturas agrárias daqueles territórios aqui representadas pelo peso dos assalariados e dos isolados do sector agrícola.

Quadro 87 - População activa, domésticas e reformados, por regiões de naturalidade e grupo socio-profissional do pai

Grupos socio-profissionais	Região de naturalidade								
	Cidade de Lisboa	A.M.L. Norte	A.M.L. Sul	Norte Litoral	Norte e Centro Interior	Centro Litoral	Alentejo	Algarve	Ex-colónias
Patrões agrícolas	1.5	-	1.7	6.6	3.7	3.9	3.6	1.1	5.5
Assal. agrícolas	1.9	10.5	9.6	17.1	27.5	18.4	32.4	29.5	7.3
Isolados agrícolas	1.1	8.2	2.8	19.7	25.8	25.6	10.2	22.1	12.7
Pat., quad. sup.ind.	3.4	1.2	2.8	-	0.3	3.4	0.7	-	1.8
Operários indústria	16.3	30.6	38.4	9.2	8.1	11.1	13.8	11.6	-
Operários const.civil	6.0	11.8	5.1	6.6	6.4	3.9	8.4	3.2	1.8
Isolados indústria	3.9	5.9	1.7	1.3	1.3	2.9	2.5	3.2	-
Pat., gest., quad. sup. terciário	4.1	2.4	1.7	-	1.3	2.9	0.7	2.1	10.9
Quad. médios terc., prof. lib., profes.	7.1	7.1	1.1	6.6	3.4	3.4	3.6	1.1	14.5
Emp.qual.adm.,com. e serv.	9.2	2.4	2.8	2.6	2.0	1.0	1.8	2.1	7.3
Emp. não qualif. da adm., com. e serviços	34.7	14.1	25.4	19.7	11.1	16.4	12.0	17.9	20.0
Isolados terciário	10.9	5.9	6.8	10.5	9.1	7.2	10.2	6.3	18.2

5. ESBOÇO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PERCURSOS RESIDENCIAIS

No seguimento das análises efectuadas nos quatro capítulos anteriores pretendemos agora, em jeito de síntese, apresentar alguns dos tipos de percursos geográficos individuais mais significativos da população residente nas nove áreas estudadas.

5.1. METODOLOGIA

O método que nos pareceu mais adequado para atingir os objectivos acima referidos foi a análise factorial de correspondências múltiplas(137).

No caso estudado, o universo de referência é constituído por 2250 indivíduos (unidades de observação), 23 variáveis, 9 *activas* e 14 *ilustrativas*(138), num total de 267 modalidades (81 para as variáveis activas e as restantes para as ilustrativas).

---

(137) A análise factorial de correspondências múltiplas é uma técnica de análise multidimensional de dados que, a partir de uma matriz de m variáveis (com diversas modalidades), por n indivíduos (unidades de análise), permite obter factores-resumo da informação inicial.

Para uma apresentação deste método de análise de dados, veja-se nomeadamente: BENZECRI, 1973; LEBART e MORINEAU, 1982, e LEBART, MORINEAU e FÉNELON, 1982.

(138) Variáveis activas são aquelas que definem os factores e variáveis ilustrativas são atributos suplementares projectados nos planos factoriais definidos a partir das variáveis activas, que, embora não interferindo directamente na análise, são auxiliares importantes para a identificação dos factores e interpretação dos resultados.

Dado que nesta análise, além da identificação de tipos de percursos geográficos, se pretende também ver em que medida determinados itinerários no território correspondem a indivíduos com características específicas (idade, sexo, estado civil, estatuto socioprofissional, origem social, etc.), considerámos como variáveis activas apenas indicadores de mobilidade geográfica, frequências e épocas de migração:

Variáveis	Nº de modalidades de ocorrência(139)
1 - local de residência	9
2 - naturalidade	11
3 - número de residências até à actualidade	7
4 - época de mudança para a residência actual	8
5 - motivo principal de mudança para a residência actual	11
6 - localização da residência anterior	10
7 - época da migração para a A.M.L.	7
8 - motivo da migração para a A.M.L.	12
9 - número de mudanças de residência na A.M.L.	6

(139) As modalidades das variáveis activas consideradas têm todas uma frequência absoluta igual ou superior a 20, o que equivale a uma frequência relativa maior ou igual a 0,89%.
As modalidades de ocorrência de cada variável activa são apresentadas no anexo 2.

No conjunto das variáveis ilustrativas incluímos as seguintes:

Variáveis	Nº de modalidades de ocorrência
1 - idade	12
2 - sexo	2
3 - estado civil	3
4 - grau de instrução	8
5 - situação socioprofissional	21
6 - local de trabalho	14
7 - nº de empregos ou condições socio-profissionais anteriores à actual	9
8 - época de mudança para o emprego ou situação socioprofissional actual	9
9 - situação socioprofissional anterior à actual	22
10- motivo de mudança para o emprego ou situação socioprofissional actual	19
11- primeira situação socioprofissional	21
12- motivo de mudança da primeira para a segunda situação socioprofissional	19
13- grupo socioprofissional do pai	19
14- grau de instrução do pai	8

5.2. OS RESULTADOS(140)

A partir da informação inicial seleccionámos seis factores-resumo(141) das variáveis activas consideradas e, com

(140) Utilizámos o programa de cálculo inserido no package estatistico: SYSTEME PORTABLE POUR L'ANALYSE DES DONNÉES (SPAD), existente no Centro de Informática do Departamento Central de Planeamento. Agradecemos a esta instituição as facilidades concedidas na utilização do programa referido.

(141) Os factores seleccionados representam apenas 22.6% da inércia total (poténcia explicativa). Mas, segundo BENZECRI (referido por LEBART e MORINEAU, 1982) no caso da análise

base nas coordenadas factoriais de cada indivíduo, o programa utilizado permitiu ainda obter uma classificação hierárquica das 2250 pessoas que constituem a nossa amostra.

A classificação é feita em três fases: "Primeiro fazem-se sucessivamente partições em torno de centros móveis (partições de partida). Em seguida, determinam-se agrupamentos "estáveis", que são as classes com maior número de efectivos quando se consideram os cruzamentos das partições de base, e, finalmente, faz-se uma classificação hierárquica dos centros dos grupos estáveis" (LEBART e MORINEAU, 1982, p. 48).

Os agrupamentos definitivos obtêm-se a partir de cortes, em diferentes níveis, na árvore de ligação construída pelo processo acima descrito.

Neste caso escolhemos um parâmetro de corte que separa os indivíduos em 15 conjuntos fortemente diferenciados dos restantes mas com grande coerência interna.

É importante salientar que as modalidades das variáveis activas que caracterizam cada agrupamento, bem como as ilustrativas que lhe estão associadas, variam de grupo para grupo. Ou seja, o conjunto dos atributos que aproximam os indivíduos constituintes de um determinado grupo (G_i) é diferente daquele que caracteriza qualquer outro (G_n).

Assim, o programa de cálculo utilizado apresenta, para cada um dos agrupamentos, o número de indivíduos que o constitui e enumera os atributos mais importantes na sua definição.

Além disso, indica ainda, para cada atributo, os parâmetros que permitem medir a sua influência na definição de cada grupo: 1) o valor de um coeficiente que mede a distância entre a ocorrência do atributo no grupo e no universo de análise (quanto maior for esse valor, mais elevado será o seu poder descritivo no grupo em causa); 2) a frequência absoluta e relativa do atributo no total dos indivíduos; 3) a percen-

---

factorial de correspondências múltiplas, por analogia com a situação em que o número de variáveis activas (Q) é igual a 2 e onde, por isso, há equivalência entre a análise da tabela de BURT e a tabela de contingência cruzada das duas variáveis, a percentagem de inércia representada por cada factor pode ser calculada a partir dos valores próprios transformados: $(\delta_i - 1/Q)^2$, considerando apenas os valores próprios (δ_i) maiores que 1/Q, em que Q representa o número de variáveis activas.

Assim sendo, no nosso caso de estudo os seis primeiros factores equivalem a 83,1% da soma dos valores próprios transformados.

tagem de indivíduos do grupo que têm esse atributo; 4) a proporção dos elementos do grupo no total de pessoas que possuem essa característica.

Para concretizar melhor, vejamos o seguinte exemplo: consideremos um agrupamento constituído por 266 indivíduos, em que um dos atributos que o caracterizam é a localização da residência anterior na Área Metropolitana de Lisboa ao sul do Tejo.

Neste caso, o programa de cálculo daria os seguintes *outputs*:

1) nº de elementos do grupo = 266;

2) % de indivíduos do grupo no total do universo de análise = = 11,8% (100x266/2250);

3) distância entre a ocorrência da modalidade (residência anterior na A.M.L. Sul) no grupo e no conjunto da população estudada = 24,1 (o que indica que este atributo tem um forte poder descritivo no grupo);

4) nº total de indivíduos que sempre residiram ou tiveram a sua morada anterior na Margem Sul = 523 e a sua respectiva percentagem em relação ao total = 23,2% (100x523/2250);

5) % de indivíduos do grupo que têm o atributo acima referido = 92,1%;

6) peso dos efectivos do grupo em que ocorre a modalidade em causa, no conjunto dos 523 indivíduos que possuem essa característica = 46,8% (100x245/523).

Ou seja, das 266 pessoas que fazem parte deste conjunto específico, 245 tiveram a sua residência anterior, ou habitaram sempre, na Margem Sul e equivalem a cerca de metade (46,8%) da população que, no universo em análise, tem esse atributo.

Para simplificar a caracterização dos 15 tipos de percursos individualizados, representámo-los esquematicamente (fig. 80), indicando, para cada um, o número de elementos que o constituem e os atributos mais importantes na sua definição(142).

---

(142) Excluiram-se três classes: duas por serem constituídas por indivíduos muito jovens, naturais da A.M.L. (uns da Margem Norte e outros da Margem Sul), que estão ainda numa fase muito inicial do percurso; a outra por corresponder a um grupo residual, bastante heterogéneo.

Fig. 80 - EXEMPLOS DE PERCURSOS MAIS SIGNIFICATIVOS



Nº residencias	2	2	3	3	2		3	2	3/4		4	5
Ano mud.res act.	1975/80 1981/85	antes 1960		1968/74	1960/67 1968/74	1968/74	antes 1960		1968/74	1975/80 1981/85	1975/80	1981/85
Mot.mud.res.act.	casamento	casamento		melhor hab.	casamento	melhor hab.		casamento melh.cond.vida	casamento melhor hab.	ag.case prop.		
Ano vinda A.M.L.	-	-	-	-	1968/74 1960/67	antes 1960 1960/67	antes 1960	1975/80	antes 1960 1960/1967	1975/80	1975/80	1981/85
Mot.mud.A.M.L.	-	-	-	-	casamento	melh.cond.vida	melh.cond.vida	casamento melh.cond.vida	melh.cond.vida mig.familiares	descolonização	descolonização	
Nº mud.A.M.L.	1	1	3/2	2/3	0	2	1	0	1/2	1	0	0
Idade							mais de 65 anos					
Local trab.	A.M.Norte	Lisboa	Lisboa	A.M.Sul	A.M.Sul	A.M.Sul	Lisboa	Lisboa		A.M.Norte	Lisboa	Lisboa
Emprego ant.				oper.ind.		oper.ind.				emp.n.q.III		
1º emprego			oper.ind.	oper.ind.		assal.agric.				emp.n.q.III		
Prof. pai		emp.n.q.III		oper.ind emp.n.q.III		assal.agric.		isol.agric. assal.agric.	isol.agric.			
Inst. pai		4º classe	4º classe			sem 4º classe		sem 4º classe				
Nº individuos	77	180	148	109	131	266	230	101	242	59	30	68
Ident. do percurso	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L

A selecção das modalidades das variáveis activas e ilustrativas mais importantes em cada grupo baseou-se nos seguintes critérios:

1) distância entre a % de ocorrência da cada modalidade no grupo e no universo de análise igual ou superior a 7,5;

2) frequência dos indivíduos do grupo que possuem essa característica não inferior a 25%;

3) representação da modalidade, no grupo, igual ou superior a 1/4 do total de pessoas que apresentam essa característica.

No esquema, as modalidades comuns a mais de 50% dos efectivos de cada conjunto estão sublinhadas e as ligações entre a naturalidade e a residência anterior à actual surgem representadas a traço contínuo ou a tracejado conforme incluem, respectivamente, mais de 50% ou entre 25 e 50% dos elementos do grupo.

A região de naturalidade, a localização da residência anterior à actual e a residência actual são os atributos mais diferenciadores e, por isso, constituíram o ponto de partida do esquema que elaborámos. A época e os motivos da migração para a A.M.L. e da mobilidade residencial intra-metropolitana, o local de trabalho e o grau de instrução do pai são também atributos importantes na definição dos grupos.

No conjunto dos 12 modelos de percursos residenciais identificados salientam-se os seguintes aspectos gerais:

- O local de residência actual é um atributo pouco diferenciador dos indivíduos residentes na Margem Sul, onde a distinção dos grupos deriva, sobretudo, da origem geográfica (ser ou não emigrante) e social.

- A maior heterogeneidade social dos habitantes da Margem Norte traduz-se claramente na acentuada segregação territorial, quer entre as diferentes áreas estudadas, quer na sua organização interna. Esta situação é sobretudo evidente em Alvalade, cujos habitantes contribuíram para a definição de quatro tipos de percursos. A diferenciação de itinerários encontrados entre os residentes na Pontinha e em Santo António dos Cavaleiros corresponde às diferentes fases de expansão urbana, que se traduzem em alterações significativas da composição social e etária da população.

O Bairro Chinês distingue-se nitidamente de todas as

outras áreas, dada a homogeneidade e especificidade dos percursos geográficos e sociais dos seus habitantes.

Encontrados os traços gerais de algumas das trajectórias mais significativas dos indivíduos residentes na A.M.L., deixamos a perspectiva global e regressamos ao particular, apresentando exemplos de itinerários reais que podem ilustrar alguns dos 12 modelos de percursos a que chegámos (identificados na fig. 80 de A a L).

PERCURSO A - A *A.* nasceu em S. Domingos de Rana em 1960, filha de um operário da construção civil e de uma empregada doméstica. Frequentou o ensino secundário e começou a trabalhar ,em 1977 ,numa fábrica em Albarraque. Casou em 1981 com um pintor da construção civil e ficou a viver em casa dos pais enquanto construía, na Abóboda, a casa onde reside desde 1983.

PERCURSO B - O *B.* tem 56 anos, nasceu em Lisboa, filho de um funcionário de uma repartição de finanças e de uma doméstica. Viveu em Campo de Ourique até 1959. Licenciou-se em Direito em 1956 e é advogado. Casou-se em 1959 e alugou uma casa em Alvalade , onde reside actualmente.

PERCURSO D - O *D.*, filho de um ferroviário e de uma operária corticeira, tem 38 anos, nasceu no Barreiro e frequentou a escola técnica industrial até aos 14 anos, não tendo concluído o curso. Aos 15 anos começou a trabalhar como aprendiz de serralheiro mecânico numa oficina no Barreiro e, no mesmo ano, os pais mudaram para outra residência na mesma localidade. Em 1974 casou com uma funcionária dos serviços administrativos de um hospital de Lisboa e alugou uma casa no Barreiro. No ano seguinte recomeçou a estudar, à noite, tendo concluído o ensino secundário alguns anos depois. Em 1980, o sogro conseguiu-lhe um emprego numa agência bancária, em Almada. Em 1981 comprou a casa onde residia desde 1974.

PERCURSO F - O *F.* nasceu em 1937, no concelho da Vidigueira, filho de assalariados rurais analfabetos. Frequentou a escola mas não concluiu a instrução primária e começou a trabalhar como assalariado agrícola. Em 1958 veio trabalhar para uma fábrica no Barreiro, residindo, na Baixa da Banheira, em casa de uns tios. Sete anos depois casou com uma operária, também originária do Alentejo, e foi viver para casa dos sogros (emigrantes mais antigos, residentes na Baixa da Banheira). Em 1972, dois anos após o nascimento do primeiro filho, alugou uma casa, também na Baixa da Banheira

PERCURSO G - O *G.* nasceu em Monção em 1917. Aos catorze anos veio trabalhar para Lisboa numa taberna/carvoaria de um seu conterrâneo. Viveu durante algum tempo em casa do patrão e, mais tarde, foi viver para uma parte de casa com uma irmã mais velha, já casada, que tinha vindo trabalhar para Lisboa como empregada doméstica interna. Mudou várias vezes de emprego, sempre no mesmo ramo e, dez anos após o casamento, em 1953. estabeleceu-se por conta própria, tendo adquirido uma taberna. Quando casou alugou, na Mouraria, a casa onde reside actualmente.

PERCURSO H - A *H.* tem 40 anos, nasceu numa aldeia do concelho de Castro Daire, filha de assalariados rurais analfabetos. Fez a 4a classe e começou a trabalhar aos 12 anos como aprendiz de costureira, ajudando também os pais no trabalho do campo. Em 1976 casou com um operário seu conterrâneo, que vivia em Lisboa desde 1969, e veio residir para o Bairro Chinês. Em 1985, quando os dois filhos foram para a escola e o rendimento familiar se tornava cada vez mais insuficiente, recomeçou a trabalhar fora de casa, como empregada doméstica, nos Olivais.

PERCURSO I - O *I.*, filho de camponeses, nasceu em Sernancelhe, em 1932. Fez aí a instrução primária e começou cedo a trabalhar na agricultura. Em 1952 emigrou para Lisboa e foi viver para casa de um irmão que lhe tinha conseguido um emprego como ajudante de camionista. Em 1956 casou-se e foi viver para a Pontinha, continuando a trabalhar em Lisboa. Algum tempo depois tirou a carta de condução e passou a ser

motorista, em 1959. Passados sete anos conseguiu um emprego melhor remunerado, noutra empresa, mas mantendo a profissão, o que lhe permitiu, em 1969, mudar para outra residência com melhores condições, também na Pontinha.

PERCURSO J - O J. nasceu em Luanda em 1948, filho de um agente da polícia e de uma doméstica . Concluíu o ensino secundário e começou a trabalhar em 1967 na Administração Pública, tendo-se casado em 1973. Em virtude da descolonização veio para Portugal em 1975. No mesmo ano foi colocado nos serviços administrativos de uma escola secundária. Viveu em Odivelas, em casa de familiares, até que ,em 1976 comprou um apartamento em Santo António dos Cavaleiros.

NOTA FINAL

As principais conclusões deste trabalho foram sendo apontadas ao longo dos vários capítulos; no entanto, importa ainda salientar alguns aspectos complementares.

A mobilidade inter-regional apresenta fortes indícios de diminuição num grande número de países. Assim, a partir de 1970, a frequência das migrações inter-regionais da população (total e activa) registou uma quebra de cerca de 1/3 na Finlândia, Japão, Noruega, Suécia e Reino Unido; manteve-se sensivelmente constante no Canadá e nos Estados Unidos da América e registou um ligeiro decréscimo na Austrália (O.C.D.E.,1986)(143).

No que se refere às transferências internacionais de trabalhadores, os países da Europa Ocidental que nos anos sessenta e inícios de setenta absorveram os "excedentes" de mão-de-obra das periferias do Norte e do Sul, impuseram também fortes medidas restritivas à entrada de trabalhadores estrangeiros.

Deste modo, sem menosprezar a importância que possam ter, em determinadas situações, factores institucionais e medidas de política governamental (planos de desenvolvimento regional, política fiscal, de protecção social, de emprego, de

(143) As taxas de mobilidade inter e intra-regional de países diferentes não são comparáveis entre si porque são fortemente afectadas pela dimensão das regiões consideradas.

habitação, etc.) parece não haver dúvidas de que o declínio das taxas de mobilidade geográfica (regional e internacional) resulta fundamentalmente da crise económica em que se vive desde o início da década de setenta.

A falência do modelo de valorização do capital baseado na centralização do capital e na concentração produtiva obrigou à adopção de novas estratégias de localização das actividades económicas, em que às especificidades de cada local se atribui um papel cada vez mais importante.

Nos países de capitalismo avançado, a reestruturação dos processos de produção industrial e a crescente terciarização da economia são as principais adaptações decorrentes da crise.

Em Portugal, a partir dos finais dos anos cinquenta/inícios de sessenta, a acção combinada de factores internacionais e internos determinou uma internacionalização cada vez maior da economia e desencadeou um surto industrializante em que o processo de substituição das importações foi perdendo importância a favor do alargamento da produção para exportação (têxteis, vestuário, produtos alimentares, pasta para papel, construção e reparação naval).

A este crescimento industrial corresponde um padrão de distribuição espacial altamente concentrado, quer em termos do emprego que mobiliza, quer da sua contribuição para o Produto Interno Bruto (P.I.B.), limitando-se quase exclusivamente às regiões de Lisboa/Setúbal e Aveiro/Porto/Braga.

Em consequência deste processo de desenvolvimento da indústria e do sector terciário desencadearam-se, como vimos nas duas primeiras partes do trabalho, fortes correntes migratórias inter-regionais aumentaram os níveis de urbanização, assistiu-se à diminuição da população do interior e do sul do País e ao grande crescimento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, ao mesmo tempo que ocorriam grandes mudanças na estrutura do emprego e na composição social da população.

Na década de setenta vários factores contribuíram para modificar algumas das tendências anteriores: a redução da

emigração para a Europa Ocidental, a diminuição da capacidade atractiva da Área Metropolitana de Lisboa, em consequência dos efeitos da crise económica internacional, a vinda dos retornados das ex-colónias, o regresso de muitos emigrantes europeus, o reforço do poder local e a descentralização de alguns serviços da Administração Pública para a Província contribuíram para diminuir os índices de repulsão demográfica do Interior, particularmente do Norte e Centro, revitalizar os centros urbanos de média dimensão e criar um certo dinamismo demográfico e económico ao longo dos eixos de melhor acessibilidade a Lisboa e ao Porto (144).

A Área Metropolitana de Lisboa, apesar de ter sido a região do País mais afectada pela crise económica, tem continuado a crescer: nela se fixaram grande parte dos retornados das ex-colónias, alberga a maior parte dos trabalhadores caboverdianos imigrados em Portugal e constitui ainda o principal foco de convergência dos movimentos internos de população, embora os resultados do Recenseamento de 1981 indiquem uma diminuição da sua capacidade atractiva.

A Região do Grande Porto apresenta também alguns sinais de decréscimo das taxas de atracção demográfica no período 1974-81. No entanto, conseguiu amortecer parte dos efeitos da crise e das transformações verificadas após a Revolução de 25 de Abril de 1974, por dispôr de uma mão-de-obra em estreita ligação com o mundo rural (sobretudo nos concelhos exteriores à Área Metropolitana) e, em parte, por isso, menos reivindicativa, o que lhe permitiu desenvolver algumas indústrias intensivas em trabalho (têxteis, confecções e calçado), cuja produção se destina em grande parte ao mercado externo.

Nos últimos anos, conforme salienta Jorge Gaspar (GASPAR, 1987), a desconcentração de alguns serviços públicos e privados, de nível elevado, para a capital do Norte e o desenvolvimento, nessa região, de uma nova burguesia empreendedora, com fortes ligações ao poder político, apontam para um reforço da acção polarizadora da Área Metropolitana do Porto.

---

(144) Para uma análise mais profunda das transformações na organização do território nacional, a partir de 1960 e as tendências evolutivas até ao fim do século, veja-se: GASPAR, 1987.

A emergência de novas formas de produção industrial decorrentes da crise económica encontraram no Norte e Centro Litoral terreno fértil para o seu desenvolvimento: a existência de estruturas sociais favoráveis conduziu à proliferação de pequenas e médias empresas industriais, dispersas no teritório, cujos trabalhadores mantêm fortes vínculos com a actividade agrícola (145).

No Alentejo, a dominância do latifundio e, por coseguinte, de um proletariado agrícola bastante pobre e com grande capacidade organizativa, têm constituído factores repulsivos para o investimento privado. Além disso, sendo uma área onde as deslocações para as colónias e para a Europa Ocidental tiveram reduzida incidência, não beneficiou dos resultados positivos que a emigração produziu no Norte: pequenos investimentos feitos pelos emigrantes regressados e pelos retornados das ex-colónias e efeitos multiplicadores induzidos pelo crescimento do consumo das famílias, possível pelas remessas dos emigrantes. Por estas razões, o Alentejo é a região do País com menor dinamismo económico e com maiores índices de repulsão demográfica.

O Algarve, fruto do desenvolvimento do turismo, das actividades por ele induzidas (construção civil, transportes, comércio, serviços públicos e privados) e ainda da descentralização do ensino (criação da Universidade e do Instituto Politécnico) e da melhoria dos serviços de saúde, coloca-se entre as regiões que nos últimos anos registaram maior crescimento económico e populacional.

Esta evolução faz antever que, apesar da tendência para a diminuição das taxas de mobilidade geográfica inter-regional em benefício das migrações intra-regionais (rural-urbanas), continua a reforçar-se o potencial demográfico e económico do litoral ocidental e algarvio, ao mesmo tempo que se desenvolve uma componente, com fortes raízes históricas e culturais, que acentua os contrastes entre o Norte e o Sul do território nacional.

Outro aspecto interessante que tenderá a desenvolver-se no futuro e que resulta fundamentalmente da

(145) Vejam-se os exemplos apresentados no número 22 da Revista Crítica de Ciências Sociais e o estudo de Artur da Rosa Pires para dois concelhos do distrito de Aveiro (PIRES, 1986).

crise da habitação, particularmente nas grandes aglomerações urbanas, e da crescente precarização do emprego, é o alargamento da distância de pendulação (afastamento dos lugares de residência e de trabalho), possível pelo desenvolvimento dos transportes.

Este fenómeno, embora sendo sobretudo evidente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, tende também a intensificar-se em torno dos principais centros urbanos do litoral e do interior e ao longo das vias de comunicação mais importantes.

A crescente importância das migrações pendulares diárias (e também semanais e quinzenais) é ainda um importante agente de difusão de novas formas de urbanização (rurbanização e peri-urbanização), sobretudo em áreas de dominância da pequena propriedade agrícola, onde são cada vez mais frequentes as estratégias familiares de pluriactividade. Além disso, o alargamento das bacias de emprego constitui também um poderoso factor de transformação das estruturas sociais das áreas que abrangem, através da intensificação da mobilidade profissional e social da população.

No que se refere à estrutura do emprego do País e das regiões, é necessário tomar em conta as transformações estruturais da economia, particularmente aquelas que resultam da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

A agricultura portuguesa ocupa ainda uma percentagem extremamente elevada da população activa (entre os estados membros da C.E.E. apenas a Grécia tem um valor superior), baseia-se em explorações com fracos níveis de produtividade e, por esse facto, tem vindo a agravar-se a dependência externa do País em produtos agro-alimentares.

A modernização do sector exigirá naturalmente uma diminuição absoluta e relativa da mão-de-obra agrícola e, por conseguinte, aumentará a procura de emprego nos sectores secundário e terciário (146).

---

(146) O aumento da procura de emprego nos sectores secundário e terciário não significa necessariamente uma diminuição da pressão sobre a terra, pois, como já referimos, a articulação entre a actividade agrícola e industrial tem sido, nalgumas regiões, um importante factor de dinamização industrial.

A ligação ao mundo rural tende a fazer-se mesmo à distância. O desenvolvimento dos transportes e a melhoria das técnicas de conservação dos produtos alimentares, num contexto de

A indústria, embora tenha vindo a aumentar a sua importância na sua contribuição para o produto nacional e no valor global das exportações, atravessa também sérias dificuldades. Goza de forte proteccionismo, baseia-se, em grande parte, na sobre-exploração da força de trabalho e apresenta-se fortemente vulnerável à procura externa.

As exportações portuguesas são fundamentalmente constituídas por mercadorias que, à excepção da madeira e da pasta de papel, têm vindo a registar decréscimos na procura mundial (têxteis e produtos das indústrias alimentares): os produtos com maior dinamismo no comércio internacional (metais, químicos e eléctricos) têm ainda uma fraca participação no volume global das exportações portuguesas e estão fortemente dependentes de *inputs* importados e do investimento directo estrangeiro (FONSECA e ABREU, 1986).

Para fazer face a esta situação torna-se indispensável orientar os investimentos para sectores que permitam aproveitar ao máximo as vantagens comparativas existentes, conquistar novos mercados externos, melhorar os níveis de produtividade, através da assimilação das novas tecnologias e da reorganização dos processos de trabalho (RODRIGUES, 1984-a).

A mobilidade profissional (flexibilidade da mão-de-obra) terá também de ser incrementada através de acções de formação profissional, quer no interior das empresas, quer através de uma política de educação e de formação profissional adequada às necessidades existentes. Só assim estarão criadas as condições para que as exigências de maior flexibilidade, geradas pela evolução tecnológica e pelas transformações estruturais da economia internacional e, por conseguinte, da reformulação da posição de Portugal na divisão internacional do trabalho,não se façam unicamente à custa da desvalorização da força de trabalho e do aumento da precarização do emprego.

O terciário foi o sector de actividade que registou a maior taxa de crescimento do emprego no período 1971-81

---

crise, incentivou os contactos de muitos trabalhadores das cidades, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa, com a região de origem, onde se deslocam periodicamente para ir buscar uma parte substancial dos produtos agrícolas que consomem.

(56,2%) e tem potencialidades para continuar a crescer (147).

Em vastas áreas do território nacional, nomeadamente nas regiões mais marginais do Interior e ainda nas zonas industriais do Norte e Centro Litoral e da Área Metropolitana do Porto, o número de trabalhadores do comércio e serviços, apesar do crescimento registado nos últimos anos, tem ainda valores relativos bastante baixos.

Deste modo, é previsível que, apesar de a expansão dos ramos ligados ao consumo privado estar limitado pelos recursos das famílias, as necessidades de desenvolver transportes e comunicações, aumentar os níveis de escolaridade e de qualificação profissional da população, melhorar as condições de acesso à saúde, cultura e recreio e promover a investigação científica e tecnológica vão certamente gerar grande número de postos de trabalho.

Por outro lado, a diminuição do emprego resultante da informatização de determinados serviços da administração pública e privada da banca, seguros, correios, etc., tenderá a ser compensada pela satisfação das carências ainda existentes nalguns destes sectores e pelo alargamento do número de activos das profissões ligadas à informática: programadores, operadores, analistas de sistemas, gestores da informação, etc.. No entanto, ao nível regional, o crescimento do sector terciário continuará a ser marcado por grandes diferenciações nos ritmos de acréscimo global e sectorial, cabendo naturalmente às regiões onde tem actualmente maior desenvolvimento, sobretudo à Área Metropolitana de Lisboa, o papel de direcção e inovação ao nível nacional.

O quadro geral que traçámos para o conjunto do País tem, necessariamente, implicações importantes no território de cada região.

Na A.M.L., como vimos nos capítulos anteriores, o elevado crescimento demográfico, associado ao desenvolvimento dos transportes, traduziu-se por uma notável expansão suburbana e, por conseguinte, pelo aumento da distância entre os locais de residência e de emprego, particularmente para os trabalhadores das actividades terciárias.

---

(147) Não só as profissões do terciário propriamente dito mas também o chamado "terciário da indústria" e, em menor grau, da agricultura (administração, informação, marketing, etc.).

Os concelhos mais afastados incrementaram fortemente as ligações com Lisboa e, simultaneamente, intensificaram-se as relações intersubúrbios, bem como os fluxos com origem na Capital. Ou seja, nos últimos anos tem-se verificado uma progressiva integração do território metropolitano e tudo indica que, no futuro, esta tendência irá acentuar-se.

O processo de suburbanização de Lisboa foi ainda acompanhado por profundas transformações das estruturas produtivas locais e por uma intensa mobilidade socio-profissional da população residente, particularmente nas áreas que vão sendo englobadas no perímetro suburbano.

Como vimos na terceira parte do trabalho, as modificações estruturais que acabámos de referir traduzem-se, ao nível individual, por percursos geográficos e socioprofissionais muito diferenciados.

Os resultados da análise dos casos estudados, apesar de não abranger todas as situações existentes, permitiram concluir que a origem geográfica e familiar são os elementos diferenciadores mais importantes. Isto é, o lugar de nascimento ou de residência e sobretudo o estatuto social dos pais geram profundas desigualdades de oportunidades e, por esse facto, são factores com grande peso no destino pessoal de cada indivíduo.

A interferência de factores individuais prende-se fundamentalmente com o sucesso escolar, dado que o grau de instrução adquirido e , de forma mais ampla, o capital cultural de cada indivíduo constitui um dos principais elementos definidores do seu estatuto social e, por esse facto, é um dos veículos preponderantes de ascensão ou descida na hierarquia social.

No entanto, a análise dos múltiplos aspectos da mobilidade da população residente na A.M.L. demonstrou também que os indivíduos com origens sociais idênticas não têm necessariamente o mesmo tipo de percurso. A diferenciação a este nível relaciona-se nitidamente com a origem geográfica, associada ao leque de oportunidades que os diferentes contextos regionais abrem aos indivíduos e que lhes permite, ou não, ultrapassar as limitações impostas pela sua origem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. (1978) - *Estudo Estatístico de Algumas Características do Povoamento em Portugal*, Cadernos da Faculdade de Letras de Lisboa, nº 7.

ALARCÃO,A. (1964) "Êxodo rural e atracção urbana no Continente", *Análise Social* 2 (7/8), p.511-573.

ALARCÃO,A. (1969) - *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) - Migrações Internas 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária .

ALMEIDA, C.; BARRETO, A. (1976) - *Capitalismo e Emigração em Portugal* (3ª ed.), Lisboa, Prelo.

ALMEIDA, J.Ferreira (1986) - *Classes Sociais nos Campos--Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

AMARO, R. Roque (1984) - "Retorno, emigração e desenvolvimento regional", em Silva *et al.* - *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, I.E.D., caderno 8, p.165-234.

AMARO, R. Roque (1985) - "Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados", *Análise Social*, XXI (87-88-89), p.605-677.

ANTUNES, M. L. Marinho (1970) - "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", *Análise Social*, VIII (30-31), p.299-385.

ARMSTRONG, H.; TAYLOR, J. (1985) - *Regional Economics and Policy*, Oxford, Philip Allan.

BAILLY, A.; MAILLAT, D. (1986) - *Le Secteur Tertiaire en Question - Activités de Services, Développement Economique et Spatial*, Paris, Éditions Anthropos.

BANNON, M. e WARD, S. (eds.) (1985) - *Services and the New Economy - Implications and Regional Development*, Regional Studies Association, polic..

BAPTISTA, A.Mendes; MONIZ, F. (1985) - *Migrações Internas--Algumas Observações a partir dos Fluxos Inter-regionais no Período 1973-81*, Lisboa, Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, E-34),polic..

BARATA, O. Soares (1985) - *Natalidade e Politica Social em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BEGUIN, H. (1979) - *Méthodes d'Analyse Géographique Quantitative*, Paris, Librairies Techniques.

BELO, J. *et al.* (1979) - *Quinta do Marquês de Abrantes/Bairro Chinês* (inédito).

BENZECRI, J. P. (1973) - *L'analyse des Données*, Tome 1: *La Taxinomie*, Tome 2: *L'analyse des Correspondances*, Paris, Dunod.

BERTAUX, D. (1978) - *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.

BOHNING, W.R. (1972) - *The Migration of Workers in the United Kingdom and the European Comunity*, London, Oxford University Press.

BOHNING, W.R. (1979) - "International migration in western Europe: reflections on the last five years", *International Labour Review*, vol.118, p.401-414.

BORIS, M. *et al.* (1977) - *Les Etrangers à Stuttgart*, Paris, Editions du C.N.R.S..

BOUDON, R. (1979) (3ª.ed.) - *L'Inegalité des Chances*, Paris, A. Colin.

BOURDIEU, P. (1979) - *La Distinction*, Paris, Éditions de Minuit.

BOURDIEU, P. (1980) - "Le capital social", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº. 31, Janvier.

BOURDIEU, P. e PASSERON, Jean-Claude (1985) - *Les Héritiers*, Paris, Éditions de Minuit.

BRUNET, Y. (1971) - "Les migrations alternantes: le cas de la Petite Bourgogne - l'influence des caracteristiques socio-economiques sur le comportement migratoire de la main-d'ouvre", *Révue Geographique de Montreal*, XXV (3), p.199-219.

C.E.D.R.U. (1987) - *Península de Setúbal - Operação Integrada de Desenvolvimento* (2 vol.), Lisboa, Ministério do Plano e da Administração do Território.

CABRAL, M.Villaverde (1983) - "A economia subterrânea vem ao de cima em Portugal", *Análise Social*, XIX, (76), p.199-234.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA (1980-1981) - *Plano Director da Moita*, Câmara Municipal da Moita, polic..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1981) - *Primeiras Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos*, Câmara Municipal do Seixal, polic..

CARDOSO, A. (1983) - *State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980*, Thesis submited for the degree of P.H.D., School of Planning Studies, University of Reading, polic.

CARLSTEIN, T. (1982) - *Time Resources Society and Ecology on the Capacity for Human Interaction in Space and Time in Preindustrial Societies* (Lund Studies in Geography, Series B, nº 49), Lund, C. W. K. Gleerup.

CAVACO, C. (1981-a) - "A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico", *Economia*, V (2), p.271-313.

CAVACO, C. (1981-b) - *A Mulher na Agricultura Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, (E.G.H.R., B-4), polic.

CAVACO, C. (1981-c) - "A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº.719, p.171-193.

CAVACO, C. (1983) - *A Costa do Estoril. Esboço Geográfico*, Lisboa, E.P.S.D..

CAVACO, C. e MEDEIROS, C. A. (1979) - *Aspectos Geográficos da Evolução Demográfica de Portugal Continental Depois do Último Censo*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, (E.G.H.R., A-1), polic..

CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO (1974) - *O Método "Alteração Proporcional"*, Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento, (Estudos Urbanos e Regionais, nº.2), polic..

CLARK, J.R. (1975) - "Residential patterns and social integration of Turks in Cologne", em KRANE, R.E. (ed.), *Manpower Mobility and Cultural Boundaries*, Leiden, Brill, p.61-76.

CLARK, W. A. (1982) - "Recent research on migration and mobility: a review and interpretation", *Progress in Planning*, vol. 18, p. 1-56.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1983) - *Emigração e Retorno na Região Centro* - Seminário realizado em Coimbra em Janeiro de 1983 (vários documentos), Coimbra, polic..

CORDOVIL, F. (1984) - "Transformações da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos possíveis na adesão à C.E.E.", *Economia e Socialismo*, nº.61, p.15-35.

CORTE-REAL, A. (1973) - *Fétais, Pontinha, Stº António dos Cavaleiros - Três tipos de subúrbio*, dissertação de licenciatura em Geografia, Lisboa, polic..

COSTA, A. Firmino (1985) - "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, XXI (87-88-89), p.735-756.

COSTA, R. (1976) - *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim.

CRUZ, M. A. (1973) - *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço*, Montijo.

CÓNIM, C. (1980) - *Algumas Caracteristicas Sobre a Qualidade dos Dados Censitários de População 1864-1970*, Lisboa, I.N.E.,(série estudos, nº.57).

DANIELS, P. W. (1985) - *Service Industries - A Geographical Appraisal*, London, Methuen.

DICKEN, P. (1986) - *Global Shift - Industrial Change in a Turbulent World*, London, Harper & Row Publishers.

EVANGELISTA, J. (1971) - *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, I.N.E..

EVENSON, N. (1979) - *Paris: A Century of Change, 1878-1978*, New Haven, Yale University Press.

FERNANDES, J. M. (1986) - "2 Bairros em Lisboa, de 1975 a 1985: uma evolução urbana", *Povos e Culturas*, nº. 1, p. 39-47.

FERRÃO, J. (1982) - "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970), *Finisterra*, XVII (34) p.223-265.

FERRÃO, J. (1985-a) - *Indústria e Valorização do Capital - uma Análise Geográfica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, (E.P.R.U., nº.22), polic..

FERRÃO, J. (1985-b) - "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", *Análise Social*, vol.XXI, (87-88-89), p.565-604.

FERRÃO, J. e JENSEN-BUTLER, C (1986) - "Desenvolvimento industrial e diferenciações regionais em Portugal, durante a década de 70", *Finisterra*, XXI, (42), p.203-238.

FERREIRA, A. Fonseca (1985) - "A problemática habitacional na Área Metropolitana de Lisboa", *I Seminário Internacional - Área Metropolitana de Lisboa que Futuro?* , Lisboa, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, p.325-352.

FERREIRA, A. Fonseca (1987) - *Por uma nova Política de Habitação*, Porto, Afrontamento.

FERREIRA, A.Fonseca; GUERRA, I. *et al.* (1985) - *Perfil Social e Estratégias do "Clandestino"*, Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia/ I.S.C.T.E..

FERREIRA, E. Sousa (1984) - *Reintegração dos Emigrantes Portugueses - Integração na C.E.E. e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia / Centro de Estudos de Dependência.

FIGUEIREDO, A.M. *et al.* (1985) - *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal - o debate necessário*, Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

FONSECA, M. L. (1988) - "O crescimento urbano e suburbano de Lisboa nos últimos cem anos", *Révue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, (no prelo).

FONSECA, M. L. e ABREU, D. (1984) - "Transformações na estrutura da população activa portuguesa 1970-1981", *Finisterra*, XIX, (37), p.129-136.

FONSECA, M. L. e ABREU, D. (1986) - "Estrutura do comércio externo português - possíveis consequências da adesão à C.E.E.", *IV Colóquio Ibérico de Geografia - Actas*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, p.313-343.

FONSECA, M. L.; REIS, D. (1980) - *Crescimento e Diferenciação das Áreas Suburbanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (E.P.R.U. nº 13), polic..

FRANÇA, J. A. (1980) - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FREITAS, E.; ALMEIDA, J.Ferreira ; CABRAL, M.Villaverde (1976) - *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura - Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Editorial Presença.

FROST, M. e SPENCE, A. (1981-a) - "Policy responses to urban and regional economic change in Britain", *Geographical Jornal*, 147, p.321-349.

FROST, M. e SPENCE, N. (1981-b) - "Unemployment, structural economic change and public policy in British regions", *Progress in Planning*, 16, p. 1-103.

GASPAR, J. (1971) - "Os resultados prèliminares do 11º Recenseamento da População", *Finisterra*, VI (12), p.295-301.

GASPAR, J. (1972) - *A Ponte Salazar e o Tráfego Fluvial entre Lisboa e a Outra Banda*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, polic..

GASPAR, J. (1980) - *Urban Growth Trends in Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, polic..

GASPAR, J. (1981) - "Os resultados preliminares do recenseamento geral da população de 16 de Março de 1981", *Finisterra*, XVIII (32), p.328-341.

GASPAR, J. (1983) - "Le Portugal: évolution démographique récente", *Méditerranée*, 4, p.3-9.

GASPAR,.J. (1987) - *Portugal - os próximos 20 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GASPAR, J.; JENSEN-BUTLER, C. (1988) - *Telecomunications and the Location of Portugal in Global Information Space*, Aarhus, Aarhus Universitet, Geografisk Institut, polic.

GAUDEMAR, J.- P. (1976) - *Mobilité du Travail et Accumulation du Capital*, Paris, F. Maspero.

GEORGE, P. (1977) - As Migrações Internacionais, Lisboa, Publicações D.Quixote.

GERSHUNY, J. e MILES, I. (1983) - *The New Service Economy: The Transformation of Employment in Industrial Services*, London, Frances Pinter.

GILLESPIE, A. (1983) - "Population and employment decentralization and the journey to work", em GODDARD, J. B. e CHAMPION, A. G. (eds.) - *The Urban and Regional Transformation of Britain*, London, Methuen.

GIROD, R. (1977) - *Inégalité - Inégalités - Analyse de la mobilité sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.

GOLDTHORPE, J. H. *et al.* (1986) - *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.

GOLLAC, M. e LAULHÉ, P. (1987) - "Les composantes de l'hérédité sociale - un capital économique et cultural à transmettre", *Économie et Statistique*, Maio-Junho, p. 95-105.

GREENWOOD, M. (1975) - "Research on internal migration in the United States: a survey", *J. Economic Literature*, 13, p. 397-433.

HAGERSTRAND, T. (1957) - "Migration and area", em *Migration in Sweden* (Lund Studies in Geography, Series B), Lund, C.W.K. Gleerup.

HAGERSTRAND, T. (1963) - "Geographic measurements of migration: swedish data", em *Human Displacements: Measurement Methodological Aspects*, Monaco, J. Sutter.

HAMMAN, H. (1968) - *Modern Factor Analysis*, 2ª. ed., Chicago, The University of Chicago Press.

HARVEY, D. (1982) - *The Limits to Capital*, Oxford, Basil Blackwell.

HUDSON, R.; LEWIS, J. (1985) - "Introduction: recent economic social and political changes in southern Europe", em HUDSON, Ray; LEWIS, Jim (eds) *Uneven Development in Southern Europe - Studies of Accumulation, Class, Migration and the State*, London, Methuen, p.1-53.

I.A.C.E.P. (1983) - *Tendências Recentes na Urbanização da Área Metropolitana de Lisboa - Identificação de Áreas Densamente Urbanizadas*, Lisboa ,I.A.C.E.P., NEUR-E-31, polic..

JACKSON, J. H. (1982) - "Migration in Duisburg 1867-1890 - occupational and familial contexts", *Journal of Urban History*, 8, p.235-270.

JENSEN-BUTLER, C. e Pires,I. (1983) - *Industrial Structure and Regional Development in Portugal*, Geographical Institute, University of Aarhus, Denmark, (Working paper 13).

KAYSER, B. (1972) - *Cyclically Determined Homeward Flows of Migrant Workers and the Effects of Emigration*, Paris, O.E.C.D..

KING, R. (1976) - "Long range migration patterns within the E.E.C.: an italian case stydy", em LIE, R. and OGDEN, P. E. (eds.) - *Economy and Society in the E.E.C.*, Westmead, Saxon House.

KING, R. (1981) - "Italy", em CLOUT, H.D. (ed.) - *Regional Development in Western Europe*, (2ª ed.), London, John Willey & Sons Ltd., p.119-149.

KING, R. (1984) - "Population mobility: emigration and internal migration", em WILLIAMS, Allan (ed.) - *Southern Europe Transformed*, London, Harper & Row Publishers, p.145-178.

KING, R. *et al.* (1985) - "Return migration and rural economic change: a south italian case", em HUDSON, Ray e LEWIS, Jim (eds.) - *Unevan Development in Southern Europe*, London, Methuen, p.101-122.

KOSINSKI, L. e PROTHERO, R. (eds) (1975) - *People on the Move- - Studies on Internal Migration*, London, Methuen.

LAPPLE, D. (1985) - "Internationalization of Capital and the regional problem" em WALTON, John (ed.) - *Capital and Labour in the Urbanized World*, London, International Sociological Association, p. 43-75.

LEBART, L.; MORINEAU, A. (1982) - SPAD - *Système Portable Pour L'analyse des Données*, Paris, Cesia.

LEBART, L.; MORINEAU, A.; FÉNELON, J. - P. (1982) (2ª. ed.) - *Traitement des Données Statistiques - Méthodes et Programmes*, Paris, Dunod.

LENNTORP, B. (1976) - *Paths in Space-Time Environments - a Time-geographic Study of Movement Possibilities of Individuals* (Lund Studies in Geography, Series B, nº 44), Lund, C. W. K. Gleerup.

LEWIS, J.R., WILLIAMS, A.M. (1981) - *The Regional Consequences of International Migration in Portugal: some preliminary observations*, Comunicação apresentada na sessão sobre: "Migration and Regional Development", na Anual Conference of the Institute of British Geographers, Leicester, on January 8th, 1981.

LOBO, I. Sousa (1985) - "Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje", *Análise Social*, XXI (87-88-89), p.527-562.

MARTENSSON, S. (1979) - *On the Formation of Biographies in Space-Time Environments* (Lund Studies in Geography, Series B, nº 47), Lund, C. W. K. Gleerup.

MATEUS, A.; DUARTE, J. M. (1983) - "Economia mundial nos anos 60 e 70: um ensaio de caracterização da evolução da hierarquia entre as economias nacionais, com especial relevo para as situações de semi-industrialização" em *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, I.S.E., p. 2629--2652.

MOURA, F. Pereira (1973) - *Por onde vai a Economia Portuguesa?* (4ª ed.), Lisboa, Seara Nova.

MURTEIRA, M. (1965) - "Emigração e política de emprego em Portugal", *Análise Social*, III (11), p.258-278.

NAZARETH, J. M. (1978) - "A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70", *Análise Social*, XIV (56), p.729-800.

NAZARETH, J. M. (1979) - *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.

NAZARETH, J. M. (1982) - *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar- Subsídios para uma Política de Defesa de Vida em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.

NAZARETH,J, M. (1984) - "Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais", *Análise Social*, XX (81-82), p.237-262.

NIETHAMMER, L.; BRUGGEMEIER, F. (1978) - "Urbanisation et expérience ouvrière de l'habit dans l'Allemagne Impériale", em MURARD, L e ZYEBERMAN, P. (eds.), *L'Haleine des Faubourgs*, Fontenay-sous-Bois, Recherches.

O.C.D.E. (1984) - *Perspectives de l'emploi*, Paris, O.C.D.E.

O.C.D.E. (1986) - *Flexibilité et Marché du Travail- le débat aujourd'hui*, Paris, O.C.D.E..

OGDEN, P. (1985) - "France: recession politics and migration policy",*Geography* 70 (307), p.158-162.

OLIVEIRA, J. (1987) - *O Transporte Colectivo Rodoviário de Passageiros em Portugal - Contributos para um Estudo Geográfico*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada).

PAIVA, A. (1985) - *Portugal e a Europa: o fim de um ciclo migratório*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, C.E.D.E.P..

PARKES, D. N.; THRIFT, N. J. (1980) - *Times, Spaces and Places - a Chronogeographic Perspective*, Chichester, John Wiley.

PATRÍCIO, M. C. (1985) - *A Habitação em Portugal - Actuação dos Agentes a Distintos Níveis Espaciais*, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada).

PEREIRA, M. (1986) - *Urbanização e Planeamento na Periferia de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), polic..

PINTO, J. Madeira (1981) - "Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em meio rural", *Análise Social*, XVII (66), p.199-229.

PIRES, A. Rosa (1986) - "Industrialização difusa e modelos de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro", *Finisterra*, XXI (42), p.239-269.

PIRES, R. Pena *et al.* (1987) - *Os Retornados - um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

POINARD,M. (1972) - "La stagnation portuguaise 1960-1970", *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 43 (4), p.427-444.

POINARD, M. (1983-a) - "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, XIX (75), p.29-56.

POINARD, M. (1983-b) - "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, XIX (76), p.261-296.

PORTO, M. (1977) - *Emigration and Regional Development in Portugal*, Coimbra, Comissão de Planeamento da Região Centro, polic..

PORTO, M. (s.d.) - *Migration, Remittances and the Development of Peripheral Regions*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, polic..

PORTUGAL, F.; MATOS, A. (1974) - *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, Coimbra Editora.

PORTUGAL, L. (1985) - *Alguns Aspectos da Estrutura Funcional do Eixo Avenida Guerra Junqueiro/Avenida de Roma*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, polic..

POULANTZAS, N. (1974) - *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Ed. du Seuil.

PRADALIÉ, G. (1975) - *Lisboa da Reconquista Até ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores.

QUIGLEY, J.; WEINBERG, D. (1977) - "Intraurban residential mobility: a review and synthesis", *Int. Regional Science Review*, 2, p. 41-66.

RAFAEL, F. et al. (1976) - *Portugal/Capitalismo e estado Novo. Algumas Contribuições para o seu Estudo*, Porto, Afrontamento.

REIS, J. (1987) - "Os espaços da industrialização- notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, p.13-31.

Revista *ARQUITECTURA*, nº146/Maio de 1982.

REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 22, Coimbra, 1987.

Revista *SOCIEDADE E TERRITÓRIO*, nº 1, Porto, Afrontamento, Março de 1984.

RIBEIRO, F. (1986) - *Emigração Portuguesa- algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

RIBEIRO, O. (1971) - "A Grande Debandada", *Diário de Notícias*, Lisboa, 8-10-1971.

RICHARDSON, H. (1975) - *Economia Regional*, Rio de Janeiro, Zahar.

RIFES, A. *et al.* (1986) - *Política Energética e Transportes: Opções Modais nos Corredores de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

RITCHEY, P. N. (1976) - "Explanations of migration", *Annual Review of Sociology*, 2, p. 363-404.

ROCHA-TRINDADE, B. e ARROTEIA, J. (1984) - *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância.

RODRIGUES, M. J. (1984-a) - "(Des)emprego, dilema da crise", *Economia e Socialismo*, nº 63, p.9-16.

RODRIGUES, M. J. (1984-b) - "Trabalho oculto e processos de submersão", *Economia e Socialismo*, nº 63, p.55-70.

ROGERS, R. (1981) - "Incentives to return: patterns of policies and migrants responses", em KRITZ, M.M.; KEELEY, C.B. e TOMASI, S.M. (eds.) - *Global Trends in Migration Theory and Research on International Population Movements*, New York, Center of Migrations Studies, p.338-364.

ROUX, M. (1972) - "Contemporary emigration of Yugoslav manpower", resumido em KAYSER, B. - *Cyclically Determined Homeward Flows of Migrant Workers and the Effects of Emigration*, Paris, O.E.C.D..

SALGUEIRO, T. Barata (1971) - *A Rede de Transportes Colectivos na Aglomeração de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, polic..

SALGUEIRO, T. Barata (1977) - "Bairros clandestinos na periferia de Lisboa", *Finisterra*, XII (23), p.28-35.

SALGUEIRO, T. Barata (1983) - "Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa", Separata do *Boletim Cultural*, nº 89, II Tomo, Assembleia Distrital de Lisboa.

SALGUEIRO,T. Barata (1985) - "A habitação na Área Metropolitana de Lisboa", *Sociedade e Território*, 3, p.54-66.

SALT, J. (1976) - "International labour migration: the geographical pattern of demand", em SALT, John; CLOUT, Hugh (eds.), *Migration in Post-War Europe*, London, Oxford University Press, p.80-125.

SALT, J. (1985) - "Europe's foreign labour migrants in transition", *Geography*, 70 (307), p.151-158.

SALT, J.; CLOUT, H. (1976) - "International labour migration: the sources of supply" em SALT, John; CLOUT, Hugh (eds.), *Migration in Post-War Europe*, London, Oxford University Press, p.126-167.

SANTOS, J. (1983) - *A Economia Subterrânea*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social (Estudos nº 4).

SEERS, D. (1979) - "The periphery of Europe" em SEERS, Dudley; SHAFFER, B.; KILJUNEN, M. (eds.), *Underdeveloped Europe: Studies in core-periphery relations*, Humanities Press.

SHORT, J. R. (1978) - "Residential mobility", *Progress in Human Geography*, 2 (3), p. 419-447.

SILVA, C. (1987) - *Planeamento Municipal e a Organização do Espaço em Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (E.P.R.U., 27), polic..

SILVA, F. (1970) - *O Povoamento da Metrópole Observado Através dos Censos*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

SILVA, M. Morais (1968) - *Abóboda e Trajouce - Aldeias Suburbanas em Transformação*, dissertação de licenciatura em Geografia, Lisboa, polic..

SILVA, M. (1983) - *O Emprego das Mulheres em Portugal - a "mão invisível" na discriminação sexual no emprego*, Porto, Afrontamento.

SILVA, M. *et al.* (1984-a) - *O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência*, Lisboa, Livraria Sá da Costa editora.

SILVA, M. *et al.* (1984-b) - *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

SIMMONS, J. (1968) - "Changing residence in the city: a review of intraurban mobility", *Geographical Review*, 53, p. 622-651.

SOROKIN, P. (1927) - *Social Mobility*, 2ª ed. (1959) com o título: *Social and Cultural Mobility*, Glencoe, Illinois, the Free Press.

TEIXEIRA, J. A. (1987) - *Emprego nos Serviços e Polarização Inter-Regional em Portugal*, Dissertação de mestrado em Planeamento Regional e Urbano apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, polic..

THÉLOT, C. (1985) (2ª. ed.) - *Tel Pére, tel Fils? - Position Sociale et Origine Familiale*, Paris, Dunod.

WACKERMAN, G. (1978) - "Migrations quotidiennes de travail et natures d'espaces en République Fédérale d'Allemagne - approche méthodologique", *Révue Géographique de l'est*, 1--2, p.21-33.

WEISS, P. (1986) - *La Mobilité Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.

WHITE, P. (1984) - *The West European City - a social geography*, London, Longman.

WHITE, P. (1985) - "Switzerland: from migrant rotation to migrant communities", *Geography*, 70 (307), p.168-171.

WHITE, P. (1986) - "International migration in the 1970 s: revolution or evolution?" em FINDLAY, Allan e WHITE, Paul (eds.), *West European Population Change*, London, Croom Helm, p.50-80.

WHITE, P. e WOODS, R. (eds) (1980) - *The Geographical Impact of Migration*, London, Longman.

FONTES ESTATÍSTICAS

Anuário Demográfico. Anos de 1950 a 1966, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Boletim da Junta da Emigração. Anos de 1953 a 1969, Lisboa, Ministério do Interior.

Demographic Yearbook. Anos de 1980 a 1985, New York, United Nations.

Estatísticas Demográficas. Anos de 1967 a 1985, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento Geral da População. Anos de 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Secretariado Nacional de Emigração - boletim anual. Anos de 1970 a 1975, Lisboa, Secretariado Nacional da Emigração.

Statistical Yearbook. Anos de 1980 a 1984, New York, United Nations.

World Bank (1987) - *World Development Report 1987*, New York, Oxford University Press.

ANEXOS

ANEXO 1

INQUÉRITO: MOBILIDADE GEOGRÁFICA E SÓCIOPROFISSIONAL DA POPULAÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Data __/__/____ Localização _____ Inquiridor _____

1) CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO

a) edifício: prédio ☐ moradia ☐ barraca ☐ outro ☐ especifique _____

b) regime jurídico da habitação: propriedade do ocupante ☐ arrendadada ☐ renda mensal _____ $ outro ☐ especifique _____

d) energia eléctrica: sim ☐ não ☐

e) W.C. sim ☐ não ☐

f) água canalizada: sim ☐ não ☐

Nº de ass. _____

2) CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Composição	Idade	Sexo	Naturalidade(1)		Grau de inst.	Profissão	Sector de activ. (C.A.E.)	Sit. na profissão	Local de trabalho		Outra actividade remunerada					
			Freguesia	Concelho					lugar	concelho	Profissão	Sector de activ. (C.A.E.)	Sit. na profissão	Nº de horas de trabalho por semana	Local de trabalho: lugar	Local de trabalho: concelho

(1) Indicar o país se for no estrangeiro.

Grau de instrução:
1 - s/ 4ª classe
2 - c/ 4ª classe
3 - Ensino preparatório ou equiv.
4 - Ensino secundário unif. ou equiv.
5 - Ensino secundário complementar
6 - Curso médio
7 - Curso superior
8 - Não responde

Situação na profissão:
1 - Patrão
2 - Trabalhador por conta própria
3 - Assalariado com funções directivas
4 - Assalariado - subalterno c/funções de chefia
5 - Assalariado com outra situação
6 - Trabalhador familiar não remunerado
7 - Não responde

3) MOBILIDADE GEOGRÁFICA

H O M E N S

a) Naturalidade dos pais:

	Lugar	Freguesia	Concelho
Pai			
Mãe			

b) Há quanto tempo tem a residência actual? _____ anos

c) No caso de ter tido outras residências, indique:

	Ano de mud.	Localização da residência	Motivo da mud.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
6º			
7º			

M U L H E R E S

a) Naturalidade dos pais:

	Lugar	Freguesia	Concelho
Pai			
Mãe			

b) Há quanto tempo tem a residência actual? _____ anos

c) No caso de ter tido outras residências, indique:

	Ano de mud.	Localização da residência	Motivo da mud.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
6º			
7º			

Motivos de mudança de residência:

1 - mudança de estado civil
2 - ficar mais perto do emprego
3 - ter melhores condições de habitação
4 - compra de casa própria
5 - ficar mais perto da família e/ou amigos
6 - lugar mais agradável
7 - outro motivo (especificar) _____
8 - Não responde

4) MOBILIDADE SÓCIOPROFISSIONAL

HOMENS

a) Caracterização sócioprofissional dos pais do inquirido:

	Profissão e sector de activ. (C.A.E.)	Situação profis.	Grau de inst.
Pai			
Mãe			

b) Mobilidade profissional do inquirido

Já alguma vez mudou de profissão, categoria ou local de trabalho? Sim ☐ Não ☐

Em caso afirmativo, indique:

	Profissão e sector de activ.	Situação profis.	Ano ent.	Local trabalho	Mot.mud.
1º					
2º					
3º					
4º					
5º					
6º					

Motivos de mudança de profissão, cargo ou local de trabalho:

1 - mudança de residência
2 - ficar mais próximo da residência
3 - ganhar mais
4 - melhores condições de trabalho sem aumento de salário
5 - aumento do nível de escolaridade
6 - curso de formação profissional
7 - outro (especificar)
8 - Não responde

Situação na profissão:

1 - Patrão
2 - Trabalhador por conta própria
3 - Assalariado c/funções directivas
4 - Assalariado - subalterno c/funções de chefia
5 - Assalariado com outra situação
6 - Trabalhador familiar não remunerado
7 - Não responde

MULHERES

a) Caracterização sócioprofissional dos pais do inquirido:

	Profissão e sector de activ. (C.A.E.)	Situação profis.	Grau de inst.
Pai			
Mãe			

b) Mobilidade profissional do inquirido

Já alguma vez mudou de profissão, categoria ou local de trabalho? Sim ☐ Não ☐

Em caso afirmativo, indique:

	Profissão sector de activ.	Situação profis.	Ano ent.	Local trabalho	Mot.mud.
1º					
2º					
3º					
4º					
5º					
6º					

Grau de instrução:

1 - s/ 4ª classe
2 - c/ 4ª classe
3 - Ensino preparatório ou equiv.
4 - Ensino secundário unif. ou equiv.
5 - Ensino secundário complementar
6 - Curso médio
7 - Curso superior
8 - Não responde

ANEXO 2 - MODALIDADES DAS VARIÁVEIS ACTIVAS

1. Local de residência:

- Alvalade
- Mouraria
- Bairro Chinês
- Abóboda
- Pontinha
- Santo António dos Cavaleiros
- Almada
- Baixa da Banheira
- Barreiro

2. Naturalidade:

- Lisboa
- A.M.L. a norte do Tejo (excepto cidade de Lisboa)
- A.M.L. a sul do Tejo
- Norte Litoral
- Norte e Centro Interior
- Centro Litoral
- Alentejo
- Algarve
- Ex-colónias
- Resto do Mundo
- Não responde

3. **Número de residências anteriores à actual:**
   - 1
   - 2
   - 3
   - 4
   - 5
   - 6
   - Não mudou de residência

4. **Época de mudança para a residência actual:**
   - Viveu sempre na mesma residência
   - Antes de 1960
   - 1960-1967
   - 1968-1974
   - 1975-1980
   - 1981-1985
   - 1986-1987
   - Não responde

5. **Motivo principal de mudança para a residência actual:**
   - Casamento
   - Migração de familiares
   - Procura de emprego e melhores condições de vida
   - Melhores condições de habitação
   - Compra de casa própria
   - Ficar mais perto da família
   - Descolonização
   - Ficar mais perto do emprego
   - Outros motivos
   - Não responde
   - Não teve residência anterior

6. **Localização da residência anterior:**
   - Lisboa
   - A.M.L. a norte do Tejo
   - A.M.L. a sul do Tejo
   - Norte Litoral
   - Norte e Centro Interior
   - Centro Litoral

- Alentejo
- Algarve
- Ex-colónias
- Resto do Mundo

7. Época da migração para a A.M.L.:

- Naturais da A.M.L.
- Antes de 1960
- 1960-1967
- 1968-1974
- 1975-1980
- 1981-1985
- Não responde

8. Motivo da migração para a A.M.L.:

- Casamento
- Migração de familiares
- Procura de emprego e de melhores condições de vida
- Ficar mais perto do emprego
- Compra de casa própria
- Ficar mais perto da família
- Melhores condições de habitação
- Estudar
- Descolonização
- Outros motivos
- Não responde
- Não há migração (população natural da A.M.L.)

9. Número de mudanças de residência na A.M.L.:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Não mudou

ÍNDICE DAS FIGURAS

Pág.

1 - Variação da população residente 1951-1960 ____ 27

2 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1951-1960 ____ 29

3 - Variação da população residente 1961-1970 ____ 33

4 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1961-1970 ____ 35

5 - Variação da população residente 1971-1981 ____ 38

6 - Saldo migratório líquido por cem habitantes 1971-1981 ____ 40

7 - Percentagem de população que em 1973 residia nas ex-colónias (1981) ____ 42

8 - Emigrantes retornados entre 1974 e 1981, por mil habitantes residentes em 1981 ____ 43

9 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1953-1957) ____ 66

10 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1958-1962) ____ 67

11 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1963-1967) ____ 69

12 - Número médio de emigrantes legais e clandestinos, por ano e por mil habitantes (1963-1967) ____ 71

13 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1968-1972) ____ 73

14 - Número médio de emigrantes legais e clandestinos, por ano e por mil habitantes (1968-1972) ____ 74

15 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1973-1977) ____ 75

16 - Número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes (1979-1983) ____ 78

17 - Atracção e repulsão concelhia: movimentos migratórios dominantes (1961-1970) ____ 83

18 - Saldo migratório interno (1974-1981), por cem habitantes residentes em 1970 ____ 86

Pág.

19 - Saldo migratório interno (1980-1981), por cem habitantes residentes em 1970 ____ 88

20-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: naturalidade-residência em 1981 ____ 92

20-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: naturalidade-residência em 1981 ____ 92

20-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: naturalidade-residência em 1981 ____ 93

20-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto com Lisboa, Setúbal e Porto): naturalidade-residência em 1981 ____ 94

21 - Saldo migratório interno (1974-1981), por cem habitantes residentes em 1970 ____ 102

22-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: 1974-1981 ____ 104

22-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: 1974-1981 ____ 104

22-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: 1974-1981 ____ 105

22-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto, Lisboa, Porto e Setúbal): 1974-1981 ____ 105

23-A - Saldos migratórios do distrito de Lisboa com os restantes: 1980-1981 ____ 109

23-B - Saldos migratórios do distrito de Setúbal com os restantes: 1980-1981 ____ 109

23-C - Saldos migratórios do distrito do Porto com os restantes: 1980-1981 ____ 110

23-D - Saldos migratórios interdistritais (excepto com Lisboa, Setúbal e Porto): 1980-1981 ____ 110

24-A - Saldos migratórios da população activa: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970) ____ 119

24-B - Saldos migratórios da população activa: distrito de Setúbal com os restantes (1965--1970) ____ 119

Pág.

24-C - Saldos migratórios da população activa: distrito do Porto com os restantes (1965--1970) 120

24-D - Saldos migratórios interdistritais da população activa (excepto Lisboa, Setúbal e Porto): 1965-1970 120

25-A - Saldos migratórios da população activa das indústrias transformadoras: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970) 125

25-B - Saldos migratórios da população activa das indústrias transformadoras: distrito de Setúbal com os restantes (1965-1970) 125

25-C - Saldos migratórios interdistritais da população activa das indústrias transformadoras (excepto, Lisboa, Setúbal e Porto): 1965-1970 126

26 - Saldos migratórios interdistritais da população activa da construção civil e obras públicas: 1965-1970 127

27-A - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito de Lisboa com os restantes (1965-1970) 128

27-B - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito de Setúbal com os restantes (1965-1970) 128

27-C - Saldos migratórios da população activa do sector terciário: distrito do Porto com os restantes (1965-1970) 129

27-D - Saldos migratórios interdistritais da população activa do sector terciário (excepto Lisboa, Setúbal e Porto): 1965-1970) 129

28 - *Sex-ratio* da população residente nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa em 1981 145

29 - População imigrada, residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de naturalidade 147

30 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de natura lidade 150

Pág.

31 - Estrutura de ligação dos distritos do Continente, segundo a % de população residente na A.M.L. em 1981, natural de cada um deles, em relação ao respectivo número de habitantes, na mesma data 153

32 - % de população residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, natural de outros distritos do Continente, em relação ao número de habitantes do distrito de origem 153

33 - População imigrada, residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1970, por distritos de residência em 1965 157

34 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1970, por regiões de residência em 1965 158

35 - *Scores* nos factores I e II 164

36 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de residência em 31 de Dezembro de 1973 169

37 - População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973 171

38 - Taxa de actividade (1981) 184

39 - Sector de actividade que emprega maior número de activos 185

40 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960 -1970) 189

41 - Incidência da componente diferencial da variação do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960--1970) 190

42 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 192

Pág.

43 - Incidência da componente diferencial do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 194

44 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970--1981) 196

45 - Incidência da componente diferencial do emprego masculino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981) 197

46 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970--1981) 199

47 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego feminino em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970--1981) 200

48 - Percentagem de activos no sector primário (1960) 202

49 - Distribuição da população activa do sector primário (1970) 204

50 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector primário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 206

51 - Incidência da componente diferencial da variação do emprego no sector primário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981) 207

52 - % de activos do sector secundário (1960) 208

53 - % de população activa no sector secundário (1970) 210

Pág.

54 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego do sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 212

55 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 213

56 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal 215

57 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector secundário em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981) 217

58 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector terciário em valores percentuais calculados em relação à soma de resultados com o mesmo sinal (1960--1970) 220

59 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector terciário, em valores percentuais calculados em relação à soma dos resultados com o mesmo sinal (1960-1970) 221

60 - Incidência da componente regional do crescimento do emprego no sector terciário, em valores percentuais calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal (1970-1981) 222

61 - Incidência da componente diferencial do crescimento do emprego no sector terciário em valores percentuais calculados em relação à soma dos resultados com o mesmo sinal (1970-1981) 223

62 - Lugares com 2500 ou mais habitantes (1911--1981) 231

63 - Variação da população 1950-1960 234

64 - Variação da população 1960-1970 235

65 - Variação da população 1970-1981 238

Pág.

66 - Activos que trabalham fora do concelho de residência (1970 e 1981) 242

67 - Migrações pendulares diárias da população activa da Área Metropolitana de Lisboa 243

68 - Migrações pendulares diárias das mulheres activas 244

69 - Migrações pendulares diárias dos activos das indústrias transformadoras 248

70 - Migrações pendulares diárias dos activos do sector terciário 249

71 - Intensidade de comutação concelhia 251

72 - Diferença entre a % de activos que trabalham no concelho de residência em 1981 e 1970 253

73 - Meio de transporte principal utilizado nas deslocações residência-trabalho 255

74 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da % de activos nos sectores primário, secundário e terciário (1970) 265

75 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da % de activos nos sectores primário, secundário e terciário (1981) 266

76 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da composição social da população residente (1970) 268

77 - Estrutura de ligação dos concelhos da A.M.L. a partir da composição social da população residente (1981) 269

78 - Localização das áreas estudadas 276

79 - Motivos de mudança para a residência actual segundo o número de residências anterio res 335

80 - Exemplos de percursos mais significativos 380

ÍNDICE DOS QUADROS

Pág.

1 - Emigração de Portugal Continental -1960-1984 ____ 20

2 - Evolução da população residente em Portugal Continental - 1900-1981 ____ 24

3 - Evolução dos saldos fisiológicos e das taxas médias de emigração anual ____ 25

4 - Evolução das taxas médias de natalidade da população de Portugal Continental ____ 47

5 - Taxas de natalidade num conjunto de países da Europa - 1983 ____ 48

6 - Emigração legal nalguns países da Europa do Sul (1960-1980) ____ 55

7 - Efectivos de trabalhadores estrangeiros nos países de imigração, 1981 (milhares) ____ 56

8 - Imigrantes permanentes entrados em França, 1976-80 ____ 60

9 - População residente no Continente por regiões de naturalidade, 1981 ____ 89

10 - Mobilidade geográfica da população: saldos interdistritais, 1981 ____ 90

11 - Mobilidade geográfica: % da população que se movimentou no Continente ____ 95

12 - População residente no Continente em 16 de Março de 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973 ____ 97

13 - Mobilidade geográfica da população do Continente: saldos interdistritais (1973--1981) ____ 99

14 - Mobilidade geográfica: % de população que se movimentou no Continente (1973-1981) ____ 100

15 - Mobilidade geográfica: % de população que se movimentou no Continente (1973-1981) ____ 101

16 - População residente no Continente em 16 de Março de 1981, por residência em 31 de Dezembro de 1979 ____ 107

Pág.

17 - Mobilidade geográfica: % da população que se movimentou no Continente entre 31 de Dezembro de 1979 e 16 de Março de 1981 ____ 108

18 - Mobilidade geográfica da população : saldos interdistritais (1979-1981) ____ 111

19 - % de população com 60 e mais anos que se movimentou no Continente ____ 113

20 - % de população com 60 e mais anos que mudou de distrito de residência (1979-1981) ____ 114

21 - Mobilidade geográfica da população activa: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970) ____ 117

22 - Mobilidade geográfica da população activa: saldos interdistritais (1965-1970) ____ 118

23 - Mobilidade geográfica da população activa das indústrias transformadoras: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970) ____ 122

24 - Mobilidade geográfica dos activos da construção civil e obras públicas: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970) ____ 123

25 - Mobilidade geográfica dos activos do sector terciário: % de activos que se movimentaram no Continente (1965-1970) ____ 124

26 - Migrações interdistritais da população activa (1965-1970) - fluxos de saída, por ramos de actividade económica ____ 131

27 - Migrações interdistritais da população activa (1965-1970) - fluxos de entrada, por ramos de actividade económica ____ 132

28 - Taxas de variação da população residente em Portugal Continental e na Área Metropolitana de Lisboa (1900-1981) ____ 136

29 - Evolução da % de população de Portugal Continental residente na A.M.L. (1900-1981) ____ 137

30 - População residente, na A.M.L., em 1981, por sexos e regiões de naturalidade ____ 141

31 - População residente, na cidade de Lisboa, em 1981, por sexos e regiões de naturalidade ____ 142

Pág.

32 - População residente na A.M.L. em 16 de Março de 1981, por distritos de naturalidade 148

33 - População residente na A.M.L. em 1970, por sexos e regiões de residência em 1965 155

34 - População residente na A.M.L. em 31 de Dezembro de 1970, por distritos de residência em 1965 159

35 - Estrutura regional das migrações de população activa para os distritos de Lisboa e Setúbal, entre 1965 e 1970, segundo a actividade económica exercida em 31 de Dezembro de 1970 (%) 162

36 - Matriz de factores rodada: composição por ramos de actividade, dos fluxos migratórios de população activa para a A.M.L. - 1965--1970 163

37 - Matriz de *scores* padronizados 165

38 - População residente na A.M.L. em 1981 , por sexos e regiões de residência em 1973 167

39 - População residente na A.M.L. em 16 de Março de 1981, por distritos de residência em 31 de Dezembro de 1973 168

40 -População activa com profissão e taxas de actividade - Portugal Continental 1950--1981 178

41 - Estrutura do emprego e taxas de feminização, por ramos de actividade (1950-1981) 179

42 - População activa do sector terciário em alguns países desenvolvidos de economia de mercado (1980) 182

43 - Repartição do crescimento do emprego feminino, por sectores de actividade (1960--1981) 188

44 - Estrutura social da população activa - 1960, 1970 e 1981 225

45 - Taxas de variação populacional na Área Metropolitana e na cidade de Lisboa (1900--1981) 232

46 - População activa que trabalha fora do concelho de residência (%) - 1970 e 1981 245

Pág.

47 - Meio de transporte principal utilizado nas deslocações para o trabalho - 1981 ____ 256

48 - Taxas de actividade e de feminização da população activa da A.M.L. (1970-1981) ____ 258

49 - Estrutura da população activa da A.M.L. (1970-1981) ____ 260

50 - Polarização do emprego na A.M.L. 1970-1981 ____ 261

51 - Estrutura etária da população residente(%) ____ 289

52 - Dimensão dos agregados domésticos (%) ____ 291

53 - Regime de posse da habitação (%) ____ 294

54 - Habitações arrendadas por escalões de renda (%) ____ 295

55 - Dimensão das habitações (%) ____ 297

56 - Situação perante o trabalho da população residente ____ 298

57 - Graus de instrução da população com 25 ou mais anos de idade ____ 302

58 - Graus de instruçãoc da população feminina com 25 ou mais anos de idade ____ 302

59 - População activa com 12 e mais anos de idade, por grupos socioprofissionais (%) ____ 304

60 - Locais de trabalho da população activa (%) ____ 306

61 - População residente, por países de naturalidade ____ 310

62 - População residente, natural de Portugal, por locais de naturalidade ____ 313

63 - População residente, natural de Portugal, por região de naturalidade ____ 315

64 - Percentagem de activos, reformados e mulheres domésticas, naturais da A.M.L., cujo pai é originário de outra região ____ 317

65 - Época de vinda para a A.M.L. ____ 318

66 - Principal motivo da migração para a A.M.L. (%) ____ 321

Pág.

67 - Motivos da migração para a A.M.L., por grupos socioprofissionais dos imigrantes 323

68 - Motivos de migração para a A.M.L., por graus de instrução dos imigrantes 324

69 - Motivos da migração para a Área Metropolitana de Lisboa (%) 325

70 - Número de mudanças de residência na A.M.L. 328

71 - Número de mudanças de residência na Área Metropolitana de Lisboa, por grupos socio-profissionais 330

72 - Data de mudança para a residência actual 331

73 - Localização da residência anterior 332

74 - Motivos de mudança para a residência actual (%) 336

75 - Mobilidade socioprofissional e de emprego, por sexos e épocas de mudança 343

76 - Empregos ou condições socioprofissionais anteriores aos actuais 345

77 - Motivos de mudança para a situação profis-sional actual 347

78 - Motivos de mudança do primeiro para o segundo emprego ou condição profissional 349

79 - População activa, por grupos socioprofis-sionais e graus de instrução 359

80 - Graus de instrução de pais e filhos - os destinos escolares em função da origem (po-pulação activa) 361

81 - Graus de instrução de pais e filhos: o recru-tamento dos diferentes níveis de ensino 362

82 - População activa, por graus de instrução e grupo socioprofissional do pai 364

83 - População activa, por grupo socioprofissional e grau de instrução do pai 366

84 - Mobilidade socioprofissional entre gera ções 368

Pág.

85 - População activa, domésticas e reformados, por graus de instrução e regiões de naturalidade 372

86 - População activa, por grupos socioprofissionais e regiões de naturalidade 373

87 - População activa, domésticas e reformados, por regiões de naturalidade e grupo socioprofissional do pai 374

ÍNDICE

Pág.

PREFÁCIO 3

INTRODUÇÃO 7

PARTE I.MOBILIDADE GEOGRÁFICA 17

1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 23

1.1. DINÂMICA GLOBAL 23

1.2. UMA EVOLUÇÃO REGIONAL DIFERENCIADA 25

1.2.1. A década de cinquenta 25

1.2.2. A década de sessenta 31

1.2.3. A década de setenta 36

2. EMIGRAÇÃO 45

2.1. PORTUGUESES A MAIS? POLÍTICA DEMOGRÁFICA DO ESTADO NOVO 46

2.2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SISTEMA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES NA EUROPA OCIDENTAL NO APÓS GUERRA 49

2.2.1. As diferentes fases das migrações internacionais na Europa Ocidental 52

2.2.2. Migrações internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental - que futuro? 61

2.3. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS 63

2.3.1. Permanência e mudança das áreas de origem da emigração portuguesa 64

3. MIGRAÇÕES INTERNAS 81

3.1. AS LIMITAÇÕES DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL 81

Pág.

85 - População activa, domésticas e reformados, por graus de instrução e regiões de naturalidade 372

86 - População activa, por grupos socioprofissionais e regiões de naturalidade 373

87 - População activa, domésticas e reformados, por regiões de naturalidade e grupo socioprofissional do pai 374

ÍNDICE

Pág.

PREFÁCIO 3

INTRODUÇÃO 7

PARTE I.MOBILIDADE GEOGRÁFICA 17

1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 23

1.1. DINÂMICA GLOBAL 23

1.2. UMA EVOLUÇÃO REGIONAL DIFERENCIADA 25

1.2.1. A década de cinquenta 25

1.2.2. A década de sessenta 31

1.2.3. A década de setenta 36

2. EMIGRAÇÃO 45

2.1. PORTUGUESES A MAIS? POLÍTICA DEMOGRÁFICA DO ESTADO NOVO 46

2.2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SISTEMA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES NA EUROPA OCIDENTAL NO APÓS GUERRA 49

2.2.1. As diferentes fases das migrações internacionais na Europa Ocidental 52

2.2.2. Migrações internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental - que futuro? 61

2.3. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS 63

2.3.1. Permanência e mudança das áreas de origem da emigração portuguesa 64

3. MIGRAÇÕES INTERNAS 81

3.1. AS LIMITAÇÕES DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL 81

3.2. CONCELHOS DE ATRACÇÃO E REPULSÃO 82

3.3. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERDISTRITAIS 87

3.3.1. Naturalidade - residência em 1981 87

3.3.2. Migrações interdistritais entre 31 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1981 96

3.3.3. Migrações interdistritais entre 31 de Dezembro de 1979 e 16 de Março de 1981 103

3.4. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E ACTIVIDADE - ESTRUTURA REGIONAL DOS FLUXOS DA POPULAÇÃO ACTIVA 112

4. AS MIGRAÇÕES PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA Dos anos sessenta aos anos oitenta 135

4.1. INTRODUÇÃO 135

4.2. COMPOSIÇÃO POR SEXOS E ORIGEM GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA A.M.L. 140

4.2.1. Composição por sexos 141

4.2.2. Origem geográfica 146

4.3. FLUXOS MIGRATORIOS PARA A A.M.L. - ANOS SESSENTA E SETENTA 154

4.3.1. De 1965 a 1970: origem, locais de residência e actividades na A.M.L. 155

4.3.2. De 1973 a 1981 166

PARTE II.EMPREGO, CLASSES SOCIAIS E TERRITÓRIO 175

1. ESTRUTURA DO EMPREGO E COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO 177

1.1. TAXAS DE ACTIVIDADE E REPARTIÇÃO SECTORIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA 178

1.2. ESTRUTURAS REGIONAIS DO EMPREGO 183

1.2.1. O emprego masculino e feminino 187

1.2.2. O sector primário 201

1.2.3. O sector secundário 205

1.2.4. O sector terciário 218

1.3. COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA 224

2. **AS COMPONENTES DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA** 229

2.1. O PROCESSO DE SUBURBANIZAÇÃO DE LISBOA 229

2.2. LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO E DO EMPREGO - AS MIGRAÇÕES PENDULARES DIÁRIAS 240

2.2.1. Estrutura das migrações pendulares, por sexos e ramos de actividade 240

2.2.2. O meio de transporte utilizado nas deslocações casa-emprego 254

2.3. MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO E COMPOSIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO 258

2.3.1. O emprego 258

2.3.2. Actividade e composição social da população residente 263

PARTE III. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E SOCIOPROFISSIONAL: ALGUNS TIPOS DE PERCURSOS 271

1.INTRODUÇÃO 273

1.1. METODOLOGIA 274

1.2. AS ÁREAS SELECCIONADAS: BREVE APRESENTAÇÃO 277

1.3. RESULTADOS DO INQUÉRITO: CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE 288

1.3.1. Estrutura etária e familiar 288

1.3.2. Condições de habitação 291

1.3.3. Estrutura profissional e grau de instrução 298

2. MOBILIDADE GEOGRÁFICA 309

2.1.ORIGEM GEOGRÁFICA 309

2.2. A MIGRAÇÃO PARA A A.M.L.: O TEMPO E O MODO 318

2.2.1. As épocas de migração 318

2.2.2. As causas 319

2.3. A MOBILIDADE RESIDENCIAL INTRAMETROPOLITANA 326

2.3.1. Frequências de mudança 326

2.3.2. A localização da residência anterior 332

2.3.3. As causas da mobilidade residencial 334

3. MOBILIDADE NO EMPREGO E NA PROFISSÃO 339

3.1. INTRODUÇÃO 339

3.2. ESTABILIDADE E MUDANÇA 342

3.3. MOTIVOS 346

3.4. TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS 351

4. AS GERAÇÕES E O TERRITÓRIO 353

4.1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS 353

4.2. A MEDIDA DA MOBILIDADE SOCIAL: O USO DE TABELAS 356

4.3. GRAU DE INSTRUÇÃO E GRUPO SOCIOPROFISSIONAL 358

4.4. ORIGEM SOCIAL, GRAU DE INSTRUÇÃO E CONDIÇÃO SÓCIOPROFISSIONAL 361

4.5. ORIGEM GEOGRÁFICA E POSIÇÃO SOCIAL 370

5. ESBOÇO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PERCURSOS RESIDENCIAIS 375

5.1. METODOLOGIA 375

5.2. OS RESULTADOS 377

NOTA FINAL 385

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 393

FONTES ESTATÍSTICAS 405

ANEXOS 407

ÍNDICE DAS FIGURAS 415